

THESIS

REVISTA DA ANPARQ | AGO-SET 2018 | ISSN 2447-8679

05



Os direitos de publicação desta revista são da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ.

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores. Bem como as imagens vinculadas a eles.

Edição:

Sylvia Ficher

Projeto Gráfico e diagramação:

Mônica Luce Bohrer

Capa:

Juliano Caldas de Vasconcellos

Imagem da capa:

Juliano Caldas de Vasconcellos

ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2017/2018

Presidente

Carlos Eduardo Comas (UFRGS)

Secretária Executiva

Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS)

Tesoureira

Marta Peixoto (UFRGS)

Diretores

Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)

Angela Maria Gordilho Souza (UFBA)

Eduardo Pierrotti Rossetti (UNB)

Suplente: Maria Angela Dias (UFRJ)

Conselho Fiscal

Angélica T. Benatti Alvim (Mackenzie)

Maria de Lourdes Zuquim (USP)

Francisco Costa (UFPB)

Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

THESIS, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [www.thesis.anparq.org.br].

© ANPARQ 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Thesis / n.5 (2018) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2018.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

CORPO EDITORIAL

EDITORES BIÊNIO 2018 | 2019

Responsáveis pelos números 5, 6, 7 e 8

Ana Carolina Santos Pellegrini (UFRGS)

Carlos Alberto Ferreira Martins (USP)

Juliano Caldas de Vasconcellos (UFRGS)

Sylvia Ficher (UNB)

CONSELHO EDITORIAL

Akemi Ino | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil

Ana Carolina Bierrenbach | Universidade Federal da Bahia | Brasil

Ana Luiza Nobre | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil

Ana Rita Sá Carneiro | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

Anália Amorim | Universidade de São Paulo | Brasil

Angélica Benatti Alvim | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil

Anthony Vidler | Brown University | Estados Unidos da América

Carlos Martins | Universidade de São Paulo – São Carlos | Brasil

Carlos Eduardo Dias Comas | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil

Cristiane Rose Duarte | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Eneida Maria Souza Mendonça | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil

Fernando Alvarez Prozorovich | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha

Frederico de Holanda | Universidade de Brasília | Brasil

Luiz Amorim | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

Marcio Cotrim | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Maria Gabriela Celani | Universidade Estadual de Campinas | Brasil

Gustavo Rocha-Peixoto | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Jorge Moscato | Universidad de Buenos Aires | Argentina

Maisa Veloso | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

Maria Cristina Cabral | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Nelci Tinem | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

Rachel Coutinho | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Renato Saboya | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil

Sophia Psarra | University College London | Reino Unido

Teresa Heitor | Instituto Superior Técnico | Portugal

Yasser Elsheshtawy | United Arab Emirates University | Emirados Árabes

SUMÁRIO

BRASÍLIA NA THESIS <i>Sylvia Ficher</i>	7
UMA MODALIDADE ARQUITETÔNICA PRIMITIVA E AUTÊNTICA <i>Lenora Barbo e Andrey Rosenthal Schlee</i>	9
O DESENHO DE BRASÍLIA <i>Luis Recamán</i>	27
BRASÍLIA: NATUREZA REINVENTADA <i>Guilherme Wisnik</i>	43
BRASÍLIA, CIDADE MODERNISTA, CIDADE CONCRETA <i>Philippe Panerai</i>	52
ALEXÂNIA E ABADIÂNIA, DUAS CIDADES NOVAS PARA BRASÍLIA <i>Pedro Henrique Máximo Pereira e Ricardo Trevisan</i>	70
CONGRESSO NACIONAL: PROCEDIMENTOS PROJETUAIS E ARQUITETURA BRUTALISTA <i>Danilo Matoso Macedo e Elcio Gomes da Silva</i>	92
ESTRUTURAS METÁLICAS NO CONCRETO DE BRASÍLIA <i>Elcio Gomes da Silva e Danilo Matoso Macedo</i>	104
PRÉ-MOLDAGEM À BRASILEIRA: NIEMEYER, ACADÊMICOS, TEÓLOGOS E MILICOS 1962-68 <i>Juliano Caldas de Vasconcellos</i>	123
NAS ASAS DAS CIÊNCIAS: O ICC NO CAMPUS DA UNB <i>Christine Ramos Mahler</i>	145
A PRAÇA MAIOR DA UNB <i>Andrey Rosenthal Schlee</i>	164
TRÊS BRUT. NEM TÃO VITRINEIRA, NEM TÃO TOLA... <i>Andrey Rosenthal Schlee</i>	188

CONEXÕES INTERNACIONAIS: ARQUITETURAS ESTRANGEIRAS EM BRASÍLIA <i>Sylvia Ficher e Paulo Roberto Alves dos Santos</i>	201
O BEIJÓDROMO DE DARCY E LELÉ: UM PRESENTE PARA BRASÍLIA <i>Cláudia Estrela Porto</i>	215
DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA RACIONALIZADA DE LELÉ NO BRASIL <i>Adalberto Vilela</i>	236
CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: PRESERVAÇÃO À LA CARTE <i>Carlos Madson Reis</i>	254
BRASÍLIA: LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL E GESTÃO URBANA <i>Sylvia Ficher</i>	275
BRASÍLIA, DE SOL A SOL <i>Eduardo Pierrotti Rossetti</i>	295
ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: USO, APROPRIAÇÃO, VALORIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO <i>Eduardo Pierrotti Rossetti</i>	307
BRASÍLIA, LONGA DURAÇÃO <i>Marta Bogéa</i>	316

BRASÍLIA NA THESIS

Sylvia Ficher

Brasília. Uma das mais consequentes ações geopolíticas nos quinhentos anos de história do Brasil e hoje sua terceira região metropolitana, ainda é de arquitetura e urbanismo que se fala quando o assunto é Brasília. Aproximando-se a comemoração dos seus sessenta anos, nada mais apropriado do que um número da *Thésis* dedicado à já não tão nova Capital Federal.

O imperativo da situação explica a seleção ora apresentada, constituída por artigos inéditos complementados por outros publicados anteriormente, porém atualizados para a presente ocasião. O que esperamos não tenha eximido uma escolha criteriosa que permitisse discutir Brasília como ela merece.

A seleção se inicia com um alerta. Lenora de Castro Barbo & Andrey Schlee, em “Uma modalidade arquitetônica primitiva e autêntica”, deixam claro: Brasília não foi construída em terras virgens, aqui havia muito passado.

Vamos rapidamente para o objeto urbanístico celebrado. O que fica sob a responsabilidade de Luis Recamán e Guilherme Wisnik, em “O desenho de Brasília” e “Brasília: natureza reinventada” respectivamente. Objeto que logo teve um desenvolvimento autônomo, como captou com sensibilidade Philippe Panerai no capítulo escrito especialmente para a edição brasileira de seu livro *Analyse urbaine (Análise urbana, Brasília: EDUnB, 2006)*, aqui republicado de modo a receber a visibilidade que merece. E que irá rapidamente se multiplicar em inúmeros novos assentamentos no entorno do Distrito Federal, contribuindo para o acelerado processo de urbanização que Brasília patrocinava. Como no caso de Alexânia e Abadiânia, estudadas por Pedro Henrique Máximo Pereira & Ricardo Trevisan.

Voltemos o olhar para a arquitetura, começando, inescapavelmente, por aquela de Oscar Niemeyer. Umhas poucas, porém relevantes, de suas inúmeras obras na cidade fazem presença, seja pelo viés da concepção – em “Congresso Nacional: procedimentos projetuais e arquitetura brutalista”, de Danilo Matoso Macedo & Elcio Gomes da Silva, seja pelo viés construtivo – em “Estruturas metálicas no concreto de Brasília”, de Elcio Gomes da Silva & Danilo Matoso Macedo; e “Pré-moldagem à brasileira: Niemeyer, acadêmicos, teólogos e milicos: 1962-68”, de Juliano Caldas de Vasconcelos. Sua crucial atuação na Universidade de Brasília não poderia ser esquecida. Christine Ramos Mahler analisa sua realização de maior relevo no campus, o Instituto Central de Ciências, o famoso Minhocão. Como contraponto, Andrey Rosenthal Schlee analisa a sua concepção não efetivada para a Praça Maior da UnB.

Desempenho tão intenso teve seus defensores apaixonados, a tal ponto que alguns deles chegaram a se revoltar diante da possibilidade de outras arquiteturas e de outros arquitetos profanarem a então ainda jovem cidade. Atitude de Darcy Ribeiro em circunstância explorada com verve por Andrey Schlee em “Très brut. Nem tão vitrineira, nem tão tola...”

Outras arquiteturas e outros arquitetos, inclusive de outras nacionalidades, podem ser apreciados nas sedes de inúmeras embaixadas, atributo de uma capital federal estudado por Sylvia Ficher & Paulo Roberto Alves dos Santos em “Conexões internacionais: arquiteturas estrangeiras em Brasília”.

Falar em outros arquitetos exige que seja devidamente reverenciada a contribuição de Lelé Filgueiras Lima. Obra tão estudada, vai aqui representada por sua última realização na Universidade de Brasília – o Beijódromo de Darcy Ribeiro, analisado por Cláudia Estrela Porto. Adalberto Vilela nos traz um aspecto pouco explorado, ao discutir os “Desafios da preservação da arquitetura racionalizada de Lelé no Brasil”.

Retomemos a dimensão urbana. Em 1987 o Plano Piloto de Brasília – abrangendo também seus arredores – foi tombado pelo Governo do Distrito Federal e incluído no Patrimônio da Humanidade da UNESCO. A condição de primeiro exemplar do Movimento Moderno assim abalizado veio colocar problemas patrimoniais inéditos, agravados pela extensão da área afetada. Para discutir tais problemas, ninguém mais qualificado do que Carlos Madson dos Reis, superintendente do IPHAN no Distrito Federal (2014-2019) e responsável pela principal revisão dos marcos legais que orientam a sua preservação. Marcos legais por mim detalhados em “Brasília: legislação patrimonial e gestão urbana”.

Encerrando nosso passeio, uma seleção de fotografias de Eduardo Rossetti serve de introdução a dois artigos que pensam a Brasília de hoje: “Espaços públicos de Brasília: uso, apropriação, valorização e transformação”, também de Rossetti, e “Brasília, longa duração”, de Marta Bogéa.

UMA MODALIDADE ARQUITETÔNICA PRIMITIVA E AUTÊNTICA*

*Lenora Barbo
Andrey Rosenthal Schlee*

Resumo

A construção da Nova Capital se deparou com um conjunto de formas de ocupação territorial que podemos chamar de tradicional no que se refere aos modos de viver, bem como aos de produção de subsistência, onde os antigos moradores tinham a pecuária de pequeno porte como sua principal atividade econômica. Para compreender as residências rurais das antigas fazendas, pesquisamos a arquitetura civil de Goiás e realizamos um inventário de dez moradas rurais encontradas nos limites do atual Distrito Federal que, tudo indica, remontam ao século XIX. Estudou-se, particularmente, as formas de implantação das edificações, suas técnicas construtivas e o agenciamento espacial do corpo da residência. Assim, o artigo explora uma modalidade arquitetônica que, segundo Lucio Costa, era “primitiva e autêntica” e que antecedeu às formas de ocupação territorial e de viver propostas, ou impostas, pelo pensamento modernista.

Palavras-Chave: Goiás, Distrito Federal, Brasília, arquitetura rural.

* Versão ampliada de trabalho apresentado no 13º Seminário História da Cidade e do Urbanismo, 2014.

A ARQUITETURA REGIONAL AUTÊNTICA

Esse artigo sobre a arquitetura rural do século XIX erguida na área de influência do atual Distrito Federal (DF) se inicia, intencionalmente, com extratos de textos de duas figuras-chave para a execução da nova capital: o próprio autor do Plano Piloto de Brasília e o engenheiro-calculista dos principais palácios da cidade. Foram dois intelectuais comprometidos com a escrita de uma história da arquitetura nacional que, simultaneamente, buscava valorizar e preservar parte do passado colonial e construir e consolidar uma linguagem modernista. História onde Aleijadinho e Niemeyer, Diamantina e Brasília receberam lugar de destaque. Costa e Cardozo estudaram a arquitetura brasileira. Buscaram compreendê-la com olhos de quem queria vê-la. Ambos colaboraram com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, e constataram a particular desatenção com a arquitetura do mundo rural.

A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada. (...) A arquitetura regional autêntica tem as suas raízes na terra; é produto espontâneo das necessidades e conveniências da economia e do meio físico e social e se desenvolve, com tecnologia a um tempo incipiente e apurada, à feição da índole e do engenho de cada povo; ao passo que aqui a arquitetura veio já pronta e, embora beneficiada pela experiência anterior africana e oriental do colonizador, teve que ser

adaptada como roupa feita, ou de meia confecção, ao corpo da nova terra. À vista desta constatação fundamental, importa pois conhecer, antes de mais nada, a arquitetura regional portuguesa no próprio berço, porque é na construção popular de aspecto viril e meio rude, mas acolhedor, das suas aldeias que as qualidades da raça se mostram melhor, percebendo-se, desde logo, no acerto das proporções e na ausência de artifícios, uma saúde plástica perfeita, se é que se pode dizer assim (COSTA, 2018).

A rigor, não foi ainda realizado o inventário das propriedades rurais brasileiras, e o seu levantamento tem sido conseguido de meras circunstâncias ocasionais, sem obedecer a qualquer plano de estudo ou pesquisa (CARDOZO, 2009).

Em 1964, Costa cobrou providências para o tombamento da Fazenda Babilônia (GO):

Não se compreende que, *morando em Brasília há tanto tempo*, o Alcides [da Rocha Miranda¹] que é tão sensível a essa modalidade arquitetônica primitiva e autêntica, já não houvesse ele próprio tomado a iniciativa, e que os demais responsáveis pela faculdade na UNB não se tenham utilizado desse exemplar tão acessível e significativo para trabalho de campo – levantamento, fotografias, reconstituição. Ou será que desconhecem? Se o caso é esse – é inconcebível (grifo nosso) (COSTA, 2004).

O tombamento da Babilônia ocorreu em 1965 e foi o primeiro a proteger uma construção rural na região

¹ Arquiteto representante do SPHAN em Brasília e professor fundador da UNB.

Centro-Oeste do Brasil. Com valores históricos, artísticos e arquitetônicos indiscutíveis e de fácil constatação, a Fazenda Babilônia, provavelmente erguida entre 1800 e 1805 (JAYME, 1943), é uma exceção em todos os sentidos. Podendo-se afirmar que não apresenta os padrões que caracterizaram a arquitetura rural goiana do século XIX, conforme identificados por Adriana Oliveira (2010), por Lena Freitas e Nancy Silva (1995) e por Lenora Barbo (2010).

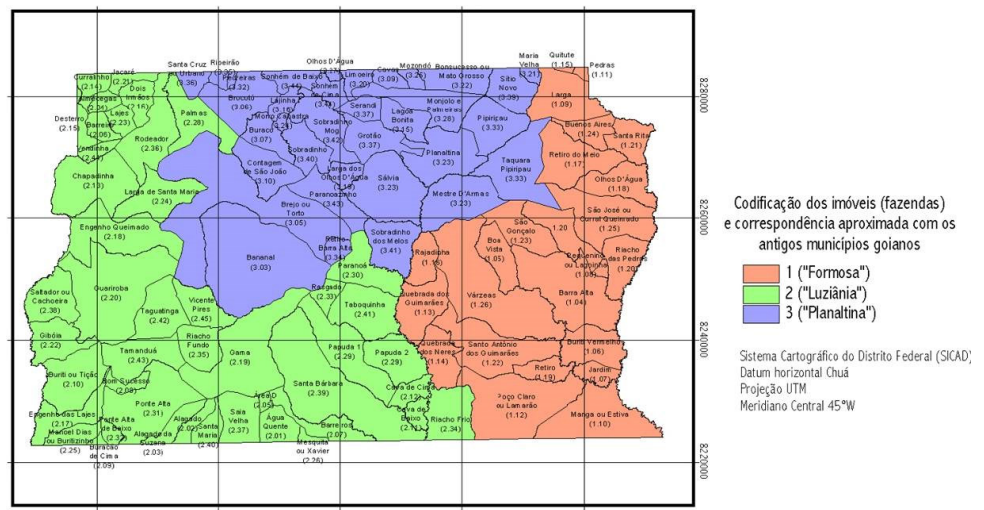
A localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente no mundo rural, de um modo de vida particular, com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios.

No Centro-Oeste, e em Goiás em particular, inexistiu a agricultura de exportação, tal como praticada no Nordeste e no Sudeste. Com poucas exceções que confirmam a regra geral, **predominaram, durante as primeiras décadas de colonização, as pequenas propriedades rurais com meia légua em quadra, localizadas próximo à boca das minas. (...) Plantando roças de subsistência nas quais se praticava o cultivo da mandioca e do milho (...)** essas fazendas diferiam das *plantations* litorâneas não somente pela dimensão menor, como também pelo fato de serem trabalhadas por braços da própria família do proprietário, acrescidos eventualmente de um número limitados de escravos (...). **A vida cotidiana era trabalhosa e árdua, despida de**

quaisquer veleidades de luxo e até mesmo de conforto. A moradia, o transporte, os utensílios domésticos revestiam-se de feição utilitária, sem preocupações estéticas (grifo nosso) (FREITAS; SILVA, 1995).

Quando da construção de Brasília, a região do atual DF apresentava uma baixíssima densidade populacional, correspondendo a um habitante por quilômetro quadrado em 1958 (IBGE, 1959), e estava dividida em grandes glebas rurais, as denominadas *fazendas*, originalmente pertencentes ao território de dois municípios goianos do século XVIII – Formosa (Couros) e Luziânia (Santa Luzia) – e um do século XIX – Planaltina (Mestre d'Armas) (Figura 1). Região que apresentava dois núcleos urbanos já consolidados, o de Planaltina (1811) e o de Brazlândia (1933). Assim, quando da execução dos primeiros edifícios modernistas no Plano Piloto, o DF já contava com um acervo patrimonial representativo de momentos e contextos históricos anteriores, identificável ainda hoje nos setores tradicionais ou centrais dos núcleos citados, como a Igreja de São Sebastião (1880) ou a edificação que atualmente abriga o Museu Municipal (1898), ambos em Planaltina e de feição colonial. Arquitetura de matriz vernacular, encontrada também nos remanescentes de várias construções rurais, particularmente nas moradas de *fazendas*, onde os antigos proprietários mantinham a pecuária como a sua principal atividade econômica.

Figura 1 – Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos. Fonte: BARBO, 2010.



Segundo o *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (CORONA; LEMOS, 2017), *partido* em arquitetura:

é o nome que se dá à consequência formal de uma série de determinantes, tais como o programa do edifício, a conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as codificações das posturas que regulamentam as construções e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto.

Para alguns dos principais estudiosos da arquitetura rural brasileira do período colonial, os mais diferentes condicionantes e/ou determinantes, geraram, em todo o Brasil, apenas dois partidos básicos: o *partido fechado* e o *partido aberto*. O primeiro é caracterizado por abrigar, reunir e ligar sob um mesmo teto, todos os elementos de um dado programa arquitetônico rural (coabitação de funções

distintas); e o segundo, ao contrário, por hierarquizar, distribuir e afastar os vários elementos (coabitação de apenas funções semelhantes). Como exemplo de partido aberto temos os engenhos pernambucanos do açúcar, e de partido fechado, a própria sede da Fazenda Babilônia – acolhendo sob uma só cobertura a casa de morada, a capela, os quartos de hóspedes e o engenho de açúcar com suas inúmeras dependências.

No caso particular das antigas fazendas goianas atualmente localizadas no DF, foi o partido aberto que se afirmou. Assim, temos uma edificação com função residencial – a morada – e uma série de outras pequenas construções destinadas a funções diversas ligadas à pecuária e a autossuficiência do lugar. Conjunto estrategicamente implantado nas proximidades de um rio, córrego ou rego d'água (também utilizados como fonte de energia) e que interage com um terreiro e um pomar.

As soluções construtivas também eram resultado de uma busca natural de conforto ambiental, surgiram de forma espontânea e se acomodaram lentamente pela experiência acumulada:

De modo geral, o predomínio dos cheios sobre os vãos; o tamanho das aberturas; a ausência de fechamentos transparentes e a espessura das grossas paredes de pedra, taipa e, mais tarde, tijolos de barro, garantiam às construções coloniais uma alta resistência térmica (propriedade do material em resistir à passagem do calor), maior inércia térmica (retenção de calor) e menor perda de calor interno. Efeitos ampliados ou reduzidos quando da existência ou não de forro e/ou piso nos compartimentos (SCHLEE, 2001).

A arquitetura civil produzida em Goiás² pode ser considerada como uma das mais simples que se conhece dentro do panorama arquitetônico representativo do período colonial. Simplicidade sempre mais marcada no meio rural, onde aflorava em função do isolamento, dos modos de vida e do baixo poder aquisitivo dos moradores. São basicamente edificações de planta quadrada, elaboradas a partir de uma estrutura autônoma de madeira, comumente chamada de *gaiola*, com os vãos preenchidos por alvenaria de *adobe* ou *pau-a-pique*. Em estudo sobre as paisagens rurais do sudoeste goiano, o geógrafo Aziz Ab'Saber (apud BRUNO, 1959) observou que:

As sedes são casarões de um pavimento só e pouco imponentes, construídos de adobes entre armações de madeira e recobertos de telhas comuns – e caiados de branco. (...) o tipo dominante de construção nas fazendas regionais: após o corpo frontal do edifício, que se volta para a estrada, seguem-se prolongamentos laterais mais baixos, na forma de puxadinhos, com a estrutura das paredes de adobe barreado e caiado (grifo nosso).

As técnicas construtivas utilizadas em Goiás aproximavam-se daquelas produzidas nos primeiros momentos da arquitetura residencial de Minas Gerais, distanciando-se daquela usada em São Paulo pelos bandeirantes, que era, preferencialmente, a taipa de pilão.

A repetição da tipologia em todo território goiano, o aprendizado pela prática da construção, a ausência quase absoluta de inovações essenciais na composição da forma construída e sua permanência através do tempo (quase dois séculos) são indicadores incontestes daquela que se denomina casa tradicional goiana (VAZ; ZÁRATE, 2003).

Em Goiás, o barro foi empregado na confecção de telhas; no revestimento como reboco; no piso de *mezanela*³ e nas paredes, compondo técnicas como, principalmente, o *adobe* e o *pau-a-pique*. O *adobe* é um paralelepípedo de barro de grandes dimensões, empregado como os tijolos, mas diferindo-se destes por não ser cozido ao forno. De barro cru, seco

² Minas de Goiás até 1749, Capitania de Goiás de 1749 a 1822; Província de Goiás de 1822 a 1889 e Estado de Goiás a partir de 1889.

³ Um tipo de ladrilho feito de barro queimado, à moda do tijolo, utilizado como revestimento de piso, característico da arquitetura originária do Oriente Médio (COELHO; VALVA, 2001).

⁴ Viga corrida de madeira assente sobre o respaldo do último pano das paredes externas de uma edificação para dar apoio geral nivelado às tesouras ou a outras peças do telhado e servir de base para a sua fixação por meio de pregos.

à sombra e, depois, ao sol, é composto de argila e areia, geralmente, misturadas com estrume e fibras vegetais. Já o *pau-a-pique* consiste na montagem de uma trama de madeira, com peças roliças colocadas na vertical, fixadas tanto aos baldrames quanto aos *frechais*⁴, formando um gradeado trancado que será preenchido com barro.

Para sua conservação, as paredes de terra crua requerem a adoção de proteção. Contra as chuvas, além dos beirais dos telhados, as paredes eram sempre recobertas por uma camada de reboco, composto de terra, areia e cal e, por cima, uma camada de pintura à base de cal. Para evitar a umidade proveniente do solo, a solução comumente adotada consistia na execução de embasamentos em pedra.

Na construção de nossa arquitetura tradicional, diversas foram as madeiras empregadas, assim como foi variado o seu uso. Roliças no encaibramento das coberturas ou na armação da trama do pau-a-pique; e lavradas na estrutura de sustentação das coberturas e paredes, nos barrotes de sustentação de pisos e nas peças de enquadramento dos vãos. Na forma de tabuado para pisos, forros e aberturas; treliçadas para a vedação de janelas ou, ainda, delicadamente trabalhadas na forma de cachorros (apoios) para os beirais.

AS MORADAS RURAIS – INVENTÁRIO

Em 1958, Altamiro Pacheco (1975), na condição de presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital, finalizou um importante relatório acerca das propriedades rurais goianas contidas no futuro território do DF. Entre outras coisas, relacionou os imóveis rurais então pertencentes aos três municípios-mães (Formosa, Planaltina e Luziânia) e que deveriam ser desapropriados. O levantamento foi consolidado no documento *Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral*, elaborado a partir do lançamento dos limites (divisas) de todos os imóveis situados dentro do DF sobre folha cartográfica, na escala de 1:100.000 (Fig.2).

Além de demarcar o perímetro fundiário dos imóveis, o mapa assinalou as **casas de fazenda então existentes** (Fig. 3), assim como reproduziu toda a rede hídrica do território. Pela primeira vez, o projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto teve o seu esboço lançado sobre as terras da fazenda Bananal, acrescido das penínsulas norte (implantada na fazenda Torto) e sul (implantada nas fazendas Gama, Papuda e Rasgado).

De posse de tal *Planta-Índice Cadastral* de 1958, em 2008, buscamos localizar e identificar quais as construções rurais sobreviveram à ação do tempo e do homem. Após pesquisa histórica e visitas de campo, foram encontrados **dez exemplares** (Fig. 4) cujas características permitem supor serem edificações que

remontam ao século XIX, quais sejam: morada da Fazenda Curralinho; Desterro; Gama; Monjolo I; Monjolo II; Saco Grande I; Saco Grande II; Sobradinho I; Sobradinho II; e Fazenda Velha. O inventário então realizado consistiu no levantamento arquitetônico da morada rural; no seu registro fotográfico; na identificação de suas características em relação à localização no espaço geográfico do DF, aos padrões arquitetônicos, aos materiais utilizados e aos sistemas construtivos empregados⁵.

Como particularidade, temos que, das dez moradas inventariadas, cinco foram selecionadas anteriormente como Patrimônio Vernáculo Rural pelo GT/Brasília⁶ que, em estudos desenvolvidos na década de 80, destacou a importância da preservação de doze exemplares de arquitetura vernacular do centro-oeste localizados no território do DF. As cinco moradas rurais são: Casa da Fazenda Curralinho, na Região Administrativa de Brazlândia; Casa da Fazenda Gama, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante; Casa da Fazenda Monjolo, na Região Administrativa de Planaltina; Casa da Fazenda Saco Grande I (Fazenda Jardim), na Região Administrativa do Paranoá; e Casa da Fazenda Sobradinho I (Sobradinho), na Região Administrativa de mesmo nome.

Para Lemos (1989), em Portugal praticamente nunca existiu uma casa rural como a brasileira, isto é, uma residência absolutamente isolada num

latifúndio, às vezes, distante léguas de outra morada ou de uma cidade ou vila. Lá, os minifúndios, de um modo ou de outro, agrupam-se em volta de pequenas aldeias. Na divisão territorial brasileira, as grandes distâncias resultavam no isolamento das famílias, que frequentavam as cidades distantes somente nos dias de festas muito importantes, poucas vezes ao ano.

As grandes distâncias e a precariedade dos caminhos transformaram a hospitalidade numa obrigação social, numa questão de sobrevivência. Não fugindo à regra, o quarto de hóspedes no corpo da casa de morada, os alojamentos para gente menos categorizada nos arredores das dependências de serviço. Daí os cercados para as mulas e cavalos dos passantes que pedissem pouso. Nem sempre a comida estava garantida, mas a cama e a rede estavam (LEMOS, 1989).

A rusticidade do ornamento dava o tom à vida de Goiás no século XIX. Rústico e pobre era também o homem que o produzia, transitando entre a fragilidade da vida urbana e a precariedade do mundo rural, a léguas de distância do resto do mundo. (...) As fontes documentais explicitam, com abundância, exemplos extremos dessa escassez (OLIVEIRA, 2001).

⁵ SCHLEE et al. Preservar e Intervir em Brasília. *O caso das antigas fazendas do Distrito Federal*, 2009.

⁶ O GT/Brasília, que atuou de 1981 até 1988, foi criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, então Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN/Fundação Pró-Memória, juntamente com o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília – UnB para *estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília*.

DOIS EXEMPLOS DE MORADAS RURAIS

Das propriedades rurais estudadas, no presente artigo, nos detivemos, especialmente, em duas: as moradas das Fazendas Sobradinho I e II, sobretudo em função da existência de outro importante documento cartográfico, a “Planta da Fazenda Sobradinho” registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Brasília/GO, em 1928. Nesta Planta foi assinalada a localização de onze edificações, entre elas as moradas Sobradinho I e II. As duas edificações remanescentes se localizam em um vale, literalmente às margens da antiga “Estrada da Bahia”, também conhecida por “Estrada de Cavalleiros à Torto” ou “Estrada Real à

Goyazes” (Figs. 5 e 6). As moradas estão localizadas na atual Região Administrativa de Sobradinho, distantes 200m uma da outra, próximas ao córrego Brejo do Lobo. A região é irrigada por córregos e ribeirões que descem dos morros circundantes e o entorno é composto por diversas árvores frutíferas.

Sem dúvida, Sobradinho está entre os nomes mais antigos da toponímia dessa região. Em 1734, o tropeiro José Diogo registrou em diário manuscrito sua passagem por “Sobradinho” (DIOGO, 1734), nos limites do atual Distrito Federal. Graças ao seu relato, que cita nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer hoje os sítios por onde andou, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia:

Roteiro das fazendas que há no caminho que vay do Rio de São Francisco p.a as Minas dos Goyazes athe o Arrayal de Meyaponte. (...)

Aquy nestas fazendas acabam as povoações antigas e principião as novas depois que se abriu o caminho para os Goyazes.

Do Faz tudo ao Ribeirão de São João _____ 5 (Légoas)

Dahy a Santa Rosa _____ 7 _____

Dahy aos Bezerras _____ 5 _____

Aquy a estas fazendas em sahir mais três estradas, hua de São Romão pello Paracatu asima; outra da Barra do Rio das Velha; outra das Minas Geraes que busca o Abayté.

Dos Bezerras a Lagoa Fea _____ 4 _____

Dahy a Bandeyrinha _____ 4 _____

Dahy a João da Costa _____ 4 _____

Dahy ao Monteiro _____ 2 _____

Dahy ao Sobradinho _____ 3 _____

Dahy às Três barras _____ 3 _____

Dahy aos Macacos _____ 7 _____

Dahy ao Ribeirão da Área _____ 5 _____

Dahy ao Corumbá que não está povoado _____ 5 _____

Dahy ao Arrayal da Meyaponte _____ 3 _____

(grifo nosso). (DIOGO, 1734).

O tropeiro nos deixa a certeza que o território do atual Distrito Federal não era um deserto, pelo contrário, mesmo em 1734 já era uma passagem importante de ligação entre o litoral e as minas de Goiás e Mato Grosso.

A MORADA DA FAZENDA SOBRADINHO I

A morada térrea está situada em área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico construído em formato retangular, com 13,60 metros de frente por 7,10 metros de frente aos fundos, perfazendo 96,56m². A área total da casa com acréscimo é de 212,83m². O embasamento é construído da combinação de pedras e terra, sobre o qual se sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do frechal que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de múltiplos planos recebe telhas de barro. O piso é de assoalho de tábuas e de mezaneta. As aberturas externas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e as janelas, retangulares, recebem externamente a armação da vidraça em guilhotina e internamente os escuros de uma folha e trancados com tramela. Parede de adobe e duas janelas internas treliçadas dividem o espaço social em dois. O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e

cobertura – assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro –, são originários e dependentes do meio. A exceção se dá pelas telhas industrializadas de barro e pelas janelas instaladas com vidro. Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos: (a) na porção fronteira, pelo espaço social ao centro, ladeado por um quarto, que se abre para a sala; (b) na faixa central, separados pelo espaço social, abrem-se mais dois dormitórios com janelas; (c) na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, ampliou-se o espaço social e foram incorporados três quartos com janela, uma cozinha, dois banheiros, um depósito e uma varanda. A iluminação natural é oferecida através das janelas e pelas portas de frente e fundos. A morada recebe forro de madeira em toda a área do núcleo básico. Plasticamente nota-se a linearidade da planta retangular da morada. Nas fachadas, os cheios predominam sobre os vazios, com ausência de ornamentos (Figuras 7 e 8).

A MORADA DA FAZENDA SOBRADINHO II

A morada térrea está situada em área plana, com declive na parte posterior, tendo o seu núcleo básico planta praticamente quadrada, com 8,10 metros de frente por 8,50 metros de frente aos fundos, perfazendo 68,85m². A área total da casa com acréscimo é de 114,35m². O embasamento é construído da combinação de pedras e terra, sobre o qual se

Figura 7 – Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho I, destacados núcleo básico, prolongo e anexo. Fonte: BARBO, 2010.

Figura 8 – Fachada principal da Fazenda Sobradinho I. Foto: Acervo da PROAU-FAU UnB, 2008.

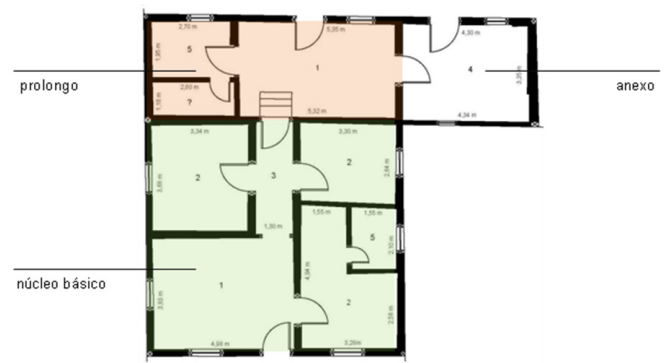
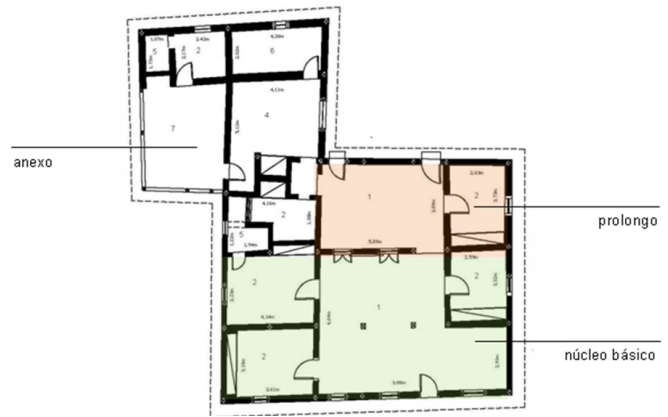


Figura 9 – Planta baixa da morada da Fazenda Sobradinho II, destacados núcleo básico, prolongo e anexo. Fonte: BARBO, 2010.

Figura 10 – Fachada principal da Fazenda Sobradinho II. Foto: Acervo da PROAU-FAU UnB, 2008.



sustenta estrutura portante de madeira aparente, com paredes de vedação, externa e internamente em adobe. Ao redor de todas as paredes está nítida a presença do *frechal* que recebe o vigamento de madeira com armação de tesoura. A cobertura de quatro águas recebe telhas de capa e canal. O piso é de mezanela e de cimento queimado. As aberturas, portas e janelas, recebem vergas retas de madeira. As portas são de madeira e os vazios das janelas internamente são fechados pelos escuros e trancados com tramela. O sistema construtivo – gaiolas com paredes de vedação de adobe, o embasamento e cobertura – assim como os materiais empregados – madeira, pedras, areia e barro – são originários e dependentes do meio. Segundo suas funções atuais, os espaços internos estão assim distribuídos: (a) na porção fronteira, pelo espaço social de um lado e um quarto⁷ do outro que se abre para a sala, todos com janela; (b) na faixa central, separados por um corredor central, abrem-se mais dois dormitórios com janelas; (c) na parte de fundos, acrescida ao núcleo básico da morada, ampliou-se o espaço social e foram incorporados um banheiro, uma cozinha e outra sala. A iluminação natural é oferecida através das suas janelas e pelas portas de frente e fundos. O núcleo básico recebe forro de palha. A composição harmônica é principalmente sentida na superfície fronteira externa – duas janelas ladeando a porta central –, com os cheios predominando sobre os vazios e ausência de ornamentos. Plasticamente nota-se a linearidade e simetria

decorrentes das aberturas quadradas das janelas e retangular da porta na fachada (Figuras. 9 e 10).

GENERALIZANDO

A pesquisa realizada de 2008 a 2010 permitiu constatar que uma série de características se repetem nas dez habitações estudadas. A morada rural encontrada é térrea, compacta na sua simplicidade, tem poucos cômodos. O diminuto porte das construções ocasionou frequentes reformas, que não tardaram a alterar, externa e internamente, as habitações, sem, contudo, as desfigurar nos seus elementos construtivos básicos, com exceção da Fazenda Desterro. O agenciamento espacial do corpo de oito moradas tem como partido predominante o retângulo, com plantas próximas ao quadrado; as outras duas – Gama e Sobradinho II – são quadradas. A cobertura predominante é a telha de barro com duas ou quatro águas, mas, em função do agenciamento dos prolongos, variam aos múltiplos planos. Apenas duas – Currálinho e Desterro – têm telhas de fibrocimento. Todos os exemplares estudados foram construídos com materiais originários da própria região. As estruturas portantes são de madeira aparente e as paredes de adobe. A exceção é Saco Grande II, cujas paredes são de pau-a-pique. As portas e janelas de madeira, com apenas uma folha, sem ornato ou caixilhos eram fechadas com tramelas. As construções não possuíam forro ou estuque,

⁷ Dentro deste quarto foi criado um banheiro.

o comum foi o vigamento e as telhas ficarem à mostra, tendo em média, três metros de pé-direito. Apenas as casas do Gama e Sobradinho I possuíam forro de tábuas. Quanto às janelas, a Fazenda Sobradinho I é um caso à parte, apresentando diversos tipos: de apenas uma folha de madeira ou “escuro”, de guilhotina com vidro e de treliça. Tudo indica que não fazem parte da construção inicial, mas sim frutos de reformas mais recentes. Os pisos nem sempre eram feitos de tábuas, usava-se regularmente a terra batida ou ainda mezaneta. As fazendas Gama e Velha são as duas únicas que tiveram suas moradas restauradas.

Quanto à localização e ao ambiente natural as construções rurais inventariadas apresentam-se inseridas na paisagem local de forma muito parecida. O núcleo básico se encontra assentado em terreno praticamente plano, com o prolongo, quase sempre, em áreas com declive. Como regra geral, mostra-se a existência em seu entorno de grande número de árvores frutíferas e próximos a um curso d’água. Em algumas, ainda há resquícios de rego d’água, tirado de mina ou de curso de água, que chegava até a porta da casa. Os quintais, que podem ser entendidos como uma extensão do espaço domiciliar, eram lugares para a criação doméstica de animais, a pequena horta, as plantas aromáticas, ornamentais e medicinais e o pomar. Constituíam um recurso de importância fundamental para o abastecimento alimentar e apresentavam uma riqueza de cultivos considerável. As árvores frutíferas encontradas

com maior frequência foram as mangueiras, jabuticabeiras, bananeiras, goiabeiras, jaqueiras e os jenipapos.

As moradias antigas do Planalto Central foram moradias enxutas, secas; água só na moringa ou no pote de barro. Perto da porta da cozinha, o telheiro para lavagens era isolado e, mais tarde, encostou-se à porta dos fundos (prolongo). Excetuando-se as Fazendas Sobradinho I e II, as moradas não ficavam à beira das antigas estradas, mas às margens de córregos ou regos d’água, entre outros motivos, para facilitar as lides domésticas.

O clima também foi importante agente que interferiu na organização das moradias. Em todos exemplares estudados, nas fachadas há grande predominância dos cheios sobre os vãos, para enfrentar a forte insolação da região. Observa-se que nenhuma das dez moradas apresentou, no seu núcleo básico, varanda ou alpendre.

Quanto à área, dos dez exemplares, nove tem seu núcleo básico com metragens que vão de 50 a 100m². Apenas a Saco Grande I apresenta núcleo básico com cerca de 35m². Depoimentos dos moradores informam que a casa original era construída mais próxima ao curso d’água e que devido a repetidas enchentes foi desmontada e remontada mais acima no terreno. Não temos informações suficientes para avaliar se foi obedecido o projeto da casa original.

Após análise detalhada da planta baixa das moradas e seu entorno imediato, foram registrados vinte e um pontos em comum em quase todas elas:

1. casas térreas;
2. núcleos básicos com planta retangular, somados a acréscimos;
3. corpo principal em terreno plano e prolongo em declive;
4. agenciamento do espaço de cozinhar na parte posterior da planta;
5. circulação centralizada atravessando a edificação;
6. porta da frente diretamente conectada pela circulação centralizada a outra nos fundos;
7. espaço social na frente da casa e espaço de serviço nos fundos;
8. ausência de varandas ou alpendres no núcleo básico;
9. cobertura de 2 ou 4 águas, com telhas de barro;
10. estrutura do telhado em madeira, sem forro;
11. paredes internas de meia altura;
12. materiais originários da própria região;
13. fachadas com predominância de cheios sobre os vãos;
14. estrutura portante de madeira aparente (gaiola);
15. paredes de adobe sobre embasamento de pedra;
16. piso de tábuas, cimento queimado ou mezanela;
17. janelas e portas de madeira, de vergas retas;
18. ausência de ornamentos;
19. forma plástica linear e simétrica;
20. quintal com árvores frutíferas;
21. curso d'água próximo.


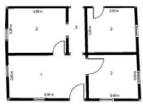











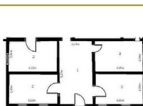
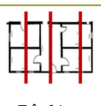

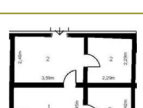



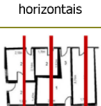






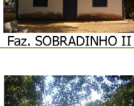


Constata-se, ainda, que as moradas rurais são resultantes de apenas dois tipos de núcleo básico. As casas das fazendas Currálinho, Monjolo I, Saco Grande I e Sobradinho II têm núcleo básico constituído de duas faixas horizontais. As outras seis, Desterro, Gama, Monjolo II, Saco Grande II, Sobradinho I e Velha têm núcleo básico constituído de três faixas verticais (Quadro 1).

Em que pese a diferença de conservação entre elas, é muito próximo o aspecto ou consequência formal das moradas como produto de um programa de vida todo peculiar no isolamento do planalto. As moradas inventariadas preservam a maioria de suas características arquitetônicas, apesar das alterações inevitáveis ao longo dos anos – exemplares centenários, remanescentes da cultura agrária anterior à construção de Brasília.

Apesar da importância do seu passado, o território do Planalto Central, nos atuais limites do DF, a partir da implantação da Nova Capital teve sua história ofuscada pela história de Brasília. Nas palavras reveladoras de Sylvia Ficher (2000):

Arcaísmo e contemporaneidade se misturam em Brasília. E sua história continua sendo escrita no registro do mito, apresentada como ocupação primeira de um local virgem, apagados os traços de alguns séculos da história do Goyaz, agora aparentemente sem passado e sem tradições próprias, esquecidos aqueles que aqui viveram antes da sua construção.

Quadro 1 – Quadro-síntese das principais características das moradas rurais do DF

FAZENDAS	PLANTA BAIXA DO NÚCLEO BÁSICO - NB	CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO BÁSICO	PLANTA	ÁREA m ²	COBERTURA	MATERIAIS	ESTRUTURA	PAREDES	PISO	JANELAS	PORTAS	OBS
 Faz. CURRALINHO		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 52,39 Total= 81,25	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. DESTERRO		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 84,53 Total= 226,63	cobertura de duas águas / telhas de fibrocimento / forro de ripas de madeira (recente)	parte dos materiais originários da própria região	estrutura de madeira e de concreto	paredes de tijolos maciços e de adobe	piso de cimento queimado e de cerâmica	janelas com vidro e perfis de ferro do tipo basculante e de correr	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. GAMA		 Três faixas verticais	planta quadrada com acréscimo	NB= 100,00 Total= 200,10	cobertura de quatro águas telha francesa sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha e do tipo basculante	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar / edificação restaurada
 Faz. MONJOLO I		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 73,00 Total= 137,08	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	aberturas de madeira com perfis de ferro e vidro de correr e basculante	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. MONJOLO II		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 66,08 Total= 133,07	cobertura de múltiplos planos telhas de capa e canal sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SACO GRANDE I		 Duas faixas horizontais	planta retangular com acréscimo	NB= 35,10 Total= 133,36	cobertura de múltiplos planos / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SACO GRANDE II		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 50,35 Total= 144,80	cobertura de duas águas / telhas de capa e cana / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes de taipa-de-mão ou paa-pique	piso de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SOBRADINHO I		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 96,56 Total= 212,83	cobertura de múltiplos planos / telhas de barro / parte com forro de madeira e parte sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de mezaneta	janelas verticais de madeira com uma folha, guilhotina com vidro e treliçadas	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. SOBRADINHO II		 Duas faixas horizontais	planta quadrada com acréscimo	NB= 68,85 Total= 114,35	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / forro de palha (recente)	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de mezaneta e de cimento queimado	janelas quadradas de madeira com uma folha de escuro	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar
 Faz. VELHA		 Três faixas verticais	planta retangular com acréscimo	NB= 77,97 Total= 147,15	cobertura de quatro águas / telhas de capa e canal / sem forro	materiais originários da própria região	estrutura portante de madeira aparente	paredes com tijolos de adobe	piso de tábuas e de cimento queimado	janelas verticais de madeira com uma folha de escuro / edificação restaurada	portas de madeira com uma folha	curso d'água próximo / quintal com pomar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBO, L. C. A arquitetura rural das estradas coloniais do Planalto Central. In: *IV Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidades*, 2009, Goiânia (GO). Anais IV Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidades. Goiânia: UFG/ANPUH-GO, 2009. v.1. p.1-1.
- BARBO, L. C. *Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UnB, Brasília, 2010.
- BRUNO, E. S. (Coord.). *As selvas e o pantanal*. São Paulo: Cultrix, 1959.
- CARDOZO, J. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. In: MACEDO, D.; SOBREIRA, F. (Orgs.). *Forma estática – forma estética: ensaios de Joaquim Cardozo sobre arquitetura e engenharia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- COELHO, G. N.; VALVA, M. d'A. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: EdUCG, 2001.
- CORONA, E.; LEMOS, C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Romano Guerra, 2017. 2. ed. (Coleção RG facsímile, 3).
- COSTA, L. Fazenda da Babilônia ou São Joaquim. Pirenópolis – GO. In: PESSÔA, J. (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- COSTA, L. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34: Edições Sesc São Paulo, 2018.
- DIOGO, J. C. Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até às Minas de Goiás. [post. 1734, Novembro]. In: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Goiás. *Projeto Resgate*. AHU_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 8.
- FARIAS, D. D. *Terras no Distrito Federal: experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958*. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.
- FICHER, S. Brasília. *Revista Projeto Design*, n 242, p. 48-52, abr. 2000.
- FREITAS, L.; SILVA, N. Antigas fazendas do Planalto Central. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, n.6, p.113-130, jul-dez, 1995.
- IBGE. *Censo experimental de Brasília*. Rio de Janeiro: 1959.
- JAYME, J. *Cinco vultos meia-pontenses*. Instituto Genealógico Brasileiro: 1943.
- LEMOS, C. A. C. *A casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a história).
- OLIVEIRA, A. M. V. *Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia: UFG, 2010.
- OLIVEIRA, A. M. V. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.
- PACHECO, A. M. Primórdios de Brasília. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, n.4, p.83-175, dez, 1975.
- SCHLEE, A. R. O clima e a arquitetura brasileira. *Revista Ciência e Ambiente*, v. 22, p. 19-34, jan./jun. 2001.

- SCHLEE, A. R.; FERREIRA, O.; VIEIRA JR., W. J.; BARBO, L. C. Preservar e Intervir em Brasília. O caso das antigas fazendas do Distrito Federal. In: ZEIN, Ruth Verde (Org.). *Projeto como investigação: Antologia*. São Paulo: Alter Market, 2009, v. 1, p. -.
- VAZ, M. D. A. C.; ZÁRATE, M. H. V. *A casa goiana: documentação arquitetônica*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

LENORA BARBO – Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Grupo de Pesquisa CNPq Arquitetura e Urbanismo da Região de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB, linha de pesquisa Preexistências brasilienses. lenorabarbo@gmail.com.

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE – Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012 a 2019). andreyrosenthal@gmail.com.

O DESENHO DE BRASÍLIA*

Luis Recamán

Resumo

A capital do Brasil, inaugurada há 50 anos, é considerada um marco da arquitetura moderna brasileira e internacional. Seu traçado e seus palácios trazem como primeira referência o vocabulário moderno, conforme este se desenvolveu a partir dos anos 1930 no país. O trabalho enfoca outros aspectos que podem ajudar a ampliar a explicação, tanto da solução construída quanto das transformações a que esteve sujeita no seu desenvolvimento como grande cidade. Procura estabelecer uma conexão histórica com as questões relativas à modernização brasileira e aos dilemas de sua matriz arquitetônica moderna, da qual Brasília foi o clímax e conclusão. Os conflitos inerentes a esse processo de modernização se transformam em “problemas da forma”, que nesta instância foram equacionados. A dualidade do desenvolvimento nacional incide no gesto inicial do projeto: a cruz que demarca o início da megaoperação, que não apenas constrói uma cidade, mas conquista uma nova fronteira no vasto território então inexplorado. Estão em jogo nesse desenho os impasses do desenvolvimento industrial brasileiro, e as próprias aporias da modernidade arquitetônica, na conjuntura do final dos anos 1950. Neste pequeno espaço, o artigo procura compreender o significado social do que aparece como traço, como gesto.

Palavras-chave: Brasília, Lúcio Costa, Arquitetura Moderna Brasileira, Cidade brasileira, Urbanismo

* 1º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa. Minha participação foi garantida pelo apoio obtido da FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

¹ Essa crítica foi realizada pela Internacional Situacionista em IS 6, agosto de 1961, no artigo “Crítica ao urbanismo”, publicado em: Jacques, Paola Berenstein. “Apologia da deriva”. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

² Depoimento gravado por Lúcio Costa em 31/05/88, no Rio de Janeiro, para o Projeto Memória da Construção de Brasília: “E o que aconteceu? Para construir Brasília era preciso mão-de-obra, né? Então muitos vieram para Brasília para melhorar de vida. Inaugurada Brasília [?] vieram as famílias, embora eles declarassem que iam embora. Quinze dias depois, um mês, dois meses já estavam as famílias lá. Acampavam, em torno da Catedral, em torno do Planalto, em torno do Itamaraty, né? [?] Inaugurada Brasília... não podia continuar. Eu insisto nisso [?] A Novacap, teve consciência de que esse momento ia ocorrer [?] tinha possibilidade, né? Que um terço dessa população voltaria pro seu país de origem, né? Outro terço, seria absorvido e o terceiro terço, finalmente, como tradição agrícola, grandes, vindos do interior assim. Então [?] no cinturão verde em torno da capital em fazendas modestas [?].”

O jornal Correio Braziliense publicou alguns trechos desse depoimento que se encontra disponível na íntegra (29 páginas) no Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: < <http://www.infobrasilia.com.br/lucio.htm> >. Acesso em: 02 de abril de 2010.

Abrevia o entusiasmo de refletir sobre Brasília - cidade Arquitetura - o turbilhão recente que assola a cidade e o país. Desde o final da década passada, às vésperas de seu cinquentenário, até o final da presente década, o nome da Capital Federal se vê envolta em uma espécie de distopia tornada realidade. As denúncias e comprovações da corrupção na gestão da cidade indicavam, há mais de dez anos, que o problema ultrapassava os grotescos personagens da política local e com frequência atingissem a própria estrutura anômala do que chamamos de Distrito Federal. A sede territorial da Capital Federal não apresentava condições de gerir-se, e correu risco de intervenção. Era o início de uma escalada que atingiria o país como um todo, indicando que os frutos de uma estrutura político-burocrata isolada e degenerada selariam o destino do país, encerrando o ciclo virtuoso da “Nova República” iniciada na redemocratização do país depois do golpe militar e a promulgação da “Constituição cidadã” de 1988.

Essa distopia, no entanto, foi antevista na origem. Afinal, era um exemplar tardio de uma tradição moderna que mostrava sua verdade na expansão capitalista desde o segundo pós-guerra. Não lhe faltaram críticas instantâneas:

“Em Brasília, a arquitetura funcional revela o pleno desenvolvimento da arquitetura para funcionários, o instrumento e o microcosmo da Weltanschauung burocrática. Pode-se constatar que, onde o capitalismo burocrático e planificador já construiu

*Não brilhariam a estrela, oh bela
Sem noite por detrás
Tua beleza de gazela
Sob o meu corpo é mais”*

(“A bela e a fera” – CHICO BUARQUE e EDU LOBO, 1982)

seu cenário, o condicionamento é tão aperfeiçoado, a margem de escolha dos indivíduos é tão reduzida, que uma prática tão essencial para ele, como é a publicidade, que correspondeu a um estágio mais anárquico da concorrência, tende a desaparecer na maioria de suas formas e suportes. É possível que o urbanismo seja capaz de fundir todas as antigas publicidades numa única publicidade do urbanismo.”¹

O curioso - e o que nos interessa - é o fato de que, desde há uma década, consolidou-se a síntese entre essa cidade *sui generis* e os descaminhos da democracia brasileira, e hoje, global. O símbolo máximo da nação moderna acompanhou os descaminhos da modernização periférica. Isso põe em cheque a tese primeira de nosso modernismo construtivo: a transformação social alavancada por esse raro fenômeno de progressismo artístico-cultural em ambiente débil, que caracterizou a vanguarda brasileira.

A cidade e sua excepcionalidade política (capital do país), conformada em sua excepcionalidade urbana, tornou-se anomalia político-administrativa. Inevitável mal-estar ronda aqueles que se preocupam com as possibilidades e configurações instruídas dos espaços da expressão coletiva.

Não exatamente pela contaminação dos assuntos da ética na pureza da estética. Mas, neste caso, o contrário: evidencia que Brasília-fato não se separa, nem intelectualmente, de Brasília-traço. Essa unidade, quer na origem, quer na sua atualidade, relativiza sua modernidade, sua autonomia

ordenadora da realidade histórica à qual se adiantou e procurou realinhar. Signo colossal das contradições da “modernização conservadora” brasileira, indica a profunda essência desse fenômeno: não se trata de um paradoxo (modernizar e conservar), tampouco uma impropriedade; é uma das sínteses históricas de nossa formação social. Há, portanto ali, elementos de ambos, de avanços e permanências (por vezes deletérios ou desejáveis, conforme a perspectiva). Podemos arriscar um pouco mais: essa síntese estará presente mais nas formas arquitetônicas e urbanísticas ideadas, que nos desmandos administrativos e conflitos urbanos decorrentes da atividade social, da mesma maneira iniludíveis. Mas a isso voltaremos adiante.

Louve-se aqui o esforço repetido de compreender sua arquitetura - depurada e reduzida a proporções, geometria, volumes etc. - e suas perspectivas monumentais, livres das injunções extra-arquitetônicas às quais teria sido submetida na sua realização como cidade nas últimas décadas. Mas tal separação deixou de ter operacionalidade crítica. Nunca a teve, plenamente; pois a cidade “síntese das artes” mal resistiu à sua própria construção física acelerada. Já que seus próprios construtores - a mão de obra recrutada pelo país afora - corromperam sua lógica sócio-urbana idealizada, instantaneamente. Assim nos indica Lúcio Costa em diversas oportunidades². Esses construtores lá permaneceram sem ter lugar próprio, ocupando o “nada” do território natural, ou perenizando os precários acampamentos operários, o “nada”

do território social³. Essa dimensão contraditória está então na sua origem como fato social e arquitetônico, não sendo simplesmente um erro logístico de empreendedores afoitos. Milhares de trabalhadores não puderam ser considerados no projeto, mas seu trabalho sim - e esse fato foi celebrado como um episódio heróico e popular sacrificial (os “candangos” pioneiros). Não se trata aqui de aludir às injustiças pontuais, que são muitas e agravadas, mas de indicar que essa contradição está na relação direta entre o desenho e sua concreção, ou seja, produziu o desenho, em todas as suas nuances e escalas.

Aceitar o desvão, preservando o desenho é, portanto, impossível criticamente, tornando-se um recurso retórico ou reificação estética. Mirar como fato positivo as curvas dos palácios é desconsiderar que resultam, essencialmente, da irracionalidade de seu processo construtivo. Cada suavização formal, cada ajuste plástico, cada sublime entardecer considera a maneira como poderá ser executado, e dela resulta. Não basta, porém, apenas criticar a exploração da mão de obra desqualificada e o desperdício dos recursos ambientais nas rebuscadas formas de madeira, preservando algum sentido de beleza intrínseco. Tampouco ver manufatura seca onde existem potentes representações sociais, e seus dispositivos. Não seria propriamente arquitetônico separar a curva-traço da curva-construção, nem para o mais ousado idealismo. A vanguarda moderna desejou exatamente o contrário: o poder transformador da construção

Da mesma maneira, em entrevista a Ana Rosa de Oliveira (s/d), reforça Lúcio Costa:

“AR: O plano piloto previa uma expansão para a cidade?”

“LC: Não. Aí está, eu previa, mas a tese era a seguinte: a cidade estava planejada para 500 a 700 mil habitantes, quando fosse se aproximando deste limite seriam criadas na periferia cidades satélites, pequenas, complementares. Para evitar aqueles fragmentos suburbanos que é sempre desagradável, desmoralizante... A cidade estava bem definida, depois surgiriam nessa periferia pequenas cidades, esse foi o esquema. O engenheiro, Sr. Pinheiro que era o responsável pelas obras, uma pessoa excepcional, com a NOVACAP, tinham considerado três possibilidades: uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, 1/3 da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegando o momento da inauguração voltaria para o seu “país” de origem; o outro terço seria absorvido pelas próprias atividades locais urbanas; para o terceiro terço - como eram quase todos operários de tradição rural - a solução seria criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. Esse era o programa, mas não deu certo porque todos quiseram continuar em Brasília. E a NOVACAP ficou com aquele problema, os operários tinham criado verdadeiras favelas próximas aos canteiros de obras. Embora eles houvessem declarado que não levariam as famílias, depois de 15 dias do mês,

estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro. Uma vez inaugurada a cidade – abril de 1960 – não podia ficar assim, tinham que transferir essas pessoas. Aí surgiu a ideia de criar núcleos na periferia. A NOVACAP escolheu várias áreas e projetou, com um arquiteto chamado Hungria Machado, a implantação de vários núcleos para transferir essa população obreira, dando um lote para cada um.” Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/luciocosta/luciocosta_5.asp>. Acesso em 02 de abril de 2010.

³ Para uma análise da ocupação do Distrito Federal durante a construção de Brasília e depois de sua inauguração, ver HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

coletiva da ideia. É necessário perceber a historicidade do desenho. Devemos insistir que se tratam, essas observações, dos traços no papel e memoriais memoráveis – também eles documentos autonomizados na história dessa cidade e de sua crítica. Que poderá ser dito em relação à sua consolidação como cidade, fato infinitamente ainda mais complexo que essa imensa operação construtora?

Identificar, simplesmente, a relação histórica entre violência e projeto, entre exploração e autonomia não é suficiente, já que assim assentadas têm sido as grandes conquistas até hoje – o estabelecimento da própria civilização. Certo, alertar sobre esse fato, aclará-lo, pensar em possíveis distintos é sim, cada vez mais necessário, nessa pulverização contemporânea dos conteúdos. Principalmente para afrouxar nexos históricos cristalizados, ultrapassados por novas necessidades, como parece ser, devido aos resultados, o caso da arquitetura no país. Isso seria possível, ou pelo menos facilitado, se recuperássemos o sentido crítico original das propostas e ideias, assimilado ou anulado na sua realização positiva. Então, não se trata de absolver ou condenar, mas recuperar o significado histórico das apostas e propostas, fazendo vibrar o seu potencial emancipador irrealizado; e evidenciar o que nelas foi ou absorvido pela ordem, ou o que a esta anteciparam com as suas novas formas (o golpe militar sucede a inauguração da cidade que, no entanto, lhe confere cenário e abrigo adequado).

Devemos também historicizar as críticas. Como exemplo, podemos aqui fazer apenas uma pequena observação. Brasília suscitou avaliações críticas no momento mesmo da concepção de seu projeto. Quer de sua formulação política, cercada de mitologias de toda ordem, quer de sua concepção arquitetônica. A historiografia do período está repleta de senões que foram imediatamente apontados nessa operação política, e seus desdobramentos no desenvolvimento regional, no mapa geopolítico do país e nas novas possibilidades que criou para forças sociais conservadoras que não tardariam a assumir o controle. Pode-se fazer um balanço amplo dos benefícios evidentes (desenvolvimento regional) e prejuízos políticos permanentes (encastelamento do poder longe das populações urbanas mais politizadas). A barafunda ideológica em que se transformou a “questão Brasília”, no final dos anos 1950, aproximava eventualmente partidários do governo e oposição, tanto nas críticas quanto na sua defesa (por exemplo, o fortalecimento do Brasil “rural”, ao qual a mudança da capital conduziria, favoreceria setores da UDN). Tal ambiguidade, em outro âmbito, se estendia às questões arquitetônicas e urbanísticas envolvidas, provenientes também de diferentes posições político-ideológicas, no país e fora dele.

Em um primeiro momento, animado pelas possibilidades de desenvolvimento nacional (fins dos anos 1950 e início dos anos 1960), a força do seu desenho por sobre o quase nada do planalto central apontava, naquela circunstância,

as possibilidades sociais desse projeto construtivo, etapa final do processo de descolonização brasileira, auge do esforço nacional por modernização. Entendida esta última, até esse momento, como um amálgama entre avanço industrial e progressismo social, apesar de tudo.

Como que se aproveitando das demandas de governos autoritários locais, que necessitavam de representações grandiosas e “modernas” (diferentemente do totalitarismo europeu), os arquitetos brasileiros, comandados por Lúcio Costa, teriam infiltrado nessas encomendas áulicas o espírito moderno (racionalidade construtiva, funcionalidade, abstração etc.). Faltaria adrede, o sentido “social” de todas essas inovações, garantido, em letra, pela vanguarda arquitetônica europeia. Desde o MESP, o exercício do modernismo arquitetônico no Brasil fora submetido a um conteúdo estranho, monumental e simbólico. E a dúvida era o quanto se preservaria, em tais circunstâncias, um avanço - estético, social, moderno - nessa simbiose entre modernismo artístico e conservadorismo político, que Brasília agudizava. Para o crítico Mário Pedrosa, a distinção - indicando possibilidades - entre a Pampulha (1941), “fruto da ditadura”, e o complexo de Pedregulho (1947), “obra de uma época já democrática” seria a distância, sempre relativa, entre elas e o poder, com as características que este adquiriu a partir de Vargas⁴. Esses fatos arquitetônicos têm encadeamento histórico e são vinculados geneticamente, mas apresentariam sentidos distintos. O conjunto de Pedregulho realizaria aquilo

que teria permanecido inerte no exercício arquitetônico dos palácios e deleites do poder. Sem dúvida, Mario Pedrosa fazia uma aposta estética, moderna e renovada na conjuntura de forte desenvolvimento econômico local, e de horizontes ainda não claramente definidos⁵.

Essa relação histórica, uma contradição da *formação* nacional, alcança o projeto de Brasília em tensão crescente. O projeto político acionado por Juscelino Kubitschek (Plano de Metas), o edital, o programa, as propostas, o memorial vencedor de Lúcio Costa, as superquadras, os palácios de Oscar Niemeyer todos carregam e sobrepõem contradições que amarram o desejo de desenvolvimento às estruturas arcaicas do país. Hoje sabemos todos que essa configuração ideológica terá conclusão fatídica no golpe de 1964, o que não anulará ou fará cessar sua efetividade social, até os dias que correm. Mas o nosso problema neste momento é o espírito que anima o projeto dessa matriz arquitetônica. Esse não pode ser unilateralmente constituído, tampouco estrategicamente evocado, sem que se denuncie a retórica e o engano. No caso da arquitetura brasileira, esse foi de fato um duro golpe.

Não devia ser nada fácil ter posições claras a respeito desse processo de desenvolvimento nacional - do qual Brasília pode ser considerada ápice e inflexão -, a respeito do qual boa parte dos protagonistas empenhados tinha intuição de perdas e danos. Posição defensável, pois afinal, tudo tem sido sempre questão de avaliação política dos riscos da violência

⁴ As citações de Mário Pedrosa foram retiradas de AMARAL, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira 1930 - 1970*. São Paulo: Nobel, 1984

⁵ Para uma discussão sobre as posições defendidas por Mário Pedrosa em relação a Brasília ver ARANTES, Otília B. F. *Mário Pedrosa - Itinerário Crítico*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

⁶ Esse tema foi discutido em RECAMÁN, L. *Por uma arquitetura, brasileira*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

histórica de cada processo de transformação. E deles não se tem podido escapar, mesmo antes da radicalização moderna *lato sensu*, que procurou arrancar do “mundo desencantado” da ordem burguesa a força de sua própria superação. Grande testemunho, especialmente nesse aspecto, tem a arquitetura do movimento moderno europeu: tentou reunir abstração e funcionalidade num projeto unificado de transformação social pela forma estética. Nesse caso, afirmar a racionalidade formal equivaleria a afirmar a racionalidade social (e produtiva, evidentemente). Não seria moderno, como se pretende hoje, defender uma alijada da outra, pois forma pura e “fordismo” vinculam-se historicamente, em sua conflitada autonomia relativa. Portanto, a modernidade não está no julgamento histórico do que hoje poderia ser facilmente condenado (“funcionalidade sistêmica”, “racionalidade instrumental”), mas sim, no risco assumido de poder subverter a ordem produtiva e social, através dos únicos meios disponíveis, ou seja, a partir dos próprios mecanismos acionados pela revolução burguesa, vacilante entre emancipação e alienação.

A referência à modernidade arquitetônica europeia serve aqui para ajudar a esclarecer as dificuldades da Arquitetura, principalmente no papel que se atribuiu a partir do século XVIII, de desvencilhar-se progressivamente dos processos reais de produção da cidade e do valor, em direção à utopia e ao Plano. Nada mais poderá ser dela aproximado, no que diz respeito ao Brasil, sem as devidas

análises históricas do processo de transposição desse ideário europeu para a conjuntura local⁶ (já realizadas, parcialmente, em outras ocasiões). Distinto é o processo ideológico realizado no Brasil e suas prefigurações arquitetônicas, que aqui incidiram na consolidação do “nacional”, plataforma necessária para a centralização política que propiciou o salto industrializador desde Vargas. Na vanguarda europeia tratava-se, entre outras coisas, de uma espécie de naturalização do artifício, uma ordenação ético-estética da “segunda natureza”. Uma mentalidade - o modernismo - emanada do real processo de modernização social burguesa no cenário das revoluções industriais. Não foi esse o caso, que se saiba, no Brasil.

E assim devemos proceder, longe de julgamentos definitivos. Problematizando posições, compreendendo soluções. Principalmente porque tem se tratado, na afirmação de um caráter arquitetônico nacional, de apresentar como independentes fenômenos conexos: liberdade formal e realidade social. Radiografar essa conexão pode liberar o passado para fazê-lo incidir de maneira diferente sobre o presente, abrindo novas possibilidades. Se dessa maneira enfraquece-se, retroativamente, a dimensão “utópica” dessa experiência moderna, sobressaem, no entanto, os efeitos reconhecidamente problemáticos dessa flutuação das formas arquitetônicas sobre nossa realidade urbana. Passadas cinco décadas desse momento conclusivo da arquitetura brasileira, podemos com acuidade

avaliar o que resultou desse afastamento, sucedâneo drástico do ímpeto moderno do “novo” (sempre relativizado quando de fato construído em realidades mais socialmente coesas que a nossa). Podemos inverter, por uns instantes, a perspectiva cristalizada que vê esses grandes exemplos como reagindo à realidade sociourbana brasileira (caótica, injusta, dividida etc.), e considerá-los como solução que possibilita, no que diz respeito às cidades e sua transformação, essa precariedade social (também territorial e espacial). Isso através da potência de uma unidade incomum entre forma material e dimensão simbólica.

Mas esse diagnóstico de “antiurbanidade” serviria para uma experiência sobretudo urbana como Brasília? Afinal, trata-se da conclusão, na escala da grande cidade, dos preceitos ensaiados em estágios prévios, em experiências parciais de arquitetura, nos vinte anos que antecederam esse plano urbano. Talvez possamos assim considerar, apoiados tanto na sua origem, com suas ideias mais preservadas, como na sua radical transformação nos últimos anos. Ou seja, duas tarefas: iluminar e problematizar a solução na origem, e considerá-la nas atuais circunstâncias - na apropriação, pela sociedade, do plano urbano agora transformado em cidade. E assim tentar superar leituras desse complexo fenômeno que procuram destacar-lhe dimensões que, se eram plenamente intrincadas no jogo histórico, não podem hoje ser isoladas dos desdobramentos reais.

A PUREZA DO PLANO PILOTO

O fato do esquema anterior ter tido a rara oportunidade histórica de expandir-se até a escala de uma grande cidade, e dessa maneira testar suas hipóteses socioformais, nos permite averiguar o que de fato se passou. E encontraremos aí uma complexa formulação na qual concorrem “necessidades internas” (da forma), “necessidades insatisfeitas” (das ideias) e “necessidades reais” (do mundo). E nessas três instâncias incidem condições específicas e comuns, relativizando sem descanso a independência atribuída ou reivindicada pelas vontades. E essa separação é apenas analítica e operativa, já que a realidade se deflagra em um movimento unitário de significação dessemelhante. As múltiplas interpretações do fato arquitetônico podem ser consideradas como combinação variada desses três componentes. Afastados para melhor elucidar elementos, devem, em qualquer perspectiva, serem reunificados como problema, em uma instância totalizadora da reflexão.

Mas o plano piloto teve seu momento de “pureza”, ou pelo menos, de um instante “ideal” em que a solução, como diz Lúcio Costa em sua Memória Descritiva, “não foi procurada mas surgida, por assim dizer, pronta”⁷. Isso adquire um sentido vigoroso na medida que, além de “pronta” a solução, e seu resultado, a nova cidade, surgiria do nada, nos campos vazios do planalto inabitado. Um “novo” inovado, pois, como um “milagre”, distanciava-se da história e do

⁷ Citação retirada do texto “Brasília”, in COSTA, Lúcio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p. 264.

presente, a partir dos quais, para fazer jus à modernidade pretendida, deveria ser construído. Nada de uma revolução das mentalidades permitida pelas transformações técnicas industriais, aceleradas em sua própria lógica de reprodutibilidade; mas, uma aparição *ex machina* ao mesmo tempo material (que pretende, junto com as outras “metas” do plano, instaurar a indústria fordista no país) e espiritual (nova sociabilidade acionada pelo convívio permitido pelas novas formas da arquitetura e dos espaços coletivos). O quanto de “impureza” existirá já nesse gesto livre, ou em seu desejo de desligamento da realidade histórica e social, não precisa ser retomado (a fragilidade e eficiência do ponto de apoio social da alavanca moderna brasileira). Por mais potente que seja o *zoom* analítico, a partícula encontrada existe através de suas determinações. Nesse caso, talvez seja útil encaminhar a análise em direção a alguns aspectos da solução que dão concretude às imbricações entre os processos concretos de modernização e as formas urbanas e arquitetônicas ensaiadas.

Idear uma cidade, no ambiente arquitetônico e urbanístico que se seguiu ao segundo pós-guerra, deveria levar em consideração aspectos extrafuncionais, ou seja, as necessidades de representação coletiva e as formas concretas de vida, revalorizadas depois das radicais experiências da planificação urbana moderna. Em cada centro de pensamento consolidou-se uma alternativa ao planejamento funcional, principalmente na Europa e

Estados Unidos. O Plano de Brasília causou estranhamento e um sentimento de anacronismo ao repropror soluções que estavam sendo amplamente criticadas em vários países. Mas isso é verdade apenas parcialmente. Na síntese proposta por Lúcio Costa, reverberam várias discussões que deveriam ser melhor analisadas, e que poderiam vincular esse plano urbanístico a outras tradições (um urbanismo não moderno, no sentido da Carta de Atenas) e às próprias revisões da modernidade, em curso quando do projeto, na segunda metade dos anos 1950. No primeiro caso, às escalas das formas de existência coletiva (“desencantadas”) que constituíam uma síntese entre infraestrutura, convívio e representação territorial, na tradição que vai das cidades jardins às unidades de vizinhança (com ênfase raramente arquitetônica). No segundo caso, referências às visões que buscavam mais “realismo” na relação dos indivíduos com o sítio (Natureza ou História), com os outros indivíduos e com as representações coletivas democráticas e identitárias (cidade ou cultura *pop*), marcadas por uma grande experimentação arquitetônica e urbanística, desde o final da guerra até os anos 1960 (não livres do *linguistic turn*). Em ambos os casos, um forte componente antivanguardista, ao procurar desenvolver sensibilidades ancoradas nas experiências individuais e sociais consolidadas na história, como um antídoto à alienação moderna que a planificação funcional só haveria reforçado. Essa reversão de perspectivas já havia sido indicada, mas

não resolvida, pelas tentativas finais dos CIAMs em reunificar os elementos da cidade funcional através de um centro de vida coletiva, misto de espaço público, cívico e monumental, de inevitável caráter burocrático e institucional. Mas o eixo do problema urbano já estava definitivamente realinhado em torno do significado da cidade como fenômeno histórico e social, e o novo pensamento arquitetônico procurava pousar na realidade depois do *tour de force* utópico⁸. E o projeto de Brasília, de Lúcio Costa, só pode ser entendido inserido de maneira hesitante nessa atmosfera.

Não pretendemos esboçar aqui uma genealogia das ideias de Brasília, trabalho parcialmente já realizado, talvez com objetivos opostos a estes. Mas apenas reforçar a ambiguidade apontada entre algumas ideias sobre essa cidade, e entre elas e os processos reais em curso, já indicados (desenvolvimento regional, gigantesco dispositivo geopolítico etc.). A cidade “humanizada” que Lúcio Costa buscava, chocava-se, em primeiro lugar, com a demanda monumental pretendida, e em segundo, com a ausência de “realidade” do planalto central. O movimento e a colisão são claros: a cidade próxima aos modos de vida, voltada à experiência cotidiana, às identidades e, essencialmente, à formação do cidadão, interceptada pelo “extraordinário” de seu isolamento tempo-espacial e de sua função primeira de ser uma capital federal. Tais excepcionalidades devedoras do programa político são, como conceitos, conflitantes com a busca de proximidade, tranquilidade e

intimidade, e tampouco não análogos a cosmopolitismo, urbanidade e cultura metropolitana. E essas dimensões não são apenas questões de “programa”, a serem resolvidas no projeto, mas incongruências cuja justaposição nada mais é que o desencontro de expectativas e enganos. Talvez esse aspecto, essa desconformidade, tenha suscitado e revigorado a novidade, que passaria ser, ou reivindicar-se, a invenção de uma cidade híbrida, com potencialidades concorrentes, cuja força de unidade arbitrária só poderia energizar e desmedir o desenho, instância última de acomodação de tensões, nessa nossa longa história de belas formas. Clímax e crise do modelo, porque, afinal, essa grande cartada elimina o resíduo de utopia e encobrimento do fato inequívoco de a matriz brasileira ter-se constituído na possibilidade “antiurbana” do esquema europeu (lá presente, mas irrealizado em seus próprios termos). A ela (crítica voraz à cidade burguesa) recorreremos, não para ultrapassá-la, mas por não termos conseguido dar forma histórica moderna aos impasses latentes de uma sociedade construída com agilidade sobre os escombros de uma perspectiva liberal.

O conflito formal antecede, então, o próprio desenho de Lúcio Costa, em seu sábio esquematismo e constrição. Apenas a força de uma solução tão resumida poderia, por clareza e explicitude, sobrepor-se a tal embate inaugural. Diríamos serem inversamente proporcionais (o laconismo do “risco” e sua forma, e o a-formalismo dessa matéria social profusa). O desenho - sempre impossível

⁸ Esta reflexão não é uma crítica à arquitetura contemporânea, mas apenas uma tentativa de ampliação da questão “Brasília”. A necessidade agora é de mostrar vínculos históricos e não criticar conteúdos prescritos. É evidente que essa busca de “realismo”, de claro espírito “antimoderno”, deparou-se com o desvanecimento do real, e a emergência dos “significantes” conforme aponta Frederic Jameson in *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996. Mas, se isso ficará claro a partir dos anos 1970, pode-se reconhecer parcialmente as suas origens nesses intensos debates sobre arquitetura e cidade que antecederam 1968. Tal percurso é próprio das mudanças produtivas desencadeadas pelo capitalismo avançado, refletido em praticamente toda produção intelectual a partir da guerra.

- de uma cidade é infinitamente inclusivo, pois pretende dar conta de expressões múltiplas e circulares. No limite, é-lhe similar na incompletude e variedade. Resta, na prática, apenas a possibilidade de alguma estruturação, ordenação e embelezamento, em constante disputa como os fenômenos reais e com as possibilidades ideais ou desejadas. Mas, a hipótese de Brasília, como dissemos, é híbrida e heteróclita, se pensarmos mais no seu plano que na lógica de sua formulação política. A Capital Federal foi necessariamente sendo revestida e sobrecarregada do reclamo de uma nova possibilidade urbana e social, a despeito de ser realizada por uma nação na qual tal configuração se mostrava cada vez menos razoável. Tal disparidade foi sendo colmatada por corruptelas ideológicas que adensavam a significação do novo plano em torno de uma radical transformação da sociedade brasileira. A nova capital inaugurava e demonstrava essa possibilidade, como grande exemplo que ia ganhando força no sentido oposto da regressão política que de certa maneira ela antecipa (a crise desse precário amálgama político-econômico inicia-se em 1961, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, meses depois da inauguração da nova capital).

Não se tratou, portanto, da construção de uma cidade, mas de uma expressão da hipótese brasileira de modernização produtiva e social que se acreditava em curso (ai o fundamento de seu antagonismo). Uma aposta radical, fruto dos impasses do modelo que se evidenciavam a cada manobra. Mas por que

esse conflito se revela mais no desenho que nas aporias políticas do desenvolvimento? Afinal, qualquer que seja o ponto de vista, confrontado agora em nosso cômodo distanciamento temporal, a modernização brasileira sucedeu ao acomodar ideológica e culturalmente a estrutura colonial escravista ao modelo de acumulação industrial hipertardio. Nesse sentido, onde quer que se busque contradições, elas estarão presentes. Ao isolarmos cada aspecto desse processo, atentando à sua lógica interna, poderemos reforçar o diagnóstico de equação aporética. Mas, política, economia, desenvolvimento social etc. guardam, da sociedade, sua plasticidade e certa indeterminação. Ao cristalizar formas que deem suporte ao que se acredita ser o território da cidade, os paradoxos surgem sem disfarces, ao observador atento. E, novamente, não se trata aqui de indicar o evidente, ou seja, a inadequação da forma urbana em análise à apropriação necessária da cidade por suas funções, previstas ou não; mas de reconhecer na solução, a espacialização desses problemas, que assim se tornam problemas de sua forma.

O PONTO E O PLANO

Pensar e planejar cidades são uma operação complexa, mas neste caso, essa complexidade se desdobra em oposições que necessitam solução espacial. Ideias e antecipações se materializam em qualquer fato arquitetônico, e com elas suas antinomias. Assim, quanto mais próximas do

real e das formas do mundo social, menos desenho (situação meramente hipotética), e quanto mais distante dele, e mais próximas das ideias e seus bons e maus equívocos, mais desenho. Não no sentido quantitativo, mas no qualitativo: mais síntese, mais concisão, mais radicalidade gestual. Em Brasília, a ousadia formal da solução preenche sua difícil viabilidade social. Não pelo fato incontestado da iniquidade nacional, mas porque àquela disposição volumétrica não correspondem formas sociais possíveis ou desejáveis. Indicam, antes, um “mal-estar da entidade nacional brasileira”, recuperando aqui Mário de Andrade com algum anacronismo, e sem conteúdo trágico⁹. Esse é o aspecto mais importante de Brasília “ano zero”, cuja clareza do traçado – construído – é a dimensão possível de composição desses vetores de forças sociais em conflito lógico e histórico. Ou seja: não seria necessário o Brasil, para Brasília conflitar-se a si mesma.

E se tal acomodação pelo desenho se mantém possível é porque repõe aquilo que, para facilitar, poderíamos chamar de dualidade estruturante da vida social brasileira, que faz com que sejam frouxos os laços que unem nossa vida mental à material. Tal frouxidão está longe de ser sinal de fraqueza. Trata-se de nosso *modus operandi*: assim, o que se pode chamar de realidade nacional produz-se nesse trânsito, à margem de lógicas pré-estabelecidas pelas tradições às quais, em princípio, estaria atrelada, tanto em suas formas produtivas quanto ideológicas¹⁰.

À experiência de conquista do imenso território no Atlântico Sul sobrepôs-se

uma superfície religiosa devedora das transformações sociais na Europa a partir do século XVI (em ritmo de potencialização da expressão artística), nesse estágio de desenvolvimento possibilitado a partir do fortalecimento de monarquias tradicionais. No contexto de território livre e sem passado religioso, tais estratégias desdobraram-se historicamente em manifestações cuja superficialidade acomodava a lassidão dos princípios e o “falso fausto”¹¹ das expressões sociais. Não possuindo sua “tradição” (cristianismo), ficamos da mesma maneira impedidos de seu futuro (revolução liberal-burguesa). Desembarçamo-nos com certa destreza dos conteúdos morais desses séculos de transição à nova ética da acumulação capitalista, à qual tampouco aderimos plenamente, a seu tempo. Formas sociais herdadas, sem conexão a seus conteúdos históricos originais, que passamos a operar em uma camada pouco densa entre a realidade e a imaginação. Assim podem ser vistos, a nossa primeira cruz, e os séculos de isolamento colonial, que balizaram boa parte do nosso desenvolvimento e modernização industrial¹².

Mas se antes o jogo valia-se de representações cristãs medievo-tridentinas, agora, em nossa modernidade, teve de ser atualizado para um conflito laico. Mas aí está o problema: como manter o esquema simbólico formativo, com a energia necessária para fazer a roda girar, sem a força emprestada às totalizações religiosas, previamente formuladas? O modernismo local buscou nas representações artísticas da colônia uma síntese de identidade nacional, seguindo aí a

⁹ Ao refletir sobre a obra e a biografia do Aleijadinho, Mário de Andrade identifica um conflito fundamental na situação da colônia, na busca de produção artística independente. Ver ANDRADE, Mário. *O Aleijadinho* in: Aspectos das artes plásticas no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984, p. 11.

Poderíamos expandir esse mal-estar a todo ciclo “nacional”, e seu paroxismo no plano de Brasília.

¹⁰ Utilizo aqui o conhecido esquema desenvolvido por Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar*, introdução de seu livro sobre Machado de Assis, in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

¹¹ Conforme Laura de Mello e Souza in *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. A autora provavelmente recupera e desenvolve as imagens mariorandianas de “esplendor falso” e “tradição de fausto”, em seu texto sobre o Aleijadinho (1929).

¹² Penso aqui na exuberância dos templos e das procissões do período colonial, e todos os seus aparatos, principalmente do ciclo do ouro. Tema identificado por Mário de Andrade, foi parcialmente desenvolvido por Laura de Mello e Souza. O interessante é verificar que, mingando o ouro, aumentava o luxo das construções e eventos religiosos, e as manifestações de fé.

cartilha moderna de emancipação da arte, caminho possível de espiritualização no mundo das mercadorias. De maneira muito criativa, exploramos novas funcionalidades desse esquema parcialmente herdado da vanguarda. Da “ideologia da forma” capturamos as formas das ideologias; quer dizer, o mecanismo congelado de aparições mentais, que passariam a rebocar o carro do desenvolvimento. Inverte-se a equação original, na qual ideias baseadas em possibilidades e antagonismos da vida burguesa e industrial, que tensionavam os arcaísmos residuais da sociedade europeia, passam a configurar - em sua maleabilidade incorpórea, adequada a ajustes locais - matéria, a seu modo, também flexível. E há, claro, uma história dessa apropriação vanguardista em nossa conjuntura moderna, que foi se transformando com o passar dos fatos. Sem tempo de retomá-la, podemos passar para o seu limite estético.

Há algo de exterioridade sem lastro, certamente. Mas agora, com Brasília, em boa medida, chegamos a uma operação conclusiva no que diz respeito às ranhuras das ideias nos processos reais de transformação social - ou pelo menos, na boa aproximação entre ambos.

A cruz formada pelos eixos monumental e residencial, como tantas vezes já se disse, tem mais a intenção de marcação no território pelo desbravador, que ponto zero de um eixo de coordenadas gerador de uma espacialidade contínua e abstrata (moderno). A linha zenital é demarcada, reforçando seu conteúdo simbólico, pela cruz que, entre nós, foi ao

mesmo tempo gesto religioso inaugural e civilizatório, já que a primeira missa inaugura também a primeira empresa. O que era a *Terra Brasilis*, senão o caos primordial, a ser ordenado pela lógica racionalizadora das forças do progresso? Sem discutirmos religião, que não é o caso, podemos sim enfatizar certa artificialidade de nossos sistemas simbólicos, herdados de maneira descontínua. Exemplos não faltariam. Mas devemos, principalmente, reconhecer sua funcionalidade socioprodutiva, para não ficarmos discutindo temperamentos. E também sua tendência à amplificação, como resultado de suas imensas tarefas (coesão de material extremamente movediço), à cada fase com mais difícil equação e desfecho. Amplificação pode ser entendida aqui como extensão sem qualidades, e não como subsunção a conteúdos emancipatórios historicamente permitidos. Em pouco conseguimos alterar essa lógica com o advento do Brasil republicano, quando a vida mental local passa a tentar acelerar os mecanismos de formação nacional com vistas à modernização comandada pela produção industrial. Organiza nosso modernismo o mito da origem, localizado no isolamento da colônia e as primeiras tentativas de independência. Em grau progressivo de irrealidade, seguem-se os primeiros achados modernistas da arte mineira, o Aleijadinho, a casa colonial de Lúcio Costa, a opulência da arquitetura religiosa, para finalmente chegarmos às referências supra-históricas de Oscar Niemeyer: a paisagem exuberante e a “curva da

mulher amada”. Mitologias resfriadas e racionalidades operaram também no Brasil, em sua dialética civilizatória.

Se a cruz de Brasília tem também essa genealogia, herança e impossibilidade, fica evidente que não se trata mais de conteúdos religiosos, mesmo em sua expressão local, empenhada em exterioridades e menos atinada com seus ditames morais. Talvez se trate de uma atualização de conteúdos que ainda reverberassem na consciência nacional, que respondam a uma estrutura geral que instaure sentidos repetidamente, sem alcançar um ponto tal, que a engrenagem cultural passe a girar por si mesma. Partir dos zeros, dos momentos primordiais, das conformações fora da dinâmica histórica. O plano de Brasília carrega, portanto, essa providência.

Gesto sintético que procura inaugurar o sentido a partir do “nada” do território livre. Cria um eixo gravitacional que organiza, nessa relação mínima com a terra, a novidade construtiva de genética abstrata e *standard*, que vai comandar a disposição das superquadras no eixo norte sul (de intenção linear e infinita, de forma familiar na linguagem arquitetônica brasileira). Inegável disposição de criar significação territorial, em oposição a sua filiação mais direta e moderna (conforme se configurou o plano urbano no final dos anos 1920 e posteriormente na Carta de Atenas). Não se trata da locação técnica do projeto, de acertos orográficos, mas de identificar na essência do traçado em relação à península uma clara necessidade de significação do sítio. O

conhecido formato desse traçado-gesto ressignifica a península, dando-lhe ordem e razão de ser, indicando a sua forma latente. Ao território vincula-se diretamente, e por razões que, se têm dimensão técnica, não têm aí sua origem ou potência. Uma ambígua configuração entre universalização e proximidade, que produz grande tensão interna, e cuja unificação pelo desenho produz falsa assimilação e reconforto. O desenho, em sua concisão precisa, reconduz e organiza essas dimensões antagônicas. Provém daí sua força arrebatadora, tanto na ocasião do julgamento das propostas quanto da imediata empatia popular.

Mas quais as forças de fato que reordena em sua forma? O que significam esses preceitos em oposição, que dão suporte e sentido a ações de projeto que se distinguiram historicamente?

Esse foi um embate moderno: enfrentar a perda da “organicidade” da cidade recompondo, renovando ou inovando sua semântica; ou aprofundando seu alheamento e abstração em direção ao “novo”. Conflito ultrapassado antes mesmo de ter sido devidamente equacionado em experiências urbanas que pudessem confrontar o real e as forças sociais em disputa nas primeiras décadas do século XX. Destacada da dinâmica social a que estava atrelada, algumas formulações aportaram entre nós na década de 1930. Exatamente sua vertente “mais avançada”, corbusiana, em pessoa. Isso significa que a mais radical experiência de uma nova espacialidade, homogênea e infinita (sempre considerada, mas

¹³ RECAMÁN, Luiz . Lelé e a arquitetura moderna brasileira. São Paulo: *Trópico – UOL*, 2003. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/1689,1.shl>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

nunca construída com os meios técnicos disponíveis antes da reprodutibilidade fordista), informou a disposição de elementos construtivos arquitetônicos que iniciavam aqui um caminho ao mesmo tempo necessário e surpreendente. E dela Brasília é resultado magnífico. Tanto na solução dinâmica do eixo norte-sul (habitacional), de Lúcio Costa, quanto na solução estática do eixo monumental, a ser preenchida por Oscar Niemeyer. Poderíamos dizer que exploramos os dois aspectos, ou mesmo, o conflito básico dessa modernidade arquitetônica: o processo, a “montagem”, a superação do objeto; e sua sublimação objetual (“causa” e “estilo”). Nesse sentido, os eixos de Brasília acomodam uma disputa histórica, uma contradição do espírito. À precariedade amplamente registrada dos sistemas construtivos dos palácios e suas curvas, no eixo monumental, contrapôs-se timidamente a pesquisa de pré-fabricação e sistemas modulados para construção das superquadras. Fato que não se mostrou decisivo para o equacionamento do imenso déficit habitacional do país, o que ficou evidente nas décadas seguintes. Essa dificuldade pode ser bem avaliada na análise do trabalho do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, pioneiro dessa pesquisa na construção de Brasília.¹³

O setor habitacional, disposto em linha curva em direção norte-sul, é devedor das lâminas curvilíneas corbusianas de Argel e Rio de Janeiro (1929), experienciadas em grandes projetos no Brasil (Pedregulho, Copan, etc). Se a solução é distinta por um lado (mais evidente), aproxima-se pelo fato de dis-

por, em direção a um infinito conceitual, células construtivas de habitação e seus derivados imediatos. É, como realização, a mais importante versão dessa concepção corbusiana, já que os outros exemplos se caracterizam mais pela impossibilidade de acomodação da grande estrutura à realidade urbana da terra dividida (o que resulta em um conflito formal insuperável, entre impulso de expansão e constrição). Lúcio Costa deu a essa curva conciliatória essa possibilidade de extroversão formal, amplificada pelo vazio do território. Não ajusta apenas o conflito de sentido local (na dialética “nacional”), mas explora ao limite essa contradição universal.

Todavia essa disposição de casas tem também, como dissemos anteriormente, uma genética oposta, que talvez seja até hoje o grande legado dessa cidade (ainda que dificilmente vivenciado): o conforto do “bloco”, a mediação exata entre o sentimento de unidade confrontado à indeterminação do todo homogêneo. Por conforto entenda-se não as facilidades, várias, do bem morar aí distribuídas, mas sim, a justa medida do sentimento entre o particular e o infinito. Assim, além de formalizar uma tensão intramoderna, Brasília também constrói uma tensão negativa do moderno, ou seja, uma busca de sentido a ser obtido na experiência do indivíduo e do coletivo, um anteparo entre a unidade e o tipo. Dessa forma atualiza, num contexto paradoxal, as “unidades de vizinhança”, resíduo de sociabilidade comunal resistente à a-significação da metrópole e de sua radicalização planificada. Culturas urbanas paralelas que, se assim considerarmos,

tiveram encontro marcado no plano dessa nova cidade. Mas, o que torna o resultado excepcional, do ponto de vista de sua formulação estética, é o fato de tal mediação não recorrer à irresistível semântica das cidades europeias; ainda que elas, segundo Lúcio Costa, tenham sido uma inspiração. Logra esse sentimento de acolhimento do indivíduo a partir do mais rigoroso espaço desornamentado e depurado de signos reconhecíveis pela tradição urbana, lá e cá. Pode-se considerar que a abstração moderna tenha sido, nesse momento, levada a um limite raro (mesmo considerando que a arquitetura e o *plano* já sejam os limites possíveis da vanguarda). Trata-se de uma luta, sem trégua ou termo, contra a alienação do indivíduo na grande cidade, ainda que sejam aceites os mecanismos de automação da vida. Vistas do alto ou nas plantas, as superquadras são esquemas suprematistas que buscam o inefável dos passeios pelos bulevares da Paris hausmanniana.

O cotidiano dessa cidade, em seus primeiros anos, denuncia a operação, ao buscar referências cognitivas nesse território desenhado para eliminá-las. A nomeação da rua EQS 307/308 de “rua da igreja” mantém uma estrutura toponímica da tradição das cidades no Brasil, fracas em referências “europeias”, e, portanto, se apegando a sinais incipientes. A igreja de Nossa Senhora de Fátima foi um dos primeiros templos construídos na capital federal. E essa referência frágil, diante da racionalidade ostensiva da organização das vias e superquadras, passou a designar essa rua; primeiro, informalmente, e

agora, oficialmente. A mesma operação linguística pode ser identificada na apropriação das vias de tráfego como “ruas” tradicionais. A princípio, desenhadas funcionalmente como acesso de veículos, estacionamento e carga e descarga, estavam destinadas aos “fundos” da cidade. O acesso às lojas e serviços se daria pelas arborizadas alamedas da cidade-parque, conectadas às unidades habitacionais. Mas a leitura da “tradição” se impôs: ruas, carros, lojas, confusão passam a designar, na memória urbana remanescente, a “rua do comércio”. O pragmatismo dos comerciantes inverteu o projetado, transformando em fachada os fundos, e em “fundos” a fachada (que nesse caso significa amontoados de caixas, latas de lixo, depósitos precários e inacessibilidade). As razões da funcionalidade submeteram-se à apropriação semântica, nesse caso mais forte que as evidentes vantagens operacionais. Essa vitória da “tradição” urbana por sobre a ideia funcional, da mesma maneira, alterou a lei urbanística.¹⁴

Esses conhecidos exemplos informam, no caso desta análise, os limites da abstração espacial para a consecução de identidades, como era pretendida. Ao estimular a relação intermédia de “vizinhança” a partir da disposição tipológica, Lúcio Costa inverte o esquema das grandes Metrôpoles nas quais impera a ordem do valor e sua indiferenciação espacial, impregnada em figurações e ornamentos dispersos e alheados na sua significação não mais narrativa (fragmentos não reunificáveis em um sentido acordado).

¹⁴ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ Entrevista à Revista Manchete. Citado por Lúcia Oliveira no texto “A construção de Brasília” In *O Governo de Juscelino Kubitschek*. Dossiê do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>>. Acesso em: 02 de abril de 2010.

Parece que o processo de análise dessa cidade-risco não cessa de deslizar conflitos. Quanto tentamos isolar um “positivo”, para ali encontrar solução, deparamos com contradição. Então, o plano-piloto se contrapõe à estrutura do país dual; o eixo Norte-Sul “processo” contrapõe-se ao Eixo monumental narcíseo; mas mantém-se a antinomia no próprio setor residencial, que parece explodir onde seria o caso de encontrar-se paz duradoura (afinal, as superquadras, principalmente as originais e bem desenhadas, estão acima de qualquer suspeita). Parece repor, a cada instância, o conflito original da “cruz” demarcatória, que dá forma-síntese ao conflito entre homogeneidade e unidade. Que é também o choque entre modernidade e sentido, entre automação pretendida e arcaísmos sociais. Instaura o eixo zenital do tempo-espaço sagrado, sem crença, em ambiente impróprio, onde nunca a houve.

É Lúcio Costa adentrando já sem contrapeso na espiral fantasmática do “nacional”. Da sobriedade e robustez do “formigueiro” da casa da colônia – atualizados na “moça de cara lavada e perna fina” do esquema moderno emprestado – passamos às estruturas míticas artificiais da gênese urbana. Ultrapassa, nessa sua radicalidade imaterial, as aparentemente ingênuas formulações de Niemeyer

sobre o “natural” tropical (sucedâneos do mito de origem colonial). Tendo resistido por algum tempo a essa ruptura com o presente histórico – pois sempre procurou alinhar fenômenos em lógica histórica a partir de nexos materiais – Lúcio Costa percebe a fragilidade social do atrelamento do “novo” às possibilidades concretas do país. Rompe assim, ideologicamente, a barreira do moderno, em direção ao tempo sagrado e à hierofania do espaço. Nesse final dos anos 1950, impulsos similares pressionavam o campo da arquitetura, tanto pela via “antimoderna” da ressacralização do espaço, quanto pela via fenomenológica, do “habitar, construir pensar” heideggeriano. Esse era um problema geral da conclusão do ciclo moderno. Mas em Brasília, adquire clareza pedagógica, pela magnitude desse construto social inédito. Tamanho conflito – de ordem universal – exterioriza-se nessa ideiação quimérica da solução particular “sem solução” do Plano piloto e sua arquitetura. Um mundo inteiro construído a partir de um ponto que se quer livre e potente, mas cuja circunstância indelével conta uma outra história, a do Brasil contemporâneo. Concluo, compreendendo de maneira diversa as palavras de Lúcio Costa, ditas em 1974: “Digam o que quiserem, Brasília é um milagre”¹⁵

LUIS RECAMÁN – Arquiteto e urbanista (USP, 1983), Ciências Sociais (USP, 1987), Mestrado em Filosofia (USP, 1995) e Doutorado em Filosofia (USP, 2002). Professor da FAU/USP, é coautor de *Brazil's Modern Architecture* (Phaidon, 2004) e *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização Brasileira* (Unicamp, 2013).

BRASÍLIA: NATUREZA REINVENTADA*

Guilherme Wisnik

Resumo

A verdadeira “tradição” arquitetônica no Brasil, se voltarmos ao período colonial, não é a de um hedonismo tropical, e sim a de refúgio e proteção. Amedrontados da imensa vastidão do território, e dos perigos da floresta, os portugueses desenvolveram aqui um sentimento de “hostilidade atávica” em relação à natureza, como argumenta o romancista José Lins do Rego. Com a chegada de Le Corbusier, e da arquitetura moderna, ocorre uma grande transformação. A arquitetura deixa de ser uma fortaleza contra o meio para se tornar uma redução poética da natureza. No plano piloto de Brasília, Lucio Costa reinterpreta a tradição colonial em chave moderna, superando aquele passado pela alternância abrupta entre duas escalas: a residencial e a monumental (urbs e civitas). Inspirado no cartesianismo de André Le Nôtre em Versalhes, pensou uma cidade relacionada à linha do horizonte. Uma urbanidade que inventa a paisagem.

* Ensaio publicado originalmente em Michael Wesely e Lina Kim, *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, pp. 493-497.

Abstract

The true architectural “tradition” in Brazil, if we go back to the colonial period, is not that of tropical hedonism, but of refuge and protection. Frightened by the immense vastness of the territory, and the dangers of the forest, the Portuguese developed here a feeling of “atavistic hostility” towards nature, as the novelist José Lins do Rego argues. With the arrival of Le Corbusier, and modern architecture, a major transformation occurs. Architecture ceases to be a fortress against the environment to become a poetic reduction of nature. In the pilot plan of Brasília, Lucio Costa reinterprets the colonial tradition in modern key, overcoming that past by the abrupt alternation between two scales: the residential and the monumental (urbs and civitas). Inspired by André Le Nôtre’s Cartesianism in Versailles, he thought of a city related to the horizon line. An urbanity that invents the landscape.

*A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo' – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como 'saudade' e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que 'não vale a pena...'*¹

CONSTRUÇÃO E TERRITORIALIDADE

Convidado, certa vez, a estabelecer uma comparação entre os projetos do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP, 1961), projetado por Vilanova Artigas, e da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (1987), de sua própria autoria, Álvaro Siza observou tratar-se de situações muito distintas. Segundo ele, a generosidade dos espaços do edifício paulistano corresponde à “escala do território brasileiro”, ao passo que na Europa se trabalha com limitações muito grandes.² Essa observação, apesar de pontual, indica uma série de questões instigantes acerca da relação recíproca entre construção e territorialidade, tendo o Brasil como foco. Por isso tomo-a aqui como a matriz indicativa de uma discussão que desejo propor e desenvolver.

Tal percepção de uma relação íntima entre o sentido de expansão ou de recolhimento espacial assumido pela arquitetura produzida em uma determinada cultura e a escala do território em que ela se assenta, desdobrando-se em uma determinada visão da natureza e da paisagem natural e construída, é um tema que atravessa o século xx.³ No que se refere à arquitetura brasileira, porém, uma aproximação mais espacial ou fenomenológica às suas questões esteve até hoje, não raro, obliterada pela postulação mais frequente de uma identidade mimética entre forma e ambiente, ou, em outras palavras, entre hedonismo formal e clima tropical.⁴

Desse modo, no panorama da crítica estrangeira, a especificidade

da arquitetura moderna brasileira, ao menos no período que se estende até a construção de Brasília, esteve predominantemente associada à ideia de um regionalismo tropical, uma vez que as particularidades climático-culturais do país propiciavam – e por isso pareciam autorizar – um saudável desvio da norma funcionalista, que levou teóricos importantes a atribuir a essa arquitetura, diante dos primeiros impasses do chamado Estilo Internacional, um papel de destaque na criação de uma “nova tradição” moderna, apoiada na ideia de monumentalidade.⁵ Contudo, a abordagem aqui será diversa. Tendo em vista o significado de interiorização territorial contido na construção de Brasília, ocorrida na passagem dos anos 1950 para os 60, procuraremos compreender o modo como a arquitetura brasileira moderna, influenciada pelas ideias de Le Corbusier, logrou tratar a relação entre construção e natureza, desdobrando-se em um modo particular de se relacionar com o solo, ou o chão. E ainda, de modo complementar, procuraremos situar essa relação no campo problemático de um permanente embate entre essas instâncias na história da ocupação do território brasileiro.

Num artigo publicado em 1993, Jorge Czaikowski faz uma reflexão instigante sobre o modo como, no Brasil, a arquitetura procurou lidar historicamente com o espaço circundante.⁶ E o faz à luz da seguinte pergunta: a adoção da corrente racionalista da arquitetura moderna teria significado uma ruptura ou um reencontro com essa “tradição” histórica? A questão é capciosa, pois procura elucidar

¹ Sérgio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 110.

² “Entrevista com Álvaro Siza”. *Caravelo n. 9*, São Paulo: GFAU, 1997. Segundo Siza, o que permite a identificação do edifício da FAU com o território brasileiro, ou da cidade de São Paulo, não é exatamente o seu tamanho, mas uma qualidade espacial que resulta dessa dimensão: o “caráter” que o edifício pode assumir, interpretando-se adequadamente o programa, quando pensado como uma sucessão contínua em torno de uma “praça” comum de distribuição e convívio. No caso da escola portuguesa, a edificação teve de fragmentar-se em vários corpos.

³ Ver Stuart Wrede e William Howard Adams (orgs.). *Denatured Visions: Landscape and Culture in the Twentieth Century*. Nova York: MoMA, 1991.

⁴ Ver por exemplo, Philip L. Goodwin, *Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652-1942*. Nova York: MoMA, 1943; Henry-Russell Hitchcock, *Latin American Architecture since 1945*. Nova York: MoMA, 1955; e Stamo Papadaki, *Oscar Niemeyer: Work in Progress*. Nova York: Reinhold, 1956.

⁵ Cf. Siegfried Giedion, “Architecture in the 1960's: hopes and fear”, *Zodiac*, n. 11, 1963; e “Le Brésil et l'architecture contemporaine”. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n. 42-43, 1952.

⁶ Jorge Czaikowski, “A arquitetura racionalista e a tradição brasileira”. *Gávea n. 10*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1993, pp. 28-30.

ambiguidades constitutivas no quadro do nosso desenvolvimento arquitetônico. Por que a modernidade, aqui, se investe de um sentido prospectivo de resgate histórico, e não de rompimento radical com o passado? Ou, ainda, por que o “racionalismo” pareceu mais adequado que o “organicismo” a uma cultura tropical de herança predominantemente barroca? São problemas importantes, que nos remetem aos momentos iniciais da ocupação portuguesa da América, marcados por uma ostensiva negação do meio ambiente e dos espaços circundantes, ou, nas palavras do romancista José Lins do Rego, por uma arraigada “hostilidade atávica” em relação à natureza.⁷

Quer dizer, tratando tanto a natureza quanto as culturas locais a ferro e fogo, a colonização predatória praticada pelos portugueses no Brasil fundou, aqui, uma sensibilidade espacial e uma disposição construtiva baseadas na proteção e no refúgio, no medo do selvagem, e não no contato próximo, na comunhão com a terra e com a paisagem – eis, portanto, a nossa “tradição”. Diante de um território hostil, europeus amedrontados circunscreveram seus domínios em construções isoladas umas das outras, pesadas e compactas, e rigorosamente separadas do exterior por paredes grossas – redutos esparsos da solidão lusitana em meio à “vastidão despovoada” do Novo Mundo. E as ergueram explorando o trabalho escravo, e não com o esmero paciente e laborioso de quem se apropria com afeto da matéria bruta, transformando-a lentamente em artefato humano. Assim,

o “aparente edenismo da terra” não se traduziu imediatamente em hedonismo formal, mas, ao contrário, em um barroco austero e arcaizante,⁸ como vimos, mais volumétrico do que espacial, caracterizado por uma cisão radical entre o despojamento e a nudez externa de suas fachadas e a riqueza interior de sua decoração. Esta, como notou Czajkowski, esteve brilhantemente sintetizada na talha, que, como um “*souvenir* selvagem”, alude a “uma floração interna que sublima a selva reduzindo seu espaço misterioso à textura bidimensional de uma tapeçaria em madeira dourada”.⁹

Essa presença rarefeita no território, aparente no caráter prosaico e dicotômico da arquitetura barroca luso-brasileira, é, com efeito, não apenas reforçada, mas determinada pela cultura urbanística posta em prática nessas terras durante o período colonial. Em que pese a querela sobre o papel da engenharia militar portuguesa no “planejamento” das principais vilas e cidades no Brasil,¹⁰ pode-se admitir a existência de certas constantes na organização morfológica das mesmas. Refiro-me sobretudo ao papel estruturante que alguns edifícios tiveram na configuração urbana desses núcleos, predominante em relação à definição prévia de um traçado regulador do conjunto. Isto é: largos e praças frequentemente surgiram como evoluções de adros, pátios e terreiros de igrejas, estes sim, pontos fulcrais na organização da malha urbana. Deriva daí o estilo de vida não ostensivo dessas vilas, associado à permanência de determinados hábitos lusitanos de vida

⁷ “Os portugueses, que vinham das quintas patriarcais da ‘boa terrinha’, nas quais floresciam as amendoeiras e a sombra das árvores era doce, se transformaram, nos trópicos, em demolidores impertinentes, de machado em punho, tochas na mão, prontos para promover as queimadas das matas.” José Lins do Rego, “L’Homme et le paysage”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 42-43, 1952; republicado em Alberto Xavier (org.), *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 294.

⁸ Ver Mário de Andrade, “O Aleijadinho” (1928), in *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984; e Lucio Costa, “A arquitetura dos jesuítas no Brasil” (1941), in *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

⁹ “Em momento algum vai existir uma fusão entre a construção luso-brasileira e a paisagem – sua antiorganicidade é sempre firmemente expressada. É apenas na mirabolante talha interna que o paraíso almejado – dourado como o céu dos pré-renascentistas – pôde se fazer presente e se espalhar ao abrigo das grossas paredes.” Jorge Czajkowski, 1993, op. cit., pp. 28-29.

¹⁰ Ver Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pini, 2001; Joaquim Romero Magalhães (org.), *Oceanos 40: a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

¹¹ Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 19.

¹² Ver Rodrigo Naves, *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1997.

¹³ “Só existo na vida com a condição de *ver*”. Le Corbusier, *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 21.

¹⁴ Sua proposta de “unidade” refere-se à tradição mediterrânea, por oposição direta ao modelo norte-americano, de herança anglo-saxã: “Os senhores, na América do Sul, estão numa região velha e jovem; são povos jovens e suas raças são velhas. É seu destino agir agora. Agirão sob o signo despoticamente sombrio do *hard labour*? Faço votos de que isto não aconteça, os senhores agirão como latinos que sabem ordenar, organizar, apreciar, medir, julgar e sorrir”. Idem, p. 238.

¹⁵ Ibidem, p. 29.

urbana (nomeadamente de influência moura), tais como uma certa “incapacidade de entender e de usufruir plenamente os espaços abertos da cidade”.¹¹

Assim, é possível dizer que a noção de “informalidade” normalmente associada ao arruamento “espontâneo” das cidades coloniais brasileiras é inseparável do caráter contido e intimista assumido pelos seus edifícios. Pensando um desdobramento dessas questões nos campos da arte e da arquitetura, pode-se dizer que talvez haja, aí, a semente de um processo de formalização moroso que atravessa os diversos campos das artes visuais no Brasil. Aquilo que o crítico de arte Rodrigo Naves chamou de “dificuldade de forma”.¹²

REDUÇÃO POÉTICA DA NATUREZA

No amplo espectro da cultura moderna, a concepção mais impactante de uma necessária identidade entre o “caráter” espacial de uma determinada arquitetura e a escala do território em que esta é produzida, desdobrando-se em um modo particular de enxergar a natureza, foi formulada por Le Corbusier por ocasião de sua primeira viagem à América Latina. A força lírica de sua “visão” do território americano,¹³ belamente registrada no livro *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*, passou para a história como o resultado de um encontro duplamente profícuo, já que representou, de um lado, o impulso inicial e decisivo para os rumos seguidos pela arquitetura dos países visitados naquele momento –

notadamente a brasileira – e, de outro, o fermento para uma transformação capital na obra do próprio Corbusier.

Já do avião ele viu, “em toda a sua largura e extensão”, esse gigantesco “país da América” onde “de tempos em tempos surge um povoado, uma cidadezinha”, e onde a Cordilheira dos Andes nada mais é do que uma ruga. E foi a partir desse ponto de vista aéreo – absolutamente moderno – que o arquiteto franco-suíço, comovido com a dimensão épica dessa “paisagem violenta e sublime”, imaginou conferir à arquitetura e ao urbanismo produzidos ali uma monumentalidade equivalente àquela natureza local. Aqui uma nova arquitetura nascerá, profetiza, “unitária e imensa, através dos mares e continentes”, e “sob um único signo”.¹⁴ Tal profecia, evidentemente, chocava-se com o “estado atual” da arquitetura brasileira naquele momento (ecclética e neocolonial), contrapondo-se veementemente a ela. Nesse sentido, são sintomáticas as palavras que Le Corbusier dirigiu aos arquitetos e autoridades locais: “... disse-lhes muitas vezes: vocês são tímidos, timoratos, têm medo. Nós somos aqueles que, em Paris, formam equipes, mais intrépidos que vocês e vou explicar; entre vocês os problemas são tão numerosos, tão imensos, o interior a ser colonizado é tão grande que suas energias são diluídas imediatamente pelas dimensões, pelas quantidades e pelas distâncias.”¹⁵

Neste ponto, considerado o impacto dessa sua primeira visão totalizante da América, faz-se necessário explicitar algumas premissas contidas na sua leitura da natureza, que lhe permitem, num ímpeto,

lançar-se vigorosamente ao encontro dela, sem, no entanto, confundir-se com ela. Não se trata, evidentemente, nem de uma visão idílica romântica, que o seu rousseunismo de base poderia supor, nem de uma vontade de entrega fusional a um mundo anímico e luxuriante. Para Le Corbusier, os índios são seres hostis que “evocam os hunos que apossaram a Europa”, e a mata, como para os colonos portugueses, é uma realidade alheia, “silenciosa, imóvel, fechada, impenetrável” e “ameaçadora”. A natureza tropical, portanto, não é dócil e benevolente, mas ferozmente resistente à ação urbanizadora: “aqui, urbanizar é o mesmo que pretender encher o tonel das Danaides!”, afirma.¹⁶ Há algo de Sísifo no impulso heroico do construtor posto em ato nesse território.

Com efeito, é exatamente essa resistência inicial que o impele à ação, pois em seu esquema conceitual a construção humana e o mundo natural são entidades que se medem e se confrontam numa “ação recíproca entre opostos”.¹⁷ É por isso que em Buenos Aires, em face de um horizonte plano e monótono, ele propõe a elevação de um renque de torres alinhadas junto ao rio da Prata (uma operação similar àquela que fará mais tarde em Chandigarh, individuando fortemente os edifícios em contraste com a massa espessa do Himalaia ao fundo). De modo semelhante, embora em situação inversa, no Rio de Janeiro, diante de perfis montanhosos dramáticos e movimentados, ele imagina a intervenção humana na forma de uma linha horizontal contínua.

Em vista dessa oposição dual, segundo o teórico norte-americano Vincent Scully,

o encontro fatal entre meio ambiente e ação humana na obra de Le Corbusier só encontra equilíbrio definindo-se como um pacto precário entre antagonistas. Tal consciência, por sua vez, se torna paradigmática no modo penetrante como o arquiteto reage ao cenário natural carioca. Em suas palavras: “... então, no Rio de Janeiro, cidade que parece desafiar radiosamente toda colaboração humana com sua beleza universalmente proclamada, somos acometidos por um desejo violento, quem sabe louco, de tentar também aqui uma aventura humana – o desejo de jogar uma partida a dois, uma partida ‘afirmação-homem’ *contra ou com* ‘presença-natureza’.”¹⁸

Contudo, há um momento na teoria de Le Corbusier, como demonstrou Carlos A. F. Martins, em que essa oposição irremediável é equacionada. Operando uma atualização da noção cartesiana de natureza – entendida como um sistema fechado, manifestação inteligível da ordem geométrica do universo –, a lógica purista de Le Corbusier termina por incorporar esse antípoda em um único *continuum* espacial, em que natureza e cidade se tornam elementos de uma coisa só, numa “síntese plasmada pelo gesto construtivo”, que ao realizar-se “instaura a paisagem”.¹⁹ Isto é, a partir da mediação do gesto construtivo a natureza deixa de existir *in natura* para mostrar-se apenas como um elemento da paisagem, organizado à medida do homem: parques ao rés-do-chão e terraços-jardim na cobertura de inúmeros *immeubles-villa* e extensas *unités d’habitation*.

A seu modo, o escritor José Lins do Rego também identificou essa complexa

¹⁶ Ibidem, p. 236.

¹⁷ Ver Vincent Scully Jr., *Arquitetura moderna: a arquitetura da democracia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, p. 87. Mais à frente o autor anota outra observação de Le Corbusier: “O Partenon cria um fato tão razoável à nossa compreensão quanto o fato ‘mar’ ou o fato ‘montanha’”. Idem, p. 89.

¹⁸ Le Corbusier, 2004, op. cit., p. 229 (grifo meu).

¹⁹ Ver Carlos A. F. Martins, *Razón, ciudad y naturaleza: la génesis de los conceptos en el urbanismo de Le Corbusier*. Madrid: Tese de doutorado, Departamento de Estética y Composición de la Escuela Superior de Arquitectura de Madrid, 1992, p. 14.

²⁰ Como notou Meyer Schapiro em relação a Brasília. Ver “A síntese das artes na cidade nova” (1959). In: *Novos Estudos n. 70*. São Paulo: Cebrap, 2004, p. 159.

²¹ José Lins do Rego, “O homem e a paisagem”, in Alberto Xavier (org.), 2003, op. cit., p. 296.

²² Lucio Costa, “Memória descritiva do plano piloto” [1957], in 1995, op. cit., p. 283.

²³ Lucio Costa, “Brasília revisitada; 1985/1987”, *Projeto 100*. São Paulo, 1987, p. 122.

²⁴ Na verdade, Lucio Costa sabe que a transformação decisiva operada pela modernidade no campo da arquitetura está no urbanismo. Ou melhor, sabe que o objeto de ação e atenção dos arquitetos naquele momento é a cidade, e não mais o edifício isolado, e que esse novo “arquiteto-urbanista” é essencialmente um intelectual, e não mais um construtor ou um artista formado na tradição das belas-artes. Ver Giulio Carlo Argan, “A época do funcionalismo”, in *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

operação. Em seu breve excursão sobre a conflituosa relação entre homem e paisagem na história do Brasil, o romancista observa que aquela etapa histórica marcada pelo divórcio inconciliável entre cultura e natureza seria superada pelo advento repentino da arquitetura moderna, a partir da renovação trazida por Le Corbusier. Pois para o arquiteto franco-suíço a casa não deveria representar “um isolamento do mundo, um lazareto”: ao contrário, deve estar “ligada ao universo”. Como vimos, porém, essa “libertação” trazida por Le Corbusier não significou uma redenção, no sentido de um encontro último com uma natureza “local”. Tampouco se desdobrou na efetiva constituição de uma arquitetura unitária e “monumental”,²⁰ concebida à escala de seu território e de sua paisagem. No âmbito da arquitetura brasileira moderna, de inspiração corbusiana, a construção deixa de ser “uma fortaleza contra o meio” para tornar-se “uma redução poética da natureza.”²¹

CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM

Concebida a partir do zero, a Brasília de Lucio Costa mantém, no entanto, uma relação ambígua com a tradição colonial. Se em seus desenhos não parecem sobreviver quaisquer traços formais que aludem à configuração histórica dos sítios urbanos luso-brasileiros, pode-se identificar no partido de implantação do projeto uma proposital sobrevivência da experiência colonial, retomada então como procedimento. Sintomaticamente, seu memorial

para o plano piloto de Brasília parte da constatação, como vimos, de que um projeto daquele porte, e naquelas circunstâncias, só poderia se realizar como “um ato deliberado de posse”, um “gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial”.²² Em outras palavras, ao mesmo tempo que retoma o “gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, Lucio Costa insiste em não reproduzir repertórios formais tradicionais, chegando mesmo a negá-los em grande medida. Em suas palavras: “... o plano piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, tampouco resultou de promiscuidade urbanística, ou de elaboração e falsa ‘espontaneidade’”.²³

Ora, sabemos que é exatamente a busca – ou a miragem – de uma articulação entre modernidade e tradição que move toda a obra de Lucio Costa, tanto como arquiteto de prancheta quanto como pensador da arquitetura e funcionário do patrimônio histórico. No entanto, essa tentativa de articulação, sempre reiterada em sua trajetória, parece dissolver-se na escala e no programa do projeto urbano, onde as referências mais diretas e literais ao passado, ligadas a um afeto íntimo e material pela colônia, parecem dar lugar a uma atitude afirmativamente moderna e desenraizada. Seria o caso de perguntar, portanto, até que ponto o projeto de uma cidade inteiramente nova, após o advento da modernidade, ainda poderia ser pensado de forma retrospectiva?²⁴

É forçoso reconhecer, contudo, que dentre os projetos premiados no concurso para o plano piloto de Brasília a proposta de Lucio Costa certamente é a mais tradicional. E ser tradicional, aqui, não significa ser conservadora, mas, ao contrário, conter uma leitura mais ampla e aprofundada de um determinado modo de vida inerente à cultura urbana brasileira – que, no caso, interessava ao arquiteto preservar. Vem daí, portanto, a definição precisa de uma “escala residencial” circunscrevendo o convívio íntimo e em boa medida autossuficiente das superquadras. E também, de maneira equivalente, tanto a delimitação de uma densa arborização no perímetro destas, configurando-as com o caráter mais segregado de “pátios internos urbanos”, quanto a determinação de um gabarito uniforme e baixo para os edifícios ali situados, com o intuito de restabelecer em ambiente moderno, como enfatiza Lucio Costa, uma “escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional”.²⁵

Essa noção de familiaridade associada à delimitação de um conjunto repetido de edificações – aquilo que Costa chamou de “padrão comum da receita única” – estava ancorada na memória da “pureza distante de Diamantina”, com suas casas geminadas e uniformes, como vimos. Assim, pode-se dizer que a operação mais importante realizada pelo urbanista em Brasília consistiu em conferir qualidades morfológicas próprias e singulares a cada uma das diferentes “escalas” de uso do espaço na cidade. E, nesse sentido, elaborar a configuração estrutural do

seu desenho com a desejada articulação entre as noções de *urbs* e *civitas*. Isto é, definir Brasília tanto como um agrupamento urbano comum, lugar de moradia, trabalho e lazer cotidianos, quanto como o núcleo da coletividade civil republicana, capital política do país. Assim, a cidade se define mediante uma dicotomia simbólico-espacial constitutiva: a vida privada, espaço do convívio familiar e da existência individual, está resguardada na intimidade de claustros urbanos no plano de Costa, enquanto a vida pública, lugar das manifestações políticas e coletivas, está exposta aos espaços imensos, cuja expressão é dada por edifícios-monumento que se recortam nitidamente na infinita linha do horizonte. Em um debate com Arthur Korn, Denys Lasdun e Peter Smithson, ainda durante a construção de Brasília, Lucio Costa deixa clara a imagem de cidade que ele deseja criar: “Eu quero ver o mínimo de edifícios. [...] eles têm seis andares – não são muito altos. Há edifícios, mas eles estão atrás, em um segundo plano. A vista principal é simplesmente a estrada com árvores em toda a volta [...]. Mesmo que a extensão da área residencial tenha 6 km, é quase como se você estivesse fora da cidade quando deixa o centro.”²⁶

Nesse sentido, a comparação direta com dois outros projetos de destaque apresentados ao concurso – os das equipes dos irmãos Roberto e de Rino Levi, que dividiram o terceiro e o quarto lugares – revela claramente o sentido de algumas opções feitas por Costa. Tomando esses dois casos emblemáticos, temos situações que, apesar de opostas, se

²⁵ Lucio Costa, 1987, op. cit., p. 118.

²⁶ Lucio Costa, “Capital Cities: discuss with Lucio Costa, Arthur Korn, Denys Lasdun and Peter Smithson”. *Architectural Design* 28, 1958, p. 439-40 (tradução minha).

²⁷ Lucio Costa, 1987, op. cit., p. 118.

²⁸ Lucio Costa, “Monlevade, 1934 – projeto rejeitado”, in 1995, op. cit., p. 99.

²⁹ O lago Paranoá, embora seja efetivamente artificial, funciona paisagisticamente como um autêntico elemento natural.

aproximam pelo fato de terem eleito apenas uma das “escalas” de uso para definir o desenho do conjunto. Inspirados no modelo das cidades-jardim de Ebenezer Howard, os irmãos Roberto renegaram veementemente qualquer sentido de monumentalidade associado à ideia de capital, propondo a descentralização da cidade em uma federação de sete unidades urbanas circulares organizadas em torno de um *core* central, rigorosamente equivalentes em tamanho e importância.

Já na proposta da equipe de Rino Levi, que prenuncia as especulações megaestruturalistas da década seguinte, não parece haver qualquer intenção de resguardar uma sociabilidade privada e familiar em espaços íntimos e segregados. Ao contrário, seus edifícios habitacionais são lâminas em estrutura metálica com 300 metros de altura, dispostos de modo defasado e em grupos de três, sempre com a mesma orientação em relação ao sol. Nesse caso, predomina a ideia de que a vida na cidade está concentrada verticalmente, e, portanto, são os próprios edifícios residenciais, e não os públicos, que definem o caráter eminentemente monumental da cidade. No primeiro caso, a cidade foi reduzida à escala do convívio íntimo; no segundo, foi inteiramente exposta à imagem exterior de uma monumentalidade privada.

No projeto de Lucio Costa, com efeito, é a alternância abrupta entre as duas escalas que define a vivência cotidiana do morador de Brasília. E a existência simultânea e independente desses dois “mundos”, digamos assim, é assegurada permanentemente pela presença constante da natureza. Por exemplo, além do

papel fundamental desempenhado pelo espesso “cinturão verde” que emoldura as superquadras, isolando-as do principal eixo de circulação da cidade, uma vegetação densa aparece também sugerida para as áreas situadas abaixo do terrapleno que define a Praça dos Três Poderes. Nas palavras de Costa, “massas compactas de araucária” deveriam ser plantadas ali “para que seu verde-escuro sirva de fundo e valorize o branco dos palácios”.²⁷

Nesse particular “uso” que o arquiteto faz da ideia de natureza, sempre estabelecendo um contraste bem marcado entre “a nitidez, a simetria, a disciplina da arquitetura” e “a imprecisão, a assimetria, o imprevisto da vegetação”,²⁸ imediatamente saltam aos olhos os traços de sua formação inglesa, que aliás são diretamente referidos por Costa como uma das reminiscências mais importantes resgatadas no projeto de Brasília: os imensos gramados ingleses da infância, o *mall* reinterpretado no Eixo Monumental. Por isso é que surge em Brasília uma “escala” que ele chama de “bucólica”. Sintomaticamente, enquanto os outros dois projetos citados buscam uma proximidade com as margens do lago, procurando fazer com que os espaços da cidade usufruam – material e visualmente – do contato com a água, Lucio Costa afasta deliberadamente todo o núcleo urbano dela, subtraindo à cidade o contato direto com o único elemento remanescente de uma natureza local *in natura*.²⁹ Sobre esse aspecto, declara o seguinte: “Evitou-se a localização dos bairros na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e

rústica para os passeios e amenidades de toda a população urbana”.³⁰

Uma outra referência “histórica” no projeto de Brasília diz respeito à filiação intelectual francesa de Costa, “a lembrança de Paris”, como diz ele, com seus eixos “clássico-barrocos”. É nesse sentido que a Praça dos Três Poderes, de acordo com a sua intenção, está vocacionada a ser “a Versalhes do Povo”.³¹ Portanto, há em seu projeto um evidente diálogo com essa tradição, o qual inclui as reformas de Paris feitas por Haussmann em meados do século XIX, mas centra-se sobretudo no projeto de Versalhes, de André Le Nôtre, Louis Le Vau e Charles Le Brun (século XVII), com seu eixo que se abre em triângulo, tendo o edifício principal do conjunto como ponto focal.

Com isso, no fundo, Lucio Costa preparava o terreno para o protagonismo da arquitetura de formas livres de Oscar Niemeyer, que precisa sempre do plano infinito da linha do horizonte – um chão que se torna abstrato – como suporte para a sua individualização. O que combina também com sua empenhada defesa do caráter “monumental” da cidade, quase que teatralizado por Niemeyer nos palácios cívicos, em oposição a outros urbanistas – como os irmãos Roberto – que condenavam a sua feição monumental em nome de um modelo comunitário.

Vincent Scully, num belo ensaio em que trata das transformações históricas

sofridas pela relação entre edificação humana e paisagem na cultura ocidental, observa que os jardins de Le Nôtre em Versalhes e em Vaux-le-Vicomte encerram um longo período histórico em que a construção procurava ou mimetizar a natureza (a “montanha sagrada” das pirâmides pré-colombianas e mesopotâmicas), ou tensioná-la por contraste (os templos gregos). Depois de Versalhes, com seus “planos jardins floridos”, ressalta Scully, Luís XIV construiu o retrato de uma nova nação: “centralizada, com suas novas vias diretas e canais longos, e acima de tudo em escala continental, estendendo-se, nos termos de Descartes, indefinidamente além do horizonte”.³²

No planalto central latino-americano, em meados do século XX, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek edificou, a seu modo, a sua própria imagem. Coube a Lucio Costa, o arquiteto brasileiro mais erudito do século, e a Oscar Niemeyer, o mais habilidoso, dar-lhe forma. Apartada da natureza, Brasília ao mesmo tempo que prolongou um modo tradicional de lidar com o território no Brasil, inventou também os meios de se pensar uma nova natureza construída, abstrata e destacada do chão. Nas palavras de Costa: “Ao contrário das cidades que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a um céu imenso, como em pleno mar a cidade criou a paisagem”.³³

³⁰ Lucio Costa, “Memória descritiva do plano piloto” (1957), in 1995, op. cit., p. 294.

³¹ Lucio Costa, “Ingredientes da concepção urbanística de Brasília”, in 1995, op. cit., p. 282.

³² Vincent Scully Jr., “Architecture: the Natural and the Manmade”, in Stuart Wrede e William Howard Adams (orgs.), 1991, op. cit., p. 16 (tradução minha).

³³ Lucio Costa, “O urbanista defende sua cidade” (1967), in 1995, op. cit., p. 303.

BRASÍLIA, CIDADE MODERNISTA, CIDADE CONCRETA*

Philippe Panerai

* Capítulo do livro *Análise urbana* (Brasília, EDUnB, 2006).

Inspirando-se em Colin Rowe – que em *Collage City* (1978) havia comparado o centro de Parma com o projeto para a reconstrução do centro de Saint-Dié (1946), de Le Corbusier –, James Holston se vale, em seu *A cidade modernista* (1993), do Plan Voisin (1925), também de Corbu, para ressaltar a inversão da relação gestaltiana figura/fundo. O “sólido” – isto é, o edifício isolado do Movimento Moderno – toma o lugar do “vazio” do espaço público da cidade antiga como elemento de composição da planta da cidade. A oposição é evidente: o urbanismo do Movimento Moderno, do qual Brasília constitui o apogeu, é caracterizado pela desagregação do tecido. O título do Capítulo 4 do livro de Holston, “A morte da rua”, sintetiza a tese do autor.

A abordagem etno-arquitetônica proposta por ele coloca em pauta a natureza do tecido urbano moderno e de suas relações com as práticas dos habitantes.

No caso de Brasília, é lícito começar a análise urbana pela questão do tecido, pois ali se encontram o urbanista e os moradores, o urbanismo e a arquitetura, o plano inicial e o tempo, o Plano Piloto e as cidades satélites. Porém, por mais significativa que seja, tal questão não esgota o assunto, e uma reflexão sobre a cidade enquanto globalidade pode fornecer um segundo enfoque, agora ainda mais estimulante na medida em que a construção do metrô e a nova escala por ele introduzida já começaram a transformar a imagem da aglomeração. Por outro lado, a história da cidade também oferece algumas chaves de leitura: a longa

gênese de seu projeto (1761-1956), a sua edificação (1957-1960), e os seus mais de quarenta anos de desenvolvimento.

A QUESTÃO DO TECIDO

O Plano Piloto e as unidades de vizinhança.

No desenho de Brasília, a via W3 ocupa uma posição particular. No limite das superquadras, paralela ao eixo rodoviário, contínua – a não ser pela travessia do eixo monumental –, ela oferece uma paisagem que rompe com o resto da cidade. Nada de cruzamentos em desnível, mas semáforos, um canteiro central arborizado que lhe dá ares de bulevar; largas calçadas onde se espremem os pedestres e, ao menos de um dos lados, edificações comerciais quase contínuas. As práticas cotidianas da cidade ali encontram um terreno conhecido. Os endereços são simples, é fácil de se orientar. Os ônibus param ao longo das calçadas, os pedestres atravessam no sinal vermelho, os comércios prolongam seus balcões sobre as calçadas.

Ainda que tenha proposto reinterpretações audaciosas, Lucio Costa não aboliu a lógica tradicional da cidade. Brasília não é a *Ville Radieuse* (1922-35) de Corbusier, nem a *Grosstadt* (1925) de Hilberseimer. Nela, a rua às vezes ainda existe, a W3 é um exemplo disso. Rua, ou melhor, bulevar comercial que contorna os bairros e conecta territórios diferentes: a leste, por trás dos comércios, as superquadras; do outro lado, pequenas casas.

À continuidade quase convencional da W3, opõe-se a descontinuidade dos setores comerciais locais, regularmente distribuídos nas duas asas residenciais a cada duas superquadras. Tal distribuição igualitária – que lembra aquela dos mercados e equipamentos do plano de extensão de Barcelona, de Cerdà – parte da ideia de “unidade de vizinhança” como elemento constitutivo do tecido. Duas superquadras (ou quatro, conforme a leitura que se faz) se associam de um lado e de outro de um setor comercial. Esse, por sua vez, é formado por dois renques de lojas com duas fachadas que se abrem de um lado para as habitações e do outro para uma via, na qual há um supermercado em uma extremidade e algum equipamento de vizinhança (escola, igreja ou clube) na outra, caracterizando uma rua comercial. Ao largo do tráfego de passagem, a unidade de vizinhança possui equipamentos que compartilha com as unidades contíguas e oferece ao morador, especialmente às crianças, jardins e caminhos ao abrigo dos automóveis.

A proposição de um território próximo em que o automóvel sob controle – ele “já faz parte da família”, dizia Lucio Costa – deixa uma grande liberdade de percursos a pé e favorece o encontro dos habitantes e a sua participação nas atividades coletivas se exprime de forma particularmente clara no prestigioso grupo formado pelas SQS 107, 108, 307 e 308. Lucio Costa e Oscar Niemeyer ali materializaram os princípios da unidade de vizinhança, agregando-lhe, com a pequena Igreja de Nossa Senhora de Fátima, uma dimensão espiritual.

Por mais moderna ou modernista que seja, esta distribuição parece também uma reminiscência ou uma reinterpretação dos bairros das cidades pré-industriais organizados em torno de uma praça que reúne as instituições (igreja, prefeitura), os equipamentos (escola, correios) e o comércio. Brasília, a grande cidade moderna, torna-se assim a associação de uma série de unidades de vizinhança pensadas para funcionar no registro bucólico de um vilarejo reinventado, para o qual Planaltina, localizada a pouca distância, poderia fornecer um bom exemplo.

Às análises de Holston, que enfatizam com justa razão as rupturas que a cidade modernista introduz em relação à herança pré-industrial, podemos acrescentar uma leitura que busca as continuidades, as permanências, as reinterpretações. Ainda que com formas diferentes, o projeto de Costa se apresenta como herdeiro das prescrições de Ebenezer Howard e de Raymond Unwin para a cidade-jardim inglesa, e a sua superquadra como uma ampliação dos *closets*, aqueles grupos de edificações organizados em torno de um espaço coletivo arborizado e afastado das grandes vias de circulação. Em ambos os casos, a um meio século de distância entre si, proposições para a cidade da era da indústria conservam uma lembrança nostálgica e mítica das comunidades pastoris que tentam reinventar. A própria expressão “unidade de vizinhança” evoca relações harmoniosas entre vizinhos, tão harmoniosas que formam uma unidade.

Setores comerciais e continuidades comerciais.

Apesar da setorização sempre presente, a distribuição lógica e igualitária dos setores comerciais do Plano Piloto não resistiu à prova do tempo e podemos notar dois tipos de transformações.

O primeiro diz respeito às funções. Gradualmente, uma especialização de alguns setores comerciais veio substituir a igualdade inicial. Como se, com o uso, o caráter introvertido da unidade de vizinhança – onde se encontram à mão os produtos necessários à vida cotidiana – cedesse lugar a uma outra lógica, que faz voar pelos ares o mito da unidade de vizinhança, tão próprio dos vilarejos.

Como uma primeira hipótese, pode-se articular duas séries de fatos que análises mais precisas poderão confirmar. Hoje em dia o abastecimento, em especial a compra de alimentos, é efetuado essencialmente de carro. Ele não está mais sujeito à proximidade imediata da moradia, e os locais de consumo estão situados ao longo dos percursos moradia-trabalho ou moradia-lazer dos membros da família, percursos esses extremamente dependentes do automóvel. A isso se somam as encomendas por telefone ou internet e as entregas em domicílio, atenuando a importância das distâncias.

Estas novas práticas de compra compõem uma geografia comercial que leva à especialização de determinados setores comerciais. Farmácias e equipamentos ortopédicos no entorno do Setor Médico-Hospitalar; eletricidade, iluminação e telefonia na Entrequadra Sul 109-110;

acessórios automobilísticos e pneus em alguma outra quadra etc.. Bares e restaurantes se agrupam em certos endereços; profissionais liberais e serviços se misturam ao comércio propriamente; as extremidades dos blocos comerciais são muito favoráveis para as choperias que lá podem desfrutar de varandas amplas e bem situadas; todos sabem qual tipo de produto se encontra em tal centro comercial...

Essa geografia que afeta os setores comerciais das asas residenciais também modifica a sua organização. Voltando-se para o carro, os comércios são reorientados e passam a se facear, de um lado e de outro dessa espécie de rua larga, que se transforma em uma praça comercial. Na outra face, pelo lado das superquadras, exibem uma fachada de serviço onde se multiplicam puxados, maquinários diversos, ampliações. Por fim, a vontade de ganhar alguns metros quadrados a mais resulta nas invasões rentes às empenas, no fechamento de passagens e de espaços abertos sob as marquises. Ao cabo, impulsionados pela mesma dinâmica comercial, aparecem ao lado dos setores comerciais, na proximidade da entrada dos edifícios, tanto nas largas calçadas como nos gramados, uma variedade de quiosques e atividades mais ou menos precários que oferecem jornais, bebidas, frutas, cigarros... e constituem uma primeira e tímida tentativa de mudança.

Para além da mera constatação, a análise permite verificar que as transformações obedecem a lógicas enunciáveis, vinculadas aos principais percursos, à proximidade dos equipamentos, às

relações com os transportes coletivos. A atenção a tais fenômenos é hoje ainda mais importante, uma vez que o início da operação do metrô representa uma reviravolta nos hábitos em matéria de transporte e deslocamento.

O setor de casas geminadas (as quadras 700)

Bordejando as superquadras e escapando ao princípio da liberação do solo que rege as unidades de vizinhança, os setores de habitações individuais geminadas propõem uma ocupação radicalmente diferente. Aqui, nada de pilotis desimpedindo o chão, mas uma rede de vias e de espaços públicos onde se alternam ruas abertas à circulação automotiva e vastos *greens* perpendiculares ou paralelos à W3. Renques de casas geminadas, cada uma delas se abrindo para o espaço público através de uma varanda à sua frente que se prolonga para o exterior por um jardim privativo.

As disposições iniciais lembram os renques racionalistas dos *Siedlungen* de Frankfurt. Em meio a jardins, eles definem um parcelamento em que cada habitação ocupa um lote que enquadra o contexto de sua evolução.

A observação dos renques mostra a variedade de operações efetuadas pelos moradores para transformar suas habitações, das mais simples às mais radicais:

- cercar a casa por fora do pórtico com uma grade que pode chegar a 1,80m ou até toda a altura do pórtico;
- fechar a casa e cobrir o pátio para transformá-lo em varanda;
- avançar toda a fachada da casa, a descoberto, até o pórtico;
- avançar total ou parcialmente a casa, até o limite do jardim;
- elevar a casa em um andar, parcial ou total.

É evidente que tais ações podem ser combinadas, recorrendo-se a repertórios formais variados, e indicam as diferentes reações por parte dos habitantes. Em última instância, trata-se do exercício de um poder de decisão quanto ao espaço da vida cotidiana e da organização do quadro doméstico em função da melhor relação possível entre necessidades de espaço, privacidade, proteção e isolamento, por um lado, e os meios dos quais se dispõe, por outro. A diversidade de soluções observadas em um pequeno número de casos testemunha a possibilidade de uma acumulação gradativa. Tenha ou não o morador um projeto explícito desde o início, é essa possibilidade de reforma gradual que condiciona o resultado: cada habitante, no contexto privado de sua parcela, conduz as transformações em seu ritmo próprio.

Ainda que as transformações atendam antes de mais nada a necessidades quantitativas e funcionais – principalmente de proteção e aumento de área

–, elas não param por aí. As reformas revelam a personalidade dos moradores, a face de si mesmos que querem mostrar, os gostos estilísticos que querem exprimir. Enquanto algumas são bastante respeitadas quanto à arquitetura branca e leve, de vigas e pilares, dos padrões originais, outras refletem a necessidade de encontrar soluções simples para problemas técnicos (impermeabilização, ocultação, cercamento, ampliação) ou expressam o gosto eclético atual (o telhado sobre a laje de cobertura, os revestimentos cerâmicos na fachada).

Para além de afirmações estilísticas, as reformas têm em comum a redefinição – à maneira de cada um, mas com muitos pontos em comum – das relações com a cidade. O cercamento dos jardins e da casa funciona como um filtro, algo “*in-between*” como diria Aldo van Eyck, que o morador decora, arruma, e onde permanece, repousa, planta, brinca... De qualquer modo, trata-se de um lugar para o uso que não contradiz o padrão inicial do pórtico e do pátio, mas os reinterpreta e expande, perpetuando – afinal, não era este o projeto de Lucio Costa? – hábitos e modos de vida tipicamente brasileiros.

O METRÔ E A NOVA ESCALA DA CIDADE

Os limites do Plano Piloto

Parcialmente delimitado desde 1892 pela Missão Cruels, o sítio do Distrito Federal

representa o contexto em que se deu o desenvolvimento da capital federal. Lá, Brasília foi implantada simbolicamente ainda em 1922, com a colocação de uma pedra fundamental nas proximidades de Planaltina, como parte das comemorações do Centenário da Independência. Em 1956, Juscelino Kubitschek lhe dá realidade com o lançamento de um concurso para o seu urbanismo. Desde 1957, o projeto premiado, de autoria de Lucio Costa, serve de base para o “Plano Piloto”. Construída a todo vapor, a capital é inaugurada em 1960, com a transferência das principais instituições federais.

Analisada por vários pesquisadores, como Aldo Paviani (1985, 1987, 1989), James Holston (1989), Maria Elaine Kohlsdorf (1996), Gunter Kohlsdorf (1996) e Frederico de Holanda (2002), a história do desenvolvimento de Brasília foi objeto de cuidadoso estudo de Geraldo Nogueira Batista, Sylvia Ficher e equipe (2002), do qual tomamos emprestado a seguinte periodização, para nos ajudar a esclarecer as transformações em andamento:

- 1956-1960: a construção de Brasília,
- 1960-1976: a consolidação da nova capital,
- 1977-1987: o planejamento do Distrito Federal,
- 1987 até o presente: preservação e autonomia política.

Sobre esta base, a reconstituição de uma cartografia real da ocupação do

território do Distrito Federal em cada período (incluindo acampamentos de obras e invasões), posta em paralelo com dados demográficos, traz uma leitura que rompe com a visão arquitetônica por demais centrada no Plano Piloto.

Delimitado em 1956, o Distrito Federal ocupa 5.783km², limitado a leste pelo Rio Preto e a oeste pelo Rio Descoberto. A população recenseada em 1959 alcançava 64.000 habitantes (a grande maioria atraída pela construção da capital), dos quais 24.000 em Brasília. O resto se distribuía em menor parte pelos núcleos urbanizados pré-existentes (Planaltina, criada em 1859, e Brazlândia, criada em 1933) e, na maior parte, em cidades provisórias criadas pela Novacap (Candangolândia, Cidade Livre), em acampamentos (Vila Planalto, Vila Paranoá) ou em invasões (Vila Sarah). Quando da inauguração da capital, a população há havia duplicado, atingindo 141.700 habitantes, dos quais 48% no Plano Piloto (68.000 hab.). Em 2000, o Distrito Federal reúne dois milhões de habitantes, dos quais 9,8% no Plano Piloto (198.000 hab.): uma população quatro vezes superior às previsões iniciais que davam como objetivo 500.000 habitantes nesse mesmo ano 2000.

Alguns comentários se impõem. Por muito tempo identificada com o Plano Piloto, Brasília hoje é uma grande aglomeração polinucleada que experimenta um crescimento bastante intenso nos planos demográfico e econômico – ela se tornou em 1991 a sexta maior aglomeração do Brasil – e uma grande extensão geográfica.

No quadro desse crescimento, a parcela relativa ao Plano Piloto foi se reduzindo. No plano demográfico, da inauguração em 1960 até hoje, sua proporção em relação à população total do DF passou de 48% a 10%. Não se trata apenas de uma queda relativa: as cidades satélites ganham população enquanto o Plano Piloto permanece estagnado. E desde 1991 passa mesmo a experimentar uma redução em termos absolutos, perdendo habitantes (209.000 em 1991, 199.000 em 1996, 198.400 em 2000), devendo-se aqui considerar que parte dessa perda se deu pela exclusão de sua administração, em 1994, de dois bairros, o Lago Sul e o Lago Norte. O Plano Piloto, prestigioso simbólica e arquitetonicamente, não é mais o único centro de gravidade da cidade.

Tal Brasília-Distrito Federal, após um crescimento intenso (280% em sua primeira década e 110% na segunda), experimenta há vinte anos um crescimento mais modesto: 33% entre 1980 e 1991, 25% de 1991 a 2000. Esta desaceleração possui duas explicações: uma maturidade após o rápido crescimento da cidade nova, um deslocamento do crescimento para além do perímetro do Distrito Federal. Com efeito, as menores restrições administrativas e as disponibilidades fundiárias favorecem hoje a implantação de atividades e populações ao sul da divisa do DF, em um corredor de urbanização que acompanha a estrada e a via férrea Brasília-Belo Horizonte-Rio de Janeiro. Este arquipélago urbanizado vem desde o Gama e se alonga por quase cem quilômetros. De modo menos significativo,

o desenvolvimento de Formosa e Planaltina de Goiás – a nordeste e já fora do limite do DF, nas proximidades da estrada para Salvador – e de Santo Antonio do Descoberto e Águas Lindas, a sudoeste, indicam a mesma tendência.

O metrô e a questão do centro

Por longo tempo a estrutura geral da aglomeração se caracterizou pelo surgimento de cidades satélites em torno do Plano Piloto, esse incontestavelmente no papel de centro. Aceitas a contragosto como um mal menor, como uma alternativa à proliferação de favelas, elas permaneceram por longo tempo isoladas e à parte do centro, flutuando em um vasto Distrito Federal, enquanto a imagem de Brasília se mantinha identificada com aquela do Plano Piloto.

Como visto, o conjunto das cidades satélites representa hoje um peso demográfico de muito superior ao Plano Piloto e suas extensões próximas, além de ter uma capacidade econômica nada desprezível. As atividades artesanais, as indústrias de montagem e acondicionamento ali se instalam, uma vez que não encontram espaços adequados no Plano Piloto. Escritórios e serviços também, não somente devido aos custos fundiários menores, mas para estarem mais próximos de uma parcela que vem se tornando majoritária de seus clientes. Podemos então, legitimamente, nos perguntar quais serão as consequências da primeira linha de metrô com operação experimental iniciada em 1995.

Com extensão total de quarenta quilômetros, ela se apresenta como a coluna vertebral de uma aglomeração contínua, ligando o Plano Piloto às cidades satélites do Guará (115.000 hab.), Taguatinga (243.000 hab.), Ceilândia (344.000 hab.) e Samambaia (164.000 hab.) e atravessando o novo bairro residencial de Águas Claras. Ou seja, um conjunto conurbado que já ultrapassou o milhão de habitantes.

Com efeito, a implantação e início de funcionamento do metrô trazem uma mudança significativa para Brasília. No caso de uma cidade até aqui exclusivamente devotada ao automóvel (veículos privados ou ônibus), a introdução de um novo modo de transporte coletivo ligando diretamente as antigas periferias ao Plano Piloto representa mais uma “infração” dos princípios originais. E, ao mesmo tempo, uma formidável incitação à mudança. Centenas de milhares de habitantes e atividades importantes até então separadas por mais de uma hora e meia de viagem em ônibus precários, submetidos aos revezes da circulação em horas de pico, passam a se conectar por um transporte rápido (30 a 40’), garantido e seguro.

E como não se interrogar sobre os elementos materiais suscetíveis de organizar a mudança de escala desta nova aglomeração?

Sem dúvida, o metrô é um dos elementos desta mudança, mas ainda se faz necessário estabelecer a sua urbanidade e precisar o seu papel nas representações que os habitantes fazem da cidade. Mais do que o metrô, é principalmente

a existência de espaços públicos que permite que a coletividade se reconheça enquanto tal. Para além de suas funções circulatórias, será que tais espaços públicos apresentam características urbanas concretizadas na sua organização e nas instituições e atividades que suportam? Serão eles susceptíveis de se organizar em rede e “estruturar” uma aglomeração estabelecida ao longo de mais de quarenta quilômetros?

Questões estas estreitamente vinculadas ao que se pode observar em outras cidades em que foram criadas linhas de transportes públicos modernos (bondes, trens de subúrbio, metrô, metrô expresso). Do desenvolvimento dos subúrbios londrinos no século XIX sob o impulso das estradas de ferro aos efeitos especulativos gerados pela implantação do metrô em Santiago do Chile no final dos anos 70, a mesma lógica se reproduz. Mas tal fenômeno, em Brasília, toma um novo contorno em face de sua condição muito particular de capital federal, em especial no plano fundiário.

As cidades satélites e a cidade real

As cidades satélites não existiam no projeto de Lucio Costa, nem nas diretrizes da Novacap. James Holston resenha de maneira saborosa a história de sua gestação sob a pressão dos habitantes vindos a Brasília em busca de trabalho nos canteiros de obras. A Vila Sarah Kubitschek que suscitaria a criação de Taguatinga em 1958; a Vila Amaury acarretando a de Sobradinho, em 1960; a legalização da

Cidade Livre, acampamento provisório que se tornou permanente em 1961, na condição de cidade satélite.

O desenvolvimento das cidades satélites exigiu que se fizesse uma reorganização.

Em 1965, o Distrito Federal foi dividido em oito Regiões Administrativas. A Região I, denominada Brasília, ocupa o centro. Além do Plano Piloto (aí compreendido os setores de mansões individuais no entorno do lago, SHIN e SHIS), diversos bairros iriam gradativamente se desenvolver, seja agregados a ele com um *status* ambíguo, como o Cruzeiro Velho e o Cruzeiro Novo, seja computados como cidades satélites – como o Núcleo Bandeirante e o Guará –, seja esquecidos como as Áreas Octogonais, a Candangolândia e a Vila Metropolitana.

Pouco a pouco as cidades satélites foram sendo reconhecidas e mesmo estimuladas, Planaltina e Brazlândia se expandiram, o Gama, o Guará e depois a Ceilândia foram criados. A atualização do Plano Piloto por parte do próprio Lucio Costa em 1987 – que resultou na decisão de se preservar a Vila Planalto, no “deslocamento” da Vila Paranoá e na criação de duas novas asas de superquadras – indica a sua aceitação do fato. O reconhecimento da Vila Planalto como parte integrante do Plano Piloto e a decisão de erradicar a favela do Paranoá para construir, quase no mesmo lugar, uma nova cidade satélite são símbolos disso.

A reforma de 1991 ampliou o número de regiões para onze. A Região I, Brasília, compreende o Plano Piloto, as margens

do lago (exceto a nova Vila Paranoá, integrante da Região VII), o aeroporto e duas vastas áreas naturais: um parque nacional ao norte e as reservas ecológicas ao sul. Vários setores outrora confundidos com o Plano Piloto, ou simplesmente desconsiderados, passam a ser Regiões Administrativas: o Cruzeiro tornou-se a Região XI, incluindo as Quadras Lucio Costa e as Áreas Octogonais; o Guará, a Região X; o Núcleo Bandeirante, a Região VIII, incluindo o Setor de Mansões Park Way e a Candangolândia. Da Região III, Taguatinga, foram desanexas duas novas regiões: Ceilândia (Região IX) e Samambaia (Região XII). Enfim, a Região VIII, Jardim, foi suprimida, sendo incorporada em parte a Planaltina e em parte ao Paranoá.

Com a nova divisão de 1994, o seu número passou para dezenove. As bordas do lago foram desmembradas do Plano Piloto; a Candangolândia (Região XIX, 5.600 hab.) e o Riacho Fundo (Região XVII, 41.000 hab.) foram transformadas em regiões autônomas. Do Gama foram retirados Santa Maria (Região XIII, 98.000 hab.) e Recanto das Emas (Região XV, 93.000 hab.), do Paranoá foi desmembrado São Sebastião (Região XIV, 64.000 hab.).

Podemos-nos indagar sobre o sentido e as consequências de tais divisões e demarcações. Primeiramente, elas indicam um reconhecimento do que está acontecendo. As novas Regiões Administrativas dão nomes a territórios até então ignorados e oficializam ocupações recentes (que, no sul, totalizam cerca de 300.000

habitantes quase que inexistentes quando do recenseamento de 1991). Elas abrem novos pólos de desenvolvimento e não é por acaso que duas das últimas delas a serem criadas, Riacho Fundo e Recanto das Emas, experimentaram um aumento de população de 93% e 80%, respectivamente, entre 1996 e 2000.

Ao mesmo tempo, contudo, este fracionamento tende a circunscrever entidades homogêneas no plano morfológico. Assim, Candangolândia ou Cruzeiro são descartados do Plano Piloto como “impurezas” que não deveriam ser confundidas com a obra original. Sem contar os efeitos destes recortes do território no preço de terrenos e habitações, nas lógicas populacionais, na distribuição escolar, nos impostos e taxas, que ainda estão por ser estudados.

A esta desintegração em pequenas unidades se opõe o efeito unificador do metrô. E não é por acaso que, simultaneamente à nova divisão, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, PDOT, de 1997, proponha um “macro-zoneamento” reunindo em três grandes zonas urbanas os fragmentos que recém se dividiu.

O reagrupamento fornece uma nova interpretação da cidade real em processo de constituição.

No centro, a zona de consolidação reúne o Plano Piloto, em sentido estrito, as margens do lago, o Núcleo Bandeirante e o Paranoá. Curiosamente, Sobradinho goza de mesmo *status*, o que pode nos fazer pensar em uma possível junção mais adiante. Um pouco mais longe, a zona urbana de uso controlado

compreende as encostas no entorno do lago, Brazlândia e São Sebastião. É compreensível que se procure limitar sua expansão por razões paisagísticas (a volta lago já dá uma imagem de densidade que contradizem as intenções do projeto de origem) ou ambientais.

O mais interessante é a constituição de uma vasta zona urbana de dinamização que reúne o grupo todo das cidades satélites.

A cidade real é um retângulo de 40 x 50km, perfazendo 2.000km²: uma cidade pontuada por densidades significativas, mas que inclui também parques, áreas agrícolas remanescentes, reservas ambientais. Assim se define o que a lista telefônica chama de “Grande Brasília”, um aglutinado urbano de quase dois milhões e meio de habitantes distribuído em diversas entidades administrativas. O que nos convida a pensar as suas Regiões Administrativas tanto como os diferentes bairros de uma grande cidade, quanto como as pequenas comunidades satélites iniciais.

A cidade-centro se organiza em torno de dois pólos. A nordeste, o Plano Piloto e o lago formam a cidade antiga, monumental e institucional, à qual se agregam bairros peculiares: a Vila Planalto e a Candangolândia, testemunhando a epopéia dos primeiros tempos; o Cruzeiro, das extensões planejadas; as Quadras Lucio Costa, das tentativas de atualização. A sudeste, Taguatinga e seus prolongamentos imediatos (Ceilândia e Samambaia) formam a cidade comercial e industrial, mais popular e movimenta-

da, com suas próprias expansões: Riacho Fundo e Recanto das Emas. Entre as duas, o Guará se apóia em um *strip* com diversos locais de compras para constituir uma centralidade dedicada ao consumo, e o Núcleo Bandeirante guarda a lembrança das origens heróicas.

Ao lado dessa cidade-centro, desenvolve-se uma outra constelação que ainda não se uniu à aglomeração principal e que se expande, a partir do Gama e de Santa Maria, para além do limite do Distrito Federal, já no estado de Goiás, onde se apóia no Pedregal, Valparaíso, Cidade Ocidental e Luziânia. Do lado oposto, ao longo da estrada para Salvador e Fortaleza, na direção nordeste, Sobradinho – instalada junto à rodovia e usufruindo desta visibilidade – e Planaltina – cujas recentes extensões também já atingiram a rodovia – estão a passo de constituir um outro pólo, ainda distinto da aglomeração principal, mas à qual poderá rapidamente se juntar. O desenvolvimento do Varjão, na saída norte do Plano Piloto, indica a pressão fundiária naquela área.

Restam Brazlândia, pequena cidade de 40.000 habitantes isolada no noroeste, cuja parte antiga (1933) na orla do lago oferece uma imagem de estação aquática desativada, e São Sebastião, com seus 64.000 habitantes. Resta também a antiga Região Jardim, hoje partilhada entre as Regiões VI e VII (Planaltina e Paranoá), território destinado originalmente a pequenas unidades agrícolas onde já se verifica uma discreta ocupação com casas de fim de semana para as classes abonadas de Brasília, as quais poderão vir a se

transformar em residências principais, conjugadas com um *pied à terre*, uma moradia de passagem no Plano Piloto.

Ou seja, Brasília ilustra plenamente a condição da cidade contemporânea, conforme definida por Eduardo Brenes Mata (1995): “um novo conceito de cidade onde se mesclam em um só espaço as condições urbanas, suburbanas e rurais que sucedem o zoneamento funcional anterior: a unidade de base não é mais a rua, mas o ‘corredor de crescimento que atinge de 80 a 100km.”

Lições das periferias

Com quase 90% da população do DF, as cidades satélites, as invasões e os novos pólos de urbanização representam hoje a realidade de Brasília. Menos controlados que o Plano Piloto, são lugares com legislações urbanísticas mais flexíveis, o que – aliado a um menor custo da terra – explica porque atraem a maior parte da expansão da capital. Seu papel na formação da cidade é fundamental. James Holston (1989) e Sylvia Ficher (2000) rastream suas razões e etapas históricas; a análise deve também considerar os mecanismos concretos e descobrir as lógicas que neles operam. De fato, é da conjugação de tais mecanismos – onde o espontâneo e o informal têm papel majoritário – com um planejamento ambicioso, do qual o Plano Piloto permanece sendo o exemplo mais perfeito, que se constitui a cidade real. Ao reunir estes dois aspectos, Brasília oferece um exemplo particularmente esclarecedor

para se compreender as características da cidade contemporânea.

À primeira vista, as cidades satélites se parecem, especialmente para o olhar estrangeiro. Em algumas delas, ruas principais sobrecarregadas com ônibus e caminhões, a presença do comércio que se derrama para as calçadas, onde se mistura com obras e reparos. Ruas secundárias ainda de terra batida, habitações improvisadas, escolas, campos de esportes e terrenos baldios. Uma arquitetura apressada que rompe com o controle existente no Plano Piloto. Um sentimento de coisa inacabada e, ao mesmo tempo, uma vida intensa. Mais jovens do que no Plano Piloto, muito barulho e movimento. E, de um ano para o outro, mudanças incríveis, de importância. Outras, mais requintadas, filhas legítimas do urbanismo do Plano Piloto, apresentam alto grau de urbanização, aliado a uma renda *per capita* relativamente elevada e a uma paisagem urbana bem mais estável.

De qualquer modo, para além de semelhanças superficiais, cada uma possui sua própria história e caráter, cada uma nos ensina alguma coisa sobre a cidade.

O Núcleo Bandeirante data de 1956. Como mostra um croqui de Oscar Niemeyer, a antiga Cidade Livre começou com uma rua, muita gente, alguns a cavalo, alguns carros; suas barracas de lona logo foram substituídas por casas simples de madeira, com coberturas de chapa ondulada que se prolongam sobre a calçada para formar uma galeria no térreo. Em um risco rápido tudo é dito: a rua como estrutura elementar,

fundadora do assentamento; a cidade como abrigo para todos – dá para imaginar mesas e cadeiras sob as marquises nas quais se acomodar para beber uma cerveja; a relação com a história, o desenho bem poderia representar uma cidadezinha nordestina.

Prevista provisória, a ser demolida após o término das obras, a cidade se defendeu, seus habitantes permaneceram. Isto bem pode ser uma primeira lição: em uma cidade nova, os operários que a constroem são também seus primeiros habitantes. Lembremos Heliópolis, cidade nova criada em 1905 pelo Barão Empain no deserto, nas proximidades do Cairo, cujo primeiro bairro a ser edificado foi o dos pedreiros núbios que iriam construir a cidade.

A Cidade Livre era toda impermanente, com aqueles “serviços” básicos que acompanham acampamentos iniciais: comércio, oficinas e consertos, estrutura administrativa básica, lazer. Hoje o Núcleo Bandeirante é em concreto e alvenaria, seguindo um ordenamento que – desde a decisão de manter o assentamento – fornece o contexto de sua transformação: vários andares nas avenidas, um máximo de dois pavimentos nas pequenas ruas perpendiculares. Nas avenidas as funções se misturam, comércio e pequenas empresas, escritórios, habitações. Como uma persistência das atividades de origem, ali se encontra tudo aquilo que permitia, de imediato, construir uma cidade: depósitos de materiais de construção, oficinas para caminhões e de reparo de maquinário. E, com uma especialização toda própria no

lado sul da terceira avenida, na qual se alinhavam lado a lado templos dos vários cultos presentes em Brasília.

Passar da madeira ao concreto armado, do provisório ao definitivo, da terra batida ao asfalto, da administração precária aos serviços públicos estáveis e ter seu *status* reconhecido, esta é a história da Cidade Livre tornada Núcleo Bandeirante. Como as outras cidades satélites, como as casas geminadas da W3, ela demonstra a competência dos habitantes, a sua capacidade de transformar seu espaço, de exprimir seu próprio gosto. Em qualquer uma das suas ruas, inicialmente constituídas de edificações baixas, todas as casas têm agora dois andares e exibem fachadas elaboradas, colunas e arcos sustentando varandas, balaústres clássicos nos peitoris. É como se os operários da construção quisessem utilizar para seu proveito os signos da cultura arquitetônica presentes nas grandes mansões que erigem em torno do lago para os ricos proprietários que não se interessam pela arquitetura moderna.

A Vila Planalto surgiu das instalações sumárias para os engenheiros, às quais se agregaram casas improvisadas para os operários dos canteiros de obras da Praça dos Três Poderes. Os engenheiros se foram, os operários ficaram, transformando uma implantação de ocasião num bairro pequeno e diferente. A dois passos da Praça dos Três Poderes e da extremidade do Eixo Monumental, portanto no interior do perímetro do Plano Piloto, por muito tempo a Vila Planalto não apareceria nos mapas oficiais. Ela está

ausente do Atlas do Distrito Federal de 1986 e será oficializada em 1987, com o novo esquema diretor elaborado por Lucio Costa.

Assim bem localizada, a Vila Planalto se distingue do Plano Piloto – ainda que a ele pertencendo – por sua escala de aldeia, pelo pitoresco de suas casas e pela flexibilidade de seu tecido. A presença de restaurantes e de alguns barzinhos contribuem para o seu atrativo. Ela aparece como o lugar da desorientação, uma espécie de viagem no tempo, um rápido retorno da “cidade modernista” ao vilarejo tradicional. Um contraponto necessário e bem vindo ao rigor monumental vizinho.

Erigida em 1933 às margens de uma represa, Brazlândia era tão somente uma vila agrícola com 350 habitantes quando se tornou uma cidade satélite em 1973, destinada a acolher uma parte das populações migrantes do Nordeste. Ao lado da antiga ocupação, da qual está separada por um pequeno corpo d’água em torno do qual se distribuem clubes esportivos e áreas de lazer, a principal expansão se estende de um lado e de outro da via LW1, que vem de Brasília. A estrada, algumas grandes praças e um sistema de ruas paralelas, cada uma com 18m de largura e servindo dos dois lados lotes com 18m de profundidade. O sistema é expedito e eficaz.

Os terrenos foram distribuídos aos habitantes, que estabeleceram uma notável estratégia de ocupação. Em uma primeira etapa, cercamento do lote e construção de uma moradia improvisada no fundo da parcela, um barraco de

madeira de uma água onde toda a família se amontoa em dois ou três cômodos exíguos. Esta primeira posse se fez sob o signo da urgência, enquanto o sistema viário ainda não estava totalmente concluído, as infra-estruturas técnicas por vezes insuficientes.

Passado o primeiro momento e o tempo necessário para obter meios e passar de migrante sem recursos a habitante e trabalhador, tem início a segunda etapa de ocupação. A construção em alvenaria obedece uma condição: a utilização de uma planta-tipo, bastante sumária, fornecida pela administração local, mediante o que o morador obtém, simultaneamente, a permissão para construir e o acesso a uma cooperativa de materiais de construção a preços vantajosos. A casa é feita então: elevada alguns degraus para deixar um vazio sanitário, é recuada da rua por um pequeno jardim frontal e está afastada do muro lateral de modo a deixar espaço para o carro; nos fundos, disposto entre o barraco inicial – que foi mantido – e a cozinha, há um pequeno quintal, oculto das vistas e criando uma espécie de estar doméstico a céu aberto. A família libera o barraco, que é alugado ou passa a ser um local de trabalho – atelier de costura, salão de cabeleireiro, às vezes comércio nas casas de esquina. Um terceiro estágio, mais demorado para ser alcançado, consiste em subir a casa de alvenaria em mais um andar.

Em Brazlândia, como no Núcleo Bandeirante ou na Vila Planalto, como em outras cidades satélites, como nas ricas mansões às margens do lago ou nas

casas geminadas das quadras 700, o lote constitui o quadro em que se dá a ação do habitante, lá onde – sabendo-se em casa – ele organiza o espaço segundo a sua conveniência. E não apenas palco de sua ação, uma vez que o lote é também um espaço de reserva para uma expansão ou reorganização futura, o espaço para um projeto seu. Uma lição de arquitetura.

Retorno ao centro

As novas configurações da capital federal, a obtida autonomia administrativa, a operação do metrô, tudo isso nos leva a refletir sobre a natureza do centro. Indiscutivelmente, ele está ainda hoje situado simbolicamente no Eixo Monumental. Mas a Praça dos Três Poderes, apesar da nobreza dos palácios ao seu redor, é mais um local para turistas, manifestações políticas e cerimônias do que o centro propriamente, aquele onde os habitantes se encontram e onde se misturam as atividades de trabalho, de lazer, de consumo e de transporte que estruturam a vida cotidiana.

Melhor situado geometricamente, o cruzamento do Eixo Monumental com o Eixo Rodoviário é por demais distendido para exercer o papel que se poderia esperar da associação de duas áreas comerciais, da estação rodoviária, da catedral, do teatro, de setores hoteleiros e culturais. Já o Plano Piloto, nele a distribuição setorizada das atividades, dispersando os elementos da centralidade, impediu por muito tempo a constituição de um centro vivo e animado, na escala de uma grande metrópole.

Ainda que certas cidades satélites, em especial Taguatinga, tenham a capacidade de constituir seus centros, esses, por falta de uma presença institucional e de uma organização generosa dos espaços públicos, não poderiam rivalizar com o Plano Piloto. E assim a problemática da constituição de um centro à escala da capital do Brasil só pode ser colocada a partir do Plano Piloto. E, com a chegada do metrô, ela deixa de ser meramente teórica para se tornar urgente.

Tendo como hipótese de trabalho que um centro urbano de certo porte não é decretado *a priori*, mas se desenvolve com o tempo, a partir de condições favoráveis, as mudanças na configuração da grande Brasília – hoje em curso e que o metrô irá inescapavelmente acelerar – colocam antes de mais nada a questão da capacidade do Plano Piloto de se transformar, para além de seu desenho original, num tecido urbano. Isto é, de oferecer um contexto para apropriações, expansões e adensamentos que a prática dos habitantes, sejam residentes ou trabalhadores, engendra para adaptar o espaço da cidade às novas condições advindas da evolução dos modos de vida e atividades.

Como visto, os primeiros exemplos destas modificações já são observáveis em várias situações:

- as transformações das casas em renque da borda oeste do Plano Piloto (quadras 700);
- as alterações nos setores comerciais das superquadras (mudança de atividades, reforma e ampliação das edificações, especialização);

- a implantação de comércios “leves”, informais: quiosques, trailers, comércios ambulantes etc., em locais até então proibidos;
- a criação – efêmera, porém significativa – de continuidades comerciais, em especial na área central, sob a forma de feiras que conectam os setores comerciais, aproveitando-se do fluxo de pedestres criado pela saída do trabalho, pelas atividades de lazer e pelas demais ocorrências da vida urbana.

É provável que a lógica de tais modificações ainda modestas, observáveis em determinados locais do Plano Piloto, se fará sentir de modo bem mais acentuado no entorno das estações de metrô, à medida em que essas forem sendo abertas. Será que a relação direta entre o centro e a periferia provocada pelo metrô irá resultar em implantações comerciais informais, desde jornaleiros até bares e vendas de refeições rápidas? Será que essa relação irá impor uma pressão maior na alteração dos centros comerciais nas proximidades das estações, ou mesmo levar ao surgimento de edificações comerciais fixas em locais nos quais elas são atualmente proibidas, como no andar térreo em pilotis dos blocos residenciais? No longo prazo, será que terá como consequência a especulação com edifícios e terrenos mais próximos da linha, contradizendo assim os princípios de origem?

Esta nova condição de relacionamento direto irá, de uma maneira ou de outra, criar continuidades entre os

pequenos pólos hoje dispersos e favorecer assim a formação de um centro urbano identificável e dinâmico? A observação do entorno das estações já em funcionamento no Plano Piloto (Central, Galeria dos Estados e 114 Sul) permite vislumbrar os primeiros indícios de um processo que poderá, em curto prazo, levar a um questionamento do princípio da setorização, do qual já se percebe hoje as limitações.

Tanto quanto no Plano Piloto, a modificação do território nas cidades satélites também é um aspecto importante. Qual será a sua capacidade para constituir, no entorno das estações de metrô, pólos urbanos que concentrem equipamentos, serviços públicos e comércio? Quais são os espaços públicos que lhes darão forma? Quais são as grandes artérias que irão conectá-los e tornar inteligível a estrutura geral da cidade?

A observação das transformações locais do tecido coloca questões quanto à estrutura do conjunto. Na verdade, a constituição de tais pólos urbanos é uma das características da organização geral da grande Brasília. Porém devemos atentar para uma mudança de postura essencial, a qual consiste em pensar o Guará, Águas Claras, Taguatinga, Samambaia e Ceilândia não mais como satélites girando em torno do Plano Piloto – tal como satélites em torno de um planeta ou planetas em torno de uma estrela –, mas como os diferentes bairros de uma grande metrópole multipolar, de modo a assegurar as condições de urbanidade da cidade do século XXI.

A LONGA HISTÓRIA DE UMA CIDADE NOVA

A fundação do mito arquitetônico

Batizada ainda antes de existir, sonhada por mais de um século, revelada profeticamente, enfim fundada para ser edificada quarenta anos mais tarde, a capital do Brasil se inscreve numa história mítica que acompanha as grandes etapas da formação do país: a Independência, a República, a Modernidade.

Construída no *hinterland*, Brasília é um símbolo da emancipação do país frente ao seu litoral e aos laços coloniais nele representados. Inscrita na primeira constituição republicana, naquele momento a nova capital federal sublinhava a distância em relação ao Rio de Janeiro, identificado com o período imperial. Concebida segundo os princípios do urbanismo dos CIAM, a cidade que representa a mais importante e prestigiosa realização do Movimento Moderno no plano internacional também testemunha a inserção do Brasil na modernidade e avaliza a aposta de seu presidente, Juscelino Kubitschek, em fazer o país avançar “cinquenta anos em cinco”.

A esta história nacional e política, tratada por Nogueira Batista e Sylvia Ficher em diversas ocasiões (2000, 2002), deve ser acrescentado um outro mito no qual a dimensão propriamente brasileira de Brasília é secundária, a fim de ressaltar o valor universal das lições da cidade e de sua criação. E, curiosamente, esse segundo mito encontra suas raízes em uma dupla confusão, quanto ao sítio e quanto ao autor do projeto da cidade.

A personalidade esfuziante de Oscar Niemeyer, a importância de sua obra e a excepcional duração de sua atividade profissional deram destaque ao arquiteto dos edifícios públicos, relegando ao segundo plano, quando não sumariamente esquecendo, o urbanista Lucio Costa e o paisagista Roberto Burle Marx. Por sua vez, o sítio, quando visto do estrangeiro, foi frequentemente identificado senão com a própria floresta amazônica, ao menos com um território inóspito que teve que ser conquistado e cujas imagens podem ser facilmente confundidas com aquelas da estrada Belém-Brasília. Este equívoco de duas faces é mais do que um erro corriqueiro. Ele contribui para inscrever o mito de Brasília plenamente na utopia arquitetônica moderna, ao exaltar o heroísmo da empreitada e de seu autor. O desbravamento épico se torna o símbolo da ocupação do território, voluntariosa a despeito das condições difíceis. O esquecimento de Costa e a concentração da responsabilidade arquitetônica e urbanística por Brasília na pessoa de Niemeyer reforçam a caracterização do arquiteto como super-homem e, segundo a fórmula de Walter Gropius, a apreensão de sua competência como aquela de controlar a criação do meio-ambiente “da cidade à colherinha”.

Deste modo, Brasília passa a ser o exemplo por excelência da realização da utopia modernista. A prova de que é possível a unidade da arte, da arquitetura e do urbanismo, tão ardentemente almejada pelos CIAM.

O retorno às origens

Ao nos debruçar sobre o objeto Brasília, a prevalência do mito arquitetônico tem como efeito a dissolução do tempo. Conscientemente ou não, cingimos a cidade à sua criação demiúrgica, como se ela não quisesse para si quaisquer ancestrais e não conhecesse evolução alguma. Exaltando a novidade como contraponto a uma tradição considerada ultrapassada, ficamos privados de uma reflexão frutífera sobre a posição que Brasília de fato ocupa no desenvolvimento de uma tradição da novidade em matéria de implantação de cidades.

Em outras palavras, a questão da cidade nova não é uma questão nova. Brasília se inscreve em uma história cujas origens são milenares. Lucio Costa expressa com poesia o ato simbólico que constitui, para ele, o ponto de partida do projeto de Brasília como “o gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto”. Neste sentido, ela está vinculada a toda uma série de mitos fundadores, onde o hieróglifo que designa a cidade no Egito antigo e as figuras de agrimensura que servem de princípio de organização das cidades chinesas se encontram com a cruz etrusca e, mais tarde, com a cidade ou acampamento militar romano – com suas duas ruas principais, o cardo no sentido norte-sul e o decumano no sentido leste-oeste. O todo santificado pela referência à cruz, tanto a dos cruzados como a dos conquistadores. Há em Lucio Costa uma vontade de associar Brasília a uma mitologia universal

bem mais complexa e mais rica do que a simples aplicação da Carta de Atenas em versão brasileira.

Ao mesmo tempo, Brasília se situa em uma genealogia mais recente, aquela das cidades-residência da aristocracia e das cidades-capitais. Costa insiste na necessidade de conceber a cidade “como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital”. Sob este aspecto, ela se insere numa vertente urbanística que vem da criação e embelezamento das cidades-capitais do Renascimento italiano e de seus principais desdobramentos, Versalhes (1662-1685) e São Petersburgo (1703-1712). Uma história em que a modernização de um país se faz sob a autoridade de um poder esclarecido e onde o deslocamento da capital faz parte dessa modernização e simultaneamente a simboliza. Uma história que inclui ainda Washington (1791) e Canberra (1912), como a nos lembrar que a criação de uma capital pode contemplar também a dimensão democrática.

Essa longa genealogia dá a Brasília a sua própria personalidade. Não se trata de uma capital de província, mas da capital federal de um grande país, razão pela qual não deveria ser confundida com “uma cidade moderna qualquer”, conforme a expressão do próprio Lucio Costa.

O patrimônio e o tempo

Olhar Brasília sob este ângulo e comparar o traçado do Plano Piloto à grande “pata-de-ganso” de Versalhes coloca inúmeras questões sobre o Movimento

Moderno brasileiro e a persistência, na obra de Lucio Costa, do gosto por uma monumentalidade “clássica” distante dos CIAM e do funcionalismo dos anos trinta, como demonstrou em detalhe Carlos Eduardo Comas (2002). As grandes artérias, a elegância majestosa dos palácios, o refinamento dos jardins, os vastos horizontes, Brasília (ou melhor, o Plano Piloto) se apresenta por inteiro como monumento, como obra única. A sua inscrição como patrimônio da humanidade revela o valor que lhe é unanimemente atribuído.

Contudo, por mais legítimo que seja este ponto de vista, ainda falta algo que a análise não deveria negligenciar: a tomada em consideração da própria história da cidade, das etapas de sua construção desde os primeiros acampamentos para abrigar os operários, a instalação dos primeiros canteiros de obras e a abertura das primeiras vias. Ainda que as publicações comemorativas incluam, de bom grado, esboços de Lucio Costa ou fotos dos canteiros e dos primeiros prédios, na realidade pouca

coisa foi feita para manter a memória dos primeiros tempos.

A poesia expressiva do croqui da Cidade Livre, de Niemeyer, mostra a relevância de uma arqueologia do presente e da valorização, até mesmo da preservação, dos testemunhos da epopéia candanga. Entretanto, o Hotel Rio de Janeiro e o Hotel Brasil foram demolidos a alguns anos na mais geral indiferença, o Clube Social da Cidade Livre está em ruínas, a igreja da Vila Metropolitana ou o conjunto de casas dos engenheiros na Vila Planalto abandonados...

E, se dispomos, graças ao guia de Ficher e Nogueira Batista (2000), de um repertório bastante abrangente das edificações pré-existentes e das primeiras realizações, ainda falta tirar lições das singularidades constituídas em torno do Plano Piloto, graças à manutenção, desenvolvimento e transformação dos assentamentos “provisórios”. Cidade Livre, Vila Planalto, Vila Metropolitana ou Telebrasilândia e tantas outras fazem parte da história de Brasília, contribuindo para torna-la mais complexa e mais rica.

PHILIPPE PANERAI – Arquiteto e urbanista, lecionou na Escola de Arquitetura de Versailles, na Escola de Arquitetura Paris/Malaquais e no Curso de Doutorado Cidade e Meio Ambiente, da Escola Nacional de Pontes e Estradas e do Instituto Francês de Urbanismo. Tem atuado em diferentes escalas, de projetos habitacionais, passando pela requalificação de bairros degradados, até o desenho de cidades novas. Dentre seus livros destacam-se *Lecture d'une ville: Versailles* (1980), *Les bastides* (1985), *Projet urbain* (1999). Seu livro *Formes urbaines: de l'îlot à la barre* (1977) está publicado em italiano, espanhol, alemão, neozelandês, iugoslavo, japonês e inglês. É fellow do Institute of Urban Design de Nova York; em 1999 recebeu o Gran Prix d'Urbanisme da França.

ALEXÂNIA E ABADIÂNIA, DUAS CIDADES NOVAS PARA BRASÍLIA*

Pedro Henrique Máximo Pereira
Ricardo Trevisan

Resumo

Brasília, a apoteose do Movimento Moderno, não se restringe a ela própria. Seu famoso projeto, sua complexa ocupação e sua inquestionável relevância urbano-arquitetônica se desdobraram noutros territórios urbanos do interior do Brasil, mesmo aqueles distantes de seu canteiro de obras. A partir destes pressupostos, apresentamos os casos de Alexânia (1957) e Abadiânia (1960-61), cidades novas e ainda inéditas na historiografia do urbanismo brasileiro. A vinculação destas cidades a Brasília é direta. Ambas foram planejadas, projetadas e ocupadas durante a construção da nova capital (1957-1960) e das rodovias Brasília-Anápolis (1957-58) e Belém-Brasília (1958-59), infraestrutura que as interligam. O projeto de Alexânia foi encomendado por Alex Abdallah à Empresa Brasil de Imóveis Limitada, numa ação empreendedora, e executada pelo engenheiro alemão Fritz Gezets, e Abadiânia foi projetada e implantada pelo agrimensor Nilton Rabello, sendo ela fruto de uma negociação iniciada em 1956 entre Oribes Gontijo, o prefeito da cidade, e Bernardo Sayão. Assim, vislumbramos uma contribuição histórica e teórica com estes fatos inéditos a partir desta pesquisa aqui relatada. Neste documento são expostos seus projetos e seus processos de ocupação.

Palavras-chave: Cidades Novas, Alexânia, Abadiânia, Rodovia Belém-Brasília, Brasília

Abstract

Brasilia, the apotheosis of the Modern Movement, is not restricted to itself. Its famous project, its complex occupation and its unquestionable urban-architectural relevance unfolded in other urban territories of the interior of Brazil, even those distant from his construction site. Based on these assumptions, we present the cases of Alexania (1957) and Abadiania (1960-61), new cities and unpublished in the historiography of Brazilian urbanism. The connection of these cities to Brasilia is direct. Both were planned, designed and occupied during the construction of the new capital (1957-1960) and the Brasília-Anápolis (1957-58) and Belém-Brasília (1958-59) highways, the infrastructure that interconnected them. The Alexania project was commissioned by Alex Abdallah from Empresa Brasil de Imóveis Limitada, in an entrepreneurial action, and executed by the German engineer Fritz Gezets, and Abadiania was designed and implemented by the surveyor Nilton Rabello, being the result of a negotiation begun in 1956 between Oribes Gontijo, the mayor of the city, and Bernardo Sayão. Thus, we glimpse a historical and theoretical contribution with these unpublished facts from this research reported here. In this document are exposed their projects and their processes of occupation.

Key-words: New Cities, Alexania, Abadiania, Belem-Brasilia Highway, Brasilia

* Trabalho apresentado no 18º ENANPUR, Natal, 2019.

INTRODUÇÃO

A transferência da capital federal em 1960, do Rio de Janeiro para Brasília, marcou um intenso processo de deslocamento das forças produtivas, econômicas e demográficas para o centro do Brasil. É notório hoje, no próprio Distrito Federal e Entorno, por exemplo, as consequências positivas e negativas deste processo (população estimada em 2018 para a Região Metropolitana do Distrito Federal é de 4,5 milhões de habitantes¹). Nestes últimos 60 anos, um fenômeno urbano provocado por Brasília assaltou as cidades ali preexistentes e incitou fortemente a criação daquelas que ainda não existiam. Houve uma espécie de reprodução dos feitos políticos federais nas localidades urbanas do centro-norte brasileiro e nas governanças locais e regionais. A partir de empreendedores urbanos ou de políticos ávidos a acompanhar o *Zeitgeist* nacional, um reordenamento do território nacional foi iniciado e preliminarmente implantado, fato silenciado por décadas e que neste trabalho pretendemos problematizar. Seria possível, neste sentido, avaliar ou mesmo medir os impactos de Brasília nos territórios urbanos do Planalto Central? Apresentamos para tal debate os casos das cidades goianas de Alexânia e Abadiânia. Ambas situam-se na BR-060 (antiga rodovia Brasília-Anápolis, parte do trajeto da rodovia Belém-Brasília) e possuem uma relação de proximidade com Brasília – 85 km e 115 km respectivamente. São cidades oriundas, assim como a nova capital,

de processos de relocação de suas antigas sedes, portanto consideradas cidades novas, aquelas intencionalmente planejadas, projetadas, desenhadas e implantadas (TREVISAN, 2009).

Brasília, em política e projeto, direta ou indiretamente, fez emergir novos quadros técnicos, nomes outrora desconhecidos, cidades até então jamais vistas e imaginadas, saberes locais e universais, planos e desenhos que revelam soluções eruditas e populares para os ambientes urbanos, distantes daqueles mais desenvolvidos de nossa costa litorânea. Mais que encerrado em seu próprio desenho, o Plano Piloto de Brasília abriu as fronteiras do centro-norte à urbanização, à industrialização e o inseriu na lógica econômica que até então somente se reproduzia nas regiões mais ocupadas do país. Como pano de fundo, este artigo abarca outro problema: as críticas a Brasília e a seu processo de transferência. Ainda hoje os feitos em Brasília, os gastos dispendidos para executá-la e seu projeto urbanístico-arquitetônico são examinados e questionados. Ronaldo Couto (2001), em *Brasília Kubitschek de Oliveira*, traz uma leitura crítica e às vezes ácida, irônica e controversa sobre a Capital. Suas críticas não são como as de James Holston (1993) em relação à cidade enquanto matéria e utopia. Couto discute seus aspectos históricos, econômicos e políticos e nos apresenta narrativas até então desconhecidas sobre os personagens envolvidos neste projeto nacional-desenvolvimentista. Ao abrir esta “Caixa de Pandora”, as leituras e interpretações dela

¹ A Região Metropolitana do Distrito Federal é constituída, além do Distrito Federal, pelos municípios de: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no estado de Minas Gerais.

derivadas parecem encerrar a análise no Plano Piloto de Brasília e a acusa-lo de causa e efeito de uma artimanha política afeita à corrupção e a golpes de estado. Neste sentido, tais leituras desconsideram a multidimensionalidade e a transescalaridade dos fenômenos provocados por ele em todo o território nacional. Portanto, centrados no recorte acima apresentado – dupla de cidades goianas –, dispomo-nos a enfrentar este problema, sobretudo a partir de sua dimensão urbana.

As médias e grandes cidades brasileiras, por vezes mais importantes nos quesitos demografia e economia que o vasto número de pequenas cidades que estão distribuídas pelo território nacional, ocupam privilegiados lugares na historiografia do urbanismo. Distante de ser uma observação negativa, apontamos, todavia, que há ainda um vasto campo a ser vasculhado, analisado e explicitado. Nessa esteira, revelaremos casos das consideradas “pequenas cidades”. Não obstante e não menos importantes que casos de grande impacto, a constelação de pequenas cidades novas implantadas, como apontaremos adiante, foram estrategicamente criadas com vistas à ocupação do interior do Brasil, outrora lido como um imenso vazio na hinterlândia. Notadamente, apesar de pequenas, elas foram laboratórios urbanísticos de engenheiros, arquitetos, topógrafos, agrimensores, entre outros profissionais encarregados em projetá-las e materializá-las.

Na contextualização, por título *Cidades Novas no percurso da Belém-Brasília*, apresentaremos uma miríade de casos

de cidades criadas na curta duração da construção de Brasília (1956-1960), com recorte específico no trecho da rodovia Belém-Brasília implantada entre 1958 e 1959. Trata-se, portanto, de um recorte espaço-temporal que nos auxiliará a explicitar os impactos territoriais e urbanos nesta linha que rasga o Brasil do centro ao norte. Em seguida apontaremos os principais detalhes históricos e urbanísticos dos objetos selecionados para tal. *De Olhos D'Água a Alexânia* é o título da parte em que exporemos as contradições da relocação desta cidade, centrado na figura de Alex Abdallah, o promotor deste processo. Serão expostas as particularidades do desenho elaborado para Alexânia em 1957 pela *Empresa Brasil de Imóveis Limitada* e imediatamente executado pelo engenheiro Fritz Gezets, bem como a condução de sua ocupação inicial. Em *De Posse D'Abadia a Abadiânia* revelaremos os conflitos territoriais apresentados no processo de implantação do projeto para a nova cidade, projetada e executada pelo agrimensor Nilton Rabello em 1961, fruto de uma negociação que datava desde 1956 com Oribes Gontijo, o então prefeito do município. Duas cidades no contexto de fundação da nova capital; duas cidades novas para Brasília. Casos ainda se encontram inexistentes na historiografia do urbanismo brasileiro, portanto, vislumbramos uma contribuição histórica e teórica com estes fatos inéditos a partir desta pesquisa inédita.

Por fim, vale salientar que os critérios adotados para a elaboração deste trabalho derivam da contribuição teórica de

Ricardo Trevisan (2009) para a classificação e consideração do que possa vir a ser uma cidade nova². Ademais, tal trabalho é fruto de estudos direcionados aos projetos “Atlas de Cidades Novas do Brasil Republicano” e “Cronologia do Pensamento Urbanístico”.

CIDADES NOVAS NO PERCURSO DA BELÉM-BRASÍLIA

A transferência da capital federal para o interior do Brasil foi um evento historicamente importante para o desenvolvimento da nação como um todo. Tal fato, efetivamente ocorrido em 21 de abril de 1960 com a inauguração de Brasília, era ambicionado há no mínimo duzentos anos³, contando, inclusive, com incursões prévias ao centro do país com vistas à escolha e delimitação de seu futuro sítio. Entretanto, sua mudança, ainda hoje, cerca de 60 anos depois de realizada, gera debates e críticas. Neste sentido, revisitar alguns de seus pontos é imprescindível.

O olhar contemporâneo para Brasília como capital do país, vale ressaltar, pressupõe considerações diversas para além de seu Plano Piloto. A complexidade que o território brasileiro adquiriu em função de tal mudança implica em críticas e leituras da mesma natureza, portanto aquelas que ocorrerem distantes disso cairão em simplificações. Algumas críticas, tais como aquelas de Vera Chaia e Miguel Chaia (2008), de certo modo, ignoram sua multidimensionalidade:

A localização da cidade, sua concepção arquitetônica e o plano urbanístico são pistas que indicam vários tipos de isolamento, principalmente o geopolítico. Brasília é uma parte à parte do restante do país. Aliás, tais características antecipam sua funcionalidade para servir aos regimes autoritários como os que seguem ao golpe de 1964. (CHAIA; CHAIA, 2008, p. 171)

Toda análise pressupõe recortes temáticos e teóricos, entretanto, ela não deve desconsiderar a multidimensionalidade dos universos, dos fatos e fenômenos que circunscrevem os eventos que perfilam seus objetos de pesquisa. O marco simbólico da mudança da capital federal não foi um fato isolado na história, mas deu continuidade às políticas de interiorização iniciadas ainda no Império, com o Plano de Ocupação da Capitania de Goyaz do século 18 e ao movimento Varguista (1930-1945) de ocupação e modernização da hinterlândia (Marcha para o Oeste). Não obstante, a própria crítica ao isolamento e a necessidade da implementação de políticas de ocupação, modernização e desenvolvimento do país revela sua fragilidade, ainda que distante da intencionalidade de tais autores. Ademais de tal posição, a transferência da capital nacional para Brasília faria cumprir a prerrogativa constitucional de interiorização dos poderes do Estado brasileiro.

A nova capital do Brasil no Planalto Central, estipulada pelo presidencial Juscelino Kubitschek como objetivo síntese de seu Plano de Metas, carregaria a missão de integrar os quatro cantos

² Para essa distinção, seis atributos lhes devem ser inescapáveis: 1) a presença de um profissional, 2) um local previamente selecionado, 3) um desejo pertinente à sua construção, 4) uma necessidade, 5) um projeto que satisfaça tecnicamente tal desejo, e 6) que ela materialize ou represente um tempo específico (TREVISAN, 2009, p. 87-88).

³ A localização para uma nova capital na hinterlândia brasileira, como sabemos, antecedeu em muito o período JK (1955-1960), tendo sido especulada no período pombalino (1750-1780) e selecionada pela Missão Cruls entre 1892 e 1894. A Comissão Exploradora do Planalto Central criada pelo governo do Presidente Floriano Peixoto em 09 de junho de 1892, sendo chefiada pelo diretor do Observatório Nacional, Luiz Cruls, e composta por técnicos e cientistas diversos. O objetivo de tal Comissão era selecionar e demarcar a área do novo Distrito Federal na região central do país.

da nação. As ações em prol desse desejo ocorreram imediatamente após a eleição de 1955 que o colocou no Palácio do Catete. Sua intenção era criar um cruzamento de rodovias, grandes longitudinais cortadas por grandes transversais. No centro, seria localizada a sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Brasil. Iniciado seu mandato em 1956, no mês de setembro Kubitschek criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), definiu o nome da nova cidade como Brasília e delimitou o território do novo Distrito Federal (Lei nº 2874 de 19 de setembro de 1956). Ausente de um planejamento regional e territorial prévio, como apontou Lucio Costa na ocasião do concurso para seu Plano Piloto (1991, p. 20), a partir de Brasília se desdobrariam planos e investimentos em infraestruturas de transportes (rodovias e aeroportos) e a implantação de redes técnicas (como usinas de produção de energia, redes de transmissão e centrais de distribuição) para, efetivamente, colocar o interior do Brasil no mapa.

Para a execução desse ambicioso plano de integração, a construção prévia de Brasília seria fundamental. Ela seria o ponto destino dos fluxos ao interior e de partida em direção às extremidades da nação (KUBITSCHEK, 2000, p. 84). No mês seguinte de tal institucionalização, em outubro de 1956, foi lançado o edital do concurso para o Plano Piloto de Brasília e a NOVACAP anunciava a imediata construção da estrada Anápolis-Brasília, cujo objetivo era garantir

o suprimento material para a execução da nova cidade. Foram dez empreiteiras responsáveis por realizar tal obra, cinco destinadas à abertura dos leitos de rodagem e respectivas pavimentação e as outras cinco destinadas à construção das onze pontes necessárias para vencer os 130 km que as separam. Sua finalização ocorreu em 30 de março de 1958, pouco mais de um ano do início das obras em maio 1957, à época, tempo recorde. Ainda em 1957, ligações com a região Sudeste foram iniciadas, como a rodovia Brasília-Belo Horizonte e Anápolis-Santos. A execução destas infraestruturas era de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), empresa criada por Getúlio Vargas em 1937.

Com as obras iniciadas entre Anápolis (GO) e Santos (SP) faltava, para a concretização da primeira rodovia longitudinal do Brasil, um trecho de Brasília a Belém (PA). Ainda em 1957 obras que avançavam na direção ao Norte, partindo de Porangatu, foram iniciadas. A ideia da abertura de uma estrada de rodagem que atravessasse o país de norte a sul não era inédita, mas já pairava na governança brasileira desde a Era Vargas. A Transbrasiliana, como era nomeada esta infraestrutura no contexto do Governo Constitucional, em 1934 teve primeiro esboço a partir do Plano Geral de Viação Nacional (Decreto nº 24.497 de 29/06/1934). Ela seria uma estrada de rodagem que teria aproximadamente 5.500 km, interligando Belém (PA) a Livramento (RS). Iniciadas suas obras em

Goiás em rotas fragmentadas, a coesão do seu percurso não foi efetivada devido às dificuldades de suprimentos aos trabalhadores – isolamento de algumas áreas. O trecho que logrou sucesso com a Transbrasiliana, neste contexto, conectava Anápolis à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), implantada em 1941 no Vale do São Patrício, na região Centro Goiana. A CANG, nomeada em 1953 de Ceres, é uma cidade nova de caráter agrícola, que dispunha, em Anápolis, de um ramal ferroviário para a distribuição de seus produtos para a região Sudeste do país. Goiás, interessado nesta política de ocupação/interiorização, criou a Colônia Agrícola Estadual de Rubiataba, em 1948, na gestão do engenheiro e então governador Jerônimo Coimbra Bueno⁴ (LIMA, 2012). Localizada próxima à CANG e à Transbrasiliana – para desfrutar do potencial logístico desta infraestrutura –, Rubiataba foi pensada e implantada para ser uma cidade rural de Goiás – estimada para 10 mil habitantes –, dispondo de desenho urbano semelhante ao desenvolvido pela Construtora Coimbra Bueno & Cia Ltda. à cidade de Luiziziânia, no interior do estado de São Paulo. Neste interim, cerca de 400 quilômetros da Transbrasiliana haviam sido construídos em Goiás.

Antes da política de promoção de Infraestruturas de Transporte do Governo Kubitschek, em específico, a da rodovia Belém-Brasília, algumas experiências institucionais prévias nos auxiliam no debate aqui exposto. A criação da Superintendência do Plano de Valorização

Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 teve um papel de destaque nas políticas posteriormente adotadas. Essa Superintendência foi criada para realizar um plano efetivo de promoção de transportes e comunicação na Amazônia, bem como estabelecer bases econômicas e técnicas para sua execução (Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953). Sua Comissão de Planejamento chega, em 1954, a um diagnóstico sobre as dificuldades de exploração e intervenção neste bioma: 1) faltava investimentos e recursos; 2) longas distâncias das áreas ocupadas que dificultavam o suprimento material para as obras. A causa da não continuidade da execução da Transbrasiliana durante os governos Dutra (1946-1951) e Vargas (1951-1954) coincide amplamente com aquelas apontadas pela Comissão. Conforme Michele Sousa e Rafael Pacheco (2013, p. 254), além das iniciativas da Era Vargas, em 1948 o deputado federal Jales Machado da Siqueira havia contribuído com sua implantação até Jaraguá e com seu planejamento até Porto Nacional, no norte de Goiás. A proposta deste deputado era de que esta ligação seria estabelecida por um complexo multimodal com a ligação rodo-férreo-fluvial Anápolis-Belém.

Na gestão de Kubitschek, no ano de 1957, avançavam-se os estudos para irrupção da Floresta Amazônica, pois em novembro, a abertura da estrada já alcançava a latitude de Porto Nacional, atualmente no estado de Tocantins, à época, na região Norte de Goiás (cerca de 700 km do canteiro de obras de

⁴ Jerônimo Coimbra Bueno, juntamente com seu irmão Abelardo Coimbra Bueno, ambos formados em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre os anos de 1929 e 1933, fundaram a firma Coimbra Bueno & Penna Chaves Ltda., junto com o colega Roberto Penna Chaves, com foco em construção e urbanismo. Em 1934, assumiram a direção geral das obras de Goiânia. Mais tarde, a firma se tornou apenas Coimbra Bueno e Cia. Ltda.

Brasília). Em maio de 1958 foi criada a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás), subordinada à SPVEA, cuja estratégia foi delimitada da seguinte maneira: era necessário, para que a rodovia fosse concluída em tempo hábil e adequado ao cronograma da inauguração de Brasília, que duas frentes trabalhassem em simultaneidade e em direções opostas, uma sentido Norte-Sul, outra, sentido Sul-Norte. O engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, coordenador da Rodobrás, ficou responsável pela frente Sul-Norte e o médico sanitário Waldir Bouhid pela frente Norte-Sul (KUBITSCHKEK, 2000). Assim, foram acrescentados aos 400 quilômetros da Transbrasiliana cerca de 1.500 km, infraestrutura que viria a ter, em 1959, quando inaugurada, 1.966 km.

Diferentemente das cidades de origem espontânea houve uma forte iniciativa de criação de cidades novas nas proximidades desta infraestrutura que rasga o Brasil de Brasília a Belém. A intenção de ocupá-la estava vinculada a um processo econômico estratégico de manutenção das obras e suporte aos desbravadores da mata virgem do Cerrado e da Amazônia, mas não somente. Havia, mesmo que preliminarmente, uma expectativa de implantação de áreas agriculturáveis e de criação de animais com a finalidade de estabelecer, a partir de seus núcleos urbanos, bases para a configuração de economias que garantissem o futuro desenvolvimento de seus territórios. Tal ação concretizaria não somente a implementação da rodovia

Belém-Brasília, mas ofertaria suporte aos futuros viajantes que dela desfrutassem. Esta medida foi estimulada pelos desbravadores e contou, inclusive, com a contribuição de topógrafos, agrimensores e engenheiros no planejamento e execução de planos urbanísticos. Imperatriz, no Maranhão, coloca-se como um caso exemplar, visto que seu prefeito Raimundo de Moraes Bastos (1959-1960) contou com o auxílio de técnicos da Rodobrás para solucionar o problema da expansão do pequeno núcleo urbano da cidade e para sua demarcação e implantação.

Em suma, as cidades ali construídas teriam papel fundamental na ocupação da nova configuração do território centro-norte do país, e a elas caberiam a implantação e controle da produção, bem como no comércio de seus insuamos. Têm-se, por exemplo, os casos de Alexânia (1957) e Abadiânia (1960-61), em Goiás; Araguaína (1958), Gurupi (1958), Miranorte (1959) e Colinas do Tocantins (1960), no atual estado do Tocantins; Açailândia (1958), Imperatriz (1959) e Itinga do Maranhão (1959), no Maranhão; e Ulianópolis (1958), no Pará (Figura 1).

Todas elas cidades novas criadas durante o governo de Juscelino Kubitschek e sob sua influência direta, durante a implantação e euforia nacional da transferência da capital para Brasília. O tamanho, ainda que acanhado de alguns desses novos núcleos urbanos, indica a expectativa de ocupação lenta em função do pretense isolamento. Todavia, casos como Gurupi, no Tocantins, e Imperatriz,



Figura 1 – Localização das cidades novas ao longo da rodovia Belém-Brasília criadas durante o governo de Juscelino Kubitschek. Fonte: Autor, 2018.

no Maranhão, revelam a superação de tal preceito, as quais rapidamente apresentaram altos índices de crescimento, tanto populacional quanto econômico. Ainda que seus desenhos sejam derivados de uma malha ortogonal com ruas e quadras de dimensões regulares – uma técnica antiga perpetuada por milênios quando da solução mais racional e econômica para a implantação de uma nova cidade –, no mínimo, o valor de tais cidades pertence a uma tradição, não somente brasileira, mas ocidental de construir e intervir sobre território. Ademais, não obstante a estes casos citados, as áreas portuárias de Belém (PA) e São Luís (MA) lograram importantes benefícios após a conclusão da infraestrutura, muito em função da modernização da produção e do papel de escoamento da produção desempenhado por tais cidades.

Estes casos são exemplos do impacto imediato da criação de Brasília, aqui averiguado em uma leitura da curta

duração de sua transferência. A própria Belém-Brasília e a capilaridade no território por ela possibilitado revela o valor de sua capacidade integradora, fator fundamental para o amadurecimento da economia nacional desde então. Neste sentido, é importante salientar este processo de implantação de novas cidades não foi diretamente criado a partir de decretos do executivo nacional, mas por ele estimulado, ora de forma direta – como veremos a partir dos objetos em foco neste documento –, ora somente pela relevância do Plano Piloto de Brasília e das transformações na estrutura e conjuntura nacional. Em função disso afirmamos que uma leitura encerrada no Plano Piloto de Brasília pode incorrer em equívocos teóricos e conceituais. Ressaltamos que o tão criticado isolamento do centro do país só poderia ser resolvido com sua ocupação.

DE OLHOS D'ÁGUA A ALEXÂNIA

Alexânia é uma cidade nova de relocação, em que sua antiga sede foi transferida de sítio. A abordagem de suas particularidades, inevitavelmente, tocará alguns pontos da história política do protagonista de sua criação, Alex Abdallah. Este político emprestou seu nome à cidade que fundou, estipulando assim uma auto-homenagem concreta, material, fato que lhe dispensa uma estátua, condecorações ou seu nome em qualquer rua ou bairro. Tal fato já nos revela sua força política, sua relevância para o contexto local e de certo modo regional, visto as alianças posteriores por ele firmadas. A construção da presente narrativa se deu pela leitura e análise da trama urbana, por entrevistas e mapeamentos, bem como pela consulta à escassa bibliografia, a qual nos emprestou datas, nomes e características importantes do projeto e do processo de formação da nova cidade, visto que o projeto original ou suas cópias encontram-se desaparecidas.

Olhos D'Água é um pequeno distrito, hoje pertencente a Alexânia, que já foi a sede do município por duas vezes. Surgiu como um aglomerado em 1940, quando foi erguida uma capela a Santo Antônio e uma escola. A rápida construção de casas no derredor da capela fez com que em 1954 ela fosse elevada a Distrito de Corumbá de Goiás, à época, cidade mais próxima. A relação de seus moradores com Corumbá, na maioria camponeses, era estreita. O saber popular sobre as construções da antiga cidade colonial, em

técnicas e tecnologias, foi incorporado pelos mestre-de-obras e pedreiros do pequeno Distrito, fato que fez sua paisagem se assemelhar sobremaneira à da sede do município. Anacronismos à parte, um cenário da cultura popular e sertaneja se firma largamente em Olhos D'Água. As economias, manufatureira e agrícola, surgiram com a cidade. O cultivo de produtos como o feijão, o arroz, o milho, o café, a mandioca, o algodão e a cana-de-açúcar; a produção de seus derivados como o melão, a rapadura, a farinha e o queijo; a produção manufatureira de tecidos e malhas, bem como de vasos de barro e peças de madeira entalhada, garantiam a autossuficiência do Distrito e suas relações comerciais com Corumbá de Goiás (LIMA, 1995).

Em 1958, Olhos D'Água foi elevada à categoria de Município, mesmo ano em que sua sede foi transferida para Alexânia. Alex Abdallah, de origem sírio-libanesa, era seu prefeito. À espera de que Juscelino cumprisse sua Meta Síntese, dois anos antes, em 1956, Abdallah iniciava sua busca por terrenos próximos ao futuro Distrito Federal. Com as demarcações do percurso da rodovia Brasília-Anápolis, em 1957, três fazendas da lindeiras, que se encontravam em uma planície, foram negociadas e compradas. Abdallah julgou que este terreno, sem grandes declives e aclives, era adequado para a realização de seu plano. Segundo Ricardo Lima (1995), este processo ocorreu silenciosamente, cuja maioria dos moradores de Olhos D'Água desconhecia as reais intenções do político.

Alex Abdallah era o novo dono das três glebas que formavam 30 alqueires de campo. Neste interim inicia-se as visitas a cidades-referência, como Jaraguá, Diolândia, Uruana e Ceres, todas em Goiás. Seu objetivo inicial era que Alexânia fosse, assim como Ceres, uma cidade rural (CURADO, 2015). Segundo o Edital de Loteamento de 20 de março de 1957, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Corumbá de Goiás, e publicado no jornal “O Corumbaense Goiano” em 1º de abril do mesmo ano, Abdallah contratou o projeto para a nova cidade da Empresa Brasil de Imóveis Limitada, de Belo Horizonte (MG). Neste documento a grafia do nome da cidade era “Alex-ânia”, com especificação para ser uma Cidade Industrial, diferentemente de suas intenções iniciais. A justificativa para tal decisão, informa-nos Ramir Curado (2015), era de que Abdallah não possuía recursos para implanta-la, direcionando Alexânia à abertura para negociação com empresários e industriais, cuja proximidade com Brasília lhes seria um potente atrativo. Em entrevista a Guilherme Verano, Alex Abdallah (2012) afirma que era próximo a Pedro Ludovico Teixeira – antigo governador de Goiás, responsável pela mudança da capital –, e que se inspirou em suas ações mudancistas para planejar Alexânia. Ao narrar sua epopeia afirma:

Realmente hoje, olhando a priori, olhando para trás, com o advento de Brasília o meu grande lucro foi justamente [ter] ocupado uma porção do

sertão inóspito de meu estado e criado condições de vida para centenas e milhares de famílias. [...] O meu sonho não era atender ao vislumbre do poeta e não passar a vida em brancas nuvens, mas deixar as nossas marcas por aqui através de pelo menos uma árvore plantada. Eu queria plantar muito mais do que uma árvore, eu queria plantar uma floresta de casas. Consegui. (ABDALLAH, 2012)

O desenho urbano de Alexânia origina-se a partir de uma preocupação com sua articulação regional. A rodovia Brasília-Anápolis cruza sentido leste-oeste o terreno destinado ao novo perímetro urbano. Na cumeeira do sítio sentido Noroeste uma via de conexão regional foi estabelecida para articular a nova cidade a Olhos D’Água e Corumbá de Goiás. Ali, nos limites do perímetro foi determinada a criação de um aeroporto para pequenas aeronaves, públicas e particulares. Para o estabelecimento do Setor Central, três fatores foram preponderantes: o estabelecimento de uma especialização de vias, uma estreita proximidade com a rodovia e a delimitação da área mais aplanada do terreno.

A especialização de vias foi garantida pelas seguintes decisões: 1) as quadras lindeiras à rodovia teriam perfil comercial e de serviços privados; 2) a via perpendicular à Rodovia (sentido norte-sul) – Avenida 15 de Novembro, com caixa viária de 15 metros – teria uma sequência de 20 quadras de 55m x 55m destinadas aos edifícios dos poderes administrativo e legislativo, bem como a espaços

DIRETRIZES INICIAIS DO PROJETO URBANO DA CIDADE DE ALEXÂNIA

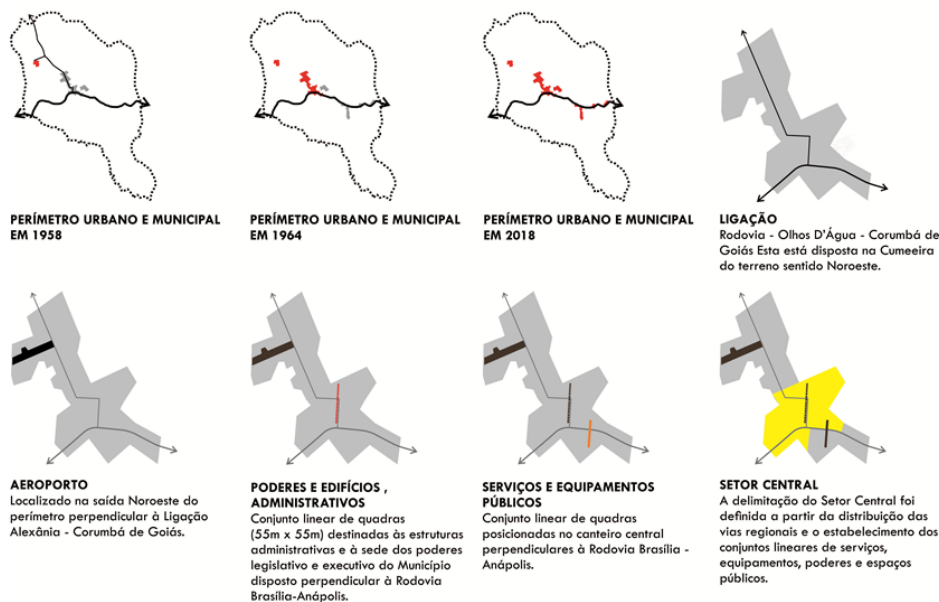


Figura 2 – Estratificação dos princípios e diretrizes iniciais para o estabelecimento do núcleo central da nova cidade. Fonte: Autor, 2018.

públicos; e 3) outra via – atual Avenida Nelson Santos (também sentido norte-sul) – seria a grande chegada da cidade, portando, assim, uma caixa viária de 40 metros, com um largo canteiro central que abrigaria edifícios para os serviços e equipamentos públicos (Figura 2). Diferentemente do conjunto de quadras destinado aos poderes públicos, o corredor de serviços públicos cruza a Rodovia, ficando parte dele ao norte e parte ao sul. A parte norte contém a Biblioteca Pública, o Posto de Saúde, o Fórum e a Secretaria Municipal de Educação (antigo Departamento Municipal de Educação e Cultura -DEMEC). Ao sul ficaria a Feira e o Mercado públicos. A Avenida Nelson Santos delinea o caráter de “entrada principal”, pois é a única via, em toda a malha deste Setor, que estabelece uma hierarquia viária clara, reforçada

pela presença, lindeira a ela, da Rodoviária. Diante destas decisões, delimitou-se o Setor Central estritamente vinculado à rodovia. A Igreja Matriz, que ocupa uma quadra no centro deste Setor (Quadra 70), domina a paisagem da cidade e orienta sua leitura e deslocamentos. No plano de Alexânia há uma coerência na distribuição de quadras e avenidas em relação ao Setor Central, pois manteve-se na implantação e na consequente ocupação o dimensionamento original.

O estabelecimento de um macrozoneamento foi feito a partir da criação de setores (Figura 3). Além do delineamento do Setor Central, no limite noroeste, próximo ao aeroporto, foi pensada uma ocupação de baixa densidade e de uso predominantemente residencial, assemelhando-se a uma espécie de subúrbio-jardim. Nas avenidas, usos mistos eram permitidos,

ZONEAMENTO, SETORIZAÇÃO E MALHA URBANA

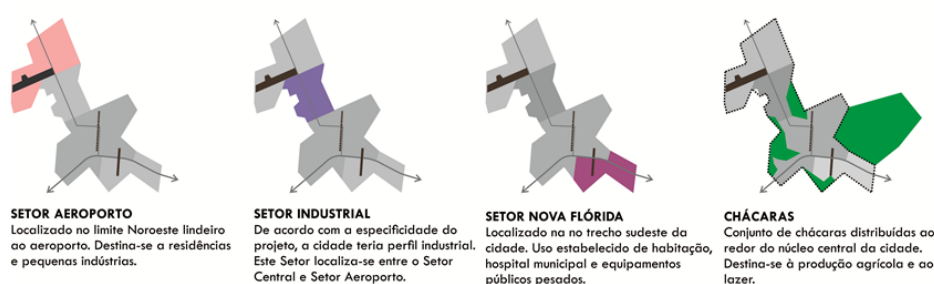


Figura 3 – Estabelecimento do zoneamento e dos setores da cidade de Alexânia. Fonte: Autor, 2018.

mas com a conservação de uma paisagem predominantemente horizontal, cuja finalidade era respeitar as demandas das eventuais operações aeroportuárias. Este seria o Setor Aeroporto – assemelhando-se ao projeto inicial de Goiânia e seu Setor Aeroporto, cujo desenho, inclusive, lhe guarda semelhanças. Entre o Setor Aeroporto e o Setor Central foi delimitado o Setor Industrial, composto por lotes maiores, mas com pouca variação no dimensionamento das quadras. Nele seria permitido maiores índices de ocupação dos lotes, contando inclusive com afastamentos maiores e proporcionais às ocupações. Na região limítrofe entre o Setor Central e o Setor Industrial foi localizado o cemitério municipal, cuja posição revela o horizonte ocidental da paisagem rural do município. Voltando à rodovia, a parte oeste do seu perímetro, sentido Anápolis, pertence ao Setor Central. A parte leste, sentido Brasília, refere-se ao Setor Nova Flórida, responsável por abrigar o hospital municipal, hotéis e pousadas, cargas e descargas de caminhões bem como, na continuidade da Avenida Nelson Santos, a presença da Feira e do Mercado. Há uma grande quantidade de chácaras neste

Setor, muitas delas anteriores ao início da implantação da cidade. Em função dessa presença e abundância de água no local, ali se estabeleceu um parcelamento de chácaras – assim como nos limites dos Setores Central e Industrial –, inclusive a algumas delas foi destinado o uso de lazer urbano. Nova Flórida foi o primeiro nome dado popularmente às ocupações iniciais e, segundo Abdallah (2012), foi o primeiro nome dado à cidade, no entanto, sem registro.

Neste sentido, assim como coloca Ramir Curado (2015, p. 74), “[...] a planta original de Alexânia privilegiava áreas para o lazer, áreas para estacionamento de veículos, áreas comerciais, área para um aeroporto, entre outras”. Tal complexidade, ainda distante da realidade da maioria dos municípios goianos, fez insurgir uma narrativa de modernidade em Alexânia, já presente em Goiânia, Anápolis, Aragarças e Brasília (LACERDA; TREVISAN, 2018). Tal processo se deu pela racionalidade de sua malha viária (Figura 4) bem como a utilização de técnicas de planejamento urbano modernas como a setorização, o zoneamento e a especialização de vias.

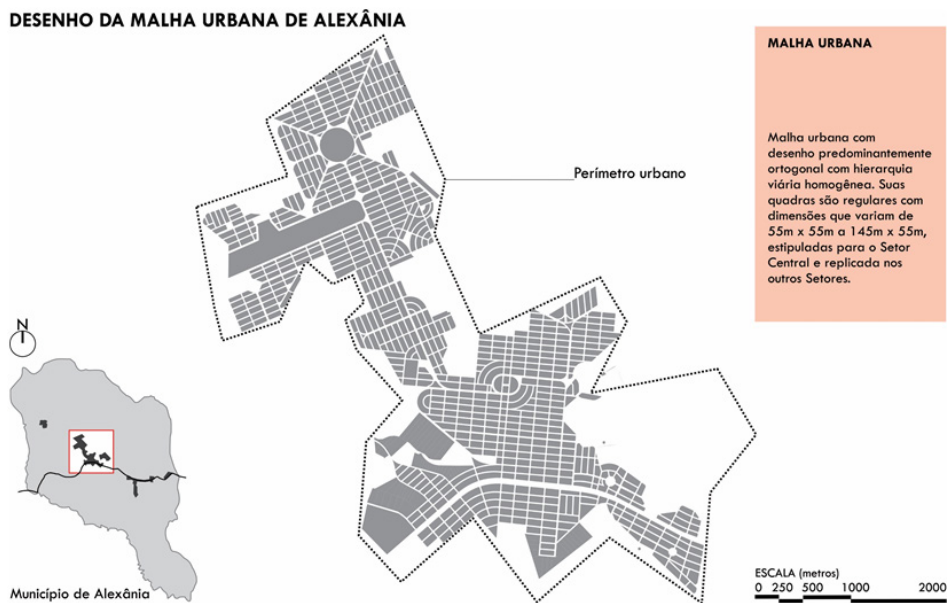


Figura 4 – Malha viária e quadras do projeto urbanístico para Alexânia. Fonte: Autor, 2018.

A ocupação inicial da cidade ocorreu à medida que seus lotes eram executados, doados e vendidos, criando, assim, uma espécie de povoado. Esta estratégia de Abdallah para concretização da nova cidade inicia-se já em 1957 antes mesmo de Olhos D'Água se tornar a sede do município. Os primeiros lotes abertos eram lindeiros à rodovia, fato que estimulou sua ocupação imediata a fim de abastecer e oferecer recursos às empreiteiras e viajantes (Figuras. 5a e 5b). Para

que a cidade fosse implantada de acordo com as especificações presentes no projeto, Abdallah contou com trabalhadores de Olhos D'Água, Corumbá de Goiás e Anápolis. Além do mais, para a coordenação das obras, Fritz Gezets, um engenheiro alemão residente em Goiânia, foi contratado. Segundo Paula Stumpf (2014), a mudança da sede do município foi encarada pelos moradores de Olhos D'Água como um golpe a seu desenvolvimento, visto que os investimentos e a



Figura 5 – a) Colocação da pedra fundamental do município, em 1957, próximo à rodovia Brasília-Anápolis; b) Demarcação de vias da nova trama urbana no cerrado, em 1957. Fonte: Alex Abdallah, 2012.

disponibilidade de energia elétrica (neste momento produzida por um gerador) direcionavam-se a Alexânia.

O trecho de Alexânia limítrofe à rodovia foi, no projeto, pensado para que ela fizesse parte da paisagem urbana. Sua ocupação ocorreu, de certo modo, acelerada nos anos iniciais (Figura 6a); no entanto de modo desigual em toda a malha implantada. O comércio lindeiro à rodovia era pujante (Figura 6b), bem como sua arquitetura inicial tinha traços do racionalismo carioca, como no Clube Nova Florida, de 1965 (Figura 6c). Não obstante, o nome da cidade, mesmo com a mudança da sede do município, permaneceu Olhos D'Água até 1963. Conflitos eram frequentes visto que havia forte resistência à iniciativa de Abdallah, fato que atrasou as negociações e, de certo modo, contou com relações mais estreitas com Anápolis e Brasília do que com sua antiga sede.

DE POSSE D'ABADIA A ABADIÂNIA

Seguindo a lógica das cidades de relocação, o caso de Abadiânia também colabora

para a narrativa de implantação deste conjunto de cidades novas no interior do Brasil. A história de Abadiânia é marcada por uma sucessão de conflitos territoriais, ora latentes, ora evidentes. As marcas deste processo estão presentes em seu espaço urbano. Os dois principais nomes que representam as forças deste conflito são Oribes Gontijo (ex-prefeito) da Silva e Osorio Rodrigues Camargo (ex-vereador). Este dado foi testificado a partir de fontes primárias (plantas urbanísticas, memorial descritivo, documentos de cartório) e pela entrevista com filhos destes dois protagonistas, Ronaldo Gontijo (ex-prefeito do município) e Irene Camargo. Cabe, antes de adentrarmos aos meandros dessa história, uma observação: o que entendemos aqui por conflito refere-se a uma característica intrínseca à lógica dos territórios como fronteiras. Portanto, no caso de Abadiânia, este conflito é locacional, fenômeno que se revela materialmente na divisão física da cidade por meio da infraestrutura que a fez surgir: a rodovia.

Abadiânia foi o novo nome dado ao antigo povoado de Corumbá de Goiás, Posse, quando da sua elevação a Distrito

Figura 6 – a) Alexânia em 1976; b) Posto de combustível Texaco à beira da rodovia; c) Clube Nova Flórida, de 1965 – traços da arquitetura racionalista carioca. Fonte: Revista Alexânia Ontem-Hoje, novembro de 1976.



⁵ José Espíndola era um almirante da Marinha Brasileira, também um importante radiotelegrafista. Segundo Irene Camargo (2017), este militar, conhecido como Dr. Espíndola, prestou socorro à sua mãe que passava por uma depressão pós-parto na ocasião de uma de suas visitas a Lindo Horizonte (Abadiânia).

em 1943 e emancipada em 1954. Este nome está ligado à ancestralidade deste pequeno núcleo, formado pela lenta migração de devotos à Nossa Senhora da Abadia e pela relevante peregrinação de fieis ao local, rito cuja gênese remonta a meados do século 19 e que permanece até nossos dias (GOMES DA SILVA, 2005). Seu traçado urbano, relativamente regular, não seria empecilho para sua expansão caso sua localização não fosse num vale, assim como as coloniais Goiás e Pirenópolis. Com o anúncio da construção de Brasília e das infraestruturas necessárias para interligá-la às regiões após as eleições de 1955, inicia-se as visitas técnicas para demarcação do percurso da rodovia Brasília-Anápolis. A notícia da mudança do local da sede de Abadiânia começa a se alastrar em 1956 quando o engenheiro Bernardo Sayão visitou o pequeno núcleo religioso e se encontrou com autoridades locais, segundo Reinaldo Gontijo (2017). Essas visitas à região, conforme Irene Camargo (2017), passaram a ser regulares, não somente por Sayão, mas por José Espíndola⁵ e pelo próprio Presidente Juscelino Kubitschek e sua equipe.

Na planície em que hoje se localiza a rodovia, nas imediações da nova cidade, havia uma estrada que eventualmente era utilizada para pousos e decolagens aéreas, da comitativa responsável por demarcar o percurso da rodovia. Nas imediações desta estrada havia as instalações de Osório Rodrigues Camargo, um importante cerealista e proprietário das fazendas Capivari e Soledad. Nelas encontrava-se

um bar, uma pousada e um comércio de secos e molhados, lugar muito utilizado pelos viajantes. Com as obras da rodovia iniciadas, as instalações da Construtora Rabello S.A., de Minas Gerais, atraíram trabalhadores que começaram a se fixar no loteamento feito por Osório de Camargo, no limite norte da rodovia. Este loteamento composto por 14 quadras recebeu o nome de Lindo Horizonte, inspirado na relação que Osório tinha com Belo Horizonte. Nele foi instalada a primeira escola da região que possuía por nome “Reunidos de Lindo Horizonte”.

Do outro lado da rodovia, na parte sul, encontrava-se as instalações da NOVACAP que, mesmo depois da inauguração da infraestrutura, permaneceu em Abadiânia para sua manutenção e para o plantio das extensas áreas de eucalipto, presentes até hoje nos horizontes da cidade (CAMARGO, 2017). Em 1960, Juscelino Kubitschek, ao passar pelas instalações da NOVACAP deixou um telegrama a Oribes com os seguintes escritos: “Oribes Gontijo da Silva, mude a cidade para o Planalto Central, pois, Brasília é uma realidade”. Seguindo as orientações do então Presidente da República, Oribes dá andamento à mudança de sítio da cidade e enviou o projeto de Lei nº 11 à Câmara Municipal, sendo aprovada em 3 de agosto de 1960. A escolha do sítio já estava pré-selecionada, visto que nas imediações da Rodovia já existia as ocupações de Lindo Horizonte. A Fazenda Soledad foi escolhida, pois ela revelava-se uma planície adequada à instalação da futura sede

CONDICIONANTES LOCAIS PARA O PROJETO DE ABADIÂNIA



Figura 7 – Principais condicionantes locais para elaboração do projeto urbanístico de Abadiânia. Fonte: Autor, 2018.

do município (Figura 7). Aqui há um conflito de fontes. Irene Camargo (2017) afirma que a fazenda foi doada ao município. Ronaldo Gontijo (2017) afirma que ela foi desapropriada pelo município. Segundo dados presentes no Livro 3B de Transcrições das Transmissões de 10 de maio de 1961, presente no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Abadiânia, houve uma desapropriação com pagamento de 255 mil cruzeiros por 25 alqueires de campo.

O projeto e o início das obras datam também de 1961. O projeto foi encomendado a Nilton Rabello (CREA. C.p.296.), um agrimensor que, segundo Gontijo (2017), trabalhava na região de Corumbá de Goiás.⁶ O projeto apresenta uma solução erudita, comum em projetos relevantes na história do urbanismo: o *patté d'oise* ou a pata de ganso, repertório utilizado por Attilio Corrêa Lima no projeto de Goiânia (1932-1935), capital do estado. Oribes Gontijo era próximo de Pedro Ludovico Teixeira e o admirava, assim como Alex Abdallah. A referência máxima para o prefeito, neste sentido, seria a capital. Com visitas *in loco* a Goiânia e esboços, Rabello decidiu apresentar um

partido urbanístico com fortes semelhanças ao de Corrêa Lima. Além do traçado, a setorização da cidade e a locação dos edifícios públicos guardavam esta relação. A convergência das vias culminava na Praça Cívica, por nome Praça D'Abadia. Margeando a Praça estariam os edifícios públicos, como a Prefeitura, o Fórum, os Bancos e a Agência dos Correios, bem como a Igreja Matriz e um Cinema. O plano ainda conta com mais duas quadras margeadas pelas diagonais, a Avenida Anápolis (sentido noroeste) e a Avenida Brasília (sentido nordeste). Uma Delegacia foi pensada e localizada na porção sul do plano. As áreas comunitárias como o Setor de Lazer, o Ginásio, o Mercado Público e o Estádio Municipal também ficaram nos limites sul da cidade, bem como uma Escola, afastados da rodovia (Figura 8).

O plano tende à simetria, mas ela não foi plenamente conquistada em função do desenho da rodovia. A chegada mais fluida à cidade seria pela rodovia no sentido Anápolis-Brasília (oeste), ponto mais distante da Praça Cívica, dado que fez com que um deslocamento da via, no plano, já fosse desenhado. A avenida que

⁶ Pela descrição física e de comportamento de Nilton Rabello feita por Reinaldo Gontijo (2017), presume-se que este agrimensor trabalhava para a Construtora Rabello, responsável por desbravar o trecho da Brasília-Anápolis que passava pelo território de Abadiânia.

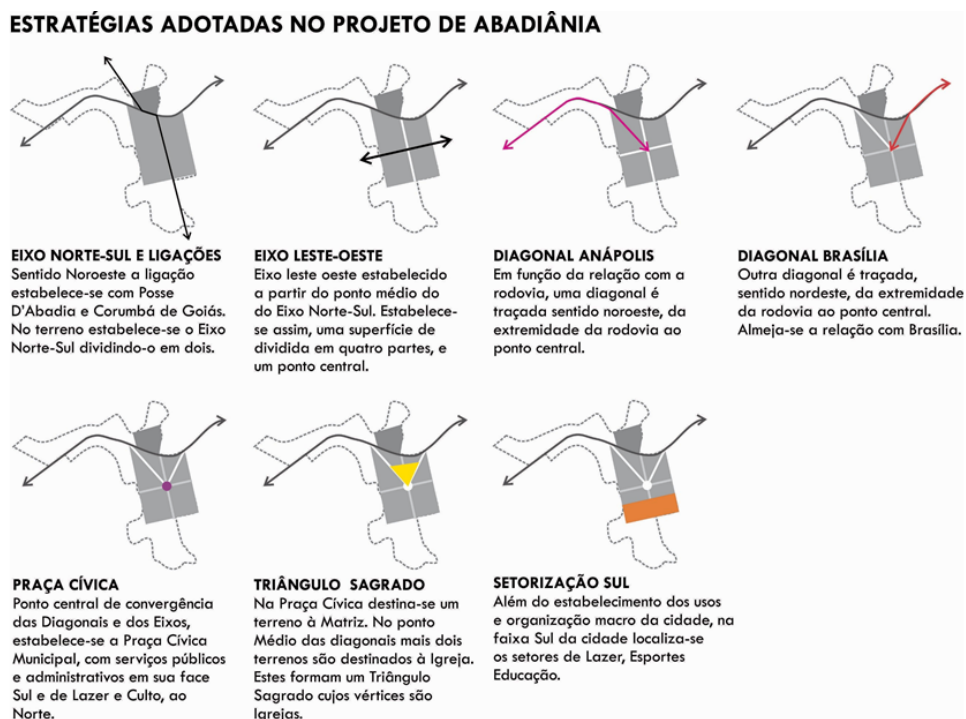


Figura 8 – Diretrizes estabelecidas no plano urbanístico de Abadiânia. Fonte: Autor, 2018.

cruzaria a cidade de Norte a Sul teria o nome de Abadiânia, fazendo referência à antiga sede de município. Tal fato ocorre em função das perspectivas que a cidade implantada teria por nome Altamira (concorrendo com o nome do loteamento vizinho, Lindo Horizonte). Contudo, o nome de Altamira foi impossibilitado pelos trâmites de mesma natureza no estado do Pará, com uma cidade homônima, permanecendo assim Abadiânia (Figura 9).

A implantação da cidade, ao sul da rodovia, também foi acompanhada por Nilton Rabello. Com a execução dos primeiros lotes, aqueles lindeiros à rodovia, a ocupação da cidade intensifica-se neste trecho, concorrendo também com Lindo

Horizonte e as ocupações da Fazenda Capivari, ao norte. É importante salientar que as preexistências lindeiras ao plano de Altamira (Abadiânia), não são reveladas nos desenhos, mas são indicadas por nomes e são descritas tanto por Irene Camargo (2017) quanto por Ronaldo Gontijo (2017). Neste sentido, a rodovia, objeto que parecia unificar as forças políticas no projeto de transferência da sede de Abadiânia, neste contexto pós-1960 transforma-se em uma clara fronteira de disputas territoriais. Na parte norte da rodovia, em razão de ter sido o núcleo inicial e preexistente, tem-se a falta de conteúdos técnicos, como a transição de bairros ou loteamentos novos, bem como um desenho urbano



Figura 9 – Planta original da cidade de Altamira, atual Abadiânia, de 1961. Fonte: Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Abadiânia, 2018.

pouco fluido, diferentemente do caso da nova cidade pensada e implantada ao sul. O projeto de Nilton Rabello, em totalidade, representa um conjunto urbanístico que, de certo modo, equaciona problemas de circulação com uma hierarquia viária adequada ao sítio e à relação com a rodovia, além de uma setorização relativamente clara.

A luta, não pela posse da terra, mas pela sua ocupação por terceiros se acirra entre as partes norte e sul da rodovia. A disponibilidade de lotes na porção sul da rodovia, no núcleo planejado, bem como sua extensão, fez com que as negociações fossem facilitadas. Ali, as primeiras ocupações ocorreram pela expressiva doação de lotes, fato que induziu à posterior comercialização dos que estavam ainda disponíveis. Dada esta urbanização inicial, com população estimada em 3 mil habitantes (IBGE, 2017), os poderes foram transferidos para a nova sede em 1963 pela Lei Municipal nº 67 de 12 de setembro. A disputa por atração de moradores se encerra quando Osorio Camargo falece em 1965, ficando o núcleo preexistente com estagnação de crescimento nas próximas três décadas, período em que o novo núcleo implantado ao sul teve maior expressão de crescimento e ocupação. Tal processo se altera quando, em 1998, João Teixeira de Faria (João de Deus), que havia chegado à cidade em 1976 e se instalado próximo à Praça Cívica, muda-se para os limites norte do município, nos rincões da Fazenda Capivari, na Vila Bastos. A Casa Dom Inácio de Loyola, que neste

contexto ascende internacionalmente com suas práticas religiosas, inverte a lógica de valorização dos terrenos de Abadiânia e de seu crescimento urbano. O novo núcleo implantado, ao sul, perde força e desvaloriza-se em detrimento das aceleradas ocupações e valorização do solo urbano ao norte da rodovia, que conta com aproximadamente cinquenta pousadas vinculadas ao turismo religioso. Para além deste processo, que é recente, o valor e Abadiânia para a construção de um vocabulário urbanístico no Brasil Central junta-se, com este trabalho, aos demais casos já pesquisados, em pesquisa, e aqueles que serão ainda descobertos e revelados.

CONCLUSÃO

Seria possível medir ou averiguar os impactos territoriais da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília? Iniciamos este documento com esta inquietação, angústia motivada pelos recentes ataques à cidade, à interiorização dos poderes e ao processo dela derivado. Diferente do que possa parecer, este documento não é, a priori, uma defesa de seus autores, personagens políticos ou de seu famoso projeto. Cientes de que este esforço já foi intensamente dispensado por importantes pesquisadores e intelectuais ao longo de sua juventude, nos debruçamos para além desta seara e posicionamos Brasília por outro viés: existiriam Brasília fora de Brasília ou distantes dela? O que gerou a nova

capital na dimensão urbana do interior da nação?

Brasília, em suas esferas estética e política, extrapolou a si própria. Sua criação e implantação fez revelar lugares do Brasil outrora desconhecidos e inóspitos, e hoje, suportes para culturas eminentemente urbanas e ávidos ao fortalecimento de suas economias regionais e locais. Para chegar a tais conclusões estabelecemos dois recortes: a leitura aqui encampada referiu-se à curta duração da criação e implantação da nova capital (1956-1960) e ao longo trecho da rodovia Belém-Brasília (1958-1959). Neste recorte espaço-temporal, verificamos que a transferência da capital federal para a hinterlândia desdobrou-se em políticas locais e iniciativas privadas de criação de novas cidades, ou seja, as políticas adotadas na escala federal reproduziram-se nas microescalas das políticas regionais e locais tocadas pela Belém-Brasília. Diretamente influenciados por Brasília, dez casos de cidades novas foram identificados: Alexânia (1957) e Abadiânia (1960-61), em Goiás; Araguaína (1958), Gurupi (1958), Miranorte (1959) e Colinas do Tocantins (1960), no atual estado do Tocantins; Açailândia (1958), Imperatriz (1959) e Itinga do Maranhão (1959), no Maranhão; e Ulianópolis (1958), no Pará.

Destes casos, Alexânia e Abadiânia foram escolhidos para serem explanados e aprofundados. Além de serem cidades novas de relocação, a criação de ambas as cidades foi diretamente influenciada por Juscelino Kubitschek durante a constru-

ção da Anápolis-Brasília (1957-1958), um trecho da Belém-Brasília. Ademais destes importantes fatos, vislumbramos que este documento acrescenta estas cidades nas discussões futuras sobre as cidades novas no Brasil, visto que as informações aqui apresentadas sobre seus projetos e processos de implantação são inéditas na historiografia.

Nelas, o rebatimento do Plano Piloto de Brasília aparecem das seguintes maneiras: 1) ambas situam-se em planícies, sendo este o principal critério adotado para a escolha do **lugar** para implantá-las; 2) ambas possuem **projeto**, sendo o de Alexânia derivado de uma malha ortogonal com especialização de vias e zoneamento, e Abadiânia derivado do repertório da *patté d' oie* (pata de ganso), com hierarquia viária clara e setorização; 3) ambas foram projetadas por **profissionais**: Alexânia por técnicos da Empresa Brasil de Imóveis Limitada, de Belo Horizonte, e implantada pelo engenheiro alemão Fritz Gezets, e Abadiânia, projetada e implantada pelo agrimensor Nilton Rabello, que trabalhava em Corumbá de Goiás; 4) ambas satisfazem ao **desejo** de políticos locais e federais de mudança de seus antigos sítios para o Planalto Central, respondendo à eminente **necessidade** (5) de ocupa-lo. Por fim, 6) ambas representam seu **tempo**, assim como Brasília, de uma modernidade particularmente progressista, desenvolvimentista e nacionalista, que no contexto de suas criações utilizaram-se do repertório e do vocabulário do urbanismo moderno para se materializarem.

A implantação da rodovia foi imprescindível para que estas cidades fossem criadas e conectadas entre si. Ela foi uma espécie de fio condutor dos fluxos ao interior e a partir dele, e fio aglutinador de ocupações e de experiências urbanísticas que culminou na modernização das cidades preexistentes e na criação de novas. Com recorte em Alexânia e Abadiânia, a leitura também deve considerar o importante papel exercido por Anápolis e Goiânia neste contexto, cidades mais desenvolvidas e ocupadas na região até então. Em conjunto com Anápolis, essas duas cidades novas auxiliaram na construção de Brasília e da Brasília metropolitana com o fornecimento de tijolos e telhas (em função de forte indústria cerâmica que nelas estão instaladas),

bem como de areia e pedras (disponível em abundância às margens do Rio Corumbá). Neste sentido, configurou-se desde a implantação da Anápolis-Brasília (1957-1958), da Belém-Brasília (1958-1959) e destas novas cidades uma rede urbana relativamente ocupada capaz de subsidiar a formação da região urbana Goiânia-Brasília no alvorecer do século 21. No mais, a depender da escala a se averiguar as transformações no interior do Brasil no recorte pós-1960, será inescapável enxergar Brasília, mesmo que ela não seja o alvo das questões. O valor da nova capital, mais do que ela própria, está na modernização dos rincões do país e na nova vida que ela propiciou, mesmo estando a aproximadamente 2.000 quilômetros de distância dela.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Alex. *Alex Abdallah*. [2012] Entrevista concedida a Guilherme Verano, 2012.
- CAMARGO, Irene. *Como Abadiânia nasceu? depoimento*. [17 de julho, 2017]. Entrevista concedida a Pedro Henrique Máximo Pereira, 2017.
- CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel Wady. A dimensão política de Brasília. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 20, p. 165-178, 2008.
- COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF, 1991.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.
- CURADO, Ramir. *Alexânia, a cidade dos meus sonhos: a saga de Alex Abdallah, o fundador de Alexânia*. Corumbá de Goiás: edição do autor, 2015.
- GOMES DA SILVA, Célio. *A história de Oribes: exemplo de responsabilidade fiscal*. Goiânia: São José Gráfica e Editora, 2005.
- GONTIJO, Ronaldo. *Como Abadiânia nasceu? depoimento*. [17 de julho, 2017]. Entrevista concedida a Pedro Henrique Máximo Pereira, 2017.
- HOLSTON, James. *Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 1993.

- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: SENADO FEDERAL, CONSELHO EDITORIAL, 2000.
- LACERDA, Larissa Alves; TREVISAN, Ricardo. Aragarças no Brasil Central: modernidades pré-Brasília. In: *ANAIS do V Enanparq*, Salvador, 15-19 de outubro de 2018.
- LIMA, Cassimiro da Mata. *Rubiataba: Primeiros tempos 1948-1959*. Goiânia: KELPS, 2012.
- LIMA, Ricardo Gomes (Org.). *Fios de Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: FUNARTE, CFCP, 1995.
- SOUSA, Michelle Louise, PACHECO, Rafael Araújo. A Influência da Rodovia Belém-Brasília no Processo de Desenvolvimento das Cidades do Centro-Norte de Goiás. *Revista Geoaraguaia*, v. 3, p. 246-262, 2013.
- STUMPF, Paula Groehs Pfrimer Oliveira. Sertões e Patrimônios: uma história de Santo Antônio de Olhos D'Água-GO. In: *Patrimônio e História*. LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (Orgs.). Londrina: UNIFIL, 2014.
- TREVISAN, Ricardo. *Cidades Novas*. Tese de doutoramento. Brasília: FAU-UnB, 2009.

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA – Arquiteto e Urbanista (UEG), Artista Visual (UFG), mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-FAU-UnB e doutorando pelo mesmo programa. É professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da UEG e PUC-Goiás, e participa dos grupos de pesquisa Paisagem, Projeto e Planejamento – LABEURBE (UnB), Novas Cidades (UnB) e Cronologia do Pensamento Urbanístico (UFBA). E-mail: arqurb.phmp@gmail.com

RICARDO TREVISAN – Arquiteto e Urbanista (IAU-USP), mestre em Engenharia Urbana (UFSCar) e doutor em Arquitetura e Urbanismo (UnB). É professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB. É líder do grupo de pesquisa Paisagem, Projeto e Planejamento – LABEURBE (UnB), e coordenador do grupo Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. E-mail: prof.trevisan@gmail.com

CONGRESSO NACIONAL: PROCEDIMENTOS PROJETUAIS E ARQUITETURA BRUTALISTA*

*Danilo Matoso Macedo
Elcio Gomes da Silva*

Resumo

Com este artigo sugere-se, a partir da análise de fontes documentais primárias, alguns princípios arquiteturais na obra de Oscar Niemeyer, observados no processo de projeto do Palácio do Congresso Nacional em Brasília (1957/1962). Um entendimento aprofundado de tais princípios pode contribuir não apenas para tornar claras importantes relações entre concepção e construção, entre decisões em grande escala e detalhes construtivos, mas também pode auxiliar a traçar caminhos para a preservação daquela importante obra.

Nas obras anteriores a Brasília, a arquitetura de Oscar Niemeyer se caracteriza pela diversidade de formas, materiais, e cuidado especial aos detalhes – embora sempre articulada em plantas livres. Com os trabalhos na nova capital, o próprio arquiteto explica, sua obra passa a lidar com a procura constante de concisão e pureza, a serem alcançadas com soluções compactas, simples e geométricas; os problemas de hierarquia e de caráter arquitetônico; as conveniências de unidade e harmonia entre os edifícios e, ainda que estes não mais se expressem por seus elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original.

Já em 1956, Siegfried Giedion afirmava que os arquitetos brasileiros eram capazes de resolver os diversos problemas de um programa complexo com uma planta baixa simples e concisa e cortes claros e inteligentes. Niemeyer levaria de fato esta estratégia sintética a um novo nível, nos quais desenhos simplificados, esquemáticos, também desempenhavam um papel na definição dos elementos principais. Uma forma concisa seria então a consequência de uma representação gráfica também concisa em que permaneceriam apenas os princípios arquiteturais que, para o autor, seriam essenciais ao edifício. Se a esquematização gráfica implica de certo modo a prevalência da forma plástica, uma estratégia de projeto mais abstrata e não figurativa pode ser interpretada como uma representação pura de princípios clássicos, tais como ritmo, regularidade, simetria e proporção.

Este duplo conceito é aqui examinado tal como presente em alguns dos desenhos arquitetônicos originais do Palácio do Congresso em Brasília, projetado por Oscar Niemeyer em 1957 – um momento decisivo na carreira do arquiteto. Esta pesquisa é centrada na solução estrutural, no modo como sua ordem é expressada em elementos secundários, e em sua relação com o nível de detalhamento então atingido. Alguns elementos revelam-nos mudanças sutis entre um formalismo estrito e um projeto aberto: pilares elípticos representados como retângulos; esquadrias, revestimentos e pavimentações dispostos de modo não modular e adaptativo – dentre outros. Quais daqueles elementos permanecem? Quais estabeleceram novos padrões para mudanças? Tais procedimentos não estariam na raiz das estratégias de projeto e de composição de uma certa corrente do brutalismo brasileiro?

O estudo do Palácio construído, e seu processo de projeto, tal como articulado desde seus primeiros esboços aos desenhos técnicos definitivos, suscita questões – concernentes a geometria, hierarquia, caráter, unidade e harmonia – fundamentais a qualquer ação voltada à preservação daquele complexo.

Palavras-chave: Congresso Nacional. Brasília. Brutalismo brasileiro.

* Trabalho apresentado no 10º Seminário DOCOMOMO Brasil, Curitiba, 2013.

Abstract

With this paper we aim to suggest, based in the scrutiny of primary archival sources, some architectural principles underlying the work of Brazilian architect Oscar Niemeyer as deployed in the design process of Brazil's Palace of Congress (1957-1962). Further understanding of these principles may contribute not only to clarify the important relationships between conception and construction, between large-scale decisions and constructive details, but also to help defining ways for the preservation of that important work.

An effective way to approach Niemeyer's work is through its analysis in two main periods, those before and after his initial designs for Brasília (1957-1962). The first period was typified by a diversity of shapes, materials, and further attention to details, the whole articulated mostly in open plans. The second one, as the architect himself states, is distinguished by a quest for *conciseness and purity* to be attained with *compact solutions, simple and geometric: problems of hierarchy and of architectonic character; the fitness of unity and harmony amongst the buildings and, further, that these no longer [would be] expressed through their secondary elements, but rather through the structure itself, duly integrated within the original plastic conception.*

In 1956, Siegfried Giedion expressed his opinion that Brazilian architects were able to *tackle the varied problems of a complex program and to come forward with a concise and simple ground plan and with clear and intelligent sections.* Niemeyer would, in fact, bring this synthetic strategy to a new level, in which unfussy, schematic drawings could also play a role in defining what elements should be of primary importance. A concise form would be the consequence of a concise graphic representation, standing only for architectural principles that, for the author, would be essential in the building. If graphic schematization can thus denote the prevalence of plastic form, a more abstract and nonfigurative design strategy can be interpreted as the sheer representation of classical principles, conveyed by several means – such as rhythm, regularity, symmetry and proportion.

This twofold concept is here examined as presented in some original architectural drawings of the Palace of Congress, in Brasília, designed by Niemeyer in 1957 – as said above, a decisive moment for his artistic choices and esthetical leanings. The research is centered in the structural solution, in the way this specific order is expressed in secondary elements, and in their relationship to the level of detailing then reached. Some elements reveal us the subtle shifts between strict formalism and open design: elliptical pillars represented as rectangles; window mullions, cladding and flooring set in a non-modular, adaptive way – amongst others. Which of these elements survived? Which of them established new paths for change? Wouldn't this strategy be at the basis of a certain trend of Brazilian Brutalism?

The study of the Palace as built together with its presiding design process, as articulated from first drafts to definitive technical drawings, raises issues – dealing with geometry, hierarchy, character, unity and harmony – that are fundamental to any action intended to the preservation of that complex.

Keywords: Palace of Congress. Brasília. Brazilian Brutalism.

¹ “La science a ses axioms; l’art a ses principes”. Guadet. *Éléments*, v.1, p.98

² A sistematização documental e muitas das questões aqui apresentadas provêm do trabalho de Silva, “Os palácios originais de Brasília”.

³ Comas, “Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiência a reconhecer”, 69.

⁴ Giedion, “O Brasil e a arquitetura contemporânea”, 17.

⁵ Niemeyer, “Depoimento”, 4–5.

Com base na análise das fontes documentais primárias² do processo de concepção do Congresso Nacional (1957-1962), é possível identificar alguns princípios arquitetônicos subjacentes à obra de Oscar Niemeyer. A compreensão desses princípios e a identificação de possíveis conexões com outras correntes da arquitetura brasileira podem contribuir não só para esclarecer as relações importantes entre concepção e construção, entre as decisões de maior escala e os detalhes construtivos, mas também ajuda a definir caminhos para a preservação daquela obra referencial (Figura 1).

A partir das estratégias de projeto evidenciadas no percurso da arquitetura do palácio surgiram as conjecturas acerca de possíveis conexões, ou paralelismos, entre decisões projetuais dos edifícios de Brasília e aspectos característicos da arquitetura brutalista produzida no Brasil, entre 1953 e 1973. Contemporaneidade dos profissionais envolvidos nas correntes arquitetônicas de que se trata, a evidência das fontes de influência comuns (Le Corbusier e Mies van der Rohe), e os escritos dos principais autores são alguns dos dados que facultam o cotejamento.

Como muitos dos primeiros arquitetos modernistas, Oscar Niemeyer teve por base uma formação clássica, na Academia Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Carlos Eduardo Comas afirma que os mestres brasileiros da arquitetura moderna *nunca negaram os fundamentos conceituais e metodológicos da tradição acadêmica*.³ De fato, conceitos como *composição, hierarquia e caráter*

sempre permearam os discursos de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer. A facilidade com que tais conceitos migraram de um modo de produção arquitetônica parece sugerir que os mesmos estavam além das questões de forma ou função. Por conseguinte, estes princípios não eram visto apenas como uma questão de método ou de estilo, eles afetaram os procedimentos de projeto. Segundo Siegfried Giedion, em 1956, os arquitetos brasileiros eram capazes de *resolver os diversos problemas de um programa complexo com uma planta baixa simples e concisa e cortes claros e inteligentes*.⁴

Nas obras anteriores a Brasília, que já incorporavam preceitos da tradição acadêmica, a arquitetura de Oscar Niemeyer se caracterizava pela diversidade de formas, de materiais, e por um cuidado especial aos detalhes, embora sempre articulada em plantas livres. Quando encarregado dos principais projetos para edifícios monumentais de Brasília (1956-1962), Niemeyer refina os valores acadêmicos a tal ponto que a produção resulta numa nova fase em sua carreira. Segundo o arquiteto, sua obra passa a lidar com a *procura constante de concisão e pureza*, a serem alcançadas com:

soluções compactas, simples e geométricas; os problemas de hierarquia e de caráter arquitetônico; as conveniências de unidade e harmonia entre os edifícios e, ainda que estes não mais se exprimam por seus elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original.⁵

*A ciência tem seus axiomas;
a arte tem seus princípios.*
JULIEN GUADET¹

O Congresso Nacional era um marco essencial no plano urbanístico de Lucio Costa para Brasília, no qual a composição em torre, embasamento e cúpula também atuava como elemento de transição entre a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. Na concepção de Niemeyer, os plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados seriam marcados por cúpulas circulares de concreto armado, assentadas sobre uma plataforma horizontal de dois andares, que abrigava as principais funções franqueadas ao público. Duas torres de escritórios de 28 andares, com estrutura de aço e plantas rombóides, completavam o partido.

Nessa composição, a *harmonia entre os edifícios* é assegurada pelas proporções entre os volumes e pelas formas regulares, relacionadas em equilíbrio através de equivalência direta ou de *seções áureas*. A plataforma de 72m por 200m foi nivelada com a parte superior, da Esplanada,

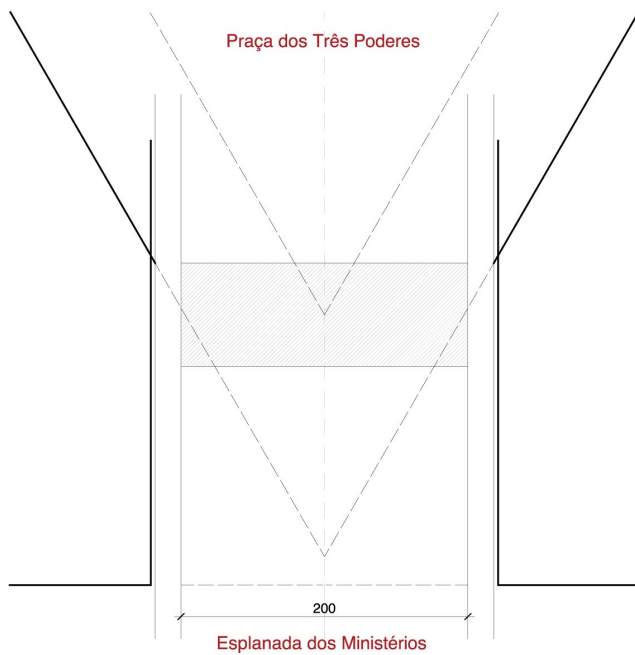
e abrigava um edifício de dois andares. Internamente, o bloco foi dividido de forma assimétrica, o que corresponde aos diferentes programas funcionais das casas legislativas – Senado, ao norte, acomodando 63 parlamentares, e Câmara dos Deputados, ao sul, acomodando 326 – ambas interligadas por dois halls de entrada de quarenta metros de largura. Aqui, conforme Guadet coloca, *as proporções de uma fachada são regidas por aquelas dos interiores*.⁶ As cúpulas, que sinalizam aos espaços de deliberação, foram localizadas nos pontos médios dos retângulos de cada Casa. As torres, implantadas no nível mais baixo do terreno, e alinhadas com os halls de entrada, foram deslocadas a partir do eixo central, dividindo visualmente os duzentos metros de largura que marcam o grama-do central da Esplanada em uma *Seção Áurea* (0,618...). Essa disposição viabiliza o espaço adequado para o elemento de destaque, a cúpula maior invertida, no

⁶ “les proportions d’une façade sont régies par celles des intérieurs”. Guadet. *Éléments*, v.1, p.184.

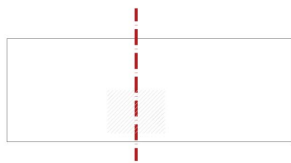
Figura 1 – Congresso Nacional, vista oeste. Fotografia: Nelson Guimarães, 2011.



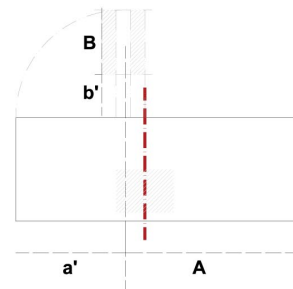
Figura 2 – Esquema Compositivo.



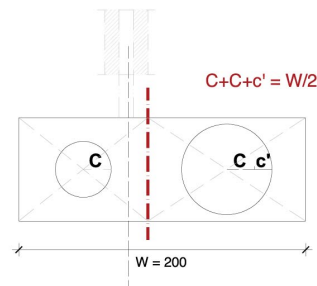
a) A plataforma de 72m por 200m nivelada com a parte superior, da Esplanada, abrindo um edifício de dois andares



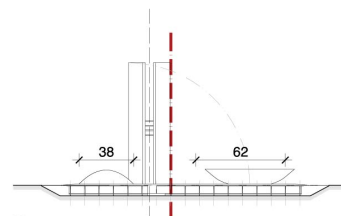
b) Internamente, o bloco foi dividido de forma assimétrica, o que corresponde aos diferentes programas funcionais das casas legislativas, ambas interligadas por dois halls de entrada



c) As torres, implantadas no nível mais baixo do terreno, alinhadas com os halls de entrada, foram deslocadas a partir do eixo central, dividindo visualmente os duzentos metros que marcam o gramado da Esplanada em uma *Seção Áurea*



d) As cúpulas, que sinalizam aos espaços de deliberação, foram localizadas nos pontos médios dos retângulos de cada Casa. Essa disposição viabiliza o espaço adequado para o elemento de destaque, a cúpula maior invertida, no vazio sul



e) Elevação
A soma dos raios das cúpulas correspondem a metade da largura da plataforma, ou 100m

vazio sul, demarcado pela plataforma horizontal e as torres (Figura 2.a; 2.b; 2.c; 2.d; 2.e).

Para Vilanova Artigas, a *revisão crítica de Niemeyer* marcava o *ponto de partida para uma nova fase do desenvolvimento da arquitetura nacional que, dessa forma, mostra o seu rico conteúdo, capaz de novas e mais elevadas manifestações formais*.⁷ De fato, a concisão formal alcançada pela composição de volumes claramente delimitados, *cegos*, e a relação de hierarquia que se estabelece entre eles na principal elevação do edifício possuem correlação com a arquitetura então praticada em São Paulo naquele mesmo momento histórico – a que viria a se chamar *brutalista*. Semelhança reforçada pela presença, no bloco horizontal do Congresso Nacional de soluções de planta genérica e jogos de níveis e meios-níveis valorizando visuais e percursos, marcados pelos vãos livres e unificadas por um teto homogêneo (Figura 3.a; 3.b).

Tal papel unificador também era desempenhado – tanto aqui quanto na escola carioca e no brutalismo paulista – por uma malha regular de pilares. Entretanto, se Niemeyer avançava no desenho dos elementos estruturais nos demais palácios originais de Brasília (Alvorada, Planalto e STF) – no que seria seguido por Artigas –, aqui mantinha a estratégia da colunata regular presente desde suas primeiras obras.

Para Niemeyer, *estrutura* era fundamental a fim de expressar *unidade* e *harmonia* em arquitetura. Desde seus primeiros trabalhos, o arquiteto adotou

a disposição dos pilares em eixos para representar a *táxis* ou uma *ordem* espacial superior.⁸ Nessa estratégia, *o eixo é a chave para o desenho, e deve ser o mesmo para a composição*.⁹ Assim é o caso do Congresso Nacional, onde a plataforma horizontal é estruturada por uma malha regular de 10m por 15m, e as torres gêmeas são resolvidas com pilares de aço em forma de “I” – importados dos Estados Unidos –, reunidos em dez pórticos distribuídos nos intervalos de 4,89 m (ou 16’) (Figura 4.a). Embora esquematicamente definidos pela arquitetura, a forma final dos elementos estruturais foi concebida pelo engenheiro estrutural Joaquim Cardozo (1897-1978). Os pilares, apenas representados como elementos retangulares na arquitetura, foram definidos nos projetos de estrutura com seções elípticas de 1,1m por 0,4m (Figura 4.b).

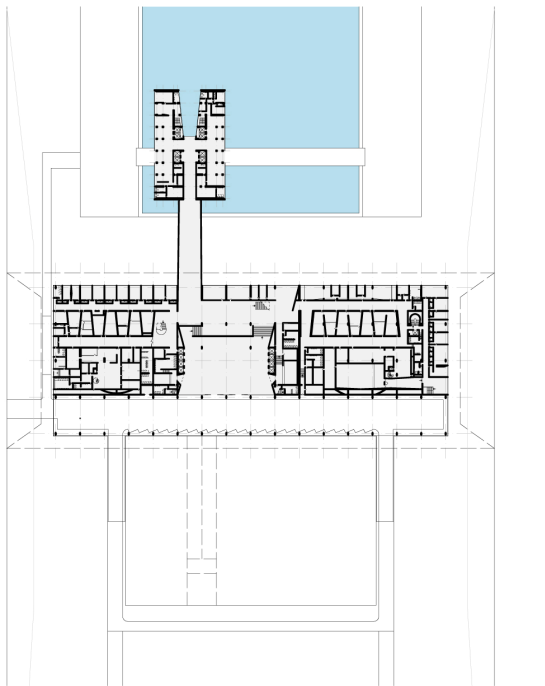
Na verdade, a forma final de muitos elementos estruturais nem sequer foi representada nos desenhos arquitetônicos, cabendo à equipe de Cardozo apresentar as soluções finais, registradas em mais de 445 folhas de desenho. A plataforma em si, é uma laje dupla em forma de “V”, que oculta um complexo sistema de vigas internas ortogonais e diagonais, necessárias para distribuição das fortes tensões causadas pelo peso das duas cúpulas acima da plataforma, o que também exigiu a disposição complementar de pilares fora da malha estrutural (Figura 4.g; 4.h). As cúpulas que definem a composição foram originalmente concebidas pelo arquiteto como parabolóides de revolução (Figura 4.c). A menor, voltada para baixo, suporta

⁷ Artigas, “Revisão crítica de Niemeyer”, 225.

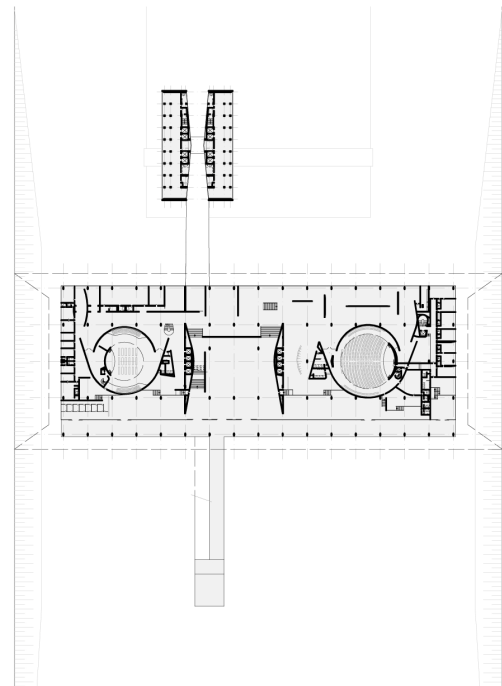
⁸ Cf. Vitruvius, *De Architectura*, I-V, 24–25 [Livro I, Cap. II, §1-2].

⁹ “l’axe est la clef du dessin et c’est celle de la composition”. Guadet. *Éléments*, v.1, p.40.

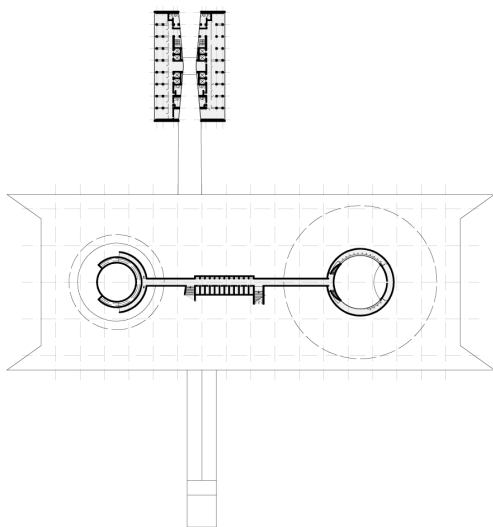
Figura 3 – Congresso Nacional –
Desenhos técnicos



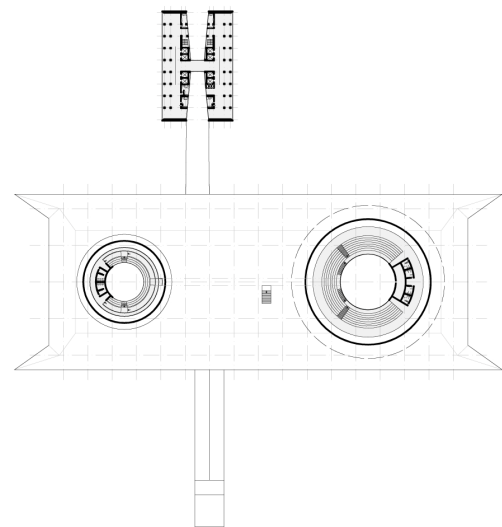
a) pavimento semi-enterrado



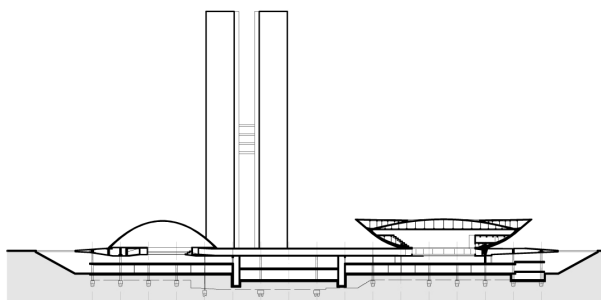
b) pavimento superior



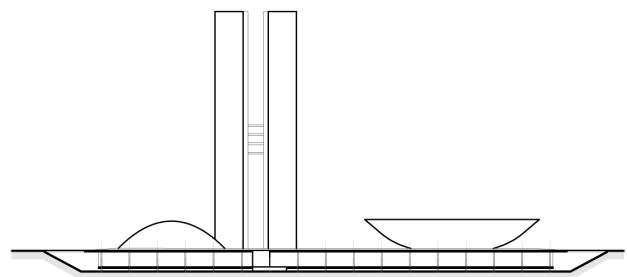
c) circulação de público - interior da plataforma



d) galerias de público



e) corte longitudinal



f) elevação

apenas tensões de compressão. No entanto, a cúpula maior invertida – projetada pelo arquiteto com balanço de 16m e uma laje plana no topo – teve a forma construtiva desenvolvida pelo engenheiro numa composição de elipsóide de revolução combinada com um tronco de cone invertido tangente (Figura 4.d). Para solucionar a cobertura do vão, Cardozo adotou uma cúpula rebaixada secundária, em posição usual, que apoia tanto o forro plano abaixo, quanto o anel de cobertura acima, por meio de uma elaborada disposição de suportes e grelhas de concreto (Figura 4.f).

A estratégia *colunar* ou *tectônica*, em termos clássicos, tem precedentes na arquitetura grega, onde os elementos estruturais são concebidos como módulos que comandam a composição. Como explicava o engenheiro brasileiro Vicente Licínio Cardoso (1889-1931), o objetivo dos gregos era a *erigir em mármore compêndios de geometria*,¹⁰ para os quais eles não tinham equivalentes escritos – que apareceriam somente no século III dC, com Euclides. De certa forma, quando Joaquim Cardozo construía modelos matemáticos para lidar com as cúpulas, ele estava propondo uma lógica análoga, como ele mesmo declarou:

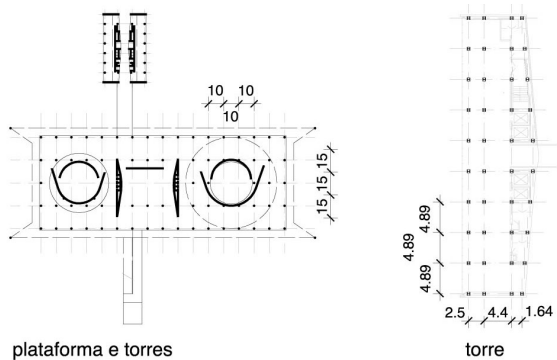
Presente-se, respondo, uma tendência para a fuga, para o abandono dos antigos compromissos com as curvas e superfícies algébricas, para se situar no campo da geometria finita – expressão esta que se deve a Darboux – ou melhor dizendo, para se voltar à intuição de uma geometria

natural, valendo pelas suas qualidades iminentes e não por dispositivos sobre ela construídos. Não mais uma geometria cartesiana – dominada, conduzida pelo formalismo algébrico – porém, uma outra mais moderna, emancipada desses sistemas que lhe vêm de fora e lhe restringe o campo de existência.

Observem-se alguns desses atributos: aqueles, por exemplo, que implicam na realidade geométrica da composição, uma vez que a arquitetura sempre foi em todos os tempos um problema de realidade geométrica; o que se presente a este respeito nas mais recentes criações arquitetônicas?(...) não mais uma geometria cartesiana – dominada, conduzida pelo formalismo algébrico – porém, uma outra mais moderna, emancipada desses sistemas que lhe vêm de fora e lhe restringe o campo de existência. É pelo emprego dessa realidade geométrica (...) que atingimos nos tempos que correm a um critério de molduração ou de modenatura... uma molduração mais intrínseca às linhas, superfícies e volumes que constituem o espaço arquitetônico e se define no emprego dos campos de tangência, de curvatura ou de contatos de ordem mais elevada entre aqueles seres geométricos (...) Agora poder-se-á perguntar: e as soluções de equilíbrio para essas formas? São dadas pela física experimental, pela ótica dos estados reológicos, pela foto-elasticidade; entre o polarizador e o analisador aparecerão as linhas dos esforços e das deformações, sobretudo as isoclínicas, isotáticas e isocromáticas, três famílias de curvas que são o exemplo natural daquele objeto geométrico descoberto por Veblen e que se enquadram

¹⁰ Cardoso, “À margem das arquiteturas grega e romana”, 72.

Figura 4 – Elementos estruturais. Fonte: Acervo Câmara dos Depurados



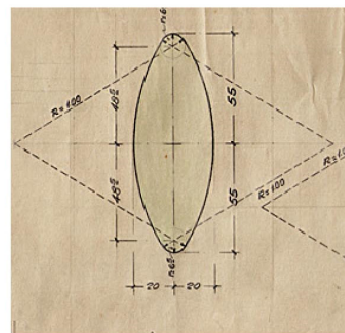
plataforma e torres

torre

a) Plataforma horizontal estruturada por uma malha regular de 10m por 15m, e as torres gêmeas com pilares de aço em forma de "I", pórticos nos intervalos de 4,89 m (ou 16')

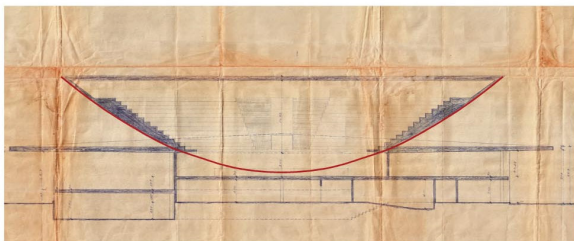


projeto de arquitetura

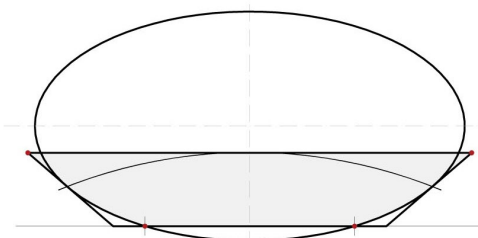


projeto de estruturas

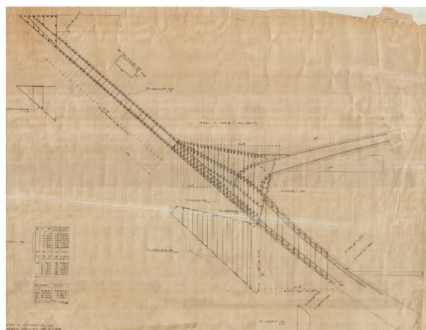
b) Definição da seção dos pilares



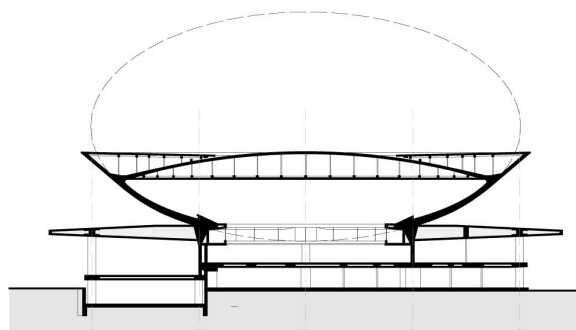
c) Cúpula invertida
Projeto de arquitetura
Geometria parabolóide



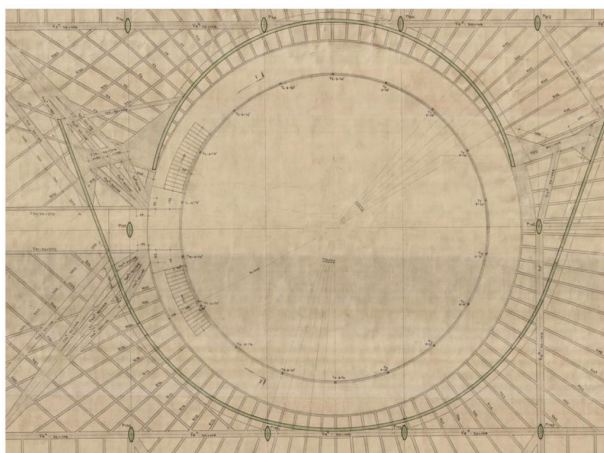
d) Cúpula invertida
Solução estrutural
Composição com um elipsóide e um tronco de cone



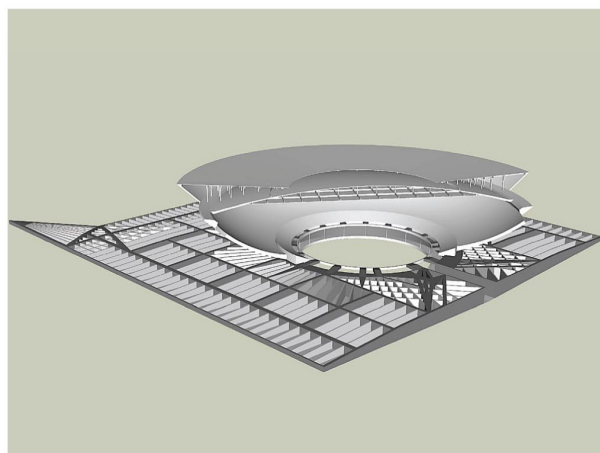
e) Cúpula invertida
Projeto de estruturas, trecho superior



f) Cúpula invertida
Projeto estrutural completo, com a cúpula rebaixada



g) Plataforma, vigas internas que sustentam a cúpula invertida



h) Plataforma e cúpula invertida
vista das vigas internas e seção da cúpula acima

também no domínio da geometria dos tecidos (*Geometrie der Gewebe*) isto é, a geometria têxtil criada por Blaschke.¹¹

Para Niemeyer, os edifícios não deveriam (mais) se *expressar pelos seus elementos secundários*. E de fato tal estratégia de composição arquitetônica, que deixou para o engenheiro o papel de conceber e dar forma aos elementos estruturais, seria a mesma a reger os *elementos secundários* do edifício: a definição de padrões que expressam a ordem estrutural sem se subordinarem diretamente a ela.

O revestimento de mármore nas empenas leste a oeste das torres divide um andar verticalmente em 4 partes e horizontalmente em 26 partes alternadas, resultando em placas de aproximadamente 45 centímetros por 80 centímetros. A estratégia da disposição alternada adotou outra solução para o piso da plataforma e das rampas externas, em uma espécie de *pseudo-isódomo*,¹² onde as placas de mármore branco áspero de vários comprimentos e larguras (20cm, 40cm, 50cm, 60cm) criam linhas modulares de dimensões diferentes, num tipo de mosaico linear que reduz tanto a perda da pedra – devido às pequenas dimensões de algumas peças – quanto melhora a adequação às variações cromáticas (Figura 5.h).

No piso térreo do edifício horizontal, a disposição das paredes internas foi a mais concisa possível, a fim de garantir a instalação do programa pouco desenvolvido. O nível superior

é um espaço aberto, modulado pelas colunas e com poucas paredes autoperforantes, completado por planos de vidro e painéis artísticos. Os únicos elementos estritamente opacos são as paredes em forma de asa, que conformam o hall de entrada, e as paredes curvas em sequências de arcos tangentes, que delimitam os plenários, revestidas com placas de mármore de 25 centímetros por 70 centímetros – em referência ao material externo (Figura 5.g). Quando não simplesmente pintadas, as paredes internas foram revestidas com lambris verticais de jacarandá (Figura 5.d; 5.e; 5.f). Os pisos internos foram realizados, na maior parte, com tapetes, tacos de madeira e placas de *Paviflex* – exceto nos salões de entrada, com piso em mármore branco e granito preto.

Os planos de vidro são sempre deslocados a partir do eixo longitudinal das estruturas, evitando conflitos modulares com os pilares. Os montantes estão sempre alinhados com o eixo transversal estrutural interno, dividindo o vão em quatro partes nas torres (1,22m, ou 4') e, em seis segmentos no bloco horizontal (1,67m) (Figura 5.a). Nos limites das torres – como uma versão moderna da *quina Dórica*¹³ – a parede de vidro foi estendida para cobrir a largura do pilar recuado, e o espaço resultante foi dividido novamente em uma variação imperceptível de módulo (1,285m nas torres e 1,83m no bloco horizontal) (Figura 5.b). Outra pequena variação de ritmo foi adotada no bloco horizontal, dividindo em cinco partes o vão que fazia

¹¹ Cardozo, “Algumas idéias novas sobre arquitetura”, 3–4. Para uma possível relação em tal *geometria têxtil* e a *tectônica* de Semper, à época desenvolvida também via Mies van der Rohe nos Estados Unidos, ver: Frampton, *Studies in Tectonic Culture*, 191.

¹² Vitruvius, *De Architectura*, I-V, 112–115 [Livro II, c. VIII, §6].

¹³ *Ibidem*, 218–219 [Livro IV, c. III, §1–2].

¹⁴ O projeto arquitetônico executivo da Rodoviária de Jaú (Artigas, 1973) guardado na biblioteca da FAU-USP conta com apenas nove pranchas. De modo similar, a paradigmática Casa Martirani (Artigas, 1969) conta com apenas sete pranchas de arquitetura já integrada às instalações.

rampa de entrada. Como nos outros dois palácios da Praça dos Três Poderes, as esquadrias do Congresso Nacional apresentam o desenho de traves alternadas. Essa solução dissimula eventuais diferenças dimensionais, libera a vista do observador no interior e reduz a necessidade de componentes redundantes para os sistemas ventilação, usando-os apenas onde são necessários.

Característica marcante nas obras brutalistas, o uso de uma paleta restrita de materiais é parte da mudança significativa da *revisão crítica* de Niemeyer. Austeridade, homogeneidade e ênfase na construção em Brasília, além de relacionarem-se a *questões de caráter arquitetônico*, também se vinculavam a uma necessidade prática de construção em curto período para inauguração da capital. Ocultam-se as imperfeições de obra com revestimentos simples e de técnica relativamente convencional, e, por serem harmonizados em sua *estereotomia*, não menos *éticos* ou *honestos* que a estrutura deixada aparente – solução que exigiria moroso e rigoroso controle de concretagem e desforma, talvez adiando o início de outras empreitadas secundárias no canteiro.

O projeto arquitetônico do Congresso Nacional é apresentado em apenas 376 folhas de desenho, dos quais 208 correspondem a fases preliminares e estudos; 101 correspondem a revestimentos, pavimentação e detalhes diversos, bem como

as áreas molhadas. Outras 52 folhas são exclusivamente dedicadas às esquadrias da fachada em vidro, enquanto que apenas 15 folhas foram necessárias para lidar com todas as paredes e demais elementos arquitetônicos. Essa concisão foi possível, como aqui sugerido, pela estreita relação entre as equipes de engenharia e arquitetura, combinada com a adoção, em alguns casos, de peças padronizadas pela indústria, e por uma linguagem arquitetônica reduzida a muito poucos e simples elementos. Caixilharia, revestimento e pavimentação foram solucionados com uso de pequenos componentes ou combinados em composições que dissimulavam as imperfeições.

Isto parece sugerir que Niemeyer e sua equipe, assim como o faria Villanova Artigas em seus projetos da década de 1960 em diante,¹⁴ concentravam-se na concepção dos elementos que refletiriam o processo compositivo de ordenamento da construção – o espaçamento entre as estruturas e as suas dimensões –, e a sua expressão. Isto foi realizado de maneira tão sutil que as irregularidades devido à imprecisão da obra ou devido à passagem do tempo não diminuíram os princípios do projeto original. Para além do formalismo ou do classicismo figurativo, e de modo análogo à arquitetura brutalista, o uso de estratégias *compositivas* por Oscar Niemeyer tornou o Congresso Nacional um edifício conceitualmente robusto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIGAS, João Vilanova. **Revisão crítica de Niemeyer.** *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração.* São Paulo : Pini; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura; Fundação Vilanova Artigas, 1987. p.224–225.[Originalmente publicado em Acrópole, São Paulo (237), jul.1958]
- CARDOSO, Vicente Licínio. **Á margem das arquiteturas grega e romana.** *Á margem das arquiteturas grega e romana . Princípios geraes modernos de hygiene hospitalar e sua aplicação ao Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro : Typographia do Anuario do Brasil, 1927. p.7–98.
- CARDOZO, Joaquim. **Algumas idéias novas sobre arquitetura.** *Módulo.* (jun.1963). : 1–7. 33
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. **“Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiência a reconhecer”.** *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: v.1.* São Paulo : Romano Guerra, 2010. p.63–77. (RG Bolso, 1);
- FRAMPTON, Kenneth. ***Studies in tectonic culture: the poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture.*** John Cava (org.). Cambridge / Graham Foundation for Advanced Studies in the Fine Arts: MIT Press, 1995.
- GIEDION, Sigfried. **O Brasil e a arquitetura contemporânea.** In: Trad. Paulo Pedreira. *Arquitetura moderna no Brasil.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999. p.17–18.(Texto de maio1956)
- NIEMEYER, Oscar. **Depoimento.** *Módulo.* (fev.1958). : 2–6. 2, no. 9
- SILVA, Elcio Gomes. **Os palácios originais de Brasília.** Tese de Doutorado, Brasília : Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2012.
- VITRUVIUS, (Marcus V. Pollio). ***De Architectura = on Architecture: books I-V.*** Trad. Frank Granger. Cambridge / London: Harvard University Press, 1931. (Loeb Classical Library, 251);
- ZEIN, Ruth Verde; Bastos, Maria Alice Junqueira. ***Brasil: arquiteturas após 1950.*** São Paulo : Perspectiva, 2010.

DANILO MATOSO MACEDO – Arquiteto e Urbanista e Analista Legislativo – Arquiteto – Câmara dos Deputados. Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura da UFMG. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – UnB. danilo.macedo@camara.leg.br

ELCIO GOMES DA SILVA – Arquiteto e Urbanista e Analista Legislativo – Arquiteto – Câmara dos Deputados. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – UnB. elcio.gomes@camara.leg.br

ESTRUTURAS METÁLICAS NO CONCRETO DE BRASÍLIA

Elcio Gomes da Silva
Danilo Matoso Macedo

Resumo

Os edifícios representativos construídos em pouco mais de três anos e meio para a inauguração de Brasília caracterizam-se, essencialmente, pela exaltação da técnica do concreto armado e das possibilidades do material híbrido, explicitadas na leveza aparente das colunas dos palácios, nos planos delgados e nas cúpulas. Em que pese essa intenção, o conjunto arquitetônico dos edifícios de múltiplos andares, que define a Esplanada dos Ministérios, materializou-se a partir do considerável uso de esqueleto estrutural metálico.

Testado preliminarmente como protótipo na execução do Brasília Palace Hotel, o sistema fez parte das soluções do arquiteto Oscar Niemeyer para os prismas que abrigariam os Ministérios – conforme a proposta urbanística de Lucio Costa – e para as torres anexas do Congresso Nacional. A decisão tornou possível o cumprimento do prazo previsto, mas não sem dificuldades.

De um início alicerçado na indústria nacional ao envolvimento malgrado de empresas estrangeiras a leitura da sequência dos fatos revela, nas dificuldades enfrentadas e nas concessões admitidas, aspectos próprios da condição em que se encontravam a técnica e a tecnologia das estruturas de aço no Brasil.

Tendo por base a análise da documentação técnica original, referente ao projeto e à execução daqueles edifícios, bem como dos documentos administrativos da construção, o trabalho apresenta os eventos históricos e procura avaliar as possíveis contribuições desse período de incomum concentração do emprego de estruturas de aço nas construções.

Palavras-chave: Estruturas metálicas, Palácio do Congresso Nacional, Edifícios Ministeriais de Brasília

Abstract

Brasilia's representative buildings, produced in three years and a half for the inauguration of the capital, are a showcase for the advanced technique of reinforced concrete in Brazil, exploring the possibilities of that hybrid material through the lightness of the palaces' columns, the slim plans and the domes. However, many of the main buildings defining the Esplanade of Ministries were possible thanks to a steel skeleton.

The system, tested as a prototype at the small *Brasília Palace Hotel*, was used in the prisms of the Ministries – designed by Niemeyer after Lucio Costa's urban design – and in the towers annex to the National Congress. It made possible to accomplish the tight schedule, but not without difficulties.

From a beginning based on Brazilian industry to a unsuccessful involvement of foreign companies, the reading of the historical facts shows, in the obstacles and compromises, the state of development of technique and technology of steel structures in Brazil.

Based on the scrutiny of the original technical and administrative documentation referring to the design and building processes of those works, this paper present the historical events aiming to evaluate the possible contributions of that period of unusual and concentrated use of steel structures in Brazil.

Keywords: Steel structures, Palace of Congress, Ministries in Brasilia.

A construção de Brasília, em termos tecnológicos, não pode ser considerada um marco da tecnologia nacional; mas, sem dúvida, o é da engenharia brasileira. É mais o resultado de decisões firmes tomadas em nome de um projeto e construção do que de estudos apurados de materiais, métodos e processos de construção. Ela permitiu, contudo que se desenvolvessem, pela ação direta, métodos de construção inusitados em regiões longínquas dos meios industrializados.¹

Brasília foi construída a partir de agosto de 1956, registro dos primeiros projetos, e inaugurada em abril de 1960, com os principais edifícios públicos executados. Além das dificuldades determinadas pelas condições do canteiro, o prazo de pouco mais de três anos e meio, entre decisão política e data escolhida para a mudança, foi também fator delimitador das ações. Impôs a disciplina do tempo ao planejamento arquitetônico que, além de solucionar aspectos vinculados às exigências simbólicas, deveria garantir a viabilidade dos prédios para a inauguração, por meio, dentre outros recursos, da escolha de sistemas construtivos adequados ao cronograma de curto prazo.

As condições para atender ao grande volume de obras resultariam, em grande medida, da adoção de técnicas que proporcionassem velocidade na produção. Nesse contexto, a decisão do esqueleto estrutural assumia importância fundamental, principalmente devido à necessidade de construção rápida dos edifícios de múltiplos andares destinados a abrigar os diversos órgãos públicos para o estabelecimento da Administração Federal.

O concreto armado era o sistema estrutural preponderante na época para construção civil no Brasil, com pleno domínio projetual e executivo por parte dos técnicos e das empresas. Impulsionado pela grande demanda por construções, ocorrida a partir da década de 20, teve hegemonia consolidada graças a uma combinação de fatores. Alicerçava-se na formação dos engenheiros de estruturas, obtida no âmbito das firmas

de projetos e das construtoras que atuavam na área. Possuía a exigência mínima na qualificação da mão-de-obra. Por fim, contava com estímulos do Estado, quer no apoio à condução de pesquisas no âmbito dos institutos e laboratórios, quer no favorecimento para a instalação de fábricas de cimento no país, fato que aconteceu em 1924.²

Embora de ampla utilização nos arranha-céus em outros países, o uso de estruturas metálicas ainda se encontrava em estágio inicial em nosso país.³ A exemplo do concreto, os projetos também dependiam de formação complementar e extracurricular, entretanto, eram poucos os profissionais especializados no cálculo. O custo e a exigência de formação dos trabalhadores para a montagem das peças restringiam o uso da mão-de-obra disponível. Os conflitos de interesse entre as firmas produtoras de aço e os cartéis de cimento – politicamente mais fortes em virtude dos favores Estatais – também foram determinantes para o tímido emprego do aço em obras.⁴ Não por acaso, a indústria siderúrgica fornecedora de perfis laminados, destinados à construção civil, iniciou sua consolidação tardiamente, em meados da década de 40, com o aporte de capital externo para a inauguração da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.⁵

No cenário de franca hegemonia do concreto armado, o emprego de estruturas metálicas em edifícios públicos de Brasília e o conhecido êxito da empreitada despertam indagações. Tomando-se por base os as decisões de planejamento,

¹ VARGAS, 1994, “A tecnologia na engenharia civil”. In: VARGAS, 1994, “História da técnica e da tecnologia no Brasil”, p. 243.

² Cf. TELLES, 1984, “História da engenharia no Brasil: Século XX”.

³ Dentre as iniciativas do período, o sistema estrutural metálico foi apresentado como proposta para o projeto vencedor do concurso para o Senado Federal, que seria construído no lugar do Palácio Monroe. Cf. HABITAT. Arquitetura e artes no Brasil. Senado Federal, Rio de Janeiro. Habitat, São Paulo, nº 34, p.32-39, set. 1956.

⁴ Cf. FICHER, 1991, “Edifícios altos no Brasil”; e SANTOS, 2008, “A armação do concreto no Brasil”.

⁵ Cf. GOMES, 1983, “História da siderurgia no Brasil”.

⁶ BRASIL, 1960, “Diário de Brasília: 1956-1957”, p.45, em 01 dez. 1956.

⁷ Cf. NIEMEYER, [1956], [Arquitetura] “NC”. [Nova Capital – Hotel de Turismo Brasília].

os desdobramentos projetuais e a própria construção, procura-se avançar na compreensão dos fatos ocorridos. De um lado, investiga-se – a partir das iniciativas do Estado como empreendedor – quais os desdobramentos na siderurgia voltada para a construção civil. De outro, diante da experiência em grande escala com sistema construtivo tendente à industrialização, busca-se verificar as possíveis contribuições tecnológicas e para a capacitação técnica no uso do aço.

BRASÍLIA PALACE HOTEL, O CANTEIRO EXPERIMENTAL

Iniciado ainda sem a definição do plano urbanístico da nova capital, um dos primeiros edifícios que teve o uso de perfis estruturais de aço foi o Hotel de Turismo Brasília – Brasília Palace Hotel. A construção serviu como uma espécie de laboratório. Embora não fosse uma típica edificação em altura, a ideia de realizar um experimento em menor escala mostrava-se prudente, tanto para avaliar o atendimento a premissas arquitetônicas, quanto para colocar à prova possibilidades da indústria nacional, bem como da capacidade das empreiteiras, diante das difíceis condições de execução.

Além da potencial redução de prazos para erguer superestruturas, a opção pelo uso do sistema metálico também se vinculava à determinação de Juscelino Kubitschek para incluir nas atividades de Brasília a indústria siderúrgica do país. Nesse caso, o material seria fornecido

pela Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, usina de Volta Redonda. A previsão sinalizava, a princípio, que não só o fornecimento para a construção do hotel, mas também as peças dos futuros Ministérios ficariam a cargo da indústria nacional.

De acordo com uma solicitação da NOVACAP, e em obediência à urgente recomendação do Presidente Juscelino Kubitschek, a Usina de Volta Redonda fornecerá à Companhia Urbanizadora estruturas metálicas desenhadas e fabricadas na Fábrica de Estruturas Metálicas da Companhia Siderúrgica Nacional. Os primeiros fornecimentos destinar-se-ão provavelmente à construção de um hotel. Em seguida, a Fábrica projetará as estruturas para os primeiros edifícios ministeriais a se erguerem em Brasília.⁶

O Hotel fazia parte do conjunto urbanístico que também contemplava Igreja, Residência Oficial e Palácio Presidencial. Localizado às margens do lago artificial que seria criado, o prédio tinha por principal função servir de apoio a visitantes e a autoridades, receptivo apropriado em proximidade com o palácio previsto. A primeira versão do projeto, datada em 17 de agosto de 1956, mostra um volume horizontal de dois níveis sobre pilotis, destinado aos apartamentos, e outro volume térreo, marcado por vedação em desenho sinuoso, que se destinava aos espaços de convívio e social.⁷

A segunda versão manteve a concepção inicial, marcada pelos dois principais volumes conectados. O prisma horizontal foi acrescido de um nível e ganhou maior dimensão horizontal, enquanto o volume térreo permaneceu com as mesmas características da proposta original. Entre o plano inicial e o definido para execução, a malha do principal volume sofreu adaptações, provavelmente resultantes da opção pelo sistema baseado no esqueleto estrutural metálico, passando a ter vãos de 7m e 7,25m e balanços de 2,5m, no sentido transversal, e de 3,5m nas extremidades do bloco (Figura 1).⁸

Na fase projetual define-se a tipologia estrutural adotada para os demais sistemas que, na época, empregaram o aço em Brasília. Em concreto armado seriam executadas as fundações e as vedações das

circulações verticais – torres de escadas e poços de elevadores – definidas como núcleos rígidos de contraventamento, atuantes na estabilidade horizontal do edifício. Elementos metálicos dispostos em malha regular – com apoios recuados configurando os balanços nos planos de pisos – e lajes em concreto solidarizadas ao vigamento de aço. Todas as peças metálicas ficariam ocultas. Pilares totalmente envolvidos por revestimento ou por concreto e vigas integradas aos planos horizontais definidos pelas lajes de piso e laje de forro. Os materiais aplicados tinham, por principal função, atuar na resistência ao fogo das estruturas de aço.

No caso do hotel, utilizaram-se pilares em duplo “C” espaçados e soldados a segmentos intercalados. Vigamentos principais e secundários contaram com

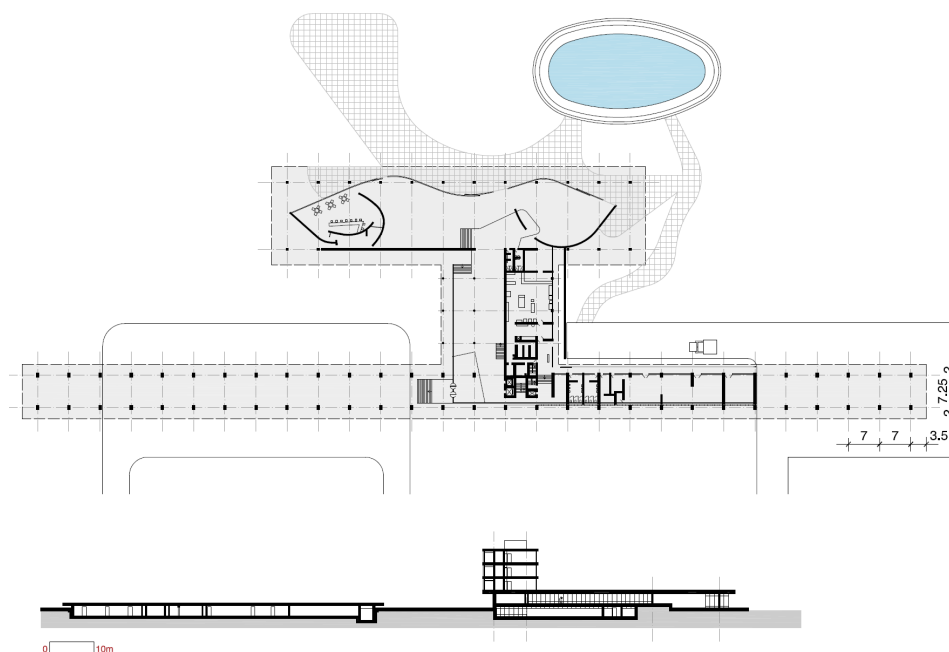


Figura 1 – Brasília Palace Hotel, 1956. Planta baixa do térreo e corte transversal.

⁸ Cf. NIEMEYER, [1957], [Arquitetura], “Hotel de Turismo Brasília – HTB 2”.

⁹ A desenvoltura apresentada na condução da obra, por certo, foi aspecto relevante para que a empresa, posteriormente, fosse escolhida como responsável pela construção do Palácio Presidencial, o Palácio do Planalto

¹⁰ Cf. VENEZIANI, 1989, [Empresário], “Depoimento – Programa de História Oral”, p. 9.

¹¹ Para informações acerca do Concurso do Plano Piloto, ver: MÓDULO nº 8, 1957, “Edição especial: Brasília”.

¹² *Export-Import Bank of the United States*, ou *EximBank*, órgão oficial de crédito para exportação dos Estados Unidos, teve registros anteriores à Brasília, tais como a concessão do crédito em 1940 para exportação do material destinado à usina de Volta Redonda. In: GOMES, 1983, “História da siderurgia no Brasil”, p. 278.

¹³ “O Brasil recebe do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Export & Import Bank) de Washington, a soma inicial de US\$ 10 milhões para financiamento da compra de estruturas de aço para os edifícios de Brasília.” In: BRASIL, 1960, “Diário de Brasília: 1956-1957”, p. 125, 20/09/1957.

perfis “I” conectados, entre si ou aos suportes, por rebites. As lajes se solidarizavam ao conjunto por meio de uma malha de ferro soldada às vigas, o que garantia a união entre as partes em aço e os trechos em concreto. Somente os pilares receberam envoltória em placas de concreto e revestimento externo em chapa metálica, o vigaamento sob forro, aparentemente teve apenas cobertura de proteção contra o fogo.

Para a construção, o material proveniente de Volta Redonda foi transportado por via férrea até Anápolis, de onde seguiu por estradas precárias até o local do canteiro (Figura 2). A execução ficou a cargo da empresa Pacheco Fernandes Dantas Ltda., proveniente de São Paulo e cujo envolvimento nas obras de Brasília deu-se por uma combinação de fatores políticos que culminaram na participação da empreiteira nas tarefas para o hotel.⁹ Tendo como responsável técnico o engenheiro Fausto Favale, a obra também contou com outro engenheiro, mais experiente, e que já havia trabalhado com estruturas em aço nos Estados Unidos.¹⁰

A decisão pelo esqueleto estrutural em aço visando promover rapidez na execução obteve o resultado pretendido. O Hotel cuja construção fora iniciada em setembro de 1957, foi concluído em oito meses, sendo inaugurado em maio do ano seguinte (Figura 3). Ainda que o sucesso pudesse sinalizar uma alternativa viável, tratava-se de um objeto isolado e de relativamente pouca área construída se comparado às necessidades para abrigar os futuros edifícios públicos da capital.

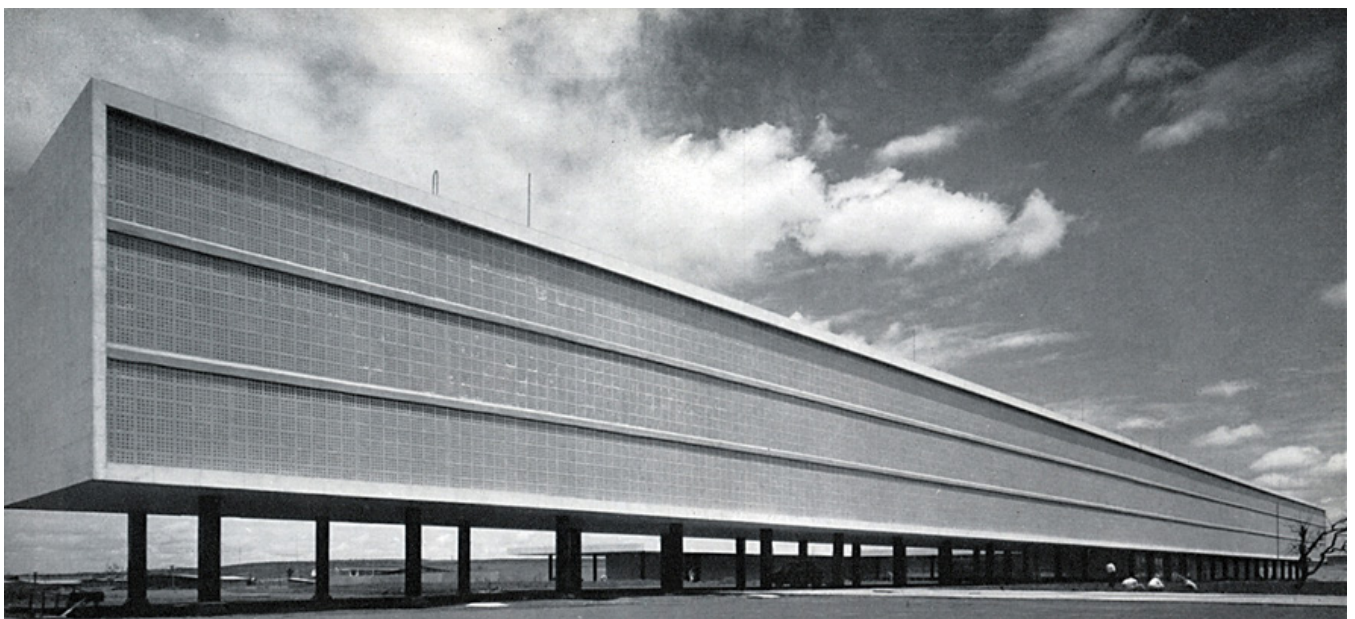
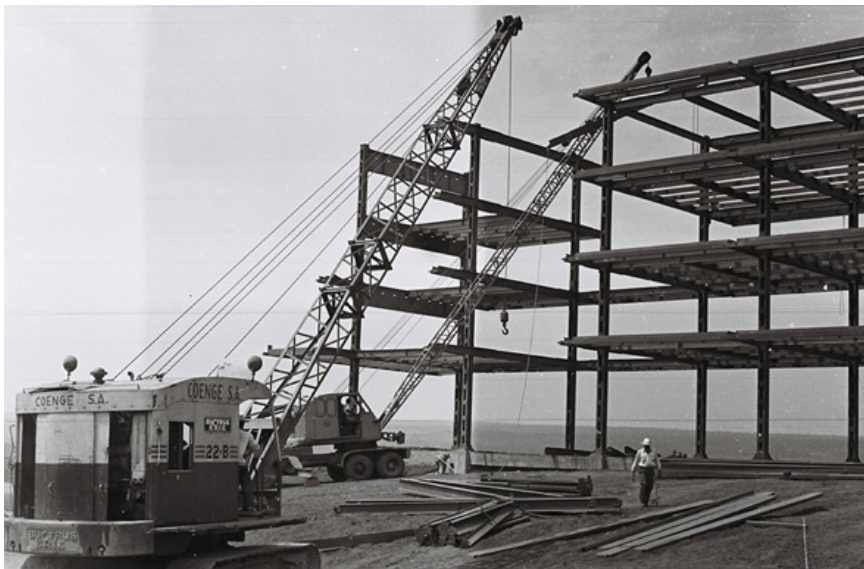
EDIFÍCIOS PÚBLICOS DE MÚLTIPLOS ANDARES

Em março de 1957, como resultado do concurso para o Plano Piloto, a proposta de Lucio Costa apresenta, no conjunto cívico-administrativo da nova capital, a sequência de blocos na Esplanada dos Ministérios e a sugestão de lâmina vertical para o edifício do Congresso Nacional na Praça dos Três Poderes.¹¹ Ao longo do mesmo ano, na elaboração de projetos dos edifícios, Niemeyer ratificaria a volumetria sugerida pelo urbanista: os Ministérios seriam definidos como a sequência de volumes prismáticos; e o Congresso Nacional marcaria a transição entre Esplanada e Praça com a composição das cúpulas em base horizontal e os dois edifícios em altura.

Embora, nesse período, a construção do Hotel com material e mão-de-obra nacionais estivesse em fase de conclusão, a ideia de execução dos demais prédios em estrutura metálica fornecidas pela indústria brasileira, ao contrário do previsto, foi deixada de lado. Dentre as razões, tem-se as exigências do acordo internacional firmado entre Brasil e Estados Unidos, que envolvia a concessão de empréstimo junto ao *Export-Import Bank*.¹² Como contrapartida ao financiamento obtido, a Companhia Urbanizadora da Capital Federal – NOVACAP firmaria contrato para fornecimento e montagem de estruturas em aço dos dezesseis edifícios ministeriais – previsão inicial – e da barragem no futuro Lago Paranoá.¹³ A contratação foi assim justificada pelo

Figura 2 – Brasília Palace Hotel, 1957. Fotos da montagem do esqueleto estrutural metálico. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Figura 3 – Brasília Palace Hotel, 1958. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



¹⁴ Sumário dos assuntos tratados pelo Conselho de Administração da NOVACAP – 13ª reunião 9 de abril de 1957. In: BRASÍLIA, 1958, nº 22, p. 17.

¹⁵ Embora não fosse opção corrente nas obras do arquiteto, Niemeyer teve oportunidade de verificar as possibilidades do esqueleto estrutural metálico em dois momentos de viagens a Nova York. No primeiro, em 1939, testemunhou a rápida construção do Pavilhão do Brasil para a Feira Mundial, que teve sistema misto de aço e concreto. No segundo, em 1947, por ocasião da reunião de arquitetos para o projeto do Palácio da Sede das Nações Unidas, além de participar das discussões sobre o emprego do material, vivenciou a experiência de realizar os trabalhos em um dos ícones da construção de arranha-céus com base na técnica: um dos edifícios do Rockefeller Center. Cf. DUDLEY, 1994, “A workshop for peace: designing the United Nations headquarters”.

¹⁶ BRASIL, 1960, “Diário de Brasília: 1956-1957”, p. 97-98, 26/06/1957.

¹⁷ Juscelino Kubitschek comenta a opção pela contratação com firmas estrangeiras e as justificativas para a iniciativa. Deixa clara a vinculação com o empréstimo obtido e lembra das explicações técnicas apresentadas por Oscar Niemeyer. “ Cf.: KUBITSCHKEK, 1975, “Por que construí Brasília”, p. 125.

¹⁸ O contrato relaciona outros segmentos da mesma empresa, a “Raymond Builders Incorporated”, sociedade anônima panamenha, com

então presidente da NOVACAP Israel Pinheiro:

O presidente expõe ao Conselho as dificuldades para construção de edifícios públicos em Brasília, principalmente no tocante às estruturas, comumente feitas de concreto armado. Declara, também, estar procedendo a estudos, por intermédio dos órgãos técnicos competentes da Companhia, a fim de verificar possibilidade do emprego de estruturas metálicas. Adianta, ainda ter recebido proposta de firma especializada norte-americana para fornecimento e montagem de estruturas metálicas, inclusive com financiamento do Eximbank.¹⁴

Corroborando essa declaração, a proposta também teve o parecer favorável de Niemeyer, que manifestou preocupações com o prazo de execução e a capacidade da indústria nacional para atender à demanda, conforme transcrição de entrevista realizada na época.¹⁵

[...] a encomenda de estruturas metálicas no estrangeiro pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil visa a dois objetivos principais: economia e tempo. Pelo contrato efetuado, as estruturas serão entregues em tempo recorde, e seu custo será muito inferior ao do mercado corrente. Por outro lado, Volta Redonda, que está executando uma encomenda também de estruturas para Brasília, não poderia desincumbir-se de mais este pedido sem prejuízo para seu programa de produção.¹⁶

A partir da iniciativa, o contrato firmado em 12 de julho de 1957, com a norte americana *Raymond Concrete Pile Company of the Americas*, com sede em Nova York, previu a execução das obras de fundação e montagem das estruturas metálicas dos edifícios ministeriais, além da construção de represa e usina hidrelétrica para o lago.¹⁷ Como parte do acordo, a empresa delegou à Construtora Planalto os serviços a serem realizados no Brasil, ficando sob responsabilidade da contratada original somente a parcela prestada no exterior, em especial o fornecimento das peças metálicas.¹⁸

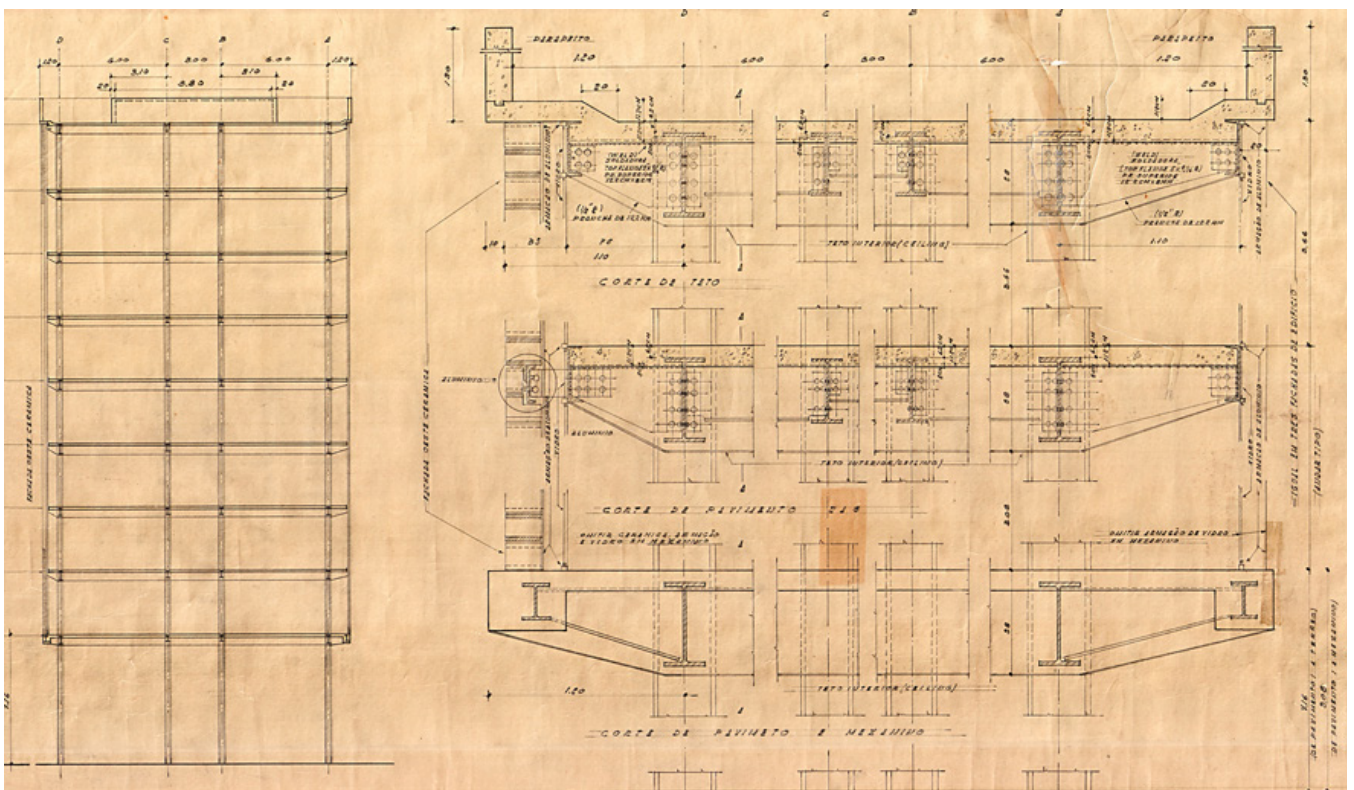
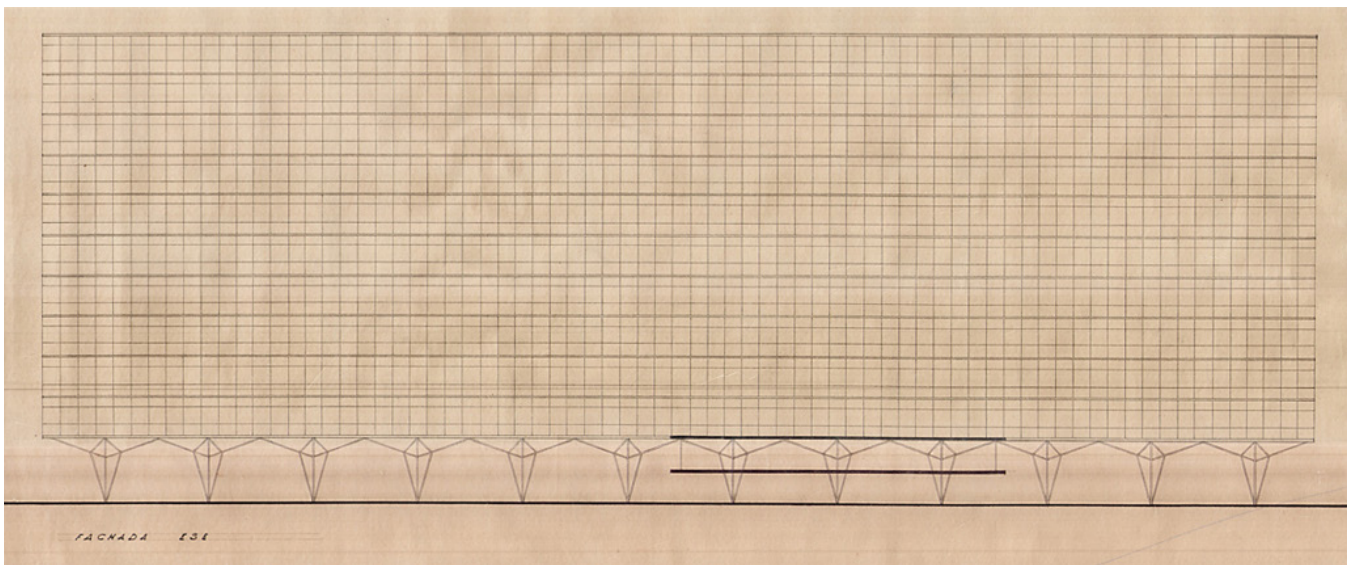
Convém ressaltar que acordo internacional com vinculação entre empresas brasileiras e estrangeiras inseria-se em contexto comum no período e tinha intenção clara. A estratégia já havia sido utilizada em obras públicas, durante as gestões anteriores de Kubitschek com o intuito de, simultaneamente, viabilizar execução dos serviços e promover a capacitação das empresas nacionais por meio da transferência de tecnologia. Tratava-se, portanto, de oportunidade para absorver conhecimento e implementar novas técnicas construtivas por parte do empresariado local.¹⁹

PROJETO DOS EDIFÍCIOS MINISTERIAIS

Como parte desse contexto decisório, o primeiro estudo para os Ministérios teve registro em julho de 1957. O lançamento previa edificações de 17mX120m, com 38m de altura, dez pavimentos sobre

Figura 4 – Anteprojeto para os Edifícios Ministeriais, 1957. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Figura 5 – Lançamento estrutural para os Edifícios Ministeriais, 1958. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



sede no Panamá. Em conjunto as partes estrangeiras e a empresa nacional, são designadas como “Grupo Raymond”. Dados obtidos a partir do resumo elaborado por ocasião das “modificações propostas no contrato com a Raymond Concrete Pile Company of Americas” Cf. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 20 mai.1959, Seção I, p. 11873.

¹⁹ “Apesar de não ter havido nenhuma política específica para o setor, o Estado – por intermédio do Programa de Metas e de um protecionismo não explícito à iniciativa privada nacional – criou um espaço efetivo para a consolidação da engenharia nacional. Assentando as bases para a absorção, difusão e implementação de novas tecnologias e para a definição do capital privado nacional que, neste período, apresentou uma mobilidade até então inexistente no setor [...]. As empresas construtoras e de montagem nacionais começaram a se unir a empresas estrangeiras, em termos de ‘joint-ventures’ ou de uma associação qualquer, até sob a forma de participação acionária de capital, para que pudessem absorver o ‘know-how’ de projetos.” GRANDI, 1985, “Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil”. 150-154, *passim*.

²⁰ Cf. NIEMEYER, [1957], [Arquitetura], “Ministérios – EMP-A”.

²¹ Cf. NIEMEYER, [1958], [Estruturas], “Edifícios Ministérios Públicos EMP”..

²² Cf. MÓDULO nº 8, 1957, “Edição especial: Brasília”, p. 41.

pilotis e sobreloja – passarela elevada – que interligaria os prédios, além de servir como passagem abrigada. O lançamento estrutural nos pavimentos indicava os apoios recuados, com balanços de 1m, distribuídos em eixos modulares de 5m no sentido longitudinal e vãos assimétricos de 9m e 6m no sentido transversal, com três linhas de apoio. No pilotis, de dupla altura, o projeto trazia uma espécie de transição, com apoios desenhados e que direcionariam o carregamento para duplicar o vão no térreo (Figura 4).²⁰

A partir do lançamento, a solução estrutural foi conduzida pela arquitetura. É o que aponta o conjunto de documentos técnicos elaborados, em fevereiro de 1958, para cálculo e fornecimento das peças metálicas (Figura 5). Esses desenhos possuem registros de notas e especificações em inglês e, aparentemente determinaram o projeto executivo para a construção. Dentre as orientações, os pilares com perfil “I” seriam protegidos por concreto simples e o vigamento metálico, com mesma tipologia de perfis, teria lajes de concreto solidarizadas.²¹

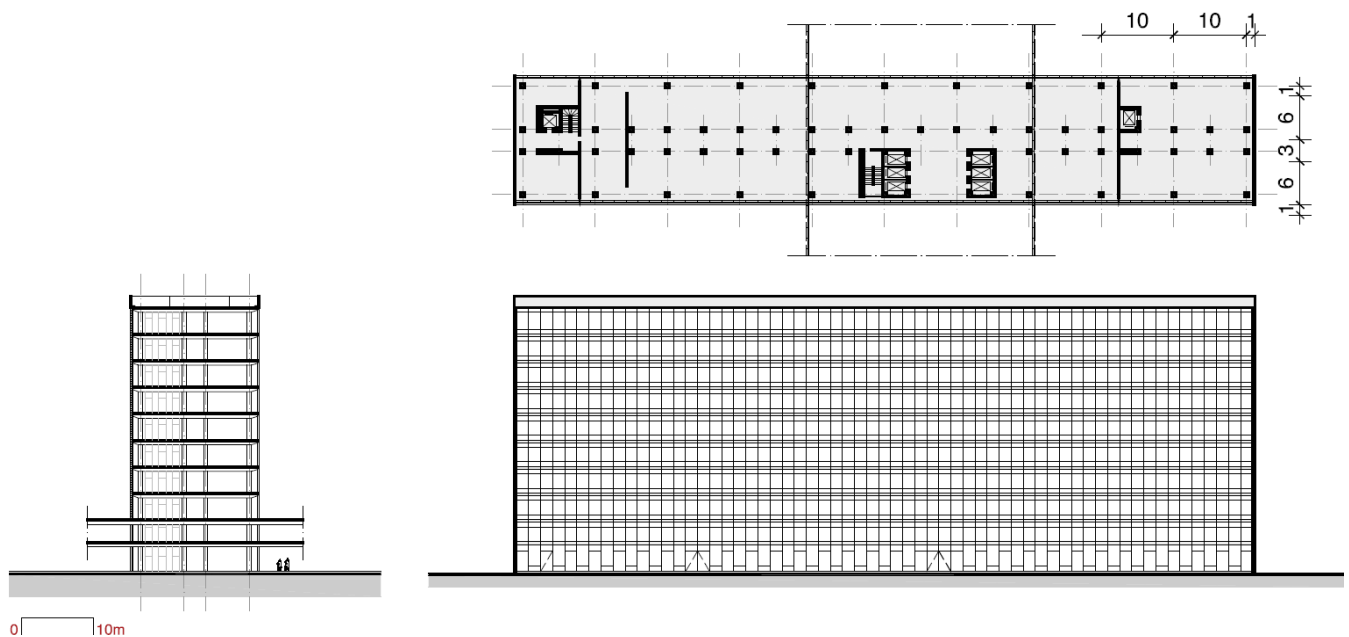
Os registros para as estruturas também indicam alterações na proposta original. Neles, o prédio tem a proporção modificada para 17mX100m, mantém a altura total, mas reduz número de pavimentos para oito, acima do mezanino, devido às demandas de estruturas e à locação de áreas técnicas na cobertura. A malha estrutural também é modificada, se aproximando da tipologia padrão já vista. No sentido longitudinal, mantidos os eixos modulares transversais de 5m, é

acrescida uma quarta linha apoios, que configura uma sequência de pilares muito próximos, o que, juntamente com os núcleos verticais em concreto, atuam em benefício da estabilidade horizontal do conjunto. Também no sentido longitudinal, junto às elevações, são suprimidos pilares, em intervalos regulares, e o vão passa a ter 10m, desaparecendo a transição no pilotis.

O segundo estudo da arquitetura, baseado no lançamento estrutural e datado em março de 1958, encerra as modificações e orienta a execução (Figura 6). O partido se aproxima da volumetria do prisma puro e, agora, sem pilotis, as vedações e as empenas chegam até o piso. Afora esta mudança, permanece válida, nesses registros, a ideia original, sinalizada por Lucio Costa nos croquis para o Plano Piloto, da sobreloja e do elevado interligando os prédios, o que não chegou a ser executado.²²

PROJETO DAS TORRES ANEXAS NO CONGRESSO NACIONAL

O contrato estabelecido com a *Raymond Concrete Pile* seria motivo de alguns termos aditivos, ao menos dois deles com desdobramentos significativos para a discussão em pauta. O primeiro relaciona-se à inclusão de estruturas metálicas em parte do conjunto que definiria o Congresso Nacional. Conforme visto, o contrato contemplava a montagem para dezesseis edifícios ministeriais, mas as estruturas destinadas aos Ministérios



foram reduzidas a onze prédios e, noutra mudança, foram incluídas as duas torres anexas do Congresso Nacional, não relacionadas inicialmente.

A concepção projetual para o palácio ocorre entre março e julho de 1957, período no qual se define a composição final com o embasamento horizontal, cúpulas e as duas torres anexas de vinte e oito andares. A proposta inicial das torres resulta do exercício para a obtenção de espessura laminar mínima nos pontos extremos do prisma, recurso também utilizado por Le Corbusier para as torres de escritórios que faziam parte da proposta de urbanização da cidade de Argel (1931-1934).²³ No caso de Brasília, a solução tem, no hábil alargamento da parte interna central, o abrigo necessário a circulações verticais e áreas de apoio, ao mesmo tempo em que libera espaço

regular para os escritórios junto às principais faces dos volumes.

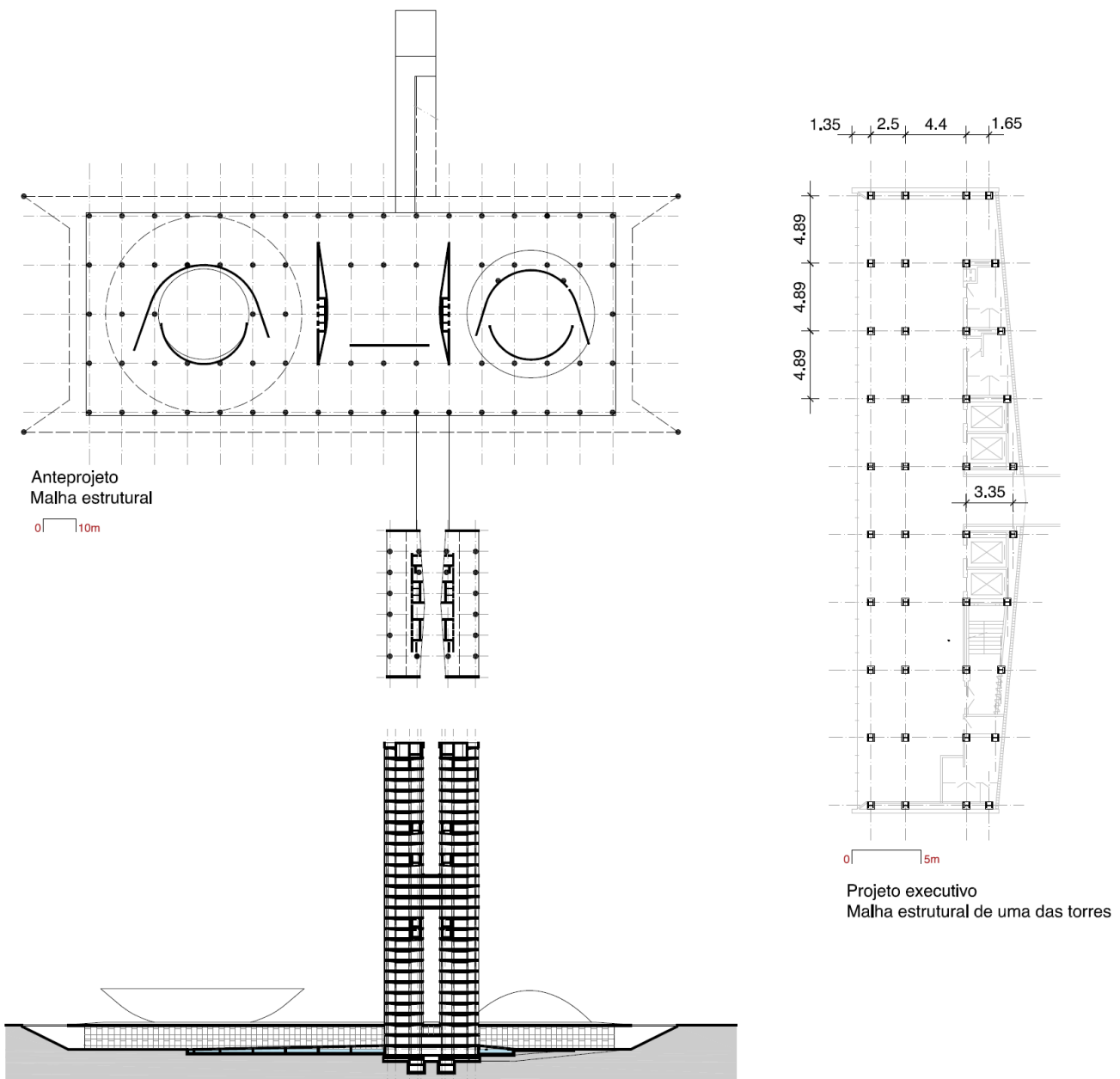
Além de edifícios altos, a preocupação com as ações horizontais provenientes dos ventos nas fachadas envolvia algumas peculiaridades. Com grande área sujeita a essas ações, as faces expostas nas fachadas sul e norte apresentavam 95m de altura e 45m de comprimento. Em acréscimo, a proporção entre largura – 12,5m considerando a maior dimensão – e altura de cada lâmina correspondia a uma relação de aproximadamente 1/8. Diante dessa combinação de fatores, que poderia comprometer a estabilidade das construções, a ligação intermediária que ocorre entre as lâminas se justifica, também, como recurso para auxiliar o combate às forças horizontais nas fachadas.²⁴

Figura 6 – Edifícios Ministeriais, 1958. Planta baixa do térreo, corte transversal e elevação.

²³ Cf. CORBUSIER *et* JEAN-NERET, 1934, «Oeuvre complète 1929-1934», pp. 174-174

²⁴ Segundo Nauro Esteves, a ligação teria uma função imediata na montagem das estruturas: “os Anexos receberam uma passarela que não existia no projeto original, ela une os dois prédios verticais, foi necessário fazê-la para o travamento da estrutura metálica, devido à altura dos prédios”. Cf. GARCIA, 2004, “Construindo Brasília”, p. 41.

Figura 7 – Congresso Nacional, 1957. Planta, corte e distribuição dos apoios nas torres anexas.



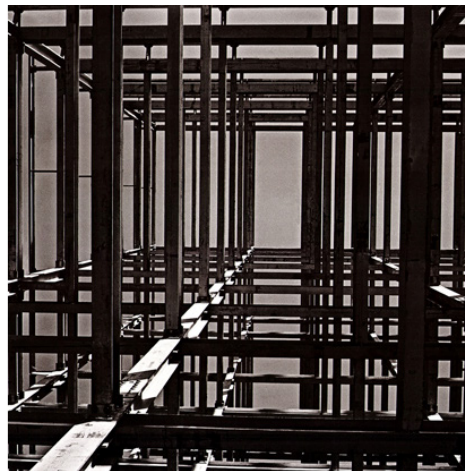


Figura 8 – Peças metálicas distribuídas na Esplanada dos Ministérios e vista dos esqueletos metálicos. Fonte: Instituto Moreira Salles

Durante a etapa de desenvolvimento, o projeto mantém a volumetria original, entretanto, a malha é redefinida em função do projeto executivo das estruturas. Preservadas as características externas da forma e as dimensões gerais, os vãos longitudinais são redimensionados para se ajustarem ao comprimento das peças metálicas – pilares e vigas com perfis “I” – resultando em trechos de 4,89m (Figura 7). No sentido transversal é acrescida uma linha de apoios em posição próxima dos pilares da fachada, solução que, juntamente com o núcleo rígido central – que conta também com pilares muito próximos – e a ligação intermediária entre as torres, auxilia estabilidade do prédio.²⁵

Tendo por referência os desenhos dos Ministérios e esse lançamento da arquitetura para o Congresso, as peças metálicas foram fornecidas por uma das grandes produtoras de aço dos Estados Unidos, a *Bethlehem Steel Corporation*.²⁶ De acordo com o local de destino, os

perfis metálicos foram distribuídos ao longo da Esplanada dos Ministérios e do canteiro central na Praça dos Três Poderes (Figura 8). Com previsão de montagem utilizando guindastes treliçados para posicionamento das peças e de rebites para conexão entre elas, o planejamento e a execução ficaram, então, sob a responsabilidade dos profissionais estrangeiros.

CONSTRUÇÃO

A segunda modificação no contrato internacional, com relevante impacto, refere-se à montagem das estruturas metálicas pela própria NOVACAP. Se havia expectativa de que a equipe de profissionais americanos pudesse realizar a tarefa nas mesmas condições que os construtores brasileiros, as ações verificadas no início da montagem deixaram claro que o modo de trabalho não se adequava à realidade de Brasília. Os registros dão

²⁵ Tanto nos ministérios, quanto nas torres do Congresso, apesar das empenas cegas chegarem até o piso, elas não funcionam como paredes de contraventamento (shear wall). Estas partes foram executadas como vedações sobre as lajes mínimas em balanços.

²⁶ Cf.: BRASIL, 1960, “Diário de Brasília: 1959”, p. 177; e HOMER, 1990, [Empresário], “Depoimento – Programa de História Oral”, p. 17.

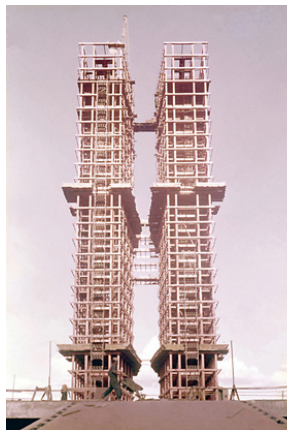


Figura 9 – Congresso Nacional, 1959. Fotos da montagem do esqueleto metálico. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Figura 10 – Operários durante a montagem das estruturas. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

conta da incompatibilidade entre os procedimentos dos contratados, balizados pelas regras que a técnica determinava, e as exigências para lidar com situações de exceção ou com métodos alternativos. Cumprimento de jornada de trabalho em turnos regulares, atendimento irrestrito às questões de segurança e exigências quanto ao uso de equipamentos específicos em obra, foram algumas das situações que levaram ao problema. Segundo os depoimentos dos envolvidos, a impressão foi de que a *superespecialização os limitava, construía-se muito devagar*.²⁷

Motivada por esta preocupação e já contando com as peças metálicas distribuídas ao longo do canteiro central da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, em 02 de maio de 1959, a NOVACAP promove alterações no contrato firmado com a *Raymond das Américas*. Nesse novo termo, a empresa pública assume a administração e a finalização dos edifícios restantes – incluindo as torres do Congresso Nacional (Figura 9) – e da represa, deixando como única obrigação a cargo da contratada a responsabilidade de prestar assistência técnica na construção desta última.²⁸

A partir da iniciativa, as montagens de estruturas metálicas, tanto dos Ministérios, quanto das torres anexas contariam com mão-de-obra sem experiência no sistema construtivo e que seria capacitada durante a própria realização das tarefas (Figura 10). A NOVACAP contratou pequenas empresas, distribuindo entre elas os Ministérios. Embora não tivessem conhecimento nem domínio da

técnica para montar edifícios em estruturas metálicas, foram esses os agentes responsáveis pela realização dos trabalhos.

[...] para montar os ministérios [...] vieram operários que não tinham experiência nenhuma, nordestinos que tinham chegado na nova capital e que começaram, em pouco tempo, a montar estruturas metálicas difíceis, que envolviam tarefas de arrebatar, com a maior rapidez do mundo para se cumprir o prazo necessário.²⁹

A execução das partes em concreto para o sistema estrutural, tanto das lajes que completam a estabilidade, quanto da solução de proteção contra incêndio, também foi marcada por imprevistos. As lajes foram objeto de contratação específica, para Ministérios e torres anexas do Congresso, em mesmo processo. Dentre as propostas apresentadas, foi aprovada, inicialmente, a execução de um sistema com lajes pré-moldadas, com parecer favorável de Joaquim Cardozo.³⁰ Os serviços foram contratados com a empresa Emulpress do Brasil S.A.. Problemas com atraso no cronograma, decorrentes da tardia liberação dos esqueletos estruturais por parte da NOVACAP para o início desses serviços, foram verificados ainda na execução dos Ministérios, o que levou à revisão do contrato original, na qual foram retiradas do escopo as partes em concreto das torres do Congresso, onde os serviços sequer haviam sido iniciados.

Em decorrência, promoveu-se o aditamento no contrato da Companhia

²⁷ Cf.: VENEZIANI, 1989, [Empresário], “Depoimento – Programa de História Oral”; MONTENEGRO, 1989, [Arquiteto], “Depoimento – Programa de História Oral”; e KUBITSCHKE, 1975, “Por que construí Brasília”.

²⁸ Cf. DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 20 mai.1959, Seção 1, p. 11873.

²⁹ MONTENEGRO, 1989, [Arquiteto], “Depoimento – Programa de História Oral”, p. 2.

³⁰ Cf. COMPANHIA Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, 1958, Processo nº 1112/1958. “Concorrência para construção das lajes dos Edifícios Ministeriais e do Congresso Nacional em Brasília”.

não deixa dúvidas quanto à eficácia do sistema pelo qual se optou. No entanto, ainda que a quantidade de aço e o número de obras produzidas tenham sido significativos para a época, a análise do percurso das realizações aponta algumas oportunidades perdidas, notadamente, no que tange aos potenciais de avanço na tecnologia e na técnica da construção metálica no Brasil.

A experiência ocorrida durante a construção do Brasília Palace Hotel, que confirmou a rapidez de se erigir com o aço, também colocou em evidência as parcas condições da indústria nacional para atender à demanda que se vislumbrava. Difícil afirmar se as intenções iniciais de Juscelino Kubitschek, conforme vistas, poderiam ter alavancado um crescimento imediato da indústria de fornecimento do aço para o setor da

construção civil. Entretanto, as mínimas chances nesse sentido não puderam seguir adiante, face o acordo internacional firmado e a conveniente contrapartida de importação dos perfis laminados dos Estados Unidos. Sem a responsabilidade pela demanda principal e uma vez que não era necessário produzir em grande escala, a siderurgia voltada à produção de perfis estruturais teve pouco impulso proveniente das obras da capital.

Possível benefício decorrente do mesmo acordo, a transferência de tecnologia não ocorreu. De um lado, embora indicados pela arquitetura, os cálculos foram feitos no exterior pelas empresas fornecedoras do material. De outro, a associação entre empreiteira nacional e empresas do exterior não teve os desdobramentos que se esperavam. O que poderia ter sido oportunidade

33 O contrato original e os termos de aditamento fazem parte do processo de contratação dos serviços. Cf. COMPANHIA Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, 1957, Processo nº 776/1957. “Contrato entre a NOVACAP e a Cia Construtora Nacional, para execução de serviços de construção das estruturas de concreto do edifício do Congresso Nacional de Brasília”.

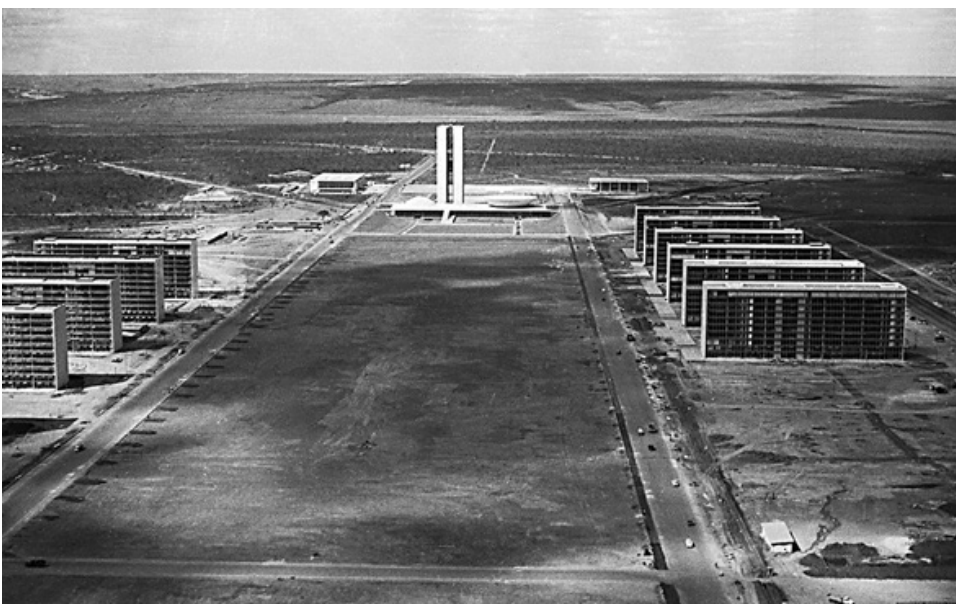


Figura 11 – Congresso Nacional, 1959. Detalhe para execução do revestimento em concreto nas partes metálicas. Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados.

Figura 12 – Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, 1960. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

para acúmulo de conhecimento técnico, passou a ser conduzido conforme as condições e o contexto que o canteiro determinava, assumido sob riscos e a duras penas pelos agentes construtores.

Talvez tenha sido justamente este um dos aspectos mais significativos para uma cultura da construção em aço, ainda em formação. No lugar de realização levada a cabo por equipes experientes e mão-de-obra qualificada, a montagem

dos esqueletos estruturais assumida bravamente pelos candangos – em típica adaptação brasileira a condições adversas – também pode ter deixado a falsa impressão que, tal como o concreto, o aço poderia prescindir de especialização em sua técnica. É a constatação a que se chega ao observar que, passados mais de meio século, ainda hoje, construir na capital utilizando-se o aço como estrutura principal continua sendo uma aventura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDIS, Bill. “Edificação-3000 anos de projeto, engenharia e construção”. Porto Alegre, 2009. Bookman Editores. 640p.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA. Serviço de Documentação. “Diário de Brasília: 1956-1960”. Brasília 1960.
- BRASÍLIA. Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Brasília: Novacap, nº 22. 1958.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. “Precisões brasileiras: sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45”. 2002. 3 v. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris VIII, Paris, França, 2002.
- COMPANHIA Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Processo nº 776/1957. “Contrato entre a NOVACAP e a Cia Construtora Nacional, para execução de serviços de construção das estruturas de concreto do edifício do Congresso Nacional de Brasília”, set.1957 / mai.1959, Pertencente ao acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.
- _____. Processo nº 1112/1958. “Concorrência para construção das lajes dos Edifícios Ministeriais e do Congresso Nacional em Brasília”. jan.1958 / abr.1959, Pertencente ao acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.
- CORBUSIER, Le et JEANNERET, Pierre. «Oeuvre complète 1929-1934». Zurich: Éditions d’architecture, 1934. 208p.
- DIÁRIO OFICIAL [DA] REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Poder Executivo, Distrito Federal, várias datas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>

- DUDLEY, George A. "A workshop for peace: designing the United Nations headquarters". New York, N.Y. : Architectural History Foundation ; Cambridge, Mass. : MIT Press, 1994. 415p.
- FICHER, Sylvia. "Edifícios altos no Brasil". Boletim do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, nº 52, p.30-52, nov. 1991.
- GARCIA, Cristiana Mendes. Construindo Brasília: a trajetória profissional de Nauro Esteves. 2004. 126f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- GAUTHEROT, Marcel, 1910-1996. "Brasília / Marcel Gautherot". São Paulo, SP: Instituto Moreira Salles, 2010. 192p.
- GOMES, Francisco Magalhães. "História da siderurgia no Brasil". Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. 409p
- GRANDI, Sonia Lemos. "Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho". 1985, 2v. Tese (Doutorado em sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- HABITAT. Arquitetura e artes no Brasil. "Senado Federal, Rio de Janeiro". Habitat, São Paulo, nº 34, p.32-39, set. 1956.
- HART, Franz; HENN W. et SONTAG H. "Multi-storey buildings in steel". New York : Wiley, 1978. 359p.
- HOMER, George Raymond. "Depoimento – Programa de História Oral". Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. 21 p.
- KUBITSCHKE, Juscelino. "Por que construí Brasília". Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 305p.
- MACEDO, Danilo Matoso; SOBRERA, Fabiano José Arcadio (Org.). "Forma estática – forma estética: ensaios de Joaquim Cardozo sobre arquitetura e engenharia". Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 218p.
- MÓDULO: Revista de arquitetura e artes visuais no Brasil. "Edição especial: Brasília". [Projetos para o Concurso do Plano-Piloto de Brasília]. Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, jul. 1957.
- MONTENEGRO, Hermano Gomes. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 21p.
- MOTOYAMA, Shozo (Org.). "Tecnologia e industrialização no Brasil: Uma perspectiva histórica". São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 450p.
- NIEMEYER, Oscar. "Edifícios Ministérios Públicos EMP". [Estrutura]. [Plantas e corte; escala 1:100]. [Rio de Janeiro] DAU NOVACAP, [1958]. Acervo ArPDF.
- _____. "Hotel de Turismo Brasília – HTB 2". [Arquitetura]. [Projeto]. [Plantas e corte; escala 1:100]. [Rio de Janeiro] DAU NOVACAP, [1957]. Acervo ArPDF.
- _____. "Minha experiência de Brasília". Módulo. Rio de Janeiro, n.18, pp.11-16, jun.1960.
- _____. "Ministérios – EMP-A". [Arquitetura]. [Anteprojeto]. [Plantas e corte; escala 1:200]. [Rio de Janeiro] DAU NOVACAP, [1957]. Acervo ArPDF.

- _____. “NC”. [Nova Capital – Hotel de Turismo Brasília]. [Arquitetura]. [Anteprojeto]. [Plantas e corte; escala 1:500]. [Rio de Janeiro] DAU NOVACAP, [1956]. Acervo ArPDF.
- PALÁCIO do Congresso Nacional. “CN – Congresso Nacional”. [Anexos]. [Engenharia de estruturas]. Concreto. Várias escalas. Rio de Janeiro. Companhia Construtora Nacional. Jun.1957 – Out.1993. [Cópias e Originais. 74 pranchas]. Acervo da Câmara dos Deputados.
- SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. “A armação do concreto no Brasil: história da difusão do sistema construtivo concreto armado e da construção de sua hegemonia”. 2008. 327f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SILVA, Elcio Gomes da. “Os palácios originais de Brasília”. 2012. 2v. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília. 2012.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. “História da engenharia no Brasil: Séculos XIV a XIX”. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos 510p.
- _____. “História da engenharia no Brasil: Século XX”. Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1984. 753p.
- VARGAS, Milton (Org). “História da técnica e da tecnologia no Brasil”. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 412p.
- VENEZIANI, Giorgio. “Depoimento – Programa de História Oral”. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 23p.

DANILO MATOSO MACEDO – Arquiteto e Urbanista e Analista Legislativo – Arquiteto – Câmara dos Deputados. Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura da UFMG. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – UnB. danilo.macedo@camara.leg.br

ELCIO GOMES DA SILVA – Arquiteto e Urbanista e Analista Legislativo – Arquiteto – Câmara dos Deputados. Doutor em Arquitetura e Urbanismo – UnB. elcio.gomes@camara.leg.br

PRÉ-MOLDAGEM À BRASILEIRA: NIEMEYER, ACADÊMICOS, TEÓLOGOS E MILICOS | 1962-68*

Juliano Caldas de Vasconcellos

Resumo:

O presente trabalho aborda as primeiras ações do concreto pré-moldado no Brasil através de projetos de Oscar Niemeyer em Brasília, sendo selecionadas três obras que se utilizam da combinação de elementos construtivos não só como estratégia para se ganhar tempo e economia na construção através de componentes repetitivos e com menor quantidade de cimbramento, mas também como garantia de estabilidade ao se valer do monolitismo da estrutura tradicional em concreto armado *in loco* para se equilibrar o sistema como um todo.

Palavras-chave: Niemeyer; estrutura; pré-moldado; construção.

* Trabalho apresentado no 5º ENANPARQ, Salvador, 2018.

Abstract:

The present work studies the first actions of precast concrete in Brazil through projects of Oscar Niemeyer in Brasília, selecting three works that use the combination of constructive elements not only as a strategy to save time and saving in construction through components repetitive and shorter amounts of shoring, but also as a guarantee of stability when using the monolithic traditional structure in reinforced concrete *in loco* to balance the system as a whole.

Keywords: Niemeyer; structure; precast; construction.

¹ Cf. BRUNA, Paulo. **Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 308p.

² Cf. BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2011. 425p.

³ Nesta pesquisa se utiliza o termo pré-moldagem como “definidor do emprego de elementos de concreto moldados fora de sua posição definitiva de utilização na construção”. Cf: EL DEBS, Mounir Khalil. **Concreto Pré-moldado: Fundamentos e aplicações**. São Carlos: EESC-USP, 2000. p.5.

⁴ Lelé participou das soluções construtivas e na finalização dos projetos da UnB, além do cálculo estrutural do Bloco 1 do QGEx. Ver mais em GUIMARAENS, Cêça; TAULOIS, Cláudio; MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. **Arquitetura Brasileira após Brasília/Depoimentos**. Rio de Janeiro: IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1979.

INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO

Além do ar condicionado, que já é uma realidade, e o complemento lógico da arquitetura moderna (é expressiva a anedota-reclame do médico que recomenda ao doente a frequência assídua ao cassino da Urca) – é imprescindível que a indústria se apodere da construção, produzindo, convenientemente apurados, todos os elementos de que ela carece, para podermos chegar àquele grau de perfeição de que as carrocerias de automóvel são amostra animadora. (COSTA, 1934)

A industrialização está essencialmente associada aos conceitos de organização e de fabricação em série, elementos esses que são entendidos a partir de um estudo mais amplo das relações de produção envolvidas e da mecanização dos meios de produção¹. Já no princípio do século XIX, a Revolução Industrial, iniciada na Europa no século anterior começava a influir no Brasil substituindo a produção artesanal pela mecânica padronizada e em série. Com a conquista dos mercados, a industrialização difundia novas normas de pensamento e ação que conduziram o arquiteto, o engenheiro, o construtor a considerarem os problemas não em termos de manufatura, mas no de indústria, criando a mentalidade propícia a esse campo de atividade. Do período Getúlio Vargas a Juscelino Kubistchek e do *boom* construtivo do pós-guerra, tivemos o início de uma industrialização em um país que deixava de ser conhecido como uma nação predominantemente agropastoril

para dar lugar a um país com o desenvolvimento dos setores mais sofisticados de produção, como os de metalurgia, siderurgia e mineração. Abordar os aspectos da conjuntura histórica e econômica da época nos permite compreender melhor o sentido do esforço em se estabelecer uma nova lógica de construção, consolidando uma espécie de “estilo de época”². Dentro desse período de revalorização das práticas projetuais ligadas ao movimento moderno é importante entender como o tema da industrialização e pré-fabricação da construção aconteceu no início da década de 1960 no Brasil. Além disso, as questões que envolvem a discussão a respeito dos elementos de arquitetura que formam a imagem do edifício moderno são fundamentais para o entendimento da produção arquitetônica.

Foi em Brasília, mais especificamente na UnB, que a pré-fabricação/pré-moldagem³ teve seu início no Brasil durante a década de 1960. Oscar Niemeyer convidou o arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) para trabalhar nas obras da nova universidade como secretário executivo, como coordenador do curso de pós-graduação e responsável pelo curso de técnica de construção do curso de arquitetura que estava sendo criado. A partir da liderança de Niemeyer – e da participação fundamental de Lelé na maioria absoluta deles⁴ – seis projetos foram executados: uma unidade empilhável de habitação para estudantes, chamada de “Protótipo” (1962), os Pavilhões de Serviços Gerais (1962-64), o escritório do Centro de Planejamento/CEPLAN (1962-63), o Instituto

Central de Ciências – ICC (1963-71), o Instituto de Teologia Católica (1963) e, mais tarde, o bloco principal do Quartel-General do Exército (1968-72). Dessas seis realizações, três são concebidas originalmente como pré-moldadas, mas acabam por utilizar um sistema construtivo misto. No ICC da UnB, no Instituto de Teologia e no QGEx o sistema estrutural é composto de peças moldadas in loco e peças pré-moldadas (sejam elas elaboradas no canteiro de obras ou em incipientes instalações fabris). Nestes casos, “*parte da estrutura é realizada no processo tradicional e o resto – vigas, lajes, paredes interiores etc. em pré-moldado*” (NIEMEYER, 1993 p.45).

A análise estrutural, por sua vez, exige mais trabalho e conhecimento,

pois cada peça deve ser examinada não só no funcionamento da obra pronta, mas também diante das situações que ocorrem até a sua posição final.⁵ Nessa fase, o principal desafio é o planejamento para a execução do edifício como um esquema de fabricação, transporte e montagem de peças. Tarefa importante nesse sentido é a chamada decomposição das partes estruturais, buscando, não só viabilizar peças adequadas a essas tarefas, mas também garantir que as transições entre as partes e o conjunto como um todo atenda a determinados critérios de rigidez, próprios para os sistemas montados, a fim de garantir o equilíbrio estático da construção.⁶

⁵ A primeira norma técnica específica para regular esse tipo de estrutura foi a NBR 9062, chamada de “*Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado*” de setembro de 1985. Anteriormente a essa data não existiam normativas a respeito dessas solicitações no Brasil.

⁶ Cf. MOKK, 1969, “*Construcciones con materiales prefabricados de hormigón armado*”.



Figura 1 – construção pré-moldada da Plataforma Rodoviária em primeiro plano, com as obras em aço dos Ministérios ao fundo. Fonte: ArPDF

ANTES DE TUDO, O CEPLAN

A partir da criação do CEPLAN, Niemeyer passou a permanecer mais tempo em Brasília do que no Rio de Janeiro. Porém, os compromissos internacionais de Oscar impediram que ele acompanhasse a obra do CEPLAN. As vésperas de viajar para o exterior, Niemeyer deixa definido o projeto, conforme declara Lelé:

[...] na véspera do Oscar ir embora ele delineou aquele projetinho, o espaço do CEPLAN. Ele viajou e disse: “seja o que Deus quiser”. Nesse interim o Darcy pressionou e o Oscar, que já tinha estudado aquela questão, disse ‘vamos fazer em pré-moldado’. As primeiras peças do CEPLAN foram desenhadas, ele viajou e o Darcy, na mesma hora, disse: ‘nós temos que fazer não é só o CEPLAN, temos que fazer o prédio para a Música, o ICA e mais um auditório’. E aí surgiu aquele conjunto [...] (Entrevista em 29 fev. 2012 em CAVALCANTE, 2015 p. 87)

Além de Niemeyer e Lelé, outros arquitetos colaboraram com os trabalhos do CEPLAN. Eram instrutores, mas ao mesmo tempo eram alunos de pós-graduação e professores, exercendo a docência sob a direção de pesquisadores com a carreira mais adiantada. O CEPLAN era um ambiente de planejamento, mas ao mesmo tempo de pesquisa, intervindo em todas as questões – construtivas ou acadêmicas – relacionadas à arquitetura da UnB.

O pavilhão do SG 10, como era conhecida a sede do CEPLAN, é o mais

representativo entre os pavilhões de um pavimento que formam o conjunto de Serviços Gerais (SGs 1, 2, 4, 8 e 10). O programa original era composto de uma sala de desenho, espaço de reuniões, salão de exposições, sanitários, copiadora, copa, auditório, salas da direção e três jardins. A solução tem planta retangular de 11 x 67m e está modulada de forma simples – porém sofisticada e rigorosa – a partir dos painéis portantes de fechamento que tem dimensões de 1m de largura por 3m de altura. Além dessas placas de fechamento em concreto, o único elemento estrutural e construtivo que arma o espaço do pavilhão são as vigas protendidas de cobertura com 15m de comprimento e que balançam 1,5m de cada lado. Cada viga tem seção idêntica de 0,12 x 0,40m e se apoia no encontro das placas de vedação, que tem forma de U e amarram todo o sistema ao se encaixar formando uma espécie de pilar duplo que, além de reforçar o ponto de transmissão de cargas, estabelece o contraventamento dos painéis.

O espaço interno, portanto, tem vão de 12m, totalmente livre de pilares ou apoios intermediários. A cobertura, que fecha o espaço resultante do vão entre vigas, é feita de chapas de alumínio cortadas e dobradas no próprio canteiro, tirando partido da contraflecha da protensão para auxiliar no caimento necessário para o escoamento da água da chuva. Internamente, estas faixas de alumínio são cobertas por placas isolantes de isopor, que ficam visíveis e ao mesmo tempo modulam a distância entre as luminárias do teto. Não há sistema

Dom-ino propriamente dito, já que as paredes são portantes e o teto liso dá lugar a uma série de vigas que estabelecem um ritmo estriado – que é vazado apenas pela presença dos pátios internos.

O despojamento da concepção é potencializado pela simplificação da solução estrutural que abre mão dos pilares para uma percepção de vão único, pavilhonar e amplo. Os painéis de fechamento, que são portantes, funcionam como paredes externas de uma casa paulista dos anos 1960, definindo uma unidade autônoma em relação ao terreno, subvertendo a ideia de um edifício inserido em um lote. A simples ausência das chapas de alumínio e forro do teto na porção do pátio

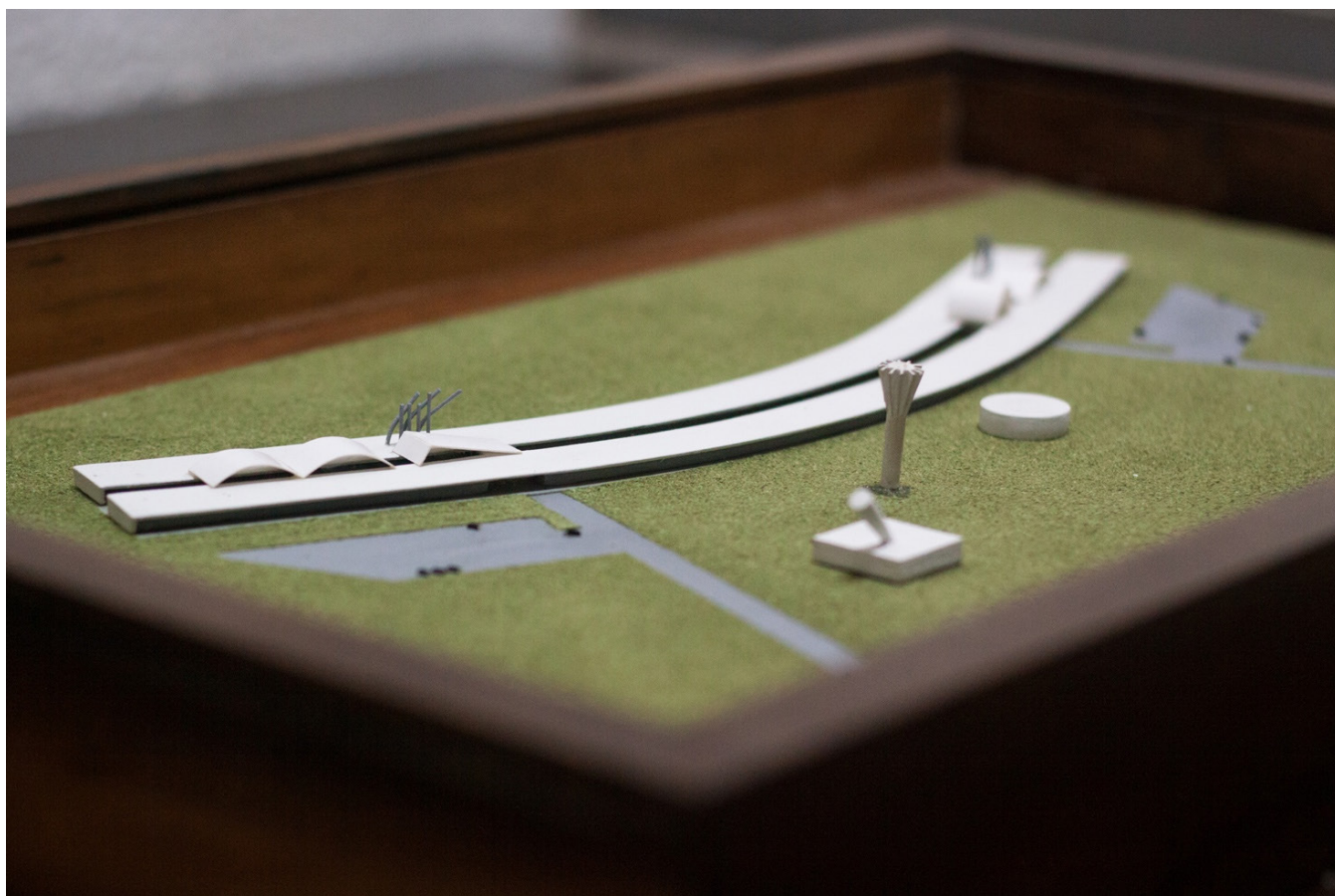
central transforma um plano estriado em pérgola que filtra a luz e delimita tridimensionalmente o perímetro do jardim. O piso do CEPLAN é revestido com cimento polido, conferindo o brilho que eleva um acabamento comum e ordinário a status de plano reflexivo palaciano – e que colabora com o efeito de iluminação natural do jardim interno.

Conhecer os aspectos da construção do CEPLAN – mesmo sendo uma pré-fabricação ainda sem fábrica, a céu aberto e sem grande estrutura de mão-de-obra e de maquinário – é elemento fundamental para a história da engenharia e da arquitetura brasileira. Com apenas duas peças pré-moldadas (os



Figura 2 – interiores do CEPLAN, com as vigas protendidas e os painéis portantes ao fundo.
Fonte: IMS

Figura 3 – maquete do projeto original do Instituto Central de Ciências. Fonte: ATOM/UnB



painéis portantes e as vigas protendidas) Niemeyer e Lelé chegam a um resultado com grande potencial construtivo, tecnológico e arquitetônico. A exploração das possibilidades do concreto armado a partir da síntese dos elementos construtivos do CEPLAN é um legado que acaba por servir de referência para as realizações seguintes.

A RACIONALIDADE DO BUMERANGUE

O edifício mais importante da UnB em termos de pré-fabricação é o Instituto Central de Ciências (ICC). Obra de grande porte não só no âmbito da universidade, mas também em relação ao que já tinha sido construído até então na nova capital. Fruto de uma adaptação do Plano de Ocupação de Lucio Costa, que previa uma série de edifícios isolados que abrigariam os institutos idealizados por Darcy Ribeiro, o ICC a partir da ação de Niemeyer⁷ se estabeleceu como um marco arquitetônico, pedagógico, funcional e construtivo. No partido em forma de bumerangue com 702 metros de comprimento – dividido originalmente em duas faixas paralelas de dois pavimentos – estão distribuídas funções de salas de aula, auditórios, laboratórios, departamentos e áreas administrativas/acadêmicas. É praticamente a síntese construída do plano educacional de Darcy Ribeiro, que acabou ainda recebendo uma faixa central de laboratórios em subsolo. É assim que se estabeleceu o que ficou conhecido como

blocos A (salas de aula e departamentos, o mais largo), B (auditórios e mais salas de aula) e C (laboratórios, abaixo do nível de acesso).

A estratégia de se converter quase 40 edifícios isolados em um único volume não foi única no mundo. Praticamente ao mesmo tempo que o projeto brasileiro, Reino Unido e Canadá tinham projetos sendo desenvolvidos a partir de abordagem semelhante⁸. A proposta de Niemeyer – apelidada de “Minhocão” – desenvolvida por Lelé e calculada pelo engenheiro Bruno Contarini, toma a tecnologia como tema trazendo para um outro nível a racionalização já estabelecida nos primeiros palácios de Brasília⁹ e testadas ao máximo da síntese construtiva no projeto do CEPLAN. Agora no ICC não temos apenas um esqueleto moldado in loco, ou pavilhões-pátio murados a partir de duas peças pré-moldadas. O Instituto Central de Ciências foi um desafio totalmente distinto do que tinha sido realizado até então. A complexidade definida a partir da proposta de um edifício em que uma estrutura formada por pórticos abriga uma outra reticular, em que pilares não são paredes e vigas são independentes estaticamente, com transições e encontros ainda inéditos na pré-moldagem brasileira. Tudo isso feito totalmente em canteiro, numa espécie de pré-fabricação sem fábrica e com o desafio de se estabilizar e contraventar tudo isso a partir de uma solução também inédita.

João Filgueiras Lima já tinha estabelecido no projeto da Colina Velha¹⁰ que a

⁷ Em entrevista, Lelé confirma o que Darcy Ribeiro jocosamente descreve a respeito da adaptação do ICC para um único edifício. “*Gosto de dizer, para divertir os amigos, que foi por preguiça que Oscar projetou o Minhocão tal qual ele é*”. Ver CAVALCANTE, Neusa. **Ceplan: 50 anos em 5 tempos**. 2015. Universidade de Brasília, [s. l.], 2015. p. 92.

⁸ Ver ALBERTO, Klaus Chaves. **A pré-fabricação e outros temas projetuais para campi universitários na década de 1960: o caso da UnB**. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Paulo, n. 10, p. 80–91, 2009.

⁹ Sobre a mudança nas diretrizes de trabalho de Oscar Niemeyer a partir de 1958 ver NIEMEYER, Oscar. **Depoimento**. In: Módulo n.09, pp. 03-06, fev. 1958.

¹⁰ Os “Apartamentos para Professores”, projeto também chamado de “Colina” (e mais recentemente “Colina Velha”) foram os primeiros edifícios residenciais pré-moldados do campus da Universidade de Brasília e uma experiência fundamental para se compreender o surgimento da construção pré-moldada no Brasil.

¹¹ Ver FONSECA, Régis Pamponet da. *A estrutura do Instituto Central de Ciências: aspectos históricos, científicos e tecnológicos de projeto, execução, intervenções e proposta de manutenção*. 2007. Universidade de Brasília, [s. l.], 2007 p. 59.

¹² Esses painéis de concreto pré-moldado são elaborados no sistema “pacote”, que permite empilhar as peças no chão e utiliza o próprio elemento pré-moldado como forma, agilizando a produção no canteiro.

¹³ Mounir Khalil El Debs destaca que uma das recomendações para projetos em pré-moldados é justamente essa de procurar elaborar peças que desempenhem simultaneamente as funções de estrutura e de fechamento. Cf. EL DEBS, 2017, “Concreto pré-moldado: fundamentos e aplicações”.

estrutura pré-moldada isostática deveria buscar a monoliticidade do concreto convencional a partir de um sistema moldado *in loco*. Na oportunidade, Lelé lança mão de torres de circulação vertical, construídas no método tradicional do concreto armado. Este sistema é composto por paredes nos dois sentidos, que estabilizam o “baralho de cartas” do esqueleto formado por peças simplesmente apoiadas. Em Colina Velha não existem cintas de estabilização dos pilares, nem nenhuma outra amarração nas fundações que permitissem um maior equilíbrio da estrutura. Tudo é estabilizado a partir de núcleos rígidos que estão distribuídos exatamente nas torres das escadas e elevadores. Já no ICC temos um maior refinamento da solução. O contraventamento é um componente integrado ao sistema estrutural. Ele já inicia nas fundações, que são mistas – ou seja, com elementos pré-moldados e moldados *in loco* – apoiadas num grande *radier*. Esta solução foi adotada principalmente pela escala da obra que, por sua dimensão, demandaria mais de quatro mil estacas e praticamente inviabilizaria a construção no prazo previsto¹¹.

Sobre este *radier*, nas linhas estruturais externas do ICC, são concretados “pilares-fêmea” com a parte superior contendo uma espera em forma de cálice para o encaixe dos grandes pilares pré-moldados. Ainda apoiados no *radier*, são montados painéis de CPM¹² que também servem de arrimo para o terreno que seria recolocado em seu lugar de origem – removido justamente

para a construção das fundações. Estes painéis são consolidados juntamente com os “pilares-fêmea” a partir de uma concretagem de segunda fase determinando, desta forma, um conjunto rígido de contraventamento.

As linhas estruturais internas dos pórticos possuem um tratamento diferente em termos de contraventamento. Nelas, não são utilizados painéis pré-moldados, sendo totalmente construídas a partir de esperas *in loco*. Neste caso, os pilares-fêmea são amarrados com vigas duplas também concretadas no sistema convencional. Da mesma maneira que nas linhas de pilares externos, aqui os pilares pré-moldados são encaixados em esperas com 1m de profundidade, o que já garante a estabilidade e contraventamento de cada um dos pórticos, tanto no bloco A quanto no bloco B.

A viga superior se apoia nas extremidades desses pilares, com transições variadas em cada ponta. Assim como as placas verticais do CEPLAN tem função de apoio e parede, o elemento da viga é pensado também de modo a incorporar as soluções de cobertura, ora pérgola, ora laje, de modo que, após concluída a montagem do pórtico, o vão já estaria praticamente coberto, só faltando as calhas de chapa dobrada.¹³ Essa adequação à função também se presta a questões estruturais, numa geometria pensada em formato T, onde enrijecedores intermediários combinados com a protensão aplicada aos cabos de aço possibilitam vencer vãos de até 28 metros com 1m de altura.

Figura 4 e 5 – Sistema de contra-ventamento do Bloco A do ICC e a concretagem dos pilares dos mezaninos. Fonte: ATOM/UnB

Figura 6 – vista aérea do ICC com o trecho curvo pronto e os mezaninos de transição ainda sendo concretados. Fonte: ATOM/UnB

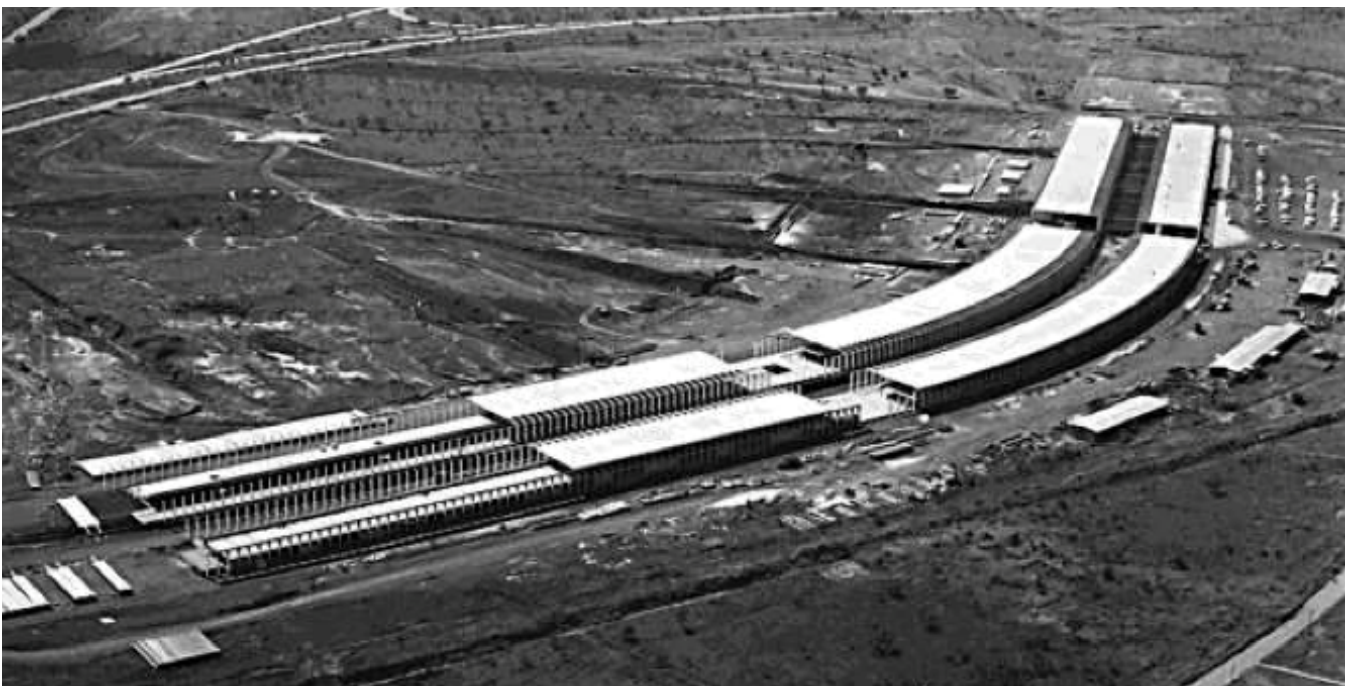
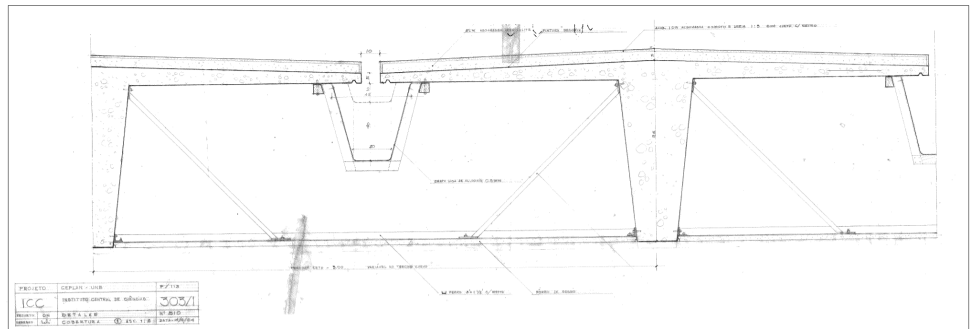


Figura 7 – detalhe da viga superior do ICC, com a previsão do forro de gesso não executado.
Fonte: arquivo CEPLAN.



A peça é um exemplo do esforço na busca pelo equilíbrio entre não gerar quantidade excessiva de juntas e ao mesmo tempo evitar uniões rígidas durante a montagem. Com essa visão, o elemento congrega partes rigidamente unidas em uma peça só, garante uniões consolidadas entre laje e vigamento enquanto fabricadas nos moldes, e permite a rápida elevação de todo o conjunto, que é simplesmente apoiado nas colunas. O desenho dessas peças, assinado por Lele na documentação que serviu de base para este artigo, é preciso ao ponto de estarem previstas pingadeiras na própria forma. Detalhe adicional, que merece destaque, são os elementos

curvos que complementam o conjunto e se afinam nas bordas, além de arremate como intenção plástica complementar ao plano de cobertura, essas peças também servem para captação pluvial, funcionando como vigas-calha que conduzem as águas para tubulações que estão embutidas nos pilares pré-moldados.

Além de todo esse sistema misto, invisível e elaborado abaixo do nível térreo do ICC, ainda temos os grandes mezaninos localizados nos dois acessos de dupla altura – colocados estrategicamente na junção dos trechos retos com os trechos curvos – que também colaboram para uma maior estabilidade do conjunto. Esses mezaninos, que

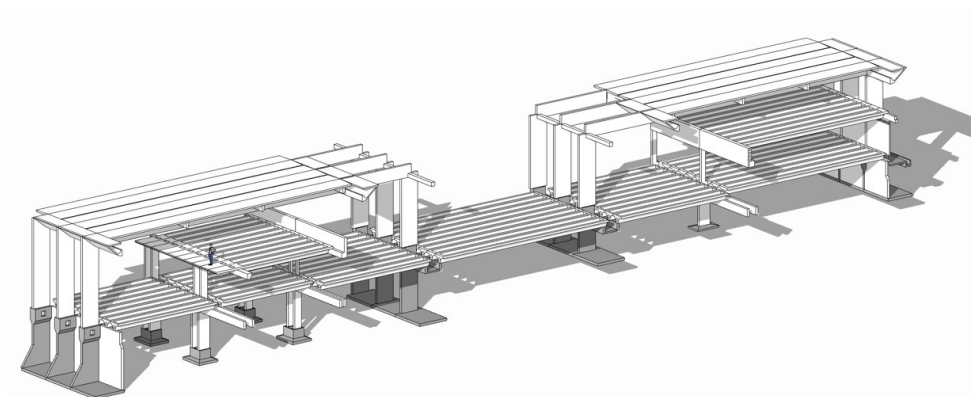


Figura 8 – modelo tridimensional da estrutura do trecho reto do ICC. Fonte: desenho do autor.

cruzam transversalmente os três blocos são sustentados por pilares concretados no método tradicional, porém de mesmas dimensões e aspecto. São versões *in loco* dos pilares pré-moldados de 1,5m de largura por 20cm de espessura, que sustentam as grandes lajes caixão perdido de 60cm de altura – também fundida no local. Esse plano trapezoidal, que funciona como uma placa enrijecedora de transição, ainda alcança balanço de 12m de comprimento no lado leste do ICC. Nesse mesmo lado, correspondente a base maior do trapézio, temos uma rampa escultórica em forma de ferradura, também em balanço.

Seja como empreendimento de vanguarda para as investigações sobre a pré-fabricação, seja como expressão arquitetônica relevante e possível com uso da técnica, uma arquitetura em pré-moldados, o ICC impressiona e tem caráter pertinente às atividades que abriga. Tanto no emprego pioneiro da técnica, aplicada em escala e variações tão complexas e inéditas, quanto resultado alcançado, a realização possui valores relacionados à pesquisa, à inovação e à experimentação, como representação da base das investigações científicas e das atividades que constituem parte do saber que ali se desenvolve.

CONVENTO E CONTRAVENTAMENTO

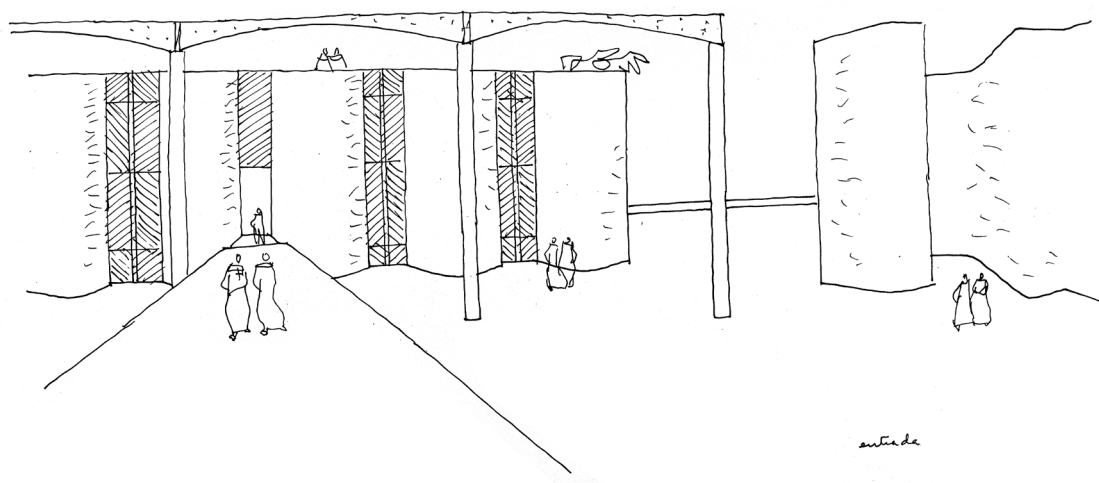
O Instituto de Teologia Católica, também chamado de “Convento Domini-

cano de Brasília” é projeto de Niemeyer elaborado em 1963 com cálculo estrutural do engenheiro Ernesto Guilherme Walter. Faz parte das obras desenvolvidas pelo CEPLAN no contexto da UnB. Hoje, neste local, funciona a Secretaria de Estado da Educação depois que a Universidade devolveu o prédio para o governo do Distrito Federal. Construção de planta retangular de 120m por 15m com três pavimentos, é marcada principalmente pela repetição dos elementos de fechamento de seu perímetro. Estes elementos são painéis pré-moldados em concreto armado, que servem de suporte para lajes concretadas *in loco*. Além disso, o último pavimento é coberto por um conjunto de oito abóbadas estruturadas por pilares independentes, que se projetam em relação aos limites do volume principal, numa espécie de “Itamaraty para Monges”. Essa construção, que une compositivamente arcos e retas, originalmente tinha como programa principal um conjunto de dormitórios, refeitórios, bibliotecas e oratórios para noviços, estudantes e padres, com cada pavimento sendo destinado a um desses públicos. O grande terraço foi destinado a atividades de contemplação e oração, com confessionários distribuídos na parte coberta pelas abóbadas de concreto.

O projeto do Instituto de Teologia se utiliza dos princípios já exaustivamente aplicados na obra do CEPLAN na parte em que parede e suporte tem a mesma função. Não há estrutura independente nem janela em fita, ou melhor, as janelas são fitas verticais como se a modulação

Figura 9 – croqui de Oscar Niemeyer para o acesso do Instituto de Teologia Católica. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

Figura 10 – foto da obra do Instituto de Teologia Católica. Fonte: acervo pessoal Eng. Eduardo Thomaz.



dos painéis de fechamento do CEPLAN fosse intercalada com aberturas, ou simplesmente a ausência de um módulo de fechamento se converte em janela, que nos croquis originais deveriam receber *brises* ou algum tipo de controle solar com placas formadas por elementos diagonais.

A construção mista pode ser dividida em duas etapas. A primeira, com a pré-moldagem dos painéis de fechamento, que foi realizada no próprio canteiro a partir de formas de concreto, assim como aconteceu no ICC. Os painéis de fechamento são os únicos elementos pré-moldados e agora não são mais com cantos vivos como nos pioneiros pavilhões derivados do CEPLAN, mas com arestas curvas e posicionados sempre na mesma orientação, lado a lado, com espaçamento de 1,2m entre cada um para as aberturas¹⁴. A opção de bolear as peças pré-moldadas fornece, de certa forma, um caráter mais residencial ao volume, ao mesmo tempo que os rasgos das aberturas marcam os negativos necessários para que a desejada luz penetre nas acomodações. A partir dessa geometria dos painéis, as celas ganham um espaço próprio para encaixar os equipamentos dos quartos, como se pode observar nos croquis de Niemeyer. Nos painéis pré-moldados já foram previstas abas de engastamento e esperas com vergalhões que serviam para amarrar e consolidar toda a estrutura. Não há dados sobre as fundações, porém algumas imagens indicam um encaixe em sapatas corridas, o que permitiu ajustar o prumo de cada

peça. Conforme os registros fotográficos do canteiro, ao mesmo tempo que os painéis verticais eram colocados na sua posição final, as instalações hidráulicas do térreo eram executadas e as formas para a primeira laje eram montadas.

A segunda etapa *in loco* compreende a execução de lajes caixão perdido de 35cm de altura. Assim sendo, não há presença de vigas no espaço interno, o que indica uma neutralidade em relação aos módulos da fachada. Além das lajes, foram executados a linha interna de pilares e toda a cobertura abobadada. No térreo os pilares são cilíndricos e, no restante dos pavimentos de seção retangular. Os primeiros croquis de Niemeyer indicavam que a solução para as lajes também deveria ser pré-moldada, porém o vão de 15 metros demandaria uma protensão das peças, o que acabou não acontecendo. Os planos horizontais são todos fundidos no local, o que acabou colaborando para o contraventamento geral do conjunto. Além disso, as anotações de Oscar na prancha em que são apresentadas as soluções construtivas indicam que a cobertura abobadada também deveria ser construída com pilares e vigas pré-moldadas, porém acabaram sendo executadas totalmente na técnica tradicional.

A execução das lajes armadas e fundidas no local permitiu que a escada helicoidal escultórica colocada no módulo de acesso – prevista desde a primeira versão do projeto – pudesse assumir sua expressão plena como uma broca que perfura os dois planos dos pavimentos superiores. Esse efeito perderia muito de

¹⁴ Vale citar o MOKK (p.152) e usina de energia The Pécsújhegy (1956-58) na Hungria, que utiliza painéis pré-moldados intercalados com esquadrias. Nesta usina os elementos pré-moldados possuem formato triangular de 4 metros de largura por 33,5 metros de altura.

¹⁵ Em entrevista para esta pesquisa, Glauco Campello afirmou que a cobertura seria composta por uma laje plana em concreto armado, o que será reproduzido na próxima versão do modelo tridimensional apresentado neste artigo.

¹⁶ Apesar de BOTEY (1996, p.146) indicar que o QGEx é de 1967, a documentação arquivada no IPHAN indica que o projeto do Monumento a Caxias (o mais antigo do conjunto) é datado de 12 de julho de 1968. As pranchas com o projeto estrutural do Bloco 1, arquivadas no CRO-11, indicam que as fundações começaram a ser projetadas em 1969.

sua expressão plástica se as lajes fossem pré-moldadas, já que o recorte circular não estaria dentro da modulação. Assim como as rampas em formato de ferradura alongada do ICC, o helicóide da escada é elemento formal que reforça a presença do concreto armado e se sobressai nos interiores do edifício que, fora o grande terraço, é a expressão singela de um convento religioso.

O projeto original do Instituto de Teologia ainda apresentava uma igreja ao norte da implantação, conectada ao edifício principal através de uma plataforma de acesso que articulava os dois volumes. Infelizmente não realizada, a igreja seria totalmente construída com paredes curvas e sem pré-fabricação, numa citação barroca que contrasta com a racionalidade e sobriedade do volume principal. O espaço interno possui uma série de níveis e nichos criados pelas cascas curvas, que alcançariam até 11 metros de altura.

Cada um desses nichos seria destinado aos espaços de sacristia, batistérios e altar. Um dos registros encontrados na pesquisa mostra uma planta e um esquema de corte que possibilitou a modelagem e a simulação tridimensional do volume. Esse documento também possui um texto de Niemeyer se dirigindo ao arquiteto Glauco Campello, que seria o responsável pela construção da igreja.¹⁵

OS TRÊS DO FORTE

O Quartel-General do Exército, conhecido como “Forte Apache”, é projeto de 1968 e inaugurado em 31 de março de 1973.¹⁶ Integra o complexo arquitetônico que engloba dez edifícios (originalmente eram nove), o Setor de Garagens, o Teatro Pedro Calmon, a Concha Acústica, o Monumento a Caxias e a Praça dos Cristais – este último projeto de Burle

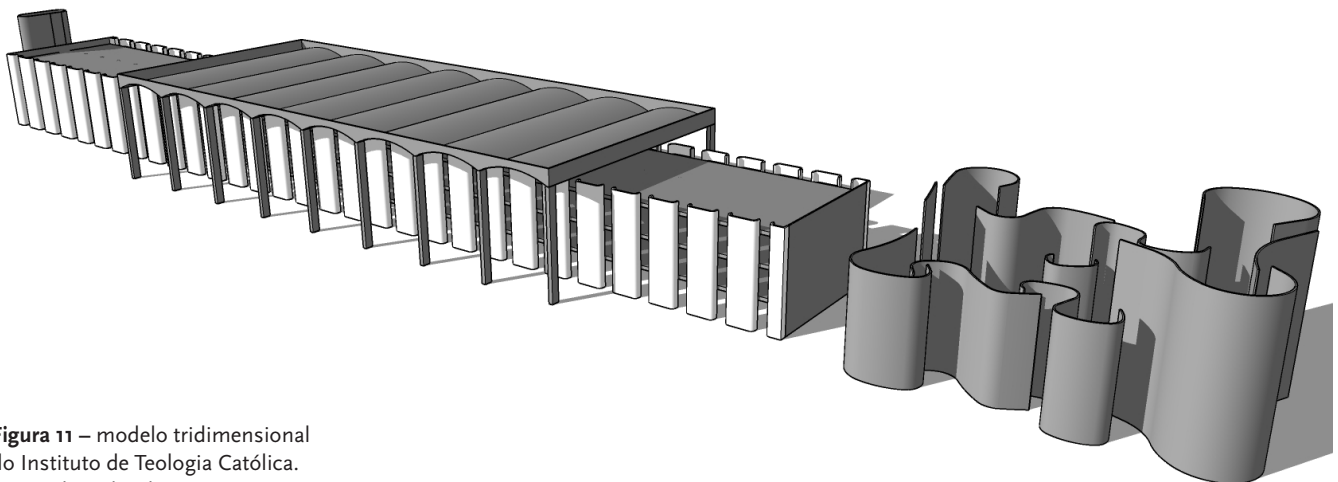


Figura 11 – modelo tridimensional do Instituto de Teologia Católica. Fonte: desenho do autor.



Figura 12 – foto da construção do Bloco 1 do Quartel-General do Exército. Fonte: acervo do QGEx.

Marx¹⁷. O bloco principal (Bloco 1), primeiro a ser construído, foi totalmente executado em concreto pré-moldado, o que não aconteceu com os outros oito blocos que fazem parte do conjunto. Previstos para serem totalmente construídos a partir de pré-moldados, os edifícios administrativos do QGEx acabaram – por força da urgência de se ter as atividades administrativas do Ministério do Exército alocadas no SMU – tendo sua execução com a utilização de técnicas mistas de construção.¹⁸

A composição do Bloco 1 é de uma barra de 250 metros de comprimento por 16 metros de largura e 19 metros de altura, com o programa distribuído em 5 pavimentos. A estrutura é formada basicamente por três componentes pré-

-moldados: paredes-pilar, lajes protendidas e os arcos superiores de fechamento. Estes últimos, com função estrutural de suportar a cobertura do último nível. A expressão do edifício, assim como no Instituto de Teologia, é dada pela repetição dos elementos, agora ainda mais marcantes, tanto pela sua dimensão, posição e quantidade. Os elementos verticais pré-moldados, aqui definidos como pilares paredes são espaçados em 1,2m vãos esses em que são encaixadas as janelas. O plano das janelas do Quartel é mais retrasado do que no Convento, o que facilita para que as abas dos painéis verticais funcionem como brises, ajudando na eficiência energética do edifício.

É no QGEx que temos a retomada da síntese completa da decomposição da

¹⁷ Atualmente no Bloco 1 funciona o Estado-Maior do Exército e o Gabinete do Comandante. No Bloco 2 a Diretoria de Obras e de Cooperação, no Bloco 3 (transversal) temos a Base Administrativa do QGEx. No Bloco 4 está o Comando Logístico, no 5 o Departamento de Ciência e Tecnologia, no 6 o Departamento de Pessoal, no Bloco 7 a Diretoria de Material de Aviação do Exército. No Bloco 8 funciona a Diretoria de Assistência de Pessoal, no 9 a Diretoria de Transporte e Mobilização. Por fim, no Bloco 10, o mais novo do conjunto, funciona a Diretoria de Assistência de Pessoal.

¹⁸ Vale citar o depoimento que o mestre de obras “Seu Zé” prestou a respeito da execução da obra do QGEx em 31 de janeiro de 2018. A celeridade em se ter uma sede para o Ministério do Exército foi o que determinou a execução em pré-moldado no Bloco 1. Segundo ele, as formas

dos painéis de fechamento foram elaboradas em madeira, ao contrário do que foi realizado no ICC e no Instituto de Teologia. Cada forma era utilizada para a execução de, no máximo, três peças pré-moldadas.

estrutura – estabelecida, como já vimos, no CEPLAN, Instituto de Música, auditório etc. – já que os três componentes principais desta obra praticamente resolvem o sistema estático. O Bloco 1 é “puro sangue”, sendo totalmente executado com pré-moldados. Curiosamente, os demais blocos simulam uma situação de pré-moldagem, na mesma situação inclusive do que já tinha sido realizado no Instituto de Teologia, só que com elementos fundidos no local e com a geometria dos painéis do CEPLAN. No Bloco 3, único transversal ao Bloco 1, se localiza a Base Administrativa do Quartel, com tratamento de fachada diverso, incluindo paredes de concreto tradicional com aberturas em formato de olho que se

abrem para o pátio interno (atualmente ocupado por um estacionamento).

Os pilares-parede de 2,40m por 16,80m, também são semelhantes aos do Instituto de Teologia. Novamente são elementos com acabamento curvo, porém posicionados de forma invertida em relação ao que foi realizado no Convento. Agora, a curvatura só se percebe pelo lado externo do QGEx, sendo a face plana do painel voltada para o lado interno do edifício. Cada pilar-parede é encaixado nos blocos de fundação, numa profundidade de 80cm, o que acaba por estabilizar a montagem intercalando dois painéis por bloco, numa espécie de contraventamento em que o peso próprio das peças vizinhas auxiliam na estática



Figura 13 – foto da construção do Bloco 1 do Quartel-General do Exército. Fonte: acervo do QGEx.

do conjunto. Cada um desses blocos é sustentado por quatro estacas profundas, já que o solo em Brasília é pouco resistente e necessita que as fundações sejam reforçadas. Também é interessante observar que os pilares-parede são executados já com um negativo que serve para receber as esquadrias, que se encaixam na mesma posição em todos os pavimentos.

As lajes são peças em forma de duplo T de 14m de comprimento por 3,50m de largura, todas protendidas e chanfradas na lateral maior para que, numa concretagem de segunda fase, fosse efetuada a consolidação dessas peças a partir do negativo produzido pelo encontro dos componentes. É a partir dessa união das placas horizontais e da estabilização do

fechamento vertical com os encaixes nas fundações que o sistema isostático assume a rigidez necessária para sua estabilização.

O coroamento do edifício principal é composto por peças ocas de 7,18m por 1,2m de profundidade em forma de T encurvados que, dispostas lado a lado formam a sequência de arcos. São modulados de maneira que a base do T seja suportada por um par de pilares-parede, da mesma forma que os blocos de fundação são compartilhados por pares de painéis. Esses componentes também funcionam como captadores de água da chuva, funcionando como calhas coletoras e que esgotam o pluvial através de tubulação que está embutida no espaço

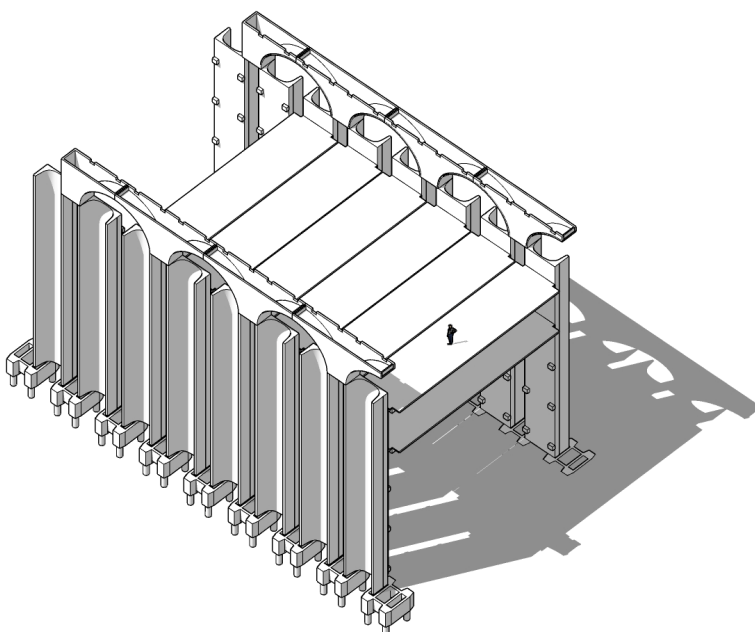


Figura 14 – modelo tridimensional da estrutura do Bloco A do QGEx. Fonte: desenho do autor.

resultante do negativo entre as lajes e os apoios verticais.

Mesmo que a expressão do conjunto seja a junção entre estruturas totalmente pré-moldadas e totalmente moldadas *in loco*, a estratégia de se utilizar elementos repetitivos nas grandes barras estreitas e alongadas do QGEx procuram estabelecer uma unidade na linguagem arquitetônica. O esquema painel/esquadria/painel, é flexível o suficiente para que o caráter imediato se associe ao caráter genérico¹⁹ e estabeleça a composição geral desse grupo de edificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos casos de Brasília é importante evidenciar que as características da pré-moldagem como sistema de construção rápida foram determinantes para sua adoção como sistema construtivo parcial, além os escassos recursos e o sentido de urgência de sua execução²⁰. Mesmo assim, Oscar Niemeyer chegou a resultados com relevância arquitetônica. Esse esforço para se criar uma nova alternativa técnica e que atendesse a demanda de edifícios dos mais variados programas – incluindo escritórios, auditórios, laboratórios, salas de aula, dormitórios etc. – faz parte do pensamento de uma proposta também inovadora no contexto tecnológico dos anos 1960 no Brasil.

Através de uma estratégia de se retirar o melhor das duas técnicas, Niemeyer abre mão de um purismo construtivo e utilizam métodos que possibilitam não só agilidade na montagem dos edifícios, mas que também permitem a execução de elementos importantes para a estabilidade de um sistema novo, e que ainda está sendo descoberto pelos próprios arquitetos e engenheiros responsáveis. É assim que são utilizadas as fundações e os mezaninos que contraventam o ICC, as lajes *in loco* que transformaram o esqueleto do Instituto de Teologia em hiperestático, além dos blocos secundários do Quartel-General, que utilizaram a linguagem dos painéis pré-moldados verticais do bloco principal como base para a estrutura tradicional de concreto armado em outros nove edifícios do complexo militar.

Devido ao caráter relativamente novo desse tipo de estrutura no Brasil, as realizações das obras foram caracterizadas por diferenças nos sistemas de abordagem na formalização dos objetos. Até por serem definidas a partir de decisões no canteiro de obras²¹, essas diferenças atuaram diretamente sobre a materialização dos exemplares que, por terem sido concebidos em um momento em que era necessária rapidez na construção da nova capital, apresentam singularidades provenientes do uso de elementos que ainda eram alvo de experimentação.

¹⁹ Sobre os conceitos de caráter ver MAHFUZ, Edson da Cunha. **Da atualidade dos conceitos de composição e caráter**. Revista Projeto 195. São Paulo.

²⁰ Cf. NIEMEYER, Oscar. **Conversa de Arquiteto**. Rio de Janeiro: Revan e Editora UFRJ, 1993 p. 47.

²¹ Cf. NIEMEYER, Oscar. **As curvas do tempo: memórias**. 7 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 320p.

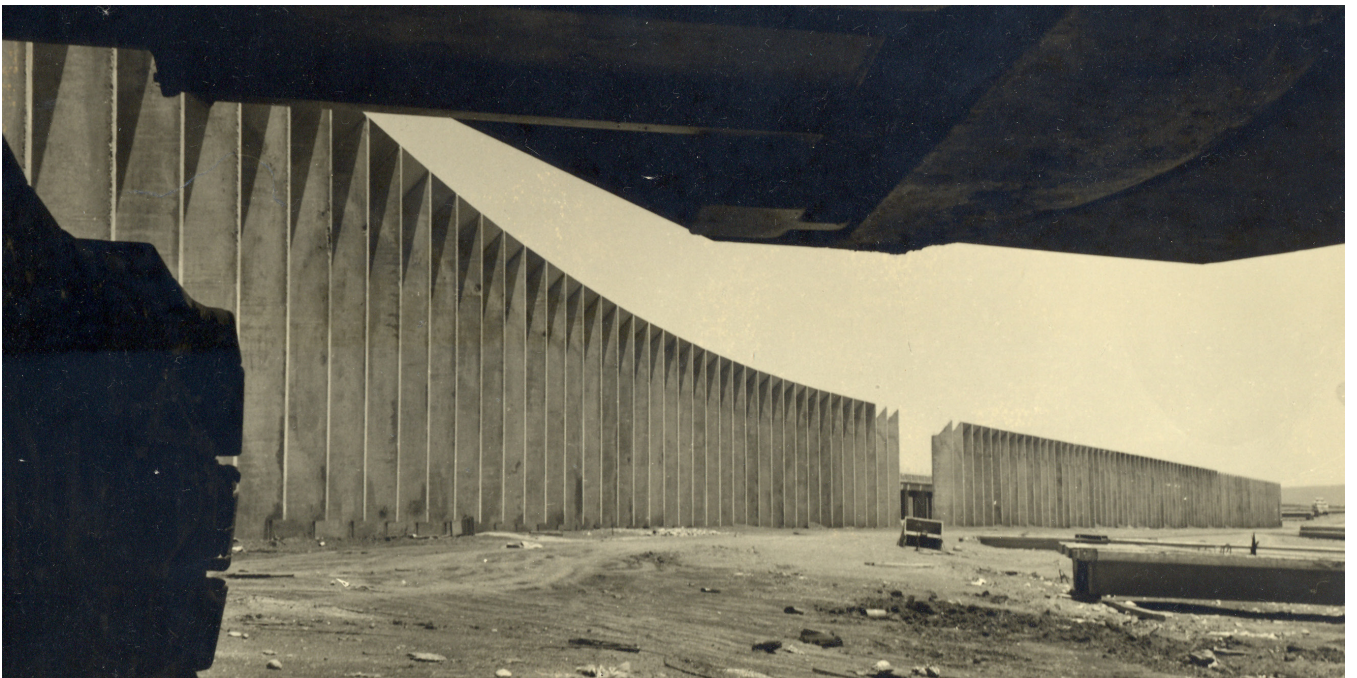


Figura 15 – obra do ICC em andamento. Fonte: ATOM/UnB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRÓPOLE. [Projetos para a Universidade de Brasília]. [Desenhos técnicos; fotografias e descrições dos edifícios]. São Paulo, n. 369/370, jan./fev. 1970.
- ALBERTO, Klaus Chaves. **A pré-fabricação e outros temas projetuais para campi universitários na década de 1960: o caso da UnB**. In: Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online) n. 10 (2009) - Artigos e Ensaios.
- ALIAGA FUENTES, Maribel del Carmen. **Os primeiros mestrandos da FAU-UnB: de um passado que não se construiu**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOTEY, Josep Maria. **Oscar Niemeyer**. Barcelona: Gustavo Gili, 1996. 255p.
- BRUNA, Paulo. **Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 308p.
- CAVALCANTE, Neusa. **CEPLAN: 50 anos em 5 tempos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões brasileiras**. Sobre um estado passado da Arquitetura e Urbanismo modernos: a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. 2002. 3 v. Tese (Doutorado) - Universidade de Paris VIII, Paris, França, 2002.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. The Poetics of Development: Notes on Two Brazilian Schools. In: (Ed.). **Latin America in Construction: Architecture 1955-1980**. 1. New York: MoMA, 2015.
- CONTARINI, Bruno. **Depoimento oral**. Depoimento ao autor em 25 de julho de 2018. Rio de Janeiro, 2018. Não publicado.
- COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- EL DEBS, Mounir Khalil. **Concreto pré-moldado: fundamentos e aplicações. Oficina de Textos**, São Paulo, 2017. 456p.
- FICHER, Sylvia *et* MACEDO, Danilo Matoso. **Oscar Niemeyer, arquitetura narrada: Módulo 1ª Série 1955-1965**. In: BRONSTEIN, L.; OLIVEIRA, B. S. D., et al (Ed.). Leituras em Teoria da Arquitetura. Rio de Janeiro: Rio Book, v.4 : autores, 2014.
- FONSECA, Régis Pamponet da. **A estrutura do Instituto Central de Ciências: aspectos históricos, científicos e tecnológicos de projeto, execução, intervenções e proposta de manutenção**. 2007. Universidade de Brasília, [s. l.], 2007.
- GUIMARAENS, Cêça; TAULOIS, Cláudio; MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. **Arquitetura Brasileira após Brasília/Depoimentos**. Rio de Janeiro: IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1979.

- GUIMARÃES, Ana Gabriella Lima. **João Filgueiras Lima: O último dos modernistas**. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.
- LATORRACA, Giancarlo; FREITAS, Esequias Souza De; LIMA, João Filgueiras. **João Filgueiras Lima, Lelé**. Lisboa, Portugal; São Paulo, SP, Brasil: Editorial Blau; Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- LIMA, João Filgueiras. **O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LUZ, Afonso. **Fortuna Crítica, Sergio Rodrigues**. Instituto Sergio Rodrigues, Rio de Janeiro, 2018. 344p.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. **Da atualidade dos conceitos de composição e caráter**. Revista Projeto 195. São Paulo.
- MÓDULO. **[Projetos para a Universidade de Brasília]**. Rio de Janeiro, n. 32, jul. 1963.
- MÓDULO. **Edição especial: Brasília**. [projetos para o Concurso do Plano-Piloto de Brasília]. Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, jul. 1957.
- MOKK, Laszlo. **Construcciones con materiales prefabricados de hormigón armado**. [Trad] Jose Ma. Urcelay - Bilbao : Ediciones Urmo, 1969. 555 p.
- NIEMEYER, Oscar. **As curvas do tempo: memórias**. 7 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 320p
- NIEMEYER, Oscar. **Conversa de Arquiteto**. Rio de Janeiro: Revan e Editora UFRJ, 1993.
- NIEMEYER, Oscar. **Depoimento**. Módulo, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 9, p. 3-6, fev. 1958.
- NIEMEYER, Oscar. Instituto Central de Ciências. **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, n.32, p.34-38, jan./mar. 1963.
- NIEMEYER, Oscar. **Problemas da Arquitetura 4: o pré-fabricado e a arquitetura**. Módulo, Rio de Janeiro, n. 53, p. 56-9, mar./abr. 1979.
- NIEMEYER, Oscar. **Quase memórias: viagens – tempos de entusiasmo e revolta – 1961-1966**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PESSINA, Luis Henrique Gomes. **Aspectos gerais da pré-fabricação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1964.
- PORTO, Cláudia Estrela [org]. **Olhares: visões sobre a obra de João Filgueiras Lima**. Brasília: EdUnB, 2010.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Lelé na UnB (ou o Lelé da UnB)**. [s. l.], p. 1–12, 2010.
- SILVA, Elcio; MACEDO, Danilo. **Estruturas metálicas no concreto de Brasília**. In: Anais do IV Seminário Docomomo Sul. Porto Alegre: Propar - UFRGS, 2013
- SILVA, Elcio; VASCONCELLOS, Juliano Caldas de; SÁNCHEZ, José Manoel Morales. **Instituto Central de Ciências: a Complexidade da Síntese**. Artigo em vias de publicação. Brasília, 2018. No prelo.
- SILVA, Elcio. **Os palácios originais de Brasília**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

- SUMMERSON, John. **A Linguagem clássica da arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- THOMAZ, Eduardo. [Fotografias da construção do ICC]. Acervo pessoal, 2017.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Diretor da Universidade de Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 1962. 51p.
- VARGAS, Milton (Org). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. 412p.
- VASCONCELLOS, Juliano Caldas De. **A construção do CEPLAN e os primórdios da pré-moldagem em concreto armado no Brasil**. In: ANAIS DO 59º CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO, Bento Gonçalves: IBRACON, 2017.
- VASCONCELLOS, Juliano Caldas de. **Concreto armado Arquitetura Moderna Escola Carioca**: levantamentos e notas. 2004. 313f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- WALTER, Ernesto. **Depoimento oral**. Depoimento a José Manoel Morales Sánchez, [1991]. Não publicado.

JULIANO CALDAS DE VASCONCELLOS – Arquiteto e urbanista (UFRGS), mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PROPAR e doutorando pelo mesmo programa. É professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do projeto de pesquisa “As origens do concreto pré-moldado no Brasil”. E-mail: jvasc@ufrgs.br.

NAS ASAS DAS CIÊNCIAS: O ICC NO CAMPUS DA UNB*

Christine Ramos Mahler

A presente discussão trata da análise histórica e espacial do Instituto Central de Ciências, bem como do seu papel articulador de urbanidade no *campus* da Universidade de Brasília. Esse edifício é um representante emblemático da arquitetura institucional no conjunto da produção moderna brasileira, tendo sido explorado enquanto objeto de pesquisa sob vários aspectos, inclusive quanto à afiliação de sua linguagem ao brutalismo. Para além de suas qualidades e características intrínsecas e para subsidiar a observação sobre seu protagonismo no complexo da UnB é importante resgatar algumas questões seminais acerca do modelo em questão: o *campus* universitário, no qual está inserido. A esse propósito, vale recuperar a gênese do termo:

Inventado na Princeton colonial como um *latinismo*, talvez em alusão ao Campus Martius de Roma antiga, *campus* expressou perfeitamente o espaço aberto, ambiente semi-rural do College de New Jersey e as qualidades físicas que iriam caracterizar tantas escolas americanas (TURNER, 1995, p. 47).

Esse conceito foi cunhado no contexto norte-americano do século XVII, quando as universidades pioneiras foram embriões da ocupação territorial, impulsionando seu desenvolvimento por meio da educação. Ainda que o resultado dessas concepções tenha sido bastante diversificado e largamente exportado, suscitando múltiplas discussões, o que se traz para a presente análise é que a maior

parte dessas soluções tem em comum a constituição de um conjunto, cujos componentes são numerosos edifícios, geralmente pavilhões, inseridos em um vasto espaço, conformando uma *academic village* (TURNER, 1995). Em outras palavras, um microcosmo urbano ou uma “cidade acadêmica”, articulando edificações simbólicas e acadêmicas e promovendo suas relações com os espaços não construídos, predominantemente naturais, resultando em uma ambiência adequada à imersão e ao convívio intenso de seus usuários, apesar de seu isolamento e das críticas decorrentes a esse atributo. Dessa ambiência resulta o próprio termo latino *campus*, ou campo.

O planejamento arquitetônico e urbanístico das universidades contemporâneas é fruto, além do extrato histórico acumulado, dos experimentos do século XIX. A demarcação temporal obviamente não é absoluta, mas foi devido a esse desenvolvimento que as experiências urbanísticas se avolumaram. No contexto urbano ou antiurbano, o que interessa é a consciência de que escalas diferentes na concepção da instituição universitária começaram a ganhar visibilidade: a cívica e a acadêmica. Para os casos antiurbanos, outra escala participa fortemente: a paisagem (MAHLER, 2015, p. 58).

E dessa vertente, mesclada às soluções europeias de bairros e cidades universitárias, ou seja, espaços imersos em contextos urbanos, encontra-se a matriz – híbrida – de grande parte dos *campi*

* Versão ampliada de trabalho apresentado no 10º Seminário DOCO-MOMO Brasil, Curitiba, 2013.

brasileiros, dentre os quais o *campus* em questão, denominado Darcy Ribeiro. A respeito da ideologia por trás da localização das universidades brasileiras apartadas das cidades, Almeida (1983) aponta:

Verificou-se que a existência do *campus*, implantado na periferia das cidades e em extensas áreas acima de 300 hectares e concebido como minicidades, cria problema de ordem física para integração de áreas de conhecimento, bem como para sua inserção no espaço urbano. Esse modelo físico deve sua existência, em parte à história jesuíta, ao ideário político, econômico e institucional dos administradores, à peculiaridade da autonomia universitária e à ideologia presente na Lei da Reforma do Ensino Superior (Lei n. 5.540/68), entre outros condicionantes de menor importância (ALMEIDA, 1983, p.7).

Assim, a estratégia dos modelos de *campi* brasileiros foi inserida no jogo complexo de variáveis urbanas nos âmbitos político, ideológico, econômico e cultural, tendo benefícios e problemas dela decorrentes. Segundo Almeida (1983, p. 55) “somente em 1962 ocorreu um fato novo na implantação da universidade brasileira com a organização e construção da Universidade de Brasília (UnB), na Capital Federal. Esta universidade serviu, posteriormente, de modelo orientador da Lei de Reforma do Ensino Superior (Lei n. 5.540/68)”.

A abordagem acerca do período de criação da UnB remete, ainda, às razões desenvolvimentistas específicas

que nortearam a construção de Brasília. Antes mesmo dos primeiros gestos para o desenho do ICC serem produzidos, as oportunidades de construção da nova Capital e, em seguida, a criação da instituição, já acenavam para a necessidade de se pensar em um edifício absolutamente inovador.

Ao contrário de outras universidades, a UnB não nasce marcada pela tradição, com a aglutinação de centenárias instituições de ensino pré-existent. No contexto de Brasília, a instituição nasce na *hinterland*, compromissada com a construção de novos desafios materiais e intelectuais. Nasce, ainda, com a grande responsabilidade de interiorizar a educação, servindo de modelo às demais instituições federais.

A Universidade de Brasília foi fundada no mesmo ano que a nova capital federal do país, em 1960, graças a iniciativas do polêmico antropólogo Darcy Ribeiro. Sua concepção de vanguarda trouxe inúmeras inovações para o ensino superior, tanto de organização – como a adoção da estrutura departamental e do sistema de créditos para avaliação do rendimento escolar, quanto de fundo – como a extinção do regime de cátedra e a ênfase na pesquisa e na produção de conhecimentos (FICHER, 2001).

A UnB foi criada como uma *fundação*, com autonomia para administrar seus órgãos e recursos¹, através de uma estrutura integrada, composta pelos Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares, “tendo como

¹ Fundada em 15 de dezembro de 1961, mediante lei nº 3.998, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 500, homologado em 15 de janeiro de 1962 (www.unb.br).

premissa o humanismo, a livre criação cultural e a integração da ciência e tecnologia, como motores de transformação da sociedade” (RODRIGUEZ, 2007, p. 13). Sua proposta de estrutura departamental introduziu a pós-graduação e o currículo flexível, e dividiu a formação em dois ciclos: dois anos para o ensino “fundamental” e o e três anos para o “profissional”.

No plano urbanístico para a UnB, Lucio Costa propôs um desdobramento de seu projeto para o Plano Piloto da cidade, definindo o espaço universitário como um vasto parque, aberto à população, com vegetação nativa. Ficou determinada a localização da gleba de cerca de 260 hectares para a construção da universidade, a exemplo dos projetos de escolas americanas, com a influência do urbanismo pitoresco², para o qual era fundamental fundir a universidade à paisagem e nela distribuir os espaços construídos.

O *campus* foi concebido com rígida setorização das atividades acadêmicas por áreas de conhecimento, separação da circulação de pedestres e de veículos e isolamento dos setores esportivo e habitacional por extensas áreas livres (GOROVITZ, 1993, p. 61 e 63).

Alterações no partido de Brasília acarretaram mudanças para a universidade, que foi afastada em alguns quilômetros da área inicialmente estabelecida, distanciando-se da cidade e situando-se na borda nordeste do Lago Paranoá entre o lago e a Asa Norte. A setorização do *campus* ocorre com o acesso principal pela via L4 Norte, às margens do lago e passa a “dar as costas” para a cidade.

A proposta para o *campus* da UnB corresponde aos conceitos modernistas arquitetônicos e urbanísticos, e também à nova filosofia educacional, na qual Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foram protagonistas, com a proposição pedagógica do ensino sistêmico para a nova instituição. As edificações previstas no plano não estabelecem vínculo aparente com a malha viária do *campus*, possuindo implantações livres. Os espaços abertos são grandes vazios sem hierarquia, resultando em um espaço bastante homogêneo (CASTOR, 2004). O território foi dividido em grandes parcelas, delimitado por vias que formam as quadras internas, com edificações distribuídas de maneira dispersa. Uma área central, margeada pelo acesso principal, foi destinada aos

² TURNER (1995) em “*Campus: an american planning tradition*” dedica o Capítulo V - *University as city beautiful* - a este tema.

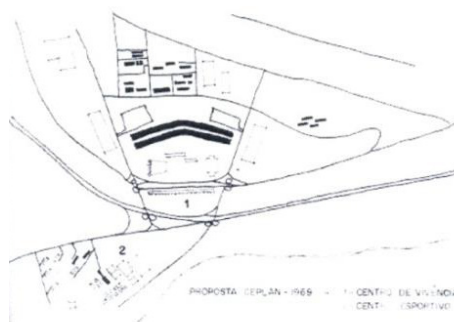


Figura 1 – Estudo urbanístico de 1969. Fonte: CEPLAN, 1972. In RODRIGUEZ, 2007.

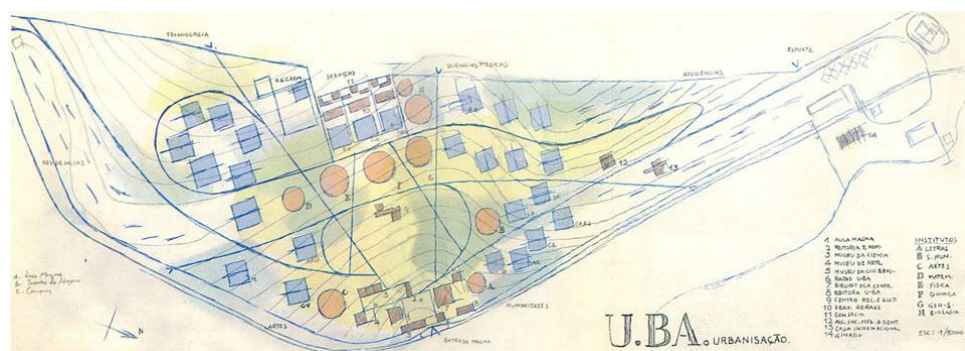


Figura 2 – Plano de Urbanização da Universidade de Brasília, Lucio Costa (Fonte: UNB, 1962).

Figura 3 – Mapa de configuração espacial 1961. Fonte: Plano Diretor Campus Darcy Ribeiro. Fonte: RODRIGUEZ, 2007.



edifícios simbólicos, de interesse comum, tais como Reitoria, Biblioteca e Museu Universitário (RODRIGUEZ, 2007).

O edifício do Instituto Central de Ciências (ICC) é um exemplar emblemático da arquitetura produzida na década de 1960 (1963-1971). A obra, de autoria de Niemeyer contou com a colaboração de João da Gama Filgueiras Lima.

O projeto de Oscar Niemeyer corresponde à unificação dos cinco Institutos de Ciências (Matemática, Física, Química, Biologia e Geociências) previstos por Darcy Ribeiro no projeto da universidade e por Lucio Costa no primeiro plano urbanístico da UnB. A decisão de unificar os

institutos partiu do próprio Niemeyer (SCHLEE, 2014, p. 50).

Para Ficher (2001) “O ICC é um daqueles exemplos de edifícios cuja realização se confunde com a história da instituição a que pertence e que passa a representá-la, reforçando sua identidade e alterando os hábitos de seus usuários”. O icônico projeto faz parte das modificações propostas por Oscar Niemeyer, no segundo plano urbanístico desenvolvido para a UnB, quando este assume a diretoria do CEPLAN (1962-64). A proposta deveria contemplar um programa complexo, que incluía instalações administrativas, salas de aulas, auditórios, além de uma vasta gama de laborató-

rios científicos, e responder a exigências díspares quanto a áreas e alturas. Sua estrutura imponente foi idealizada para agregar valores à concepção de uma universidade moderna.

O edifício é composto por uma parte central e curva e duas alas lineares e periféricas, a exemplo das asas do Plano Piloto, situado em uma faixa de terreno acima da Praça Maior “que mediante sua concavidade e construção em arco define o espaço da praça, como elemento estruturador do *campus* da UnB” (RODRIGUEZ, 2007).

O ICC – ou Minhocão, como é conhecido – começou a ser construído em 1963, pela extremidade sul, logo depois dos prédios de Serviços Gerais e da Faculdade de Educação. No entanto, em 1969, apenas 15% da obra havia sido concluída. Ainda naquele período foram feitas modificações no

projeto, sendo que a principal delas foi o aumento do espaço de ocupação, proposto pela construtora Rabello S.A., após a escavação de uma grande área de subsolo. [...] Quando da execução da obra, o bloco leste também ganhou um nível em subsolo, destinado às unidades de suprimento (depósitos), acessíveis por meio das escadas e por uma rua interna de serviço, que percorre o edifício de ponta a ponta. Tal distribuição funcional foi pensada no sentido de garantir ao prédio uma ocupação transversal flexível, ou seja, cada um dos institutos seria contemplado com espaços didáticos variados e programaticamente complementares, localizados em ambas as alas, e ainda contando com a porção central livre (hoje ajardinada) como possibilidade de expansão. [...] No entanto a ocupação do ICC ocorreu de forma contrária (longitudinal), e cada unidade ocupou parte de uma determinada ala, privando-se de alguns



Figura 4 – Foto aérea do ICC e do campus em construção. Fonte: UnB Agência – www.unb.br.

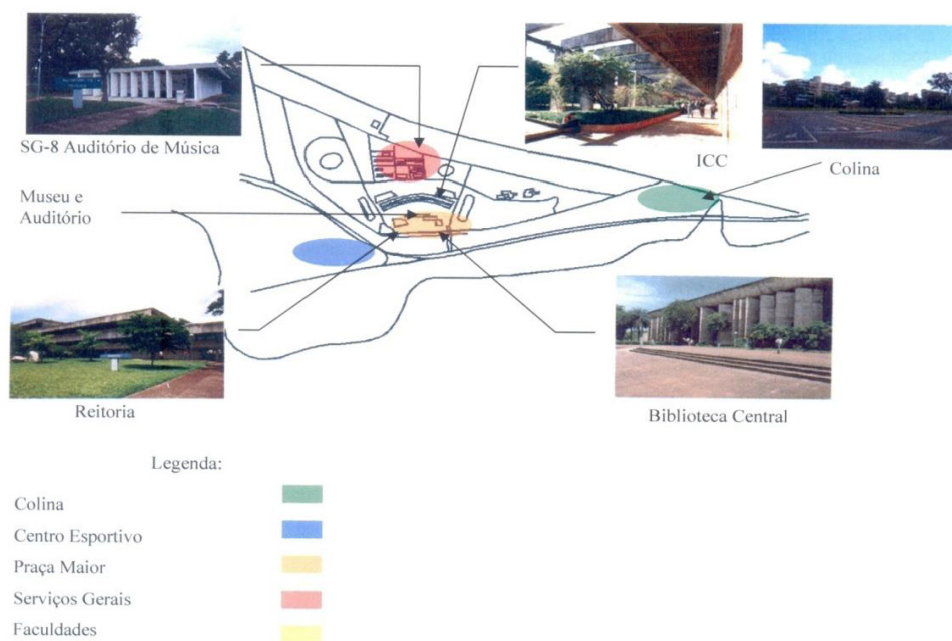


Figura 5 – Configuração espacial 1974. Fonte: RODRIGUEZ, 2007.

espaços fundamentais para o exercício pleno de suas atividades. Ainda fruto de um processo de ocupação acelerado e, muitas vezes, descontrolado, os subsolos passaram a ser utilizados para outros fins, não previstos no projeto original (SCHLEE, 2014, p. 50-52). 7

O ICC, somado aos edifícios de seu entorno e à praça, define uma centralidade fundamental para o *campus*, resultando em uma região densamente utilizada no cotidiano da universidade. A proposta integradora do ICC é responsável pela diversidade de funções e espaços que abriga sob suas alas, numa interpretação inovadora de Niemeyer sobre uma proposta sistêmica de partido arquitetônico para a universidade.

No sentido transversal leste-oeste, o interior foi organizado em duas alas separadas por uma faixa de 15m de largura – hoje ocupada, no térreo, pela circulação de pedestres e por jardins e, no subsolo, por laboratórios e por uma via interna para veículos, que dá acesso a todos os pontos do edifício. O ICC nasceu para ser um edifício instrumental, parte da vida cotidiana dos estudantes. Poderia, por essa definição, ser um dos tantos objetos da paisagem do *campus*. Mas, ao invés disso, sua presença estrutura e organiza os fluxos inscritos na universidade, devido à proporção do edifício como um sistema espacial e aos diversos usos que abriga.

As alas têm larguras diferentes e foram concebidas com o objetivo de

abrigar tipos diferentes de atividades. Na ala oeste, com 30 metros de largura, ficariam as atividades mais voltadas para o ensino, como sala de aulas e auditórios. E na ala leste, com 25 metros de largura, seriam instalados predominantemente laboratórios científicos, cujas especificações não pudessem ser subordinadas a esses espaços padronizados deveriam ser instalados na faixa central, tendo como cobertura cúpulas de concreto armado, de modo a garantir

pés-direitos adequados a suas necessidades. Na prática, tal ocupação e especialização não foi obedecida e espaços bem diferentes são usados atualmente para fins semelhantes. Unificado o conjunto, a estrutura do ICC é composta por grandes pórticos de concreto protendido, que se repetem a cada 3 metros por toda a extensão do prédio, e representam, de fato, mais de 70% do volume da construção.” (FICHER, 2001)

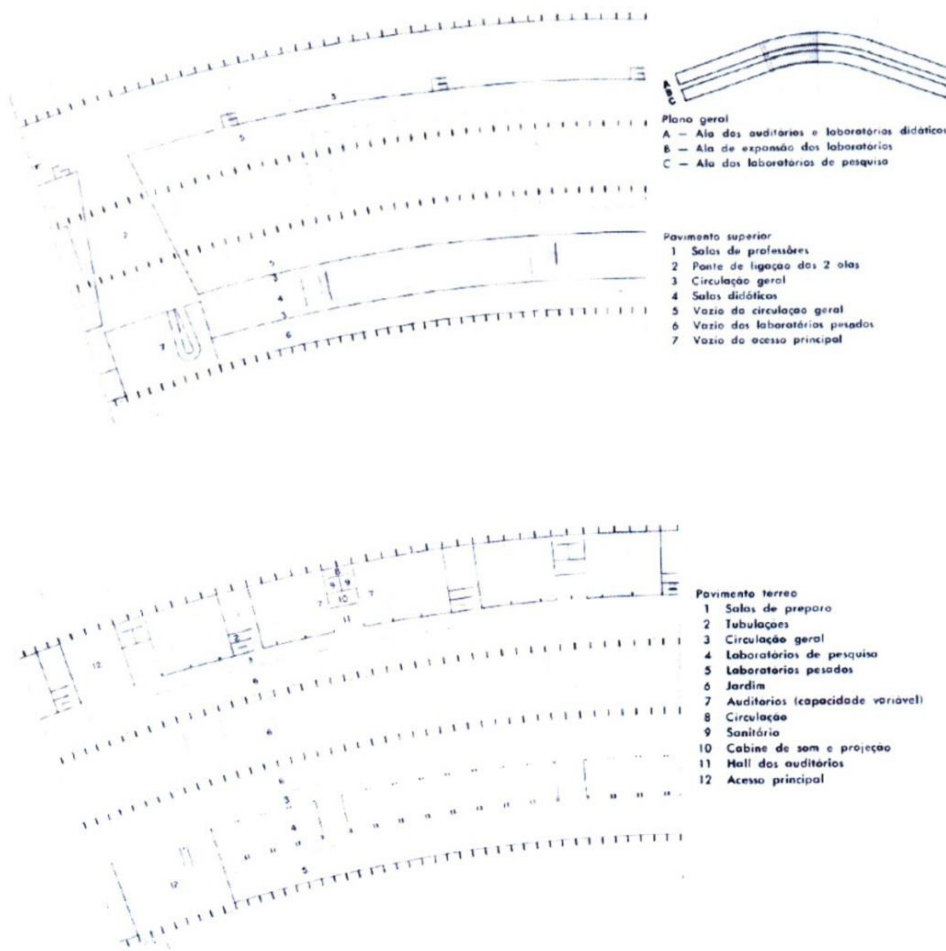


Figura 6 – Planta Baixa pavimento superior ICC. Fonte: Acrópole, 1970.

Figura 7 – Planta Baixa pavimento térreo ICC. Fonte: Acrópole, 1970.

³ Universidade de Bochum (1962), Universidade de Toulouse-le_Mirail (1966-68), ETH Zurich (1967), Universidade Bou-Ali-Sina, Hamadan (1977), dentre outras (KIEM, 2004).

Outro aspecto para a reflexão acerca do ICC é a abordagem do seu sistema construtivo. Nesse âmbito, trata-se, também, de um modelo inovador por sua produção em prefabricação. Sua realização é uma referência em premoldagem em grande escala *in loco*. Essa tecnologia potencializa as características brutalistas no ritmo ao longo do edifício. Além de sua proporção em si mesma, a repetição de pórticos que se sucedem a cada 3 metros, em sua extensão em concreto aparente e seu acabamento (ou, melhor dizendo, a falta dele) são características importantes do seu projeto. O resultado proposto lhe confere o *status* de um dos mais marcantes edifícios no panorama de universidades brasileiras, cuja configuração remete e contribui para a identidade do *campus* da UnB, carinhosamente denominado “Minhocão”.

A partir de 1970 a UnB tomou novos rumos. O seu plano urbanístico foi reelaborado. A Praça Maior foi rebatizada como Praça Central. Um Centro de Vivência (de Pedro Paulo Saraiva) foi acrescido ao conjunto e os edifícios da Biblioteca Central (de José Galbinski e Miguel Pereira) e da Reitoria (de Paulo Zimbres) foram executados. Foi também projetado outro complexo de Aula-Magna e Museu (de Matheus Gorovitz). Reitoria e Biblioteca já funcionavam em 1975 (SCHLEE, 2011).

No plano tridimensional, podemos observar a ambiguidade da presença do edifício do ICC em função da implantação predominantemente horizontal e da

curvatura que dilui sua presença na percepção externa. O Minhocão participa com suavidade e elegância da paisagem do *campus*, apesar de sua tipologia em proporção de megaestrutura linear.

As grandes obras surgem a reboque de grandes narrativas políticas e econômicas, e esse fenômeno pode ser observado, contemporaneamente ao ICC, no pós-guerra na Europa. Essa tendência de projetos sistêmicos em universidades com grandes estruturas monolíticas viria a ser difundido na década de 1970, com o projeto alemão da Universidade Livre de Berlim (FUB), um *mat-building*, de autoria de Georges Candilis, Alexy Josic e Shadrach Woods, com Jonathan Greig e Manfred Schiedhelm como colaboradores (KIEM, 2008, p. 26).

Segundo Kiem,

O conceito adotado também pode ser colocado em relação aos esforços da vanguarda arquitetônica. No final dos anos 1950 havia o desejo de eliminar rígidas fronteiras entre a cidade e a casa, como também abordar a noção de crescimento e adaptabilidade nas estruturas em grande escala, que não eram limitadas a lugares e contextos específicos. Tais estruturas correspondiam à uma sociedade que se encontrava passando por uma mudança rápida. A proposta para Berlim não era apenas de um edifício universitário, mas para uma cidade ideal (KIEM, 2008, p. 14).

Essas observações acerca de universidades (estrangeiras)³ em projetos sistêmicos, sobretudo em sistemas de tramas,

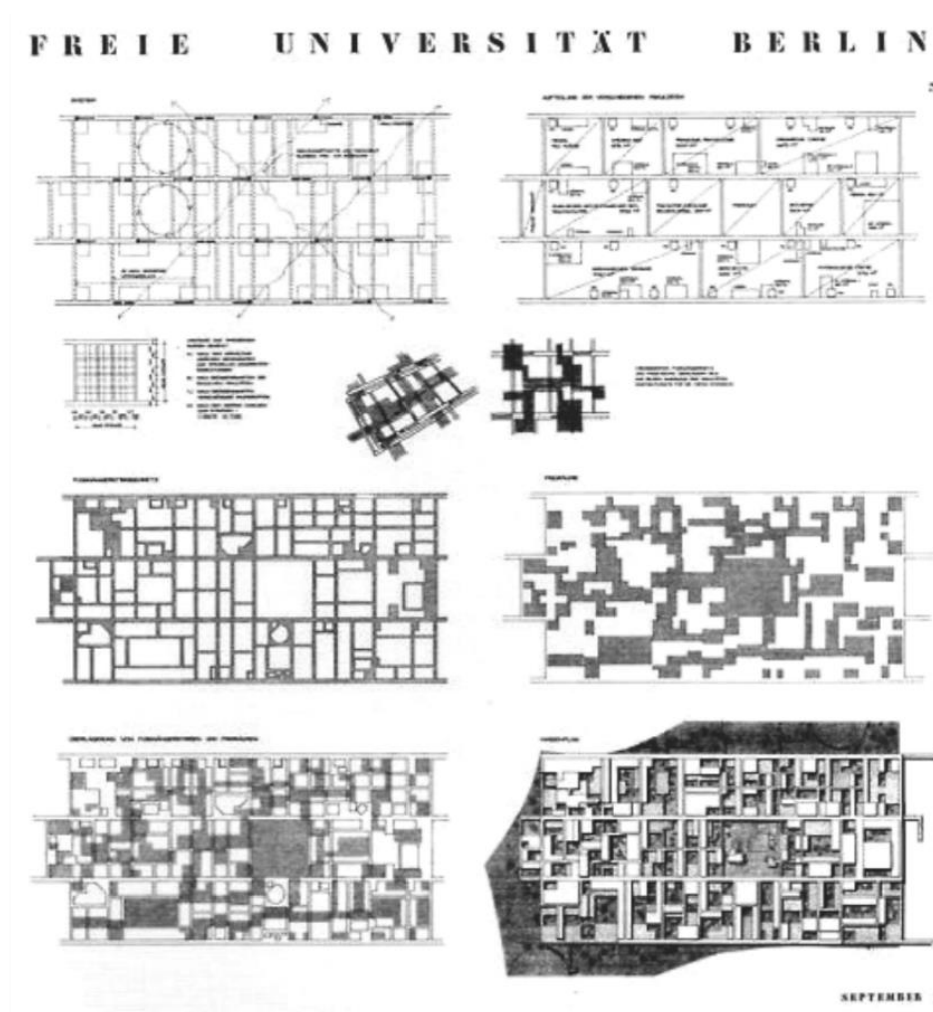


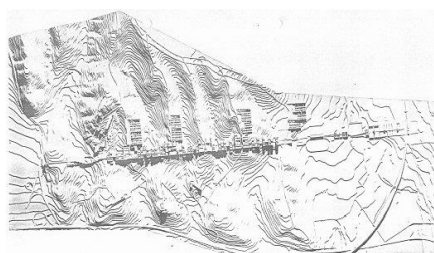
Figura 8 – Concurso da Universidade de Berlim, Candillis-Josic-Woods. O desenho superior esquerdo mostra a distribuição de pátios ao longo das ruas principais. Kiem, 2008, p. 188.

do final da década de 1960, demonstram o avanço do ICC de Niemeyer e Lelé em quase uma década de pioneirismo em sua concepção. As alas do ICC se configuram como ruas internas cobertas, a exemplo das ruas que inspiraram os arquitetos alemães no projeto da FUB.

Candilis e Woods começaram a trabalhar juntos no Marrocos, entre 1951 a 1955, e o conceito adotado

também é remanescente dos bazares de ruas e dos pátios que encontraram nas cidades do norte da África. De modo que a arquitetura mediterrânea também serviu de ideia formal para o projeto. Outro importante ponto de referência foi o conceito de espaço-tempo, desenvolvido nos anos 1920. Essa teoria foi importante para o Team-X, ao qual Candilis e Woods pertenciam (KIEM *apud* MAHLER, 2015, p. 164).

Figura 9 – Universidade da Calábria, Cosenza, Itália, 1972, Gregotti e Martensson. Fonte: http://obviousmag.org/archives/2006/09/utopia_1.html.



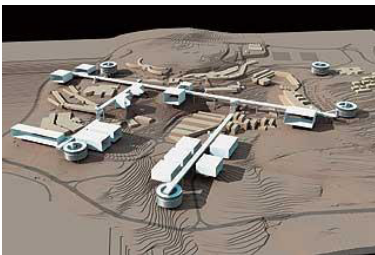
O partido do ICC remete a outras soluções de megaestruturas bem-sucedidas, não apenas em tramas. O caso da Universidade de Calábria (1972), originalmente projetada por Vittorio Gregotti e Dänen Martensson, na Itália, é um exemplo em que a megaestrutura linear mostrou-se adequada como solução de assentamento em um território de topografia bastante acidentada. A relação que se faz com o Minhocão é imediata, observando-se sua extensão.

O partido italiano optou pela construção do edifício ao longo de uma ponte suspensa, com 1,3 km de extensão, para tornar-se um elemento conector da região, transformar a paisagem e promover uma arquitetura de qualidade, com a urbanidade de uma rua interna. Como nas universidades britânicas e norte-americanas, os estudantes habitam blocos específicos, próximos à universidade. A estrutura, como um todo, está suspensa nos morros verdes do vilarejo de Arcavacata, a 10 km de Cosenza (GREGOTTI, 2010). No ICC, o partido em extensão teve a topografia favorável à criação de acessos transversais diretos ao rez do chão e ligações com o entorno nos pontos médios e extremidades, o que poderia estar comprometido no caso de

outro contexto topográfico, como ocorre na UNICAL.

Outro exemplo de arquitetura institucional que remete ao ICC é o projeto de Paulo Mendes da Rocha para a Universidade de Vigo, em Pontevedra, na Espanha. Neste projeto, de 2004, o arquiteto e sua equipe optam por um partido baseado na axialidade e na extensão. O eixo principal oxigena o sistema de circulações, as unidades acadêmicas são edifícios que se plugam ao eixo principal, funcionando como uma espécie de mapa que direciona e organiza os espaços cobertos. Aqui, também, Paulo e equipe optaram pela liberação da paisagem e o tratamento das fachadas para o conforto ambiental ao clima rigoroso da região.

Paulo Mendes da Rocha foi convidado, em 2004, para desenhar a ampliação do setor de ciências tecnológicas da Universidade de Vigo, na Espanha. Idealizada com a colaboração do escritório paulistano MMBB e do espanhol Alfonso Penela Fernandez. A proposta evoluiu para a concepção do plano diretor da unidade Lagoas-Marcosende, na cidade de Pontevedra. O projeto é estruturado por nova lógica de transposição do terreno e pela ordenada provisão



da infraestrutura necessária ao funcionamento das edificações atuais e futuras. [...] O *campus*, já consolidado, com quase 15 anos de existência, possui grande demanda de expansão. A equipe detectou como problemático o princípio passivo de ocupação do lote acidentado: a construção de edifícios segundo ofertas parciais da topografia, privilegiando a ocupação de áreas isoladas em decorrência de movimentações de terra. (<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-mmdb-arquitetos-e-alfonso-penela-fernandez>) Acesso em 20/07/2013.

Comparado ao ICC, e guardadas as proporções, a obra de Pontevedra cumpre seu papel de estabelecer a lógica de conexões entre as unidades do sistema. Por outro lado, sua relação com a paisagem torna-se indireta, ao contrário do exemplo brasileiro que se comunica diretamente com o exterior pelos seus pontos de acessos.

A incorporação do elemento condutor nos moldes de “ruas internas” ao projeto do ICC, talvez seja o principal responsável e catalisador de urbanidade no *campus*, como será posteriormente comentado.

O pensamento sistêmico para partidos de universidades foi adotado por

várias universidades federais brasileiras com partidos compostos por pavilhões articulados, como a Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (1969-); a Universidade Federal de Goiás, UFG (1972-); a Universidade Feral do Amazonas, UFAM (1973-80), dentre outras.

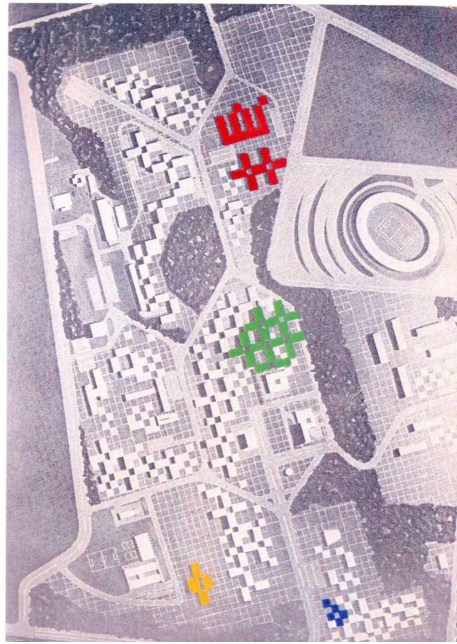
O modelo de análise estrutural proposto para a UFMG parte da conceitualização da universidade como um sistema a ser considerado na sua totalidade, mas numa perspectiva evolutiva, isto é, uma série de totalidades abertas umas sobre as outras. Assim, não haveria uma estrutura universitária sincrônica, mas um processo de estruturação (diacrônico) que implicaria um processo de desestruturação de estruturas preexistentes. Enquanto sistema gerador, a Universidade seria uma combinatória de unidades que não visava a uma síntese, mas abrigava diversas possibilidades estruturais (MALARD, 2012, p. 139).

A relação de um edifício de universidade com a paisagem é uma questão relevante a ser considerada. A dispersão no verde é “um dos aspectos mais tradicionais da estrutura do conceito de *campus*” (MACIEL e MALARD, 2012, p. 64).

Figura 10 – Maquete física e conceitual do projeto da Universidade de Pontevedra, Espanha. Projeto de Paulo Mendes da Rocha, MMBB e Alfonso Penela Fernandez, 2006. Fonte: www.arcoweb.com.br/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-mmdb-arquitetos-e-alfonso-penela-fernandez-plano-diretor-18-07-2006.

Figura 11 – Maquete eletrônica da via principal. Fonte: www.arcoweb.com.br/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-mmdb-arquitetos-e-alfonso-penela-fernandez-plano-diretor-18-07-2006.

Figura 12 – Maquete do Sistema Básico UFMG. Em cores, a partir do primeiro sistema Escola e Hospital Veterinário (vermelho); Instituto de Ciências Biológicas (verde); Centro Pedagógico (amarelo); Escola de Belas Artes (azul). Fonte: Maciel, 2011.



O exemplo do *campus* Pampulha da UFMG se mostra como uma solução eficiente em diferentes aspectos. Esse modelo, denominado por muitos como “centro universitário”, é diferente do *campus* afastado, e do “complexo universitário”, imerso no núcleo urbano. Segundo Maciel (2012), esta solução é eficaz porque não aceita o problema do isolamento e da autonomia, considerando as conurbações.

O novo modelo tende a se configurar como um sistema de organização aberto, coerente com o conjunto de princípios e concepções, em cuja direção tende a renovação do ensino superior [...]. Do ponto de vista morfológico, o modelo se configura como um sistema flexível de formas capazes de seguir o moto-contínuo dos sistemas de organização, sem nunca per-

der a identidade no curso da mutação (MACIEL *apud* MAHLER, 2015, p. 180-181).

Comparativamente a esse exemplo de organização espacial em trama aberta, o partido do ICC, enquanto articulador do *campus* da UnB é menos permeável ao exterior que a UFMG, já que sua configuração, isolada dos demais edifícios, impossibilita o crescimento integrado. O ICC é estruturador em si e na travessia do *campus*, nos trechos em que é utilizado como rua interna, sem, contudo, promover outras conexões transversais, a não ser na porção central dos acessos.

Na UFMG, o brutalismo também é identificado, mostrando-se, mais uma vez, como uma linguagem adequada ao caráter da arquitetura institucional, de

longa permanência temporal e que atende à lógica de organização das universidades brasileiras.

Para além da análise dos aspectos formais, funcionais e construtivos, que conduzem à reflexão do edifício em si mesmo, ou da comparação com edifícios de partidos similares, outros parâmetros podem ser acrescentados nessa discussão: os paradigmas da formalidade e urbanidade. Para isso, o aporte da Teoria da Sintaxe Espacial (SE) será utilizado, sem a finalidade de qualquer aprofundamento ou julgamento sobre a mesma.

A teoria sintática (HILLIER e HANSON, 1984) parte da premissa de que “a organização espacial humana, seja na forma de assentamentos ou de edifícios, é o estabelecimento de padrões de relações compostas por *barreiras e permeabilidades* de diversos tipos” Os paradigmas da *formalidade e urbanidade* são conceitos abordados pelos autores como tendências polares que podem ser observadas em manifestações ao longo da história das formas arquitetônicas e urbanísticas, que pressupõe comunicar ideias relativas ao espaço físico, por meio dos padrões espaciais e ideias relativas à vida espacial e à vida social (HOLANDA, 2004, p.114).

Na SE “a organização espacial humana, [...] é o estabelecimento de padrões de relações compostas por barreiras e permeabilidades de diversos tipos, registrados a partir do movimento de pedestres sobre o chão.” As barreiras podem ser constituídas por edifícios isolados e por elementos como “jardins, piscinas,

desníveis ou qualquer tipo de obstáculo que restrinja o movimento.” (HOLANDA, 2003, p. 96).

Os espaços abertos são, assim, decompostos em convexos e axiais. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade sempre cruzamos transições invisíveis entre dois lugares (dois espaços convexos) ao dobrarmos uma esquina ou ao adentrarmos a uma praça. Um espaço convexo corresponde a um “lugar” em pequena escala; um pequeno trecho de uma rua, uma praça. As fronteiras invisíveis entre esses lugares transformam-se em pequenos segmentos de linha reta no mapa de convexidade. A técnica de convexidade decompõe o sistema de espaços abertos de uma cidade em unidades de duas dimensões. Em SE o espaço “fechado” não é necessariamente coberto. Essas categorias permitem, através de abstrações, inferir e analisar os espaços, investigando as consequências de sua forma no espaço.

Num extremo, o paradigma da *urbanidade* refere-se à cidade ou ao edifício como realidade física. Etimologicamente, a palavra remete à qualidade de cortesia, da ideia de *urbanitas*, e cuja configuração possibilita a manifestação das relações, permeável à convivência, tendo configuração espacial atrativa para os usuários, por vezes agregada de magnetos que catalisam encontros⁴ (sistemas multifuncionais).

No extremo oposto, o paradigma da *formalidade* refere-se aos limites exteriores da matéria, no âmbito configuracional. Neste sentido, o que é “formal” tem o “urbano” como antítese, ou seja, dificulta

⁴ Para JACOBS (1961), a *urbanidade* está diretamente relacionada à mistura de usos em um espaço urbano. A autora critica o urbanismo moderno e sua proposta de zoneamentos, que segregam as atividades.

⁵ HOLANDA (2002), analisa a *formalidade* nos assentamentos Maias e na Esplanada dos Ministérios de Brasília, por suas grandes dimensões, sua forma de assentamento monumental sobre terraplenos, pela distribuição e dispersão dos edifícios, dentre outros parâmetros.

os acessos, é dotado de barreiras de diversas naturezas (topográficas, físicas, recuos, etc.) causando impermeabilidades às relações através de quaisquer elementos, incluindo o próprio espaço em si.⁵ Dessa maneira, prevalece a maximização do espaço aberto sobre a área total do assentamento, já que o fator distância dificulta o sistema de encontros. As outras variáveis, totalizando nove exploradas pelo autor, estão citadas abaixo:

[...] além do maior espaço convexo médio; menor número de entradas

por espaço convexo; maior percentual de espaços cegos; estrutura axial extremamente rasa ou profunda; baixas medidas de inteligibilidade; núcleos integradores ora no miolo ora na periferia do sistema (HOLANDA, 2002, p. 126).

O ICC participa das duas polaridades. Sua urbanidade é comprovada, também na SE, no mapa de integração, um dos parâmetros que permitem inferir sobre a urbanidade, a partir da alta utilização do espaço, como ilustra o diagrama abaixo:

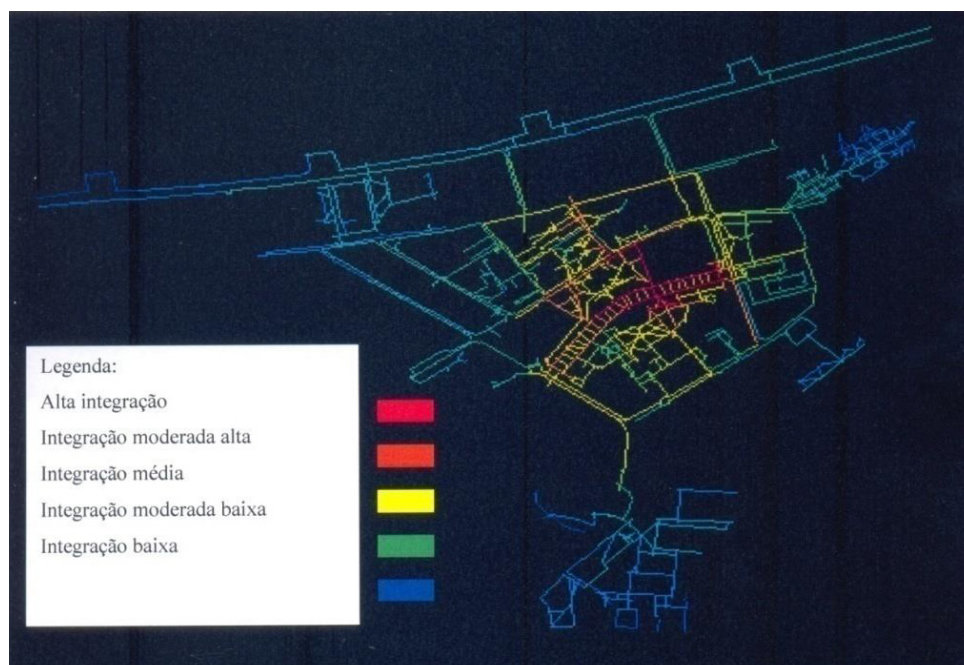


Figura 13 – Mapa axial das calçadas. Fonte: RODRIGUEZ, 2007.

Outros atributos, de natureza simbólica, amplificam o escopo da análise do ICC, possibilitando o aprofundamento de discussões sobre o tema, como por exemplo, através da investigação de sua linguagem gráfica, que atua pela re-

petição através da marca institucional (STRUNCK, 1989).

A marca institucional da UnB é de autoria do pernambucano Aloisio Magalhães, artista gráfico, designer e programador visual, iniciada no ano de 1963.



A marca, composta de logotipo (texto) e símbolo (imagem) (STRUNCK, 1989),

“[...] é distribuída em suportes físicos no *campus*, em impressos e em suportes digitais, “o símbolo é consideravelmente conhecido, não só pela comunidade universitária, mas também pelo público externo. É o mais forte elemento da Identidade Visual da UnB desde sua fundação. “Acredita-se que Aloisio Magalhães tenha utilizado a ilustração de capa do Plano Orientador como referência” (www.marca.unb.br/historico.php. Acesso em 23 de julho de 2013).

Ao mesmo tempo em que o símbolo remete aos fluxos do Plano Piloto, dividido pelas asas, os quadrantes e o Eixo Monumental, identifica, também, um microcosmo especializado de Brasília, o *campus* da sua universidade. Aloisio, ao fazer a opção por este partido gráfico, fez referência à modernidade, adotando sua iconografia: o próprio elemento gerador de Brasília.

Além deste, o exemplo da marca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, optou pela referência direta ao ICC. Desta vez, seus pórticos repeti-

tivos foram eleitos como elemento de síntese visual, como alusão à estrutura construtiva do edifício. A proporção do desenho adotado pelo autor é compatível com as proporções dos pórticos, vistos nos cortes transversais do projeto do ICC. A parte aberta (interrompida) da moldura sugere a posição do jardim interno e da circulação.

Os símbolos institucionais aqui mencionados reportam diretamente à ideia do espaço construído da cidade e do edifício, respectivamente. Como um abrigo, os pórticos na marca da FAU-UnB “delimitam” seu espaço, funcionando como uma espécie de moldura e respeitando, ainda, a linguagem visual objetiva, adotada na marca da universidade. Ambos são eficazes à comunicação visual, com adequação aos meios físicos e digitais de reprodução e veiculação da marca. Ambos confirmam, finalmente, a imagem forte da espacialidade do ICC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ICC confere identidade à UnB, pela sua proposta de edifício único para congregar os institutos. A instituição,

Figuras 14 e 15 – Capa do Plano de Orientação da Universidade de Brasília e Marca da Universidade de Brasília – Assinatura Visual colorida vertical. Fonte: www.marca.unb.br.

Figura 16 – Marca da FAU-UnB. Assinatura horizontal parcial. Autoria de Joe Rodrigues, 2008-09. Fonte: www.fau.unb.br.

como dito é identificada pelo “Minhocão”, que é um exemplo da arquitetura moderna brasileira brutalista, inovador em relação a várias universidades com partidos em sistemas – em tramas, lineares, radio-concêntricos, etc. –, partidos que viriam a proliferar na década seguinte em projetos de universidades como megestruturas. A inovação, urbanidade, legibilidade e identidade do ICC são, portanto, comprovadas.

As circulações ao longo das alas consistem em um grande benefício para o projeto, pois articulam os percursos em direção à Reitoria, Biblioteca, ao Restaurante ou ao Centro de Vivência e adjacências, estimulando os encontros espontâneos. A forma linear da extensão do edifício sugere estas circulações, induzindo este tipo de utilização, funcionando como uma grande rua interna para cada ala longitudinal, ao longo da qual os acessos transversais se cruzam. A ampla utilização do edifício, principalmente nestas circulações foi demonstrada por meio da Sintaxe Espacial.

Esses parâmetros permitiram inferir sobre a *urbanidade* no ICC no tempo presente. Por outro lado, seria improvável

que um edifício que abrigasse tantas unidades acadêmicas não tivesse um grande afluxo de pessoas. O edifício é bastante elogiado por visitantes estrangeiros, que o perceberam como um grande sistema espacial: uma grande rua.

Por outro lado, a forma do ICC é limitadora, nos sentidos transversal e longitudinal, já que a asa norte termina em uma ponta de quadra, sem possibilidade de expansão. No partido em trama da UFMG, as estruturas ambientais pavilhonares e em estrado são passíveis de crescimento, portanto adequadas à dinâmica das temporalidades, inerente às universidades. Por esse prisma, pode-se dizer que o partido do ICC poderia ter sido diferentemente explorado, para atender às questões de infraestrutura, crescimento, superação da funcionalidade e construção da paisagem.

Nestes aspectos, o edifício se aproxima do paradigma da *formalidade*. Sua disposição não promove encontros quanto o sistema em rede, a não ser a partir e por causa dos longos percursos.

Apesar destas lacunas, a potência do ICC é inquestionável, no bojo de sua *formalidade* e de sua imagem. A ligação com

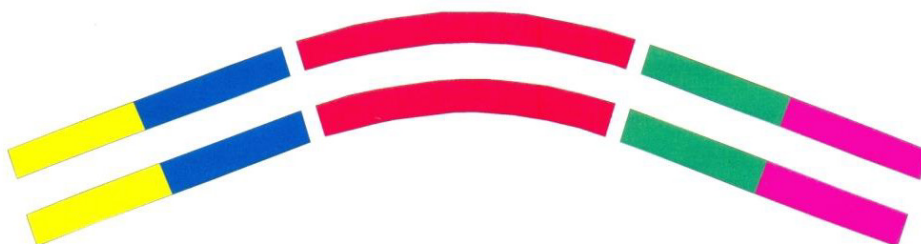


Figura 17 – Imagem sugestiva da ocupação transversal. Fonte: Rodriguez, 2007.

a Praça Central é direta, mas a relação da megaestrutura com os demais edifícios que margeiam a L4 é dificultada por uma grande barreira: o grande espaço destinado aos estacionamentos.

O conceito de “universidade moderna” – contribuição de Wilhelm Von Humboldt, na Universidade de Berlim, na Alemanha, por volta de 1810 – foi a inserção da pesquisa e produção científica como um pilar fundamental à instituição (CASTILHO, 2008), questionando o conhecimento enciclopédico e operando com a possibilidade do conhecimento em permanente construção. Os desafios das universidades do século XXI são tantos quanto as lutas, desafios e as tensões de nossa sociedade, como o esgotamento de recursos naturais, as consequências das revoluções tecnológicas, as lutas das minorias, o multiculturalismo, a diversidade e a inclusão social e física, através da acessibilidade (*design universal*), dentre outros. No que tange ao multiculturalismo, não resta dúvida que o ICC se apresenta adequado, proporcionando convívio por proximidade às diferentes áreas de conhecimento. A diversidade está aí contemplada, porém a inclusão física, no sentido de integração aos demais espaços é dificultada por sua “formalidade”, devido à sua morfologia limitadora de espaços no sentido transversal. Quanto à acessibilidade, esse critério também não se encontra por todo solucionado, pois o edifício possui escadas íngremes de acesso aos subsolos e mezaninos, devido à ocupação longitudinal do edifício, em contraponto ao

que havia sido imaginado por Niemeyer, ao sugerir ocupações transversais. Cápsulas e elevadores precisaram ser incorporados para a solução do problema da circulação vertical acessível devido à adaptação dos subsolos ao uso de ambientes acadêmicos.

As universidades no modelo de *campus* enfrentam, por suas grandes distâncias a *desurbanidade*, por operarem em diferentes escalas, o que dificulta a leitura dos espaços e interfere nas relações. A complexidade dos programas para universidades demandam uma leitura eficiente dos espaços e orientação para atender o grande fluxo de usuários. Nesse quesito, o projeto de Mendes da Rocha parece se oferecer como o mapa em escala natural e autoexplicativo das edificações, que se distribuem em seu terreno. Não apenas pelo critério de configuração espacial, o partido de Vigo oferece outras vantagens. Como o próprio ICC, seu percurso é feito nos moldes de uma rua interna, proporcionando conforto climático às diferentes situações: iluminação noturna, sombreamento diurno, proteção contra intempéries.

O brutalismo se faz presente no partido arquitetônico do ICC, no uso de concreto aparente e no despojamento de acabamentos, adequado a projetos de numerosas universidades, atendendo às limitações orçamentárias. A utilização das paredes de seus interiores como espaços de suporte para manifestações espontâneas das comunidades acadêmicas, bem como para a exposição de informações são necessárias nas instituições de ensino,

sempre com alta carga de poluição visual. O passeio pelo ICC ilustra os efeitos da pós-ocupação das diferentes áreas de conhecimento que abriga e o resultado da apropriação desses espaços, garantindo que as inúmeras identidades se manifestem. Cada trecho do ICC tem o espírito de seus habitantes, sua própria “cultura”.

Ainda inacabado até o presente, o Minhocão se tornou o elemento organizador do *campus* da UnB, a partir do qual

foram distribuídas as demais edificações. O *campus* da UnB, por sua vez, tem grande qualidade arquitetônica e urbanística, apesar do tímido planejamento. E, mesmo sem ignorar seus incontáveis problemas, não deixa de ser emocionante percorrer a heróica extensão e ser surpreendido com a qualidade de alguns de seus espaços e com a discrição da presença do ICC na paisagem do *campus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jaime G. de. *Campus do Milagre*. Dissertação de Mestrado IAU-UnB, 1983.
- BUSTOS ROMERO, Marta A. *Universidade nos Quatro Cantos – Planos Diretores Urbanísticos dos Campi da Universidade de Brasília – UnB 50 anos*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012.
- CASTILHO, Fausto. *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- CASTOR, Ricardo. S. *Dimensão estética da obra de Oscar Niemeyer: o caso do Instituto Central de Ciências da UnB*. Dissertação de mestrado. Brasília: PPG-FAU-UnB, 2004.
- FICHER, Sylvia (org.). *Instituto Central de Ciências 1963/1971*. Brasília: UnB, 2001.
- FICHER, S., ACAYABA, Marlene M. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Projeto, 1982.
- FRAMPTON, Kenneth. *Modern architecture: a critical history*. New York: Oxford University Press, 1980.
- GOROVITZ, Matheus. *Brasília, uma questão de escala*. São Paulo: Projeto, 1985.
- GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010, 3ª edição.
- HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- _____ (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003a.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida das grandes cidades*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2001.
- MACIEL, Carlos A. *O sistema básico da UFMG e seus precedentes: infraestrutura, crescimento, superação da função e construção da paisagem*. Brasília: Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil, 2011.

- MACIEL, Carlos A., MALARD, Maria Lúcia (orgs.). *Territórios da universidade: Permanências e transformações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- MAGALHÃES, Aloisio. *A herança do olhar*. São Paulo: Senac, 2003.
- MAHLER, Christine R. *Territórios universitários: tempos, espaços e formas*. Tese de Doutorado PPG-FAU-UnB. Brasília, 2015.
- RODRIGUEZ, Milena. *UnB e seu espaço social*. Dissertação de Mestrado PPG-FAU UnB. Brasília: 2007.
- SCHLEE, Andrey R. *A Praça Maior da UnB*. Brasília: Anais do 9º Seminário Docomomo Brasil, 2011.
- _____ (org.). *Registro arquitetônico da Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- STRUNCK, Gilberto. *Identidade Visual: a direção do olhar*. São Paulo: Ed. Europa, 1989.
- TURNER, Paul V. *Campus: an american planning tradition*. The MIT Press: Architectural History Foundation Book, 1995, (2nd. Paper edition).

Sites visitados:

- www.unb.br. Acesso em 10/06/2013.
- www.arcoweb.com.br/arquitetura/paulo-mendes-da-rocha-mmbb-arquitetos-e-alfonso-penela-fernandez-plano-diretor-18-07-2006. Acesso em 20/07/2013.
- http://obviousmag.org/archives/2006/09/utopia_1.html. Acesso em 31/07/2013.
- <http://www.marca.unb.br/historico.php>. Acesso em 28/07/2013.

CHRISTINE RAMOS MAHLER –Arquiteta e urbanista (PUC-GO, 1989), Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural (IGPA/UCG, 2004), Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UnB, 2015). Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás, e atuando também no Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade. christinermahler@hotmail.com.

A PRAÇA MAIOR DA UNB*

Andrey Rosenthal Schlee

Resumo

O artigo discute a Praça Maior da Universidade de Brasília, projeto elaborado por Oscar Niemeyer em 1962 e não executado. Para tanto, contextualiza a produção da “obra” e analisa três conjuntos de documentos: a Série da UnB (desenhos publicados pela Instituição), a Série Módulo (desenhos e fotos de maquetes publicados na revista Módulo) e a Série Original (desenhos originais arquivados no Centro de Documentação da Universidade de Brasília). Considerando a grande quantidade de documentos estudados, parte do artigo foi montada como uma seqüência de imagens comentadas e que ilustram dois processos particulares: o criativo de Oscar Niemeyer e o de publicação de suas obras.

Palavras-Chave: Brasília, Universidade de Brasília, Praça Maior, Oscar Niemeyer, Lucio Costa

Abstract

This article discusses the Main Square of the University of Brasilia, designed by Oscar Niemeyer in 1962 and not carried out. For this, it contextualizes the production of the “work” and assesses three sets of documents: the UNB Series (drawings published by the Institution), the Módulo Series (drawings and photos of models published in the Módulo magazine) and the Original Series (original drawings filed in the Documentation Centre of the University of Brasilia). Considering the great amount of documents studied, the second part of the article was conceived as a sequence of images that illustrate two particular processes: the creative aspect of Oscar Niemeyer and the publishing of his works.

Key-Words: Brasília, University of Brasilia, Main Square, Oscar Niemeyer, Lucio Costa

* Trabalho apresentado no 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, Brasília, 2011.

INTRODUÇÃO: UM FURO!

Em novembro de 2009, a *Darcy* – revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília (UnB) – publicou uma série de desenhos de Oscar Niemeyer. Segundo o periódico, tratava-se do resgate histórico de material inédito. O furo jornalístico implicava em divulgar (rapidamente!) “desenhos do Niemeyer de prédios da UnB que nunca foram construídos.”¹ Ao todo, uma série de documentos formada por “11 croquis e 50 esboços”.

Segundo os editores da revista, “a descoberta de nosso repórter numa gaveta do Centro de Documentação da universidade nos obrigou a convocar especialistas e a mobilizar a brava equipe de 19 profissionais.”² Em sua edição de 24 de novembro, a Folha de São Paulo anunciou a boa nova! “Do baú de Niemeyer. Onze desenhos inéditos de Oscar Niemeyer, feitos para o campus da UnB, foram encontrados há algumas semanas nos arquivos da universidade.”³ A história é fantástica! Mas poderia ser contada de outra forma...

Considerando o tema central do 9º Seminário Docomomo Brasil, “interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente”, cabe aqui apresentar a nossa leitura dos fatos (Variações sobre um mesmo tema) e dos documentos (Uma história em quadros). Em função das análises realizadas, a segunda parte do artigo foi montada como uma sequência de imagens comentadas.

VARIAÇÕES SOBRE UM MESMO TEMA

A história inicial é conhecida. Ainda em 1960, Juscelino Kubitschek encaminhou ao Congresso Nacional solicitação para criar uma instituição de ensino superior na Capital. Em dezembro de 61, foi autorizada a criação da Fundação Universidade de Brasília. As primeiras aulas foram ministradas já em 62. Darcy Ribeiro era o Reitor. Oscar Niemeyer e Lucio Costa foram designados os coordenadores do pioneiro Curso de Arquitetura e Urbanismo. Oscar vivia na nova Capital, Lucio permanecera na velha. O primeiro mergulhou no sonho de Darcy com a mesma intensidade como fizera nos sonhos de Kubitschek. O segundo acompanhava tudo de longe, na qualidade de eterno consultor.

Em maio de 62, foi finalizada a impressão do chamado Plano Orientador da UnB. Nele foram publicados, pela primeira vez, o projeto da cidade universitária, elaborado por Lucio Costa; e os “riscos de Oscar Niemeyer para a Praça Maior da Universidade.”⁴ São quatro grupos de desenhos (o do conjunto, o do museu da civilização brasileira, o do auditório, e o da reitoria e biblioteca), e que vamos chamar de **Série UNB**. Dois meses depois, foi a vez da revista Módulo⁵ publicar a Praça Maior, apresentando um novo e distinto conjunto de desenhos, acompanhados de fotografias de uma maquete. Vamos chamá-lo de **Série Módulo** – com os projetos melhor desenvolvidos. Por fim, temos a

¹ DARCY, 2009, p.3.

² Ana Beatriz Magno e Luiz Gonzaga Motta In. DARCY, 2009, p.3.

³ Mônica Bergamo In. FOLHA DE SÃO PAULO, 2009.

⁴ UNB, 1962, p.32-33.

⁵ MÓDULO, 1962, p.7-15.

denominada **Série Original**, o material divulgado pela *Darcy*, e que ilustra dois processos: o criativo de Niemeyer e o de publicação de suas obras.

A história intermediária também é conhecida. A Praça Maior de 62 não foi executada. O golpe militar interrompeu a implantação da Universidade desejada. Mais do que isso, liquidou com o sonho de Darcy. Em 1965, ocorreu a demissão – em conjunto – de cerca de 90% dos professores da Instituição. Com a partida de Niemeyer, os projetos do Centro de Planejamento, o Ceplan, ficaram à deriva. Neste contexto, o arquiteto Virgínio Sosa ficou com a **Série Original** e a levou para o Panamá, seu país de origem. A **Série Módulo** encontra-se na Fundação Oscar Niemeyer.

A partir dos primeiros anos da década de 70, a UnB tomou novos rumos. O seu plano urbanístico foi reelaborado. A Praça Maior foi rebatizada como Praça Central. Um Centro de Vivência (de Pedro Paulo Saraiva) foi acrescido ao conjunto e os edifícios da Biblioteca Central (de José Galbinski e Miguel Pereira) e da Reitoria (de Paulo Zimbres) foram executados. Foi também projetado outro complexo de Aula-Magna e Museu (de Matheus Gorovitz). Tais iniciativas sepultaram definitivamente a Praça Maior de Niemeyer – fato que sempre incomodou o arquiteto.

Reitoria e Biblioteca estavam funcionando em 1975. Vivência e Museu foram igualmente abandonados. Num

período de exceção e censura, Darcy Ribeiro resolveu falar! E escreveu *UnB: Invenção e Descaminho* (1978). Ilustrado por Niemeyer, o livro apresenta novos desenhos da velha Praça Maior. Apoiado pelo amigo, Darcy sentenciou: “Pena que a mediocridade e a inveja tenham privado Brasília da maior parte do que Oscar projetou para a Universidade. Penso, principalmente, na Praça Maior que hoje poderia estar atraindo tanta atenção quanto a Praça dos Três Poderes...”⁶ O texto causou polêmica e ainda hoje gera desconforto entre os arquitetos⁷.

A **Série Original** permaneceu na Cidade do Panamá até 2001 quando, por iniciativa de Virgínio Sosa, foi devolvida à UnB. Como um lindo “espólio de guerra”, coube pessoalmente a presidente do Panamá, Mireya Elisa Moscoso Rodriguez de Arias, entregar ao reitor, Lauro Morhy, o conjunto de desenhos. O material foi logo encaminhado ao Ceplan onde permaneceu, emoldurado e em exposição, até ser enviado definitivamente para o Centro de Documentação da UnB, Cedoc⁸. Tratados por especialistas do laboratório de higienização, preservação e restauração de documentos, todos os desenhos foram corretamente manuseados e logo armazenados em gavetas horizontais apropriadas para a sua correta conservação. Foi quando ocorreu “a descoberta” do material pelos jornalistas da *Darcy*!

⁶ RIBEIRO, 1978, p.40.

⁷ Ver o artigo *Sobre uma “Arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola”*. PE-REIRA, 2005, pp.46-50.

⁸ É “órgão de assessoramento da Administração Superior da Universidade de Brasília, tem por finalidade recolher, preservar e garantir o acesso aos documentos arquivísticos de valor permanente produzidos e acumulados pelas áreas meio e fim da FUB, bem como aos bens culturais históricos, constituindo-se em instrumento de apoio à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com os interesses da Universidade”. Disponível em: <http://vsites.unb.br/cedoc>. Acesso em: 20-02-2011.

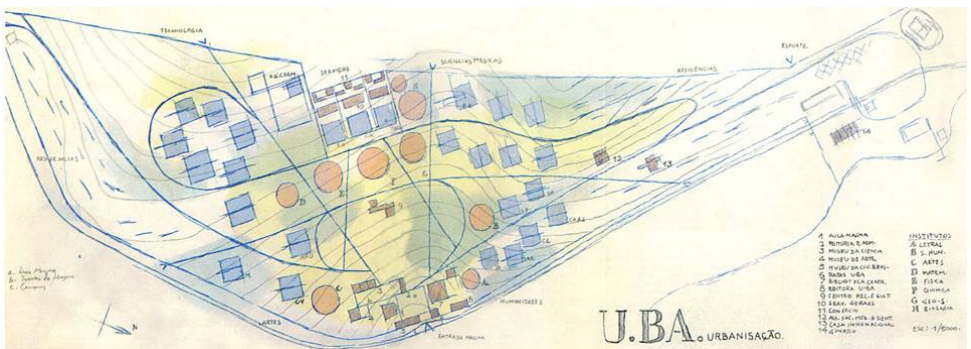


Figura 1 – Plano de Urbanização da Universidade de Brasília, Lucio Costa. Fonte: UNB, 1962.



Figura 2 – Praça Maior da Universidade de Brasília (1962), Lucio Costa. Fonte: UNB, 1962.

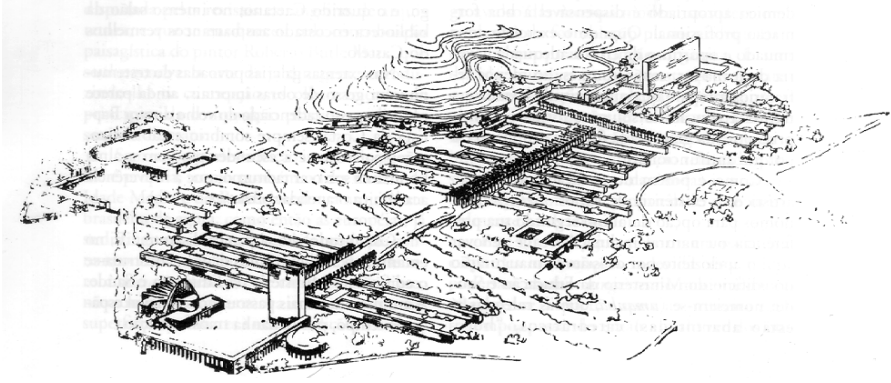


Figura 3 – Cidade Universitária do Brasil (1936), Lucio Costa e equipe. Fonte: COSTA, 1995, p.172.

UMA HISTÓRIA EM QUADROS

Como dito, em 1962, foi publicado o Plano Orientador da UnB. Nele Lucio Costa apresentou o seu estudo de Urbanização da UBA (sic). A gleba destinada à Instituição apresentava o formato de um “arco indígena”. No qual, a *corda* corresponde à via L3 Norte – limite com a cidade; e a *vara arqueada*, à via L4 Norte – “Via da Universidade”, próxima ao lago. Na porção central desta *vara* (nordeste), Lucio Costa implantou a chamada Praça Maior (Figura 1).

Trata-se de uma praça quadrangular, delimitada por edifícios funcionalmente significativos que a **tangenciam** (ver a Figura 2): a Aula Magna (1), a Reitoria (2), a Biblioteca (7), a Rádio (6) e o Museu da Civilização Brasileira (5). Deste núcleo cultural e administrativo fariam parte, ainda, o Museu da Ciência (3), o Museu da Arte (4) e a Editora da UnB (8).

Considerando que Lucio Costa imaginou a cidade universitária como um grande parque, com “toda a área cortada por estradas, predominantemente curvas, que pela suavidade contrastam predominante com as linhas hieráticas do conjunto da cidade”⁹ e observando-se a Figura 2 (ampliação de parte da Figura 1), poder-se-ia imaginar que a base de tal Praça seria verde – um jardim gramado, como o do Campus Central da Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM (1949-1952).

No entanto, não há como negar o parentesco existente entre a Praça Maior

da UnB com a Praça Maior da Cidade Universitária do Brasil, CUB (1936). Projetada por Lucio Costa e equipe, também pode ser descrita como uma praça “quadrangular, delimitada por edifícios funcionalmente significativos que a **tangenciam**”, só que pavimentada. São eles: o pórtico, a reitoria, a aula magna e a biblioteca.

Na UnB, são cinco os edifícios diretamente voltados para a praça: o auditório (1 na Figura 2), a reitoria (2), o Museu da Civilização Brasileira (5), a rádio (6) e biblioteca (7). No entanto, unindo-se os volumes do museu com o da rádio, para a formação do pórtico de acesso, conforme sugerido pelo desenho (Figura 2), temos os mesmos edifícios da CUB, ou seja: pórtico, reitoria em altura, aula magna e biblioteca.

Lucio Costa não chegou a detalhar como seria o pórtico de acesso da UnB. Porém, pelo menos, duas soluções devem ser lembradas em função dos precedentes: com a cobertura na altura do coroamento das edificações limdeiras, como no caso do pórtico da CUB (Figura 4); ou com a cobertura na altura do primeiro pavimento das construções confrontantes, como no museu da CUB (Figura 5).

Ao iniciar a sua atividade no Ceplan, Oscar Niemeyer introduziu modificações substanciais no projeto urbano de Lucio Costa, que passou a ser respeitado apenas como uma sugestão de macro-zoneamento. O desenvolvimento do Instituto Central de Ciências, ICC, comprova tal afirmação.

⁹ Lucio Costa In. UNB, 1962, s.n.

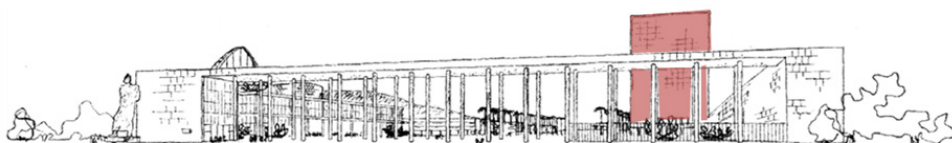
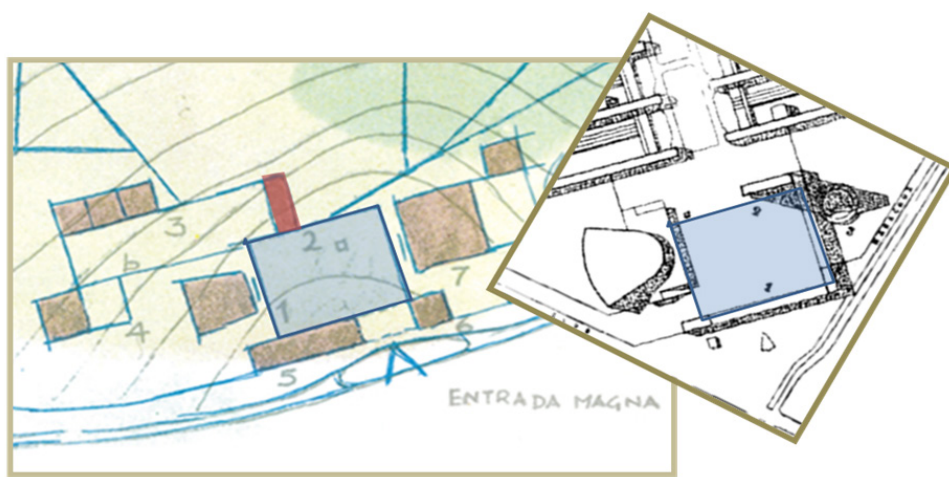


Figura 4 – Comparação entre a Praça Maior da UnB e a Praça Maior da CUB. Perspectiva do pórtico da CUB (1936), Lucio Costa e equipe. Fonte: UNB, 1962 e COSTA, 1995, p.184 e 188.

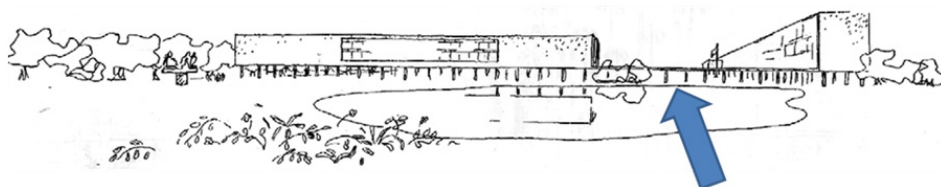


Figura 5 – Comparação entre o acesso da Praça Maior da UnB, de Lucio Costa, e o projeto do Museu da CUB (1936), de Lucio Costa e equipe. Fonte: UNB, 1962 e COSTA, 1995, 186.

Entre outras transformações introduzidas, o arquiteto inverteu o sentido da Praça Maior de Lucio Costa que, em sua nova versão, passou a abrir-se completamente para as visuais do lago. Agora de desenho retangular, a Praça passou a articular apenas quatro prédios fundamentais: a aula magna, a reitoria, a biblioteca e o Museu da Civilização Brasileira (Figura 14). Sendo que o museu, elevado quatro metros do solo, atuaria como pórtico ou porta para o restante da Universidade.

Mas a modificação fundamental diz respeito ao caráter da praça, que passou a ser tratada como uma grande base

para o depósito e articulação de volumes distintos: uma plataforma, “uma superfície horizontal que delimita o espaço de interação e coexistência entre os volumes principais de uma composição”¹⁰.

Quando da elaboração do projeto do Centro de Treinamento da Aeronáutica em São José dos Campos (1947), Oscar Niemeyer – provavelmente – empregou pela primeira vez o recurso da base pavimentada que apoia e organiza distintos edifícios de um complexo programa de necessidades. Opção que ficou ilustrada junto à memória do projeto, conforme reproduzida na Figura 6:

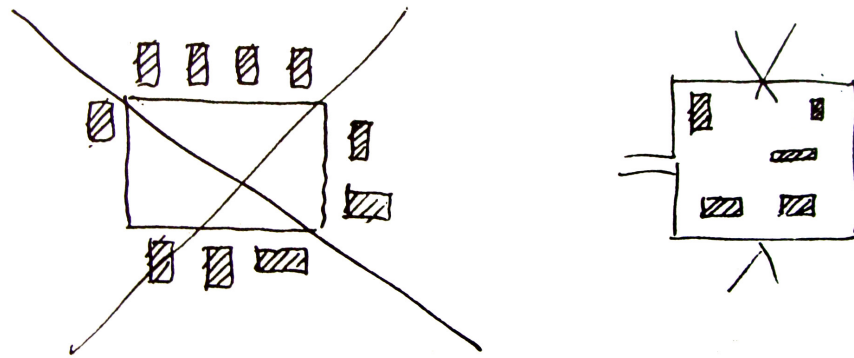


Figura 6 – Estudo para a praça cívica do Centro de Treinamento da Aeronáutica em São José dos Campos (1947), Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI, 1950, p.164.

O desenho de Niemeyer nos remete à escultura *Projeto de uma praça* (1930-31), de Alberto Giacometti. Obra que, segundo Jopep Maria Montaner, é a chave para o entendimento do conceito de espaço público da arquitetura moderna: diversos objetos abstratos colocados sobre uma plataforma. Para o autor, “a arquitetura moderna projetou de maneira sistemática o espaço aberto, a matéria invisível que se configura entre as formas abstratas

dos edifícios e que permite articular a complexidade”¹¹.

Oscar Niemeyer voltou a empregar a plataforma no estudo preliminar da ONU (1947). Ele decompôs o programa de necessidades da Instituição em unidades menores, capazes de serem resolvidas com volumes puros (secretariado, conselhos, comissões e assembleia geral) e os organizou sobre uma plataforma, de maneira a gerar a denominada de Praça

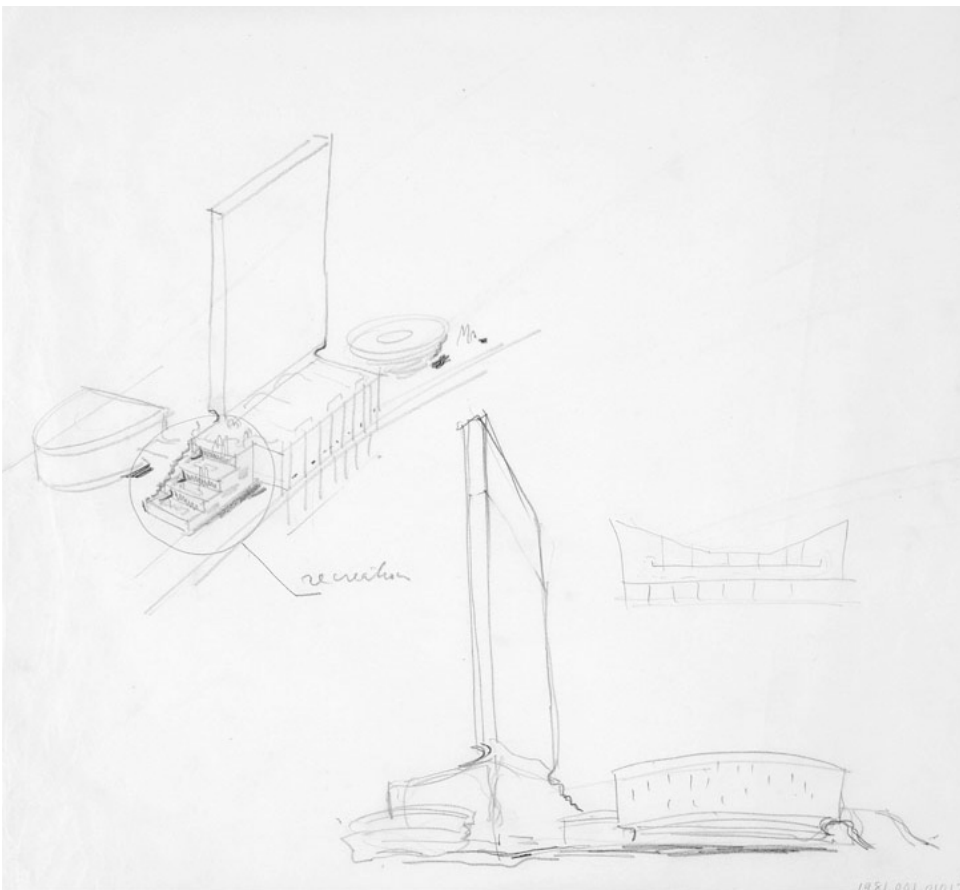
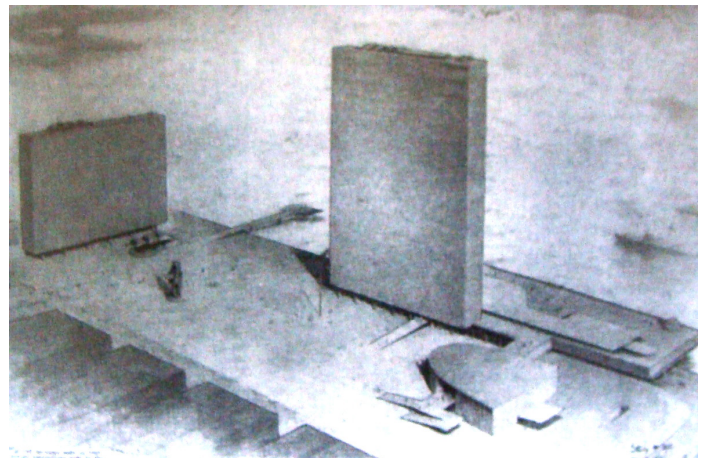
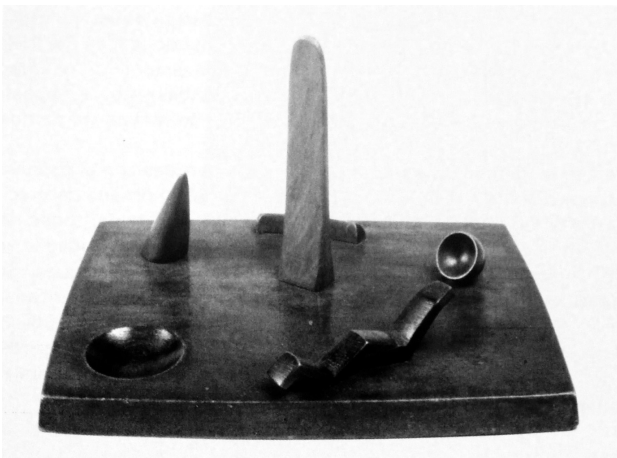


Figura 7 – Projeto de uma Praça (1930-1931), Alberto Giacometti. Fonte: MONTANER, 2008, p.19.

Figura 8 – Estudo de volumetria para a sede da ONU (1947), Oscar Niemeyer. Fonte: Arquivo FAU UnB.

Figura 9 – Estudos para a sede da ONU (1947), Wallace Harrison e Max Abramovitz (Fonte: Avery Library, Drawings and Archives, Wallace Harrison Collection. Disponível em: <http://www.columbia.edu/cu/lweb/eresources/exhibitions/treasures/html/113.html>)

das Nações Unidas (Figura 8 e Figura 11). Assim, os edifícios de escritórios atuam como limites do espaço vazio e apresentam-se sobre pilotis (sugerindo porosidade e atectonicidade), já o grande auditório da assembleia, ao contrário, assenta-se diretamente na praça e é acessível por meio de rampas e passarelas (sugerindo compacidade e tectonicidade).

Segundo Frederico de Holanda, na ONU, “Niemeyer dá primazia aos espaços formados pelos edifícios (...) a volumetria é comandada pela configuração especial desejada”¹² Estratégia compositiva exitosa, que diferenciou o estudo do arquiteto brasileiro das propostas então elaboradas pelos demais convidados do *Planning Committee*, como exemplificado pelo estudo desenvolvido por Wallace Harrison – o coordenador dos trabalhos (Figura 9):

Existem duas variantes do projeto de Niemeyer para a Praça Maior da UnB. No primeiro, o prédio da reitoria atua como marco vertical no campus, com 50m de altura, cerca de quinze pavimentos (Figura 10 e Figura 15). No segundo, a reitoria assume uma posição secundária aos demais monumentos do conjunto (Figura 17). Explica o arquiteto:

Ao estudarmos a Praça Maior da Universidade de Brasília, foi nossa preocupação impedir que seus edifícios lhe conferissem, por suas proporções, aspecto monumental. Com esse objetivo reduzimos alturas, volumes e espaços livres, desejosos de manter na mesma um caráter singelo e universitário. Isso, entretanto, não constitui tarefa fácil de realizar, considerando

os edifícios que a compõem, edifícios que se baseiam em vastos e complexos programas construtivos¹³ (1962).

A Praça Maior constitui a entrada principal da Universidade (...) O projeto procura garantir para a praça – apesar de se tratar de edifícios de grande porte – um caráter singelo e acolhedor. Nesse sentido reduziram alturas e volumes, prevendo-a ajardinada e aprazível¹⁴ (1963).

Por meio da simples comparação entre as Figuras 10 e 11, é possível perceber como, na UnB, Niemeyer retoma a mesma estratégia compositiva da ONU. Agora, os volumes da Aula Magna (AM), Reitoria (R), Biblioteca (B) e Museu (M) correspondem aos da Assembléia Geral, Secretariado, Comissões e Conselhos da ONU.

No entanto, na UnB, a Praça cumpre duplo papel. É, na devida medida, o espaço monumental principal, recebendo os prédios de maior representatividade da Instituição, portanto devendo apresentar caráter apropriado. Mas também funciona como “porta principal”, através da qual se tem acesso ao conjunto universitário. A Figura 12 ilustra a preocupação do arquiteto com a correta implantação do conjunto (valorizado pelos fluxos de circulação e pelas perspectivas projetadas).

Lucio Costa, mesmo residindo no Rio de Janeiro, acompanhou os trabalhos de implantação e construção da UnB. Atendo, sempre que necessário, opinou sobre o processo em curso. Em novembro de 1962, o urbanista apresentou uma

¹² HOLANDA, 2010, p.51.

¹³ NIEMEYER. In. MÓDULO, 1962, p.10.

¹⁴ Oscar Niemeyer In. MÓDULO, 1963, p.33.

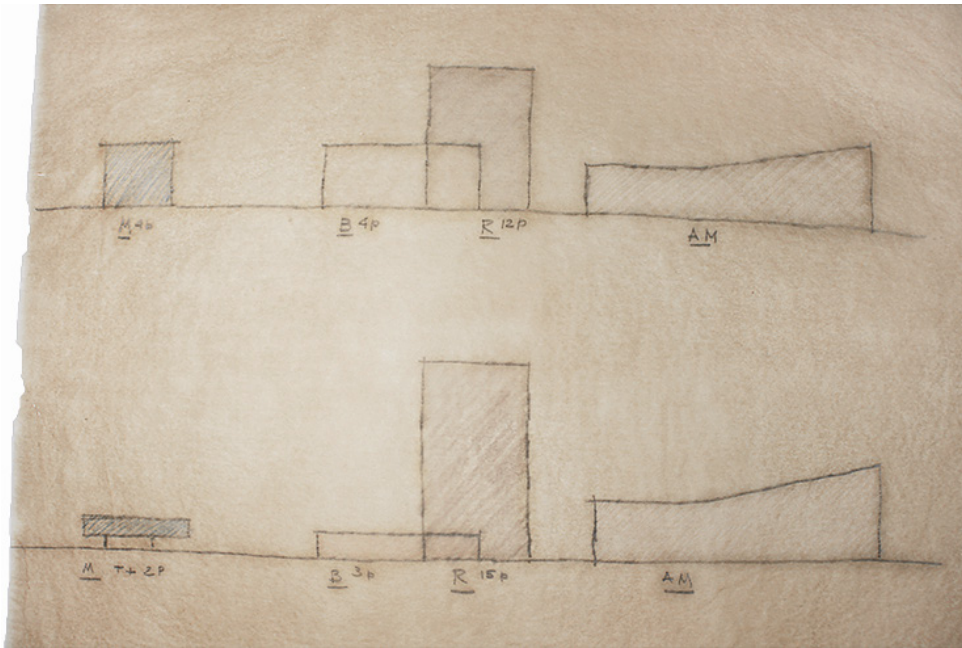


Figura 10 – Variante 1. Estudos de volumetria para a Praça Maior, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

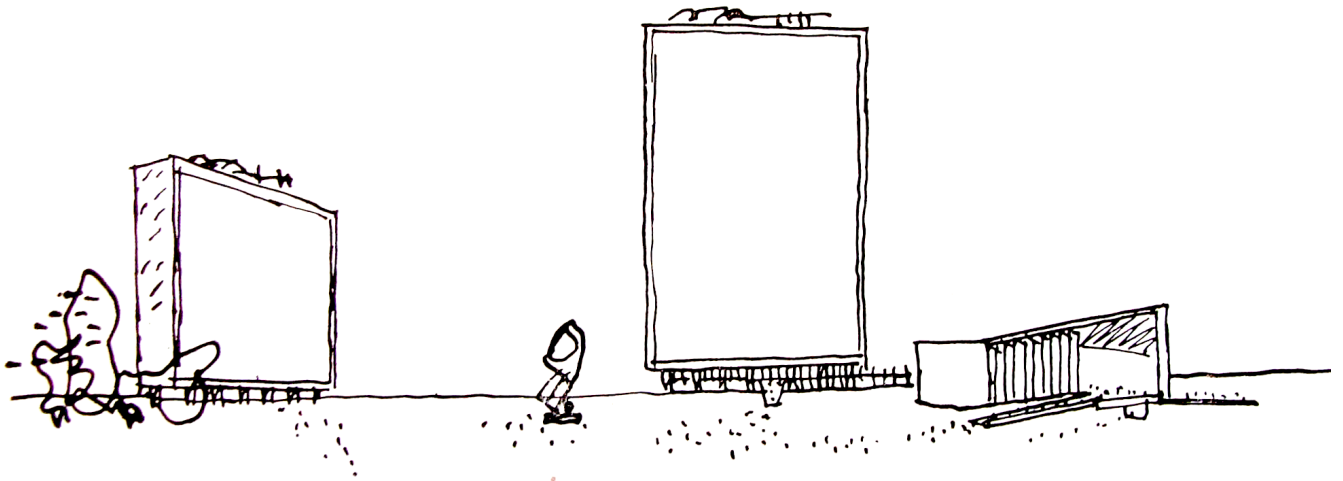


Figura 11 – Estudo de volumetria para a sede da ONU (1947), Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI, 1950, p.183.

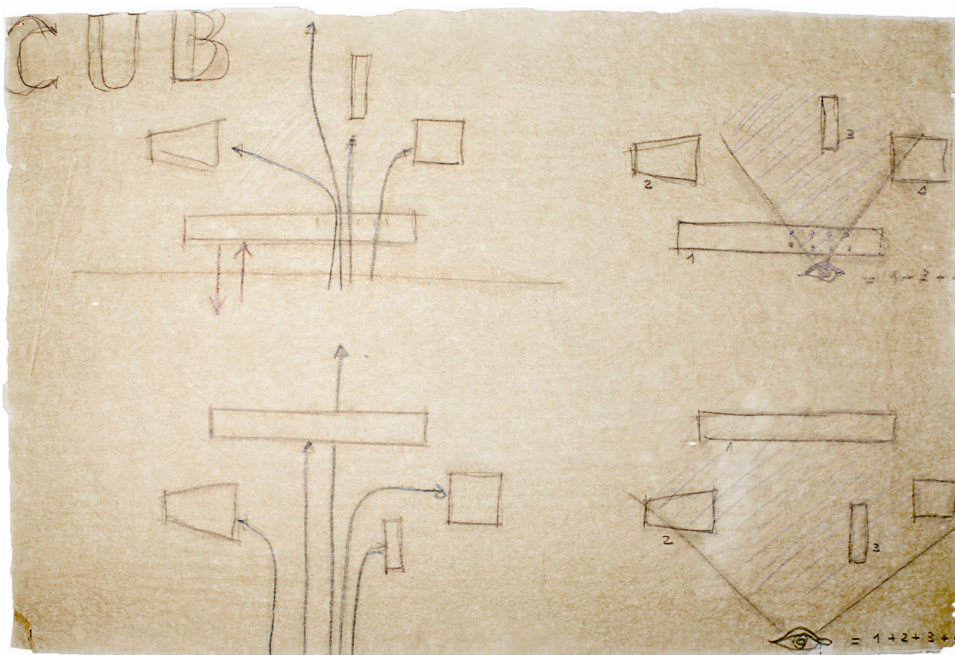


Figura 12 – Variante 1. Estudos de circulação para a Praça Maior, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury

Figura 13 – Variante 1. Volume e implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

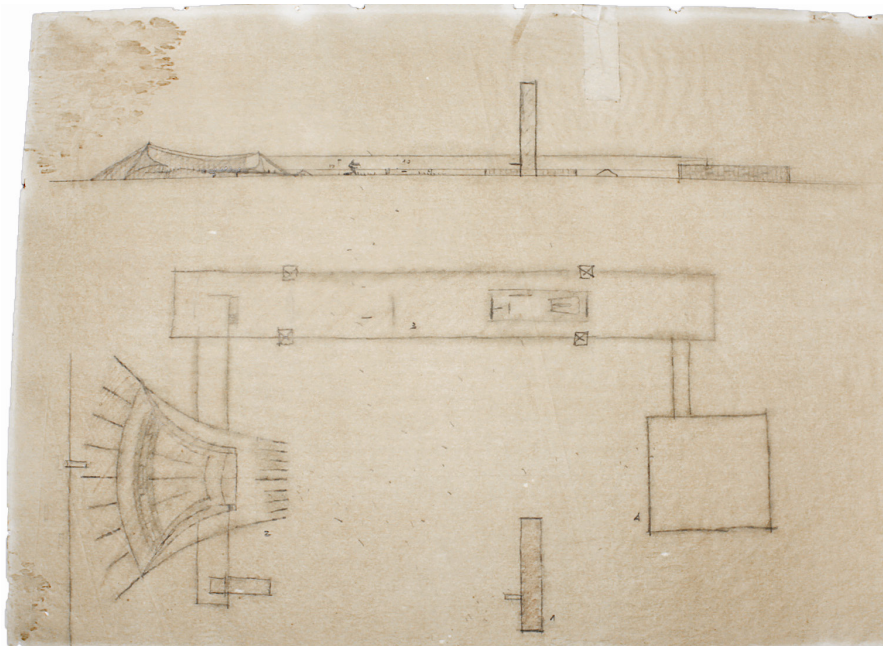


Figura 14 – Variante 1. Volume e implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Série UnB. Fonte: UNB, 1962.

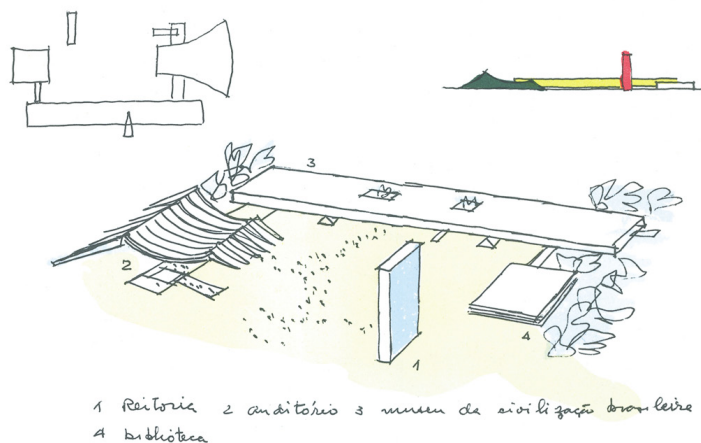


Figura 15 – Variante 1. Implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Série UnB. Fonte: UNB, 1962.

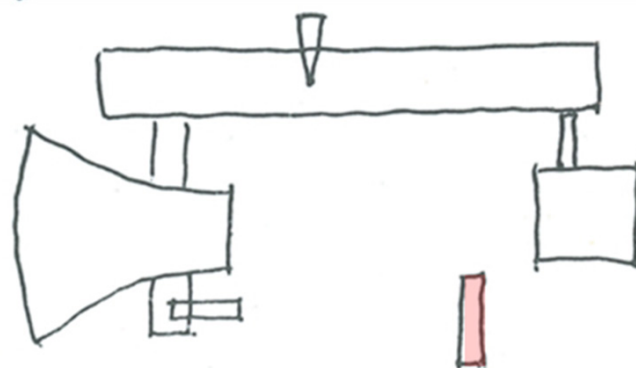
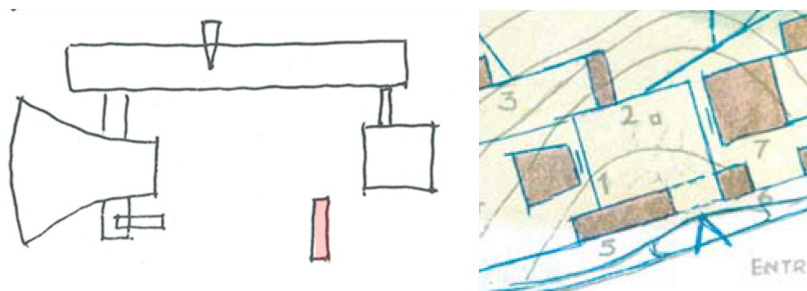


Figura 16 – Comparação entre a Praça Maior de Oscar Niemeyer (Variante 1) e a de Lucio Costa para a CUB (desenho espelhado). Fonte: UNB, 1962.



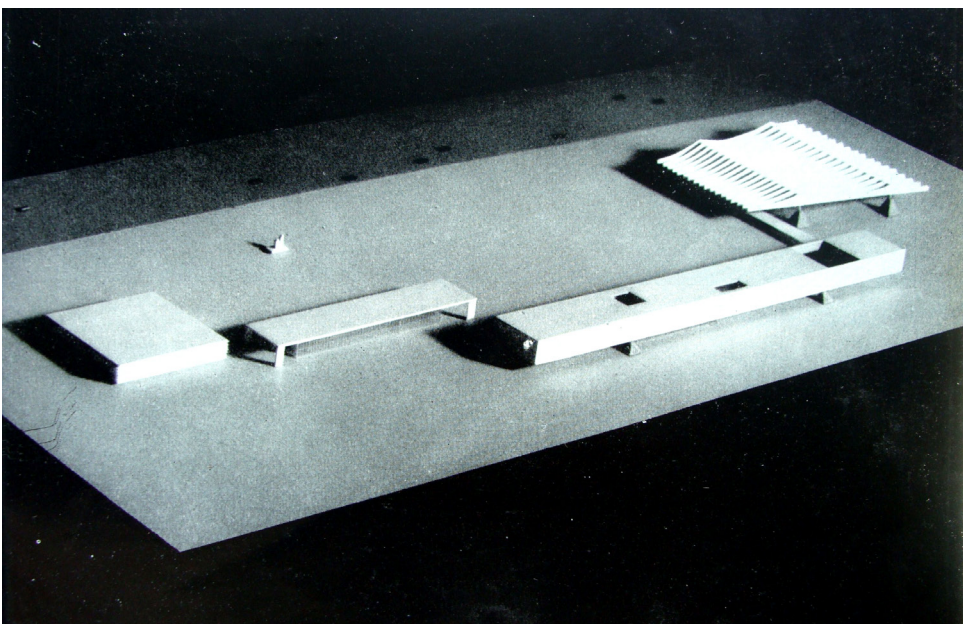
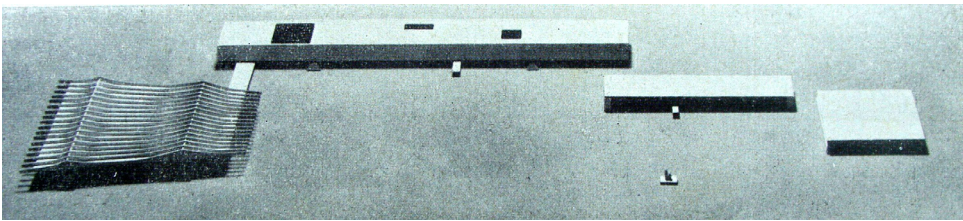
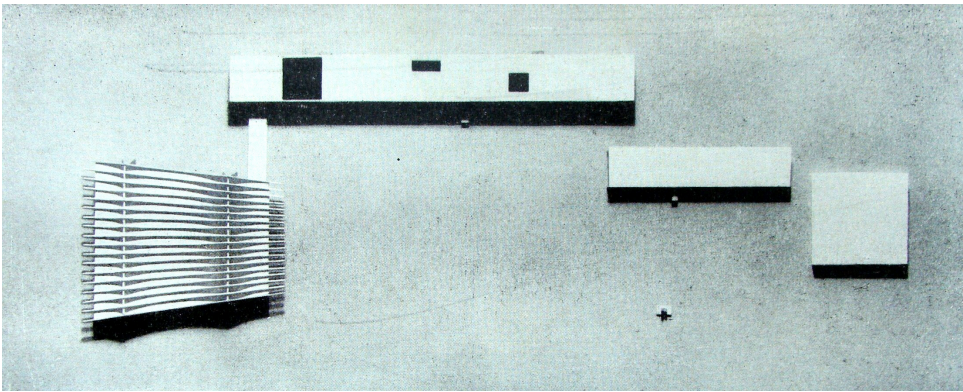
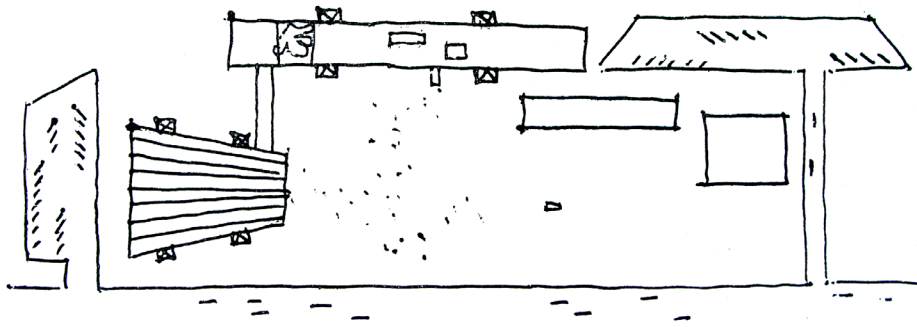


Figura 17 – Variante 2. Implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.7.

Figura 18 – Variante 2. Implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.8.

Figura 19 – Variante 2. Implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.7.

Figura 20 – Variante 2. Volumetria da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.14.

Figura 21 – Variante 2. Implantação da Praça Maior, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.15.

proposta para a adequação e implantação da segunda Praça de Oscar Niemeyer (Figura 22). Redesenhou o sistema viário local, definiu áreas de estacionamento junto aos principais edifícios e criou uma alameda de acesso – que corresponde a um eixo arborizado que secciona transversalmente a Praça proposta, isolando o edifício da biblioteca do restante do conjunto. Mais do que isso, Lucio Costa reforçou o caráter pitoresco local, valorizando as duas vias curvas originais, desenhando massas de vegetação e sugerindo a execução de dois lagos artificiais (importantes para solucionar problemas do sítio).

Com o estabelecimento da alameda de acesso, o museu-pórtico de Oscar Niemeyer teria sua importância reduzida, uma vez que parte de sua estratégia de monumentalidade seria transferida para um novo pórtico, agora localizado junto a via L4 Norte (“Via da Universidade”). Estrutura caracterizada por uma plataforma de base quadrada na qual estaria apoiado um obelisco (elemento constantemente utilizado na obra de Lucio Costa). Lago, alameda, vegetação e obelisco foram registrados em bela perspectiva e escondem os edifícios propostos por Oscar Niemeyer.

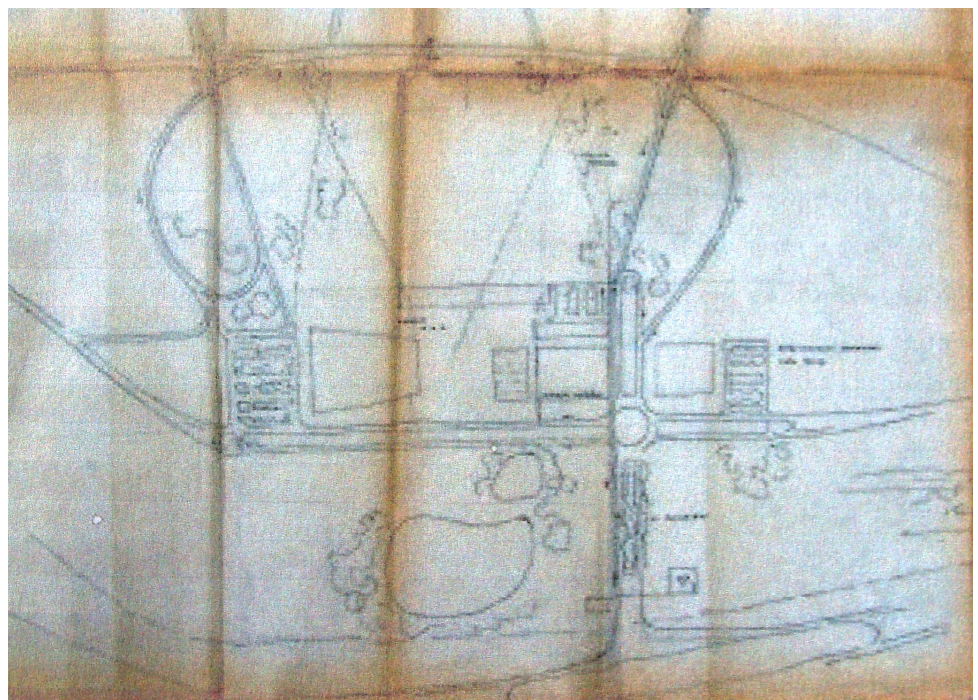


Figura 22 – Proposta de adequação da Praça Maior, Lucio Costa. Fonte: Arquivo GDF, 1962.

A Reitoria e a Biblioteca

Os documentos disponíveis exemplificam a evolução da concepção dos monumentos configuradores da Praça Maior, mas também demonstram o pouco entusiasmo de Oscar Niemeyer com o edifício da reitoria e, particularmente, com o da biblioteca.

Na Variante 1 – como na CUB do Rio de Janeiro – o prédio da administração central é uma torre com base retangular (10 x 25m), quinze pavimentos, fachadas norte e sul totalmente envidraças e empenas completamente cegas (Figura 23 e Figura 24). Por sua vez, a biblioteca foi simplesmente pensada como uma construção com base quadrada (50 x 50m) de

três pavimentos – sem outras definições ou desenvolvimentos (Figura 24).

Já na Variante 2, a reitoria assume outra configuração. Perde a sua função de marco visual de toda a Instituição – provavelmente por solicitação de Lucio Costa –, e passa a ser “resolvida” em um prédio igualmente de base retangular com apenas três pavimentos (Figura 21). Como modelo, será reutilizado, anos mais tarde, pelo arquiteto Nauro Esteves no projeto do Palácio do Buriti (1969).

Curiosamente, a partir da década de 70, apenas reitoria e biblioteca seriam executadas, mas segundo projetos distintos, elaborados e detalhados por outros profissionais.

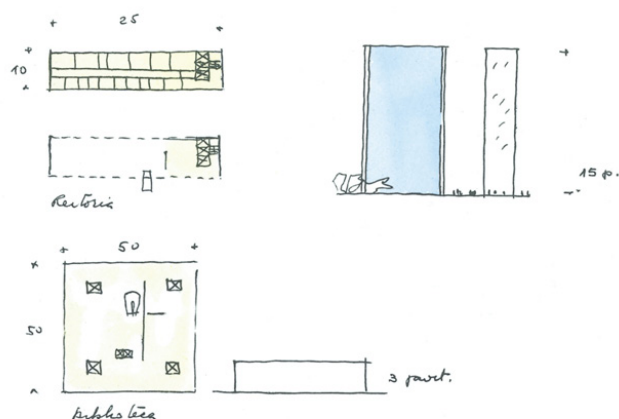
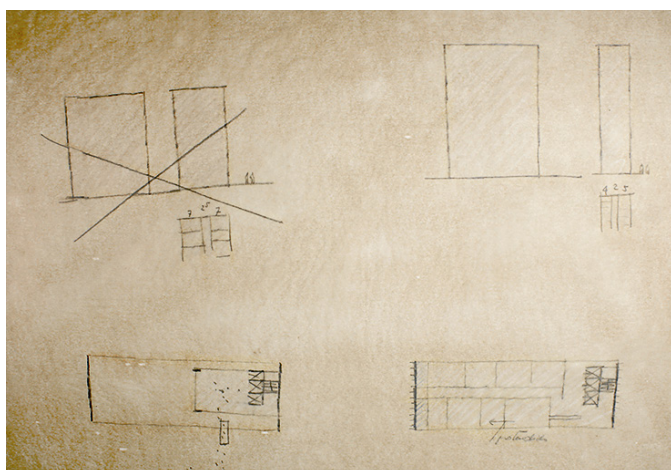


Figura 23 – Variante 1. Reitoria, Oscar Niemeyer. Série Original (Foto: Roberto Freury)

Figura 24 – Variante 1. Reitoria e Biblioteca, Oscar Niemeyer. Série UnB (Fonte: UNB, 1962)

O Auditório ou a Aula Magna

Solução típica para uma sala de espetáculos é decompor o programa de necessidades e resolvê-lo em partes distintas que denunciem e valorizem cada função (foyer, plateia e palco). Foi a adotada na Ópera de Paris (1860), ou nos teatros municipais de São Paulo (1903) e do Rio de Janeiro (1905). Mas nos primeiros riscos para o auditório da UnB, foyer e plateia, em “leque”, estão sob uma mesma cobertura curva e com exoesqueleto estrutural (Figura 25), como no auditório de Belo Horizonte (1943), também de Oscar Niemeyer (Figura 26). Por outro lado, coxias e apoio foram tratados em volume único, que lembra os do terraço jardim do MESP (1936).

Não satisfeito com o resultado obtido, Oscar Niemeyer passou a abrigar sob a mesma cobertura todo o programa de necessidades, afastando-se definitivamente do modelo casa de ópera. Agora, é o auditório do MESP (1948), igualmente não construído, que dita à solução a seguir. Inclusive porque, em ambos os casos, os volumes propostos relacionam-se diretamente com as elevações dos edifícios principais: o do ministério e o da reitoria (Figura 27 e Figura 28).

Lentamente, a onda do MESP cobriu o auditório da UNB, mas logo tomou a forma de uma catenária ou de um plano suspenso entre dois pontos e sob a ação da gravidade. Exoesqueleto estrutural e “tendas” são soluções recorrentes na obra de Oscar Niemeyer, desde a Residência Canavellas em Pedro do Rio (1954) até o Pavilhão Serpentine de Londres (2003),

passando pelo altar da primeira missa, pela igreja de N. S. de Fátima e pelo Teatro Nacional, já em Brasília. A solução obtida, perfeitamente representada na Figura 32, foi logo subvertida. A sugestão de uma tenda desapareceu. E a cobertura se fez quase plana, com as vigas expostas assumindo o desenho dos diagramas de momento fletor. Nasceu assim a idéia de um grande abrigo a proteger um auditório. Antes, rampas e passarelas engastaram e atravessaram o volume do foyer – mais uma vez como no auditório do MESP ou na assembleia geral da ONU (Figura 32 e Figura 33).

A nova solução, a do grande abrigo, é mais sofisticada. A cobertura se fez plana e ganhou a forma de um trapézio (com 80 e 50m de base e 90m de altura), estruturada em uma sequência de 18 vigas protendidas invertidas. Cada viga vence um vão de 50m (para o auditório) e estabelece dois balanços de 20m (para as praças de acesso). Todo o conjunto está apoiado em apenas quadro robustos pilares piramidais, idênticos aos desenvolvidos para o Museu da Civilização Brasileira (Figura 34 e Figura 35), e que emprestam grande vigor ao conjunto da Praça Maior. Sob tal abrigo, Oscar Niemeyer depositou um auditório semienterrado. E envidraçou toda a fachada leste, descortinando o Lago Paranoá (Figura 39).

Ainda em 1962, o arquiteto projetou, com o mesmo desenho, as vigas de cobertura do Touring Club de Brasília, do Iate Club da Pampulha e de um Centro Esportivo para o Líbano.

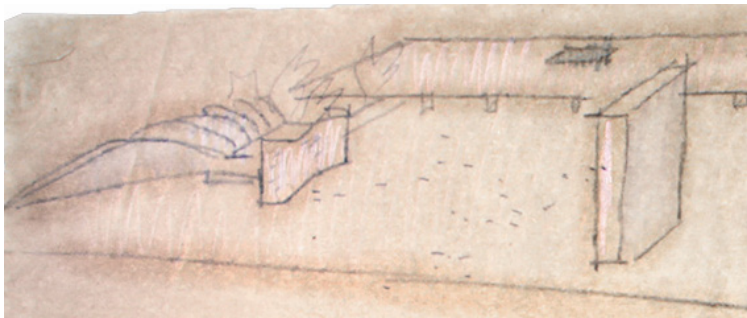


Figura 25 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série UnB. Foto: Roberto Freury.

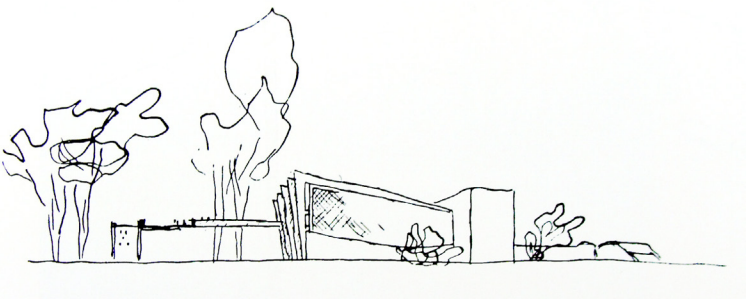


Figura 26 – Estudo para o auditório de Belo Horizonte (1943), Oscar Niemeyer. Fonte: PAPA-DAKI, 1950, p.113.

Figura 27 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

Figura 28 – Estudos para auditório do MESP (1948), Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI, 1950, p.197.

Figura 29 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

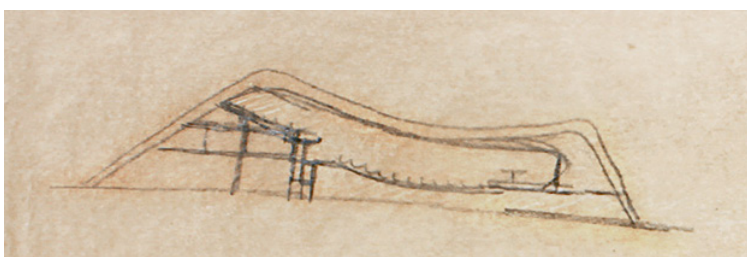
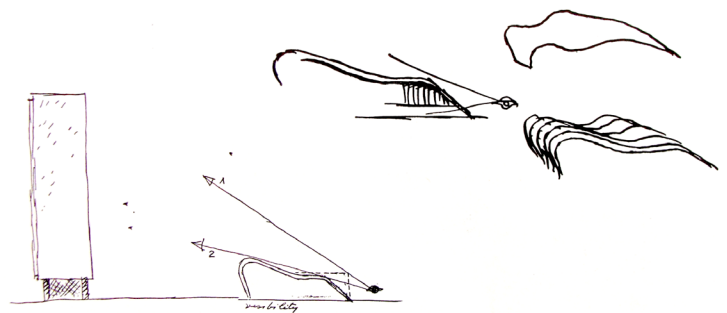
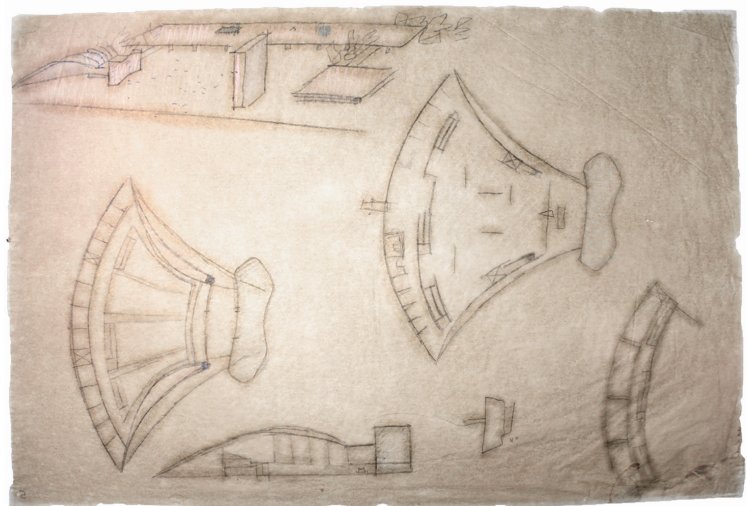


Figura 30 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

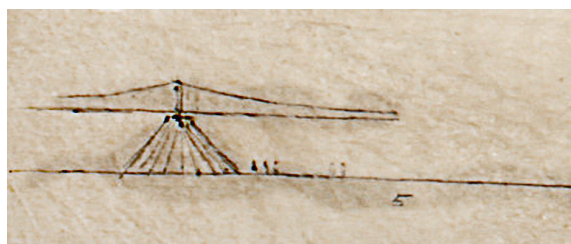
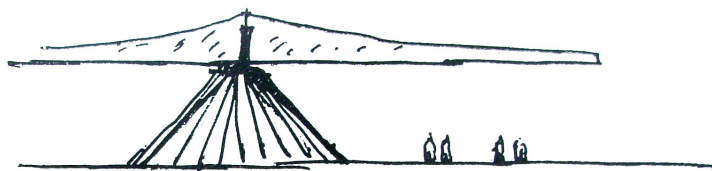
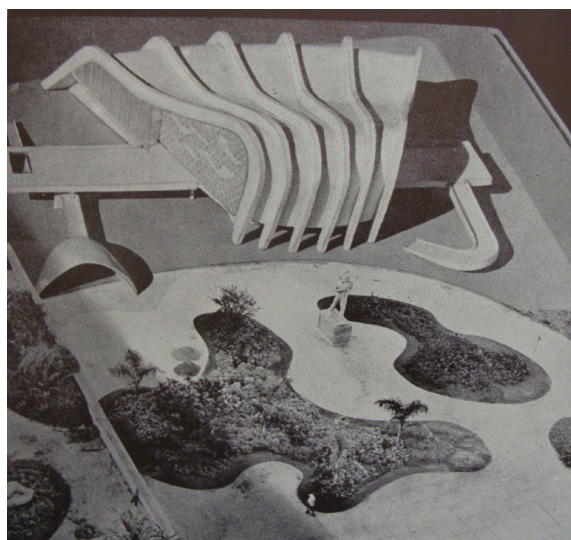
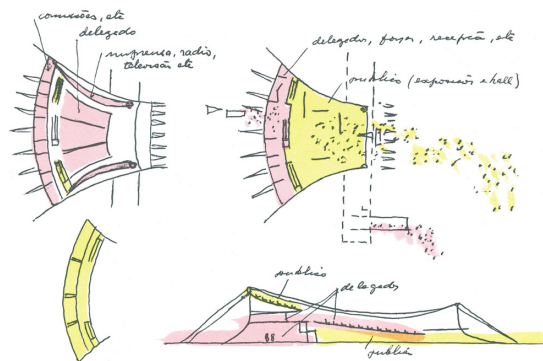
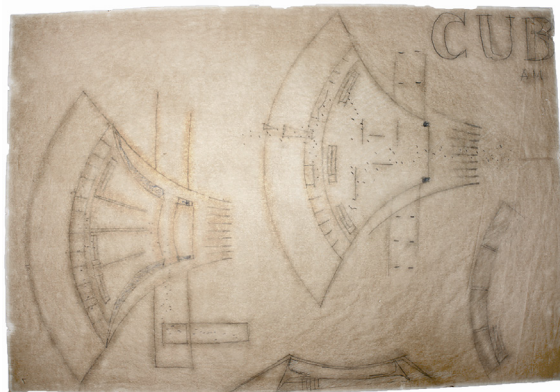
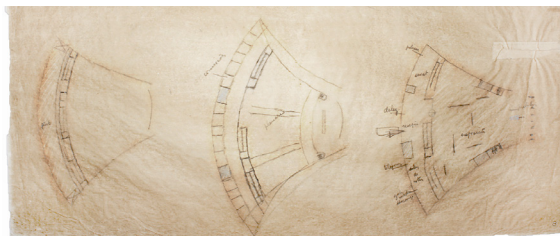
Figura 31 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

Figura 32 – Variante 1. Auditório, Oscar Niemeyer. Série UnB. Fonte: UNB, 1962.

Figura 33 – Maquete do auditório do MESP (1948), Oscar Niemeyer. Fonte: PAPADAKI, 1950, p.200.

Figura 34 – Variante 2. Coluna do Auditório, Oscar Niemeyer. Série Original. Foto: Roberto Freury.

Figura 35 – Variante 2. Coluna do Auditório, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.7.



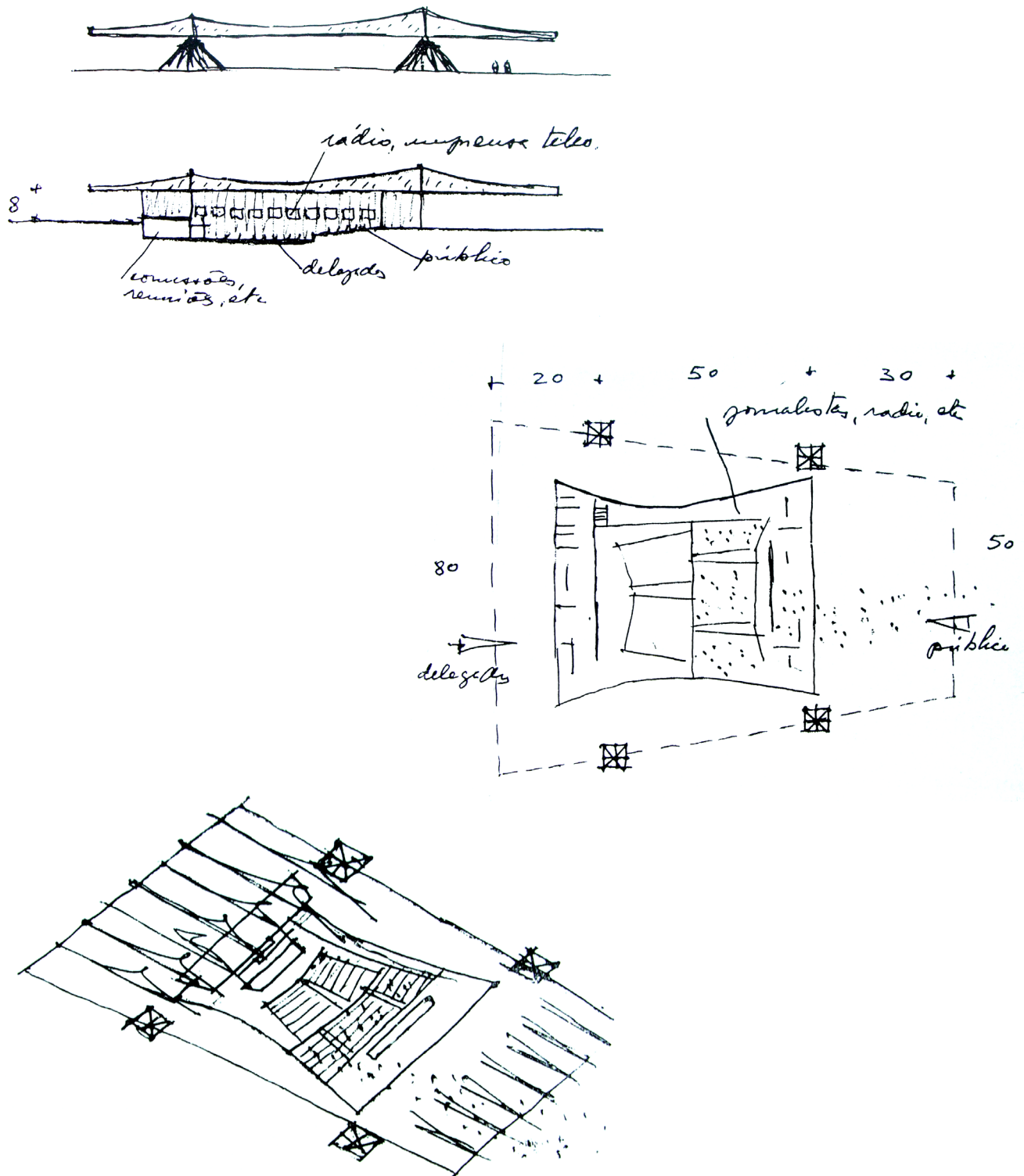
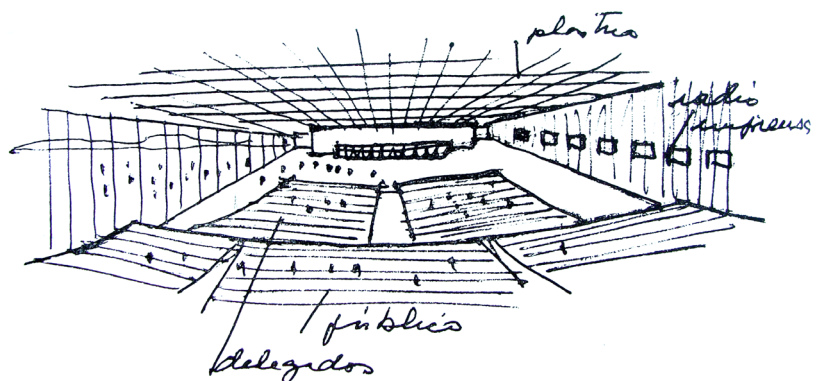


Figura 36 – Variante 2. Cortes do Auditório, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.7.

Figura 37 – Variante 2. Auditório, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.11.

Figura 38 – Variante 2. Auditório, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.12.

Figura 39 – Variante 2. Interior do Auditório, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.12.



¹⁵ Oscar Niemeyer In. MÓDULO, 1962, p.8.

Segundo Oscar Niemeyer:

O projeto procura atender os problemas dentro dos princípios de simplicidade fixados, o que não nos impediu, entretanto, de conceber estruturas atualizadas, nem tampouco os grandes vãos e balanços que a arquitetura solicitava, quando o sistema estrutural se apresentava natural e intuitivo. Assim, no Auditório, a cobertura se apóia somente em quatro montantes, sobre os quais se distribui um conjunto de vigas que garante – sem dificuldades – vencer os vãos e os balanços projetados...¹⁵

O Museu da Civilização Brasileira

Ao contrário do auditório, o chamado Museu da Civilização Brasileiro – outro sonho de Darcy Ribeiro – não tem precedentes na obra de Oscar Niemeyer. Um longo edifício-barras (com aproximadamente 140 m de comprimento, 30 de largura e 10 de altura), apoiado sobre quatro bases piramidais. Enquanto o museu propriamente dito foi resolvido no interior da barra, apenas iluminada zenitalmente e por um jardim lateral; o *pilotis* (de 4m) atua como praça coberta e como porta de acesso à Universidade (Figura 12 e Figura 14). Ainda segundo Oscar Niemeyer:

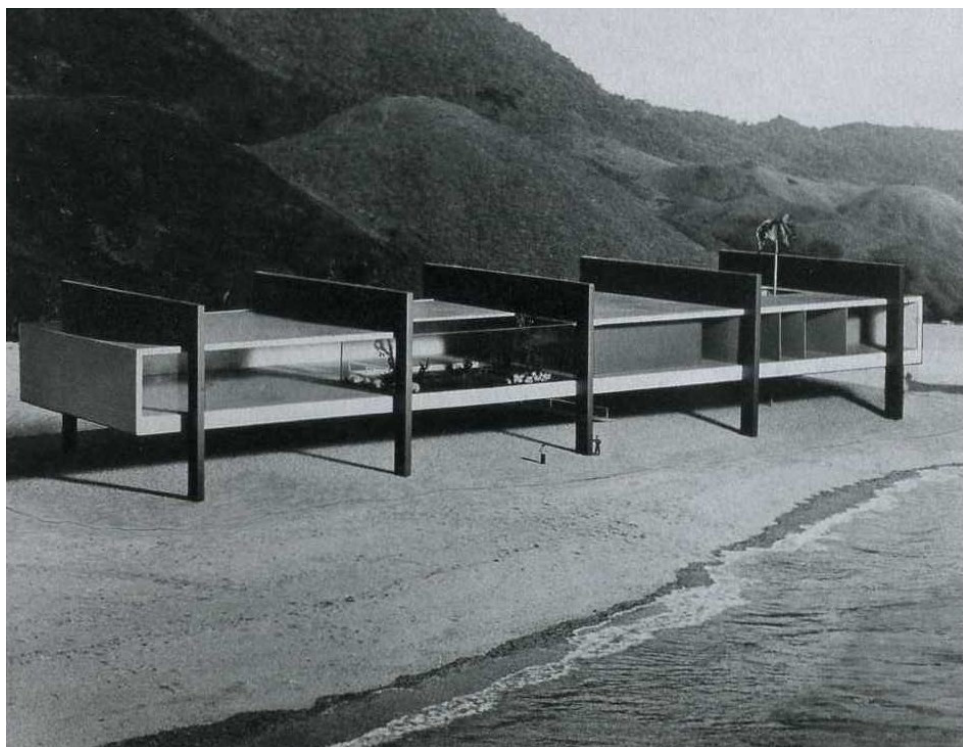
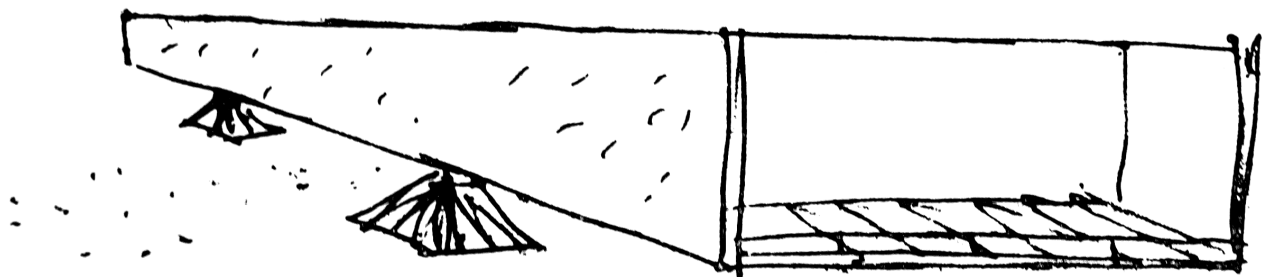
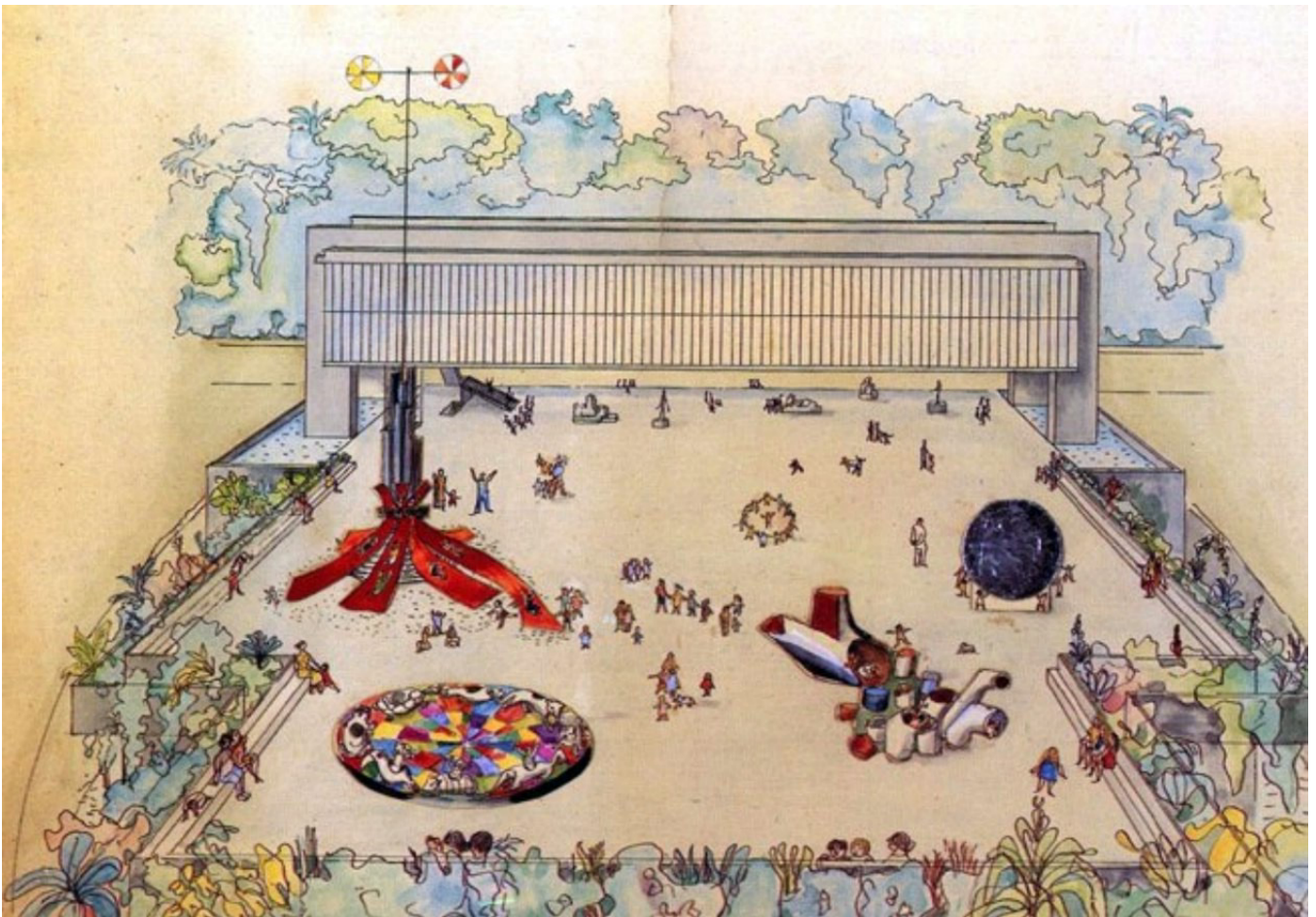


Figura 40 – Museu à beira do oceano, São Vicente, Lina Bo Bardi. Fonte: FERRAZ, 1996, p.90.

Figura 41 – Praça e Hall Cívico do MASP, Lina Bo Bardi. Fonte: FERRAZ, 1996, p.111.

Figura 42 – Variante 2. Museu apoiado em quatro pilares e duas “paredes vigas”, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.14.



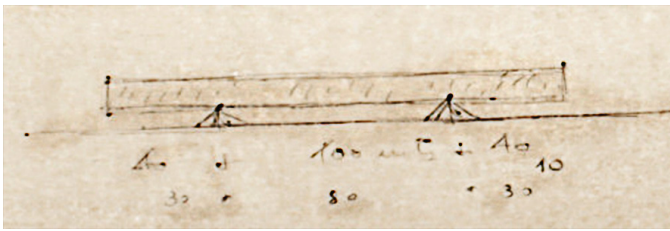
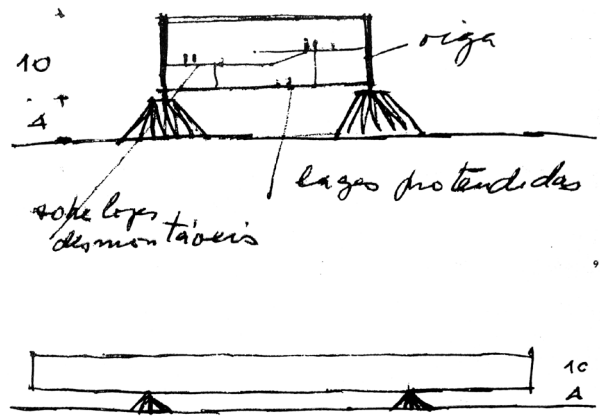
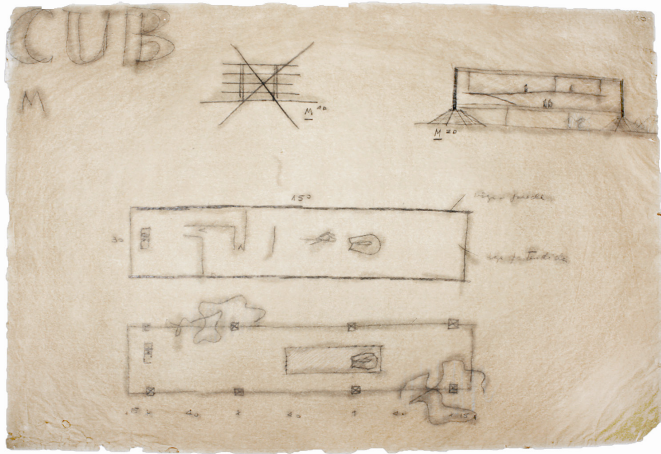


Figura 43 – Variante 1. Museu apoiado em oito pilares. Série Original. Foto: Roberto Freury.

Figura 44 – Variante 2. Museu, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.13.

Figura 45 – Variante 2. Museu. Série UnB. Foto: Roberto Freury.

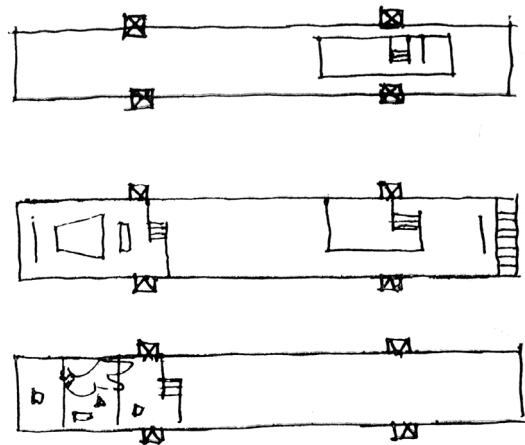
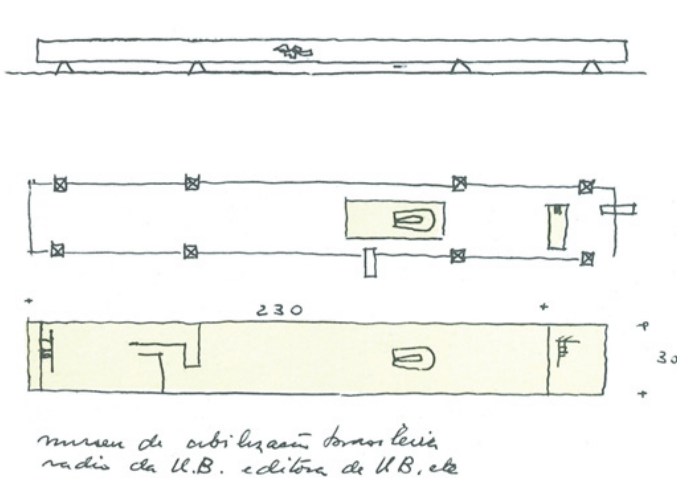


Figura 46 – Variante 1. Museu apoiado em oito pilares, Oscar Niemeyer. Série UnB. Fonte: UNB, 1962.

Figura 47 – Variante 2. Museu apoiado em quatro pilares, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.13.

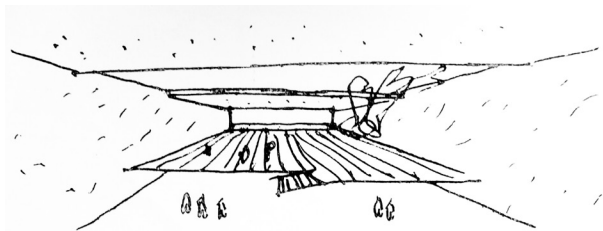
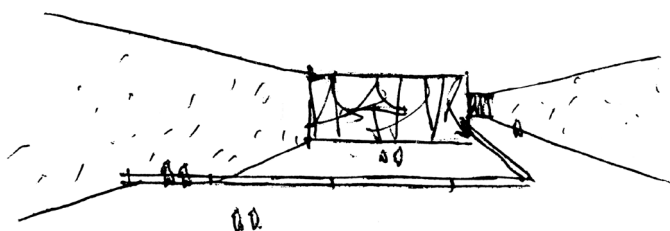


Figura 48 – Variante 2. Interior do Museu, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.14.

Figura 49 – Variante 2. Interior do Museu, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.14.

...Vãos e balanços que assumem aspecto surpreendente no prédio do Museu – 80 e 30 metros – e que o exame das plantas demonstra como foi fácil para o calculista obtê-los, transformando as paredes longitudinais em vigas-paredes, com 10m de altura¹⁶

Antes de Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi havia experimentado algo semelhante para abrigar um museu. Juntamente com os estudos de casas econômicas (1951), ela propôs um edifício barra elevado, mas não indicou a sua função. No mesmo ano, a proposta reapareceu no “Museu à beira do oceano” (São Vicente), quando suspendeu o bloco de exposições por meio de cinco pórticos transversais. Já em 1957, os estudos anteriores ganharam forma no Museu de Arte de São Paulo. Desta vez, desenhou uma solução “direta e despida”¹⁷, ou seja, um grande bloco elevado (ventilado e iluminado por *sheds*), apoiado em um conjunto de quatro pilares e quatro vigas protendidas, obtendo um vão de 70m para o “hall cívico”.

Não executado na UnB – e como é comum na obra de Oscar Niemeyer – a idéia de um grande edifício-barra foi retomada e deu origem a outros projetos. É o caso da sede do Instituto de Educação do Paraná (1967), atual Museu Oscar Niemeyer de Curitiba; do bloco de classes da Universidade de Constantine (1969-1977), na Argélia; e do terminal rodoferroviário (1973-1981), em Brasília.

CONCLUSÃO: DOCUMENTO

A Universidade de Brasília, da maneira como foi pensada por Darcy Ribeiro e por seus fundadores não chegou a existir plenamente. Foi um sonho bravamente implantado, mas que durou poucos anos, uma vez que foi bruscamente interrompido. Da mesma forma, a sua Praça Maior, conforme imaginada por Lucio Costa e projetada por Oscar Niemeyer não chegou a ser executada. E nunca será! Outras formas de pensar e fazer arquitetura se afirmaram, inclusive com apoio de Niemeyer. Assim, como no caso do Museu da Caracas (1954), o conjunto da Praça Maior da UnB só pode ser realmente estudado e compreendido a partir dos desenhos e das fotos das maquetes elaborados nos primeiros anos da década de 1960. Ou seja, a obra só existe na sua documentação iconográfica – na Série da UnB, na Série da Módulo e na Série Original. Documentos que auxiliam no entendimento do processo criativo de Oscar Niemeyer, identificando as suas soluções preferenciais, o seu repertório usual, as suas estratégias compositivas recorrentes, os precedentes projetuais importantes e, até, os desdobramentos futuros de suas opções. Documentos que permitem, também, reconhecer a constante preocupação de Oscar Niemeyer – atuando a maneira de Le Corbusier (ou de Palladio...) – em divulgar a sua obra: escrevendo pequenas memórias ilustradas para os projetos (Figura 50); produzindo desenhos especialmente para as publicações (Figura 51); e supervisionando pessoalmente tais publicações – o que inclui a aprovação das imagens e desenhos divulgados (Figura 52).

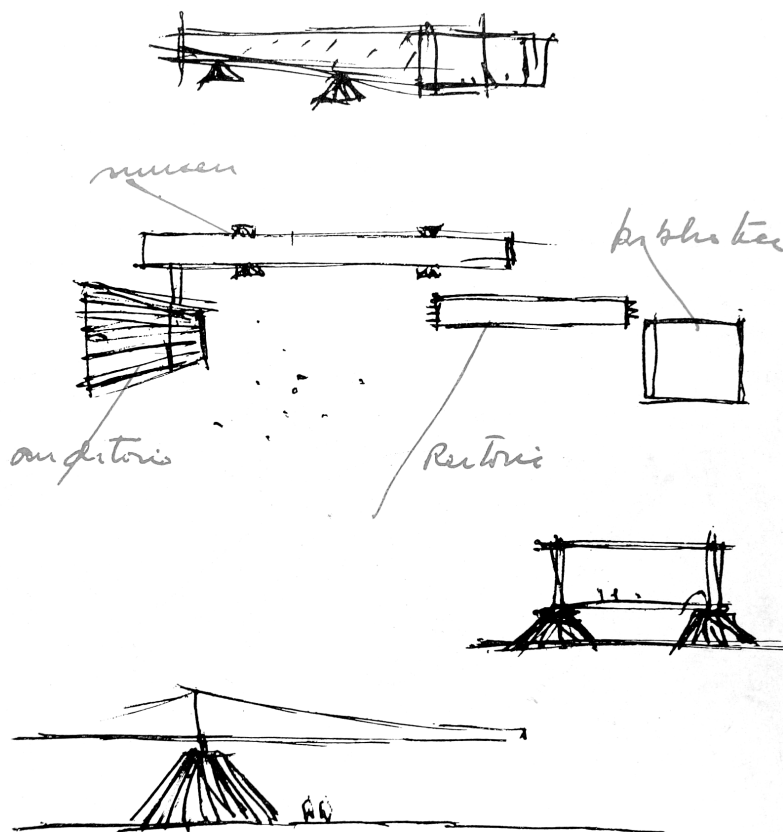
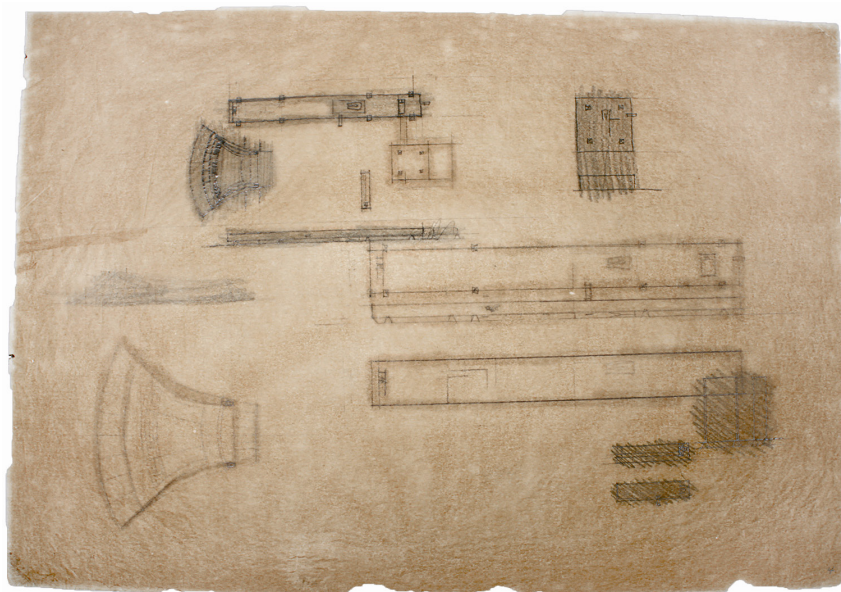
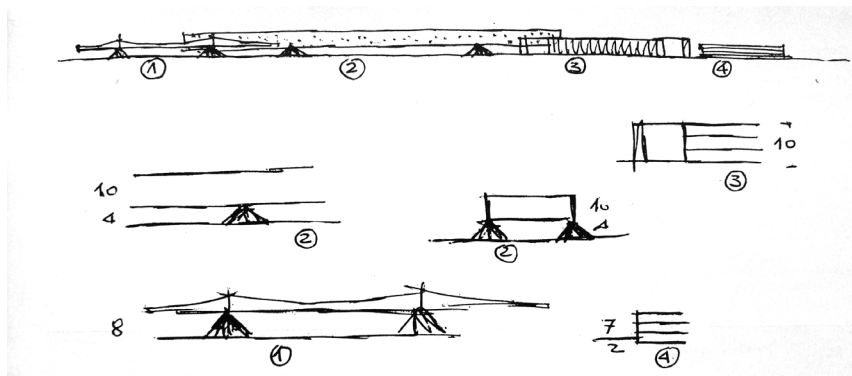
¹⁶ Oscar Niemeyer In. MÓDULO, 1962, p.8.

¹⁷ Lina Bo Bardi In. FERRAZ, 1996, p.100.

Figura 50 – Estudo dos apoios, Oscar Niemeyer. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, p.15.

Figura 51 – Estudos “decalcados” para publicação. Série Original. Foto: Roberto Freury.

Figura 52 – Ilustrações para a capa da revista Módulo. Serie Módulo. Fonte: MÓDULO, 1962, capa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresas das Artes, 1995.
- DARCY. **Da idéia ao traço do professor Niemeyer**. Brasília: UnB, n.3, nov. 2009.
- FERRAZ, Marcelo. **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Do baú de Niemeyer. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2411200907.htm>>. Acesso em: 24. jan. 2010.
- MAHFUZ, Edson. O clássico, o poético e o erótico: método, contexto e programa na obra de Oscar Niemeyer. In. GUERRA, Abílio (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**. Vol.2. São Paulo: RG, 2010.
- MÓDULO. Praça Maior da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: **Módulo**, n.28, jun., 1962.
- MÓDULO. Praça Maior da Universidade de Brasília. Rio de Janeiro: **Módulo**, n.32, mar., 1963.
- PAPADAKI, Stamo. **The work of Oscar Niemeyer**. Nova York: Reinhold, 1950.
- PEREIRA, Miguel. **Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional**. São Paulo: Pini, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. A praça do maquis. **MDC - Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/02/04/a-praca-do-maquis>>. Acesso em: 4.fev.2009.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O pitoresco nas regras da cidade moderna. Lucio Costa e o plano da cidade universitária de Brasília**. Brasília: inédito, 2010.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. The campus of the University of Brasília. Brasília: inédito, 2011.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Um registro necessário**. Brasília: Ceplan-UnB, 2006.
- UNB. **Plano de desenvolvimento físico**. Brasília: EdUNB, 1975.
- UNB. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: EdUNB, 1962.

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE – Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012 a 2019).
andreyrosenthal@gmail.com.

TRÈS BRUT. NEM TÃO VITRINEIRA, NEM TÃO TOLA...*

Andrey Rosenthal Schlee

Resumo

O artigo trata da arquitetura brutalista executada durante a década de 1970 no campus da Universidade de Brasília. Para tanto, analisa dois documentos em particular: o livro *UnB: invenção e descaminho*, de Darcy Ribeiro (1978) e o texto *Sobre uma "arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola"*, de Miguel Pereira (1985). A partir deles, discute duas interpretações errôneas: a ideia de uma qualidade compulsória das obras de Oscar Niemeyer e a condenação sumária de toda a produção arquitetônica desenvolvida durante o regime militar.

Palavras-chave: Brasília. Universidade de Brasília. Brutalismo.

Abstract

Abstract: The article deals with the brutalist architecture carried out during the 1970s on the campus of the University of Brasília. Analyzes two documents in particular: the book *UnB: invenção e descaminho*, written by Darcy Ribeiro (1978) and the text *Sobre uma "arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola"*, written by Miguel Pereira (1985). From them, discusses two misconceptions: the idea of a compulsory quality of the works of Oscar Niemeyer and the summary condemnation of all architectural production developed during the military regime.

Keywords: Brasília. University of Brasília. Brutalism.

* Trabalho apresentado no 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, Brasília, 2011.

INTRODUÇÃO – UM LIVRO

Provavelmente, a ideia não era causar polêmica. O texto teria nascido como um desabafo. O conteúdo poderia ter passado despercebido. Tudo seria esquecido se o autor não fosse o educador Darcy Ribeiro. Mais do que isso, tratava-se de um título da coleção *Depoimentos*, publicada a partir de 1978 pela Avenir Editora. Uma série de livros que, entre outros, contemplou *A forma na arquitetura*, de Oscar Niemeyer; *O marginal Clorindo Gato*, de Carlos Drummond de Andrade; *UnB: invenção e descaminho*, de Darcy Ribeiro; e *A verdade sobre o ISEB*, de Nelson Werneck Sodré. As capas reproduzem a assinatura do respectivo autor, seguidas de um desenho elaborado por Oscar Niemeyer, que ilustrou todos os livros.

Embora o primeiro volume trate de arquitetura, interessa especialmente o terceiro, o dedicado à Universidade

de Brasília e escrito por Darcy Ribeiro. Nele, o criador fala da criatura.

Na introdução, o jornalista Pompeu de Sousa – um dos fundadores da Faculdade de Comunicação da UnB – explica que o livro é resultado de uma visita, “anônima” e “incógnita”, realizada por Darcy Ribeiro ao campus da Universidade no final da década de 1970. Uma Instituição implantada entre 1962 e 64 e que “resistiu, em agonia, à sua asfixia e desfiguração, de abril de 64 a outubro de 65, quando, afinal, esgotadas todas as resistências, desfez-se, na saída coletiva de quase todos os professores que a compunham.”¹ Explica ainda que, na visita, Darcy Ribeiro pode constatar o contraste negativo entre “a sua Universidade de Brasília e essa que aí está hoje e lhe conserva apenas o nome...”. Um contraste impregnado de questões ideológicas que, como veremos, envolveu o campo da arquitetura.

¹ SOUZA, Pompeu de. In. RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.7.

Figura 1 – Capas dos primeiros volumes da Coleção Depoimentos, 1978.



MANIÈRE BRUTE

O período foi muito curto. Não permitiu sequer a formatura de um único aluno. No entanto, 1962 a 64, foi suficiente para a implantação, em Brasília, de uma nova experiência de ensino superior que, no caso da arquitetura, desdobrou-se na criação do curso de Arquitetura e Urbanismo², na instalação do Centro de Planejamento (Ceplan) e na execução de uma série de edifícios significativos, na sua maioria, pré-fabricados e em concreto aparente.

O tema da industrialização da construção estava na base da UnB. De um lado, em função dos próprios objetivos e compromissos da Instituição – buscar soluções para os problemas do Brasil –, de outro por razões pragmáticas, pois era necessário cumprir um ambicioso programa de obras em um curto espaço de tempo. Darcy Ribeiro impôs o ritmo das obras e os arquitetos optaram pela pré-fabricação.

Em 1962, Lucio Costa desenhou o plano de urbanização da cidade universitária. Já em 1963, um número especial da revista *Módulo*³ foi destinado à Instituição. Segundo matéria então publicada, o urbanismo do campus estava sob responsabilidade de Lucio Costa⁴, Jaime Zettel e Ítalo Campofiorito; enquanto os projetos arquitetônicos cabiam a Oscar Niemeyer, João Filgueiras Lima (Lelé), Sabino Barroso, Glauco Campelo, Virgílio Sosa Gomes, Evandro Pinto, Abel Accioly e Hilton Costa – todos “cariocas”⁵ e atuando no Ceplan. Embora

não citados pela *Módulo*, completavam o grupo de projetistas os arquitetos Alcides da Rocha Miranda e Sérgio Rodrigues.

Ainda em 1962, o campus começou a receber suas primeiras construções. Algumas provisórias, outras tantas definitivas. Era necessário construir muito e rapidamente. Teve início a primeira fase da arquitetura da UnB, caracterizada – sobretudo – pela experimentação e pela adoção e/ou desenvolvimento de peças estruturais pré-moldadas e de sistemas construtivos pré-fabricados em concreto aparente. Assim, foram executados: o Instituto Central de Ciências, ICC/”-Minhocão” (Oscar Niemeyer e Lelé); os cinco pavilhões de Serviços Gerais (Oscar Niemeyer e Lelé); os três pavilhões de Serviços Gerais (Lelé); os quatro blocos residências da chamada Colina Velha (Lelé); o protótipo habitacional (Oscar Niemeyer e Lelé); o ambulatório I do Centro Integrado de Ensino Médio (equipe do Ceplan); a sede do Instituto de Teologia (Oscar Niemeyer e Lelé); o conjunto de edificações da Faculdade de Educação (Alcides da Rocha Miranda); e os pavilhões Oca 1 e Oca 2 (adotando o sistema de arquitetura industrializado em madeira SR2, de Sérgio Rodrigues).

TRÈS BRUT

Em abril de 1964, a Universidade de Brasília foi invadida, desrespeitada e brutalizada. Os militares tomaram o poder. E lá se foi o reitor Anísio Teixeira, numa sucessão de atos de força, que

² O Curso de Arquitetura e Urbanismo estava organizado em três segmentos fundamentais: o da Composição e Planejamento, dirigido por Glauco Campello; o da Tecnologia, dirigido pelo próprio Lelé; e o da Teoria e História, dirigido por Edgar Graeff. Oscar Niemeyer era o coordenador geral e Ítalo Campofiorito o secretário executivo. A Alcides da Rocha Miranda coube a direção do Instituto Central de Artes.

³ Universidade de Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, n.32, mar., 1963, p.8.

⁴ Mais uma vez, numa condição *ad hoc*.

⁵ “Cariocas” no sentido de sua ligação direta com o arquiteto Oscar Niemeyer.

culminaram no desmonte da Instituição e, como dito, na demissão – em bloco – de cerca de 90% dos seus docentes. “No curso de arquitetura, o professor Edgar Graeff foi demitido e a totalidade dos professores se incorporou ao pedido coletivo de demissão”⁶, o que inviabilizou a continuidade das atividades de ensino e comprometeu os trabalhos em desenvolvimento no Ceplan.

Anos mais tarde, em 1968, Oscar Niemeyer refletiu sobre o episódio, argumentando que “politicamente, deveríamos ter ficado na universidade, marcando nossa presença resistente. Nosso pedido de demissão foi um ato pequeno-burguês...”⁷ Tal manifestação, de certa forma, referendou – ou abençoou⁸ – o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no sentido de reconstrução e reabertura do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Reconstrução e reabertura que implicaram na constituição de um novo corpo docente e que levou à substituição do grupo “carioca” de arquitetos por outro, hegemonicamente, “paulista”⁹. Os presidentes do IAB, Fábio Pentead e Eduardo Kneese de Mello, assumiram a missão política da reabertura. Um Grupo de Trabalho¹⁰ foi formado com profissionais oriundos de diferentes escolas do país e constituído por Miguel Pereira, Paulo Mendes da Rocha (logo substituído por Paulo de Mello Bastos), Paulo Magalhães, José Liberal de Castro e Neudson Braga. A escola foi reaberta em 4 de outubro de 1968. Miguel Pereira

assumiu a coordenação dos cursos do ICA/FAU – Instituto Central de Artes e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – e Pedro Paulo de Mello Saraiva passou a dirigir o Ceplan.

Como consequência, já partir de 1970, teve início o que podemos chamar de segunda fase da arquitetura da UnB. Uma arquitetura caracterizada pelo uso preponderante do concreto armado de forma bruta e expressiva. Um período marcado pelo abandono das experiências de pré-fabricação e pela execução *in loco* das peças estruturais e de vedação em concreto. Os precedentes – na grande maioria dos exemplos – deixaram de ser cariocas e voltam-se principalmente para a produção paulista. Sempre atenta, a professora Sylvia Ficher explica:

Quanto a Niemeyer, seus projetos do início da década de 1960 também indicam sua adesão à *manière brute*. São exemplos a Catedral, o Palácio do Itamaraty e o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília. Em outras palavras, ao longo da década de 1960, a recém-inaugurada Brasília começava a exibir obras brutalistas e se tornava um dos polos de difusão da nova tendência. Contudo, o principal centro de produção de arquitetura brutalista entre nós era São Paulo, dando origem a uma escola própria de grande influência nacional na década de 1970... Desse modo, ao percorrer Brasília, deparamo-nos com várias edificações representativas dessas duas vertentes do Brutalismo – a carioca e a paulista...¹¹

⁶ Segundo depoimento do arquiteto Fernando Burmeister para o Centro de Documentação da UNB.

⁷ NIEMEYER, Oscar. In. PEREIRA, Miguel. Sobre uma “arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola”. **Projeto**, São Paulo, n.74, 1985. p.67.

⁸ O arquiteto Miguel Pereira explica que todas as propostas do Grupo de Trabalho da UnB foram apresentadas e aprovadas por Oscar Niemeyer. **Projeto**, São Paulo, n.74, 1985. p.66.

⁹ Darcy Ribeiro fala que “Brasília, tal como fora concebida e estava sendo criada, representava o fruto mais maduro da *cultura-Rio*”. In. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.75.

¹⁰ Os trabalhos do GT foram acompanhados e aprovados pelos representantes dos estudantes: Roberto Martins Castelo, José Antônio Prates, Fernando José de Andrade, Tancredo Maia Filho e Mauro de Azambuja Villanova Neto.

¹¹ FICHER, Sylvia. **Guiarquiteturra Brasília**. São Paulo: Empresa das Artes, 2000. p.66.

¹² RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.36 e 41.

Na UnB, o prédio da Biblioteca Central (Miguel Pereira e José Galbinski) inaugurou a nova fase. A ele seguiram outros, todos de orientação brutalista, como o Restaurante Universitário (José Galbinski); a Reitoria (Paulo Zimbres); os blocos da Casa do Estudante (Léo Bonfim Júnior e Alberto Fernando Xavier); e o prédio da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (Matheus Gorovitz). Ainda nessa fase foram construídos o Núcleo de Medicina Tropical, a Faculdade de Ciências da Saúde e a Faculdade de Tecnologia, todos de Adilson Costa Macedo e Érico Siegmur Weidle, com orientação mais próxima do brutalismo inglês.

ARQUITETURA PRETENSIOSA, VITRINEIRA E TOLA?

Como dito, *UnB: invenção e descaminho* (1978) resultou de uma visita de Darcy Ribeiro ao campus da Instituição no final da década de 1970. Portanto, o criador pode constatar a vida universitária ocorrendo em muitos dos edifícios acima citados. Edificações executadas antes e durante o exílio do educador (1964-76). Antes e durante o regime militar (1964-85). Uma UNB, após quatorze anos de ausência, retratada com rancor em capítulo intitulado “A utopia vetada”:

A universidade, aparentemente, era aquele conjunto de prédios bons e ruins que eu via à luz do sol da tarde, primeiro de dentro do taxi do aeroporto, depois andando por toda

a parte. Belíssimo o Minhocão, que eu vi nascer das mãos de Oscar e de Lelé... Pena que a mediocridade e a inveja tenham privado Brasília da maior parte do que Oscar projetou para a Universidade. Penso, principalmente, na Praça Maior... Outro conjunto que eu queria muito e de que nada ficou do risco original de Oscar foi o Centro Olímpico... De tudo isso que poderia ter sido, só se salvou o Minhocão. Mas ao seu lado, quanta arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola...¹²

Ou seja, a arquitetura do “antes” – a de Oscar Niemeyer – era a boa, e a que foi construída “durante” – a dos outros – era a ruim.

A reação tardou. Só veio em 1985. Qualquer crítica ao texto poderia ser encarada com uma atitude de apoio aos militares ou uma contraposição à Oscar Niemeyer. Brasília estava comemorando 25 anos. No bojo das comemorações, coube mais uma vez a Miguel Pereira a tarefa da reconstrução. Em artigo publicado na revista *Projeto*, o arquiteto, indignado, afirmou:

O pluralismo das tendências arquitetônicas hoje objetivadas no campus da UnB, sim, faz pensar, positivamente, no diálogo aberto e necessário do movimento brasileiro de arquitetura. Porém, esse pluralismo incomoda a muita gente. Mas há que se concordar que essa experiência é mesmo pretensiosa, porque pretende enraizar esse fecundo e salutar pluralismo. É também vitrineira, porque quer fazer transparente o pensamento

e o talento dos professores ao nível mesmo de um compromisso com os estudantes, enquanto pesquisa e competência. Tola ou medíocre são conceitos apenas cabíveis na visão autoritária e possessiva do professor Darcy Ribeiro.¹³

Vejam os então, do conjunto de edifícios executados após a reabertura do curso de Arquitetura e Urbanismo (1968), alguns exemplos dessa arquitetura plural e brutalista (que deve ser compreendida e valorada em seu contexto, o da década de 1970).

Projetado em 1969 e inaugurado em 73, o prédio da **Biblioteca Central** é de autoria de Miguel Pereira, José Galbinski, Jodete Rios Sócrates e Walmir Aguiar, com colaboração de Milton

Ramos. Trata-se de um grande bloco de concreto aparente, de caráter tectônico e introvertido, quer dizer, que expressa claramente a sua relação com o solo e volta-se para o seu interior. O partido adotado sugere uma edificação oblonga engastada em uma outra, com maior altura e desenvolvimento transversal, o que resulta em uma construção tripartida no sentido longitudinal, com as extremidades (leste-oeste) mais baixas em relação à porção central, que é marcada e valorizada pelos pórticos de inspiração corbusieana (como os do Palácio da Assembleia de *Chandigarh*, 1962). Embora boa parte do prédio possua três pavimentos, tal leitura não se faz de maneira direta via exterior, uma vez que suas fachadas principais (norte e sul) são

¹³ PEREIRA, Miguel. Sobre uma “arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola”. *Projeto*, São Paulo, n.74, 1985. p.67.



Figura 2 – Biblioteca Central.
Fonte: CEDOC-UNB.

protegidas por grandes painéis verticais de concreto aparente, que funcionam como *brises-soleil*. Os gigantescos protetores estão conectados a delicados pontos de apoio – no solo e na laje curva de cobertura do pórtico –, de maneira a sugerir certa “leveza” e possibilidade de “movimento”. O interior apresenta espaços variados e modulados, criados em função das necessidades funcionais e de conforto ambiental da biblioteca, mas valorizados pelo criativo conjunto de móveis ou equipamentos fixos projetados também em concreto, em contraste permanente com as divisórias envidraçadas. Na Biblioteca Central da UnB, os arquitetos exploraram as possibilidades estruturais e plásticas do concreto armado, em um jogo simultâneo de sugestão e negação de leveza dos elementos propostos.

O **Restaurante Universitário** foi projetado por José Galbinski, com a colaboração Antônio Carlos Moraes de Castro, e executado de 1971 a 74. O edifício é intrigante e inovador. Intrigante por sua forma e concepção estrutural. Inovador por sua proposta original, que inverte a organização tradicional desse tipo de edifício, situando a cozinha no nível mais elevado da construção. Assim, temos uma “caixa” (por vezes cega) de concreto aparente, apoiada em um sistema rígido de pilares cruciformes e elevada cerca de três níveis em relação ao solo. No interior da “caixa” ficam a cozinha e os demais espaços de apoio – tudo preponderantemente ventilado e iluminado zenitalmente. A “caixa” empresta caráter atectônico ao conjunto e, competentemente, esconde o que não



Figura 3 – Restaurante Universitário. Fonte: CEDOC-UNB.

deve aparecer (dutos, exaustores, chaminés, etc.). Da “caixa” para baixo, tudo fica envidraçado, transparente, vazado e contínuo. Ou seja, os diferentes pavimentos de refeitórios foram distribuídos a cada meio-nível, e articulados por meio de rampas. O espaço resulta variado e muito agradável (uma vez protegido pelos longos beirais e/ou por *brise-soleil*). Uma edificação absolutamente gregária. Externamente, além dos jardins e espelhos d’água, o prédio é marcado por elementos plasticamente expressivos de circulação vertical (como a escada helicoidal da fachada sul), que interligam as duas caixas, a de concreto bruto e a de vidro: cozinha e refeitórios. Assim como o prédio da Biblioteca Central, o RU apresenta um criativo mobiliário fixo, projetado também em concreto.

O prédio da **Reitoria** foi projetado por Paulo de Mello Zimbres, com a colaboração de Érico Weidle, e executado de 1972 a 75. O edifício da Administração Central pode ser considerado como um dos mais importantes entre os que compõem o Campus Universitário. Uma construção de base quadrada, toda erguida em concreto armado aparente, que resulta do jogo inteligente entre os diferentes níveis de dois blocos retangulares paralelos e afastados entre si. Cada pavimento guarda um desnível de meio pé-direito em relação ao imediatamente inferior (que corresponde ao bloco adjacente), de maneira que um sistema de rampas transversais e contínuas interliga todos os níveis, no qual cada patamar corresponde a um pavimento. Entre os dois blocos, desenvolve-se um grande



Figura 4 – Reitoria. Fonte: CEDO-C-UNB.

¹⁴ FICHER, Sylvia. *Guiarquiteturra Brasília*. São Paulo: Empresa das Artes, 2000. p.163.

jardim, provido de rica vegetação e protegido por grelha de cobertura (ora vazada e ora cega). Para ele, voltam-se muitos dos espaços do prédio, o que garante ao conjunto jardins-rampas o aspecto de coação da edificação. Segundo o memorial que acompanha o projeto, a distribuição de funções no conjunto foi planejada a fim de garantir fluxo decrescente para os pavimentos superiores. Assim, os espaços – do ponto de vista simbólico ou hierárquico – considerados mais nobres ou importantes estão localizados nos níveis mais elevados, como o Gabinete do Reitor. O Salão de Atos e o Auditório Suspenso projetam-se sobre o jardim, anunciando suas funções e enriquecendo o ambiente. O volume do auditório é particularmente expressivo, já que suportado por tirantes fixados na estrutura de cobertura. O prédio da Reitoria apresenta ainda outras qualidades, entre elas a sua escala e o seu constante diálogo com o exterior. Na UnB, a Administração Central pode ser acessível por todos os lados. A arquitetura não propõe barreiras. Ao contrário, propõe um oásis no meio do cerrado. Conforme Sylvia Ficher:

Vazado para o exterior e integralmente construído em concreto armado, com exceção de divisórias e caixilhos, o edifício da Reitoria da UnB é um dos mais importantes exemplos de orientação brutalista na arquitetura brasileira da década de 1970... Esse partido é um desenvolvimento evidente, e de grande sensibilidade, do projeto de Villanova Artigas para a Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1961).¹⁴

O prédio da **Faculdade de Ciências da Saúde**, juntamente com o da Faculdade de Tecnologia, representam uma nova maneira de pensar e projetar espaços educacionais na UnB. Foi projetado, em 1973, por Adilson Costa Macedo e Érico Paulo Siegmur Weidle, com a colaboração de C. E. Roscoe, A. Villanova e C. M. Franci, e executado de 1978 a 80. Os arquitetos propuseram uma edificação que resulta da decomposição do programa de necessidades e da rejeição do partido fechado em volume único. Dessa forma, tem-se uma composição aditiva e aberta, caracterizada – entre outras coisas – pela complexidade das circulações que articulam os diferentes blocos funcionais e resolvem as diferenças topográficas dos respectivos lotes. Assim, no caso da Ciências da Saúde, conforme memorial que acompanha o projeto, os vários setores foram agrupados em um conjunto de unidades espaciais, dimensionadas a partir dos módulos de laboratórios, áreas-programa de pesquisa, setores administrativos e de serviços; e o sistema de agrupamento foi feito em função dos fluxos de circulação dos usuários. Trata-se de um complexo edificado, composto de três conjuntos paralelos de edificações, que se desenvolvem no sentido longitudinal, e que são interseccionados, transversalmente, por dois grandes eixos de circulação principal (gerando um esquema de dupla “espinha de peixe”). Em decorrência, entre os distintos volumes

edificados, temos sequências de surpreendentes pátios internos. O complexo foi implantado de maneira que, respeitando a configuração natural do terreno, cada um dos conjuntos funcionais apresenta solução distinta: a administração e os serviços em dois pavimentos, os laboratórios de pesquisa em outros dois e os laboratórios multidisciplinares em um outro nível. Todo o conjunto foi erguido com estrutura de concreto armado com vedações externas em alvenaria de tijolos aparentes. A volumetria do conjunto é marcada, ainda, pelo emprego constante de sistemas de proteção solar e de iluminação zenital do tipo *shed*.

Por sua vez, o conjunto da **Faculdade de Tecnologia**, também de Adilson Costa Macedo e Érico Siegmur Weidle, foi executado de 1974 a 77. Conforme memorial que acompanha o projeto, a implantação no terreno foi definida a partir do zoneamento dos vários setores de atividades e dos fluxos de circulação de usuários. Foram estudados os tipos de espaços mais adequados a cada atividade nos vários ambientes, sistematizando-se grupos de unidades espaciais básicas. Respeitando esses tipos, a implantação dos fluxos de circulação gerou uma forma aberta para o edifício. Trata-se de um complexo edificado, composto de quatro conjuntos paralelos de edificações (um administrativo e três didáticos), que se desenvolvem no sentido longitudinal, e que são interseccionados, transversalmente, por dois grandes eixos de circulação principal (gerando um esquema de dupla “espinha de peixe”). Em

decorrência, entre os distintos volumes edificados, temos sequências de pátios internos. O complexo foi implantado de maneira que, respeitando a configuração natural do terreno, cada um dos conjuntos funcionais distribui-se em um nível. Como no prédio da Faculdade de Ciências da Saúde, todo o conjunto foi erguido com estrutura independente de concreto armado com vedações externas em alvenaria de tijolos aparentes. A volumetria do complexo é marcada, ainda, pelo emprego constante de sistemas de proteção solar e de iluminação zenital do tipo *shed*. Segundo a professora Sylvia Ficher:

A Faculdade de Tecnologia oferece um dos ambientes mais agradáveis do campus, graças à integração de seus espaços internos e externos. O seu projeto, assim como o da Faculdade de Ciências da Saúde, afasta-se da tradição arquitetônica estabelecida por Oscar Niemeyer no campus, ao empregar uma linguagem típica do brutalismo inglês.¹⁵

O conjunto de edificações especialmente construídas para a FT é composto pelo prédio principal e por dois pavilhões adjacentes: o do Laboratório de Termociência e Metrologia Dinâmica e o do Laboratório Hidráulica e Estruturas. Ambos caracterizam-se pela singularidade volumétrica resultante da forma e sistema construtivo adotados. Os dois apresentam uma base composta pela repetição ritmada de peças descontínuas de alvenaria de tijolos aparentes (formando uma espécie de meandro). Tais bases são

¹⁵ FICHER, Sylvia. **Guiarquitetura Brasília**. São Paulo: Empresa das Artes, 2000. p.165.

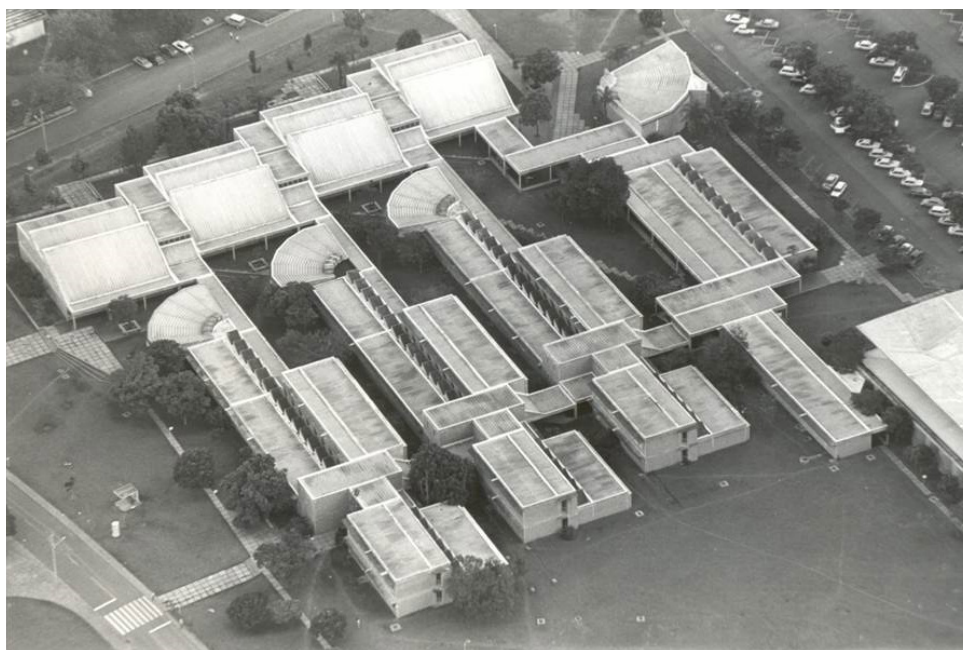


Figura 5 – Vista aérea do prédio principal da Faculdade de Tecnologia. Fonte: CEDOC-UNB.

responsáveis pela vedação, contenção e delimitação das áreas funcionais. Delas, brotam conjuntos articulados de parabolóides hiperbólicos de concreto armado que, ao se projetarem no exterior, cobrem os laboratórios. O de Termociência tem forma retangular e é coberto por oito parabolóides, enquanto o de Hidráulica é quadrado e coberto por nove peças.

O edifício da **Faculdade de Estudos Sociais Aplicados** foi projetado por Matheus Gorovitz, com a colaboração Maurício Azeredo. Executado no final da década de 1970, foi inaugurado em 1982, portanto após a publicação do livro de Darcy Ribeiro. Mesmo assim, deve ser mencionado entre os que ilustram o segundo momento da arquitetura da UnB. Para o observador apressado, trata-se de um prédio de dois pavimentos em forma

de “U”, que delimita um pátio rebaixado. Já para o observador atento, o prédio pode significar algo mais. Primeiro, porque os arquitetos retomam o tema do pátio central e, a partir dele, estabelecem um processo de construção e definição da forma arquitetônica. Segundo, porque ao assumirem tal processo aproximaram-se da história da arquitetura e da obra de Le Corbusier – particularmente do Monastério de *La Tourette* (1957-1960). A origem da forma de ambos os projetos é o claustro monástico tradicional, quadrado e fechado em todos os lados. Claustro deformado e decomposto, de maneira a gerar uma ruptura entre suas partes. No caso desse prédio, o processo resultou na definição de três blocos funcionais que guardam certo paralelismo com as vias de acesso. Um primeiro bloco, com a forma de um “L”, para

abrigar a administração e os professores; um segundo, retangular, para as salas de aula; e um terceiro, poligonal irregular, para o auditório. O pátio com piso rebaixado é rico e trabalhado, mas permanece contido entre os elementos construídos. A circulação é periférica aos blocos e voltada para o pátio. Uma passarela metálica fecha (ou liga) a composição de maneira a reconstruir o tipo original. As fachadas externas são marcadas e protegidas por placas de concreto aparente: painéis horizontais na fachada leste e grandes abas na fachada oeste. O prédio é introvertido. Um bom exemplo de como usar a história para construir o novo.

CONCLUSÃO - VÍCIO IDEOLÓGICO

O texto de Darcy Ribeiro expõe claramente duas interpretações errôneas e que tem permeado a história (e a parca crítica) da arquitetura brasileira, especialmente a escrita sobre as obras produzidas a partir da década de 1930: a ideia de uma qualidade compulsória das obras de Oscar Niemeyer e a condenação sumária de toda a produção arquitetônica desenvolvida durante o regime militar.

Darcy Ribeiro resume claramente a primeira interpretação: “foram necessárias décadas de acumulação cultural para que a cidade do Rio de Janeiro produzisse Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Só porque contávamos com eles é que a criação de Brasília não foi um fiasco”.¹⁶ Complementa e explica o educador:

Imagina-se, agora, o horror que seria Brasília edificada no estilo do Ministério da Fazenda, ou do Ministério da Guerra, ou do Ministério do Trabalho, do Rio de Janeiro. Seria um fiasco mundial! O que salvou foi Juscelino, que tinha a grandeza necessária para, enfrentando toda a mediocridade que anda por aí, entregar a Oscar Niemeyer a tarefa de arquitetar a nova capital...¹⁷

Conforme a lógica e o juízo de valores de Darcy Ribeiro, seria possível concluir que, assim como as edificações arte-déco não eram suficientemente boas para Brasília, os edifícios brutalistas da década de 1970 não serviam para a UnB.

A segunda interpretação diz respeito à pretensa falta de qualidade do que foi construído após o golpe de 1º de abril de 1964. E pode ser justificada pelo simples fato de que elogiar ou reconhecer qualidade em uma obra executada durante o regime militar poderia ser interpretado como uma demonstração de aprovação ou simpatia à ditadura. Miguel Pereira contextualiza:

É necessário registrar, ainda, que naquela época era superlativamente sabido pelo IAB e pela comunidade dos arquitetos, que havia um problema ético-profissional a ser superado, e também ideológico, já que, pelo regime autoritário inaugurado em 1964, não tínhamos nenhuma simpatia...¹⁸

Assim, as obras da UnB da década de 1970, mesmo que “abençoadas” por Oscar Niemeyer e com qualidades

¹⁶ RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.75.

¹⁷ RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. p.76.

¹⁸ PEREIRA, Miguel. Sobre uma “arquitetura pretenciosa, vitrineira e tola”. **Projeto**, São Paulo, n.74, 1985. p.67.

¹⁹ PEREIRA, Miguel. Sobre uma “arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola”. **Projeto**, São Paulo, n.74, 1985. p.67.

inquestionáveis, foram condenadas. O problema é que tal condenação não ficou restrita à Universidade, estendendo-se a outras obras brutalistas importantes. É o caso do Oratório do Soldado, de Milton Ramos (1972); da sede do Departamento Nacional de Rodagem (DNER), de Rodrigo Lefèvre (1974); e o Edifício Dataprev, de Lelé (1977), entre outras.

Certo estava Miguel Pereira:

O lamentável é que o Professor [Darcy Ribeiro], sob o peso dessa sua emoção, tenha cometido irreparável agressão aos professores [da UnB] ... E não importa que isto tenha acontecido por desinformação, paixão irrefletida, vício ideológico, cacete olimpiano ou mágoa de narciso. Importante é que seu depoimento está registrado em livro, divulgado e conhecido, e que por isso merece reparos...¹⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FICHER, Sylvia. **Guiarquitetura Brasília**. São Paulo: Empresa das Artes, 2000.
 Universidade de Brasília. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.32, mar., 1963.
 PEREIRA, Miguel. **Arquitetura e os caminhos de sua explicação**. São Paulo: Projeto, 1984.
 PEREIRA, Miguel. **Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional**. São Paulo: Pini, 2005.
 PEREIRA, Miguel. Sobre uma “arquitetura pretensiosa, vitrineira e tola”. **Projeto**, São Paulo, n.74, p.65-67. 1985.
 RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
 ROSSETTI, Eduardo. **Arquitetura de Brasília**. Brasília: ITS, 2012.
 SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Um registro necessário**. Brasília: Ceplan-UnB, 2006.
 UNB. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Brasília: EdUnB, 1962.

ANDREY ROSENTHAL SCHLEE – Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012 a 2019).
 andreyrosenthal@gmail.com.

CONEXÕES INTERNACIONAIS: ARQUITETURAS ESTRANGEIRAS EM BRASÍLIA*

Sylvia Ficher

Paulo Roberto Alves dos Santos

Resumo

Poucos se lembram ou sequer se dão conta, mas graças ao status de Capital Federal, Brasília é possuidora de um excepcional acervo de arquitetura estrangeira, quase todo ele constituído por complexos diplomáticos. Localizado nos Setores de Embaixadas Sul e Norte, neles se encontram, além das representações nacionais, diversos organismos internacionais. Ampliando o interesse cultural, em suas edificações estão abrigadas significativas coleções de obras de arte, assim incorporadas ao patrimônio da cidade.

Na perspectiva urbana, estes dois setores findaram por ser uma grande exposição de obras de profissionais de renome, verdadeiro ponto de encontro do pensamento arquitetônico internacional, no qual predominou a expressão brutalista. A lista de edifícios e seus autores é extensa, o que explica a grande variedade de soluções adotadas, em que é sempre possível distinguir características típicas do país de origem. Mas há também diferentes graus de ênfase. Em grande parte das embaixadas prevalece a intenção de refletir a modernidade tanto de seu próprio país como a de Brasília; em algumas delas, no entanto, o objetivo é dar destaque à arquitetura tradicional e, finalmente, há aquelas em que ambas as alternativas foram harmonizadas ou convivem – bem ou mal – lado a lado.

Examinando este conjunto, começando com os exemplos de mais evidente caráter moderno, não surpreendentemente que os projetos mais significativos sejam aqueles dos países europeus e americanos. Entre os primeiros, destacam-se as embaixadas da Alemanha (1964-1971), de Hans Scharoun; da França (1972-1974), de Guillermo Jullian de la Fuente; Portugal (1972-1978), de Raul Chorão Ramalho; e da Itália (1973-1976) de Pier Luigi Nervi.

Quanto às representações latino-americanas, dentre as mais relevantes estão as embaixadas do Peru (1973-1974), de Jacques Crousse e Jorge Paez; do México (1973-1976), de Teodoro González de León, Abraham Zabludovisky e José Francisco Serrano; do Chile (1974-1977), de Juan Echenique Guzmán e José Cruz Covarrubias; do Uruguai (1978-1980), de Mario Paysse Reyes. Recentíssima foi a inauguração da embaixada argentina (1994-2011), projetada pelo Estudio MSGSSS.

Menos ligadas ao Movimento Moderno, algumas embaixadas têm como principal característica a referência à cultura tradicional dos seus países. Bons exemplos desta orientação são as embaixadas da Turquia (1977), de İlhami e Cetin Ural; da República da Coreia (1973), de Chang Sik Han; e do Marrocos (1981), de Mustafa Zeghari. Um último grupo particularmente interessante é aquele das embaixadas que buscam em sua expressão arquitetônica combinar uma estética moderna com a tradição nativa – muitas vezes resultando na convivência de edificações apresentado linguagens distintas. Este é o caso da embaixada do Japão (1970-72 e 1976), construída em duas etapas, projetadas respectivamente por Yoshimi Ohashi e Fumihiko Maki.

* Trabalho apresentado no 9º Seminário DOCOMOMO Brasil, Brasília, 2011.

Presenças diferenciadas são a representação da Espanha (1972-1976), de Rafael Leoz, e o conjunto de embaixadas dos países nórdicos, todas proximamente agrupadas: Suécia (1974), de Helge Zimdal; Dinamarca (1971-1976), de Jørgen Bo; Finlândia (1974), de Jonas Cedercreutz; e Noruega (1974), de John Engh e Jon Seip.

Por fim, cabe salientar que os setores de embaixadas ainda não estão inteiramente ocupados. Muitos países ainda mantêm lotes vagos, outros estão aguardando a doação de terras. Algumas representações estão com suas obras em andamento; este é o caso da sede do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, projetado por Gomes Machado Arquitetos Associados e Paulo Bruna Arquitetos Associados em 2004.

Palavras-chave: embaixada. representação estrangeira. arquitetura brasiliense.

Abstract

Few remember or even realize, but thanks to its status as Federal Capital, Brasilia has a major assortment of foreign architecture, almost all of it diplomatic complexes. Located in the so-called Embassies Sectors South and North, in addition to national representations, these two sectors are home to several international institutions. Expanding their cultural interests, these buildings house significant collections of works of art, thus incorporated to the city assets.

In the urban perspective, these sectors are a great international fair of works by renowned professionals, and a meeting point of world architectural thought, in which a Brutalist expression predominates. The list of buildings and their authors is extensive, which explains the variety of solutions adopted; however, it is always possible to distinguish the typical characteristics of the country of origin. But there are also different degrees of emphasis. Largely prevails these embassies intended to reflect both the modernity of their own countries and of Brasilia, but sometimes the aspiration is to highlight their traditional architecture. Lastly, there are those in which both alternatives were harmonized or packed together—well or poorly—side by side.

Examining this ensemble, starting with the most obvious examples of modern nature, not surprisingly the most significant designs are those of European and Latin American countries. Among the former, there are outstanding embassies as those of Germany (1964-1971), by Hans Scharoun; France (1972-1974), by Guillermo Julian La Fuente; Portugal (1972-1978), by Raul Chorão Ramalho; and Italy (1973-1976), by Pier Luigi Nervi.

As to the Latin-American representations, among the most relevant are the embassies of Peru (1973-1974), by Jacques Crousse and Jorge Paez; Mexico (1973-1976), by Teodoro González de León, Abraham Zabludovisky and José Francisco Serrano; Chile (1974-1977), by Juan Echenique Guzman and Jose Cruz Covarrubias;

and Uruguay (1978-1980), by Mario Reyes Paysse. The Argentinean Embassy (1994-2011), designed by Studio MSGSSS, was recently inaugurated.

Less identified with the Modern Movement, some embassies have as main aim the reference to the traditional culture of their countries. Good examples of this approach are the embassies of Turkey (1977), by İlhami and Cetin Ural; Republic of Korea (1973), by Chang Sik Han; and Morocco (1981), by Mustafa Zeghari. A last group is particularly interesting: that of embassies seeking in their architectural expression to combine a modern aesthetic with their native country tradition—often resulting in the coexistence of buildings presenting quite different languages. This is the case of the Embassy of Japan (1970-72 and 1976), built in two stages, designed respectively by Yoshimi Ohashi and Fumihiko Maki.

A differentiated presence is the representation of Spain (1972-1976), by Rafael Leoz, and the ensemble of the Nordic countries embassies, all closely grouped: Sweden (1974), by Helge Zimdal; Denmark (1971-1976), by Jørgen Bo; Finland (1974), by Jonas Cedercreutz; and Norway (1974), by John Engh and Jon Seip. To conclude, it should be noted that the embassy sectors are not fully occupied. Many countries still maintain vacant lots, others are waiting for a land grant. Some representations are with their works in progress, as in the case of the United Nations Program for Development headquarters (2004), by Gomes Machado Associated Architects and Paulo Bruna Associated Architects.

Key-words: embassy; foreign representation; Brutalist architecture.

Poucos se lembram ou sequer se dão conta, mas graças ao status de Capital Federal, Brasília é possuidora de um excepcional acervo de arquitetura estrangeira, quase todo ele constituído por complexos diplomáticos. Localizado nos Setores de Embaixadas Sul e Norte, neles se encontram principalmente legações nacionais, das quais a primeira a ser concluída foi a da Iugoslávia, inaugurada já em 1965. Atual **Embaixada da Sérvia e Montenegro**, foi projetada por Alexander Brezovski e é representativa da estética de formas ortogonais do modernismo dos primeiros anos da cidade.

Mas lá se encontram também diversas instituições internacionais, como a **Organização Pan-Americana da Saúde** (1971), projetada pelo eminente arqui-

teto uruguaio Román Fresnedo Siri, também autor de sua sede em Washington (1965). Ou, mais recente, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento** (1994), projeto de José Galbinski constituído por dois blocos em L de esmerado detalhamento.

Aqui já vale destacar um traço curioso: a participação de arquitetos brasileiros, seja na condição de projetista principal, seja como responsável pelo detalhamento e execução da obra. Realização de grande sucesso é a discreta **Embaixada dos Países Baixos** (1964-74), projeto de Henrique Mindlin – um dos premiados no concurso para a escolha do plano piloto da nova Capital em 1957 – que se destaca pela concisão de suas linhas modernas.

Figura 1 – Embaixada da Sérvia e Montenegro, Alexander Brezovski, 1965. Foto: RNLatvian; Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/38472496>



1

Figura 2 – Organização Pan-Americana da Saúde, Román Fresnedo Siri, 1971. Fonte: <http://www.onu.org.br/organizacao-pan-americana-da-saude-completa-110-anos/>



2

Figuras 3 e 4 – Embaixada dos Países Baixos, Henrique Mindlin, 1964-74. Fotos de Edgard Cesar; Fonte: <http://www.portalad.com.br/brasilia/projetos/621/embaixada-dos-paises-baixos/>



3



4

Igualmente a **Embaixada da República da África do Sul** (1970-74), projeto de Ítalo Campofiorito; a **Embaixada do Líbano** (1973), de Miguel Badra Jr; e a **Embaixada do Senegal** (1974-77), de Wilson Reis Netto. (Figura 5 e 6)

Contando com a colaboração de brasileiros pode-se citar a **Embaixada da Bélgica** (1970-74), de Nikolas Fikoff e Paulo Antunes Ribeiro; a **Embaixada da Polônia** (1971-73), de Andrzej Dzierzawki, Zbigniew Pawelski e Halina Swiergocka-Kaim, com Elvin Mackay Dubugras; e a **Embaixada do Egito**

(1975-78), de Taher Said-Fadl, Gladson da Rocha, Paulo Magalhães e Durmar Martins.

Na perspectiva urbana, estes dois setores findaram por se tornar uma grande exposição de obras de profissionais de renome, verdadeiro ponto de encontro do pensamento arquitetônico internacional. A lista de edifícios e seus autores é extensa, o que explica a grande variedade de soluções adotadas – ainda que predomine a expressão brutalista –, em que é sempre possível distinguir traços típicos do país de origem. Mas há



5



6



7

Figura 5 – Embaixada do Líbano (1973), Miguel Badra Jr. Fonte: Paulo Roberto Alves dos Santos, 2005.

Figuras 6 e 7 – Embaixada do Senegal, Wilson Reis Netto, 1973. Fonte: Paulo Roberto Alves dos Santos, 2005.

Figura 8 – Embaixada do Egito, Taher Said-Fadl, Gladson da Rocha, Paulo Magalhães e Durmar Martins, 1975-78. Fonte: <http://www.opengate.com.br/embegito/>.

Figura 9 – Embaixada da República Tcheca, Karel Filsak, Karel Bubeníček, Jan Šrámek e Jiří Louda, 1963-65. http://www.mzv.cz/jnp/cz/o_ministerstvu/budovy_architektura/nase_budovy_v_zahranici/brazilie_prvni_projekt_velvyslanectvi_z.html.

Figura 10 – Embaixada da Eslováquia, 1973-76. Foto: RNLatvian. Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/38404635>.

Figura 11 e 12 – Residência oficial, Embaixada da Alemanha, Hans Scharoun, 1969. Fonte: Bundesamt für Baumwesen und Raumordnung.



8



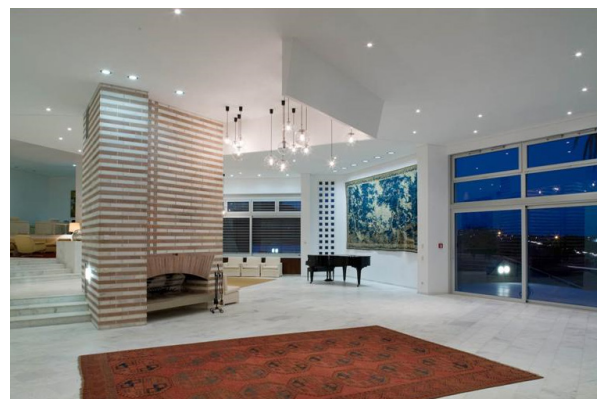
9



10



11



12

também diferentes graus de ênfase. Em boa parte das embaixadas prevalece a intenção de refletir a modernidade tanto de seu próprio país como a de Brasília; em algumas delas, no entanto, o objetivo é dar destaque à arquitetura tradicional e, finalmente, há aquelas em que ambas as alternativas foram harmonizadas ou convivem – bem ou mal – lado a lado. Ampliando o interesse cultural, nessas edificações estão abrigadas significativas coleções de obras de arte, assim incorporadas ao patrimônio da cidade.

Porém não é só arquitetura que nelas se lê; há também circunstâncias políticas aqui registradas. Veja-se o caso da antiga **Embaixada da Tchecoslováquia**: suas instalações foram construídas em duas etapas: inicialmente a chancelaria e a residência para o corpo diplomático (1963-65), projetadas pelos arquitetos Karel Filsak, Karel Bubeníček, Jan Šrámek e Jiří Louda, e por fim a residência do embaixador, com pequeno auditório (1973-76), cujo autor não foi identificado. Com o desmonte dos governos comunistas do leste europeu em fins da década de 1980 e consequente divisão do país em 1993, o conjunto foi redistribuído, ficando a **Embaixada da República Tcheca** instalada, desde então, na edificação destinada à residência do corpo diplomático. Para a **Embaixada da Eslováquia** ficaram a chancelaria e a residência do embaixador.

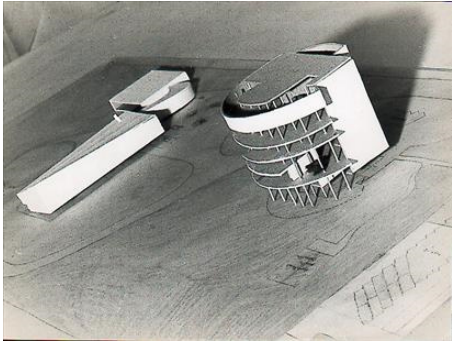
*

Examinando este conjunto, começando com os exemplares de mais evidente

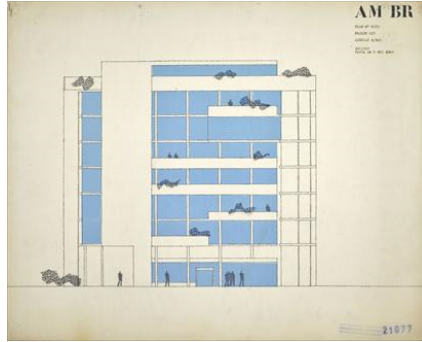
feição moderna, não surpreendentemente as realizações mais significativas são aquelas de países europeus e americanos.

Entre os primeiros, uma obra excepcional é a **Embaixada da Alemanha** (1964-71), projeto de um dos grandes mestres da arquitetura moderna, Hans Scharoun. Este é o seu único trabalho fora da Alemanha e foi concebido precisamente à época de duas de suas realizações mais elogiadas – a sede da Orquestra Filarmônica (1956-1963) e um dos prédios da Biblioteca Nacional (1964-1978), ambos em Berlim. A embaixada é constituída pelo departamento de assuntos estrangeiros, a residência oficial e várias casas para o corpo diplomático, e demonstra à perfeição a arquitetura exuberante e pouco ortodoxa de seu autor, ressaltada pelos jardins de Roberto Burle Marx. Como reconhecimento de suas qualidades, integra o patrimônio histórico e artístico alemão.

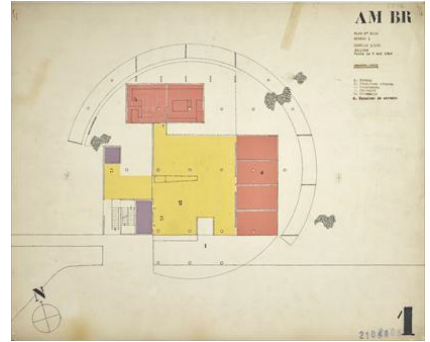
A **Embaixada da França** (1972-74) tem uma história curiosa – detalhadamente contada no livro *Embaixada da França* (2009), organizado por Colette di Matteo e Jean-Martin Tidor –, em que mais uma vez Le Corbusier perdeu a oportunidade de ter uma obra sua em solo brasileiro. O estudo preliminar que apresentou em 1963, famoso pela inclusão de um edifício com oito andares, findou por ter seu desenvolvimento adiado por toda ordem de razões. Com o falecimento do mestre franco-suíço em 1965, seu associado, o chileno Guillermo Jullian de la Fuente, foi convidado para dar continuidade à tarefa. Devido a sérias



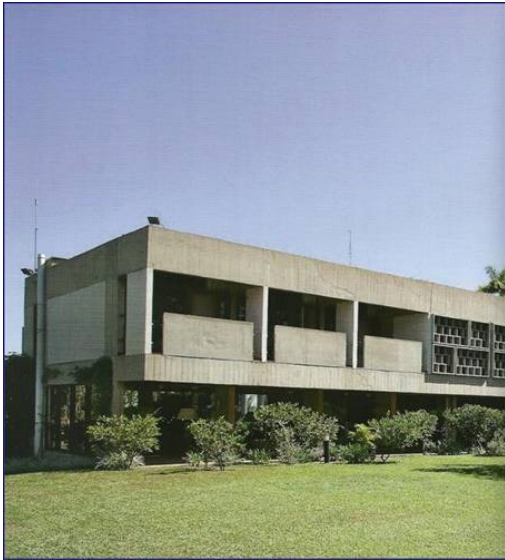
13



14



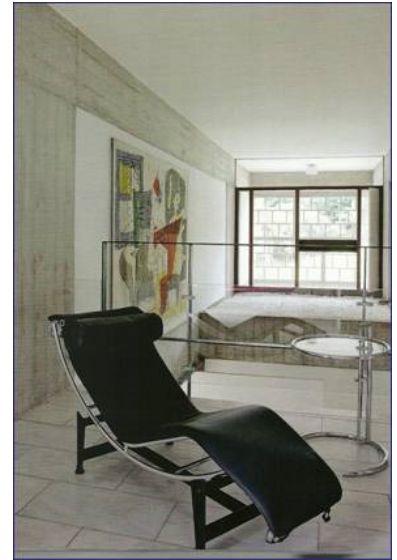
15



16



17



18



22



23



Figura 19 – Guillermo Jullian de la Fuente, Embaixador Antoine Pouillieute, Ernesto Silva e Martin Boyer na Embaixada da França, 2007. Fonte: Sylvia Ficher.

mudanças no programa, este elaborou um novo projeto, de grande beleza, constituído por diversos blocos, todos articulados entre si e com seus espaços interiores requintadamente decorados por Michel Boyer e integrados aos jardins. Seja como for, a presença de Le Corbusier foi garantida pela incisiva adoção de uma estética brutalista e pela presença de uma de suas tapeçarias, *Bogotá*, ornando a residência do embaixador. Em 2007, o conjunto passou por uma renovação feita sob a supervisão de seus autores, ocasião em que visitaram a obra.

Por compreensíveis razões históricas, a **Embaixada de Portugal** (1972-1978) é aquela mais próxima do Eixo Monumental, concebida por Raul Chorão Ramalho. Impecável exemplar da arquitetura brutalista da década de setenta, contida em um único volume regular elevado sobre pilares e protegido por abas verticais de concreto aparente nas fachadas do piso superior, o edifício se integra por todos os lados a generosos jardins.

Até mesmo o arrojado Estúdio Nervi deixou a sua marca em Brasília, graças à **Embaixada da Itália** (1973-1976). Como seria de esperar, a solução adotada pelo próprio Pier Luigi Nervi é fortemente determinada pela concepção estrutural. O edifício é organizado em um único bloco de grandes proporções, elevado sobre uma série de robustos pilares, cada um deles abrindo-se em quatro ramos, e recobrimdo parcialmente um extenso espelho d'água e amplos jardins internos, projetados pelo paisagista Ney Ururahy Dutra. Em um gesto de ami-

zade, a embaixada abriga quatro grandes pinturas de Candido Portinari.

Mesmo que de modestas dimensões, a discreta **Embaixada da Suíça** (1977), projetada pela equipe de Hans e Annermarie Hubacher, é típica da arquitetura brutalista dos anos setenta, acrescida de excepcional qualidade de construção e acabamentos. Se Nervi, por que não George Candilis? Em seu projeto para a **Embaixada da Grécia** (1980) – desenvolvido por José Galbinski –, a chancelaria, o consulado e a residência do embaixador foram abrigados em um único volume de linhas ortogonais, interligados por amplas passarelas, pátios internos e jardins suspensos. O revestimento dominante é o mármore branco.

Um dos poucos exemplos de pós-modernismo em Brasília, a **Embaixada da Grã-Bretanha** (1978-83), projetada por Alfred Coutts, é constituída por inúmeras edificações, articuladas por jardins também do paisagista Ney Ururahy Dutra. Dentre elas, destaca-se o auditório – uma pirâmide pousada em um espelho d'água, que se reflete no pano de vidro da fachada da chancelaria.

*

Quanto às representações americanas, nelas predomina indiscutivelmente a expressão brutalista. Devido à sua estrutura, formado por pilastras e lâminas inclinadas de concreto armado, a **Embaixada do Peru** (1973-1974), de Jacques Crousse e Jorge Paez, possui uma intrigante volumetria.

Figuras 13, 14 e 15 – Estudo preliminar para a Embaixada da França, Chancelaria, Le Corbusier, 1963. http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5578&sysLanguage=fr-fr&itemPos=1&itemSort=fr-fr_sort_string1&itemCount=5&sysParentName=Home&sysParentId=11

Figuras 16, 17 e 18 – Embaixada da França, Guillermo Jullian de la Fuente, interiores de Marcel Boyer, 1972-74. Fotos: Tuca Reinés; Fonte: Colette di Matteo e Jean-Martin Tidor, 2009.

Figura 20 – Embaixada de Portugal, Raul Chorão Ramalho, 1972-78. Fonte: Paulo Roberto Alves dos Santos, 2005.

Figura 21 – Embaixada da Itália, Estúdio Nervi, 1973-76. Fotos: Joana França, 2011.

Figura 22 – Embaixada da Grécia, George Candilis, 1980. Fonte: Paulo Roberto Alves dos Santos, 2005.

Figura 23 – Embaixada do Reino Unido, Alfred Coutts, 1978-83. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=90612206>.



24



25



26



27



28



29

Figura 24 – Embaixada do Peru, Jacques Crousse e Jorge Paez, 1973-1974. Foto: RNLatvian; Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/38405660>.

Figuras 25 e 26 – Embaixada da Colômbia, Cesar Barney, 1979-81. Fotos: Edgard Cesar; Fonte: <http://www.portalad.com.br/brasilia/projetos/607/embaixada-da-colombia/>

Figura 27 – Embaixada do México, Teodoro G. de León, Abraham Zabludovski e J. F. Serrano, 1974. Fotos: Joana França, 2011.

Figura 28 – Embaixada da Argentina, Estudio MSGSSS, 1994-2011. Fonte: <http://brasilterraquerida.bligoo.com/content/view/5213151/Cristina-Kirchner-inaugurou-Embaixada-Argentina-no-Brasil.html>

Figura 29 – Embaixada do Canadá, Thompson, Berwick, Pratt & Partners, 1970-78. Foto: Joana França, 2013.

A **Embaixada do Chile** (1974-1977), dos destacados arquitetos Juan Eche-
nique Guzmán e Jose Cruz Covarru-
bias – autores do projeto da embaixada
chilena na Argentina (1966-69) – está
organizada em dois blocos independen-
tes, cujas áreas internas se desenvolvem
em torno de amplos jardins de inverno.
Uma curiosidade é a cobertura revestida
por chapas de cobre, uma das maiores
riquezas do país. A arquitetura elegante
da **Embaixada do Uruguai** (1978-1980),
uma excelente representante das obras de
seu autor, Mario Paysse Reyes, é outro
exemplo do uso extensivo de concreto
aparente. Projetada por Cesar Barney,
arquiteto colombiano então há muito
radicado em Brasília, a sóbria **Embaixa-
da da Colômbia** (1979-81) é constituída
pelos dois blocos da chancelaria e, sepa-
rada por espelho d'água, pela residência
do embaixador, também predominando o
emprego do concreto aparente.

Indiscutivelmente, a **Embaixada do
México** (1973-1976), de Teodoro Gon-
zález de León, Abraham Zabludovisky e
José Francisco Serrano, é uma das mais
imponentes do setor. O complexo é com-
posto por chancelaria, residência oficial
e oito casas geminadas, e está posicio-
nado de tal modo que os elementos da
paisagem escondem parcialmente todas
as edificações. Isso se aplica em especial
à chancelaria, concebida de modo a ter
suas fachadas laterais ocultas por altos
taludes gramados, nos quais se apóiam
grandes vigas de concreto armado
protendido, dando forma a um monu-
mental pórtico de acesso. No seu saguão

pode ser vista uma excelente coleção de
objetos representativos da arte mexicana.
De nota, esta é a única embaixada que,
deixando de lado questões de segurança,
está aberta para o espaço público à sua
frente.

Recentemente inaugurada, a **Embai-
xada da Argentina** (1994-2011), projeta-
da pelo Estudio MSGSSS, dos arquitetos
Flora Manteolo, Javier Sánchez Gómez,
Josefa Santos, Justo Solsona e Carlos
Sallaberry, é representativa de tendên-
cias internacionais mais adequadamente
rotuladas de neobrutalismo.

Exceção neste conjunto, diferencia-se
a **Embaixada do Canadá** (1970-78),
projeto de Thompson, Berwick, Pratt and
Partners, pelo caráter moderno, porém
não brutalista. Nela foi enfatizada uma
composição dinâmica de volumes orto-
gonais, conectados por caminhos abriga-
dos sob pérgulas de madeira e vidro. A
evidente preocupação com o controle das
condições ambientais resultou no empre-
go de treliças de madeira que integram
jardins internos e espelhos d'água aos
ambientes de suas diversas dependências.
Novamente, destaca-se o paisagismo de
Ney Ururahy Dutra.

*

Ainda que menos vinculadas ao
Movimento Moderno, mas não menos
de sabor brutalista, algumas representa-
ções têm como principal característica
referências à cultura tradicional do seu
país. Essa intenção está claramente plas-
mada na **Embaixada da Turquia** (1977).

Figura 30 – Embaixada da Turquia, İlhami e Cetin Ural, 1977. Foto: Joana França, 2011.

Figura 31 – Embaixada da Coréia, Chang Sik Han, 1973. Foto: Joana França, 2011.

Figuras 32 e 33 – Embaixada do Marrocos, Mustafá Zeghari, 1981-92. <http://www.anualdesign.com.br/brasil/projetos/620/embaixada-do-marrocos/>

Figura 34 – Embaixada do Japão, Fumihiko Maki, 1976. Foto: RNLatvian; <http://www.panoramio.com/photo/38450911>

Figura 35 – Embaixada da Espanha, Rafael Leóz, 1972-76. Foto: Joana França, 2011.



30



31



32



33



34



35

O projeto, de İlhami e Cetin Ural, foi escolhido em um concurso público, cujo edital expressamente recomendava o uso de traços típicos da arquitetura vernácula.

A **Embaixada da República da Coreia** (1973), projetada por Chang Sik Han, é outro exemplar de arquitetura nativista, opção indicada especialmente em seu imponente portão de entrada.

Do mesmo modo, a **Embaixada de Marrocos** (1981-92), de Mustafa Zeghari, traz em suas formas, materiais e cores, uma evidente referência à cultura do noroeste da África. Constituído por chancelaria, residência do embaixador e três residências para funcionários, o complexo exibe uma riqueza de detalhamento, uma qualidade de materiais e um requinte de mão-de-obra incomuns na cidade.

*

Um último grupo particularmente interessante é aquele das representações que buscam em sua expressão arquitetônica combinar uma estética moderna com a tradição nativa de seu país – muitas vezes fazendo conviver edifícios concebidos em linguagens muito distintas. Este é o caso da **Embaixada do Japão**. De 1970 a 1972 foram construídos os seus escritórios, abrigados em um pavilhão de forte caráter vernáculo, projetado por Yoshimi Ohashi. Em 1976, o conjunto foi acrescido da chancelaria e da residência do embaixador, ambos em linhas modernas, projetado pelo prolífico arquiteto Fumihiko Maki, detentor do Prêmio Pritzker de 1993.

Projetada por David Resnik, arquiteto brasileiro que se radicou na Palestina em

1947, a **Embaixada de Israel** (1974-75) segue a mesma tendência de conjugar arquitetura moderna e vernácula, na linha do regionalismo crítico. A **Embaixada da Espanha** (1972-1976) é um dos edifícios mais distintivos do setor, e ápice das pesquisas desenvolvidas por seu autor, o aclamado arquiteto Rafael Leoz. Composta pelo agrupamento de módulos de planta hexagonal semelhante, mas de diferentes alturas, apesar de sua evidente expressão modernista, a sua organização espacial, em particular os pátios internos com fontes revestidas por azulejos decorados em estilo mourisco, traz à memória a arquitetura tradicional espanhola.

*

Uma presença excepcional é aquela dos países nórdicos, cujas representações estão agrupadas em uma mesma quadra. Elas são a **Embaixada da Suécia** (1974), de Helge Zimdal; a **Embaixada da Dinamarca** (1971-1976), de Jørgen Bo; a **Embaixada da Finlândia** (1974), de Jonas Cedercrutz – onde se pode apreciar um mural de Alvar Aalto –; e a **Embaixada da Noruega** (1974), de John Engh e Jon Seip. Todas elas seguem um mesmo padrão: estão organizadas em várias edificações, sempre empregando uma única solução construtiva e uma mesma linguagem arquitetônica, diferindo apenas em suas dimensões. Outra característica comum é o cuidado paisagismo.

Finalmente, deve-se salientar que os setores de embaixadas ainda não foram integralmente ocupados. Muitos países instalaram-se em diferentes bairros da



36



37



38

Figura 36 – Embaixada da Dinamarca, Jørgen Bo, 1974. Foto: Joana França, 2011.

Figuras 37 e 38 –Primeiro edifício do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, Lúcio Gomes Machado, Paulo Bruna, José Alfredo Queiroz dos Santos, Pedro Bruna e James Smaul, 2004-12. Fotos: Nelson Kon; Fonte: Paulo Bruna Arquitetos Associados.

cidade, enquanto outros ainda têm lotes vagos ou estão aguardando a doação de terras. Além daqueles que estão com suas obras em andamento. Este é o caso da sede do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, projetado por Gomes Machado Arquitetos Associados e Paulo Bruna Arquitetos Associados

em 2004. Em 2011 a proposta foi ampliada, de modo a contemplar a realização do Parque das Nações Unidas, complexo cuja primeira edificação foi concluída em 2012. O que permite fechar esta promenade internacional em uma nota otimista, com uma obra de alta qualidade arquitetônica e excepcional desempenho ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- di Matteo, Colette; Tidor, Jean-Martin (org.). Embaixada da França. São Paulo: IOESP, 2009.
- Ficher, Sylvia; Batista, Geraldo Sá Nogueira. GuiArquitetura Brasília. São Paulo: Empresa das Artes e Editora Abril, 2000.
- Mendes, Manuel. O cerrado de casaca. Brasília: Thesaurus, 1995.
- Santos, Paulo Roberto Alves dos. Arquitetura estrangeira e outras arquiteturas: embaixadas, delegações e organismos internacionais em Brasília. Brasília: Dissertação de Mestrado, FAU/UnB, 2005.

SYLVIA FICHER – Professora Titular da FAU/UnB. Arquiteta (FAU/USP), Mestre em Preservação Histórica (Columbia University, Nova York), Doutora em História Social (FFLCH/USP), com Pós-doutorado em Sociologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris). sficher@unb.br.

PAULO ROBERTO ALVES DOS SANTOS – Arquiteto e Urbanista e Mestre pela Universidade de Brasília, é professor no Curso de Arquitetura do UniCEUB. paullobetto@gmail.com.

O BEIJÓDROMO DE DARCY E LELÉ: UM PRESENTE PARA BRASÍLIA*

Cláudia Estrela Porto

Resumo

Darcy Ribeiro nunca escondeu de ninguém que acalentava o sonho de ver construída a sede definitiva de sua Fundação no campus da Universidade de Brasília (UnB). Para tanto, contando com o apoio de Oscar Niemeyer, encomendou o projeto ao arquiteto João Filgueiras Lima. A rigor, Darcy Ribeiro pediu ao Lelé “apenas” o “projeto de uma biblioteca” para acolher o seu acervo de livros, mobiliário particular e a rica coleção de arte plumária de sua primeira mulher, Berta Ribeiro. De 1996 a 2010, Lelé desenvolveu o projeto que, com o tempo e a colaboração do próprio Darcy, foi sendo aperfeiçoado, de modo a refletir claramente o pensamento dos dois criadores. Nasceu de tal parceria a sede da Fundação Darcy Ribeiro com o “beijódromo”, erguida no coração da UnB. Uma edificação circular em dois pavimentos, com 32,20m de diâmetro interno e 37m de diâmetro de cobertura, tal como uma tenda de circo (ou uma maloca indígena, como preferia Darcy), que se lança para o alto em sua parte central e acolhe um espaço circular ajardinado, de 12m de diâmetro e pé-direito duplo. Trata-se de uma obra singular. Não apenas um memorial. Lelé soube desenhar o sonho de Darcy. Uma “espaçonave” que descansa suavemente em solo universitário, contendo e preservando o pensamento de Darcy Ribeiro.

Palavras-chave: Beijódromo, Lelé, Darcy Ribeiro

Abstract: Darcy Ribeiro never hid the fact that he dreamed of building the final head office of his foundation in Brasília’s University (UnB). For such, together with Niemeyer’s support, he commissioned architect João Filgueiras Lima (Lelé) the project. Initially, Darcy Ribeiro just asked for a library to organize his books, particular furniture and his first wife’s – Berta Ribeiro - rich collection of plume art. From 1996 to 2010 Lelé developed the project’s design which was improved by Darcy himself in such a way that it turned out to be a reflection of both’s thinking manner. From this partnership, the Darcy Ribeiro Foundation was born with the building “beijódromo”, located in UnB’s heart. It is a two-floor circular building, 32.2 meters of intern diameter and 37 meters of roofing, similar to a circus tent (or as an indian house, as Darcy preferred), that grows up in its central part and receives a circular garden space of 12 meters in diameter and a double-ceiling height. It is a singular, particular work. It is not just a memorial. Lelé had known how to draw Darcy’s dream. It is a spaceship that rises on university ground, containing and conserving Darcy Ribeiro’s thoughts.

Key-words: Beijódromo, Lelé, Darcy Ribeiro

* Trabalho apresentado no 1º EANPARQ, Rio de Janeiro, 2010.

DO ACASO NASCE UMA BELA AMIZADE

“A vida da gente, no fundo, é movida por questões acidentais. A gente planeja, planeja e tudo sai ao contrário. O segredo é deixar as coisas acontecerem”¹, filosofa João da Gama Filgueiras Lima, o Lelé, para quem a vida profissional se deve a uma sucessão de acasos.

Todos de certa forma ligados a amigos que surgiram inesperadamente em sua vida, tecendo o fio invisível de uma trama que o levaria, nos últimos 50 anos, a ser reconhecido como um dos melhores arquitetos brasileiros, com uma obra repleta de beleza, funcionalismo, tecnologia e mestria.

Sim, ele poderia ter se tornado músico, e a arquitetura brasileira perderia um de seus maiores expoentes. Mas o acaso fez com que cursasse arquitetura e, quando ainda estudante², conhecesse o arquiteto Aldary Toledo³, por quem seria fortemente influenciado intelectualmente – “com ele, aprendi que arquitetura podia ser arte”, diz. Aldary Toledo também lhe proporcionou uma oportunidade de emprego, como desenhista no IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários), onde era funcionário. E o encontro com Darcy Ribeiro⁴, que um dia⁵ veio ao escritório de Aldary Toledo ver o projeto do Museu do Índio⁶, que havia idealizado para ser construído no Rio de Janeiro. Este primeiro contato, embora breve, causa profunda impressão em Lelé: “Darcy era uma pessoa exuberante, com uma formação intelectual incrível

e com uma forma de se exprimir, eloqüentemente, rapidamente, que deixava a gente quase asfixiado, tonto. Eu, aos 20 e poucos anos, tomei um susto quando vi aquela figura. Mas, ao mesmo tempo, simpatizamos de imediato”⁷.

Lelé não sabia ainda, mas o destino poria Darcy Ribeiro novamente em seu caminho. Recém formado, já como arquiteto do IAPB, Lelé se candidata para vir para Brasília. “Fui recebido inicialmente por Nauro Esteves, chefe do escritório de Oscar. Nauro, apesar de seu temperamento introvertido e seco no trato com outros profissionais, foi convincente ao me estimular a participar daquela aventura. Já Oscar, em tom de brincadeira, enalteceu minha coragem”⁸. Destemido, Lelé desembarca em Brasília em 1957 com a incumbência de construir os onze blocos de apartamentos do IAPB, projetados por Niemeyer e executados pelas empresas ECG (Empresa de Construções Gerais) e ECISA (Engenharia, Comércio e Indústria), a SQS 108. Foi nesta época que Lelé começou a desenvolver habilidades do ofício de engenheiro na busca de soluções construtivas para os problemas que surgiam no caótico canteiro de obras desse período. O rigor e a busca de soluções inovadoras tornaram-se uma constante.

Em 1960, no mesmo ano da inauguração da nova capital, o presidente Juscelino Kubitschek solicitou ao Congresso Nacional a criação da Universidade de Brasília e, em 1961, o presidente João Goulart sancionou a lei⁹ que autorizou o Poder Executivo a estabelecer a Fundação

¹ LIMA, João Filgueiras. “Esse é Lelé”. *Trip*. São Paulo, nº 185, Fevereiro, 2010, p. 13.

² Lelé iniciou o curso de arquitetura em 1951 e se formou em 1955 pela antiga Universidade do Brasil (hoje, UFRJ), no Rio de Janeiro.

³ O pintor e arquiteto Aldary Henriques Toledo (1915-1998) foi discípulo de Portinari, com quem estudou entre 1932 e 1935. Na década de 1950, já era um arquiteto reconhecido pelo conjunto de obras modernistas que projetara com Oscar Niemeyer, Francisco Bolonha, Luiz Góes Telles, Edgar Guimarães do Valle e Gilberto Lyra Lemos, na cidade mineira de Cataguazes.

⁴ Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo e educador, nasceu em Montes Claros (MG). Atuou como indigenista e dedicou-se à educação primária e superior. Em 1962, fundou a Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor. Foi Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil no governo do presidente João Goulart (1961-1964), vice-governador do Rio de Janeiro, no primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) e senador (de 1991 até sua morte).

⁵ Era o ano de 1951.

⁶ Inaugurado em 19 de abril de 1953.

⁷ LIMA, João Filgueiras. *O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima)*. Entrevista a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 24.

Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro, um de seus mentores¹⁰, torna-se o seu primeiro reitor em 1962 e, sabendo do talento e aplicação técnica de Lelé, o convida a vir para a UnB¹¹.

Lelé, porém, só aceitaria o convite se viesse por intermédio de Oscar Niemeyer, com quem estava comprometido. Logo surge a oportunidade, quando Niemeyer assume o curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB¹². Diz ele:

“Passei a trabalhar diretamente com Oscar em 1961, após a inauguração da cidade. Ele convocou-me inicialmente para chefiar o DUA¹³, ocupando o lugar de Nauro¹⁴ que havia se afastado de Brasília. Devido às dificuldades criadas pela então Prefeitura de Brasília para a minha contratação, Oscar resolveu me indicar para a Secretaria Executiva do Ceplan (Centro de Planejamento da Universidade de Brasília). Foi um período de muito trabalho. Além de acompanhar os projetos e construções da universidade recém criada por Darcy Ribeiro, assumi também o setor de tecnologia do curso de arquitetura”¹⁵.

Com a universidade que estava nascendo, cresce a proximidade com Darcy Ribeiro, uma vez que Oscar Niemeyer viajava muito neste período. Devido à urgência de um programa imposto pelo próprio Darcy, os arquitetos do Ceplan optaram pela industrialização dos componentes. Se, inicialmente Lelé atuou, ao lado de Oscar Niemeyer, no projeto e construção dos Pavilhões de Serviços Gerais, no Instituto Central de Ciências

(ICC) e no Instituto de Teologia, cabe a ele o mérito de um sistema construtivo inovador, em tecnologia de concreto pré-fabricado e protendido, utilizado para os Galpões de Serviços Gerais¹⁶ e para os primeiros blocos de apartamentos de professores da Colina¹⁷. Nascia, com a UnB e com Lelé, um dos maiores canteiros de pré-fabricação da América Latina.

A relação de Lelé com Darcy Ribeiro é pontuada por episódios, no mínimo, engraçados. Ainda nos primeiros anos da UnB, Darcy, querendo se estabelecer em Brasília, solicitou a Lelé que lhe fizesse o projeto de uma casa com os restos de demolição de outra residência que havia adquirido em Montes Claros. Lelé chegou mesmo a ir à cidade enumerar as belas peças de madeira maciça com as quais fez o projeto que, infelizmente, não foi construído. Inicialmente, a casa teve de aguardar pelo acúmulo de trabalho de Darcy, que foi trabalhar direto com o presidente João Goulart. Depois, com o golpe militar de abril de 1964, Darcy Ribeiro teve de se exilar do país e Lelé se demitiu da UnB com outros 223 professores.

Porém, fizeram vários outros projetos juntos. Em 1982, quando Darcy Ribeiro retorna do exílio e se torna vice-governador do Rio de Janeiro, Lelé estava em Abadiânia, pequena cidade do interior de Goiás, desenvolvendo as primeiras experiências em argamassa armada, com a produção de uma mini-usina¹⁸ de pré-moldados leves para a construção de escolas rurais e pontes para estradas vicinais. Lelé havia decidido fechar seu

⁸ LIMA, João Filgueiras. “Crônicas de Brasília 1957/1961”. *AU Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, nº 192, Março, 2010, p. 68.

⁹ BRASIL. Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

¹⁰ Os outros membros que compunham a comissão encarregada de pensar a nova Universidade eram Cyro dos Anjos, Oscar Niemeyer e Alcides da Rocha Miranda.

¹¹ Universidade de Brasília.

¹² Inicialmente, Alcides da Rocha Miranda, que havia feito o primeiro projeto arquitetônico da UnB, o auditório Dois Candangos, estava cogitado para assumir o cargo.

¹³ Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap.

¹⁴ Arquiteto Nauro Esteves.

¹⁵ LIMA, João Filgueiras, *op. cit.*, p. 71.

¹⁶ 1962 (projeto), 1964-1965 (construção do SG-11 e SG-12), 1968 (adaptação funcional – Tecnologia) e 1969 (construção do SG-09). O prédio SG-9 foi construído em 1969 – em alvenaria convencional – para abrigar a Oficina Mecânica da Faculdade de Tecnologia pela construtora ENAR.

¹⁷ 1962 (projeto) e 1963 (construção).

¹⁸ A fábrica de Abadiânia funcionou de 1982 a 1984.

¹⁹ A Fábrica de Escolas e Equipamentos Urbanos do Rio de Janeiro funcionou de 1984 a 1986 e a Fábrica de Equipamentos Comunitários do Rio de Janeiro, da prefeitura, usando a tecnologia do Lelé, de 1985 a 1989.

²⁰ Na Fábrica de Equipamentos Urbanos de Brasília (1985-1990).

²¹ Fernando Collor de Mello, presidente do Brasil entre 1990 e 1992.

²² Inicialmente, o acervo permaneceu na antiga residência de Darcy Ribeiro em Copacabana, e atualmente encontra-se na sede da FUNDAR, em Santa Tereza, Rio de Janeiro.

²³ FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Disponível em: < <http://www.fundar.org.br/>>. Acesso em 7 de julho 2010.

escritório particular em Brasília e dirigir sua experiência profissional aos programas públicos de cunho social. Em 1984, Darcy Ribeiro toma conhecimento da pequena “fábrica de escolas” de Abadiânia e vai visitá-la, acompanhado do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A consequência desse encontro foi a transferência de Lelé para o Rio de Janeiro, onde fundou uma potente usina de pré-fabricação em argamassa armada, realizando inúmeras obras em comunidades carentes e bairros periféricos, com o mesmo esmero arquitetônico que caracteriza a sua produção. Foi a Fábrica de Escolas¹⁹, montada por Lelé com apoio de Darcy Ribeiro, que permitiu a construção de 200 escolas e 90 creches no período de dois anos, além de centros comunitários, postos de saúde, canais de drenagem para a Baixada Fluminense, abrigos de ônibus e outros equipamentos de mobiliário urbano.

Em 1990, Darcy Ribeiro procurou novamente Lelé, desta vez propondo-lhe um programa ousadíssimo: construir cerca de 5000 edificações para atendimento integral às crianças, reunindo em cada conjunto arquitetônico a escola, a creche, o posto de saúde, o centro comunitário e o ginásio de esportes. Desta vez, o projeto deveria ser implementado em todo o território nacional e no prazo de quatro anos. Seriam os Centros Integrados de Atenção à Criança, os CIAC’s. O programa, rigorosamente planejado, comprovou a sua viabilidade técnica e administrativa, o prédio piloto tendo sido construído, inclusive, em Brasília²⁰, e

paralelamente no Rio de Janeiro, orientando e iniciando a produção das demais fábricas licitadas, distribuídas estrategicamente pelo Brasil. Porém, contingências político-administrativas do governo Collor²¹ levam Lelé a se desligar da liderança do projeto, conduzindo à imediata renúncia de toda a equipe técnica que o acompanhava.

Em 1996, já debilitado pelo câncer, Darcy Ribeiro recorre ao Lelé para a realização do último desejo. Acabara de criar a Fundação que leva o seu nome e gostaria, rapidamente, de ver concretizado o projeto de sua sede definitiva.

O SONHO BURILADO

Darcy Ribeiro nunca escondeu de ninguém que acalentava o sonho de ver construída a sua fundação no campus da UnB. Enquanto isto não fosse possível, a Fundação Darcy Ribeiro manteria seu acervo em outras dependências²². O primeiro parágrafo do Estatuto de sua criação, de 11 de janeiro de 1996, estipula:

“A Fundação terá como núcleo (base) principal de trabalho a área que lhe será destinada por Universidade Pública a ser definida pelo Presidente, onde instalarão para uso acadêmico a Biblioteca DARCY RIBEIRO, seus arquivos e os de Berta Gleizer Ribeiro”²³.

A rigor, Darcy Ribeiro pediu ao Lelé “apenas” o “projeto de uma biblioteca” para acolher o seu acervo de livros, mobi-

liário e a rica coleção de arte plumária de sua primeira mulher, a também antropóloga Berta Ribeiro. Tinha a intenção de doar tudo para a UnB. A idéia do “beijódromo” veio depois. Como não podia se deslocar a Salvador, onde Lelé trabalhava, solicitou ao Aloysio Campos da Paz²⁴ uma ligação direta, através da Rede Sarah, por vídeo-conferência.

E foi assim, olho no olho, interagindo diretamente com Lelé, que Darcy Ribeiro lhe explicou o programa e o que desejava. A sintonia entre os dois amigos era tão forte que bastou poucas palavras para surgir uma primeira proposta, que Lelé fez questão de entregar pessoalmente ao Darcy, acompanhada de uma pequena maquete para melhor compreensão do espaço.

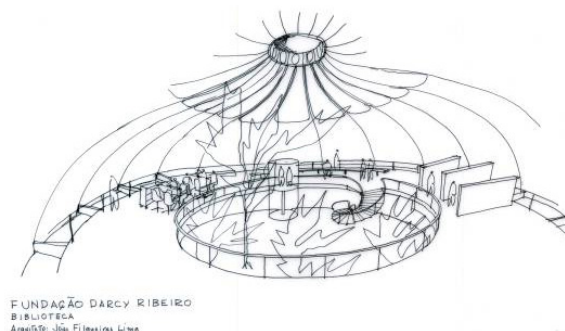
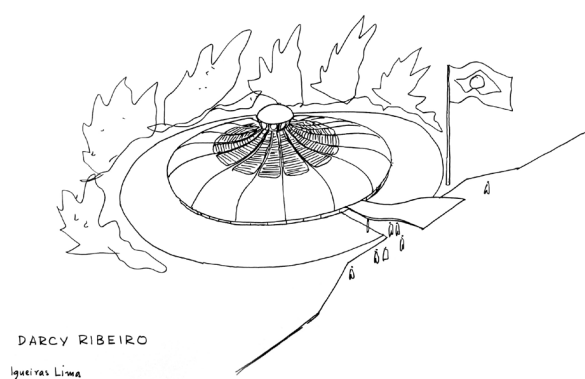
Embora a criação do projeto e a elaboração do desenho sejam de Lelé, o

projeto reflete a dicotomia entre o passado e o modo de ser de Darcy Ribeiro. Segundo o arquiteto, tanto pode lembrar um disco voador (o lado empreendedor de Darcy) como uma maloca indígena (o lado antropólogo). Aliás, foi o próprio Darcy Ribeiro quem incentivou Lelé a aprender como os índios construíam. Apesar de ter buscado referências na arquitetura antiga, Lelé sempre teve o cuidado de analisá-la no contexto de época, abstraindo suas lições e adaptando os sistemas construtivos aos novos materiais e técnicas atuais. Partindo do princípio que a concepção estrutural de um prédio é fundamental, Lelé não pode deixar de admirar a forma primitiva e intuitiva com que os índios Xinguanos construíam as suas cabanas, desenvolvendo uma tecnologia passada de geração em geração. Segundo ele:

²⁴ Aloysio Campos da Paz, grande amigo de Lelé, é cirurgião-chefe e fundador da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor.

Figura 1 – Perspectiva externa da primeira proposta. Crédito dos desenhos e imagens em todo o texto: Arquivo Lelé

Figura 2 – Perspectiva interna da primeira proposta



²⁵ LIMA, João Filgueiras. *O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima)*. Entrevista a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 98.

²⁶ LATORRACA, Giancarlo (Ed.). *João Filgueiras Lima, Lelé*. São Paulo/Lisboa: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi/Editorial Blau, 1999, p. 246-247.

²⁷ LIMA, João Filgueiras, *op. cit.*, p. 26.

“A cabana dos índios é uma coisa linda. Possui ventilação, até um shed como esses que utilizo em meus trabalhos... tem uma cumeeira por onde sai o ar quente. (...) É possível identificar ainda o contraventamento, contra efeitos de vento. (...) No projeto da Fundação Darcy Ribeiro, a grande cobertura tem um sentido um pouco disso, pode-se interpretar tanto como uma nave espacial quanto como uma cabana indígena. Depende da sensibilidade de quem vê. Tem dois apelos: pode ser uma nave espacial pousada, porque é uma coisa leve, muito delicada, e pode ser uma cabana, pela forma. Não que eu tenha pensado em fazer isso. O que queria resolver realmente era a questão de um espaço que todo mundo dominasse, exatamente como Darcy Sempre foi: ele interagiu com todo mundo. Nada como um círculo, uma forma circular, para criar esta unidade espacial”²⁵.

O primeiro desenho de Lelé²⁶ não difere muito das propostas futuras, que sofreram pequenas adaptações. Lembra

uma grande tenda que abriga um espaço de planta circular em dois pavimentos, circundada totalmente por um jardim aquático, também circular, apenas interrompido pela passarela de acesso. Com o projeto já pronto, Lelé recebe um telefonema de Darcy Ribeiro, solicitando a criação de um “beijódromo”. E começou a lhe explicar o que tinha em mente: “Seria um espaço ao ar livre, na grama, nos degraus – um espaço bem a gosto de Brasília, em que se podia fazer seresta, as pessoas poderiam estar em volta se beijando, namorando. Para uso noturno, principalmente”²⁷. Lelé, então, elabora a segunda versão do projeto, situando o “beijódromo” do lado oposto ao acesso principal, um anfiteatro ao ar livre distribuído na encosta de uma elevação ajardinada contornando parcialmente o lago. A ligação do palco com o prédio se faria por uma passarela e a superfície do lago refletiria o céu estrelado de Brasília nas noites de seresta. O desenho entregue a Darcy segue acompanhado de uma

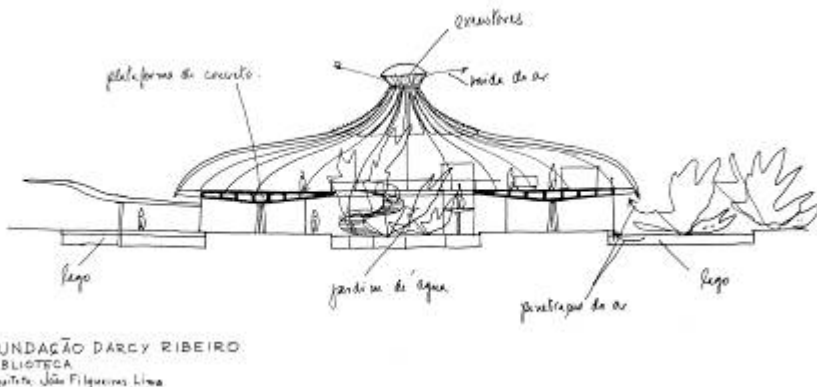
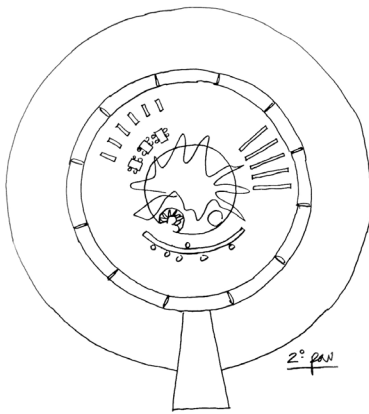
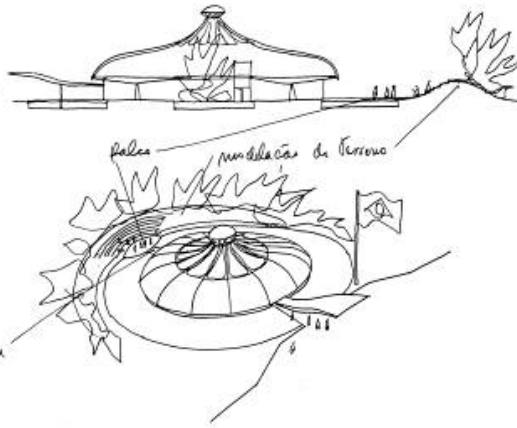


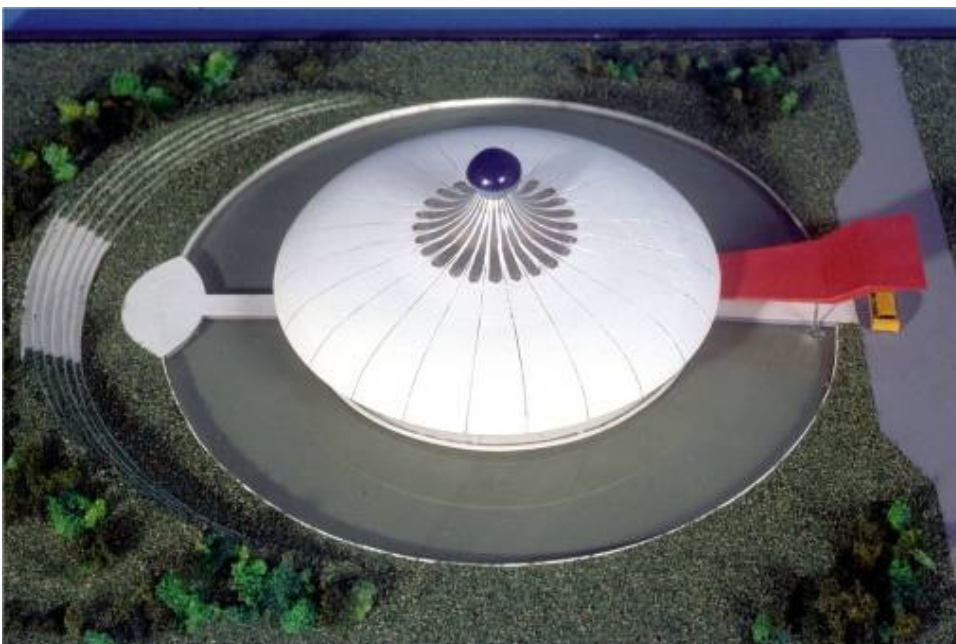
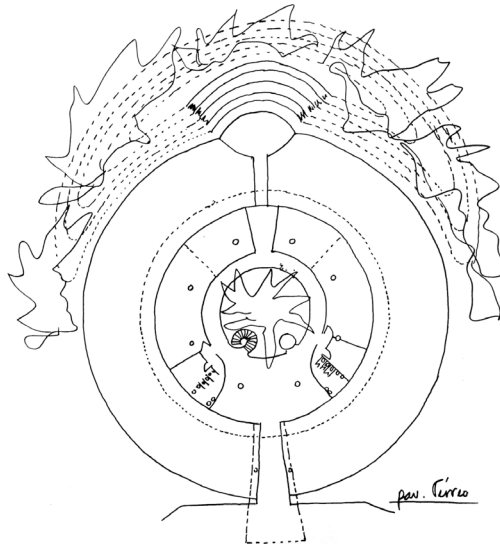
Figura 3 – Corte esquemático da primeira proposta sem o “beijódromo”.

Darcy,

- Foi assim que imaginei neste "beijódromo"
- situado do lado oposto ao do aclive, um local mais preservado
- espectadores ou participantes distribuídos na colcha sobre de uma elevação arredondada que contorna parcialmente o lago. E as instalações do terreno são incorporadas à vegetação a que me refiro na explicação inicial e cuja finalidade principal seria a de dar escala do prédio.
- palcos usados como cobertura o próprio prédio e a superfície do lago refletindo o céu nas noites de verão.
- ligação de apoio do palco com prédio.



FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO
BIBLIOTECA
Arquiteto: João Filgueiras Lima



Figuras 4 e 5 – Corte e perspectiva da segunda versão do projeto, com a inclusão do "beijódromo".

Figuras 6 e 7 – Plantas do 2º pavimento e do térreo da segunda versão do projeto.

Figura 8 – Maquete entregue a Darcy Ribeiro, com a inserção do "beijódromo" ao ar livre.

segunda carta e da pequena maquete ilustrativa²⁸.

Com o projeto preliminar definido, cabia agora a escolha do terreno. A moléstia avançava, Darcy Ribeiro sentia dores e não podia mais esperar. Apresentou o projeto ao então reitor da UnB, João Cláudio Todorov, e, juntamente com Lelé, escolheram o terreno para a sua construção dentro do campus da UnB, próximo à reitoria. Darcy Ribeiro exultava de alegria.

“Tanta gente tem fundação, por que eu não? Pensando assim decidi criar a minha Fundação Darcy Ribeiro. Foi muito bem recebida, felizmente. Minha filha, a UnB, decidiu acolhê-la em seu campus e até construir sua sede e mantê-la. Em compensação, recebem minha biblioteca de 30 mil livros, o arquivo documental Berta/Darcy, meus quadros e objetos de arte. Ainda melhor que isso é o prédio que o Lelé projetou pra mim. Será um disco voador enorme, pousado no pedaço mais bonito do campus. A Sala de Leitura, com 250 metros de diâmetro, será prodigiosa. Sem janelas, porque toda translúcida, graças à cobertura que deixa passar luz. No andar térreo, ficam vários serviços, inclusive o arquivo Berta/Darcy, um centro de documentação visual sobre os índios do Brasil e um serviço de reprodução em CD-ROM das dissertações de mestrado e das teses de doutorado sobre educação. A novidade maior é que, com medo de minha FUNDAR parecer vetusta demais, consegui do Lelé fazer dela um beijódromo, que corresponderá,

em Brasília, ao Sambódromo que criei no Rio. Trata-se de um amplo palco ao ar livre para serestas e leitura de teatro e poesia, defronte de uma arquibancada para duzentos olharem a lua cheia e se acariciarem. Eu, lá de longe, estarei vendo, feliz”²⁹.

Segundo Lelé³⁰, Darcy Ribeiro gostou tanto do projeto que ficava com a maquetezinha debaixo do braço, de um lado para o outro. De índole irrequieta, sempre pronto a dar uma nova sugestão, capitulou no último encontro com Lelé, emitindo a sua última impressão: “Lelé, faz tudo o que você quiser. Não quero dar mais nenhuma opinião, faz tudo o que você quiser”.

Logo depois, Darcy Ribeiro faleceu, seguido de Berta Ribeiro³¹. Coube a Lelé lutar para que o sonho de Darcy se tornasse realidade. Na época, a administração central da UnB não se engajou com afinco na construção do projeto e ele ficou engavetado. Em 2008, a Fundação Darcy Ribeiro contata novamente Lelé para dar prosseguimento a este belo sonho. O pontapé inicial foi dado numa reunião com o reitor da UnB, Roberto Armando Ramos de Aguiar³², na qual Lelé salientou a importância histórica da construção desta obra no campus da UnB, e para ele mesmo, amigo íntimo de Darcy Ribeiro. Apresentou o projeto aprovado por Darcy, definiu o tamanho do terreno (80 m x 80 m) e estimou o preço da obra em 5 milhões de reais. Neste mesmo dia, emocionou-se ao constatar que o terreno inicial, escolhido pelo próprio Darcy Ribeiro, localizado na

²⁸ LATORRACA, Giancarlo (Ed.), *op. cit.*, p. 247 e LIMA, João Filgueiras. **Fundação Darcy Ribeiro – Biblioteca**. (Álbum de desenhos, A4). Manuscrito, [2009], s.p.

²⁹ FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/darcy_fundar.htm>. Acesso em 7 de julho de 2010.

³⁰ Entrevista concedida à autora em 20 de junho de 2010.

³¹ Darcy Ribeiro faleceu em 17 de fevereiro de 1997 e Berta Ribeiro em 17 de novembro do mesmo ano.

³² Reunião realizada no gabinete do reitor, em 07 de junho de 2008, na presença de Lelé, Paulo Ribeiro, sobrinho de Darcy Ribeiro e presidente da FUNDAR, Cláudia Estrela Porto, vice-diretora da FAU/UnB e amiga de Lelé, Luis Motta, assessor de comunicação do reitor, e o jornalista Rodolfo Borges, da SECOM da UnB.

“Praça Maior da UnB”, entre a reitoria e o ICC norte, estava livre e poderia acolher a sua “maloca”.

O reitor Roberto Aguiar ouviu com atenção o relato de Lelé e demonstrou verdadeiro interesse na realização do projeto, mas contingências financeiras o postergou mais uma vez. Um ano depois, o reitor da UnB, José Geraldo de Sousa Junior, apresenta o projeto à comunidade acadêmica da UnB e à sociedade, através de uma Audiência Pública³³. Aceito sem restrições, precisava ainda contar com o apoio governamental para liberação da verba necessária. Dois meses depois de assinado o termo de permissão de uso entre a Fundação Universidade de

Brasília (FUB) e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR)³⁴, o último entrave foi vencido. O Poder Executivo, através de seu ministro da Cultura, Juca Ferreira, assina³⁵ um convênio de cooperação para a construção da fundação, investindo 8,5 milhões de reais na obra.

A terceira versão, apresentada por Lelé nesta Audiência Pública, traz algumas modificações aos projetos anteriores. O “beijódromo”, que inicialmente seria descoberto, ganha uma cobertura em forma de concha em telha metálica pré-pintada branca para dar maior flexibilidade ao espaço, adaptando-o aos propósitos atuais da FUNDAR.

³³ Em 20 de maio de 2009.

³⁴ Em 09 de março de 2010.

³⁵ Em 10 de maio de 2010.

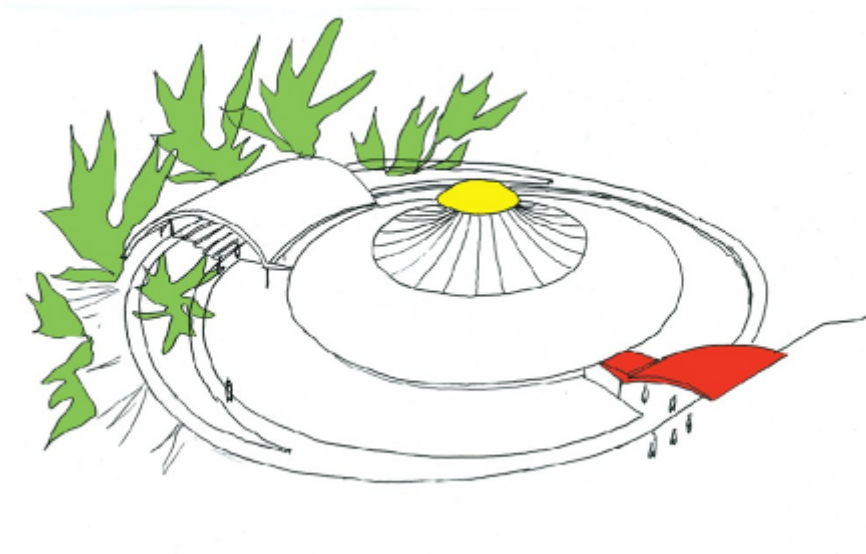


Figura 9 – Perspectiva externa da terceira versão do projeto, com a marquise cobrindo o “beijódromo” (anfiteatro).

³⁶ FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Memorial Darcy Ribeiro. Documento interno, [2010], s.p.

O PROJETO EXECUTIVO

Situação

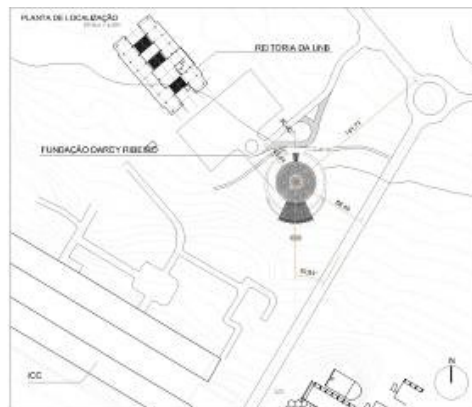
Para melhor adaptar o projeto ao sítio, preservando as árvores existentes, o terreno foi deslocado um pouco daquele escolhido por Darcy Ribeiro. Embora nas cercanias e ainda situando-se na “Praça Maior”, está mais próximo da Via VC13, a sudeste, tendo como referência a noroeste, o prédio da Reitoria, e a sudoeste o Instituto Central de Ciências. A área total de construção (1.989,50 m²), ao custo de aproximadamente 2.000 reais o m², se distribui como área construída no térreo (706,62 m²), no pavimento superior (596,89 m²), projeção da marquise (54,60 m²), arquibancada e área externa (252,92 m²), tendo como área de projeção da cobertura do edifício 1.085,19 m² e área de projeção da cobertura da arquibancada 467,53 m² ³⁶.

Programa

A distribuição dos ambientes na proposta inicial reflete o programa estabelecido *a priori* por Darcy Ribeiro. No pavimento térreo seriam alocados o hall de entrada, área de exposições, sala para seminários e manutenção de livros, e o “beijódromo”. O pavimento superior, sem pilares e totalmente flexível, acomodaria a biblioteca propriamente dita. As modificações propostas pela FUNDAR fizeram com que a parte térrea ficasse mais compartimentada, acolhendo agora a recepção, foyer de exposições, área para estar e café, três salas de aulas, administração, almoxarifado, sala para restauro e produção de eventos, sanitários e dois camarins.

A escada circular, se insinuando antes dentro do jardim aquático central, integra o espaço inferior e superior. Agora, retilínea, com guarda corpo em vidro, se desloca para fora do círculo central, evitando, desta forma, a interferência sonora

Figuras 10 e 11 – Vista aérea da UnB com a inserção da Fundação Darcy Ribeiro e Planta de Localização do prédio



na biblioteca, situada no pavimento superior, pelo uso intensivo da parte de baixo pelos estudantes. Lelé, astucioso, contorna o problema do ruído excessivo com uma solução engenhosa: bloqueia a parte inferior com um círculo de vidro delimitando o jardim central, que prossegue até o pavimento superior, faceando a laje do primeiro piso e se transformando no guarda-corpo da biblioteca, a 1,10 m de altura. Evita, desta forma, a descontinuidade do espaço, já que integrado visualmente pelo jardim central. O elevador metálico, com fechamento em vidro, permanece na periferia do círculo central ajardinado.

Se antes o projeto tinha uma informalidade maior, bem a gosto de Darcy, hoje, por questões de segurança, teve de ser adaptado. Além de câmaras de controle, o piso superior sofreu outras alterações. O espaço completamente livre e informal, pensado originalmente por Darcy Ribeiro para a biblioteca, onde o usuário teria acesso direto aos livros, puxando estantes com rodas, agora é contornado por vidro que protege a área do acervo bibliográfico, restringindo o acesso. Para evitar uma desintegração maior, Lelé desenvolve um detalhe de vidro temperado, de 2 m de altura, fixado só no piso, sem montante, protegendo sem criar um elemento hostil. Segundo Lelé, “o arquiteto tem obrigação de entender que o projeto sempre é o menos ruim, não é o ótimo, e é preciso fazer concessões indispensáveis ao seu bom funcionamento, sem descaracterizar completamente o espaço”³⁷.

O piso superior recebe ainda uma sala com ar-condicionado, para melhor controle de umidade do acervo de Darcy e Berta Ribeiro, salas de estudo informatizadas e de pesquisa, além de uma área de exposição temporária do acervo da fundação. Todas as divisórias nesse espaço são de vidro e engastadas no chão através de um suporte de aço. À exceção das salas do acervo, para as quais foi previsto um teto rebaixado em policarbonato, todas as outras salas recebem divisórias de vidro soltas de 2 m de altura.

No pavimento térreo, o teto e as divisórias entre os ambientes são de gesso. Porém, aquelas por onde passam tubulações e precisam ser impermeáveis, como as dos banheiros, são de argamassa armada feita no local.

No térreo, uma porta, diametricamente oposta à entrada principal, conduz o usuário ao “beijódromo”, que agora passa a ser um auditório com 200 lugares. Uma parede curva em argamassa armada funciona como um anteparo, resguardando o acesso ao bloco principal e, servindo, ao mesmo tempo, de fundo do palco elíptico elevado. Acoplada a ela, uma pequena sala de som e um espaço para depósito do auditório.

Estrutura

Na idéia inicial do projeto, Lelé hesitava entre uma cobertura em casca de argamassa armada ou mista em plástico e aço. Pondera que a primeira opção exigiria formas e escoramentos complicados, executados no local. Já a segunda, mais

³⁷ Entrevista concedida à autora em 20 de junho de 2010.

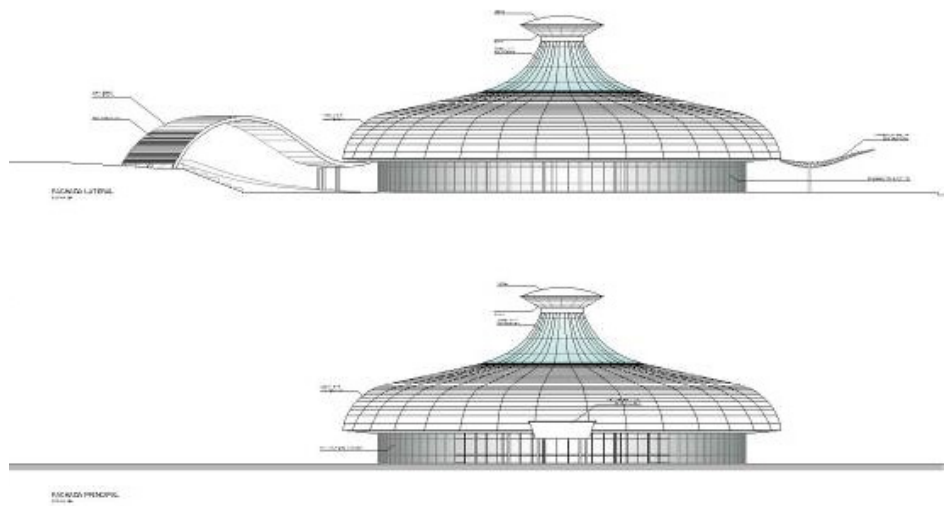
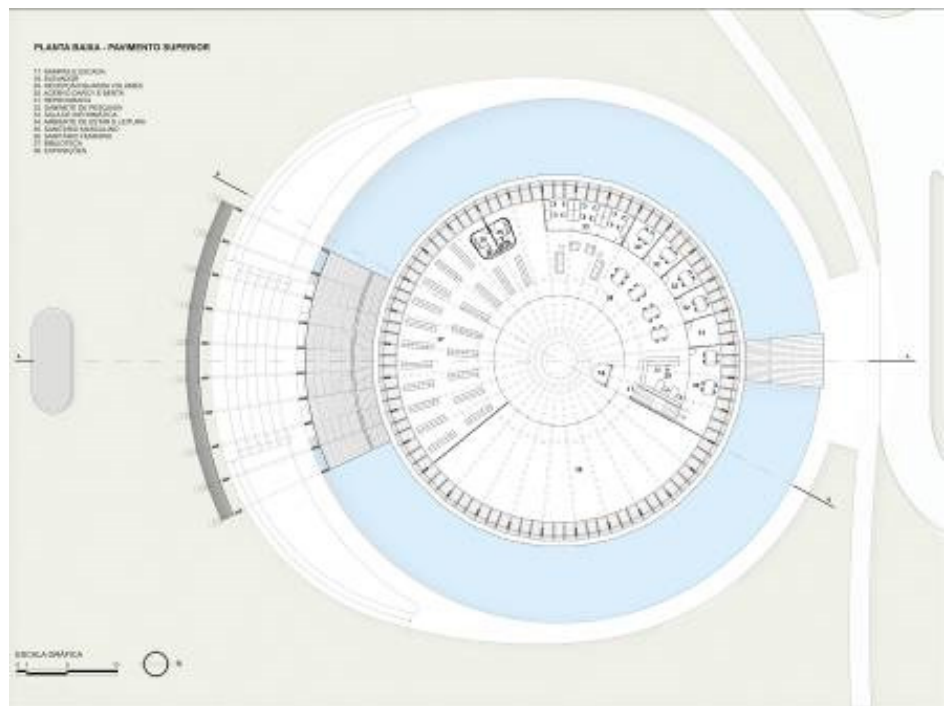
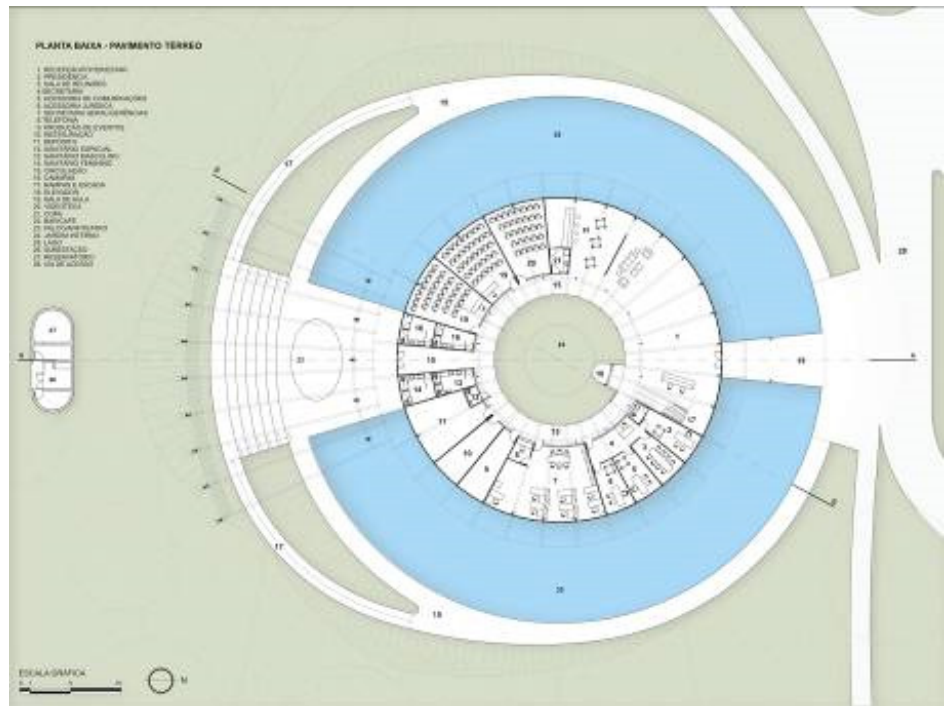


Figura 12 – Planta baixa do térreo

Figura 13 – Planta baixa do piso superior

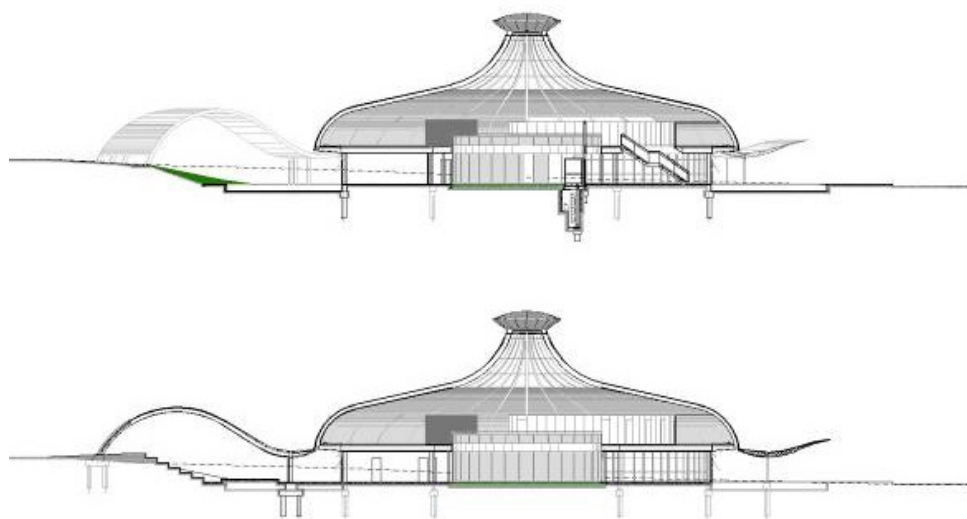
Figuras 14 e 15 – Fachadas lateral e principal do prédio

leve e econômica, teria de lançar mão de uma tecnologia só disponível, na época, no Centro de Tecnologia da Rede Sarah. A estrutura do primeiro piso, concebida em concreto, se resumia a uma grande plataforma monolítica em caixão perdido, com um furo central de 12 m de diâmetro, e apoiada por meio de rótulas em oito pilares em tronco de cone. As vigas da grande cobertura se apoiavam nos balanços dessa estrutura, como é hoje.

Há quatorze anos, quando o projeto surgiu, Lelé começava suas experiências com aço na Rede Sarah, e o Brasil ainda era incipiente na produção desse material para estruturas especiais. Agora o cenário é diferente. Com a evolução da tecnologia do aço e dominando o material, Lelé não titubeia em usá-lo na nova concepção estrutural. Com este material, impõe um ritmo de velocidade maior à obra, com a industrialização de seus componentes.

O edifício circular em dois pavimentos, com 32,20 m de diâmetro interno e 37 m de diâmetro de cobertura, tal uma tenda de circo (ou uma maloca, como preferia Darcy Ribeiro), se lança para o alto em sua parte central, atingindo 14,80 m no topo da cúpula, que acolhe embaixo um espaço circular ajardinado, de 12 m de diâmetro e pé-direito duplo.

A cobertura é composta de telhas especiais dobradas em chapa pré-pintadas de aço galvanizado branco, com proteção interna de bidim e forro obilongo metálico por baixo. Na parte correspondente à projeção do jardim interno, uma grande clarabóia, garantindo a luminosidade natural, é formada por telhas de polycarbonato transparente alveolado com 6 mm de espessura, que se sobrepõem uma às outras até o anel de compressão da cúpula, ela própria uma veneziana metálica com cobertura em fibra de vidro. Aliás,



Figuras 16 e 17 – Cortes esquemáticos do prédio – Corte BB (superior) e Corte AA (inferior).

na primeira versão do projeto, Lelé chegou mesmo a cogitar revestir todo este espaço central com fibra de vidro, uma vez que esta era a única opção viável, a produção de policarbonato ainda não tendo se instalado no Brasil.

A estrutura da cobertura, composta de 32 vigas curvas radiais em perfil “I”³⁸, apóia-se, internamente, no anel de compressão da cúpula, de 2,60 m de diâmetro, e, no outro extremo, está engastada na ponta do balanço externo do pórtico do piso superior, composto também de 32 vigas radiais em perfil “I” de alma cheia³⁹. Estas vigas, por sua vez, são engastadas em 32 pilaretes metálicos, dispostos na periferia da construção, e nas vigas transversinas que formam o anel circular interno, distribuindo sua carga para 16 pilares metálicos tubulares, situados entre duas linhas de forças principais. Ao deslocar lateralmente os pilares internos, Lelé simplifica o esquema estrutural, reduzindo-os. Todos os pilares estão apoiados no solo.

O sistema como um todo, devido às cargas do vento, cria empuxos laterais, fazendo com que os pilares da periferia absorvam momentos. O forte embasamento estrutural de Lelé o conduz à solução correta, integrando a laje em concreto⁴⁰ do primeiro piso à estrutura em aço. O concreto, ao penetrar nas vigas transversinas, solidariza a laje de concreto com a estrutura metálica, eliminando a ferragem negativa. Desta forma, ela absorve os empuxos e participa do travamento de todo o sistema, dando o contraventamento necessário à estrutura.

Ao nervurar a laje, Lelé diminui sua espessura, evitando também a necessidade de contrapiso. Outra vantagem é que este sistema elimina o cimbramento para a concretagem das lajes, agilizando a obra.

A parede em alvenaria de concreto, que fecha internamente as salas do térreo, ajuda também neste contraventamento estrutural, uma vez que o pórtico metálico possui balanços significativos dos dois lados⁴¹. Para o fechamento lateral do térreo, Lelé desenvolve um detalhe interessante. Ele arremata a esquadria em vidro, que fazia os pilares periféricos, com uma canaleta metálica em chapa dobrada, por onde correm as instalações.

A estrutura da marquise de entrada, também metálica, sofreu modificações para se ajustar ao ritmo acelerado da obra. Pensada inicialmente em treliça, será composta com perfis “I”, de inércia variável, encontrados facilmente no mercado.

Na parte posterior do prédio, o terreno foi nivelado com a terra resultante da escavação do lago, formando taludes de aproximadamente 2 m de altura que, parcialmente revestido com placas de concreto, forma um pequeno teatro de arena. O palco ocupa a parte externa do lago e comunica-se com o prédio através de uma ponte.

Uma cobertura em forma de concha metálica branca fecha o espaço do “beijódromo”. Com forro em chapa dobrada, ela se apóia em 10 vigas curvas de perfil “I”⁴², que não toca o pórtico do pavimento principal. Trata-se de uma estrutura independente, apoiada diretamente na fundação, pelo lado externo, e

³⁸ Perfil metálico em “I”, com 40 cm de altura e banzos inferior e superior de 20 cm.

³⁹ Perfil metálico em “I”, com 45 cm de altura e banzos inferior e superior de 20 cm.

⁴⁰ De 6 cm de espessura.

⁴¹ O balanço interno, próximo ao círculo central, é de 1,60 m, e o externo, na periferia que acolhe as vigas radiais da cobertura, de 2,70 m.

⁴² Perfil metálico em “I”, com 35 cm de altura e banzos inferior e superior de 20 cm, com altura variável apenas no balanço de 2,0 m.

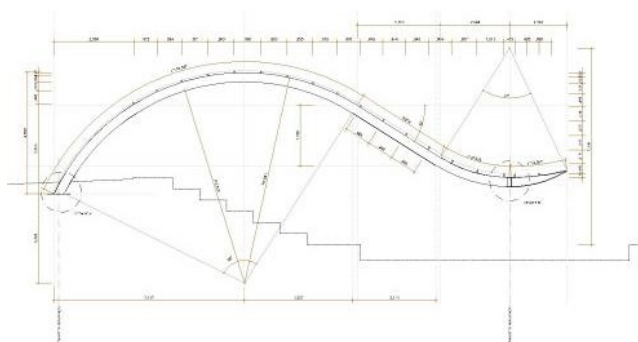
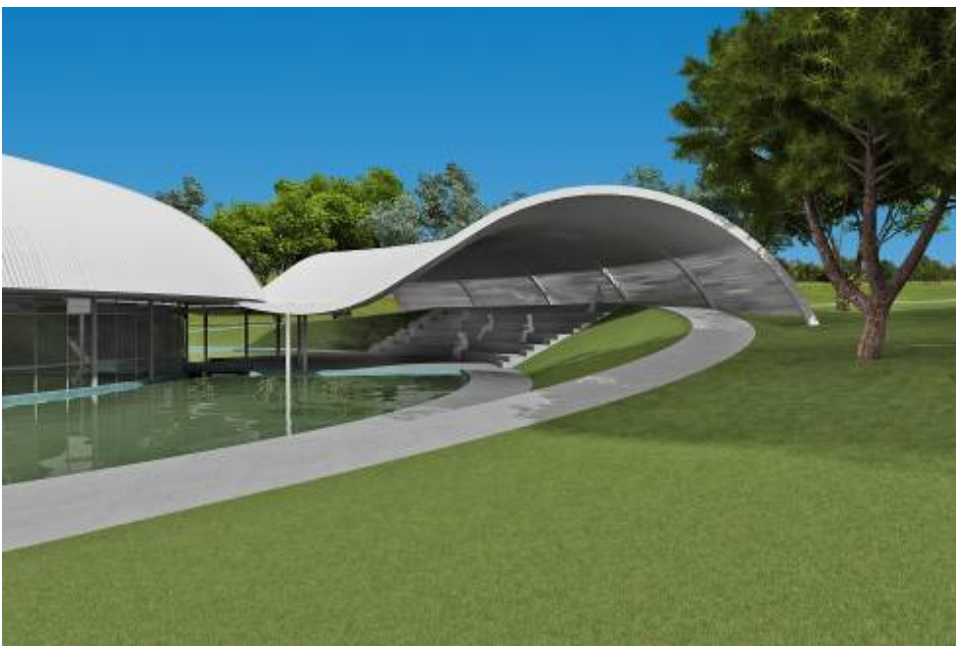
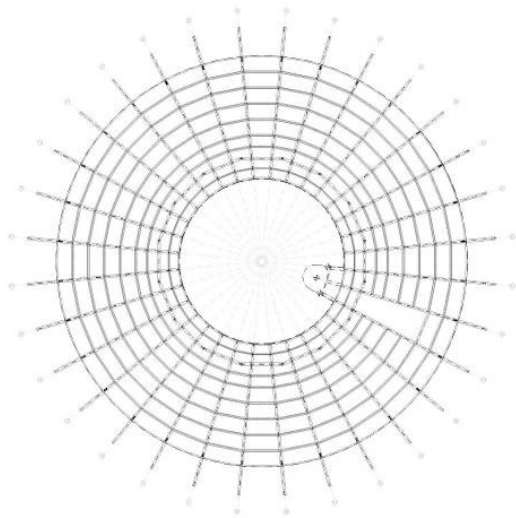


Figura 18 – Esquema estrutural do primeiro piso.

Figura 19 – Detalhe do pórtico metálico com balanços dos dois lados. O concreto, ao penetrar nas vigas transversinas, solidariza a laje de concreto com a estrutura metálica.

Figura 20 - Teatro de arena coberto.

Figura 21 – As vigas que formam a cobertura do “beijódromo” se apóiam diretamente na fundação e em 5 pilares radiais tubulares na parte interna, sendo independentes do bloco principal.



Figura 22 – A luz penetra através dos brises metálicos situados na parte posterior do anfiteatro.

em 5 pilares radiais tubulares, por onde desce a água pluvial, na parte interna. *Brisés* metálicos fixos entre as vigas radiais se integram à cobertura, correndo do solo até a altura de 2,42 m na parte posterior do anfiteatro. Fazem o papel de uma veneziana, deixando a luz penetrar no jardim que se insinua por dentro, mas evitando o calor excessivo do sol.

Desejando dar maior flexibilidade ao espaço, Lelé o mobília com o indispensável para uma boa festa, inserindo na área interna de vegetação uma mesa de controle de som e de luz, de onde se podem projetar imagens numa tela que cai automaticamente do teto.

A última contribuição ao projeto, porém, são placas verticais metálicas,

que fecham lateralmente o anfiteatro dos dois lados. Desejando manter o caráter informal que Darcy Ribeiro tanto queria e resolver o problema do escurecimento para projeção durante o dia, Lelé desenha grandes estruturas pivotantes retilíneas, que chegam quase até o teto. Largas de 1 m, elas possuem altura variável de acordo com a cobertura, alcançando a mais alta 5,20 m.

Estas placas, funcionando como *brises*, podem ser fechadas ou abertas, controlando a incidência da luz e proporcionando maior conforto sonoro. Ao desenhá-las, Lelé pensou em elementos ligados ao solo, como árvores que se integrariam aos jardins adjacentes. Escolheu pintá-las de um lado de verde

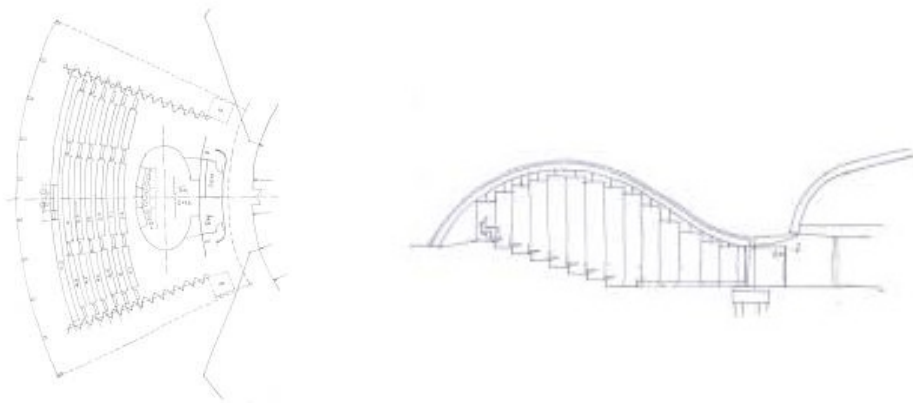


Figura 23 – Planta baixa do auditório. Acoplado à parede curva em argamassa armada que protege a entrada do bloco principal, uma pequena sala de som e outra para o depósito do auditório.

Figura 24 – Grandes placas metálicas pivotantes fecham o auditório lateralmente.

e do outro de azul, nas cores da bandeira da UnB. Prestaria, assim, sua homenagem à universidade, lembrando que foi Lucio Costa quem sugeriu estas cores a Darcy Ribeiro.

Embora as cargas não sejam grandes, da ordem de 16 toneladas, Lelé optou por uma fundação em estaca devido ao solo fraco e também para absorver os momentos nos pilares da periferia que chegam a ser de 8 t.m. O melhor, talvez, fosse fazer estacas pré-moldadas ou em aço, porém, elas não estavam disponível no mercado a curto prazo. Daí a opção pela estaca “Strauss”, dita rasa, com 9 m de profundidade, trabalhando mais por atrito.

Conforto Ambiental

Na proposta inicial, além de circundar todo o prédio com espelho d’água, Lelé propôs que o círculo interno central também fosse um jardim aquático que integraria os dois pavimentos do edifício, garantindo a umidade necessária aos livros da biblioteca, no pavimento superior. Porém, pensando melhor, chegou à conclusão que este sistema criaria um fluxo vertical de baixo para cima, a circulação da umidade não acontecendo conforme gostaria no entorno.

De forma que, na solução definitiva, restringiu o espelho d’água apenas na periferia, formando um anel com diâmetro externo de 52 m. Criou, porém, nebulizadores de água no lago que contorna o

⁴³ Construído em 1995.

prédio. Nos períodos secos, eles seriam acionados, criando uma espécie de névoa, que poderia dar ao edifício um “ar extraterreno”. Essas gotículas de água, por evaporação, resfriam o ar que penetra no ambiente e é extraído, por convecção forçada eventualmente por um grande exaustor situado no topo da cobertura. Esta solução aumenta o teor de umidade do ar insuflado e, conseqüentemente, estabelece um micro clima interno mais ameno e necessário à preservação dos livros.

O ar é introduzido pelas janelas das salas que circundam todo o ambiente do térreo e, na parte superior, evitando a

entrada de insetos, por orifícios de 2 mm do beiral do anel circular externo, fechado por uma chapa de ferro perfurada. O ar fresco, penetrando pela periferia do prédio, circula por todo o ambiente antes de ser extraído por cima.

Engenhoso, Lelé evita usar exaustores do mercado, muito barulhentos. Constrói o seu próprio, de rotação baixa e silencioso, com diâmetro aproximado de 2,5 m, acoplado na cúpula e dissimulado por uma rosácea em fita metálica. Não é uma idéia nova, ele já havia testado o mesmo sistema no auditório do Tribunal de Contas da União de Salvador⁴³.

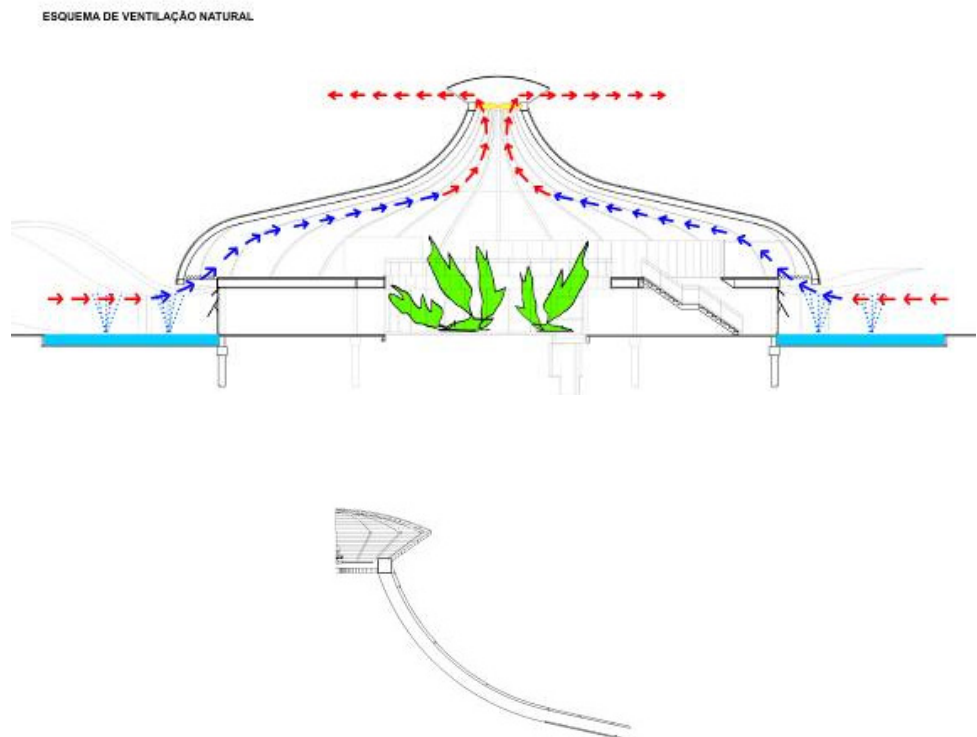


Figura 25 – Esquema da solução adotada para garantir o conforto térmico: o ar insuflado é resfriado pelos nebulizadores situados no lago antes de penetrar lateralmente no edifício.

Figura 26 – O exaustor é acoplado à cúpula e fica dissimulado por uma rosácea metálica.



Figura 27 – Uma densa vegetação resguardará o espaço do “beijódromo”.

Paisagismo

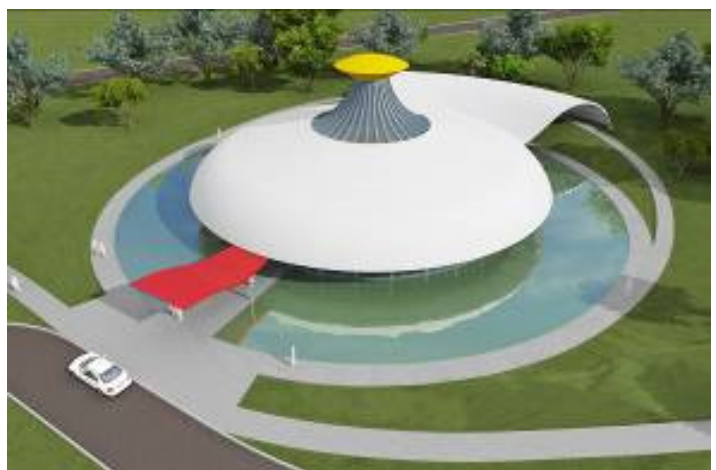
Para dar escala ao prédio, Lelé imaginou, desde o início, um fundo verde contornando o lago e, principalmente, o “beijódromo”, que deveria estar protegido por árvores. Também nunca visualizou o lago apenas como um espelho d’água de cunho estético, sem plantas. Sempre desejou ter “um jardim aquático”, por isso projetou-o com 60 cm de profundidade para acolher as ninféias, a mesma solução adotada no Hospital Sarah do Rio de Janeiro, inaugurado em 2009.

O DEVER CUMPRIDO

Discreto e autocrítico ao extremo, Lelé sempre ficou à margem da fama.

Concentrou sua energia em pesquisar e produzir. Pode ser considerado quase um autodidata. Durante a faculdade, teve como mentor intelectual e artístico Aldary Toledo. Na prática profissional, chamou-lhe atenção a construção industrializada que propunha o alemão Mies van der Rohe, e os acabamentos primorosos em concreto e aço propostos pelo austro-americano Richard Neutra. Fiel aos seus princípios de não abrir mão da luz e ventilação naturais, estudou profundamente o finlandês Alvar Aalto e o dinamarquês Arne Jacobsen. Mestre, só teve um: o carioca Oscar Niemeyer. Ele “é a pessoa que mais me influenciou não só como arquiteto, mas também como ser humano”⁴⁴, afirma. Despretensioso e ainda exaltando aquele que admira, costuma dizer: “Oscar

⁴⁴ LIMA, João Filgueiras. “Esse é Lelé”. *Trip*. São Paulo, nº 185, Fevereiro, 2010, p. 14.



Figuras 28, 29, 30 e 31 – Beijódromo: a última morada de Darcy Ribeiro

Niemeyer tem verdadeiras obras-primas, já eu não tenho nenhuma”⁴⁵.

A história mostra o contrário. Se partirmos da definição que obra-prima é aquela “que devia realizar todo artesão aspirante a mestre”⁴⁶, o difícil seria escolher qual, dentre todas as obras tecnologicamente criativas que Lelé desenhou nos últimos 50 anos, a que melhor ilustra o domínio que possui na arte de construir. Cada uma tem uma particularidade que emociona: o detalhe, o processo construtivo, a funcionalidade, a beleza que alimenta o espírito.

Ele não se tornou “mestre” por acaso. Foi, antes de tudo, um arquiteto inventor. As soluções de conforto natural, as aberturas tipo *shed*, a necessidade de criar equipamentos próprios, o *design*, a industrialização dos componentes construtivos, tudo isto faz parte de sua arquitetura. Um arquiteto que literalmente “pôs a mão na massa”, que criou laboratórios de pesquisa⁴⁷ e trabalhou duro para dominar o processo como um todo: do desenho à obra.

Lelé não desenhou um memorial, menos ainda uma fundação, biblioteca ou “beijódromo”; desenhou o sonho do amigo Darcy Ribeiro, sua última morada, a casa que ficou lhe devendo desde os anos

1960, quando, desbravando a imensidão do cerrado, se impressionava com o céu repleto de estrelas que se confundia com a linha do horizonte. As estrelas ainda cintilam neste céu que será mesmo palco de serestas. O horizonte, porém, não é mais o mesmo. Não o da UnB, doravante tingido por um símbolo nela pousado suavemente, uma “espaçonave” que descansa trazendo o pensamento de Darcy Ribeiro. O tempo suficiente para aguçar a curiosidade dos povos, fazê-los viajar através de suas idéias, mantendo vivo o espírito de vanguarda deste que foi um verdadeiro brasileiro.

Darcy Ribeiro foi mais que um intelectual, foi um realizador que não tinha medo da morte. “A morte é apagar-se, como apagar a luz. Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida vai se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante”⁴⁸. Darcy Ribeiro continua vivo. E vivo permanecerá graças aos esforços de muitos, mas especialmente de Lelé, para quem a realização deste projeto era uma questão de honra. “Eu fiquei mais ou menos depositário do desejo do Darcy, essa que é a verdade, o único depositário”⁴⁹, diz ele emocionado, com a sensação do dever cumprido.

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss.

⁴⁷ A Fábrica de Escolas e de Equipamentos Urbanos do Rio de Janeiro, a Fábrica de Equipamentos Comunitários de Salvador (FAEC), o Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) e, atualmente, o Instituto Brasileiro de Tecnologia do Habitat são referências nacionais na pesquisa tecnológica da construção brasileira.

⁴⁸ FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/>>. Acesso em 9 de julho de 2010.

⁴⁹ Entrevista concedida à autora em 20 de junho de 2010.

CLÁUDIA ESTRELA PORTO – Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Arquiteta e urbanista (UnB, 1984), Mestrado (Art Et Archéologie - Université de Paris I Panthéon Sorbonne, 1990), Doctorat de 3ème Cycle (Université de Paris I Panthéon Sorbonne, 1993), Pós-Doutorado (Agência RFR, Paris), Pós-Doutorado (School of Planning and Architecture, Delhi). Desde 1990, coordena vários Acordos Internacionais, possibilitando o intercâmbio de estudantes da FAU/UnB com Universidades na Itália e na França.

DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA RACIONALIZADA DE LELÉ NO BRASIL

Adalberto Vilela

Resumo

Este artigo se propõe a destacar aspectos-chave em torno do processo de preservação da obra do arquiteto João Filgueiras Lima (1932-2014), também conhecido como Lelé, no Brasil. No momento em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) decide iniciar a salvaguarda de seus prédios em Brasília, me parece pertinente levantar questões que remontam às origens de seu envolvimento com a pré-fabricação. Nesse sentido, descobrir como a sequência de falhas atribuíveis a Lelé e sua equipe se tornou um pré-requisito para a pesquisa construtiva do arquiteto é fundamental.

Lelé mostrou que, durante mais de 50 anos dedicados a promover a industrialização da construção no Brasil, os desentendimentos técnicos foram frequentes e decisivos em sua vida profissional. Os fracassos vividos pelo arquiteto durante a construção da Universidade de Brasília (1961-65) – um dos momentos mais significativos da pré-fabricação no Brasil – e depois, durante a ditadura militar (1964-85) – quando se envolveu mais sistematicamente com construtoras e engenheiros – formaram a base de sua capacidade de converter a falta de meios em desafios.

De certa forma, as decisões deliberadas do arquiteto em relação ao método operacional e às diretrizes práticas de sua obra podem apresentar desafios para o poder público interessado nas ações de preservação. Prova disso são os inúmeros edifícios em que os sistemas originais (cobertura, drenagem, ventilação, iluminação, etc.) foram parcial ou totalmente alterados. A questão que se coloca aqui não é se essas mudanças podem ter afetado a funcionalidade ou aparência do edifício, mas como o Instituto do Patrimônio no Brasil poderia aproveitá-las para (re)construir e validar o conhecimento construtivo do arquiteto e, portanto, compartilhar sua maneira de pensar e produzir arquitetura como um objeto técnico, percebida e executada como parte de um processo.

Abstract

This paper attempts to highlight key aspects around the preservation process of the work of the Brazilian architect João Filgueiras Lima (1932-2014), otherwise known as Lelé, in Brazil. In a moment when the National Historic and Artistic Heritage Institute (*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN) decides to initiate the safeguarding of his buildings in Brasília, it seems pertinent to arise questions that trace back to the origins of his involvement with prefabrication. Therefore, finding out how the sequence of failures attributable to Lelé and his team became a prerequisite for the architect's constructive research is paramount.

Lelé showed that, during more than 50 years dedicated to promoting building industrialization in Brazil, disagreements were rife and decisive at his professional life.

The failures experienced by the architect during the construction of the University of Brasília (1961-65) – one of the most meaningful moments for prefabrication in Brazil – and afterwards – during the military dictatorship (1964-85) when he got involved with building companies and engineers more systematically – formed the basis of his capacity of converting the lack of means into challenges.

In a way, the architect's combined attitude behavior towards operative-based method and practice guidelines may present challenges for the public power interested in the preservation undertaking. Proof of that are the numerous buildings where the original systems (roof, drainage, ventilation, illumination and so forth) were partially or totally altered. The question arising here is not whether these changes may have affected the building's functionality, but how the heritage institute in Brazil could take advantage of them to (re)build and validate the architect's constructive knowledge and, therefore, sharpening his way of thinking and producing architecture as a technical object, perceived and performed as part of a process.

ORIGENS DO ENVOLVIMENTO DE LELÉ COM A PRÉ-FABRICAÇÃO

As duas principais razões que explicam o contato precoce de Lelé com a construção racionalizada estão geralmente associadas ao volume de trabalho realizado durante os primeiros anos de Brasília e seus prazos exíguos. Tendo em vista a urgência que ditou o ritmo das obras na nova capital – símbolo e motor da modernização brasileira impulsionada pelo presidente Juscelino Kubitschek através de seu plano desenvolvimentista – é totalmente compreensível que novos métodos de construção tenham sido adotados.

No entanto, atribuir a origem do envolvimento de Lelé com a racionalização da construção, e posteriormente com a pré-fabricação, às premências dos canteiros de Brasília seria uma redução simplista da capacidade do arquiteto de transformar limitações em oportunidades. Ainda que essa capacidade venha a ser explorada mais adiante, importa, neste momento, destacar a ideia a ser defendida nessa primeira parte, na qual o *savoir faire* de Lelé é entendido como resultado de um processo extenso e orientado para os métodos de construção racionalizada.

Ao combater a percepção do arquiteto em relação à sua própria obra como sendo mais fortuita do que deliberada, nos deparamos com uma retórica de casualidades que permeia o discurso de Lelé por décadas, consolidado por meio das entrevistas que concedeu: “São coincidências, não são conquistas. Aconteceu comigo como poderia acontecer com

qualquer outra pessoa. Se não fossem essas coincidências, não teria feito nada do que fiz. Minha vida profissional se deve a uma sucessão de acasos.”¹

Elementos circunstanciais podem influenciar os rumos e até orientar escolhas associadas a diversas trajetórias profissionais. Mas no caso de Lelé, o que se vê é uma carreira moldada por um sólido conhecimento construtivo, adquirido e aperfeiçoado ao longo dos anos, cuja produção se desenvolve a partir de contribuições significativas vindas de uma ampla rede de atores decisivos em sua prática.

Quando Lelé fez sua primeira incursão no campo da pré-fabricação com a construção de pavilhões de madeira para o canteiro de obras da Superquadra 108 Sul em Brasília (executada pelo IAPB² entre 1957-59), o imaginário formal dominante no cenário arquitetônico naquele momento estava centrado em edifícios emblemáticos de Oscar Niemeyer, tais como o Palácio da Alvorada (1957), o Brasília Palace Hotel (1957), o Catetinho (1956) e a Escola Primária Júlia Kubitschek na Candangolândia (1957). Dentre esses edifícios, os dois últimos certamente tiveram algum impacto na elaboração do projeto de Lelé para as acomodações provisórias nos canteiros da Asa Sul.

Apesar da linearidade e volumetria modernas que caracterizam essa arquitetura de madeira do início de Brasília, é visível nas fachadas dos pavilhões de Lelé uma maior riqueza de detalhes. A isso se devem o uso da serialização de compo-

¹ João Filgueiras Lima, *O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2004), 11.

² A Superquadra 108 Sul (SQS 108) é uma quadra localizada no Plano Piloto de Brasília (Asa Sul) projetada por Oscar Niemeyer em 1957 e executada pela construtora ECISA (Engenharia, Comércio e Indústria S/A), por sua vez contratada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), autarquia então proprietária do conjunto construído.



Figura 1 – Escola primária Júlia Kubitschek. Brasília, 1957. Fotografia Mario Fontenelle, Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília

Figura 2 – Catetinho, primeira residência do presidente JK na nova capital. Brasília, 1956. Fotografia Mario Fontenelle, Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília

Figura 3 – Pavilhões de madeira no canteiro da Superquadra 108 Sul. Brasília, 1959. Fotografia Mario Fontenelle, Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília

nentes (que não é o caso dos edifícios de Niemeyer) e do aspecto mais elaborado da modulação construtiva, conseguido com o emprego de mais elementos.

Construídos com certo aperfeiçoamento técnico, estes pequenos pavilhões proporcionaram inquestionavelmente uma solução que, por um lado, resolveu problemas de execução como o alinhamento de lambris e conexões e, por outro lado, revelou uma evidente mudança na abordagem construtiva de Lelé voltada mais para a racionalização. Os pavilhões de madeira – que contaram com a experiência de dois carpinteiros alemães também empregados pelo IAPB, Werner Grumpich and Walter Reinicke³ – foram erguidos para solucionar a questão da habitação para os trabalhadores, engenheiros e suas famílias, bem como para prestar serviços essenciais durante a construção das Superquadras, como dormitório, refeitório, cozinha, lavanderia e depósito.

Além das preocupações iniciais de Lelé com o uso indiscriminado da madeira na construção⁴ e considerando as necessidades urgentes, me parece relevante destacar que o arquiteto se valeu de uma condição logística – e não econômica, conforme o entendimento corrente – para promover seus primeiros experimentos racionalizados nos canteiros de obras de Brasília. Segundo o arquiteto:

“Durante a obra de Brasília tive que desenvolver alguns sistemas com madeira para a construção dos canteiros de obras. Como não havia

fornecedores de materiais, tudo vinha de fora, às vezes de avião, e assim projetei algumas peças que já chegavam prontas. A industrialização na obra era necessária mais por uma questão de logística do que de economia. A loja de materiais mais próxima ficava a 5 dias de viagem. E cada canteiro daqueles era uma cidade, com 2.500 operários, que precisavam comer, dormir ...”⁵

Após a inauguração da cidade e a transferência simbólica, político e administrativa da capital federal para o centro do país, Lelé se vê envolvido em uma empreitada bem mais audaciosa e que lhe serviria de base para sua prática profissional nas décadas seguintes: a construção da Universidade de Brasília. Embora de curta duração (1961-65), o período em que esteve diretamente envolvido com as obras no campus da UnB norteou de forma decisiva sua carreira. Ali, o contato com a pré-fabricação pesada em concreto armado, com técnicas de moldagem, cura, desfôrma e içamento foi fundamental para a criação de um repertório técnico até então inexistente na obra do arquiteto.

Talvez mais importante que ter materializado na universidade seus primeiros projetos autorais de destaque⁶ – o Galpão de Serviços Gerais (1962) e os edifícios de apartamentos funcionais da Colina (1962) – tenham sido as lições aprendidas naquele momento. Lições que não se restringiram ao canteiro de obras da UnB, mas que extrapolaram as fronteiras nacionais colocando Lelé em

³ João Filgueiras Lima, “Crônicas de Brasília, 1957/1961,” *Arquitetura e Urbanismo*, no. 192 (2010): 69.

⁴ Hugo Segawa and Ana Gabriella Lima Guimarães, “Lelé: The Creator, the Builder, and the Context,” *Le visiteur: revue critique d’architecture*, no. 14 (2009): 196.

⁵ João Filgueiras Lima, “Mestre da Surpresa [Entrevista a Marcos de Sousa],” *Arquitetura e Urbanismo* 15, no. 82 (1999): 27.

⁶ Embora com menor destaque, podem ser incluídos na lista dos primeiros projetos autorais de Lelé a residência César Prates (1961), em Brasília, e a casa/capela para frei Mateus Rocha (1962), na UnB.

contato tanto com empresas estrangeiras como com as mais modernas técnicas de pré-fabricação na construção implementadas no Leste Europeu em plena Guerra Fria.

Ainda que a viagem do arquiteto de 1963 para a Rússia, Alemanha Oriental, Polônia, França e Tchecoslováquia não tenha surtido os efeitos esperados em relação ao seu objetivo principal – ou seja, a construção de uma fábrica de pré-moldados na UnB após seu retorno –, é evidente que as vistorias e avaliações do potencial tecnológico tanto das usinas como dos sistemas inspecionados naqueles países aprimora de maneira significativa seu conhecimento específico na área da industrialização e da pré-fabricação.

De volta ao Brasil durante o governo João Goulart, Lelé retoma suas obrigações acadêmicas e o gerenciamento de obras na UnB. Àquela altura, o arquiteto já gozava de uma reputação de bom construtor, o que o levou a assumir e acu-

mular cargos na universidade.⁷ Mas antes de encerrarmos a sessão, vejamos como um episódio aparentemente isolado deixou importantes lições para Lelé e sua equipe no CEPLAN: a construção do protótipo da unidade pré-fabricada para moradia estudantil projetada por Oscar Niemeyer na UnB.

Desenhada e publicada⁸ em 1962, a solução de Niemeyer para o alojamento estudantil da UnB surge em um momento em que o arquiteto está bastante envolvido com a questão da pré-fabricação. Esse interesse, no entanto, não surge a partir das obras da universidade. Sua adesão à nova tecnologia pode ser entendida como um desdobramento das pesquisas do arquiteto baseadas nos sistemas estruturais de pórticos transversais. Os estudos anteriores de Niemeyer sobre pórticos empregados em projetos já realizados apontavam para uma mudança clara dentro da carreira do arquiteto, na qual a estrutura assumiu ênfase especial.

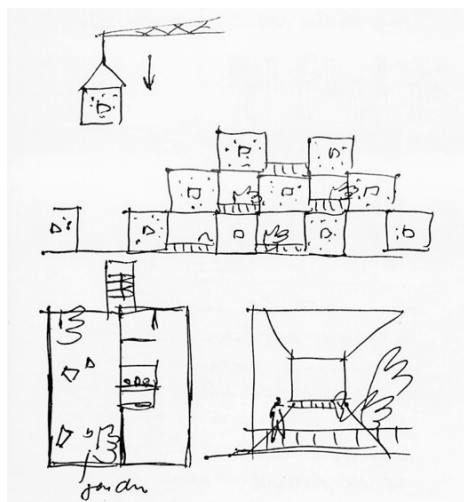


Figura 4 – Croquis para o complexo de moradia estudantil pré-fabricada na Universidade de Brasília. Oscar Niemeyer, Brasília, 1962. Módulo, ano 8, n. 27, mar 1962, p. 34

⁹ Para maiores informações a respeito da tipologia de caixas empilhadas em concreto, ver Kay Louise Ting, “Concrete Box-Units for Housing” (Massachusetts Institute of Technology, 1975).

¹⁰ Sylvia Fischer. Notas de orientação tese de doutorado Adalberto Vilela, 2016.

Na virada da segunda metade do século 20, a nova abordagem de Niemeyer em relação aos sistemas estruturais na arquitetura já era visível em projetos como os Teatros Gêmeos do Ministério da Educação do Rio de Janeiro (1948), a Fábrica Duchon de Guarulhos (1950), o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos (1950) e o Anexo ao Iate Clube de Belo Horizonte (1962). Nada mais natural que adaptar essa mesma solução estrutural para a pré-fabricação. E assim foi feito. Não por acaso, o maior e mais simbólico edifício da Universidade de Brasília, o Instituto Central de Ciências (ICC), com seus 720 metros de comprimento, foi projetado como uma sequência de pórticos pré-moldados de concreto divididos em dois blocos separados entre si por uma faixa ajardinada de 16,50 metros.

Mas o sucesso do projeto do ICC (ao meu ver, um dos mais brilhantes na carreira de Niemeyer) e, de certa forma, de

sua construção (apesar de inacabado, foi detalhado e executado com esmero pelo Lelé) não salvou o pequeno protótipo monolítico destinado à moradia estudantil. Mesmo que sua tipologia de caixas empilhadas⁹ para habitação tenha antecedido em cinco anos a solução de Moshe Safdie para o Habitat '67 em Montreal, conforme lembrado por Sylvia Fischer,¹⁰ o projeto falha na execução. O peso excessivo da unidade de 45m² e 42 toneladas levou a um complexo plano de transporte, que por sua vez inviabilizou sua produção em massa naquele momento.

O fracasso do projeto de habitação coletiva de Niemeyer para a UnB – que pagou um alto preço por sacrificar os benefícios de uma solução mais flexível – levou Lelé a entender a equação crucial a ser resolvida como pré-requisito para um sistema pré-fabricado viável, baseado no binômio peso do componente/transporte. O mesmo Niemeyer que justificava o amplo uso da pré-fabricação em 1962, ao



Figura 5 – Protótipo da unidade pré-fabricada de habitação estudantil na Universidade de Brasília. Oscar Niemeyer, Brasília, 1962. Luiz Henrique Pessina, tese de mestrado, vol. 2, Universidade de Brasília, 1964, p. 65

mostrar a enorme demanda por moradia após o advento de Brasília, parecia agora estar cético em relação à tecnologia atual. Em um artigo escrito em 1979, ele apontou as limitações intrínsecas à arquitetura dos pré-moldados: “É claro que o pré-fabricado representa uma limitação e só deve ser aplicado quando problemas de economia e rapidez o reclamam. De outra forma seria fantasia desnecessária, um obstáculo à própria imaginação do arquiteto.”¹¹

Mas incoerências e contratempos de ordem técnica estarão lado a lado com Lelé nos anos seguintes à sua saída da UnB. Com a invasão da universidade pelas tropas da Polícia Militar em 3 de abril de 1964 e o pedido de demissão em massa de 223 professores no ano seguinte, as experiências inovadoras com pré-fabricação são interrompidas indefinidamente. Se pelo lado político prevaleceriam momentos de perseguição, do ponto de vista econômico o Milagre brasileiro favoreceria o fortalecimento da construção civil no país, incentivando o crescimento e emergência de novas empresas construtoras.

EMBATES NA NOVA CAPITAL. LELÉ, OS ENGENHEIROS E AS EMPRESAS CONSTRUTORAS

A insatisfação com que Lelé relata um sentimento de isolamento profissional¹² não deve ofuscar o fato de que ele trabalhou em estreita colaboração com importantes construtoras que promo-

veram e impulsionaram fortemente a difusão da pré-fabricação no Brasil, especialmente em Brasília. De meados da década de 1960 até o final da década de 1970, a carreira de Lelé foi marcada por uma sequência de importantes proposições, algumas delas não executadas, de valor significativo em termos de aprimoramento dos métodos de construção racionalizada. Embora afastado, naquele momento, dos debates¹³ sobre a pré-fabricação que se organizavam pelo Brasil envolvendo arquitetos, engenheiros, empresários e governo, Lelé tomou iniciativas responsáveis por moldar na prática um conhecimento construtivo, se não inédito, raro.

Desentendimentos foram frequentes e decisivos na vida profissional do arquiteto. Os embates técnicos que travou com os engenheiros das empresas construtoras levaram Lelé e sua equipe a adotar uma postura particular em relação à pré-fabricação, o que em alguns casos contrariava fortemente os interesses econômicos das empresas. Na prática, esses problemas se refletiram ao longo de toda a carreira do arquiteto, em maior ou menor grau. A intenção aqui é demonstrar que Lelé tirou desses confrontos o que lhe foi mais útil para formular suas próprias proposições, a partir de um amplo leque de referências técnicas.

Durante a construção da UnB, Lelé acompanhou de perto obras administradas por grandes construtoras, como é o caso da Rabello¹⁴ e da Christiani-Nielsen.¹⁵ Enquanto a Rabello esteve envolvida com a montagem do Instituto

¹¹ Oscar Niemeyer, “Problemas Da Arquitetura 4: O Pré-Fabricado e a Arquiteura,” *Módulo*, no. 53 (1979): 58.

¹² João Filgueiras Lima, “Eu Vivo Numa Ilha [Entrevista a Otavio Leonídio],” *Vitruvius* 15, no. 058.01 (2014), acesso em 26 junho, 2019, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/15.058/5170>.

¹³ Além dos textos publicados por professores da Escola de Engenharia de São Carlos desde o começo dos anos 1960, profissionais de fora do ambiente acadêmico também se organizaram para discutir as novas possibilidades na construção. Para maiores detalhes, ver Ana Paula Koury, “Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil” (Universidade de São Paulo, 2005), 100–157.

¹⁴ Fundada pelo engenheiro brasileiro Marco Paulo Rabello (1918-2010) em 1945, a construtora Rabello S/A foi responsável pela execução de grandes obras de infraestrutura no Brasil, como estradas (Transamazônica, Presidente Dutra, Castelo Branco, Rio-Santos), pontes (Rio-Niterói, etc.) e viadutos. A empresa atuou em estreita colaboração com Oscar Niemeyer, da Pampulha (1940) aos projetos do arquiteto para a Argélia (1970). Em Brasília, a Rabello desempenhou um papel crucial, principalmente por sua expertise em concreto armado e cálculos estruturais. Os trabalhos executados pela Rabello em Brasília incluem: O Palácio da Alvorada, a sede do Banco

do Brasil, a plataforma da Estação Rodoviária, o Teatro Nacional, a Universidade, o estádio, o aeroporto internacional, a Catedral de Brasília e o Supremo Tribunal Federal.

¹⁵ A Christiani & Nielsen foi originalmente uma empresa de construção dinamarquesa fundada em 1904 em Copenhague por Rudolf Christiani, um engenheiro civil dinamarquês, e Aage Nielsen, um capitão da Royal Danish Navy. A expansão internacional da empresa começou no início de 1908 (Hamburgo, Alemanha). A primeira subsidiária instalada fora da Europa foi no Brasil (Rio de Janeiro) em 1917. A carreira de Rudolf Christiani foi marcada pelos anos de estágio no escritório de Hennenbique, em Paris, onde desenvolveu seus conhecimentos para fazer cálculos para estruturas de concreto. A construtora teve forte presença no Brasil na primeira metade do século 20, com escritórios em três cidades - Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O quarto escritório do Brasil foi instalado em Brasília após a inauguração da nova capital. Para mais informações sobre a CN (Christiani- Nielsen), ver Chr. Ostenfeld, *Christiani & Nielsen: Jernbetonens Danke Pioneer* (Lyngby: Polyteknisk Forlag, 1976); Christiani & Nielsen, *60 Years of Civil Engineering, 1904-1964*. (Copenhague: Christiani & Nielsen, 1964); Maria Luiza de Freitas, "A Christiani & Nielsen e a Arquitetura do Concreto Armado no Brasil: Indagações em Torno da Relação entre Arte e Técnica," in *8. Seminário Docomomo Brasil* (Rio de Janeiro, 2009).

Central de Ciências (ICC), do CEPLAN e do Galpão de Serviços Gerais (SG), a Christiani-Nielsen se encarregou da execução dos quatro blocos de apartamentos funcionais da Colina. O fato de todos esses edifícios serem pré-moldados não implica necessariamente na adoção das mesmas soluções construtivas, que podem variar de acordo com as especificidades de cada projeto e parâmetros como escala, vãos e estrutura, por exemplo.

No caso do ICC, um dos problemas que mais afetou Lelé foi a alteração do subsolo. A decisão da Rabello de construir o edifício principal da universidade sobre fundações rasas irritou o arquiteto, responsável pelo desenvolvimento do projeto. Ao comentar sobre as alterações na construção do Instituto Central de Ciências, Pessina recordou:

"A fundação do ICC é um radier de cascalho, como você faz numa estrada, compactada.... Ele não tem fundação profunda. É absolutamente rasa, em cima desse radier. O Lelé inclusive foi contra a construção desse radier porque alterou, a gente não sabe disso, mas alterou o projeto do ICC. O ICC ficou com subsolo demais e as construções previstas para o espaço entre os dois blocos não foram feitas. Lelé previa que ia acontecer isso. Hoje você tem salas de aula ali..."¹⁶

A experiência com as fundações do ICC parece ter dado a Lelé a percepção estrutural necessária para adotar o *radier* como solução técnica comum, em projetos onde as características do

terreno assim permitissem e quando a situação impunha uma solução mais rápida e barata. Deste modo, esse tipo de fundação tornou-se bastante difundida nos projetos posteriores do arquiteto, como no caso dos hospitais Sarah em Salvador e no centro de reabilitação infantil do Rio de Janeiro (Ilha Pombeba). Essa prática ilustra claramente uma característica importante na obra do Lelé, que consiste em aprender com as experiências ao nível da construção e fazer alterações para criar novas soluções.

Mas os embates técnicos de Lelé com empresas construtoras e engenheiros vão muito além do âmbito da Universidade de Brasília,¹⁷ alcançando projetos como o Hospital de Taguatinga (1968, Eng. Joaquim Cambraia), as secretarias do Centro Administrativo da Bahia (1973), as obras de saneamento do Vale do Camurujipe (1979, Eng. Frederico Schiel), e o Hospital Sarah de Brasília (1976, Projectum Engenharia Ltda. / Eng. Joaquim Cambraia), pra citar alguns. Por uma questão de concisão (e respeito ao leitor), vamos nos ater mais detalhadamente a apenas um projeto, cujo resultado me parece significativo o bastante para confirmar nossa hipótese.

Durante o período de transição entre a saída precoce de Lelé da Universidade (1965) e seu primeiro trabalho como arquiteto autônomo – o Hospital de Taguatinga (1968) – Lelé foi funcionário da construtora Christiani-Nielsen. Durante um ano, o arquiteto realizou os trabalhos para a Disbrave, uma oficina de manutenção e concessionária de

automóveis Volkswagen em Brasília. O curto período como funcionário durante a construção da sede da empresa não impediu Lelé de questionar decisões técnicas envolvendo a estrutura de concreto e a pré-fabricação em geral. Comentando as obras do conjunto da Disbrave em Brasília, Lelé afirmou:

“Quem construiu a Disbrave foi a Christiani Nielsen porque ela estava aparelhada para fazer sistemas pré-moldados, mas ela só fez uma parte da obra pré-moldada. Então foi feito pela metade, de modo que deixou muito a desejar sob o ponto de vista

da execução. Não havia equipamentos para montar as peças e o proprietário também não tinha dinheiro para enfrentar todo o problema da construção. Eles não respeitaram todo o processo de industrialização por causa do processo de produção e também por causa do prazo. É claro, se você vai manter um guindaste numa obra durante muito tempo, o custo do aluguel desse guindaste é muito grande, anulando assim a vantagem econômica.”¹⁸

Não há dúvida de que Lelé concebeu a estrutura do complexo da Disbrave utilizando a pré-fabricação em concreto

¹⁶ Luiz Henrique Pessina. Entrevista com Adalberto Vilela em 12 fevereiro, 2015 em Brasília.

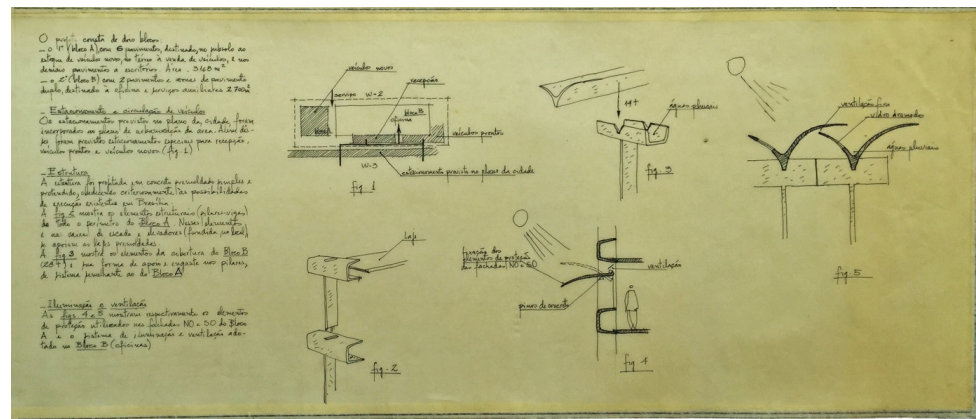
¹⁷ Para maiores detalhes, ver o capítulo “Lelé, the engineers and building companies” em Adalberto Vilela, “Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé,” *ETH Research Collection* (ETH Zurich, 2018), 54–86.

¹⁸ Ana Gabriella Lima Guimarães, “João Filgueiras Lima: O Último dos Modernistas” (Universidade de São Paulo, 2003), 61.



Figura 6 – Sede da concessionária Disbrave. Vista do bloco administrativo. João Filgueiras Lima, 1965, Brasília. Fotografia Marcel Gautherot. Arquivo João Filgueiras Lima, Salvador.

Figura 7 – Sede da concessionária Disbrave. João Filgueiras Lima, 1965, Brasília. Prancha do projeto básico mostrando a solução estrutural pré-fabricada adotada por Lelé. Arquivo João Filgueiras Lima, Salvador.



¹⁹ João Filgueiras Lima. Projeto básico Agência Volkswagen – Disbrave, memória, prancha 1. Brasília, 12.03.1965. Arquivo João Filgueiras Lima.

como elemento principal, levando em conta as possibilidades de implementação efetiva da técnica na nova capital. O projeto básico, datado de 12 de março de 1965, confirma a intenção do arquiteto de pré-fabricar a parte mais pesada do processo construtivo.

“A estrutura foi projetada em concreto pré-moldado simples e protendido, obedecendo criteriosamente às possibilidades de execução existente em Brasília. A fig. 2 mostra os elementos estruturais (pilares-vigas) de todo o perímetro do Bloco A. Nesses elementos e na caixa de escada e elevadores (fundida no local), se apoiam as lajes pré-moldadas. A fig. 3 mostra os elementos da cobertura do Bloco B (28 t) e sua forma de apoio e engaste nos pilares, de sistema semelhante ao do Bloco A.”¹⁹

O complexo da Disbrave era originalmente composto por dois blocos: um edifício de seis andares destinado

à venda de automóveis e escritórios administrativos (Bloco A) e um longo pavilhão de dois andares para serviços de reparação e manutenção de veículos (Bloco B). O edifício sofreu diversas modificações ao longo do tempo, com ou sem o consentimento de Lelé. Mais relevante, porém, do que as modificações realizadas (algumas desastrosas, por sinal), é a origem de seu projeto. A sede da Disbrave representa o esforço do arquiteto para dar continuidade à técnica de pré-fabricação *in situ* empregada na Universidade de Brasília. Por meio de uma sequência de elegantes componentes da cobertura, Lelé alterou drasticamente a configuração do edifício, trazendo ritmo e movimento às fachadas e fazendo uma clara distinção entre materiais portantes e não portantes.

A imagem que Lelé criou do edifício como objeto técnico resultante dos métodos de pré-fabricação foi desmontada por uma série de intervenções, todas elas

legitimadas por engenheiros da Christiani-Nielsen e endossadas pelo proprietário. Em resposta às limitações impostas pela situação, e considerando os grandes inconvenientes da obra, Lelé foi obrigado a adaptar a sua ideia à realidade. Daquele conjunto ritmado de vigas em perfil “Y” da cobertura do bloco de serviços – inicialmente imaginada como uma peça pré-moldada – restou um edifício que, se por um lado mantém uma aparência pré-fabricada, por outro lado evidencia as sequelas de uma adaptação no método construtivo no mínimo questionável:

“Além disso, logo na entrada da Disbrave tem uma grande viga de cobertura com 25 m de vão, a qual o calculista previu um excesso de contrapeso. Como aquela estrutura sofre a ação de enormes cargas verticais, a flecha desceu empurrando os pilares e todos eles foram abrindo na parte de baixo. Eles não tinham flexibilidade porque eram pilares com uma inércia muito grande no sentido do empuxo. Então ele abriu mesmo. Não há como você segurar o peso no ar, pois é uma força que desloca a terra. O que eu podia fazer? A obra já estava pronta e o prédio ficou cheio de rachaduras. Tentei inventar umas soluções, mas eles não deixaram.”²⁰

Mas nem tudo estava perdido. Lelé conseguiu assegurar que um importante componente fosse construído conforme especificado, ou seja, pré-fabricado: o brise-soleil do bloco de escritórios. Desenhado como uma lâmina de concreto em balanço preso à fachada por pinos de concreto (posteriormente substituídos

por pinos metálicos), o brise da Disbrave é um sopro de resistência nessa batalha da técnica construtiva.

O significado simbólico da operação de içamento do elemento por meio de um guindaste, fotografada por Marcel Gautherot, representa uma conquista para o arquiteto, dado o ambiente profissional em que esteve imerso. As obras posteriores de Lelé demonstram sua disposição em aderir à pré-fabricação global do processo construtivo, da mesma forma que ele havia vivenciado na universidade. No entanto, muitos de seus edifícios desta fase foram parcialmente pré-moldados ou construídos de acordo com as técnicas tradicionais, apesar de inseridos visualmente na estética da pré-fabricação daquele momento. É o caso da própria Disbrave (1965), do hospital de Taguatinga (1968), da sede da Planalto de Automóveis (1972) em Brasília, e do hospital Sarah (1976) na Asa Sul.

Além das contingências financeiras dos clientes, e considerando as diferenças intrínsecas entre o caráter público e privado dos projetos em questão, as construtoras e seus engenheiros tiveram um papel decisivo na interrupção da continuidade dos métodos de construção racionalizados do Lelé, confirmando assim o descompasso entre o setor da construção em Brasília e as aspirações do arquiteto na época. Apesar desses conflitos terem perdurado ao longo de toda a vida profissional de Lelé, a adesão do arquiteto aos processos industriais de construção a partir de 1979 e a consolidação da pré-fabricação leve (argamassa

²⁰ João Filgueiras Lima. Entrevista com Ana Gabriella Lima em 20 fevereiro, 2001. Em: Guimarães, “João Filgueiras Lima: O Último dos Modernistas,” 61.

²¹ Para maiores detalhes, ver: Cláudia Estrela Porto, “Les maisons de l’amitié,” *Le visiteur: revue critique d’architecture*, no. 14 (2009): 39-66; Adalberto Vilela, *A Casa na Obra de João Filgueiras Lima, Lelé* (Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2017).

²² Adalberto Vilela, *A Casa na Obra de João Filgueiras Lima, Lelé* (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017), 259.

armada) em sua obra nos anos seguintes tornam as experiências construtivas de Lelé ao menos sujeitas a um controle mais rígido nessa nova fase.

Assim, até o final dos anos 1970, a atitude profissional de Lelé em relação à construção racionalizada foi bastante afetada pelo meio profissional em que ele se encontrava. A fase mais independente (e também isolada) viria logo a seguir, com a inauguração das fábricas de pré-moldados durante os anos 1980/90. Com base nesse entendimento é que as duas primeiras partes deste artigo foram organizadas. Nesse sentido, três aspectos tornaram-se centrais na narrativa: as figuras decisivas que trabalharam com Lelé (técnicos, políticos, operários, engenheiros, etc.), seu conhecimento construtivo adquirido a partir de um longo processo de investigação sobre racionalização de obras (e não de circunstâncias aleatórias), e o papel das empresas construtoras na dinamização da mente industrial do arquiteto. Resta saber como proteger efetivamente esse legado a partir de uma compreensão mais ampla acerca do seu valor.

PORQUE A PROTEÇÃO DA OBRA DE LELÉ EXIGE UM OLHAR ESPECIAL

Nessa última parte, me parece imprescindível levantar algumas questões relevantes quando o assunto é a preservação institucional da obra do Lelé no Brasil. Em 2016, a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional no Distrito Federal (IPHAN/DF) deu início ao processo de tombamento das obras do arquiteto João Filgueiras Lima em Brasília. Os estudos para o levantamento cadastral desse grande acervo se concentraram inicialmente nas residências privadas projetadas pelo arquiteto e construídas, em sua maioria, em setores adjacentes ao Plano Piloto, como o SHIS (Setor de Habitações Individuais Sul), SMLN (Setor de Mansões do Lago Norte) e o SMPW (Setor de Mansões Park Way).

Essas casas, que já foram objetos de estudo e catalogação em artigos acadêmicos e livros,²¹ apontam para uma produção menor, mas não menos importante na obra do Lelé. Diferentemente de sua produção industrial, essas casas de alto padrão foram desenhadas para atender a um público específico: clientes e amigos do arquiteto, geralmente pertencentes a uma elite social/intelectual, que acataram (e custearam) as propostas técnicas, espaciais, estéticas e funcionais apresentadas por Lelé no momento da realização do projeto. Ainda que essas casas reflitam “o momento em que foram realizadas e traduzam, de forma coerente, as experiências do arquiteto com os diversos sistemas construtivos empregados ao longo de mais de cinquenta anos de profissão,”²² o que está em jogo aqui é algo bem mais relevante: a proteção de um saber fazer.

Não restam dúvidas que o arquiteto João Filgueiras Lima tenha ganhado maior visibilidade profissional somente a partir dos anos 1980, no momento

em que sua produção está atrelada às fábricas de pré-moldados que montou e gerenciou em diversas regiões do Brasil. A partir daí, surgem os primeiros artigos sobre sua obra publicados em revistas especializadas.²³ Ainda que essa embarçosa situação só viesse a mudar na virada dos anos 1990/2000 – quando de fato se percebe uma grande concentração de trabalhos científicos e publicações sobre Lelé em revistas e jornais de circulação nacional – a sensação de “descoberta” tardia da obra e valor desse profissional (já com quase 70 anos) está atrelada a um

anonimato imposto por uma historiografia da arquitetura moderna brasileira que privilegia apenas seus atores principais. Nesse sentido, não é de se estranhar que Lina Bo Bardi (1914-1992) tenha recebido praticamente o mesmo tratamento.

Para efeitos didáticos e clareza das ideias propostas, vamos dividir a arquitetura racionalizada de Lelé em dois momentos principais. Um primeiro (1957-1979), abordado nas sessões anteriores, no qual o arquiteto se dedica majoritariamente à pré-fabricação pesada de canteiro, produzindo suas peças (em

²³ Antes da criação da Fábrica de Escolas no Rio de Janeiro (1984-86), os artigos sobre a obra de Lelé concentravam-se basicamente nos projetos realizados pelo arquiteto durante os anos 1970 (como o Centro Administrativo da Bahia e a sede da Embrapa em Brasília) e 1960 (Hospital de Taguatinga). Para maiores detalhes, ver: Costa, Eunice Rheinfranck Ribeiro e Emily Ann Labaki Agostinho. Índice de Arquitetura Brasileira, 1981-1983. São Paulo, FAUUSP, 1992, p. 80.



Figura 8 – Sede da concessionária Disbrave. Processo de montagem do brise-soleil pré-moldado. João Filgueiras Lima, 1965, Brasília. Fotografia Marcel Gautherot. Arquivo João Filgueiras Lima, Salvador.

²⁴ João Filgueiras Lima, “Fábrica de Humanidade [Entrevista a Bianca Antunes],” *Arquitetura e Urbanismo* 23, no. 175 (2008): 70.

²⁵ Ver Roberto Pinho, “Lelé: Um Arquiteto Universal,” in *A Arquitetura de Lelé: Fábrica e Invenção*, ed. Max Risselada and Giancarlo Latorraca (São Paulo: Imprensa Oficial SP, MCB, 2010), 47–55.

²⁶ Este trabalho considera as seguintes fábricas: Renurb em Salvador (1979-81), Abadiânia em Goiás (1982-84), a Fábrica de Escolas no Rio de Janeiro (1984-86), a Fábrica de Argamassa Armada em Brasília (1985-94), FAEC em Salvador (1986-88), CEDEC em São Paulo (1990-93) e o CTRS em Salvador (1992-2009). As fábricas instaladas por Lele em Campinas (começo dos anos 1990) e em Ribeirão Preto (FABES, Fábrica de Equipamentos Sociais, 2002-04) não foram consideradas devido à representatividade de suas contribuições.

²⁷ Segundo Claudio Blois, “o Equiphos, como gerador de projetos e produtos hospitalares, funcionou até os primeiros meses de 2016. Em junho daquele ano, quando deixei o centro, a área de projetos estava, já há alguns meses, praticamente desativada, restando somente a Oficina de Protótipos que, a essa altura, funcionava praticamente como apoio técnico e de maquinário à Oficina Ortopédica.” Claudio Blois. Entrevista com Adalberto Vilela em 30 de junho, 2019 por telefone.

concreto) próximo ao edifício e anulando, por consequência, os custos de transporte; e um segundo (1979-2014), quando o arquiteto passa para a fase industrializada de sua carreira, produzindo as peças (pesadas, e posteriormente leves) em uma fábrica e as transportando até o canteiro para a etapa de montagem.

Ao longo de 30 anos – de 1979, data da criação de sua primeira fábrica (Renurb), a 2009, quando o arquiteto se demite do Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS), sua última e mais bem-sucedida usina de pré-fabricação – Lelé promoveu avanços significativos na área da construção industrializada no Brasil. Sua pesquisa envolveu sistemas construtivos alternativos, emprego de materiais não normatizados, desenvolvimento de novos sistemas de moldagem, para citar apenas alguns êxitos. Mas nenhuma dessas conquistas fará sentido se as descontextualizarmos de um objetivo maior, ou seja, a criação de um *modus operandi* que dê continuidade a algo que fora criado, testado e aperfeiçoado ao longo de décadas.

Poucos meses antes de deixar o CTRS, Lelé concedeu uma entrevista à revista AU na qual o arquiteto reafirma o propósito de sua atividade industrial junto ao centro de tecnologia na Bahia: “Não estamos produzindo uma obra-prima, em sentido exclusivo. Produzimos um processo de fazer muitas coisas, que é o princípio da industrialização.”²⁴ A simples declaração, realizada às vésperas do encerramento das linhas de produção no CTRS em Salvador,²⁵ reafirma a noção que o arquiteto tem de sua própria obra

industrializada como um processo. Algo em plena transformação.

Esse é o ponto central que gostaríamos de defender aqui. Mais importante que proceder ao tombamento dos edifícios projetados por Lelé é proteger o método de produção estabelecido e aperfeiçoado pelo arquiteto ao longo de décadas. O pensamento industrial de Lelé está refletido nas usinas de pré-moldados que criou, símbolo do desenvolvimento pelo qual passou sua arquitetura desde a pré-fabricação pesada, passando pela argamassa armada até o advento do aço. Nada mais justo, então, do que envolver nas ações de salvaguarda tanto as fábricas quanto o modelo de produção.

Diante do desmonte sucessivo das sete fábricas²⁶ que operaram nos anos anteriores à construção do Sarah Salvador (marco na arquitetura industrializada de Lelé), proteger e garantir o pleno funcionamento dos dois centros de tecnologia remanescentes – o CTRS em Salvador e o Equiphos em Brasília – seria o primeiro passo para garantir a preservação desse patrimônio da arquitetura brasileira. Manter esses centros em pleno funcionamento significa retomar sua vocação de produção, e não apenas de manutenção. Além disso, o reaparelhamento do CTRS e a reativação do Equiphos²⁷ ensejaria a tão almejada integração entre fábrica e escola, imaginada por Lelé desde os tempos da UnB, e fundamentada na percepção da fábrica não apenas como espaço de produção, mas como oportunidade para a promoção e intercâmbio do conhecimento técnico.

Por se tratar de uma ação de salvaguarda que abrange tanto bens tangíveis (os centros, as fôrmas, equipamentos, tanques, etc) como intangíveis (os métodos de produção), os estudos (e os debates com a sociedade) deveriam, ao meu ver, contar com a contribuição técnica tanto do departamento de patrimônio cultural material como imaterial do IPHAN. Mas o que aconteceria com as edificações isoladas, já que estamos priorizando os locais de produção e o processo de fabricação? Diante das restrições impostas pela Portaria do IPHAN no. 375, de 19 de setembro de 2018 – que institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) e veta o tombamento “dos conjuntos ditos completos de obras de artistas ou arquitetos”²⁸ – pensar a proteção integral deste enorme conjunto construído deixado por Lelé não seria mais uma opção.

Diferentemente dos demais arquitetos (não envolvidos com a industrialização), Lelé priorizou a produção em massa de seus projetos. Isso quer dizer que, pare ele, encontrar um modelo replicável que fosse viável financeira, construtiva, funcional e esteticamente era mais importante que investir em projetos de edifícios únicos, não replicáveis. Nesse caso, propõe-se a inclusão no processo de salvaguarda de exemplares-chaves que preservem a memória de um determinado processo construtivo desenvolvido e aplicado durante a vigência da respectiva fábrica que o produziu. Assim, teríamos, por exemplo, a escolinha de um pavimento, a de dois pavimentos, o CIAC, e

algumas peças de mobiliário urbano.

Na atual conjuntura, muitos desses edifícios encontram-se completamente descaracterizados, seja em razão do abandono institucional ou de uma série de modificações realizadas pelos gestores públicos, em princípio responsáveis pela proteção e bom uso do bem. No tocante às escolas, vale ressaltar que um dos problemas mais recorrentes foi a substituição do sistema de cobertura proposto originalmente. Baseado em elementos delgados de argamassa armada dispostos de maneira a criar uma circulação de ar entre as peças que compõem o conjunto, o sistema foi substituído por uma cobertura metálica adicional, posicionada sobre o antigo. Criou-se então uma platibanda metálica que percorre todo o perímetro dos edifícios, projetada para ocultar o novo telhado com sistema de caimento em duas águas.

Se formos nos ater detalhadamente aos problemas de manutenção desses prédios, sugiro que comecemos por algo mais urgente: a situação crítica de alguns elementos estruturais, como vigas e pilares, que (há muito) já deram sinais visíveis da gravidade dos danos, como a oxidação da armação, perda de integridade das estruturas, armaduras aparentes (sem cobertura), entre outros. Ainda que essa discussão (sobre manutenção) tome outra direção daquela proposta aqui, de cunho mais conceitual sobre a natureza do que se propõe preservar, não se pode desconsiderar a importância de encontrar os meios para garantir a integridade material dos exemplares em questão.

²⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria no. 375, de 19 de setembro de 2018, Art. 30, Parágrafo II.

Pensar sobre a natureza colaborativa, tecnológica e industrial inerente à obra do Lelé é um exercício que vai muito além da tentativa de reposicionar o arquiteto no quadro da nossa historiografia. Se por um lado as dificuldades enfrentadas, o papel das referências profissionais e os embates técnicos vividos pelo arquiteto ao longo de sua trajetória corroboram para desmistificar a ideia de um Lelé gênio da pré-fabricação; por outro, reforçam a noção de que o aprender fazendo, motor de sua prática, requer tempo, persistência e muita reflexão. Fruto desse processo é uma arquitetura extremamente didática, que revela o pensamento industrial de seu autor, bem

como suas preocupações com os materiais, custos e impacto social. Se quisermos que essa produção perdure e chegue até as gerações futuras, é preciso voltar às origens e proteger a fábrica, não como laboratório de invenções, mas como testemunho de um conhecimento abrangente e construído de forma gradual.

O presente artigo é um desenvolvimento da tese de doutorado intitulada *Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé*, defendida pelo autor na ETH Zurich, Suíça, em maio de 2018. Disponível em <https://doi.org/10.3929/ethz-b-000301849>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Costa, Eunice Rheinfranck Ribeiro e Emily Ann Labaki Agostinho. *Índice de Arquitetura Brasileira, 1981-1983*. São Paulo, FAUUSP, 1992.
- Freitas, Maria Luiza de. "A Christiani & Nielsen e a Arquitetura do Concreto Armado no Brasil: Indagações em Torno da Relação entre Arte e Técnica." In 8. Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, 2009.
- Guimarães, Ana Gabriella Lima. "João Filgueiras Lima: O Último dos Modernistas." Universidade de São Paulo, 2003.
- Koury, Ana Paula. "Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil." Universidade de São Paulo, 2005.
- Lima, João Filgueiras. "Crônicas de Brasília, 1957/1961." *Arquitetura e Urbanismo*, no. 192 (2010): 68-71.
- _____. "Eu Vivo Numa Ilha [Entrevista a Otavio Leonídio]." *Vitruvius* 15, no. 058.01 (2014). Accessed September 15, 2016. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/15.058/5170>.
- _____. "Fábrica de Humanidade [Entrevista a Bianca Antunes]." *Arquitetura e Urbanismo* 23, no. 175 (2008): 64-70.
- _____. "Mestre Da Surpresa [Entrevista a Marcos de Sousa]." *Arquitetura e Urbanismo* 15, no. 82 (1999): 27-30.

- _____. O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima); em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- Nielsen, Christiani &. 60 Years of Civil Engineering, 1904-1964. Copenhagen: Christiani & Nielsen, 1964.
- Niemeyer, Oscar. "Prefabricated Housing in Brasília." *Módulo*, no. 27 (1962): 27-38.
- _____. "Problemas Da Arquitetura 4: O Pré-Fabricado e a Arquiteura." *Módulo*, no. 53 (1979): 56-58.
- Ostenfeld, Chr. Christiani & Nielsen: Jernbetonens Danke Pionerer. Lyngby: Polyteknisk Forlag, 1976.
- Pinho, Roberto. "Lelé: Um Arquiteto Universal." In *A Arquitetura de Lelé: Fábrica e Invenção*, edited by Max Risselada and Giancarlo Latorraca, 47-55. São Paulo: Imprensa Oficial SP, MCB, 2010.
- Porto, Cláudia Estrela. "Les maisons de l'amitié," *Le visiteur: revue critique d'architecture*, no. 14 (2009): 39-66.
- Segawa, Hugo, and Ana Gabriella Lima Guimarães. "Lelé: The Creator, the Builder, and the Context." *Le visiteur: revue critique d'architecture*, no. 14 (2009): 191-198.
- Ting, Kay Louise. "Concrete Box-Units for Housing." Massachusetts Institute of Technology, 1975.
- Vilela, Adalberto. "Architecture without Applause: The Manufactured Work of João Filgueiras Lima, Lelé." ETH Research Collection. ETH Zurich, 2018.
- _____. *A Casa na Obra de João Filgueiras Lima, Lelé* (Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2017).

ADALBERTO VILELA – Arquiteto e urbanista (FAU/UnB, 2003), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB, 2011), Doutor (Instituto Federal Suíço de Tecnologia, ETH Zurich). Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Naviraí. Dentre as áreas de interesse, destacam-se as disciplinas de história e tecnologia da construção, com ênfase na produção moderna. adalberto.vilela@me.com.

CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA: PRESERVAÇÃO À LA CARTE

Carlos Madson Reis

Resumo

Brasília, capital do Brasil, torna-se sexagenária. Com apenas 60 anos de vida (2020) e seus quase três milhões de habitantes (2,97 milhões), já é a 3ª cidade brasileira em população (IBGE/2018), superando Salvador (2,86 milhões), a primeira capital do país (1549-1763). Acrescida da população do seu entorno atinge 4,3 milhões de pessoas, contingente ainda abaixo do Rio de Janeiro, também ex-capital (1763-1960), que com seus 6,6 milhões, é a 2ª cidade brasileira mais populosa. Por que citar esses números quando se discute a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília? Primeiro, por uma questão muito simples, sem considerar a dimensão metropolitana da capital brasileira, a preservação do seu conjunto histórico-cultural torna-se uma atividade estéril, fetichista e diletante. Depois é preciso reconhecer a simbiose sociourbana entre o núcleo matricial e o seu entorno, ou seja, o primeiro não existiria sem o segundo e vice-versa. Brasília, primeiro centro urbano moderno reconhecido pela Unesco como patrimônio mundial (1987), traz novas questões e desafios à preservação de centros históricos. Tanto pela temporalidade, dinamismo, espacialidade e incompletude de sua estrutura, que confrontam a própria ideia de sítio histórico, como, também, pelo uso do tombamento como mecanismo irrestrito de proteção da área urbana, o que causa visíveis dificuldades à ação preservacionista. A primeira surge da discutível premissa que define o conjunto urbano descrito no Relatório do Plano Piloto de 1957 como o objeto a ser preservado. Premissa que gera confusão e equívocos, pois não só a cidade real difere do desenho apresentado, como o modelo urbano ali descrito, originário dos preceitos dos CIAM's, exhibe problemas de desempenho em diversos setores, que precisam ser enfrentados. Outra questão, fruto da primeira, decorre da leitura mítica e idealizada da cidade como obra monolítica, uníssona e completa. Tese que predomina em alguns atores sociais, que tentam fazer das ações protecionistas uma busca desmedida pela manutenção da proposta urbana contida no Relatório. Postura de difícil sustentação, pois, desde o concurso de 1957, o desenho inicial se alterou, por conta dos inerentes ajustes no desenvolvimento e implantação do projeto, ainda que mantidas a essência, a simbologia e a conformação urbana aspiradas. A terceira diz respeito ao modelo de gestão urbana da cidade, não só por sua condição de unidade federativa híbrida, que acumula a função de Estado e de Município, mas sobretudo por repetir o abismo entre o discurso e a prática do planejamento urbano em nosso país. Como nos disse Flávio Vilaça (2005) os instrumentos de planejamento e gestão urbana, à semelhança de um cardápio gastronômico, existem e estão à disposição do poder público, cabe aos gestores escolherem quais serão transformados em "comida". É sobre essas questões que o presente artigo se debruça. A perspectiva é contribuir na reflexão sobre o processo de preservação e gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, quando este completa 60 anos de vida e apresenta um variado e ignorado *menu* urbanístico para enfrentar seus desafios.

Palavras-chave: Brasília, preservação, gestão, tombamento, Iphan e Unesco.

*Seu garçom, faça o favor de me trazer depressa
 Uma boa média que não seja requentada
 Um pão bem quente com manteiga à beça
 Um guardanapo e um copo d'água bem gelada...*
 NOEL ROSA

INTRODUÇÃO

Conversa de Botequim, clássico do cancionário nacional, é um samba de Noel Rosa¹ composto em 1935. Sua letra sintetiza com afinada maestria o cotidiano dos típicos botecos brasileiros: o freguês entra e do cardápio extrai seu pedido ao garçom, que o remete à cozinha para transformá-lo em comida. Sem interação entre esses dois personagens, freguês e garçom, cardápio algum, por mais apetitoso que seja, se transforma em alimento. Dito de outra forma: cardápio não é comida, para que essa mágica mutação ocorra é preciso cumplicidade entre os agentes envolvidos no processo transformador.

Situação semelhante aconteceria, conforme nos apontou sagazmente Flávio Vilaça (2005), com o arcabouço técnico-jurídico à disposição da sociedade brasileira para conduzir o processo de planejamento e gestão urbana no país. Esse conjunto de bem-intencionados preceitos, frente à frágil interação existente entre poder público e sociedade em prol do atendimento das demandas sociourbanas, não passaria de um sortido cardápio normativo em cima de uma mesa, mas sem obrigação alguma de ser seguido. Não há dúvida, sem pactuação entre os agentes sociais envolvidos nesse processo, é impossível que esse apetecido menu urbanístico se transmude em alimento institucional e se torne efetivo mecanismo de gestão para encarar os desafios inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano brasileiro. O Estatuto

da Cidade (Lei nº 10.257/2001), aprovado no Congresso Nacional e recebido em 2001 como bálsamo para os males urbanos do país, está aí para nos confirmar esse entendimento.

É notória a propensão da sociedade brasileira produzir leis e normativas para pautar seu funcionamento e a conduta de seus membros. É pródiga, também, a capacidade dessa mesma sociedade em contornar, negligenciar e descumprir o ordenamento jurídico do país, por meio de inventivos artificiais, que dificultam a aplicação e a efetividade das leis nas diversas áreas. Na área de planejamento e ordenamento urbano não é diferente. Ao tempo em que existe um complexo e bem estruturado sistema técnico-gerencial, o mesmo é praticamente ignorado e pouco utilizado, salvo nas exceções de praxe, que ocorrem para legitimar interesses de segmentos sociais específicos, quando conveniente. Contexto que se reflete na perversa precariedade do ambiente urbano, caracterizado pela exclusão social, violência, descaso com o patrimônio cultural e a má qualidade dos espaços e serviços públicos, entre tantas mazelas.

Não seria exagero afirmar que o Brasil, comparativamente a outros países, possui uma legislação avançada na área de planejamento e gestão urbana. Pelo menos no plano teórico e das boas intenções são inegáveis os predicados do sistema político-institucional brasileiro nessa área, que se estrutura em um competente arcabouço técnico-jurídico. A própria Constituição (arts. 182 e 183), acolhendo os princípios republicanos que

¹ Conversa de Botequim tem letra de Noel Rosa e música de Vadico (Osvaldo Gogliano). É uma das músicas mais conhecidas e gravadas da dupla até hoje.

ajustam a nação brasileira, traz conceitos e determinações que definem as responsabilidades e os procedimentos de cada instância federativa na execução da política de desenvolvimento urbano do país, cuja finalidade precípua é *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*. Para tanto, determina a obrigatoriedade do plano diretor para toda cidade a partir de 20 mil habitantes. Em complemento tem-se o Estatuto da Cidade, que detalha e regulamenta as determinações constitucionais relativas à política urbana no país e na qual, o plano diretor pontifica como o instrumento básico de sua execução (art. 40).

Assim, em tese, teríamos os meios políticos, institucionais, jurídicos e operacionais adequados para conduzir o desenvolvimento urbano e a gestão das cidades brasileiras de maneira articulada, eficiente, inclusiva e democrática, incluindo-se aí a proteção das áreas históricas. Ou seja, usando-se a analogia que conduz o presente artigo, pode-se afirmar que o cardápio urbanístico à disposição da sociedade brasileira, para executar a política urbana no país, é amplo, atraente, variado e apetitoso. Bastaria executá-lo, portanto, para que se alcançasse um patamar sociourbano assertivo e qualificado, no qual, à semelhança de um botequim, os clientes (cidadãos) fossem atendidos com preseteza e qualidade. No entanto, conferindo o sedutor menu sobre a mesa, volta-se à pergunta de Vilaça (2005): *Por que acreditar que o mero cardápio será transformado - Por obra de quem seria? em alimento?*

No presente artigo, nos interessa tratar do caso de Brasília e, particularmente, do processo de preservação e gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, patrimônio cultural brasileiro e da humanidade. Como se situaria a capital do país, com seus inegáveis atributos urbanísticos e patrimoniais, nesse confuso, contraditório e errático contexto do desenvolvimento urbano nacional? O que nos conta a experiência urbana de 60 anos da terceira metrópole nacional? Essas são as questões balizadoras da reflexão que ora nos propomos a fazer.

DE HISTÓRIA, CIDADE E METRÓPOLE

Brasília, capital do Brasil, atinge seus 60 anos. Ainda que tenha sido um período histórico intenso e determinante para os rumos sociopolíticos do país, trata-se de um tempo de vida muito curto para uma cidade, que apenas inicia a sua terceira geração de nativos. Aspecto que se acentua por sua condição de capital de um país igualmente jovem e de histórico recente como nação autônoma. O Brasil, não custa lembrar, somente em 2022, completa o bicentenário de sua independência. Todavia, corroborando com diversos autores, não seria absurdo inferir que o nosso tempo como nação consolidada é bem menor, a rigor a estruturação do Estado Brasileiro, nos termos que se conhece, ocorre já no séc. XX.

Idealizada durante o Brasil Império para ser a nova capital do país surgido

com o ato libertário de 1822, Brasília foi inaugurada em 1960, já no período republicano, cercada de sonhos, esperanças e suspeições. Sua trajetória histórica, numa curiosa mescla de fantasia, imprecisões e realidade, está associada a diversos fatos do imaginário nacional, sobretudo aos antigos desejos coloniais de transferir a capital para o interior do território, simbolizados na Inconfidência Mineira, bem como aos ideais cristãos da terra prometida extraídos dos sonhos de Dom Bosco². Não há dúvida, porém, que Brasília constitui um fenômeno geopolítico, urbano e econômico decisivo para os rumos da história brasileira. Para muitos, inclusive, ao redirecionar o eixo econômico do litoral para o interior, representa o símbolo maior da modernização e reestruturação territorial do país, efetivando o anseio nacionalista de afirmar o Brasil como nação coesa, moderna e independente³.

Contudo, em que pese tão pouca idade, já alcança o terceiro lugar entre as cidades mais populosas do país e convive com os mesmas contradições sociourbanas das demais capitais brasileiras. Mas não há, porém, motivo para lamentar a sua condição de metrópole, pois como tem nos observado Ficher (SD), em diversas ocasiões, o acelerado crescimento urbano de Brasília foi uma das razões para a sua consolidação como capital. Ou alguém ainda imagina que uma cidade de parques 500 mil habitantes (número previsto no seu projeto urbanístico), implantada no desolado centro do território nacional, a 1.200 Km do mar,

se sustentaria como centro político-administrativo de um país das dimensões e pretensões do Brasil? Metropolização, aliás, é um atributo urbanístico que está na natureza das cidades capitais, sobretudo nos trópicos.

O que nos parece importante discutir é o modelo de desenvolvimento urbano até então adotado em Brasília que, seguindo a lógica dominante no restante do país, se caracteriza pela excessiva fragmentação da malha urbana, com núcleos dispersos e distantes entre si até 50Km; pelo elevado custo ambiental, devido a baixa densidade urbana, associada à supressão acelerada e preocupante do Bioma Cerrado; e pela segregação socioespacial de boa parte de sua população, que vive distante e em condições urbanas bem inferiores aos do Plano Piloto, o *cuore* da metrópole. Holanda (2010), ao se valer da Teoria da Sintaxe Espacial para matizar a realidade da Brasília metropolitana, apresenta elementos importantes para entender sua funcionalidade e desempenho. Os cinco aspectos analisados por Holanda (fragmentação, densidade, dispersão, excentricidade e segregação espacial) identificam peculiaridades da macroescala socioespacial da cidade, que a marcam como uma das estruturas urbanas mais singulares do mundo - “para bem e para o mal”, como ele afirma.

Brasília, aqui entendida como Distrito Federal, em que pese ser a menor unidade federativa do país já é a 3ª cidade brasileira em população, com cerca de três milhões de habitantes (2,97

² Embora façam parte do imaginário da construção de Brasília, a associação com tais fatos hoje é bastante contestada.

³ Sobre o papel de Brasília na construção da nacionalidade brasileira ver, por exemplo, Moreira (1998).

⁴ O DF tem 5.802 km². A título de comparação, o estado de Sergipe é a segunda menor unidade federativa do país, sendo quase 4 vezes maior - 21.910 km². Sua população é de 2,22 milhões de habitantes (IBGE/2018).

milhões)⁴ Números que superam a cidade de Salvador (2,86 milhões), a primeira capital do país (1549-1763). Acrescida da população do seu entorno atinge 4,3 milhões de pessoas, contingente ainda abaixo do Rio de Janeiro, também ex-capital (1763-1960), que com seus 6,6 milhões, é a 2ª cidade brasileira mais populosa. Tais números traduzem não só o intenso processo de metropolização da nossa capital, mas o forte caráter concentrador populacional do modelo de desenvolvimento urbano do país. Mais da metade da população brasileira (57%) vive em 6% das cidades. (IBGE/2018).

Outra particularidade de Brasília se refere à sua condição geopolítica e administrativa, haja vista ser a capital do Brasil e se situar no Distrito Federal (DF), unidade federativa híbrida e única, que acumula competências de Estado e de Município (CF. Art.32, § 1º). Essa condição implica que Brasília/Distrito Federal é regido por lei orgânica, à semelhança dos municípios, mas seu legislativo se constitui por deputados, congregados em uma Câmara Legislativa e não Assembleia; legisla sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, prerrogativa municipal. Seu mandatário tem cargo de governador e não de prefeito; possui representação política no Congresso Nacional (deputado e senador); autonomia para instituir e arrecadar impostos e tributos estaduais e municipais (IPVA, IPTU, por exemplo). No entanto, tem vedada sua municipalização, sendo organizado por Regiões Administrativas-RA, cujos administradores são nomeados pelo governador.

A Constituição define que Brasília é a Capital Federal (Art. 18, §1º), e o Distrito Federal, cuja dimensão e limites estão definidos em lei específica, é a unidade federativa criada para abrigá-la. Ou seja, é o Distrito Federal o ente político-administrativo integrante da União. É o DF e não Brasília, portanto, quem presta serviços à população e pode ser acionado juridicamente. Daí que não existe o *governo* de Brasília e sim o *Governo do Distrito Federal* (GDF). Não há, porém, definição específica dos limites geográficos da capital do país.

A Lei Orgânica do Distrito Federal define que “Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do governo do Distrito Federal” (art. 6º), porém, nada nos diz sobre seus limites geográficos. Fato que gera confusão e enseja interminável debate sobre o que vem a ser *Brasília, Plano Piloto, Capital Federal e Distrito Federal*, pois nem sempre é simples determinar e espacializar esses termos. Paviani (1985) define Brasília como uma cidade polinucleada, constituída por um centro – o *Plano Piloto* de Lucio Costa – e pelos demais núcleos urbanos (Taguatinga, Ceilândia, Guará etc.) que formam o Distrito Federal. Assim, *Brasília, Capital Federal e Distrito Federal* se confundiriam e teriam os mesmos limites geográficos. Alinham-se com esse entendimento Ficher (2000) e Holanda (2010), para quem esses núcleos urbanos, incluindo-se o *Plano Piloto*, seriam apenas bairros de Brasília.

Para Amaral (2001) Brasília seria só mais uma cidade do Distrito Federal - a

mais importante -, enquanto este (DF) sendo a Capital Federal englobaria, além de Brasília, os demais núcleos urbanos referidos. Lassance (2003) adota o termo Brasília para o *Plano Piloto*, que corresponderia a Região Administrativa I, pois entende que o termo deveria ser usado apenas para o núcleo diretamente decorrente do projeto inicial. Um dos problemas, porém, seria definir que *núcleo* é esse. As quadras residenciais 400 e 700, por exemplo, não estavam previstas no projeto vencedor, foram incorporadas *a posteriori*, no entanto, como excluí-las do *Plano Piloto*, se até mesmo a legislação protecionista as acolhe como integrantes do conjunto inicial?

Como a Região Administrativa I-RA-I é, por vezes, designada de RA de Brasília⁵, somos tentados a pensar que bastaria adotar sua delimitação, para resolver esse problema, como faz Lassance. Todavia, além da RA-I englobar a área do Parque Nacional de Brasília⁶ e sua parte urbana ser diferente da estrutura concebida em 1957, seus limites tem variado de acordo com os interesses do governo local. Ou seja, não se pode confundir-la com Brasília e nem com o *Plano Piloto*. Este último (Plano Piloto), a rigor, funciona como um conceito urbanístico, que seria a gênese espacial da cidade: é parte e não o todo.

Esse debate, contudo, passa ao largo do cotidiano da população que chama de *Plano Piloto*, ou simplesmente *Plano*, a área urbana que ela entende como oriunda do projeto de Lucio Costa. Assim, por exemplo, afirmar que o Teatro Nacional, o

Parque da Cidade e as *quatrocentos* ficam no *Plano*, é expressão comum aos moradores. Assim como, o morador de uma RA qualquer dizer que está indo ao *Plano* tratar de algum assunto. O termo *Brasília*, por outro lado, é usado corriqueiramente pelos residentes para designar o Distrito Federal. Os brasilienses não dizem, por exemplo, que são do Distrito Federal, mas de *Brasília*, ainda que resida em Taguatinga ou em outro núcleo urbano do DF. Holanda (2010: p. 19) sintetiza bem essa questão ao dizer que os moradores “captam a organicidade do todo e a complementaridade de suas partes.”

O Distrito Federal se compõe atualmente de 34 Regiões Administrativas, algumas delas com áreas e populações bem superiores as da RA do Plano Piloto. Se por um lado, esse expressivo número de RAs nos indica a rapidez do crescimento populacional, bem como a dispersão e a fragmentação da mancha urbana de Brasília, por outro, nos revela o papel que as administrações regionais assumiram no jogo político local. De discretos núcleos administrativos prestadores de serviços do poder central se transformaram, após a obtenção da autonomia política do DF, em valiosas moedas de troca para acomodações políticas da base de apoio governamental.⁷ Não é outra a razão para que entre 1992 e 2019, o número de RAs tenha saltado de 12 para 34, e o cargo de administrador se convertido em uma função bem remunerada, de alta rotatividade e cuja nomeação está subordinada a intrincadas negociações políticas.

⁵ A RA-I por diversos momentos foi denominada oficialmente de Região Administrativa de Brasília (1960 a 1989). No período de 1989 a 1990 passou a ser Região Administrativa do Plano Piloto. Entre 1990 a 1997 voltou a ser RA de Brasília, quando então, voltou a ser nominada de RA do Plano Piloto, que continua até o momento.

⁶ O Parque Nacional de Brasília é uma unidade de conservação que abrange área de 30.000 ha, envolvendo a bacia hidrográfica dos rios Torto e Bananal.

⁷ Atualmente não só o salário de Administrador é atraente - 80% do subsídio de um deputado distrital - mas, também o número de cargos comissionados que poderá nomear. Ver, por exemplo, o Decreto Legislativo 996/2002 e o de nº 1.075/2004.

⁸ A RIDE foi criada pela LC Federal Nº. 94/98 e alterada pela LC Nº. 163/2018. É composta pelo DF e mais 33 municípios (três de Minas Gerais e 30 de Goiás). Sua população abrange cerca de 4,30 milhões habitantes. IBGE/2018.

⁹ *Trem da Discórdia*. Esse é título da matéria jornalística de 4/6/2019 dando conta do bate-boca e xingamentos entre o Governador de GO, Ronaldo Caiado e o Governador do DF, Ibaneis Rocha, quando este último fazia uma viagem teste do trem urbano que ligará Brasília a cidade de Valparaíso (GO). O motivo é que o governador de GO reclamou do protagonismo do GDF no projeto. <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/grande-angular/trem-da-discordia-governador-de-go-provoca-ibaneis-que-o-manda-a-pqp>. Consulta em 8/7/2019.

Brasília (entendida como Distrito Federal) é a 3ª cidade brasileira em população, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Vista como *Plano Piloto* configura um núcleo urbano que extrapolou a condição específica de capital administrativa do país e, a cada dia, assume-se como o centro metropolitano de uma região geoeconômica heterogênea, fragmentada, dispersa e de grande precariedade social. Região que inclui não só os núcleos urbanos do DF, mas, também, os 33 municípios que formam a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, território de gestão comum das unidades federativas envolvidas.⁸

A institucionalização da RIDE constitui, a rigor, uma virtualidade. Além de sua gestão ser precária, sem articulação entre os governos do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, não atende a dimensão dos desafios socioeconômicos que a mesma apresenta como território metropolitano. Aspecto que se reflete na forte dependência funcional dos demais núcleos para com o núcleo central e na desarticulação dos planos diretores das cidades integrantes da RIDE, sobretudo, daquelas próximas a Brasília. São poucas e, talvez inexistentes, as ações institucionais conjuntas entre os governos dos entes federativos integrantes da RIDE.⁹

A leitura da realidade sociourbana dessa região nos aponta que a relação de dependência entre núcleo central e periferia tende a se intensificar, haja vista a lógica de produção espacial e a forte atração exercida por Brasília. O processo

de metropolização e periferização em curso, associado à contradição social embutida no modelo de desenvolvimento urbano do país, produz forte pressão sobre a estrutura do *Plano Piloto* e traz consigo enorme potencial transformador do seu espaço. O enfrentamento desse fenômeno exige ação integrada de planejamento entre o núcleo central e o entorno próximo, na perspectiva de equilibrar a geração e a distribuição de empregos e de serviços, bem como a produção e a qualificação dos espaços urbanos.

O espaço de Brasília: ricos=centro/pobres=periferia confirma a velha lógica de ocupação urbana em nosso país, com o agravante de que aqui, a cada dia, se intensifica a elitização dos padrões urbanos, edifícios e de prestação de serviços no núcleo central, como apontou Holanda (2010). Esse contexto exprime o entrelaçamento das questões urbanas às ações preservacionistas, com prevalência das primeiras e nos indica a necessidade da leitura integral da cidade, direcionando os esforços para a busca indistinta de qualificação e desempenho em todo o seu espaço, ou seja no âmbito da metrópole. É no bojo do desafio da construção da cidadania e urbanidade, que a ação preservacionista deve ser entendida e abordada.

Reflexão que nos leva a Argan (1993), quando ele critica a concepção de centro histórico e seu conseqüente tratamento apartado da realidade urbana em que se insere, como se a cidade pudesse ser tratada de maneira segmentada. Ainda que esse modelo tenha pautado o processo de

construção do espaço urbano ao longo dos tempos.

{...} se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo. Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. Pôr em discussão sua historicidade global equivale pôr em discussão o valor e a legitimidade histórica da sociedade contemporânea, o que talvez alguns queiram, mas que o historiador não pode aceitar. Argan (1993, p. 79):

DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA

A denominação de Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) para a área sob proteção histórica da cidade, surge oficialmente quando do tombamento federal desse conjunto urbano, em 1990. Em síntese, o CUB constitui um polígono de 112,25 Km² e abrange, além do plano-piloto concebido por Lucio Costa, razão de proteção na esfera distrital, federal e da inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, vários outros parcelamentos dispersos e descontínuos. Entre esses se encontram desde os núcleos residenciais remanescentes dos canteiros de obras do período pioneiro de construção da cidade (Candangolândia, Vila Planalto, Vila Telebrasilândia etc.), até setores não previstos no projeto inicial,

implantados recentemente, alguns ainda inconclusos (Cruzeiro Novo, Sudoeste, Noroeste etc.).¹⁰

O CUB, como se percebe, não é o conjunto urbano monolítico, coeso e acabado como descrito no Relatório de 1957. Mas sim um organismo multiespacial, rarefeito, diverso e inconcluso no que tange ao seu risco original. São muitos os setores urbanos ainda a serem parcelados e mesmo revisados em seu desenho original. Cabe lembrar, que mesmo o Plano Piloto sofreu alterações em seu desenho original, com acréscimos de áreas residenciais não previstas no projeto apresentado ao júri do concurso de 1957. As quadras 400 e 700, por exemplo, foram incorporadas ao núcleo primitivo ainda em 1957, no início da implantação da cidade.

Com cerca de 9% da população de Brasília, concentra a maioria dos empregos, dos serviços e dos investimentos da região. Por abrigar a capital o país, condição associada ao alto poder aquisitivo da população residente, constitui o centro metropolitano desse imenso território em volta e o ponto focal para milhares de pessoas que buscam construir uma vida melhor.

Muito já se falou de Brasília e do significado de seu plano-piloto para a história da arquitetura e do urbanismo mundial. Contudo, a análise de sua realidade urbana, frente às inúmeras facetas que a cidade apresenta, algumas contraditórias entre si, nos impõe enormes desafios de apreensão, como bem nos apontou Ficher (2000):

¹⁰ O Setores Sudoeste e Noroeste foram definidos por Lucio Costa no Documento Brasília Revisitada, de 1987.

Brasília é muitas coisas ao mesmo tempo, um paradigma do modernismo, uma Versalhes contemporânea, a ilha da fantasia da classe média de um país de miseráveis ou a fantasia de melhora desses mesmos miseráveis. Tantas leituras, tantas interpretações e sentidos fazem com que seja difícil ver a cidade qualquer Brasília. {...} A principal dificuldade que se encontra na análise de Brasília está, justamente, nessa identificação da cidade com sua parcela planejada. Elogiar Brasília é acatar as peculiaridades do Plano Piloto como irretocáveis; criticá-la é ser impatriótico, é desrespeitar a escritura sagrada que determinou sua forma. No star system dos arquitetos, mais vale a imagem do cartão-postal e a aura de alguns heróis do que a cidade real, o blood, sweat and tears de sua existência...

Dessa atitude decorre a pouca atenção dada ao restante da ocupação do Distrito Federal, o qual é percebido como consequência do crescimento não desejado da cidade-capital para além do meio milhão de habitantes previsto, como resultado infeliz de administrações incapazes de interpretar com sensibilidade as prescrições do projeto original e de repetir o feito dos incríveis pioneiros, ou como mal incurável das concentrações urbanas contemporâneas.

Contudo, o Plano Piloto e seu entorno se complementam, a lógica urbana de um leva inexoravelmente à existência do outro.

Milton Santos (2008), ao discorrer sobre a lógica de produção espacial nas sociedades contemporâneas, nos traz uma importante contribuição para o

entendimento de Brasília. Para ele a ciência, a tecnologia e a informação seriam os novos fatores de desenvolvimento urbano, portanto, a incidência em maior ou menor grau desses fatores seria decisiva para a reorganização, a seleção e a distinção do ambiente construído. Conjuntura que faria surgir uma cidade cada vez mais exclusiva, desigual e plasticamente rígida. A sua descrição sobre os espaços gerados ao sabor das incessantes exigências dos atuais elementos de produção urbana, se amolda ao que se constituiria hoje o Plano Piloto de Brasília:

Espaço minoritário dentro da aglomeração, espaço não-dominante do ponto de vista da extensão, ele é, todavia, o espaço dominador dos processos econômicos e políticos, cuja lógica implacável se sobrepõe e comanda a dos demais subespaços quantitativamente dominantes na paisagem, mas qualitativamente subordinados quanto às funções. É nesse sentido que se pode dizer que à cidade plástica, herdeira dos primórdios da história metropolitana, sucede uma cidade rígida. Nesse sentido, Brasília é a cidade mais moderna do Brasil e Salvador a segunda, pois deu as costas à cidade histórica para construir, em poucos anos, uma seção nova de cidade inteiramente nova {...}. Assim, Brasília é toda rígida, cada pessoa ou coisa encontrando um lugar preciso; e Salvador, como São Paulo ou Rio de Janeiro, é um híbrido de plasticidade do passado e da rigidez do presente. (Santos: 2008, p. 72)

Figura 1 – Vista da Esplanada dos Ministérios desde a Torre de TV.
Foto: Carlos Madson Reis/2012



Ainda que o Conjunto Urbanístico de Brasília, particularmente o que se entende como Plano Piloto, seja a área de maior interesse para a preservação cultural, é preciso considerar a relação socioespacial dialética entre este e o restante da metrópole: Brasília (Plano Piloto e seus bairros mais nobres), certamente, não existiria sem a realidade do seu entorno e vice-versa. E duvida-se que um sobreviva sem o outro. É como nos disse Santos (2009, 68): “Pobreza e riqueza são antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra.”

De autoria do urbanista Lucio Costa e selecionado por meio de um concurso público nacional, em 1957, o projeto urbanístico de Brasília (plano piloto) embute um idealismo formal, funcional e estético que, consoante a sua genealogia modernista, sobretudo aquela oriunda da vertente corbusiana, busca instituir um modelo harmônico e completo de cidade. Concepção moldada para um país que, naquele momento, ansiava em ser moderno, autônomo e original. De todo modo, ainda hoje, é inegável a sedução que causam o ordenamento e a urbanização dos seus espaços mais representativos, o que leva ser vista por alguns setores da sociedade, como o símbolo maior da modernidade urbana brasileira e o modelo urbano a ser perseguido pelas demais cidades do país.

Ficher e Palazzo (2005), ao analisarem a gênese do *plano piloto* de Brasília, nos alertam para a multiplicidade de sua concepção urbana que, embora centrada nos padrões funcionalistas do

Movimento Moderno, se vale da justaposição de modelos e derivações conformadores da cultura urbanística da época. Daí encontrarmos em seu DNA atributos de propostas urbanas variadas, tais como: *da cidade parque, da monumental, da rodoviária, da funcional, da radiosa entre outras*. Holanda (2010) vai mais longe e afirma que descrever Brasília apenas “como uma cidade moderna” é pobre e não condiz com a complexidade, singularidade e riqueza do seu projeto.

De todo modo, a sua filiação ao Movimento Moderno de Arquitetura, associada à sua unidade, dimensão e singularidade urbanística lhe possibilitou, em 1987, tornar-se o primeiro núcleo urbano contemporâneo a receber o título de Patrimônio Mundial. Distinção que a qualifica no cenário urbano ocidental, como a mais significativa realização do século XX. Dos 10 critérios da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, dois (i e iv) foram usados para justificar a inscrição de Brasília na lista da Unesco: i) representa uma realização artística única, obra-prima do gênio criativo humano. iv) constitui um excepcional exemplo de conjunto arquitetônico e paisagem urbana ilustrativos de um estágio significativo da história humana.

A valorização do projeto urbanístico de Brasília teve o aporte decisivo da arquitetura de Oscar Niemeyer, autor dos principais edifícios da cidade, entre os quais estão expressivos exemplares da arquitetura moderna - Congresso Nacional, Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Palácio do Itamarati, Palácio

da Justiça, Catedral entre tantos outros. A participação de Niemeyer na construção da nova capital foi imensa e vai bem além da contribuição dos seus projetos para os palácios e edifícios governamentais. Schlee e Ficher (2010, p.18) mostram que Niemeyer é o grande arquiteto de Brasília, sua atuação frente à equipe de profissionais no dia a dia da obra, foi decisiva para que a cidade tomasse a feição urbana que tanto se fala e admira.

{...} Niemeyer, por uma série de fatores históricos (boa parte deles ainda não conhecida de todos), é o grande arquiteto da cidade. E, sendo assim, tem projetado para a capital federal, ininterruptamente, desde setembro de 1956 {...} Poucas são as cidades que exibem tão contínua presença da visão e personalidade de um único arquiteto {...}

Brasília (plano piloto), conforme definiu Lucio Costa, em discurso a *posteriori* do concurso de 1957, tem sua concepção urbanística estruturada em quatro escalas: *monumental*, *gregária*, *residencial* e *bucólica*. Com essa premissa, a sua preservação tem como base conceitual a manutenção dos atributos essenciais dessas escalas, bem como a inter-relação entre elas. O problema, porém, decorre do fato da caracterização e incidência dessas escalas no território serem ambíguas e de difícil espacialização. Ainda que definam o essencial da concepção do projeto, são insuficientes para tipificar a complexidade urbana do conjunto tombado.

A genealogia do CUB, sintetizada nos princípios funcionalistas de sua

concepção, implica em forte setorização funcional, baixa densidade e rarefação do tecido urbano que, aliadas às grandes distâncias e à dispersão da malha urbana, dificultam a apropriação dos espaços públicos e elevam os seus custos de manutenção.

DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

A salvaguarda de Brasília como patrimônio cultural tem sido preocupação do governo brasileiro desde a instituição da cidade como a nova capital do país. Para tanto, a lei que definia a estrutura administrativa do Distrito Federal (Lei N.º 3.751 de 13/4/1960) determinava em seu Art. 38 que “Qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília depende de autorização de lei federal”.

Como era de se esperar tal dispositivo jamais foi aplicado, pois tornaria inviável o processo de construção de Brasília. Seria impossível levar para deliberação do Congresso Nacional as alterações e adaptações urbanísticas necessárias à sua concretude, que naquele momento era um imenso e frenético canteiro de obras, com o *plano piloto* sendo detalhado *in loco*, em um ritmo que não comportava protelações. Esse artigo, como se sabe, somente 27 anos depois, em 1987, foi resgatado e regulamentado pelo GDF, sendo a garantia jurídica dada à Unesco pelo governo brasileiro para respaldar a titulação de Brasília como Patrimônio Mundial – Decreto nº 10.829, de 14 de

¹¹ Era denominado de tombamento preventivo. Foi utilizado em diversos casos, inclusive para a Catedral de Brasília, em 1967.

outubro de 1987. Observa-se que este dispositivo não se constituía em tombamento, feito que só ocorreria três depois, em 1990.

O próprio presidente Juscelino Kubitschek chegou a solicitar o tombamento do Plano Piloto de Brasília, em proposta encaminhada em bilhete dirigido ao chefe do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 15/6/1960. O temor presidencial fundamentava-se, sobretudo, por questões de ordem política, haja vista as intensas disputas partidárias do momento, assim, sem perspectiva de continuidade da obra, Brasília estaria ameaçada em sua integridade urbana. Segundo ele, o tombamento seria a única garantia de permanência da cidade frente “às investidas demolidoras que já se anunciam vigorosas”. Era uma iniciativa ousada para o momento que, inclusive, causou apreensão ao chefe do Iphan pela natureza e dimensão do objeto a ser tombado, embora o tombamento de obras inacabadas do modernismo brasileiro não fosse inédito – a Igreja São Francisco de Assis na Pampulha, Belo Horizonte/MG, por exemplo, havia sido tombada em 1947.¹¹ A resposta de Rodrigo MFA, indicava a possibilidade de tombamento da área urbana de Brasília abarcada pelo plano-piloto, pois esse era o instrumento legal que o Iphan dispunha para enfrentar tal situação, tanto que foi aberto o processo de tombamento (Perpétuo, 2015).

“Para a manutenção do plano piloto, a medida de que esta repartição dispõe, facultada pela legislação vigente,

é a do tombamento de toda a extensão da área urbana de Brasília compreendida no mesmo plano.” [Apud Perpétuo, 2015]

Brasília, porém, ganha sua primeira legislação específica de proteção somente em 1987, quando de sua inscrição na Unesco como Patrimônio Mundial (Dec. Nº 10.829/87). O tombamento federal só ocorre em 1990, ato regulamentado pela Portaria Iphan nº 04/90, substituída em 1992 pela Portaria nº 314/92. Em 2016, a Portaria 314 foi complementada e detalhada pela Portaria nº 166/2016, alterada em 2018 pela Portaria nº 421/2018, aspecto que comentaremos adiante.

Embora não se ignore os problemas de aplicação e efetividade do tombamento como instrumento condutor da gestão urbana, exatamente por sua natureza conceitual, alheia ao dinamismo dos organismos urbanos, a nossa atuação profissional com a gestão da área tombada, nos permite afirmar que sem o dispositivo jurídico do tombamento, teria sido impossível manter a conformação urbana do CUB com os seus atributos essenciais. Isso não quer dizer que nesse período a ação preservacionista tenha prevalecido e a gestão urbana tenha se pautado no interesse coletivo. Nesses 60 anos de vida urbana é difícil imaginar um momento em que o processo constitutivo da cidade, amparado na execução da política urbana, tenha transcorrido em consonância com os preceitos constitucionais do bem-estar e da cidadania, expressos no princípio do Estado Democrático de

Direito. Foi uma trajetória conflituosa e perversa, com a negação de direitos fundamentais e de urbanidade para a maioria da população, que se reflete, cada vez mais, na perda de qualidade do ambiente urbano. O cumprimento das funções sociais da cidade foi e continua sendo ignorado, pois a lógica de construção da cidade é outra, fundamentada no valor econômico dos seus espaços e na busca do lucro incessante pelo mercado. Questão que se agrava quando o poder público abdica do seu papel sociopolítico de regulador desse mercado, ou pior, se confunde com o próprio mercador, privilegiando o atendimento de demandas dos segmentos sociais já enobrecidos.

Evidente, que a condição sociourbana de Brasília é fruto das disputas entre os diversos segmentos que compõem a sua sociedade, cada um com seus interesses, conflitos e contradições. Essa complexa contenda social, aqui e alhures, é justamente a base da formação, do desempenho e da apropriação da cidade, com perdas e ganhos de toda ordem. A leitura da paisagem urbana, porém, nos permite facilmente intuir quais princípios e interesses têm prevalecidos no processo construtivo da capital brasileira. É como nos disse Milton Santos:

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isto seria adotar uma metodologia puramente formal, espacista, ignorando os processos que ocasionaram as formas. (Santos, 2009, p.58)

O Brasil, como aqui se observou, possui um sofisticado e bem estruturado sistema de planejamento e gestão urbana, calcado em princípios republicanos no qual os encargos dos entes federativos estão definidas. Sistema esse que se ampara em um complexo e detalhado arcabouço técnico-jurídico, por vezes, até exagerado - planos diretores, leis de zoneamento, leis de parcelamento do solo, leis de preservação histórica, leis ambientais, códigos de obras, entre tantos outros instrumentos. No entanto, a notável habilidade da sociedade brasileira em flexibilizar e mesmo ignorar seu ordenamento jurídico, faz com que todo esse sistema seja inócuo, ou mesmo apropriado por segmentos sociais específicos para propósitos contrários aos que nortearam sua elaboração.

Nesse contexto, não seria exagero afirmar que Brasília possui um dos mais sofisticados e detalhados sistema de planejamento territorial e urbano: o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal–SISPLAN, que define princípios, diretrizes, órgãos integrantes e seus encargos, bem como os instrumentos de planejamento e execução da política urbana. São seus componentes complementares o Sistema de Informação Territorial e Urbana–SITURB, o Sistema Cartográfico–SICAD e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos–SIRH.

Trata-se de formidável arcabouço político-institucional, cujo órgão superior é o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN), presidido

pelo próprio governador e composto por membros do governo, representantes de entidades de classe, do meio técnico-acadêmico e da sociedade em geral. O órgão executivo do SISPLAN é a atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação–SEDUH, que abriga em sua estrutura a unidade responsável pela preservação do conjunto tombado no âmbito distrital: Diretoria de Preservação (Dipre). Tudo isso amparado por ampla e complexa legislação urbanística e preservacionista, que mesmo sendo extensa, complexa, imperfeita e, por vezes, incongruente, ignora-la ao invés de buscar seu aperfeiçoamento nos parece pior.

Trata-se, sem dúvida, de um cardápio institucional criativo, diverso e apetitoso, que faria sucesso em qualquer lugar do planeta. No entanto, quando se parte para a sua execução vamos perceber o desleixo com que esse conjunto técnico-normativo é tratado. Fora do campo teórico encontra-se uma realidade institucional composta por um gritante descompasso entre o concebido e o realizado. Ou seja, entre discurso e prática, que se configura em um ambiente político-institucional desarticulado, instável, frágil, burocratizado e ineficiente, conforme se descreve resumidamente a seguir, apoiando-se em alguns aspectos.

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal–CONPLAN é um órgão colegiado com caráter consultivo e deliberativo. Foi instituído em 1992, no âmbito do Plano Diretor de Ordenamento do Distrito Federal–PDOT (Lei Nº 353/1992). Sua

implantação inicia-se apenas em 1997, na 1ª revisão do PDOT (LC Nº 17 de 28/1/1997). Substituiu o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente–CAUMA (Lei Nº 7.456/1986), que por sua vez, havia substituído o antigo Conselho de Arquitetura e Urbanismo–CAU, instituído em 1964, no âmbito da criação da Secretaria de Viação e Obras–SVO (Lei Nº 4.545/1964).

O CONPLAN passou por diversos ajustes institucionais, atualmente é composto pelo Governador, que o preside, e mais 30 conselheiros, sendo 15 natos (membros do governo) e 15 representantes da sociedade civil. Em 2014, por força de Ação Civil Pública impetrada pelo MPDFT, que suspendeu suas atividades, passou por reformulação em sua composição e no processo de seleção dos seus membros, que até então tinha os 10 membros representantes da sociedade civil escolhidos pelo governador, mesmo que não representassem entidade alguma. Essa alteração tornou o CONPLAN paritário e os representantes da sociedade civil são escolhidos por votação aberta (Dec. Nº 35771/2014). Fato que pelo menos o torna mais representativo e possivelmente democrático, embora na prática haja o domínio do GDF nas deliberações, pois, em qualquer votação, já parte com 15 votos e mais o de Minerva (desempate).

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação–SEDUH, órgão central e executivo do SISPLAN, tem sua trajetória marcada por incessantes reformas político-administrativas. Fenômeno que revela a sua fragilidade institucional

para se consolidar e ter efetividade na definição, condução e execução da política urbana, nos termos técnico-jurídicos estabelecidos. A rigor, porém, atua no varejo sob as demandas pontuais de cada administração. Afinal, se trata de órgão decisivo na valorização do solo urbano, definindo *onde, quanto e o quê* pode ser construído na cidade, induzindo os investimentos econômicos. Sua atuação, portanto, fundamental no processo urbano, pois tudo passa pela SEDUH.

A dificuldade de consolidação da SEDUH como órgão central efetivo de planejamento e gestão urbana se reflete na constante mutação de sua estrutura técnico-institucional. A SEDUH é originária da antiga Secretaria de Viação e Obras (SVO/1964) e desde sua criação, em 1989, passou por nada menos de que 13 grandes reformas político-administrativas. A cada nova administração no GDF sua agenda, estrutura, cargos e denominação são reformulados, para que se adaptem aos ventos do momento. É como se a cada mandatário do DF fosse o início da cidade. A mais recente reforma aconteceu em janeiro de 2019, quando, inclusive, foi retomada a sua denominação de 1995 (Dec. Nº 39.610/2019). Atitude que, talvez, revele o esgotamento do repertório nominativo para esse órgão.

Em termos normativos a realidade não é diferente. O PDOT, por exemplo, é definido como o instrumento basilar da política territorial e expansão urbana, no entanto, é discutível sua eficácia, face ao processo burocratizado, formalista,

tecnicista e tutelado de sua feitura, bem como o posterior descaso com suas proposições, exceto àquelas de interesse do setor econômico, sobretudo, o imobiliário. O PDOT vigente decorre da LC 803/2009, alterado pela LC 854/2012, por conta de ação jurídica do MPT-DF (ADI 2009.000.2.017552-9), que suprimiu parte do conteúdo de 2009. No momento, a SEDUH inicia o processo de revisão do PDOT 2020-2030.

A feitura dos Planos Diretores Locais (PDLs), legislação complementar para os núcleos urbanos (Regiões Administrativas) do DF padecem dos mesmos problemas. Das 34 RAs atuais somente oito possuem PDL editados. No entanto, depois de longo processo de discussão de quase 10 anos foi aprovada, em janeiro último, a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal-LUOS (LC nº 948/2019), que estabelece os critérios e os parâmetros de uso e ocupação do solo para a Macrozona Urbana do DF. Vamos torcer para que a extensa e detalhada LUOS tenha melhor destino e cumpra seus objetivos, sobretudo no que tange ao princípio que estabelece *a justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização* (Art. 3, inciso II);

O instrumento de gestão urbana definido para o CUB, que envolve quatro RA's é o PPCUB- Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Sua elaboração se arrasta desde 2009, em um lento, confuso e conflituoso processo¹². Ao final de 2013 o GDF chegou a enviar à CLDF um projeto de lei com uma minuta do PPCUB (PLC nº 78/2013),

¹² Desconsiderando as propostas de normas preservacionistas, podemos afirmar que a elaboração de legislação específica de gestão urbana do CUB, se inicia bem antes, em 1995, com a tentativa do Plano Diretor da RA-I, que não teve sucesso. Em 1999, a SEDUH da época, inicia a feitura do Plano Diretor da Área de Preservação de Brasília-PDAP, também sem sucesso. Uma nova iniciativa, em 2007, buscava se alinhar com a recomendação do Iphan de que os sítios históricos sob tutela federal tivessem seu Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano-PPSH (Portaria Iphan nº 299/2004). Mas só em 2009 que os estudos ganham consistência técnico-formal e se transformam no PLC de 2013. Ver REIS, 2011.

¹³ Acervo Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Cópia do arquivo do autor.

posteriormente retirado de pauta por inúmeras críticas e forte pressão de setores da sociedade, inclusive, com envolvimento do Ministério Público. A atual administração do GDF tem informado que pretende enviar outro PLC à Câmara ainda este ano de 2019.

Somam-se a esses instrumentos estruturadores as normas específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, que em Brasília tem suas particularidades, considerando a diversidade de normas para o mesmo setor e, às vezes, específicas para um único lote. Esse conjunto de normas são passíveis, a qualquer tempo, de revisões, alterações e substituições.

No âmbito federal as recentes atualizações promovidas pelo Iphan nas normativas de proteção do CUB foram consideradas oportunas e bem recebidas pelo Comitê do Patrimônio Mundial da

Unesco. Documento encaminhado ao Iphan por seu Diretor, senhor Mechtild Rössler, reproduzia parte do relatório do ICOMOS que afirmava ¹³.

A Portaria 166/16 representa uma significativa contribuição para a preservação de conjunto urbano de alta complexidade, produto de excepcional projeto inacabado, submetido a intensas variáveis e pressões de todos os tipos, especialmente do tipo especulativo e fundiário.

A Portaria [166/16] é resultado de um esforço coletivo e institucional notável com o propósito de melhorar a gestão, preservação e monitoramento do conjunto urbano, complementando e detalhando a Portaria 314/1992, para assim assegurar a preservação do bem cultural. (Relatório Técnico do ICOMOS, Charenton-le-Pont, França, abril de 2017).

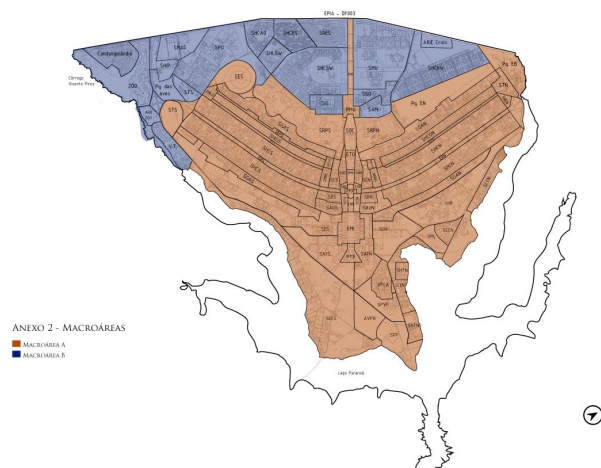


Figura 2 – Mapa do CUB com as duas Macroáreas de Preservação: A e B, conforme Portaria 166/2016. Fonte Iphan

A iniciativa do Iphan, sem dúvidas, aportou maior transparência, racionalidade e segurança jurídica à legislação preservacionista federal, suprindo lacunas da Portaria nº 314/1992. Com a premissa de trabalhar a cidade real, foram definidos critérios de intervenção para todos os setores do CUB, agora reunidos em duas Macroáreas: A e B, de acordo com a relevância histórica e urbanística que cada setor desempenha na composição da paisagem urbana. Assim, com critérios mais bem definidos e objetivos, foram reduzidos os espaços de discricionariedade na análise das intervenções no espaço tombado, tanto para o poder público quanto para a sociedade.

As avaliações de diversos profissionais e os auspiciosos resultados obtidos desde a sua vigência, reduzindo as dúvidas e tensões entre sociedade e poder público na gestão patrimônio urbano local, nos levam a reconhecer o avanço técnico-jurídico que a Portaria nº 166/2016, revisada pela Portaria nº 241/2018, traz ao processo de gestão da área tombada, construindo novas abordagens e práticas. É como apontou André Castro (2016):

À medida que a nova portaria reequilibra a tensão projeto ideal versus obra construída e passa a incorporar com mais ênfase a cidade consolidada como um artefato histórico e dinâmico, as estratégias de proteção passam a ser mais precisas e efetivas, materializando o objeto de preservação, indicando especificamente locais, edifícios, praças, elementos. Ao se tornar menos abstrato, dá menor

margem a interpretações perigosas. (Castro, 2016, p.151)

A legislação de proteção histórica federal, porém, não pode ser vista como substitutiva dos instrumentos específicos de planejamento e gestão urbana, nos termos da Constituição e do Estatuto da Cidade. Tampouco a ação do Iphan pode ser confundida com a competência intrínseca do governo local de executar a política urbana, realizando a gestão do uso e ocupação do solo em seu território. É certo que o Iphan, tem papel preponderante na gestão dos centros urbanos titulados patrimônio brasileiro, pois define parâmetros e critérios para sua proteção. Sua atuação na política urbana é complementar ao do poder público local e não preponderante.

Nessa direção, é preciso somar esforços e buscar parcerias para superar incompreensões, conflitos e sobreposições de competências no processo de gestão da cidade. A relação colaborativa entre os entes envolvidos abrirá um campo imenso para novas abordagens, novas práticas, novos compromissos e a feitura de instrumentos efetivos de gestão urbana, com ganhos impensáveis para a qualidade do atendimento das demandas sociais, em todos os níveis. Ou seja, cumprindo-se as premissas do Estado Democrático de Direito, naquela formidável mutação de cardápio em comida, injeta-se sentido e razão à vida pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo buscou-se enfatizar as dificuldades e contradições do sistema de gestão e preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, contexto que traduz exemplarmente a realidade brasileira, plena de negligência, acomodações e precariedade no trato do espaço urbano. Ainda que o país, e Brasília em particular, possua os meios políticos, institucionais, jurídicos e operacionais adequados para conduzir o seu desenvolvimento urbano em patamar melhor qualificado, haja vista os nobres e bem-intencionados preceitos constitucionais, sintetizado no Direito à Cidade, os avanços obtidos foram circunstanciais, superficiais e frágeis.

O Brasil, infelizmente, ainda está longe de institucionalizar e efetivar uma política urbana que caminhe para construir cidades menos segregadoras e mais equitativas, inclusivas e qualificadas. Não se vislumbra que esse cenário mude fora da cidadania, ou seja, sem obediência à ordem jurídica, qualificação das instituições públicas e controle social sobre o poder público.

Em Brasília, afora a questão de ordem cidadã, é preciso conectar a proteção histórica da área tombada à política urbana e esta às demais políticas setoriais. Continuar preso a um ideal legalista e formal, ignorando-se a inter-relação territorial do seu núcleo central com o restante da metrópole, seria admitir que as virtudes, as deficiências e os desafios do CUB se encerrassem nele mesmo. Ratificando-se, erroneamente, que o Plano Piloto é um

fenômeno extemporâneo, e não fruto das relações socioespaciais que determinam a vida em seu território.

Romper com a visão restrita e segmentada sobre a área tombada, bem como, com o discurso mítico de sua concepção e desempenho, centrado na leitura de Brasília como obra de arte completa, monolítica e acabada, seriam os primeiros passos para se apreender e melhor enfrentar os desafios urbanos da capital, que não são poucos. Para tanto, além de rever a aplicação ortodoxa em seu espaço do receituário preservacionista utilizado em sítios históricos já sedimentados, é preciso incorporar nesse processo a dimensão metropolitana de Brasília.

Contudo, frente ao atual quadro político-institucional brasileiro, como conceber que esses desafios serão superados, se o país caminha em direção contrária à vida cidadã? Como cogitar que demandas historicamente secundárias na agenda política irão assumir algum protagonismo, se direitos fundamentais estão sendo questionados e abolidos? A extinção do Ministério das Cidades e do Ministério da Cultura, reduzidos a meras secretarias de superestruturas ministeriais, estão aí para mostrar as adversidades que a sociedade brasileira terá que enfrentar para retomar o rumo da civilidade, essa utopia tão perseguida e cada vez mais distante de nosso país.

Mas para que serve a utopia, se ela sempre se faz inalcançável? Para que não se deixe de caminhar, nos disse Fernando Birri, sendo citado por Eduardo Galeano (*Las palabras andantes*, 1994). Ou seja, se

queremos atingir outro patamar civilizatório, onde prevaleça um ambiente urbano igualitário, humanizado e qualificado, temos que seguir caminhando.

Por fim, para não se perder o tom coloquial iniciado por Noel, chamemos à mesa Nelson Cavaquinho e seu parceiro Élcio Soares, para finalizar

nossa conversa com os melancólicos, mas esperançosos versos de Juízo Final/1973, samba igualmente memorável do repertório boêmio dos botequins brasileiros: *O sol há de brilhar mais uma vez, a luz há chegar aos corações, do mal será queimada a semente...quero ter olhos pra ver a maldade desaparecer...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AMARAL, Luiz Otávio de O. Brasília, Capital Federal e Distrito Federal. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2001/luizamaryl/conceitos.htm>. Consulta em 5/03/2007.
- CASTRO, André Luiz de Souza (2016). Notas sobre as inovações da Portaria nº 155/2016 para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. In Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais. Org. Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo; textos, Ana Elisabete et al. – Brasília - DF: IPHAN, 2016.
- DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação- SEDUH. <http://www.seduh.df.gov.br>
- FICHER, Sylvia. Brasília. Projeto e Design, Ed. 242, abril de 2000. Disponível em <https://arcoweb.com.br/projetodesign/.../artigo-brasilias-01-04-2000>
- HOLANDA, Frederico de. Brasília. Cidade moderna, cidade eterna. Brasília: FAU/UnB, 2010.
- LASSANCE, Adalberto. Brasília Capital do Brasil. IHGDF. Brasília: Porfiro, 2003.
- MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins, 1956-1961. Vitória: EDUFES, 1998.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de ler, narrar e preservar Brasília. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.
- REIS, Carlos Madson. Gestão de Centros Históricos no Brasil. As cidades patrimônio mundial: os casos de Brasília e São Luís. Tese de doutorado. Brasília: FAU/UnB, 2011.

- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico- científico-informacional*, 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- , Milton. *Pensando o espaço do homem*, 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SCHLEE, Rosenthal Andrey; FICHER, Sylvia. Guia de Obras de Oscar Niemeyer: Brasília 50 anos. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil; Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- VILLAÇA, Flávio. As ilusões do Plano Diretor. 2005 Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf. Acesso em 10 de jan. 2011.

CARLOS MADSON REIS – Arquiteto e urbanista, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, atua nas áreas de planejamento urbano e patrimônio cultural. Superintendente do IPHAN no Distrito Federal de maio de 2014 a maio de 2019, neste período coordenou a elaboração e edição da nova portaria de regulamentação do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

BRASÍLIA: LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL E GESTÃO URBANA*

Sylvia Ficher

Resumo

Discutir a gestão da área tombada do Distrito Federal exige a análise de suas principais normas de proteção em vigor. A começar pelo Decreto nº 10.829/1987, baixado para garantir a inclusão de Brasília no Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO; abrangendo insensata área de mais de cem quilômetros quadrados, estabeleceu uma sistemática original de proteção urbana, por meio do controle das quatro escalas do Plano Piloto – monumental, gregária, residencial e bucólica. O tombamento federal veio com a Portaria nº 4/1990 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), alterada pela Portaria nº 314/1992. A diferença entre elas é mínima e bastante controversa: o acréscimo de um parágrafo que garantiu a Oscar Niemeyer o direito de projetar um edifício em área *non-aedificandi* do Eixo Monumental. Um quarto de século depois, em menos de dois meses foram divulgadas duas novas normas. Pelo IPHAN foi publicada a Portaria nº 68/2012, abrangendo a envoltória do perímetro tombado e abrangendo uma área com cerca de setecentos quilômetros quadrados. Ou seja, essa portaria nos reconduzia aos primórdios de Brasília, reiterando o cordão sanitário imposto ao Plano Piloto ainda antes de sua inauguração, quando da criação de Taguatinga em 1958. Pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDHAB) foi apresentada minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Norma bem mais complexa que as anteriores, contém 178 artigos, preconizando o esarteamento definitivo do território. Felizmente, em 2016 o IPHAN aprovou uma regra bem mais eficiente, a Portaria nº 166/2016, a qual busca superar, pelo estabelecimento de duas macrozonas, as dificuldades de gestão advindas de um território demasiado dilatado e da inclusão de bairros que não deveriam sequer estar sujeitos a medidas de proteção, alguns não completamente edificados até hoje. A Macrozona B serve como área de amortecimento da Macrozona A, a qual contém aquela porção do Plano Piloto real que mais se aproxima do Plano Piloto idealizado. Em vigor, recebeu alterações pontuais pela Portaria nº 421/2018. Porém, a tendência predominante ainda é conceber a preservação do Plano Piloto no vácuo. Apenas uma política que fortaleça os elos entre esse *core* de alto significado urbanístico e arquitetônico e a metrópole brasiliense poderá desviar as pressões imobiliárias que sobre ele são exercidas para a aglomeração maior, esta sim necessitando urgente qualificação. Quanto mais elevada a urbanidade do entorno do Plano Piloto, mais garantida estará sua salvaguarda.

Palavras-chave: Brasília, Plano Piloto, GDF, UNESCO, IPHAN, tombamento.

* Trabalho apresentado no 3º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil, 2019.

Abstract

To discuss the management of the Federal District area classified as landmark requires the analysis of the main protection regulations in force. Beginning with Decree N. 10.829/1987, established to ensure the inclusion of Brasília in the UNESCO World Cultural Heritage; encompassing a senseless area of more than a hundred square kilometers, it set up an original system of urban protection, through the control of the Pilot Plan's four scales—monumental, gregarious, residential and bucolic. The Federal listing came with Ordinance N. 4/1990 of the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN), then Brazilian Institute of Cultural Heritage (IBPC), amended by Ordinance N. 314/1992. The difference between them is minimal and quite controversial: the addition of a paragraph that guaranteed Oscar Niemeyer's right to design a building in the *non-ædificandi* area of the Monumental Axis. A quarter of a century later, in less than two months, two new norms were released. By IPHAN it was published Ordinance N. 68/2012, concerning the periphery of the listed perimeter and covering an area with some seven hundred square kilometers. In other words, this ordinance brought us back to the beginnings of Brasília, reiterating the *cordon sanitaire* imposed on the Pilot Plan even before its inauguration, with the creation in 1958 of a satellite town, Taguatinga. The Federal District Government presented the draft for a Plan for Brasília's Urban Preservation (PPCUB). A extensive rule, it contains 178 articles, enforcing the definitive quartering of the territory. Fortunately, in 2016 IPHAN approved a much more efficient rule, Ordinance No. 166/2016, which seeks to overcome, through the establishment of two macrozones, the management difficulties arising from a territory that is too large and from the inclusion of neighborhoods that should not even be subject to measures of protection, some not completely built up today. Macrozone B serves as a buffer zone for Macrozone A, which contains that portion of the actual Pilot Plan that most closely matches the idealized Pilot Plan. In force, it has received *ad hoc* amendments by Ordinance No. 421/2018. However, the predominant tendency is still to conceive the preservation of the Pilot Plan in a void. Only a policy that strengthens the links between this core of outstanding urban and architectural significance and the metropolis can divert real estate pressures that are exerted on it to the larger agglomeration, which in fact needs urgent qualification. The higher the urbanity surrounding the Pilot Plan, the more guaranteed will be its safeguard.

Keywords: Brasília, Pilot Plan, Federal District Government, UNESCO, IPHAN, listing.

Muito se fala do descaso da população brasiliense para com a preservação do Plano Piloto, do seu desrespeito às características marcantes da cidade concebida por Lucio Costa. O cidadão brasiliense é acusado de tudo: é ele que invade, é ele que gradeia, é ele que cerca, é ele que estica e puxa; ele que polui visualmente a cidade... Contudo, se considerarmos a administração urbana do Distrito Federal, seja do território sob proteção – o Plano Piloto e suas adjacências –, seja do conjunto maior da metrópole, constata-se que suas ações são, em geral, não apenas insuficientes, como muitas vezes equivocadas.

Voltemos o olhar para aqueles espaços que não foram maltratados pelos mal-educados brasilienses. Examinamos os espaços públicos que não sofreram nenhuma ocupação ilegal, que não foram nem gradeados e nem invadidos, e nos deparamos com o quê? Com áreas verdes descuidadas, que não recebem um mínimo tratamento paisagístico, que não oferecem quaisquer equipamentos, nem mesmo calçadas ou bancos de praça. Não passam de terrenos baldios...

Muito se fala também sobre uma maior integração do Plano Piloto com o restante da aglomeração, uma maior

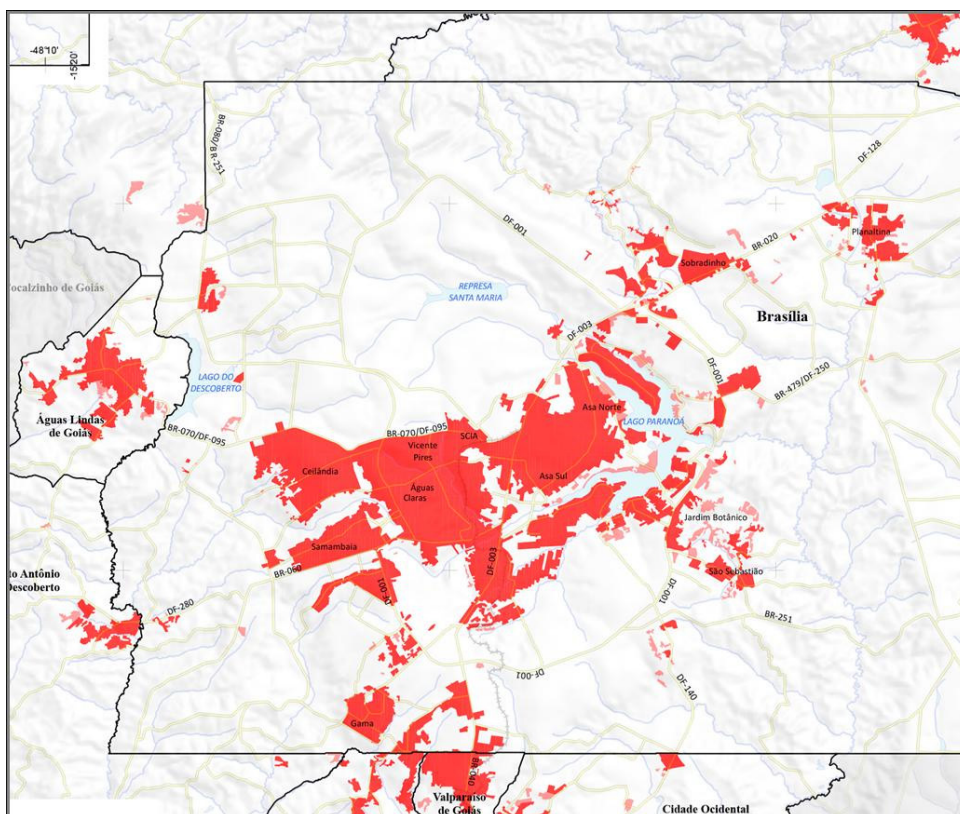


Figura 1 – Região Metropolitana de Brasília. Fonte: IBGE, Coordenação de Geografia, Áreas urbanizadas do Brasil: 2015, 2017. Mapa 23; disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas/>. Acesso: 18 fev. 2019.

integração entre os diferentes bairros da metrópole brasiliense insensatamente dispersos pelo Distrito Federal e seu entorno. Contudo, os instrumentos legais propostos para a sua gestão patrimonial em ambas as esferas do poder público, distrital e federal, contam uma história muito diferente.

QUAIS SÃO ESSES INSTRUMENTOS?

Há trinta anos está em vigor o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, do Governo do Distrito Federal, que pretende cuidar da “preservação da concepção urbanística de Brasília” por meio de meros dezesseis artigos. Pensado levando em consideração tão somente o Plano Piloto e baixado sob medida para garantir a inclusão da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO – confirmada a 7 de dezembro daquele ano –, esse decreto estabeleceu uma sistemática diferenciada, por meio do controle das quatro escalas que seriam apanágio do Plano Piloto – monumental, gregária, residencial e bucólica. De modo que o tombamento não incide nas edificações em si, à exceção daquelas sujeitas a legislações próprias de proteção.

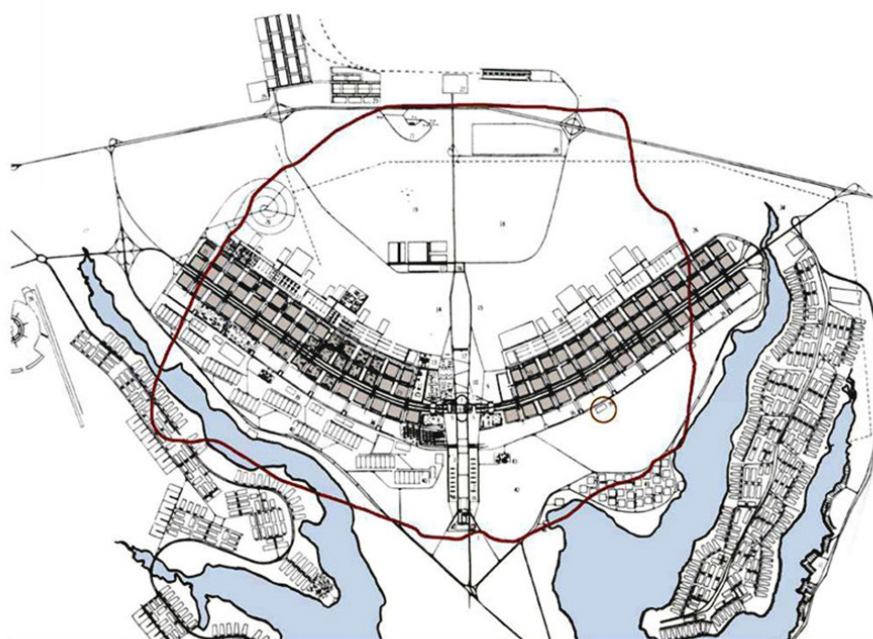
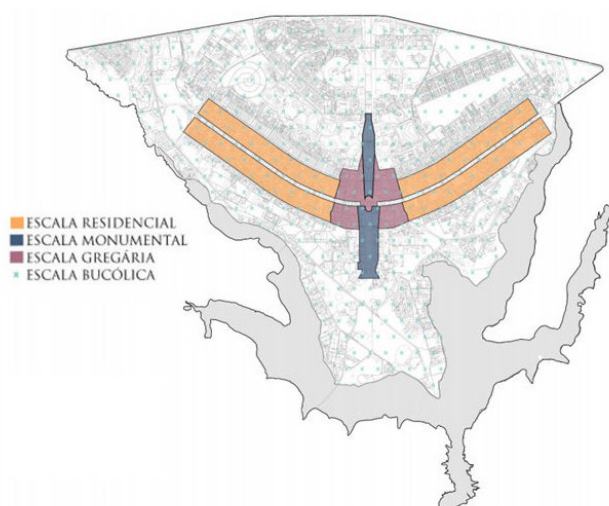
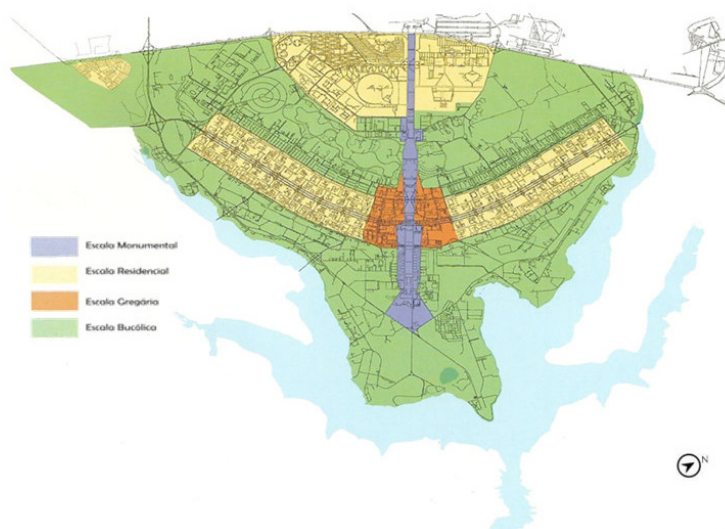
Estabeleceu também uma área tombada de excessiva extensão, que em muito extravasa o Plano Piloto, em contraste com as expectativas de seu urbanista. No texto *Brasília revisitada* (1987), Lucio Costa havia proposto que o tombamento se restringisse “ao conjunto urbanístico-arquitetônico da Praça dos Três Poderes,

incluindo-se os palácios do Itamarati e da Justiça”. De resto, as suas recomendações para o Plano Piloto foram: manutenção dos gabaritos ao longo do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário; consolidação das superquadras e unidades de vizinhança conforme a proposta original; revisão dos setores centrais, para abrandar a excessiva setorização e melhorar os percursos de pedestres e a circulação de veículos.

O tombamento federal viria pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), então denominado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), com a Portaria nº 4, de 14 de março de 1990, alterada pela Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, hoje em vigor. Ambas abrangem a mesma área e repetem em grande parte o decreto distrital, porém graças a uma admirável capacidade de síntese, reduzidas a apenas treze artigos.

A diferença entre as duas portarias federais é mínima, porém significativa. Ela ilustra bem as dificuldades para a implementação de ações de preservação no caso do Plano Piloto. Bastante controversa, uma única alteração foi introduzida no intuito de garantir a Oscar Niemeyer o direito de projetar um edifício no canteiro central do Eixo Monumental, legalmente definido como área *non-aedificandi*. A manobra se deu pelo acréscimo de um terceiro parágrafo ao Art. 9º da portaria de 1990, segundo o qual,

excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão



Concepção de Philippe Panerai

Figura 2 – Área delimitada pelo GDF e incluída no Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. Fonte: Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, GDF; disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html>. Acesso: 18 fev. 2019.

Figura 3 – As quatro escalas do Plano Piloto. Fonte: Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, IBPC; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf>. Acesso: 18 fev. 2019.

Figura 4 – Paris intramuros e o Plano Piloto. Fonte: Philippe Panerai, A Grande Paris: o nascimento da metrópole, 2010.

permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília – arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer – como complementações necessárias ao Plano Piloto original...

Estes são os marcos legais que incidiam até recentemente sobre o território tombado. E qual é esse território? Trata-se de cento e treze quilômetros quadrados, abrigando cerca de 330 mil habitantes. Área superior aos cento e três quilômetros quadrados de Paris, onde vivem mais de 2 milhões e 200 mil habitantes. Atenção, uma população quase sete vezes maior; em outros termos, uma população 700% maior do que a do Plano Piloto.

Tanto a listagem da UNESCO como as portarias federais acataram sem maior juízo crítico o desmesurado perímetro estabelecido pelo decreto distrital. Mais ainda, repetiram a mesma filosofia, uma vez que suas disposições se aplicam apenas ao Plano Piloto – em termos populares, o avião com seu Eixo Monumental e as Asas Norte e Sul ao longo do Eixo Rodoviário.

Nada ficou estabelecido para o restante da área tombada, na qual se encontram bairros de diferentes temporalidades e estágios de consolidação, como a Candangolândia, anterior ao Plano Piloto, ou o Setor Noroeste, ainda em implantação. E cuja realidade em nada corresponde àquela retratada no decreto distrital e nas portarias federais.

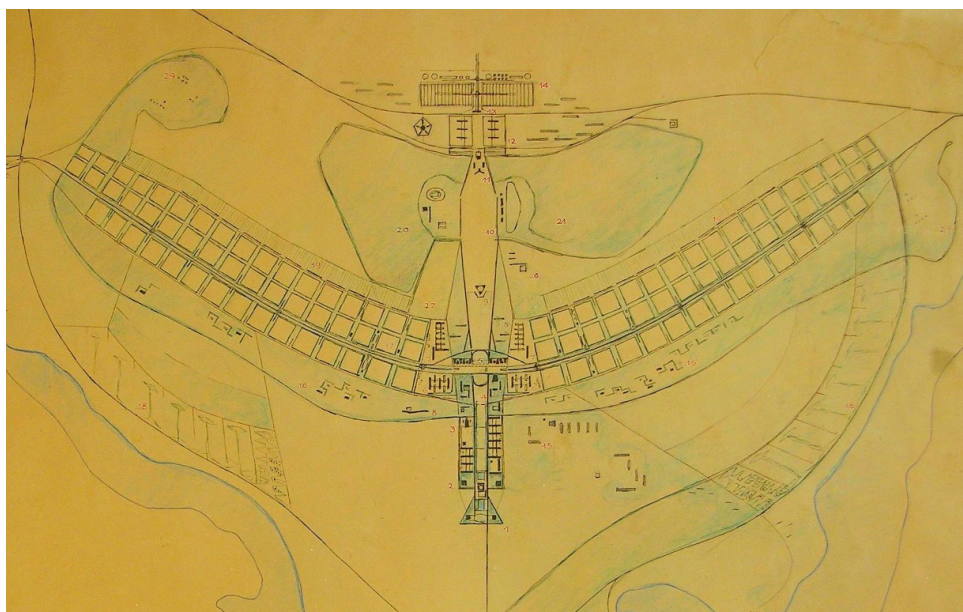


Figura 5 – Lucio Costa, Plano Piloto de Brasília, 1957. Fonte: Casa de Lucio Costa, disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1102>>. Acesso: 18 fev. 2019.



Figura 6 – Foto do astronauta russo Sergey Ryazanskiy, tirada da Estação Espacial Internacional, 2017. Fonte: Ricardo Faria, Astronauta russo fotografa Brasília, 2017.

TENTANDO SUPERAR O DEFICIT

Finalmente cientes do déficit de instrumentos legais, um quarto de século depois os responsáveis pela preservação do Plano Piloto foram tomados de um furor legiferante. Em 2012, em menos de um mês foram divulgadas duas novas normas.

Pelo IPHAN foi publicada a Portaria nº 68, de 15 de fevereiro, afetando a envoltória do perímetro tombado. Neste caso temos uma única norma com doze artigos. Com tais doze artigos, pretendia-se garantir a visibilidade do Plano Piloto, conforme concebido por Lucio Costa, a partir da cumeada da Bacia do Paranoá e controlar usos do solo, parcelamentos e gabaritos de alturas a ser observados em um território agora sete vezes maior, ou seja, um território de mais de setecentos

quilômetros quadrados. Área superior àquela não da cidade de Paris, mas da região metropolitana de Paris.

Pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDHAB) foi apresentada em 12 de março uma minuta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Norma bem mais complexa que as anteriores, propunha cento e setenta e oito artigos. Uma de suas **Planilhas de Parâmetros Urbanísticos chegava a prever a** divisão de um trecho da cidade em onze áreas de preservação, cada uma delas, por sua vez, subdivididas em várias unidades de proteção. O que estava sendo proposto de fato era o esartejamento definitivo do tecido urbano, já por si excessivamente setorizado. A sua única qualidade,

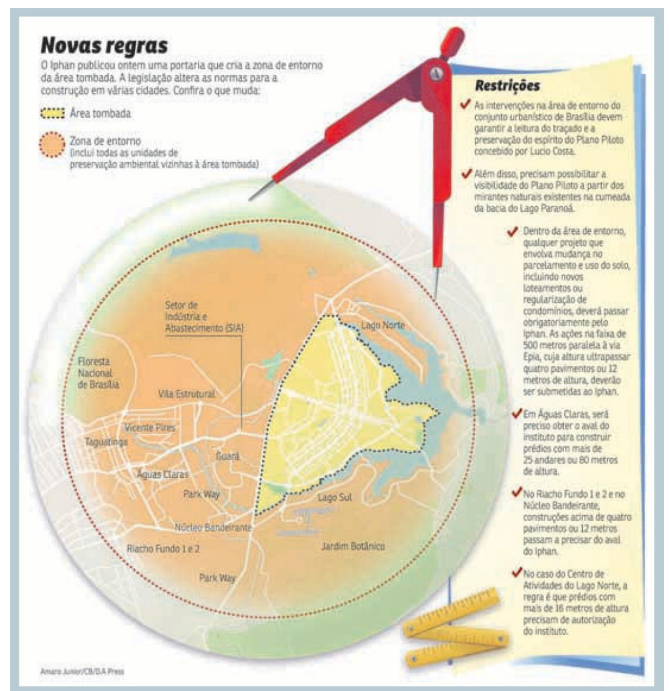
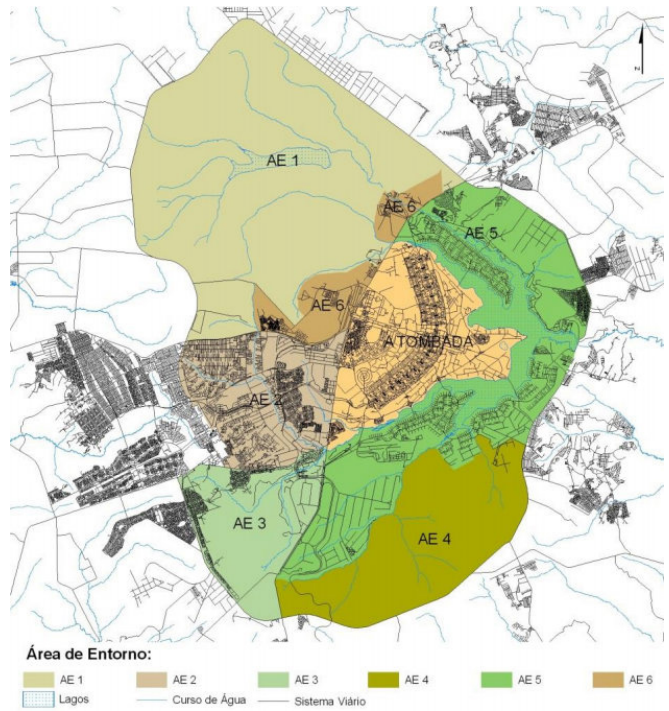


Figura 7 – Envoltória do perímetro tombado. Fonte: Portaria nº 68, de 15 de fevereiro de 2012, IPHAN; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_68_de_15_de_fevereiro_de_2012>. Acesso: 18 fev. 2019.

Figura 8 – Efeitos da Portaria nº 68/2012, IPHAN. Fonte: Helena Mader, Proteção extra ao tombamento, 2012.

Figura 9 – Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), 12 de março de 2012, GDF. Fonte: Disponível em: <<http://www.segeth.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/anexo2e3-1.pdf>>. Acesso: 18 fev. 2019.



o reconhecimento da complexidade de morfologias nele contidas.

Em resumo, enquanto a norma distrital preconizava a preservação do Plano Piloto e adjacências pensada e gerida sem considerar suas relações com o todo da aglomeração, a norma federal nos conduzia de volta aos primórdios de Brasília, reiterando o cordão sanitário que começou a ser imposto à cidade ainda antes de sua inauguração, quando da criação de Taguatinga em 1958. Resta o consolo que a proposta distrital continua sendo debatida e a portaria federal nunca teve condições de ser implementada, ficou esquecida...

O EXEMPLO DE SÃO LUÍS

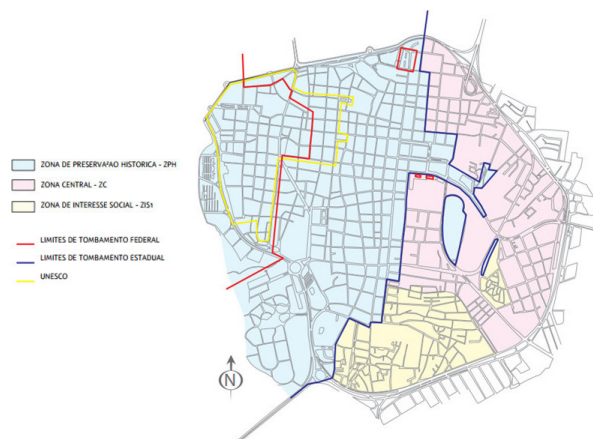
Fica evidente que as dimensões exageradas da área tombada de Brasília, aliada às variações temporais e morfológicas

nela contida, tornaram-se um problema de legislação patrimonial de difícil solução e constituem entraves na sua gestão urbana. A prática, quando da preservação urbana, aconselha a definição de perímetros contendo conjuntos menos extensos e mais homogêneos.

Tomemos o exemplo de São Luís do Maranhão. A proteção de seu centro histórico está contemplada por legislações federais, reforçada por tombamento estadual e ampliada por ações municipais de planejamento. Assim como Brasília, a cidade está inscrita no Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. Mas ao contrário do que ocorre em Brasília, onde a área tombada é a mesma para as esferas distrital, federal e internacional, no caso de São Luís a cada um desses níveis de defesa corresponde um perímetro próprio, o que permite uma gradação nas ações preservacionistas. De modo que a área maior é a municipal, a qual contém as demais.

Figura 10 – Centro histórico de São Luís. Fonte: Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>. Acesso: 15 fev. 2019.

Figura 11 – Zonas e Limites de Proteção do Centro de São Luís. Fonte: José A. Viana Lopes (org.), São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara, 2008.



O atual perímetro federal foi estabelecido pelo IPHAN em 1974 como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº 64; Livro do Tombo das Belas-Artes, Inscrição nº 513) e abarca sessenta hectares. Seguiu-se o tombamento estadual em 1986 (Decreto nº 10.089), incluindo a mesma área acrescida de seu entorno, em um total de cento e sessenta hectares. Em 1992, pela Prefeitura Municipal foi aprovado o Plano Diretor (Lei nº 3.252) e o Plano de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano (Lei nº 3.253) estabelecendo uma área de aproximadamente duzentos e oitenta hectares, a qual está dividida em Zona de Preservação Histórica – incluindo as anteriores –, Zona Central e Zona de Interesse Social. Curiosamente, a área listada pela UNESCO em 1997 é algo maior do que a federal.

Mesmo tal diferenciação de graus de proteção estabelecida para São Luís, que permite maior discernimento nas ações de preservação e revitalização de diferentes órgãos públicos, afeta um território mínimo quando comparado aos mais de dez mil hectares definidos em Brasília.

UM NOVO MARCO LEGAL

Nem tudo está perdido... Em 2016, foi aprovada pelo IPHAN uma regra mais realista e eficiente, a Portaria nº 166, de 11 de maio. Apresentada, oficialmente,

como Complementação e Detalhamento da Portaria nº 314/1992, na verdade trata-se de uma tentativa de superar as suas dificuldades de aplicação, em especial aquelas sobrevindas de um território excessivamente dilatado e da inclusão de bairros que nem deveriam estar sujeitos a iguais medidas de proteção, alguns não completamente edificados até hoje. Em vigor no seu todo, recebeu alterações apenas pontuais pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018.

A promissora novidade foi o estabelecimento justamente da gradação que faltava para orientar as ações de preservação, agora garantida por meio da definição de duas macrozonas. A Macrozona B funciona, na prática, como transição e amortecimento para a Macrozona A, a qual contém o bem sob proteção maior. Permitindo, assim, que os controles mais rígidos fiquem concentrados naquela porção do Plano Piloto real que mais se aproxima do Plano Piloto originalmente idealizado.

PARA ALÉM DA GESTÃO, A CONCEPÇÃO URBANÍSTICA

O tombamento de Brasília tem uma outra face, uma face não muito ensolarada, em consequência da simultânea preservação de uma outra ordem de problemas, aqueles que já existiam na cidade. E, por consequência, vindo o tombamento, a impossibilidade de sequer se pensar em soluções para remediá-los. Há um bloqueio mental, uma verdadeira cen-

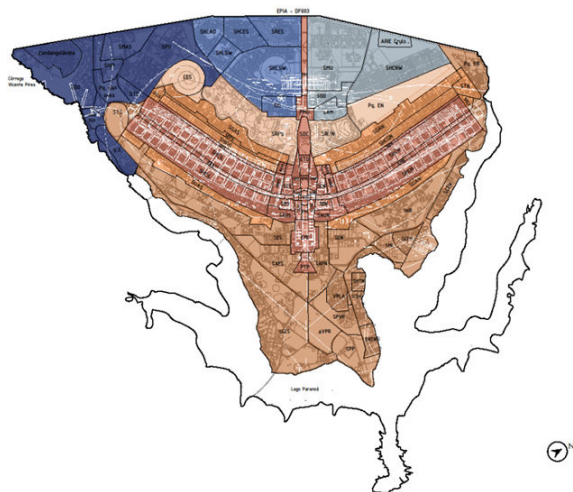
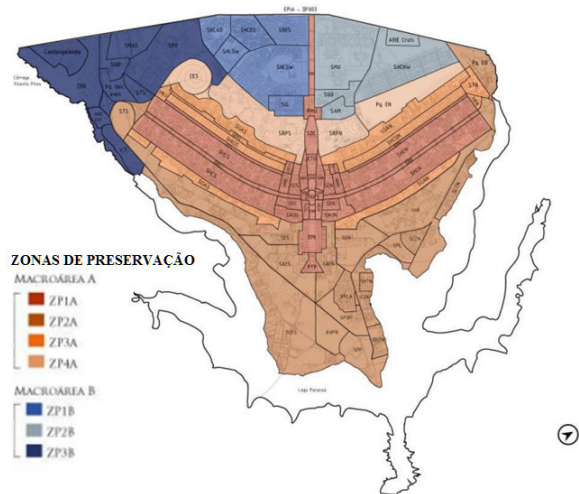
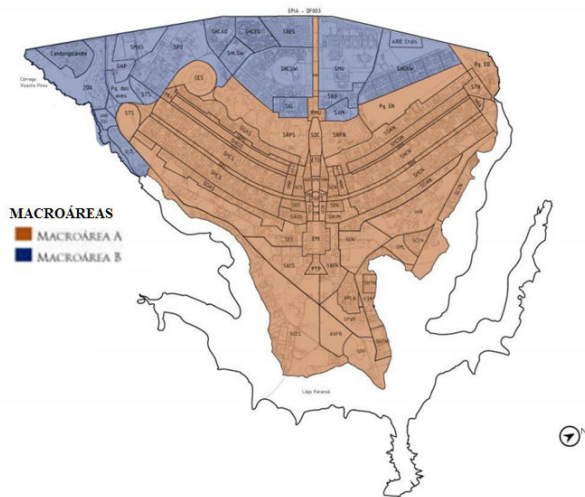


Figura 12 – Macroáreas de Proteção A e B. Fonte: Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, com alterações introduzidas pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018, IPHAN; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas>. Acesso: 18 fev. 2019.

Figura 13 – Macroáreas A e B e respectivas Zonas de Preservação. Fonte: Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, com alterações introduzidas pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018, IPHAN; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas>. Acesso em 18 fev. 2019. Acesso: em 18 fev. 2019.

Figura 14 – Sobreposição do croqui de Lucio Costa (1957) e da área tombada. Fonte: Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016, com alterações introduzidas pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018, IPHAN; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas>. Acesso: 18 fev. 2019.

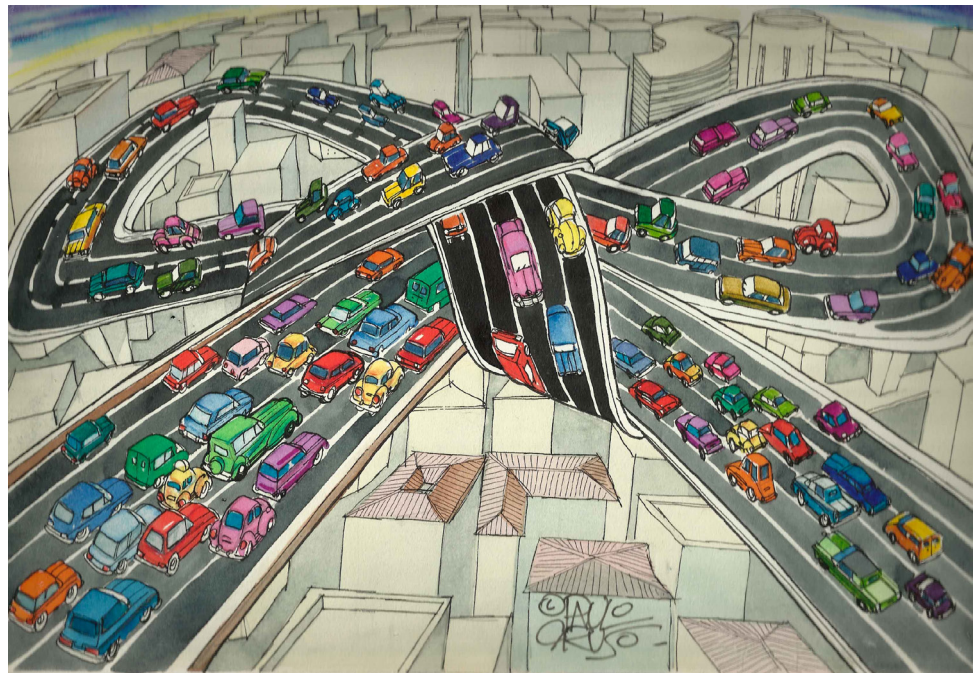


Figura 15 – Paulo Caruso, O nó do rodoviarismo. Fonte: Acervo da autora.

sura a qualquer exercício de proposição urbanística ou arquitetônica para o Plano Piloto. Até um desprezioso comentário de que nem tudo é perfeito na sua concepção é tratado como heresia.

Por outro lado, fala-se muito em descaracterização do Plano Piloto, em puxadinhos e esticadinhos. Descaracterização é coisa bem mais séria. Puxadinhos e esticadinhos – ou seja, invasões pontuais de terrenos públicos e desrespeitos improvisados a gabaritos – são meras infrações, detalhes quase que cosméticos quando se considera a magnitude do projeto de Lucio Costa. Afinal, o seu Plano Piloto está tatuado no chão, não é facilmente riscado do mapa.

Essa outra ordem de problemas não advém de falhas pessoais, de idiosincra-

sias de seu urbanista. Resulta dos ideais urbanísticos correntes à época em que Brasília foi concebida. Dentre eles, o mais preocupante é o excessivo rodoviarismo que caracteriza o Plano Piloto.

Rodoviarismo esse fruto do afã – bem típico do urbanismo funcionalista de então – de se erigir cidades com cara de tudo, menos com a cara de cidades tradicionais, com suas ruas, quarteirões e lotes. Com o argumento de que assim, funcionais, seriam cidades também mais adequadas ao automóvel. Como se a cidade tradicional já não suportasse a circulação de meios de transporte bem mais perturbadores: os meios de transporte a tração animal. Imaginem as cidades atuais congestionadas não com motos, mas com cavalos; não com automóveis,

mas com carruagens; não com vans, mas com coches; não com ônibus, mas com diligências; não com pick-ups, mas com carroças; não com caminhões, porém com carros de boi...

Agravando a situação, imprudentemente o DNA rodoviário não ficou restrito ao Plano Piloto e continua a imperar soberano no Distrito Federal, alastrado por todo o seu território. O sistema viário da metrópole brasiliense é pensado privilegiando o automóvel e facilitando altas velocidades. Nada menos surpreendente, nada mais compreensível que o principal sonho de consumo de seus habitantes seja adquirir um carro em uma cidade que não oferece melhores opções de transporte.

Porém, no mesmo fôlego em que é facilitado o bem-bom dos motoristas, virou moda reclamar que Brasília tem automóveis de mais. Enquanto apenas as mansões dos *beaux quartiers* – como o Lago Sul e o Lago Norte – podiam arcar com dois, três ou quatro carros em suas garagens, tudo bem... Agora que moradores das cidades satélites – a manicure do Gama, o electricista de São Sebastião e a diarista de Águas Limpas – conseguiram comprar seus fusquinhas, todos saem reclamando que Brasília tem automóveis de mais!! Já o pessoal de Santa Luzia, na Estrutural, e do Sol Nascente, em Ceilândia, continuam a pé, isolados das belezas da Capital Federal dada a carência de meios de transportes módicos.

Esta não é uma defesa do império do automóvel, pelo contrário. Apenas a constatação de que em uma cidade

pensada na lógica do rodoviário, o automóvel ainda é o meio de transporte mais eficiente do ponto de vista do interesse de cada indivíduo, mesmo quando se considera o seu alto custo de compra, impostos e manutenção e aqueles dos combustíveis. Ou será que é por pura insensatez que os brasilienses se dão ao luxo de manter o mais alto número de carros *per capita* do país? Algo como duas pessoas por veículo, contra as quatro da média nacional.

CRUZAMENTOS E SEMÁFOROS

Para exemplificar como se perpetua o DNA rodoviário, considere-se o trevo rodoviário recentemente concluído em plena área tombada, em local nobre ou *prime real estate*, como se diz no jargão imobiliário. Foi construído para articular o Setor de Autarquias Sul e a Via L2 Sul com a Via L4, para tanto ocupando uma imensa gleba, capaz de abrigar toda uma superquadra. E isso para quê? Para evitar um simples cruzamento, facilmente administrável com um bom sistema de semáforos sincronizados. Deteriora-se um lindo terreno, esburaca-se ainda mais o chão, esfarrapa-se ainda mais o tecido urbano, dificulta-se ainda mais a vida dos pedestres, gasta-se uma barbaridade de dinheiro público, para quê? Para facilitar altas velocidades para os automóveis, para facilitar a vida dos motoristas.

Obras como essa são feitas porque no arsenal de preconceitos urbanísticos da década de 1950 constava que cruzamentos



Figura 16 – Trevo rodoviário, L2 Sul. Fonte: Google Earth, 2018.

e semáforos criam congestionamentos. Brasília está aí para demonstrar a falácia do argumento. Temos poucos cruzamentos e poucos semáforos e temos muitos congestionamentos. E boa parte desses congestionamentos é causada justamente pela falta de cruzamentos e semáforos!

Fato é que o próprio Lucio Costa não se opunha a semáforos, conforme esclareceu em entrevista a Omar Abudd, publicada em novembro 1984 no *Jornal do Brasil*. Ao dar sua opinião quanto à adoção desse equipamento no Plano Piloto, esclarece:

Há certa confusão. O Plano estabeleceu dois sistemas viários; um, principal, fluente, dos eixos rodoviários, e outro lateral, que eu chamava de vias de serviço... E no Plano, está dito que este segundo era para ser sinalizado

de qualquer maneira. De modo que a sinalização não é uma inovação. E mesmo na área fluente, rodoviária, em que eu quis aplicar um pouco dessa técnica rodoviária à área urbana..., eu pretendi que essa via rodoviária chegasse no coração da cidade, na plataforma. E aí o sujeito está em casa, está dentro da cidade e não fora. De qualquer maneira, eu quero assinalar que mesmo nessa área de tráfego fluente, era fundamental ter sim, porque, senão, o pedestre jamais atravessaria, não haveria quebra de ritmo do tráfego.

O EIXÃO

O Eixo Rodoviário Residencial do Plano Piloto, o conhecido Eixão, é um triste exemplo das consequências do rodovia-

rismo. Todos concordam que é uma via perigosa, o número de acidentes fatais é extremamente alto. E quem morre é quase sempre um pedestre. Só que o diagnóstico da situação põe a culpa nele, no pedestre; ele é que é o culpado por morrer na contramão da urbanidade ao se recusar a utilizar insalubres passagens subterrâneas.

Aí são buscadas alternativas atreladas ao próprio rodoviarismo. Por que não reformar as passagens subterrâneas? Afinal pedestre não têm grande relevância para o rodoviarismo. Ou passarelas elevadas, daquelas que, além de serem íngremes, de oferecerem más condições de acessibilidade, de quebra ainda enfeiam a paisagem?

Essas fórmulas miraculosas não são malvistas – pelos motoristas, é claro. Já alguns urbanistas, entre os quais me coloco, são considerados terroristas que

querem destruir o Plano Piloto por preconizar canteiros centrais ao longo do Eixão, complementados por faixas e semáforos para pedestres. Mudando o paradigma, uma solução que ao rodoviarismo contrapõe a diminuição das velocidades no trânsito em nada prejudica a proposta de Lucio Costa. Pelo contrário; a humanização do Eixão poderá contribuir para a preservação da escala residencial das suas superquadras. Como bem demonstram algumas simulações feitas pela arquiteta Eduarda Aun segundo concepção do professor Frederico de Holanda.

Com seus cinco quilômetros de extensão, a orla de Santos é considerada pelo *Guinness Book* o maior jardim do mundo ao longo de uma praia. Pode-se imaginar o jardim no qual seria possível transformar os treze quilômetros e meio do Eixão?



Figura 17 – Eixo Rodoviário Residencial, Plano Piloto. Fonte: Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/Vias/Eixo-Rodoviario.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2019.

Figura 18 – Passagem subterrânea, Eixo W Sul; foto de Ana Rayssa.
Fonte: Walder Galvão e Jéssica Eufrásio, Passarelas do medo, 2019.

Figura 19 – Passagem subterrânea, Eixo W. Foto Wallace Martins.
Fonte: Walder Galvão e Jéssica Eufrásio, J. Passarelas do medo, 2019.

Figura 20 – Proposta para o Eixão, Frederico de Holanda e Eduarda Aun, 2017. Fonte: Frederico de Holanda.

Figura 21 – Proposta para o Eixão, Frederico de Holanda e Eduarda Aun, 2017. Fonte: Frederico de Holanda.

Figura 22 – Jardins da orla de Santos. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/540291286540835433/?lp=true>>. Acesso em 21 fev. 2019.



AMBIENTE NATURAL E ARTIFICIAL

Na discussão da gestão patrimonial de Brasília, falta considerar uma questão que deveria nos preocupar, aquela do meio ambiente. Meio ambiente em sentido abrangente – natural e artificial. Brasília já é uma das maiores cidades do país e a preservação do seu Plano Piloto continua a ser pensada sem relação, seja com o todo da aglomeração, seja como integrante de tal meio ambiente.

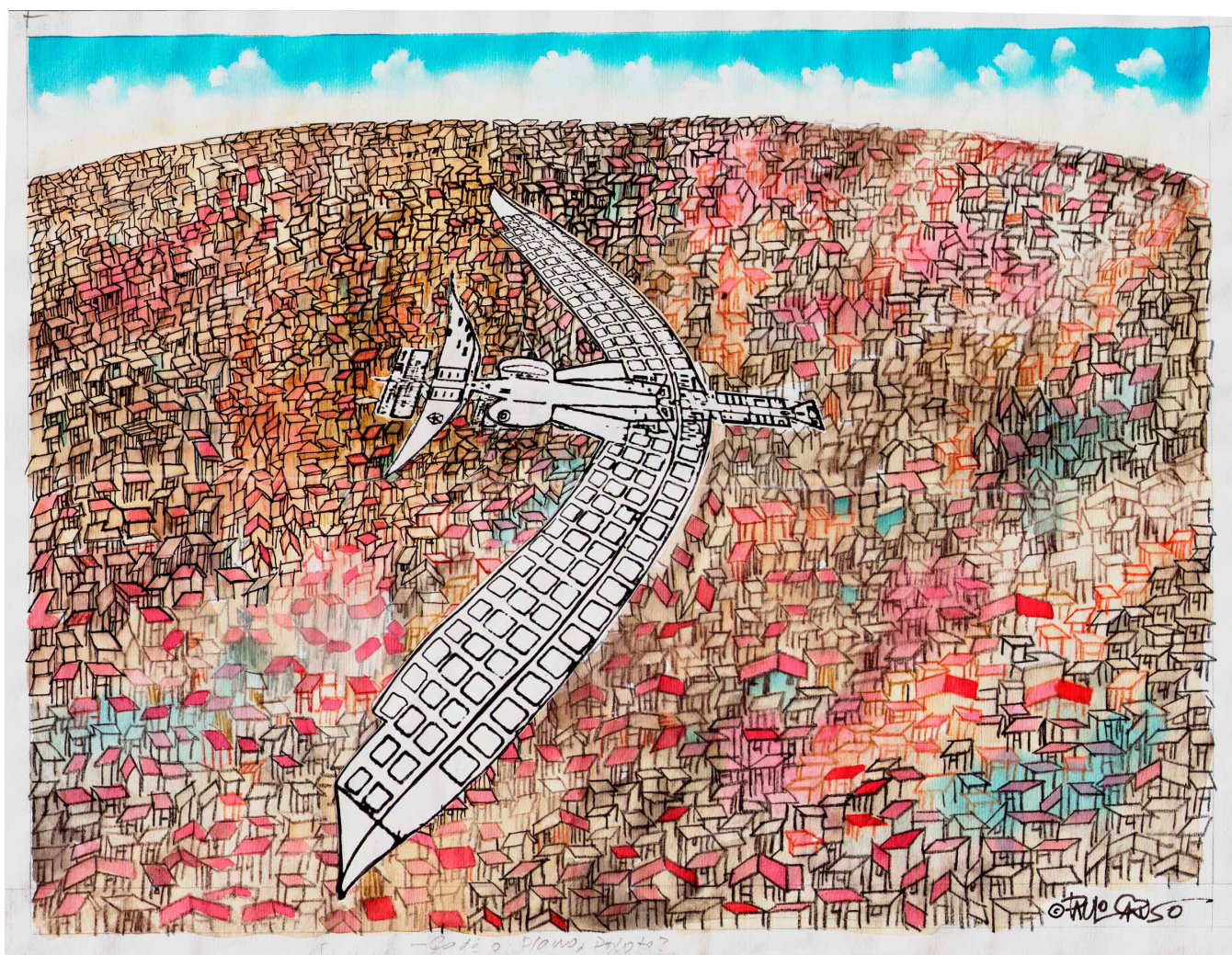
Surpreendentemente, 42% do Distrito Federal estão protegidos por algum tipo de norma. Estações ecológicas, reservas biológicas, parques públicos, paisagens de relevante interesse ecológico e assim por diante. Só a Biosfera do Cerrado engloba 40% desse território. E mais, essas áreas não são tão naturais assim; nelas há vestígios da ocupação humana na região. Brasília não começou em 1956 ou em 1960. Poucos sabem, mas há no Distrito Federal remanescentes de pelo menos uma dúzia de sedes de fazendas erigidas do século dezoito em diante.

No mais das vezes são acirradas as polêmicas sobre questões menores – como os puxadinhos & Cia. – e perdido de vista o panorama maior da administração de uma metrópole com cerca de 4 milhões de habitantes, a qual tem entre as suas características um centro objeto de legítimas ações de proteção.

Inegavelmente, a metrópole tem uma forte relação de dependência com o Plano Piloto. Porém o Plano Piloto não existe no vácuo, ele é parte da metrópole, é dela igualmente dependente e só poderá ter sua carga simbólica preservada caso se fortaleçam e se estreitem os elos entre esse *core* de alto significado urbanístico e arquitetônico e a aglomeração maior. Não com o objetivo de se incensar ainda mais seu valor – já suficientemente reconhecido –, mas no fito de estender suas qualidades para toda a metrópole.

As ações de preservação urbanística e arquitetônica têm que estar articuladas àquelas de proteção de reservas ambientais e de nascentes, fundos de vale e matas ciliares. Para a necessária melhoria da região metropolitana deve ser pensada uma revisão e mesmo ampliação do sistema viário de conjunto, não por vias expressas, porém pela abertura de ruas e avenidas que garantam a maior e imprescindível coesão do disperso tecido urbano. Apenas com políticas dessa ordem será possível desviar as pressões imobiliárias crescentes que se exercem sobre a área tombada para os demais bairros da cidade, estes sim necessitando urgente requalificação. Quanto mais aproximarmos o Plano Piloto dessa outra Brasília, quanto mais elevada a urbanidade dessa outra Brasília, mais garantida estará a sua salvaguarda.

Figura 23 – Paulo Caruso, O destino de Brasília. Fonte: acervo da autora.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, Rafael S. dos. **Expansão urbana no Distrito Federal e entorno imediato (1964-1990)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU/UnB, Brasília, 1991.
- BRITO, J. A. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. Brasília: SINDUSCON, 2010.
- COSTA, L. Brasília revisitada 1985/1987. **Projeto**, nº 100, p. 115-22, jun. 1987.
- _____. Memória Descritiva do Plano Piloto, 1957. In: COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes; Brasília: EDUnB, 1995, p. 283-97.
- DECRETO nº 10.829/1987, GDF. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html>. Acesso em 18 fev. 2019.
- FARIA, R. Astronauta russo fotografa Brasília. **Correio Braziliense**, p. 20, 1 set. 2017.
- FICHER, S. Paradigmas urbanísticos de Brasília. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, nº 65, p. 93-121, 2010.
- _____. *et al.* Brasília, causos e casuísmos patrimoniais. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (orgs.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 357-74.
- _____. *et al.* Brasília: la historia de un planeamiento. In: RODRÍGUEZ I VILLAESCUSA, E.; FIGUEIRA, C. A. (orgs.). **Brasil 1956 > 2006**. Lleida: Milenio, 2006. p. 55-97.
- GALVÃO, W.; EUFRÁSIO, J. Passarelas do medo. **Correio Braziliense**, p. 21, 10 fev. 2019.
- IBGE, Coordenação de Geografia. **Áreas urbanizadas do Brasil: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- MADER, Helena. Proteção extra ao tombamento. **Correio Braziliense**, p. 25, 23 fev. 2012.
- PANERAI, P. A Grande Paris: o nascimento da metrópole, três momentos em uma longa história. In: SEGRE, R. *et al.* **8º Docomomo Brasil: arquitetura+arte+cidade**. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. p. 352-63.
- _____. **Paris métropole: formes et échelles du Grand-Paris**. Paris: Éditions de La Villette, 2008.
- PAVIANI, A. *et al.* (orgs.). **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: EDUnB, 2010.
- PORTARIA IBPC nº 314, de 8 de outubro de 1992. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf>. Acesso em 18 fev. 2019.
- PORTARIA IPHAN nº 68, de 15 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_68_de_15_de_fevereiro_de_2012>. Acesso em 18 fev. 2019.
- PORTARIA IPHAN nº 166, de 11 de maio de 2016, com alterações introduzidas pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas>. Acesso em 18 fev. 2019.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), 12 de março de 2012, GDF. Disponível em: <<http://www.segeth.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/anexo2e3-1.pdf>>. Acesso em 18 fev. 2019.
- REIS, C. M. **Gestão de centros históricos no Brasil: cidades Patrimônio Mundial, os casos de Brasília e São Luiz**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU/UnB, Brasília, 2011.
- RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança: 1956-61**. Brasília: EDUnB, 2008.

SYLVIA FICHER – Professora Titular da FAU/UnB. Arquiteta (FAU/USP), Mestre em Preservação Histórica (Columbia University, Nova York), Doutora em História Social (FFLCH/USP), com Pós-doutorado em Sociologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris). sficher@unb.br.

BRASÍLIA, DE SOL A SOL

Eduardo Pierrotti Rossetti



7:20h da manhã: trabalhadores na contraluz da Esplanada (02/02/2011).



Final de festa de um 7 de setembro (07/09/2011).



Brasília 2010: Esplanada se apinhando de gente nos festejos dos 50 anos (21/04/2010).



Caminhando na Plataforma da Rodoviária (04/05/2012).



Era uma vez um pipoqueiro em frente à Catedral de Brasília já faz dez anos... (01/02/2009).



Monumentos vistos da Torre de TV (08/06/2014).



Domingo: bicicletas cruzando o Buraco do Tatu (07/02/2010).





Rasante da Plataforma da Rodoviária até o Banco Central (23/02/2012).



18:33h: Rodoviária de Brasília (10/10/2008).



Camadas de Brasília: o Buraco do Tatu, os níveis da Rodoviária, o Conjunto Nacional (10/10/2008).



Silhuetas esperam o ônibus ao cair da noite, a Torre de TV ao fundo (10/10/2008).

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: USO, APROPRIAÇÃO, VALORIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO*

Eduardo Pierrotti Rossetti

Resumo

O artigo aborda os usos e a ocupação dos espaços públicos do Plano Piloto de Brasília. Brasília não escapou deste fenômeno global. Trata-se de um fenômeno contemporâneo que por meio de eventos culturais, festas, feiras, atos políticos, etc, revela um processo de transformação em curso. o debate sobre a ocupação dos espaços urbanos tangencia a questão do pertencimento à cidade, mas também revigora o entendimento das relações de memória e afetividades que são construídas com os espaços, possibilitando outras abordagens sobre as funções e desígnios inaugurais de tais espaços. É diante deste processo dinâmico que vale refletir sobre a transformação dos valores patrimoniais e do status do tombamento de Brasília como cidade contemporânea e não apenas como paradigma de modernidade.

* Versão ampliada com post scriptum - 2019, acrescido ao texto homônimo apresentado no ARQUIMEMÓRIA 5, Salvador/2017.

A ocupação e o uso dos espaços públicos revigoraram-se como parte de um fenômeno global na cidade contemporânea. Tomadas como situações sociais transgressoras, ou por vezes alinhadas com posicionamentos políticos específicos, as inúmeras ocupações e manifestações sobre temas e assuntos atuais são frequentemente registradas e divulgadas pelos meios de comunicação de massa tradicionais e pelos meios digitais.

Atualmente, a presença de um grande número de pessoas em eventos culturais, festas, feiras, atos políticos, mais ou menos restritos aos grupos sociais diferenciados, ou nichos e públicos específicos pode transformar a paisagem urbana e criar novos fatos para as narrativas sobre a cidade. Menos que mera multidão, trata-se de um conjunto de pessoas com afinidades eletivas que deliberadamente se agrupam, participam e/ou constroem situações de estar e vivenciar o espaço público da cidade.

É fácil a associação de imagens de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras e seus espaços públicos ocupados e intensamente usados, seja por eventos festivos, eventos cotidianos ou manifestações políticas. Assim, Salvador apinhada de gente no carnaval, as praias cariocas lotadas no verão ou a Avenida Paulista tomada por protestos são imagens que permeiam o imaginário urbano e reificam a memória sobre estas cidades. Brasília, como muitas cidades no Brasil e mundo a fora, não escapou deste fenômeno global. No âmbito local, ao longo dos últimos cinco anos, especialmente, a Capital Federal tornou-se um

lugar privilegiado para sediar inúmeros eventos em espaços públicos, em que pese a inequívoca função simbólica de seus espaços de exceção ou mesmo em que pesem as equivocadas interpretações acerca dos valores e regras de seu tombamento ou da importância do título de patrimônio mundial.

Para um público socialmente heterogêneo, com predomínio de um contingente jovem, os incríveis espaços de Brasília estão se convertendo em ambientes para novas formas de estar e viver a própria cidade. Menos que um reconhecimento formal dos atributos plásticos, das qualidades construtivas ou de suas escalas constitutivas, os espaços públicos de Brasília estão se convertendo em atrações para usos cotidianos imprevistos como um sinal de vitalidade urbana e de apropriação. Como decorrência do crescimento dos eventos e de sua publicidade, o debate sobre a ocupação dos espaços urbanos tangencia a questão do pertencimento à cidade, mas também revigora o entendimento das relações de memória e afetividades que são construídas com os espaços, impondo novas abordagens sobre as funções e desígnios inaugurais de tais espaços. Soma-se a isso um manancial de novas imagens urbanas que revigoram narrativas sobre Brasília no imaginário social.

Tal fenômeno de usar, promover usos, incentivar ações, organizar eventos ou considerar os espaços urbanos como suporte para miríades de atividades de interesse coletivo são promovidas tanto por instâncias governamentais,

Brasília não envelheceu, abraçou-se.

NICOLAS BEHR

como também por iniciativas de caráter particular. Oficialmente, o fechamento do Eixo Rodoviário-residencial, o Eixão, rebatizado de “Eixão do lazer” ocorre há décadas, configurando um caso já legitimado de usufruir do arcabouço viário do Plano Piloto, ou seja, ocupando este espaço de modo imprevisto, para andar de bicicleta, praticar corrida, caminhadas, usar skate, patinete e inúmeras atividades que sua estrutura espacial possibilita.

Estas apropriações poderiam ser rapidamente enquadradas como parte de eventos inerentes à cultura do espetáculo, mas se tornam mais instigantes quando tomadas como novas ações de uso cotidiano urbano. Aqui, interessa pensar estes eventos e atividades como um conjunto de acontecimentos que reconstróem o significado dos espaços da cidade acrescentando novas camadas de memória sobre os lugares. O próprio Henri Lefebvre recobra que a festa é parte da essência urbana quando assinala que a festa também pode ser um meio pelo qual se conquista o direito à cidade.

O MONUMENTO NÃO TEM PORTA

O tombamento do Plano Piloto de Brasília se estrutura por meio da caracterização de quatro escalas — monumental, gregária, residencial e bucólica — a fim de construir uma lógica que diferencia espaços, funções simbólicas, usos predominantes e qualidades paisagísticas. Dentre as quatro escalas, a denominada “escala bucólica” é aquela que abarca os

setores urbanos centrais do Plano Piloto, cujos atributos essenciais seriam prover diversidade urbanística e arquitetônica em suas funções para resguardar o funcionamento ordinário do cotidiano da cidade. Ou seja, a escala gregária tem, ou deveria ter(!), espaços projetados com previsão para dar suporte ao convívio coletivo em seus setores, provendo a Capital de ambientes citadinos as grandes oportunidades de convívio, e trocas sociais próprios de uma cidade moderna.

Entretanto, além do “Eixão do lazer”, outros espaços, situações e lugares passaram a ser considerados atraentes ou estratégicos para serem tomados, ocupados ou utilizados de modo imprevisto para promover encontros, convivência e trocas entre grupos sociais, operando na mesma distinção das “maneiras de fazer” que Michel de Certeau aponta para as ações do cotidiano. Ou seja, trata-se de um processo de subversão de espaços da área tomada do Plano Piloto de Brasília para realizar festas, encontros com apresentações musicais, festivais gastronômicos, exibição de filmes ao ar livre, encontro de food-trucks, encontros de dança, dentre outras atividades. Assim, as diversas edições do Picnik e da festa Makossa, o “Forró da passagem”, o “Chef nos eixos” ou o Festival Groselha transcorreram em espaços desativados do Parque da Cidade, no Setor Militar Urbano, na Galeria dos Estados, nas passagens subterrâneas do Eixão, no Eixo Monumental e no CONIC. Seja na escala das centenas ou milhares de participantes, estes eventos

passaram a permear as atividades culturais da agenda da cidade, subvertendo também as estratégias de publicidade.

Shows, festas, maratonas e outros eventos são programados e convocados por dispositivos sociais de internet (Facebook, Instagram, etc.). O uso das tecnologias digitais e das redes sociais para promover e divulgar — repercutindo antes, durante e depois com likes, marcações e shares — redefine as formas de adesão e os universos sociais interessados em participar dos eventos, determinando também os graus de inclusão ou exclusividade. Paradoxalmente, um evento que atrai milhares de pessoas pode passar sem ser detectado ou noticiado pelos meios de comunicação tradicionais, redefinindo o sentido de domínio dos espaços urbanos para quem participa dos eventos ao possibilitar a aventada “apropriação” do espaço e da cidade. Definitivamente, não é o prestígio do jornal ou da TV que legitima tais acontecimentos coletivos e públicos, que operam com autonomia e desenvoltura crescente na dinâmica da cidade contemporânea.

Ao mesmo tempo em que estas novas formas de usar, estar e vivenciar os espaços públicos da capital são reformuladas, espaços já consagrados em seu uso e função simbólica passaram a ser ressignificados. Neste sentido, é possível contrapor a imagem de uma festa com milhares de pessoas num ambiente inusitado com a imagem de milhares de pessoas separadas pelas chapas metálicas e cercas na Esplanada dos Ministérios nas recentes manifestações políticas no

processo de impeachment e em votações no Congresso Nacional. A Esplanada permanece como local de manifestação política, mas teve seus espaços revigorados pela escala de ocupação e pelo volume de participantes que dela se apropriaram para manifestarem-se, suplantando os valores simbólicos da Praça dos Três Poderes.

Os espaços urbanos do Plano Piloto de Brasília constituem um singular estudo de caso para tais fenômenos de apropriação, uma vez que como em nenhuma outra cidade brasileira, há uma enorme tensão entre tais eventos e festas com os espaços de poder. Ao mesmo tempo, o caráter efêmero e a estratégia itinerante de muitas destas atividades reconfiguram o mapa de lugares de interesse e redimensiona o interesse difuso de estar na cidade-capital e de usar seus espaços como ação subversiva. O velho discurso sobre espaços modernistas anódinos, desumanos ou maléficos é recuperado, acrescido dos novos discursos sobre a idealização de “cidades para pessoas”! A não-fixação de festas, eventos e atividades no espaço da cidade se contrapõe às situações já oficializadas no cotidiano de Brasília, tais como o desfile de 7 de setembro no Eixo Monumental, ou a festa de comemorações de aniversário da cidade em 21 de abril na Esplanada. Numa escala do Distrito Federal, vale incluir a missa de Corpus Christi na Catedral, a encenação da Paixão de Cristo em Planaltina e a Festa do morango de Brasília, que ocorre em Brazlândia. O processo de usos e ocupação dos espaços públicos

se mostra tão dinâmico e surpreendente que até mesmo o carnaval – que sempre foi um feriado estratégico para sair da cidade – foi radicalmente transformado a ponto de atingir a marca de 1,5 milhão de pessoas na edição deste ano. [2017]

Recentemente, uma ocupação temporária, chamada de MimoBar se apresentou como nova experiência de ocupação do solo urbano. Trata-se de um singelo conjunto arquitetado por contêineres e estruturas espaciais metálicas que definem um ambiente urbano em uma área sem uso, um terreno baldio, por assim dizer. Trata-se do terreno de um bloco comercial de superquadra que ainda não foi construído e estava sendo utilizado ilegalmente como estacionamento. A vontade de construir um novo ponto de sociabilidade deve ser considerada diante das negociações com os proprietários do terreno, as dificuldades para obter as autorizações para funcionamento e o diálogo com a vizinhança para obter apoio de funcionamento, minimizando as tensões e previsíveis protestos. O ambiente arquitetado para o MimoBar possui espaços de estar com cadeiras de praia, sofás de pallet, mesas de tambor metálico à guisa de praça ou lounge! A animação se completa pela música e por um bar serve drinks e bebidas para o público jovem, que entre um negroni e um aperol spritz também pode usufruir dos produtos oferecidos nos boxes comerciais dos contêineres, tais como narguilé, hambúrguer, camisetas, etc. A atmosfera afeita à sensibilidade hispter é potencializada

nas noites frias e secas de Brasília, quando estar em espaços a céu aberto é, de fato, uma experiência muito prazerosa. De toda sorte, trata-se de uma situação emblemática daquilo que é apontado por Lipovetsky como “estetização da vida cotidiana”, em um mundo marcado pela abundância de estilo e design.

A MESMA CIDADE?

Tudo isso contribui para elaborar uma reflexão sobre os valores patrimoniais do espaço de Brasília e sobre a imagem da Capital Federal dentro das experiências contemporâneas da cidade. Longe dos velhos clichês e dos estigmas que ainda permeiam o imaginário sobre o que é Brasília e sobre como são seus espaços é possível afirmar que há um processo de transformação. Os resultados e as consequências deste fenômeno estão em aberto, mas é possível antever que há uma vontade legítima de moradores nascidos na cidade, bem como moradores que adotaram a cidade de usar cotidianamente os generosos espaços públicos do Plano Piloto. Menos do que uma banalização dos espaços de poder, trata-se de encarar a cidade-capital que é *in totum* representativa do poder como um lugar efetivo para a vida cidadina. De modo não projetado estes fenômenos de uso e ocupação do espaço público fundem os argumentos de *civitas* e *urbs* enunciados por Lucio Costa no Relatório do Plano Piloto.

Longe de detonar um processo de fortalecimento do planejamento urbano,

este fenômeno de ocupação e a vontade de usar o espaço público poderão demandar maiores ações do Governo do Distrito Federal para manutenção e melhoria dos espaços públicos do Plano Piloto, fomentado ainda, novas possibilidades de projeto de arquitetura e desenho urbano. Trata-se de uma circunstância favorável para novas articulações entre as instâncias governamentais e da sociedade a fim de ampliar o debate sobre os desígnios da cidade. Tal hipótese vale tanto para a área tombada como para as demais áreas urbanizadas do Distrito Federal. Neste sentido, torna-se possível que demandas de modernização da infraestrutura urbana de transportes, equipamentos públicos e instalações venham a ser fortalecidas, como um efeito colateral positivo deste processo.

As implicações sobre o tombamento e sobre os valores patrimoniais de sua arquitetura e de seus espaços modernos são eminentes. Nesta cidade-capital paradigmaticamente moderna, os vazios urbanos e os espaços públicos do Plano Piloto são fundamentais para compor os ambientes da cidade e construir a sua paisagem urbana histórica. Muitos espaços vazios ainda não foram devidamente projetados e permanecem em estado latente para projetos contemporâneos. Como cidade-capital, Brasília possui uma perspectiva temporal generosa que precisa encarar o presente para repensar demandas e transformações futuras. Trata-se de um processo crítico complexo que deverá enfrentar o lastro da herança modernista de sua gênese.

Diante do processo de usos e ocupações, a imagem de cidade moderna que Brasília detém está sendo revigorada por um conjunto de novas imagens. O estereótipo de uma cidade vazia, com ocupação humana rarefeita, constituída apenas por edifícios representativos, cujo vigor formal e plásticos está registrado nas fotografias de Marcel Gautherot não corresponde ao que existe. O território do Distrito Federal já possui uma população que ultrapassou os 3 milhões de habitantes, consolidando-se como área metropolitana efetiva. Assim, a imagem da Capital está sendo relativizada por novas imagens de uma cidade vivaz e multicultural.

Clarice Lispector afirma que Brasília é uma cidade de um passado esplendoroso que já não existe mais. De fato, Brasília continuará sendo uma notável experiência urbanística do século XX, detentora de um conjunto arquitetônico singular implantado numa forma urbana potente. A revisão de seus valores, de sua história, de seu processo político e de sua singularidade permanece sendo temas estudados e tensionados pela historiografia. Este fenômeno de uso, ocupação e apropriação do espaço público é parte de um processo novo e contemporâneo, diante do qual é possível refletir sobre a transformação dos valores patrimoniais e do status do tombamento do Plano Piloto de Brasília, considerando sua dinâmica contemporânea e não apenas tomada como paradigma de modernidade.

POST SCRIPTUM – 2019

Passados dois anos após estas reflexões acima, torna-se oportuno atualizar o assunto. De fato, o processo de usos e ocupações dos espaços públicos prossegue menos empolgado com as pautas políticas. É sempre arriscado enfrentar temas emergentes que estão na ordem do dia e aparecem mormente vinculados ao material jornalístico. Entretanto, é melhor tomar justamente como desafio incorporar estas questões prementes aos debates constantes sobre a cidade, como um exercício *pari passu* com as transformações de usos que estão em curso.

A gestão do Governo do Distrito Federal que tomou posse em 2019 almeja reativar as atividades turísticas, fortalecendo as atrações do Plano Piloto. Entretanto, ressalva-se que para haver atividades turísticas minimamente organizadas é preciso haver sincronia entre agendas, horários e práticas que incentivem as visitas inclusive dos próprios moradores do Distrito Federal. Para incrementar as atividades turísticas é importante dotar o sistema de transportes públicos de qualidades nas informações, regularidade de horários e rotas, incluindo conexões intermodais. O uso de passes de visita que serviriam para diferentes edifícios, museus e atrações poderia ser uma alternativa a ser desenvolvida para Brasília e que já é muito difundida em diferentes cidades no mundo, incluindo Paris, Lisboa ou mesmo Dublin.

Ao mesmo tempo, Brasília permanece sendo palco de eventos cujos impactos

não podem ser desconsiderados por sua periodicidade anual. Tais eventos de periodicidade anual ganham força e destaque crescente, inclusive pela movimentação econômica que produzem. Representativo deste eixo de atividades podem ser apontadas, ocorreu em junho de 2019 a terceira edição da *Campus Party* que reuniu um público superior a 100.000 pessoas no Estádio Mané Garrincha, tratando de temas transversais entre educação e produção econômica contemporânea com base em novas tecnologias. Outro evento anual, mas que já está em sua 16ª edição e sempre surpreende sempre pelos números e pela presença na paisagem urbana são os motoqueiros que participam do Brasília Capital Moto Week. Com mais de 57.000 curtidas no Facebook, o evento se apresenta como sendo “*O maior encontro de motociclistas da América Latina e terceiro maior do mundo!*”. De fato, com a expectativa de mais de 40.000 motos circulando em Brasília, o evento será marcante para a cidade, mesmo que suas atividades transcorram nas proximidades da Granja do Torto.

A partir de 2017, o debate sobre os usos dos espaços públicos do Plano Piloto de Brasília passou a ser permeado por outro tema que é inserção de Brasília na rede das cidades criativas. Trata-se de uma rede de cidade que procura a promoção e o desenvolvimento urbano com parâmetros de sustentabilidade e incentivo às atividades culturais. Soma-se a esta pauta de tendências urbanas o debate sobre as chamadas “*cidades*

inteligentes”, em que a presença de *startups* pode promover a transformação das dinâmicas urbanas por meio dos serviços que demandam para gerir as plataformas digitais. Se o risco de gentrificação é possível ser aventado, é inquestionável o potencial de transformação de áreas degradadas, desvalorizadas ou obsoletas por estas novas atividades.

Enquanto se consolida esta tendência mundial de fazer de grandes cidades as sedes de serviços e atividades limpas e ecologicamente resolvidas, Brasília, que nunca teve vocação industrial, mas sempre foi um polo potencial do terceiro setor, parece ainda não estar sendo planejada, nem gerenciada como centralidade (...ou hub!), como um elemento nodal entre outras redes urbanas, sejam as “*idades inteligentes*”, sejam as “*idades criativas*”! Assim, a cidade perde alternativas substantivas de um

desenvolvimento urbano que poderia fazer valer o seu potencial humano, cultural e simbólico.

A centralidade de Brasília ainda pode ser revigorada por meio dessas novas atividades que demandam menores áreas urbanas para produzir serviços e produtos digitais. Ao repensar a questão da setorização, o Plano Piloto de Brasília poderá otimizar sua infraestrutura urbana para receber novas formas de empreendimentos, novas atividades e serviços transnacionais. Ao mesmo tempo em que o Eixão do Lazer já está consolidado como prática de subversão e transformação dos usos e desígnios da infraestrutura do Plano Piloto que correspondiam aos paradigmas do século XX, a carga simbólica de ser Capital Federal pode injetar ânimo na vitalidade urbana para a cidade se transformar e se ajustar às novas demandas das cidades do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDARIN, Francesco and VAN OERS, Ron. **The historic urban landscape: managing heritage in an urban century**. Londres: Wiley-Blackwell, 2012.
- BEHER, Nicolas. **Brasília revisitada**. Brasília: LGE Editora, 2005.
- CATALDO, Beth e RAMOS, Graça. **Brasília aos 50 anos. Que cidade é essa?** Brasília: Tema Editorial, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOLANDA, Frederico de. **Brasília – cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: EdUnB, 2010.
- FEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
- LIPOVETSKY, Gilles and Jean Serroy. **Estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo, Cia. das Letras, 2015.

LISPECTOR, Clarice. **Clarice na cabeça**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

Patrimônio mundial no Brasil. Brasília: UNESCO; Caixa Econômica Federal, 2004.

Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação – Brasília. Brasília: IPHAN-DF, 2007.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: EDUnB, 2006.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Arquiteturas de Brasília**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2012.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Brasília-patrimônio: desdobrar desafio e encarar o presente*. Artigo disponibilizado no Portal Vitruvius desde agosto/2013. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4845>

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Entre lugares e monumentos: pessoas em Brasília!* Artigo não publicado. 2013.

Adições do *post scriptum* – 2019

CHINI, Vanessa S.F. **Eixão do Lazer de Brasília. O Eixo Rodoviário-residencial e seu uso como espaço público**. Brasília, UnB, 2019. Dissertação de Mestrado.

Revista Época Negócios, n.148, junho/2019

Campus Party: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/24/campus-party-brasilia-reuniu-mais-de-100-mil-pessoas-no-mane-garrincha.ghtml>

Cidade criativa: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2018/12/08/promocao-turistica-de-brasilia-a-vanca-com-o-plano-criativo/>

Brasília Capital Moto Week: <https://www.metropoles.com/entretenimento/16a-edicao-da-brasilia-capital-moto-week-chega-a-capital-em-julho>

EDUARDO PIERROTTI ROSSETTI – Arquiteto e urbanista, Professor da FAU-UnB, credenciado ao PPGAU-FAU-UnB e membro do LABEURBE. Destaca-se o interesse por história, historiografia e projeto, com pesquisas sobre arquitetura moderna, Brasília, patrimônio e o morar brasileiro. Autor de diversos artigos e dos livros *Arquiteturas de Brasília* (2012) e *Palácio Itamaraty: a arquitetura da diplomacia* (2017).

BRASÍLIA, LONGA DURAÇÃO

Marta Bogéa

¹ Agradeço a Bruna Neiva a oportunidade dessa estadia, junto a ela, Gê Orthof, Marília Panitz, Valéria Cabral, Letícia Garcia a vivência e o acolhimento generosos com que compartilharam tempo e memórias nos dias em que estive lá. A Moacir dos Anjos, a companhia de sempre, no desafio de juntos delinear nossas recorrências em inéditas paisagens.

TENDAS

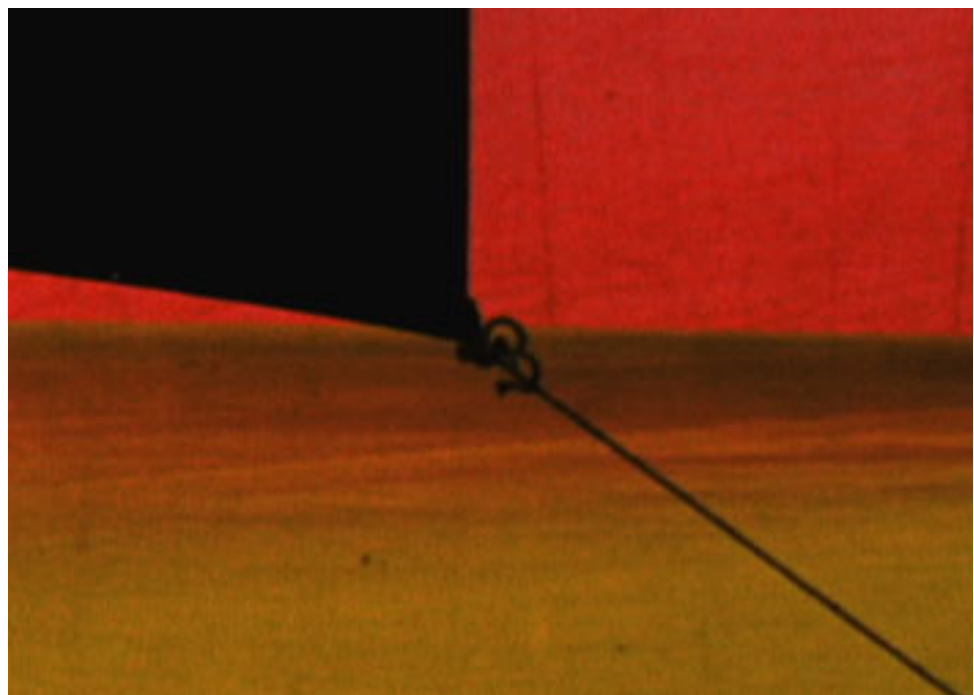
Uma balburdia de vozes contradiz a imagem abstrata e colorida que se apresenta na tela do monitor. Um único elemento unifica som e imagem: o vento, com seu ruído sintonizado com o movimento das lonas. A paisagem sonora do curta *Sin peso* (2007), de Cao Guimarães, se contrapõe à câmara que mostra apenas e, por todo o tempo, lonas coloridas. À medida que damos conta do vento, e o identificamos como o mesmo, no som e na imagem, pode-se reconhecer que as lonas é que abrigam aquelas vozes. É assim que se vai adentrando a atmosfera tão conhecida dos mercados de rua, nesse

caso, na cidade do México, no enquadramento proposto por Guimarães.

Rememorei essa imagem, som e cor, ao atravessar o miolo de quadra entre a Caixa Cultural Brasília em direção ao Comércio Local Sul, quando pela primeira vez me defrontei com as “entradas” de Brasília. Já tinha estado na cidade outras tantas vezes, entretanto em atividades formais, circulando pelas ruas principais, sempre dentro de automóveis, entre o Setor Hoteleiro e as instituições que me traziam à cidade. Dessa vez, pela primeira vez fui pedestre em Brasília em um cotidiano de montagem que me permitiu, ainda que por poucos dias, adentrar a cidade¹.

Figura 01 – Cao Guimarães, *Sin peso* 2007 7'00", <http://www.cao-guimaraes.com/obra/sin-peso/>.

Figura 02 – Foto da autora: afiador no caminho entre a Caixa Cultural e Restaurante. 2019. (página oposta)





“Bolo, salgado, tapioca, misto quente”, indica uma vendinha coberta com toldo colorido como uma tenda; ao lado, um simpático senhor afia facas e alicates. Na passagem de miolo de quadra se avizinham a Frutaria do Wilson, a lojinha de aplicativos para celular Celular e Cia, o Fast Açai SBS. A intrigante experiência ocorrida ao atravessar entre a Caixa Cultural e o restaurante formal revelou o atalho como uma “picada”. Retornar ao local através da visão aérea do googlemaps evidenciou que, curiosamente, os endereços das tendas são registrados como dado formal na navegação virtual. Vistos de cima, essas precárias ocupações têm a mesma aparência dos improvisados “puxadinhos” feitos nos fundos das lojas formais.

Coisas de Brasil! Quem diria, também ocorrem dentro do Plano Piloto de

Brasília. Mas, é importante dizer, desde que se possa adentrar suas entranhas!

Os pequenos comércios, de aspecto temporário, entretanto, se instalam por longa duração². Fazem parte da mesma Brasília flagrada por Cao Guimarães em 2011 quando convidado a participar da Bienal “Shenzhen & Hong Kong Bi-City Biennale of Urbanism\Architecture”. Guimarães foi desafiado a filmar a cidade planejada na perspectiva de reconhecer “quando uma cidade vira cidade”, segundo ele³, a partir da questão proposta por Terence Riley e equipe, curador-geral da mostra para integrar o núcleo sugestivamente intitulado “*and then it became a city*”⁴.

O filme começa com imagens diáfanas, enquadramentos dos brancos planos acompanhados pelo texto de Clarice Lispector. É então atravessada por sua corriqueira cotidianidade – que vai revelar inesperadas: charretes, filas de gente alinhada na sombra de um poste, os valentes ambulantes enfrentando o vento, dentre outras imagens que apresentam uma outra Brasília, tão distinta das habituais imagens de seus edifícios emblemáticos, aqui sempre de passagem, sempre nas bordas dos enquadramentos.

A Brasília de Guimarães é um comovente retrato. Nos 13’35” em que acontece revela que há coisas que persistem, qualificadamente em convívio próximo com as tão conhecidas gambiarras⁵ brasileiras com as quais nós nos propomos a transformamos em possibilidade aquilo que a princípio é pura precariedade. Não pelo elogio banal à precariedade, mas pela

² No Brasil, como sabemos, construções designadas como temporárias perduram obstinadamente mesmo quando tudo indica que seriam em pouco tempo desmontadas. Uma situação que ocorre também dentro dos campos formais, vale lembrar a Sede Transitória para Prefeitura de Salvador de João Filgueiras Lima, construída em 12 dias (1986) amparada pela indicação de que seria transitória e que perdura até hoje, 33 anos depois!

³ Em diálogo com a autora durante montagem da exposição Território de Contato. Sobre a exposição ver: BOGÉA, Marta e GUERRA, Abílio. “Algo muito humano além de belo, Exposição Território de Contato, módulo 1: Cao Guimarães e Brasil Arquitetura” 144.00 exposição, ano 12, maio 2012. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.144/4365>.

⁴ O núcleo apresentou cinco cidades projetadas retratadas por cinco cineastas selecionados, eram elas: Shenzhen, China; Las Vegas, USA; Almere, The Netherlands, Gaborone, Botswana; Brasília, Brazil; e Chandigarh, India. Ver a esse respeito: <https://www.archdaily.com/176375/shenzhen-hong-kong-bi-city-biennale-of-urbanism-and-architecture>.

⁵ Gambiarras é uma das conhecidas séries de Cao Guimarães que coleciona estratégias precárias de sobrevivência das mais divertidas como, por exemplo, o pequeno dado que pesa sobre a agulha permitindo a vitrola voltar tocar, ou, dentre uma das mais poéticas, um singelo músico de banda em Ouro Preto prega com pregador de roupa a partitura nas costas do músico que segue em sua frente na procissão musical. Ver <http://www.caoguimaraes.com/foto/gambiarras/>.

críteriosa atenção aos que podem enfrentar com galhardia a imprevisibilidade necessária para viver na precária condição de vida ocorrida nos países subdesenvolvidos. O filme finaliza quando caí o dia, em imagens inebriantes da rodoviária, suas luzes cintilantes, sua inquieta e massiva frequência, momento intrigante no qual a cidade proposta, imaginada, parece coincidir com a cidade de fato.

Na descoberta naturalizada de tantas lonas, um outro fotógrafo se insinua, remetendo-nos a sua época ainda em construção: Marcel Gautherot e as surpreendentes fotografias da construção da

cidade apresenta por ele em duas chaves: a monumentalidade das majestosas construções no Plano Piloto e a precariedade dos abrigos na Sacolândia. São já bastante conhecidas essas imagens produzidas por Gautherot – as das formas icônicas ganhando presença no plano piloto e as da Sacolândia, que não teve publicação àquela época.

Gautherot foi fotógrafo oficial de Brasília, parceiro importante de vários arquitetos na documentação de projetos arquitetônico, paisagísticos e urbanísticos da modernidade. Ao mesmo tempo, parceiro de Pierre Verger, foi colaborador no

Figura 03 – Cao Guimarães, Brasília, fotograma do filme. <http://www.caoguimaraes.com/obra/brasilia/>.





Figura 04 – Moradias na Sacolândia, arredores de Brasília, 1958, Marcel Gautherot. (TITAN e BURGI: 2016, p. 195).

Figura 05 – Palácio do Congresso Nacional em construção, Brasília Fotografia Marcel Gautherot. (TITAN e BURGI: 2016, p. 203).

⁶ Importante lembrar que a Lua era o mais delirante imaginário de época, corrida espacial iniciada em 1957, ano do concurso e início da construção de Brasília, a cidade concluída antes que o homem desembarcasse pela primeira vez na Lua em 16 de julho de 1969. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/ha-exatos-50-anos-astronautas-partiam-em-direcao-a-lua.shtml>.

Museu do Homem em Paris durante a década de 30. Soube como poucos fotografar as paisagens e suas gentes, retratos tanto de lá quanto de cá. Revelou que a cidade de lonas esteve presente sempre em Brasília, entretanto, na época de sua construção ainda constituíam aparentemente dois territórios. Visto agora os dois territórios parecem fundirem-se em um só, e a “Sacolândia” parece brotar por dentro e a partir do concreto.

Milton Santos já tinha apontado essa ambiguidade desde muito cedo. No texto apresentado em 1964, “Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro”, declara:

“Vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual.” (Em: KATINSKY e XAVIER (Orgs.): 2012, p. 126).

O que entretanto entenece é que essa dupla condição, uma forjada no desejo de superação e outra na continuidade de uma condição social tão frágil moldou Brasília desde sua construção. E o que em 1964 eram elementos de sua definição, em 2019 também ainda o são.

Se acompanhamos Bonesio, essa dupla condição, ao perdurar em longa duração, vai definir Brasília, cidade artificial em um país desumanamente desigual:

“O lugar não é, com efeito, um dado exclusivamente natural, mas uma “invenção” que adquire valor identi-

tário e qualidade expressiva apenas no contexto temporal de longa duração” (BONESIO, 2012: p. 209).

E dentro da longa duração de Brasília um de seus inesquecíveis episódios será seu isolamento durante o Golpe Militar, passados apenas quatro anos de sua construção. No memorável texto de Lina Bo Bardi “Em defesa de Brasília” publicado em 1964 em resposta ao editorial da revista milanesa *L'Architettura* – *Cronache e Storia*, n.109 ao acusar Brasília de “retórica”, “kafkaniana”, “antidemocrática” os editores a chamam de “sinistra cidade dos funcionários públicos, artificialmente vestida pelos ornamentos estruturalísticos de Niemeyer”. Lina apaixonadamente e generosamente retruca em defesa de Brasília, declara que “A lua é uma terra como qualquer outra se Lunar for Brasília”⁶, lembra que “Kafka é um homem”, reconhece a “fragilidade dialética de Brasília”, ao reconhecer que

“é pobre, é lunar, é desesperadamente miserável, mas é a realidade de um país, e não se pode julgar Brasília, que representa um impulso de libertação de um grande país, segundo um esquema preestabelecido e acadêmico culturalmente formalista.” (em XAVIER e KATINSKY (orgs): 2012, p. 136).

O episódio que denigre a cidade culpabilizando os artefatos pelas ações dos homens está longe de ser singular, têm sido recorrentes as tentativas em apontar o traçado urbano-arquitetônico como “responsável” sobre essas e outras mazelas

político-sociais. Diante deles, parece oportuno retomar o questionamento de Bo Bardi,

“Porque o juízo formalista prevalece sobre a avaliação justa, histórica e real, do esforço de uma humanidade que procura o seu caminho no mundo desencantado da realidade de hoje? Porque o juízo formalista prevalece sobre a ‘solidariedade’ política e moral”? (id. *Ibidem*)

Diante desse “apelo” os editores publicam o texto da arquiteta, reiteram sua divergência sobre o valor de Brasília entretanto, declaram: *“Mas, se se trata de combater os generais, estamos, nos também, prontos para defendê-la”*

É preciso reconhecer que o projeto sozinho não pode resolver problemas sociais, assim como tampouco é possível acatar o simplismo oposto de achar que um projeto pode ser a causa de todas os desarranjos sociais, como foi também, singelamente, e tão bem descrito por Josimar Melo, em um lúcido texto de jornal⁷. Coisas corriqueiras que aqui no contexto desse despretençioso ensaio interessa tratar.

Dentre as pequenas coisas, resta saber se o Brasil merece Brasília, que tão bem encarna um tempo no qual o país delirantemente utópico ousou se imaginar um país moderno. Miragem de uma época em que “o sonho Brasil se vendia em qualquer padaria” como tão bem recordou Claudio Leal - ao se despedir de João Gilberto, no artigo de jornal intitulado “Chega de Saudade”⁸ - sonho

capaz de produzir desastres mas também de evitar tantos outros. Melancólica e necessária lembrança diante de um atual Brasil distópico.

DA MIRAGEM À VIDA NA CIDADE

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, no mesmo dia em que Juscelino Kubitschek fechava seu gabinete no Palácio do Catete, até então sede da Presidência da República no Rio de Janeiro. Tem portanto no momento de escritura desse texto menos de 60 anos!

Como existência material, ao compará-la a outras cidades, existe em curtíssima duração. Mas, ainda que se mantenham poucos os anos, Brasília existe desde o momento em que foi pela primeira vez sonhada. E, entre os vários



⁷ “Será mesmo que vizinhos da Casa de Porco preferem ‘mercadinho mambembe’?” ilustrada terça-feira 9 de julho de 2019. Josimar Melo é crítico gastronômico, revela nesse texto seu tempo de estudante na Faculdade de Arquitetura da USP, lucidamente sabe distinguir a potência da arquitetura e do urbanismo da totalidade social com que tantas vezes são equivocadamente simplesmente alinhadas. Reconhecendo, é claro, que os artefatos realizados pelos homens materializam também suas crenças e valores, difícil é acreditar que a arquitetura, assim como qualquer outra arte, teria completa autonomia frente aos valores da sociedade que a engendra.

⁸ Folha de São Paulo, segunda-feira, 8 de julho de 2019. A chamada logo abaixo do título diz: “Morte de João Gilberto, que será velado hoje no Rio, encerra a utopia de um país do futuro, o delírio da construção de Brasília, do cinema novo e do neopconcretismo sepultado de vez.”

Figura 06 – Fotografia da autora em visita a Brasília, Catedral de Brasília, exterior, batistério. Brasília em sua face lunar. 2019.

Figura 07 – Família de Trabalhadores. Fotografia Marcel Gautherot, Brasília 1959. (TITAN e BURGI: 2016, p. 199).



modos com que se vislumbrou a capital do Brasil no interior vale reconhecer alguns momentos muito específicos⁹.

Os primeiros registro da intenção de transferir a capital do Brasil para o interior do país datam desde meados do século dezessete, com o Brasil ainda colônia. Se dentre eles considerarmos os primeiros mapas com essa intenção Brasília foi inicialmente sonhada em 1749 e teria 270 anos!

A futura capital do Brasil foi nomeada como Brasília em panfleto anônimo em 1822. Se o nome da coisa confere sua primeira existência Brasília teria 197 anos!

A área definida para sua implantação, um quadrilátero de 14.400 quilômetros quadrados, situado na região centro-oeste, resulta da investigação ocorrida pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil liderada por Luís Cruz. Conhecida como Quadrilátero Cruz, a área foi apresentada em 1894, com o nome de Vera Cruz. A 7 de setembro de 1922, no contexto das comemorações do centenário da independência uma caravana com um pequeno número de pessoas assentou a pedra fundamental, a poucos quilômetros de onde Brasília viria a ser de fato erigida. Se deve-se considerar esse gesto como a sua primeira demarcação, Brasília teria então 97 anos!

A partir de 1954 os planos aceleram, com a Comissão de Localização da Nova Capital Federal presidida pelo marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, nomeado pelo então presidente da república Café Filho, delimitada a área do futuro Distrito Federal e a exata escolha do

local onde hoje se ergue Brasília. O plano sob essa direção tinha ares conservadores, desde o nome Vera Cruz, sob signo da Cruz de Cristo nossa primeira identidade passando por nomear ruas e avenidas como “independência”, “bandeirante”, etc. Diferente das atuais siglas alfanuméricas designadas como se sabe W3, SQS, SCS etc. A mudança de imaginário talvez seja o que melhor revela a certeza que fez com que Brasília nascesse moderna, ponto zero de uma certa paisagem, gesto inaugural, imaginário derivado de Juscelino Kubitschek. Sob sua presidência será elaborado o Concurso do Plano Piloto, publicado no Diário Oficial no dia 30 de setembro de 1956. Se o registro do concurso for seu marco, a cidade na feição com se construiu teria 63 anos!

Na perspectiva do tempo dos lugares – seja por seus 59 anos de existência material, ou por seus 270 anos, desde sua primeira “miragem” – Brasília ainda está se constituindo como lugar, se acompanhamos a definição de Luisa Bonasio, para quem

“O lugar não é, com efeito, um dado exclusivamente natural, mas uma “invenção” que adquire valor identitário e qualidade expressiva apenas no contexto temporal de longa duração” (em SERRÃO, 2012, p. 209).

Na sua breve história, Brasília é cheia de intrigantes excessos. Tornou-se Patrimônio Mundial pela UNESCO em dezembro de 1987, com apenas 30 anos, ou seja, antes mesmo de ter história, Brasília se tornou Histórica!

⁹ Ver a esse respeito Sylvia Ficher et al, “Brasília uma história de planejamento”. Em: RODRIGUES et al (orgs.) Brasília 1956>2006, de la fundación de una capital, al capital de la ciudad. Lleida: Milenio, 2006, pp. 55-97. Agradeço a Sylvia Ficher a generosidade do diálogo, e o envio do artigo acima mencionado a partir do resumo deste ensaio.

Único bem contemporâneo a merecer essa distinção, Brasília é também a detentora da maior área tombada do mundo, 112,25 km². Esse traço a partir do qual a cidade terá que se constituir negociando com sua imagem e o desejo de sua manutenção, faz com que sua artificiosidade passe a integrá-la como traço no tempo. E aquela referida contradição de origem, a cidade moderna capital de um país subdesenvolvido, sua marca mais evidente.

Pois “(...) a casa vivida é também a casa sonhada, a casa de onde se partiu e a casa onde se vai regressar, a casa de nossos antepassados e a dos nossos filhos, enfim, a casa que o tempo sepulta e que o tempo renova.” (JORGE, em SERRÃO: 2012, p. 182)



Figura 08 – Fotografia da autora em visita a Brasília, Igrejinha Nossa Senhora de Fátima. 2019.

Brasília como casa sonhada tem correspondências surpreendentes com a casa projetada e posteriormente com a casa vivida. Uma visita em um fim de tarde de uma sexta feira comum na Superquadra 308 Sul - Quadra Modelo da Construção de Brasília, permitiu-me viver uma paisagem entre edifícios, na continuidade de um jardim, conversavam velhos, fumavam jovens, corriam crianças – parecia cena de filme bucólico de alguma utopia descrita por urbanistas a propor coisas inalcançáveis. O desenho tão veiculado de cidade modelo persiste: o térreo se mantém permeável para abrigar qualquer transeunte diante de um inesperado temporal, vizinhos a confabular sobre a vida; pessoas que vão de lá para cá com a fluidez somente imaginada em áreas habitacionais como miragem para nós que vivemos em cidades com edifícios habitacionais cada vez mais cercados por altos e opacos muros.

Aqui o artifício virou realidade. Podem esbravejar os opositores de Brasília mas indubitavelmente é também por esse espanto que a cidade continua a ser um dos ícones da modernidade ainda hoje tão visitado. Os colchões amontoados na curvatura da igrejinha, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1958, deixa claro que sim, ainda estamos no Brasil e não em Tiergarten, em Berlim. Por que seria mesmo tão pouco possível desejar esse país?

Surpreende a persistência com que a qualificação dos espaços assegura certos modos de vida, da quadra modelo, e também da rodoviária. Dois distintos lugares,

um demarcado por um modo de moradia elitizado – mas como não dizer, tão mais elaborado e gentil como urbanidade que os condomínios murados – o outro lugar de chegada da população mais pobre, através do meio de transporte popular.

Se Cao Guimarães ao retratar Brasília não se atém à quadra modelo, não resiste por outro lado a vislumbrar como miragem a buliçosa rodoviária. Campo de centralidade popular que endereçou para o coração da cidade também uma outra vivacidade.

Não à toa, dentre os itens apontados por Lucio Costa como aqueles que o importam principalmente como urbanista da cidade interessa “respeitar e manter as características originais dos dois eixos e de seu cruzamento”, em seus termos:

“Manter a plataforma rodoviária como traço de união e ponto de

convergência já consolidado do complexo urbano composto pela cidade político-administrativa e pelos improvisados assentamentos satélites.”¹⁰

No mesmo documento, no item 5:

“A manutenção do conceito de superquadra como espaço residencial aberto ao público, em contraposição ao de condomínio privativo fechado; da entrada única; do enquadramento arborizado; do gabarito uniforme de seis pavimentos sobre pilotis livres, como os blocos soltos do chão.”

Em um raro lugar no mundo onde os pilotis se mantêm como imaginados, lugar de passagem, aberto a usos imprevisos e não apenas zonas garagem ou térreo gradeado.

Lucio Costa com a mesma lúcida exatidão com que delineou o plano

¹⁰ Diretrizes para a preservação da integralidade do plano piloto, em carta escrita em janeiro de 1990 (p. 292).

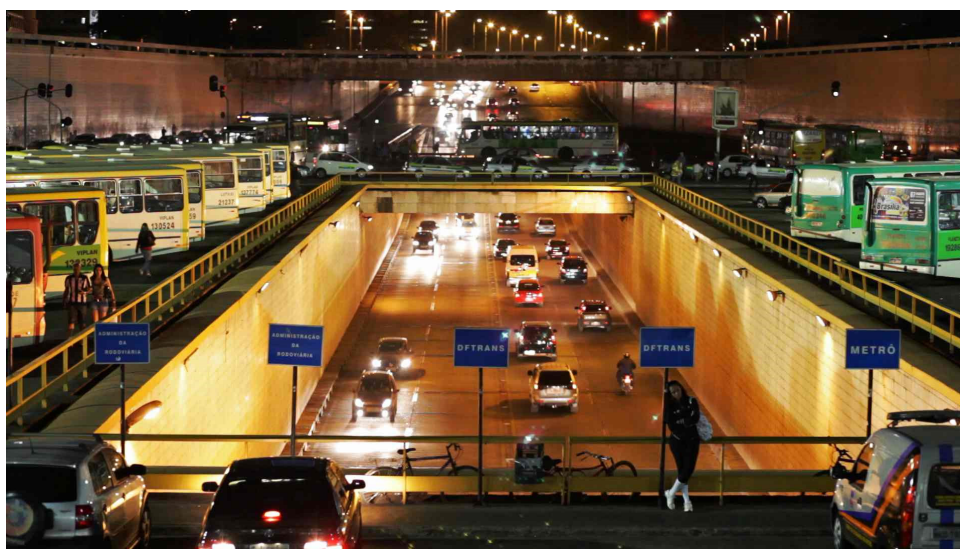


Figura 09 – Cao Guimarães Brasília, fotograma do filme. <http://www.caoguimaraes.com/obra/brasilia/>

Figura 10 – Foto da autora da margem do Lago Paranoá. Resto estrutural de uma balsa, 2019.



piloto deixa assim registrado em duas páginas, se tanto, suas indicações para preservação da cidade. Conclui com a seguinte frase:

“Como se vê, trata-se, em suma, de respeitar Brasília. De complementar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu. A cidade, que primeiro viveu dentro da minha cabeça, se soltou, já não me pertence pertence ao Brasil.” (p. 293).

No que merece rememorar fica atenção àquilo que permanece como qualidade, o que persiste, e que na materialidade dos fatos urbano arquitetônicos abrigam modos de viver capazes de qualificar e dignificar um viver lá!

O lago revelou-se um manancial qualificador do espaço corriqueiro,

atenua o tempo seco do lugar, convida a todo tipo de esporte aquático, perdura como território de água desejável. Desde os primeiros estudos da região, ao se definirem o local da implantação da nova cidade. Pois em 1955 após tantos estudos e levantamentos optou-se pelo exato sítio que o botânico Auguste Glaziou escolherá em 1893, descrito por ele em carta endereçada a Cruls nos seguintes termos:

“Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo, cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me muitíssimo a calma severa e majestosa desse vale...Entre dois chapadões conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de difeentes cursos de água, formando o rio Paranoá (...) (em SILVA apud Ficher et al: 2006, p. 3).

Essa coincidência, incrível exemplo de amnésia histórica, nos termos de Sylvia Ficher, Geraldo Batista, Francisco Leitão e Andrey Schlee, entre as primeiras incursões oficiais na busca de um sítio de localização, na área definida para o projeto no concurso e, que resulta hoje em importante identidade da paisagem urbana, a extensa área, e a presença do lago.

Se, “De facto, na cidade coexistem as heranças e os seus herdeiros: uma

cidade narra a História do seu passado e do seu presente. E, a partir daí, constrói posteriormente, o seu futuro. Aquilo que nela acontece decorre daquilo que nela antes aconteceu”. (JORGE, em SERRÃO: 2012, p. 180).

O gesto de registro dessas memórias dispersas são o contributo necessário para constituir a desejável identidade da cidade. Trabalho criterioso que vem sendo constituído por aqueles que vêm se atendo à análise de Brasília.

Esse ensaio, elaborado por um eventual visitante, comemora a tradição em Brasília, jovem cidade moderna, que nasceu dentro de uma visão de mundo afeita a fatos inéditos e que precisa se constituir no tempo sobrevivendo a esse legado, na medida em que, apesar de moderna, é prenhe de renovadas tradições. Algumas diretamente endereçadas a ela, outras, apenas porque transportadas como memórias acopladas nas vidas de tantos que a dotaram como sua cidade para viver.

Das memórias que já decorrem de lá, durante a rápida estadia em que pude lá ficar, mantiveram-se comigo a imagem do ônibus “brotando no horizonte da paisagem” aguardado seu contorno e de quem sairá de lá pelas crianças, hoje adultos, que faziam da rodoviária passeio corriqueiro; a lembrança do ponto de encontro sob a laje de um certo edifício para combinar quem acompanhará as brincadeira das crianças; a ida casual ao Beirute, que “sempre” esteve lá (inaugurado em 1966, de acordo com

sua placa) e me perceber sob uma das tantas tendas que se acoplam à paisagem regrada e regular; a carcaça metálica de uma antiga balsa servindo de estrutura para tomar sol e trampolim no vastíssimo lago Paranoá; o sussurro ao “pé da parede curva” na Catedral de Brasília, de onde se podem segredar fatos a uma distância impossível de ser vencida aos sussurros.

Pequenas estórias, que talvez não interessem a ninguém, entretanto, como observou a moradora da Croix-Roussse: “(...) é pessoal, isto não interessa a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito do bairro.” e diante da frase, esclareceu Michel de Certeau:

“Só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos, ali escondidos em silêncio, e que se pode evocar ou não. Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças”.
(CERTEAU: 1994, p. 189)

Brasília em longa duração revela-se uma cidade que vem acumulando memórias contraditórias, divergentes, espetaculares mas também corriqueiras. Todas elas a constituir sua complexa paisagem, que insistentemente tem sido apresentada por suas icônicas imagens, mas que começa a contar também com uma outra coleção tão humanamente banal de registro de suas paisagens.

A cidade construída em 3 anos, que materializa apenas 59 anos, conta já com memórias que figuram a pelo menos a 270 anos! Liberar as representações da cidade de um traço unívoco, de um

imaginário sempre moderno, inédito, é tarefa para cada um de nós aptos a reconhecer Brasília. Que possamos re-apresentá-la, como fez Cao Guimarães, ou mesmo alinharmo-nos com Clarice Lispector¹¹ quando em 1970, já nos

primeiros começos da cidade, definiu-a como a imagem de sua insônia, “nem bonita nem feia”, vivida! Assim, quem sabe, poderemos melhor usufruir Brasília, entre sonhos, miragens e banalidades.

¹¹ Nos primeiros começos de Brasília. Publicado em 1970, em: XAVIER e KATINSKY (orgs). *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp. 179-182. Versão ampliada com *post scriptum - 2019*, acrescido ao texto homônimo apresentado no ARQUI-MEMÓRIA 5, Salvador / 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BO BARDI, Lina. Em defesa de Brasília. Em: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs). *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp. 135-136.
- BONESIO, Luisa. Habitar a Terra e reconhecer-se nos lugares. Em: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.). *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. pp 203-210.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petropolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Lucia. Diretrizes para a preservação da integridade do Plano Piloto. Em: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs). *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp. 292-293.
- FICHER, Sylvia; BATISTA, Geraldo, LEITÃO, Francisco; SCHLEE, Andrey. Brasília: uma história de planejamento. Em: RODRIGUEZ, Eduard e FUGUEIRA, Cibele Vieira (orgs) *Brasília 1956-2006, de la fundación de una ciudad, al capital de la ciudad*. Lleida: Milenio, 2006. pp. 55-97.
- GUIMARÃES, Cao. *Brasília*. Filme 13'35", digital HD. 2011. acesso restrito. <http://www.caoguimaraes.com/obra/brasilia/>.
- GUIMARÃES, Cao. *Sin Peso*. Filme 7'00", DVD. 2007. acesso restrito. <http://www.caoguimaraes.com/obra/sin-peso/>.
- JORGE GORJÃO, José Duarte. O tempo da cidade. Em: SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.) *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: Intervenções*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. pp 179-185.
- LISPECTOR, Clarice. Nos primeiros começos de Brasília. Em: XAVIER e KATINSKY (orgs). *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp. 179-182.
- SANTOS, Milton. Brasília e o subdesenvolvimento brasileiro. Em: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs). *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. pp. 125-134.

TITAN Jr., Samuel e BURGI, Sergio (orgs.). *Marcel Gautherot fotografias*. São Paulo: IMS, 2016.

Shenzhen Hong-Kong bi-city biennele of urbanism architecture.

Em: <http://www.biennialfoundation.org/biennials/shenzhen-hong-kong-bi-city-biennale-of-urbanism-architecture/> e <https://www.archdaily.com/176375/shenzhen-hong-kong-bi-city-biennale-of-urbanism-and-architecture>. Acesso em julho de 2019.

MARTA BOGÉA – Arquiteta Urbanista (UFES 1989), Livre-docente (FAUUSP 2018), Bolsista CNPq Produtividade em pesquisa 2. Professora no Departamento de Projeto, áreas de concentração Projeto, Espaço e Cultura, Projeto de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. mbogea@usp.br.